

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SUENYA SANTOS DA CRUZ

DESENVOLVIMENTO, EMANCIPAÇÃO E CAMPESINATO:

A LUTA DOS MOVIMENTOS CAMPONESES EM FACE DOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO FLUMINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI

Rio de Janeiro
2016

SUENYA SANTOS DA CRUZ

DESENVOLVIMENTO, EMANCIPAÇÃO E CAMPESINATO:
A LUTA DOS MOVIMENTOS CAMPONESES EM FACE DOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO FLUMINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luis Iasi

Rio de Janeiro
2016

C957d

CRUZ, Suenya Santos da
Desenvolvimento, emancipação e campesinato: a luta dos
movimentos camponeses em face dos
projetos de desenvolvimento no território
fluminense no início do século XXI / Suenya Santos da Cruz.
-- Rio de Janeiro, 2016.
549 f.

Orientador: Mauro Luis Iasi.
Coorientador: Michael Löwy.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Emancipação humana.
3. Campesinato. 4. Agroecologia . 5. Território Fluminense. I.
Iasi, Mauro Luis, orient. II. Löwy,
Michael , coorient. III. Título.

SUENYA SANTOS DA CRUZ

DESENVOLVIMENTO, EMANCIPAÇÃO E CAMPESINATO:
A LUTA DOS MOVIMENTOS CAMPONESES EM FACE DOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO FLUMINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Aprovada por:

Mauro Luis Iasi, doutor, UFRJ

João Claudino Tavares, doutor, CURO/Serviço Social/UFF

Katia Íris Marro, doutora, CURO/Serviço Social/UFF

Maristela Dal Moro, doutora, ESS/UFRJ

Paulo Roberto Raposo Alentejano, doutor, UERJ

Rio de Janeiro
2016

Dedicatória

Dedico esse estudo à Betha e Rodrigo, que regam cotidianamente meu jardim de felicidade.

Aos meus pais, retirantes nordestinos, que se encontraram no Rio de Janeiro e se empenharam arduamente para que as filhas pudessem seguir nos estudos.

Aos que lutaram, homens e mulheres, marcando com seu sangue a luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, como Sebastião Lan e Cícero Guedes e tantos outros, nos deixando o compromisso de dar continuidade a essas lutas que vislumbram um mundo melhor para as próximas gerações.

Agradecimentos

À minha família que esteve sempre presente ao longo desse trabalho;

Aos meus pais, Dora e José, e seu legado nordestino, retirantes do Maranhão e da Bahia, que se encontraram no Rio de Janeiro, onde eu e minha irmã Patrícia nascemos. Sua dedicação a uma vida de contingências e sacrifícios possibilitou para as filhas a abertura de muitas janelas para descobrir o mundo. Muitíssimo obrigada por cuidar da nossa casa e do nosso cão até o fim dos seus dias, enquanto estivemos fora do país;

Ao Rodrigo com quem escolhi partilhar a vida nos últimos 15 anos e, dentre tantos projetos conjuntos, partilhamos das inquietações com o tempo presente e o futuro do meio ambiente para a humanidade. Sua incansável dedicação, paciente e amorosa, à nossa família é inspiradora. Admiro-te por trazer leveza ao nosso jardim, por podar as ervas daninhas e deixar o que há de bom florescer e frutificar. A cada obstáculo temos aprendido mutuamente a nos reinventar ao ponto de, durante o ano fora do país, se dedicar aos estudos do francês e, de forma desigual, aos cuidados com a Betha, com a casa, e mergulhar nos cursos de culinária, nos possibilitando termos notre chef de cuisine privé;

À Betha, nossa pequena filósofa, destemida, que se joga no mundo, com quem aprendo incessantemente e que me inspira permanentemente pela sua curiosidade diante do mundo; que partilhou parte significativa de sua infância com esse projeto (em sete anos de vida, foram seis mudanças de escola e quatro mudanças de cidade/país) e graças a quem, em uma das noites de leituras ante de dormir, descobri que terminaria a tese partilhando dos questionamentos do Pequeno Príncipe;

Aos tios (Patrícia e Henning, Camilla e Be, Gabi e Duda, Re e Clodi), primos (Ana, Lulu, Anto, Maria, João, Lilica, Vitor e Artur) e avós da Betha (Dora e Zeca, Vera e André), que lhe deram atenção especial ao longo dessa etapa da vida, com muito carinho, diversão e viagens. Um agradecimento especial à Re e Clodi, por me proporcionarem momentos de concentração no melhor escritório que existe: a “janela da mata” que se transformou na “janela da alma” em momentos decisivos da construção dessa tese.

Aos movimentos sociais que contribuíram para que essa pesquisa se realizasse, com os quais aprendi em demasiado, provando que a produção de conhecimentos não se dá apenas pela via do mercado, ou fica circunscrita aos muros da universidade com intelectuais blindados à realidade social. Especialmente à Andrea Matheus e Irenilde Oliveira, em nome do MST; ao Humberto Ribeiro, em nome do MPA; à Alexania Rossato, em nome do MAB; à Priscila Alves, Alcimaro Martins, Davi, Manoel Ferreira, Álvaro Siqueira, José Mário Duarte, em nome da CPT; ao Claudemar Mattos, em nome da AARJ; ao Francisco Caldeira, em nome da Rede Carioca de Agricultura; à Miriam e Paulo Roberto Jansen, em nome da Rede Ecológica; e à Judith Carmona, em nome da Confédération Paysanne.

Ao Mauro Iasi, orientador desse trabalho, pela liberdade proporcionada para a realização dos estudos aqui presentes.

Aos professores que participaram desse processo de pesquisa por meio de suas valorosas contribuições, estabelecendo um diálogo cordial e solidário: Maria das Graças Lustosa, que participou da qualificação; Paulo Alentejano e Maristela Dal Moro, que participaram de todos os atos acadêmicos; João Claudino, que participou do avanço de tese e da banca de defesa; Kátia Marro, que participou da banca de defesa. Agradeço igualmente à professora Marilda Iamamoto que, impossibilitada de participar da qualificação e da defesa, recebeu-me em sua casa para orientação e se disponibilizou para conversas futuras.

Ao Michael Löwy, pela pronta recepção, na condição de coorientador, ao projeto do doutorado sanduíche. Sempre foi bastante cordial e gentil, respondendo prontamente às solicitações. A experiência do estágio doutoral ainda está em aberto, pois os frutos vão muito além desta tese, me possibilitando: libertar-me das amarras que prendiam minhas asas acadêmicas; conhecer antigos e jovens pesquisadores brasileiros, franceses e de outras nacionalidades; estabelecer novos laços de amizade; enfrentar o desafio de conviver socialmente em uma cultura diferente; enriquecer e fortalecer os laços familiares, além dos frutos ainda não colhidos.

À Marri, amiga de Ray, que fez a mediação com Michael Löwy, tornando o projeto do doutorado sanduíche viável.

À Elaine Behring, que reforçou a indicação para o doutorado sanduíche junto ao Michael Löwy.

À Ruth Fellows que se dedicou na minha preparação com a língua e a cultura francesa para o ingresso no doutorado sanduíche. Mercie bien, chérie!

Aos pesquisadores com quem troquei enquanto estive em Paris e com quem espero continuar mantendo trocas: Arlindo Rodrigues, Delphine Thivet, Ingeborg Gaarde, Maryane Galvão, Vanessa Sigolo.

À família de Elona Caponne Bannwarth, amiga da classe moyenne de l'École Lahire em que Bethânia estudou, que, desde o primeiro momento, deu-nos muito apoio, acolhimento, fazendo-nos conhecer a diversidade da cultura francesa, mostrando que os franceses também podem ser extremamente solidários, gentis, sensíveis e companheiros.

Aos professores e colegas que perdemos ao longo dessa jornada, tornando nosso mundo mais pobre em inteligência, humor e generosidade, e, portanto, menos sábio, jocoso e solidário: Nobuko Kameyama (orientadora da dissertação de mestrado), Carlos Nelson Coutinho (membro da banca da dissertação de mestrado), Magda Zanoni (minha vizinha em Paris que me estimulou muito, acolheu minha família com uma generosidade inesquecível e de quem tive a honra e o prazer de cuidar de seus gerânios enquanto militava pela vida aguerridamente – e nesse momento difícil da vida ainda se ofereceu para compor minha banca de doutoramento), Fábio (assistente social e colega de turma do doutorado com quem partilhava o retorno para Niterói trocando ideias sobre nossos projetos acadêmicos e de vida, num momento extremamente difícil de ingresso no doutorado). Vocês permanecem comigo não somente através de suas contribuições teóricas, mas no meu coração.

Às colegas do grupo de estudo Questão Agrária em Debate (QADE) da ESS/UFRJ, em cuja fundação colaborei: Maristela Dal Moro, Elaine Martins, Adriene Sá. Espaço este que foi fundamental na partilha de inquietações teóricas no início do doutorado. Vida longa para nossas parcerias!

Aos membros suplentes da banca: Leile Silvia Cândido e Eblin Farage, pela solidariedade, e Leonilde Sérvolo que, apesar de não ter agenda, se interessou pela temática, disponibilizando-se para troca de conhecimentos.

Aos colegas de trabalho do curso de Serviço Social da UFF do campus de Rio das Ostras, pela liberação para a qualificação e pela compreensão e solidariedade no regresso ao trabalho. São companheiros aguerridos pela educação pública de qualidade e pelo compromisso inabalável com a formação profissional em Serviço Social. Tenho um profundo orgulho de fazer parte desse grupo perfumado de temperos fluminenses, paulistas, nordestinos, mineiros, sulistas, argentinos, costarrriquenhos, que se esmera na construção da produção crítica de conhecimentos para além dos centros metropolitanos e combina a luta com diversão. A vocês, toda a minha reverência! Agradeço especialmente a Ray, Cris, Katia, Rani, Rami, João, Anto, Paulinha, Clarice e Renata pelas conversas e desabafos ao longo do doutorado, pelo empréstimo e doação de livros, pelas dicas sempre gentis.

Ao Beto Nogueira pela transcrição das entrevistas e pela revisão da tese.

Aos meus discentes de graduação pela paciência com uma dedicação limitada no retorno ao trabalho, conciliando-o com a elaboração final da tese. Vocês têm me ensinado muito e integram meu projeto de docência que se inspira no aforismo de Guimarães Rosa: "Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende".

À Magda Zanoni (in memoriam), Afrânio Garcia Jr, Michael Löwy e Leonilde de Medeiros, a quem tive a honra e o prazer de entrevistar, registrando um pouco do vosso amplo conhecimento sobre produção científica engajada e fincada na realidade social, cuja contribuição é incontestável sobre as temáticas da questão agrária e socioambiental, auxiliando-me na exploração dos estudos.

À Anna Maria que me proporciona suporte emocional desde meus tenros 19 anos de idade, com muitas idas e vindas, e que foi fundamental no apoio à elaboração de significados para o profundo sofrimento vivido no início do doutorado.

À Lilian, pelo preparo físico para suportar tantas horas diárias de trabalho.

À Antonieta, pelos papos e histórias divertidas enquanto nos ajuda a cuidar da nossa casa.

Aos amigos que me apoiaram de formas diferenciadas ao longo dessa jornada: Adelina, Carla Boy, Glauce Magalhães, Hans e Patrícia Miranda, pela paciência com minhas ausências; Cheilinha, Solange, Nay, Josi e Dudu, pela visita quando estávamos em Paris; Ray e família, que me aconselharam e me apoiaram para a empreitada de estudos fora do país; Cris e Beth, grandes e permanentes incentivadoras; Maria Lucia Borges, pelo encorajamento; Dulcea, minha ex-supervisora de campo, que se tornou uma grande amiga e mediou a relação com

Magda Zazoni, que providenciou um apartamento ideal para o período fora do país e ainda fez uma leitura primorosa de parte da tese.

Um agradecimento especial à Mione Hugon, uma amiga extremamente sensível, que já me incentivava a me aventurar em novos estudos quando não tínhamos ainda laços de amizade e que, junto com sua família, acolheu-me em Paris, abrindo as portas da sua casa e da sua vida, proporcionando-me aconchegos, comidas deliciosas, dicas preciosas, conversas e ritos apazíveis em busca da nossa essência. Além desses prazeres, fez a revisão dos meus textos em francês.

Ao grupo “das amigas” de Rio das Ostras (Anto, Bel, Beth, Clara, Cris, Hayda, Katinha, Paulinha e Ray) pelo suporte emocional, com toda a solidariedade feminista, motivando-me a encerrar essa etapa acadêmica.

Aos companheiros da Rede Ecológica, da Horta Comunitária do PURO e da rede em gestação, de consumidores e produtores agroecológicos de Rio das Ostras e Macaé, por me proporcionarem na militância a retroalimentação dos meus estudos.

À prof.^a Sara Granemann, por ter-me indicado o contato com Jean-Baptiste Harribey, que acabou se tornando uma das referências teóricas dessa tese.

Ao governo brasileiro que, através da CAPES/PDSE (processo 5364/13-2), financiou os meus estudos fora do país.

A fala da terra

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos se
alimentam dos frutos da Terra.
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos
os restos das grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escolar.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.

A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da cidade.
Para que ela ouça nossas canções e cante.
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
E ensine aos organizadores da morte
e ensine aos assalariados da morte
que um povo não se mata,
como não se mata o mar,
sonho não se mata,
como não se mata o mar,
a alegria não se mata,
como não se mata o mar,
a esperança não se mata,
como não se mata o mar
e sua dança.
(Pedro Tierra)

* Poesia lida por Nivia Regina, liderança do MST, logo após a
defesa desta tese.

RESUMO

CRUZ, Suenya Santos da. **Desenvolvimento, emancipação e camponato: A luta dos movimentos camponeses em face dos projetos de desenvolvimento no território fluminense no início do século XXI.** 2016. 549 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o protagonismo dos movimentos camponeses na luta de classes no território fluminense no século XXI (até meados de 2016). Tal protagonismo tem sido forjado como reação aos projetos de desenvolvimento em curso, dirigidos pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, conduzido pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) desde 2004, em parceria com o governo federal, sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT). A intenção foi descortinar a particularidade fluminense, trazendo à tona a incidência da lógica de acumulação atual, ditada pelo mercado financeiro, na política econômica do estado do Rio de Janeiro. Nesse cenário, trabalhamos com as seguintes hipóteses: em nome da promoção do desenvolvimento, os grandes empreendimentos em curso no estado, a partir de parcerias público-privadas, têm renovado processos de expropriação de terras, tendo como resultado a manutenção da desterritorialização e desagriculturalização e a consequente permanência dos conflitos no campo; a contraface tem sido a luta política dos movimentos camponeses, enfrentando o avanço do capital sobre o território fluminense. Na perspectiva de avançar criticamente nessa investigação recorreremos ao referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético para aprofundar a relação entre os aspectos universais da sociabilidade do capital e suas expressões particulares no estado do Rio de Janeiro. Nessa direção, adotamos como metodologia uma revisão bibliográfica sobre as seguintes temáticas: desenvolvimento econômico, destacando as dimensões da economia e da ecologia política; desenvolvimento agrícola, entre a polaridade do agronegócio e da agroecologia; o camponato na luta de classes pela emancipação humana e sua particularidade no desenvolvimento regional. Em concomitância nos lançamos na pesquisa de campo, entrevistando pesquisadores, com acúmulo em algumas das temáticas supracitadas; movimentos sociais camponeses (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Pequenos

Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens); movimento sindical (FETAG-Rio) e organizações populares de cunho agroecológico (Comissão Pastoral da Terra, Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro, Rede Ecológica e Rede Carioca de Agricultura Urbana), que atuam no estado do Rio de Janeiro. De forma complementar agregamos, como material de fonte primária, documentos do governo do Estado do Rio de Janeiro, que apresentam os projetos de desenvolvimento e a política de desenvolvimento rural sustentável em curso neste início de século, além de documentos produzidos pelos próprios movimentos sociais e associações da sociedade civil. Com efeito, buscou-se revelar as contradições presentes nos projetos de desenvolvimento na atualidade que têm como contraface o enfrentamento dos camponeses. A partir dos estudos aqui empreendidos, defendemos as seguintes teses: a fase contemporânea do desenvolvimento do capital engendra novas formas e roupagens, a exemplo do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde”, para renovar o seu conteúdo; a transição socialista nesse contexto necessita recuperar o sociometabolismo homem/natureza, superando o desenvolvimento socioambiental destrutivo na ordem do capital, bem como reconhecer a importância do campesinato no enfrentamento ao capital, resistindo à mercantilização da vida em escala ampliada; os movimentos camponeses que atuam no território fluminense têm dado sua contribuição nesse enfrentamento, construindo articulação com os movimentos urbanos e as organizações clássicas de seus trabalhadores.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, emancipação humana, campesinato, agroecologia, território fluminense.

RÉSUMÉ

CRUZ, Suenya Santos da. **Développement, émancipation et paysannerie: La lutte des mouvements paysans vis-à-vis des projets de développement dans le territoire de Rio de Janeiro au début du XXI^e siècle.** Rio de Janeiro, 2016. Thèse de doctorat - Diplôme d'études supérieures en Service Social, Université Fédérale de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2016.

Cette recherche porte sur le rôle des mouvements paysans dans la lutte des classes sur le territoire de Rio de Janeiro au XXI^e siècle (jusqu'à la moitié de l'année 2016). Ce rôle a été forgé en réaction aux projets de développement en cours dirigés par le gouvernement de l'État de Rio de Janeiro, qui met en évidence la conduction du Parti Mouvement Démocratique du Brésil (PMDB) depuis 2004, en partenariat avec le gouvernement fédéral, sous le commandement du Parti des travailleurs (PT).

L'intention est découvrir la particularité de Rio, en mettant en évidence l'incidence de la logique de l'accumulation actuelle tirée par le marché financier dans la politique économique de l'Etat de Rio de Janeiro. Dans ce scénario, nous travaillons avec les hypothèses suivantes: au nom de la promotion du développement, les grands projets en cours dans l'État, à partir des partenariats public-privé, ont renouvelé les processus d'expropriation des terres, ce qui entraîne le maintien de la dépossession et de l'anti-agriculture et par conséquent la persistance des conflits dans le champs; la réaction a été la lutte politique des mouvements paysans face à l'avance du capital sur territoire de Rio de Janeiro.

En vue de faire avancer la recherche dans ce critique nous avons recours à cadre théorique-méthodologique du matérialisme historique et dialectique pour approfondir la relation entre les aspects universels de la sociabilité du capital et de ses expressions particulières dans l'état de Rio de Janeiro. Dans ce sens, nous avons adopté la méthodologie d'une révision de la littérature sur les thèmes: le développement économique mettant en relief les dimensions de l'économie et de l'écologie politique; le développement agricole, entre la polarité de l'agrobusiness et de l'agroécologie; le rôle de la paysannerie dans la lutte des classes pour l'émancipation humaine et sa particularité dans le développement régional.

En même temps, nous avons lancé dans le domaine de la recherche, des entrevues aux chercheurs connus pour ces analyses sur les thématiques ci-dessus et les mouvements sociaux paysans (le Mouvement des Travailleurs Sans Terres, le

Mouvement des Petits Agriculteurs, le Mouvement des Affectés par des Barrages), le mouvement syndical (FETAG-Rio) et les organisations populaires agroécologiques (Commission Pastorale de la Terre, Articulation Agroécologique de l'État de Rio de Janeiro, Réseau Écologique et Réseau Agriculture Urbaine du Rio de Janeiro) qui exercent son militantisme dans l'état de Rio de Janeiro. De surcroît, comme source primaire, les documents du gouvernement de l'État de Rio de Janeiro qui présentent des projets de développement et la politique de développement rural durable en cours au début de ce siècle, ainsi que des documents produits par les mouvements sociaux et les associations la société civile. En effet, il s'agit de révéler les contradictions des projets de développement dans le contexte actuel à qui les mouvements paysans s'opposent.

En conclusion, à partir de ces études on défend les thèses suivantes: la phase contemporaine du développement du capital engendre de nouvelles formes, comme le « développement durable » et « l'économie verte », pour renouveler son contenu; la transition socialiste dans ce contexte doit tant retrouver le sociométabolisme homme / nature, pour dépasser le développement socioenvironnemental destructeur dans l'ordre du capital quant reconnaître l'importance de la paysannerie pour affronter le capital et résister à la marchandisation de la vie à plus grande échelle; les mouvements paysans du territoire de Rio de Janeiro donnent leur contribution dans cette confrontation, en bâtissant des alliances avec les mouvements urbains et les organisations classiques de leurs travailleurs.

Mots-clés: le développement durable, l'émancipation humaine, paysannerie, l'agroécologie, territoire de Rio de Janeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa

Mapa do total de conflitos pela terra no ERJ na década de 2000	372
Mapa da base da EMATER-Rio	386

Gráficos

1. N° de conflitos no campo/Brasil - 2014	373
2. N° de pessoas envolvidas em conflitos no campo/Brasil - 2014	374
3. Índice de Gini sobre distribuição da posse da terra no ERJ – 1975 e 2006	475
4. N° de estabelecimentos agrícolas no ERJ – 1975 e 2006	476
5. Área total ocupada por estabelecimentos agrícolas no ERJ (ha) em 1975 e 2006	476
6. Pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas no ERJ – 1975 e 2006	477
7. N° de bovinos no ERJ – 1975 e 2006	477
8. Média percentual dos produtos agrícolas por valor da produção agropecuária fluminense entre 2006/2008	478
9. Valor médio da produção agropecuária fluminense por microrregião entre 2006/2008	479

LISTA DE TABELAS

1. Dados estruturais dos Censos Agropecuários de 1970/2006 do ERJ	366
2. População residente por local de domicílio e taxa de urbanização – Rio de Janeiro – 1940/2010	366
3. Nº de Conflitos no campo e pessoas envolvidas no Brasil por motivo - 2014	371
4. Nº de produtores atendidos pela EMATER-Rio – 2013/2015	387
5. Assentamentos rurais base do MST-RJ	419

SIGLÁRIO

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AARJ	Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro
Ahomar	Associação de Homens e Mulheres do Mar
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASPRIM	Associação dos Produtores de Imóveis e Moradores de São João da Barra
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
ATTAC	Associação pela Taxa Tobin para Ajuda aos Cidadãos
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAF	Comissão de Assuntos Fundiários
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDRO	Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade.
CEMIG	Companhia de Energia de Minas Gerais
CEPERJ	(Fundação) Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro
Ciats	Comissões de Implantação de Ações Territoriais
CIPA	Complexo Industrial Porto do Açu
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN)
COGEM	Comitê Gestor de Microbacia Hidrográfica
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHESCA	(Plataforma de) Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
EMATER-Rio	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFOC	Escola Nacional de Formação da CONTAG
ERJ	Estado do Rio de Janeiro

FAERJ	Federação da Agricultura Patronal do Rio de Janeiro
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (tradução de Food and Agriculture Organization/ONU)
FETAG-RJ	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Fida	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Fodepal	Formação em Economia e Políticas Agrárias e Desenvolvimento Rural para a América Latina
GATE	Grupo de Apoio Técnico
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas
ISEPAM	Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMACF	Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPE-RJ	Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OJA	Organizações de Justiça Ambiental
OMC	Organização Mundial do Comércio
OML	Organização Mundial da Localização
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PEFATE	Programa Estadual de Fomento Agropecuário e Tecnológico
PEM	Plano Executivo de Microbacia Hidrográfica
PEPDDH	Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PID	Plano Individual de Desenvolvimento
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático do Brasil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPLD	Parti Pour La Décroissance (Partido do Decrescimento)
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Reduc	Refinaria de Duque de Caxias
Rismip	Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção do Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SEA	Secretarial Estadual do Ambiente
SEAAPI	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior
SEAPEC	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
TK CSA	Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico
UNICAFE	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
Usaid	Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

INTRODUÇÃO	23
PARTE 1 – Desenvolvimento econômico e a particularidade do desenvolvimento agrícola	35
1 O CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO” EM QUESTÃO.....	37
1.1 OS CICLOS DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITAL	39
1.1.1 Capitalismo concorrencial e Estado de orientação liberal	39
1.1.2 Capitalismo monopolista e a conformação do Estado de orientação social	44
1.1.3 Capital financeiro e Estado de orientação neoliberal	49
1.2 ECOLOGIA POLÍTICA	59
1.2.1 Emergência e fundamentos.....	59
1.2.2 Atualidade e renovação de polêmicas.....	69
1.3 PARA A CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA	80
1.3.1 Relações perigosas entre economia política e ecologia política – o lugar da produção de valor	80
1.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – REFORMA OU REVOLUÇÃO?.....	87
1.4.1 Decrescimento.....	90
1.4.1.1 Justiça ambiental e decrescimento	96
1.4.1.2 Buen Vivir e decrescimento	97
1.4.1.3 Agroecologia e decrescimento.....	100
1.4.1.4 O movimento decrescimento no Brasil	102
1.4.1.5 Balanço crítico do Decrescimento	103
1.4.2 Economia Solidária.....	109
1.4.3 Ecodesenvolvimento	118
1.4.4 Buen Vivir – uma proposta genuinamente sul-americana.....	122
1.4.5 Justiça ambiental ou ecologismo dos pobres – sua gênese e a particularidade brasileira	124
1.4.6 Ecomarxismo e suas controvérsias.....	129
1.4.7 Ecosocialismo	142
1.4.7.1 Ecofeminismo	153
1.4.7.2 Crítica ao capitalismo verde e a saída ecosocialista	157
2 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NA ORDEM DO CAPITAL.....	171
2.1 TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO E AS REVOLUÇÕES AGRÍCOLAS MODERNAS	172
2.2 EXPANSÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E FINANCEIRO E AS REVOLUÇÕES AGRÍCOLAS DO SÉCULO XX	182
2.3 A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO INDUSTRIAL	186
2.3.1 Superando o mito do atraso na realidade brasileira.....	188
2.3.2 Revolução burguesa à brasileira	192
2.3.2.1 Caio Prado Jr: avanços e limites na interpretação sobre a revolução brasileira	193
2.3.2.2 Florestan Fernandes e sua interpretação sociológica sobre a revolução burguesa	196

2.3.2.3	Teoria do desenvolvimento desigual e combinado e sua contribuição para a superação do dualismo “arcaico” X “moderno”	199
2.4	A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE	204
2.4.1	Teoria da dependência de Marini – avançando na abordagem dialética.....	204
2.4.2	Teoria do Capital-imperialismo de Virginia Fontes.....	210
2.5	Da modernização conservadora ao agronegócio.....	218
2.5.1	Desenvolvimento rural no ordenamento atual do capital e suas contradições	225
2.6	AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO CAPITAL?.....	235
2.6.1	Produção orgânica de alimentos: quando o conteúdo está para além da forma	239
2.7	A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM TEMPOS DE FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA	243
2.7.1	Quem ganha e quem perde com o agronegócio?.....	248
2.7.2	Mídia, Direito à informação, Transparência do Tema e Liberdade de escolha	254
2.7.3	Última chamada – é hora de unidade, é hora de lutar, é hora de unidade na luta	257
PARTE 2 - O papel do campesinato na luta de classes e sua particularidade no ERJ		263
3	O projeto da emancipação humana e o papel do campesinato na luta de classes.....	265
3.1	Emancipação humana na perspectiva marxista.....	265
3.1.1	EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA NA ABORDAGEM MARXIANA	267
3.1.2	A perspectiva socialdemocrata – afastamento progressivo do socialismo	273
3.1.3	A retomada da centralidade da emancipação humana: quais os caminhos? ..	276
3.1.3.1	A questão democrática entre a necessidade e a liberdade	281
3.1.3.2	A perspectiva da democratização em Lukács	291
3.1.4	A necessidade da retomada da ofensiva socialista	298
3.2	O CAMPESINATO NAS REVOLUÇÕES BURGUESAS E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	301
3.2.1	O campesinato e a luta de classes no século XIX	302
3.2.1.1	O conceito de classes sociais.....	302
3.2.2	As revoluções burguesas e as revoltas operárias e camponesas na Europa ocidental	305
3.2.2.1	A revolução burguesa na Inglaterra.....	305
3.2.2.2	A experiência francesa – da Revolução Francesa de 1789 à Comuna de Paris de 1871.....	307
3.2.2.3	A experiência alemã	314
3.2.3	As metamorfoses do conceito de campesinato – breve incursão do século XVIII à atualidade	318
3.2.3.1	O anarquismo agrário	320
3.2.3.2	Movimento Emancipação do Trabalho	323
3.2.3.3	O “marxismo ortodoxo”	326
3.2.3.4	A herança de Chayanov para pensar a atualidade do conceito do campesinato...	329
3.2.4	O surgimento do campesinato na particularidade brasileira	333
3.2.5	O campesinato no cenário da dominação burguesa no Brasil.....	338
3.3	O VIGOR POLÍTICO DO CONCEITO DE CAMPESINATO NO SÉCULO XXI	342

4	As lutas camponesas no Estado do Rio de Janeiro vis-à-vis os projetos de desenvolvimento no século XXI	349
4.1	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ASPECTOS TÉCNICO-INSTRUMENTAIS NA PESQUISA DE CAMPO	350
4.2	DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ALIANÇA PERNICIOSA ENTRE EMPREENDEMENTOS DO CAPITAL E O ESTADO	353
4.2.1	A herança do desenvolvimento socioeconômico do ERJ.....	353
4.2.2	Neoliberalismo, agronegócio e conflitos no campo	368
4.2.3	Desenvolvimento do ERJ nos marcos do neoliberalismo	375
4.2.3.1	O projeto de desenvolvimento do PMDB para o ERJ.....	377
4.2.3.2	Ações da EMATER-Rio – um balanço crítico	386
4.3	MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES, MOVIMENTO SINDICAL, ORGANIZAÇÕES POPULARES E SEUS ENFRENTAMENTOS AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM CURSO NO SÉCULO XXI NO ERJ.....	404
4.3.1	As perspectivas dos movimentos sociais camponeses e do movimento sindical no ERJ no enfrentamento aos projetos de desenvolvimento	404
4.3.1.1	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ)	405
4.3.1.2	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	414
4.3.1.3	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	428
4.3.1.4	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).....	447
4.3.2	Organizações populares de cunho agroecológico e suas lutas no ERJ	456
4.3.2.1	Comissão da Pastoral da Terra (CPT).....	457
4.3.2.2	Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro (AARJ)	463
4.3.2.3	A Rede Ecológica e a Rede Carioca de Agricultura Urbana	469
4.4	A RELAÇÃO ENTRE OS GRANDES EMPREENDEMENTOS NO ERJ, A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL, A DESAGRICULTURALIZAÇÃO E OS CONFLITOS NO CAMPO	472
4.5	BALANÇO CRÍTICO DO PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES, SINDICAL E ORGANIZAÇÕES POPULARES FLUMINENSES NO ENFRENTAMENTO AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	489
5	À guisa de conclusão.....	497
6	Referências bibliográficas.....	517
	Anexos	536
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	536
6.1	ANEXO B – QUESTÕES SEMIESTRUTURADAS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS	537
6.2	ANEXO C – 2ª ENTREVISTA AO MST	539
6.3	ANEXO D – 2ª ENTREVISTA AO MPA (2015)	540
6.4	ANEXO E – ENTREVISTA À FETAG-RJ	541
6.5	ANEXO F – ENTREVISTA AO MAB.....	543
6.6	ANEXO G – ENTREVISTA À CPT	544
6.7	ANEXO H – ENTREVISTA À AARJ	545
6.8	ANEXO I – ENTREVISTA À REDE ECOLÓGICA	546
6.9	ANEXO J – ENTREVISTA À REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA ...	547

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo trazer à tona o protagonismo dos movimentos camponeses no enfrentamento ao capital no século XXI, a partir da particularidade do território fluminense. Trata-se de um território com alto índice de urbanização desde os anos 40 do século XX, alcançando uma taxa de urbanização de 96% em 2000, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, o processo de desterritorialização e desagriculturalização, que vem ocorrendo ao longo da história republicana no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), forjou igualmente uma tradição de luta camponesa como contraface dos processos de expropriação de terras e de exploração do trabalho. Nesse sentido, nossa tarefa será de atualizar esse debate, contextualizando as determinações econômicas em vigência, bem como as escolhas políticas que orientam o modelo de desenvolvimento e seus efeitos socioambientais para a população rural fluminense.¹

Nesta investigação, suscitamos como *hipóteses interrogativas* fundamentais a serem verificadas: se os projetos de desenvolvimento em curso, implementados no Estado do Rio de Janeiro no século XXI, com destaque para a condução do governo estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em parceria com o governo federal (PT), trazem à tona riscos socioambientais e ameaçam a permanência da atividade agrícola, baseada no trabalho familiar camponês; e se a luta política pela terra como meio de trabalho e modo de vida pode ultrapassar a necessidade imediata da subsistência e buscar aderência a um projeto de desenvolvimento que se pautar pela superação da mercantilização das relações sociais.

Na perspectiva de qualificar tal investigação, recorreremos ao *referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético* no sentido de compreender o

¹ Registra-se que não há publicação suficiente que acompanhe as contradições do desenvolvimento da questão agrária e agrícola no território fluminense, o que deve ser creditado, em parte, à falta de política de publicação para trabalhos acadêmicos. Contudo, destacamos um seminário ocorrido em 1996 sobre “Agricultura e Meio Rural no Estado do Rio de Janeiro”, por iniciativa do CPDA/UFRRJ, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS-UFRJ, do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da UFF e da Associação do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, que resultou na publicação: CARNEIRO, MJ et al. **Campo aberto** – o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

desenvolvimento do território fluminense em relação à dinâmica internacional do capital. Ou seja, não nos interessa aqui isolar a singularidade fluminense, mas compreendê-la no bojo das relações sociais em que há predominância de um modo particular de trabalho e de vida, centralizado pela mercantilização das relações.

A partir dessa démarche, a metodologia se baseou no estudo exploratório das temáticas sobre desenvolvimento regional, desenvolvimento agrícola, agricultura familiar camponesa, história da luta camponesa no ERJ, recuperando o conhecimento acumulado na pesquisa de mestrado² e avançando nessa exploração por meio de entrevistas a pesquisadores reconhecidos pela sua contribuição na produção de conhecimentos.³ A partir dessa abordagem inicial, foram elaborados os questionários semiestruturados para a pesquisa de campo através da realização de entrevistas junto às lideranças de movimentos sociais camponeses, do movimento sindical e de algumas organizações populares de base agroecológica, tendo como eixos principais: a história de atuação do movimento/organização no território fluminense; a apreensão crítica sobre os projetos de desenvolvimento em curso no ERJ, bem como sobre as políticas de desenvolvimento rural sustentável; a concepção de desenvolvimento, defendida pelos mesmos, e sua respectiva práxis política nessa direção. Dessa forma, em 2013 e 2015, realizamos as entrevistas com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro (ARRJ), a Rede Ecológica e a Rede Carioca de Agricultura Urbana.⁴

Na medida em que a pesquisa de campo avançava, os estudos preliminares se tornaram insuficientes para o aprofundamento da investigação. Dessa forma, o material coletado nas entrevistas, ainda que parcial, suscitou novas provocações

² CRUZ, S.S da. **Questão agrária como questão social: a particularidade da agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty/RJ**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

³ Entrevistei os seguintes pesquisadores brasileiros radicados em Paris no período do estágio doutoral (2013/2014): Magda Zanoni (professora da Universidade Paris Oveste Nanterre La Defense), Michael Löwy (professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHESS), que foi responsável pelo meu acolhimento institucional e acadêmico em Paris, e Afrânio Garcia Jr (professor da EHESS). No Brasil, entrevistei a pesquisadora Leonilde Sérvolo Medeiros (professora do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ).

⁴ Apesar de termos contatado um representante estadual da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, não obtivemos sucesso nos retornos.

que impulsionaram uma nova frente de reflexões. Ao considerar que a área de conhecimento do Serviço Social não vem dando, de forma permanente e sistemática, a devida importância a determinadas temáticas, nos lançamos o desafio de incorporar a ecologia política no debate sobre desenvolvimento e a contribuição do campesinato na luta de classes⁵ ao debate sobre emancipação política. Nesse bojo, considera-se que, diante da economia política do capital e de como ela vem sendo construída no ERJ, a investigação sobre a luta camponesa na atualidade carece de aprofundamento teórico-político sobre o papel do Estado na economia e no conjunto das relações sociais, sobre a ofensiva privatizante dos recursos naturais e seus efeitos socioambientais e sobre a relevância da Reforma Agrária, para além da distribuição de terras.

Destarte, apresentamos o resultado dessa pesquisa em quatro capítulos divididos em duas partes: na primeira, abordou-se o desenvolvimento econômico, a emancipação humana e a particularidade do desenvolvimento agrícola; na segunda, o papel do campesinato na luta de classes e sua particularidade no Estado do Rio de Janeiro. A primeira parte é composta do capítulo 1, que dá ênfase ao debate sobre desenvolvimento, e do capítulo 2, em que se aborda o desenvolvimento agrícola.

No capítulo 1 abordaremos *o conceito de desenvolvimento e seus ciclos na economia política do capital*, buscando apresentar panoramicamente a relação entre mercado, sociedade civil e Estado, para em seguida aprofundar *o debate sobre as origens e as polêmicas acerca da ecologia política, campo que dá origem ao “desenvolvimento sustentável” que se tornou uma ideologia apropriada pelo capital*. A partir da crítica à economia e à ecologia política, buscou-se problematizar as diferentes perspectivas teórico-políticas sobre “desenvolvimento sustentável” que passa desde a sua captura institucional pela acumulação de capital contemporânea (tendo como marco as conferências da ONU sobre “desenvolvimento sustentável”), por movimentos reformistas que criticam o crescimento econômico e não o

⁵ Apesar da produção em Serviço Social sobre questão agrária e ambiental no ERJ ter potencial para crescimento mediante o aumento das sequelas da “questão social” frente os projetos de desenvolvimento em curso, sugerimos algumas hipóteses para justificar a pouca produção do Serviço Social nesse eixo temático que merecem aprofundamento, mas que não constituem o objeto do nosso estudo nesse momento: o processo acelerado de urbanização; a centralização do planejamento, gestão e execução das políticas sociais que priorizou o meio urbano em detrimento do meio rural; a concentração das unidades públicas formadoras na área de Serviço Social em regiões urbanas (região metropolitana e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói, à exceção de Campos e mais recentemente Rio das Ostras).

desenvolvimento capitalista (a exemplo do Decrescimento), até a recuperação do legado marxiano para requalificar o debate sobre desenvolvimento, tendo como base o restabelecimento do sociometabolismo homem/natureza como condição para a própria humanidade (como o ecomarxismo e ecossocialismo).

No que diz respeito ao papel do Estado, trata-se de atualizar esse debate no âmago da hegemonia financeira do capital, buscando compreender as mudanças no mundo do trabalho, as novas expressões da questão social, a reconfiguração da luta de classes e o papel do Estado. A atualização de tal debate passa pela compreensão sobre a fase do domínio dos monopólios que se caracteriza pela fusão do capital industrial e financeiro com a perspectiva de gerar excedentes de capital, reservando um papel de destaque para o Estado na direção da política institucional desse desenvolvimento.

Nesse contexto, estão postas as bases para minar os obstáculos à valorização do capital. Tais transformações implicam em dessindicalização dos trabalhadores, retração do Estado no âmbito das políticas sociais públicas, através de um conjunto de medidas de contrarreformas, acirrando a desigualdade, a miséria, as expressões da “questão social”, portanto.⁶ Ao mesmo tempo, o processo de acumulação do capital permanece, pois mesmo com baixo crescimento econômico produtivo, a classe trabalhadora vem pagando a conta dessa crise, através da redução de emprego formal, do achatamento salarial, das perdas de direitos da classe. Com efeito, vem se evidenciando que, em tempos de globalização financeira, o crescimento econômico não é sinônimo de crescimento de empregos, mas o seu reverso e a sua precarização no que diz respeito aos direitos trabalhistas e sociais.⁷ Assim, o modo de produção global do capital avança a despeito da devastação ambiental, bem como da vida humana de um enorme contingente populacional no

⁶ Lembramos aqui que o termo “questão social” foi incorporado pelo Serviço Social brasileiro de forma crítica, compreendendo-a como oriunda da luta de classes, como um conceito que expressa a lei geral da acumulação capitalista, conforme nos recorda Santos (2012, p 17-18): “Nos textos de alguns dos mais significativos autores do Serviço Social brasileiro, frequentemente, a expressão encontra-se entre aspas, denotando um certo cuidado na sua adoção, que se explica não somente pela origem conservadora da expressão, conforme alertam Iamamoto (2001) e Netto (2001). As aspas também foram adotadas como ‘solução’ para o fato da ‘questão social’ não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria, no sentido marxiano, como ‘forma de ser, determinação da existência’”.

⁷ Navarro (1997), estudioso sobre as políticas sociais, nos recorda que a partir dos anos 80 as intervenções estatais passam a ser vistas como um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social, o que levou determinados governos a adotarem como medidas políticas ditadas pelo Consenso de Washington: corte nos gastos públicos; flexibilização das relações de trabalho; redução da proteção social; ausência de controle social nas relações comerciais e financeiras.

mundo que não será recrutado para as fileiras do mercado de trabalho e que não consegue suprir todas as suas necessidades via mercado.

A compreensão da fase mais contemporânea da acumulação capitalista, a partir da crítica à Economia Política e da Ecologia Política, é um ponto de partida para um debate mais qualificado acerca do conceito de “desenvolvimento sustentável” em voga na atualidade, que visa apenas algumas reformas no sistema, que não o colocam em xeque ou ainda avança sobre a mercantilização dos recursos naturais por meio da economia verde. Segundo Mészáros (2002), o capital aproveita o mote das catástrofes ambientais e do crescimento populacional para chamar a atenção para o meio ambiente, tirando o foco dos danos socioambientais gerados pelo modo de produção capitalista. Em seus termos:

Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. Africanos, asiáticos e latino-americanos (especialmente estes últimos) não devem se multiplicar como lhes aprouver – nem mesmo de acordo com a vontade de Deus, caso sejam católicos apostólicos romanos –, dado que o desequilíbrio demográfico poderia resultar em ‘tensões ecológicas intoleráveis’. Em termos claros, poderia até pôr em perigo a relação social de forças prevaiente. Analogamente, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da ‘recuperação do meio ambiente’: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. (MÉSZÁROS, 2002, p. 987)

É nesse cenário, de plena fetichização da relação social capitalista contemporânea, que buscaremos alguns subsídios teóricos para investigar de forma crítica a atividade agrícola no Estado do Rio de Janeiro na perspectiva de compreender suas formas de luta.

No capítulo 2, apresentaremos o *debate sobre desenvolvimento agrícola na ordem do capital*. Nessa direção, recupera-se a compreensão histórica da relação intrínseca entre campo e cidade, entre agricultura e indústria, na transição do feudalismo para o capitalismo na realidade europeia (POLANYI, 2000; WOOD, 2001), retendo dessas análises o importante papel das transformações jurídicas no meio rural, operadas para legitimar a expropriação de terras e a produção agrícola que se volta para o mercado, tendo o Estado um papel central nesses processos.

Em seguida, apresentamos o processo de transição para a industrialização na particularidade brasileira recuperando suas polêmicas no seio do pensamento social,

buscando as contribuições desde alguns dos autores clássicos, como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Otavio Ianni, até um autor negligenciado na academia, como Ruy Mauro Marini. A partir destas contribuições matizamos o debate sobre a relação entre o arcaico agrícola e o moderno industrial, dando destaque às abordagens dialéticas que buscaram superar essa dualidade, com ênfase nas teorias do desenvolvimento desigual e combinado e na teoria da dependência, cujo desenvolvimento de determinados países, depende da expansão das economias aos quais estão subordinados, como no caso latino-americano. No Brasil, o período da ditadura civil-militar é emblemático dessa sujeição ao capital internacional.

Na esteira da atualização do debate, recorreremos às inquietantes provocações intelectuais de Virginia Fontes sobre o capital-imperialismo como uma nova fase do imperialismo que, grosso modo, se caracteriza pela permanência do processo de expropriação de territórios, aliada à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, apelando para o seu apassivamento por meio da convocação das organizações da sociedade civil para mediar os conflitos sociais e ambientais. Na sequência, situam-se os riscos da reprimarização da economia com base num modelo de desenvolvimento agrícola ancorado no mercado de terras e nas políticas de crédito (DELGADO, 2012) que, em síntese, são dominados pelos ditames do mercado financeiro. Trata-se de um modelo que se expressa no campo brasileiro pelo agronegócio, cuja base tecnológica para aumento da produtividade supõe, em geral, grandes extensões de terra e não absorve grandes contingentes de trabalhadores no processo produtivo. Sendo assim, tal modelo, além de agravar os conflitos no campo em nome do desenvolvimento, mantém a economia brasileira vulnerável diante da volatilidade dos preços dos produtos commoditizados, voltados para a exportação.

Por fim, buscaremos apresentar os desafios para o conjunto de trabalhadores urbanos e rurais mediante a produção de alimentos dominada pelo mercado financeiro. Nesse sentido, destacaremos não apenas o monopólio de terras, mas uma base técnica produtiva assentada no uso abusivo de agrotóxicos e na transgenia, no controle de patentes de sementes, além do monopólio nos setores de transporte, de estocagem e comercialização. Assim, desde a produção à comercialização o domínio monopolista se faz presente, com efeitos diretos sobre a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Nesses estudos, daremos ênfase ao aprofundamento dos embates entre agronegócio e agroecologia, a qual defende outra matriz produtiva como expressão de um processo de transformação societário em sua totalidade.

A parte 2, que versa sobre o papel do campesinato na luta de classes e sua particularidade no estado do Rio de Janeiro, é composta do capítulo 3, em que se aborda o projeto de emancipação humana e o papel do campesinato na luta de classes, e do capítulo 4, em que se apresenta as lutas camponesas no território fluminense vis-à-vis os projetos de desenvolvimento na atualidade.

No capítulo 3, a partir da necessidade de compreender o *vigor político do campesinato na atualidade*, considerando que temos uma realidade marcada pela insurgência de atividades da agricultura familiar camponesa, recuperamos o *debate clássico marxista* em que sobressai a perspectiva de que as mesmas tenderiam a desaparecer ou a serem absorvidas pelo mercado capitalista. Destarte, a própria literatura clássica da crítica à economia política do capital, em autores como Lênin e Kautsky, indicava o desaparecimento do campesinato. Por outro lado, Chayanov, ao analisar o campesinato russo no início do século XX, ponderava que o campesinato persistia em função da sua autoexploração. Destaca-se ainda o debate sobre o papel do campesinato na revolução Russa, a partir, sobretudo, das cartas entre Vera Zazulich e Marx nesse diálogo.

Em seguida, abordaremos o *surgimento do campesinato na particularidade brasileira*, dando destaque ao cenário da dominação burguesa. Registra-se ainda que, na atualidade das políticas agrícolas no Brasil, tornou-se hegemônica a lógica de integração ao mercado capitalista (Abramovay) e *a expansão da mercantilização do trabalho e das relações sociais em escala cada vez mais ampliada*. Ademais, a realidade histórica vem demonstrando que esse segmento de trabalhadores vem resistindo em suas atividades, reservando à pesquisa o desvendamento de suas estratégias políticas. Nesse sentido, o caminho de análise dessa complexa dinâmica na atualidade seguirá as indicações de Yamamoto (2008, p. 107):

O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas –, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão, sofrem uma ampla regressão na prevalência do

neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos, tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação.

No capítulo 4, a partir dos subsídios teórico-políticos retidos dos capítulos anteriores, avançamos sobre *a particularidade das lutas camponesas no território fluminense em face dos projetos de desenvolvimento em curso no início do século XXI*. Preliminarmente, considera-se que no cenário mais amplo segue em curso um conjunto de transformações profundas no processo de produção e reprodução da vida social que se volta para um padrão de acumulação de capital pretensamente ilimitado, sob a hegemonia do capital financeiro, através da reestruturação produtiva e de contrarreformas do Estado (BEHRING, 2003). Ao mesmo tempo, se acirram as expressões da “questão social” em função do aumento das demandas sociais e da redução das respostas do Estado pela via da política social pública, combinando políticas de transferência de renda com criminalização de movimentos sociais.

Na esteira da reconfiguração do Estado, diante da resposta do capital à crise de acumulação, cabe indagar sobre o seu papel nos chamados projetos de desenvolvimento econômico e social no país, o que merecerá nossa atenção nessa pesquisa. O documento que faz um balanço da última década no Estado do Rio de Janeiro e anuncia os investimentos futuros (Estado do Rio de Janeiro – Um Breve Balanço da década, CEPERJ, s/d) declara: “Se na economia brasileira as medidas foram indutoras do desenvolvimento, no estado do Rio de Janeiro, a Política Pública estadual voltou-se para a atração de investimentos” (p. 3). Nesse cenário, destaca-se que a economia fluminense ganha novo fôlego a partir dos anos 90, reinvestindo na industrialização para além das fronteiras metropolitanas.

Contudo, se por um lado o governo anuncia como investimentos importantes para o ERJ os megaeventos esportivos, a implantação do Arco Metropolitano, a instalação de uma empresa siderúrgica em Santa Cruz (TK CSA), o porto de Itaguaí, o refino de petróleo (com Duque de Caxias sendo o principal núcleo) e ainda o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), a construção de navios petroleiros, de automóveis e a construção do Complexo Industrial Porto do Açúcar (CIPA); por outro lado, movimentos sociais, como associações de moradores, associações de pescadores, movimento dos sem terra, sem teto, dentre outros, denunciam uma ofensiva que passa pela coerção, pela violação de direitos humanos e sociais.

Com efeito, o crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro deixa um rastro de destruição socioambiental, a exemplo das remoções de habitações populares, que se conjuga com a especulação imobiliária; da pesca artesanal que é reduzida drasticamente pelo grande fluxo de cargueiros e poluição das águas da Baía de Guanabara ou da Baía de Sepetiba ou em regiões com exploração de petróleo; famílias de caiçaras que são removidas de suas regiões para a construção de grandes empreendimentos. Contrariamente ao desenvolvimento desse projeto, que se expande combinando avanços econômicos corporativos com falta de democracia, danos socioambientais e violação de direitos, movimentos sociais resistem e lutam pelo direito à moradia, à terra, ao trabalho em atividades tradicionais e camponesas, como pescadores, caiçaras, indígenas, quilombolas, e posseiros, pequenos agricultores familiares, bem como lutam por direitos trabalhistas e sociais e por uma sociabilidade para além dos direitos.

Na perspectiva de desvendamento desse processo, tomando a particularidade da agricultura familiar campesina fluminense como objeto, a área de conhecimento do Serviço Social pode contribuir dando visibilidade às necessidades e demandas políticas e sociais desses segmentos de trabalhadores que estão às margens do desenvolvimento econômico e do acesso aos direitos humanos e sociais no Estado. Destarte, é neste contexto de domínio da atividade de serviços e da atividade industrial que nos interessa conhecer as estratégias políticas da luta campesina para a permanência dessa atividade de base familiar camponesa⁸ vis-à-vis os projetos de desenvolvimento em curso.

Nessa direção, o presente estudo contextualizará a dinâmica econômica do ERJ na atualidade, considerando a diversidade das microrregiões observando os impactos econômicos e socioambientais oriundos dos grandes empreendimentos, suas implicações, diretas ou indiretas, nas atividades dos agricultores familiares camponeses e em que condições tais atividades permanecem. Assim, abordaremos a relação perniciosa entre o Capital e o Estado na condução dos grandes empreendimentos, bem como destacaremos as contradições presentes nas políticas de desenvolvimento rural. Registra-se que no início dessa pesquisa ainda não se anunciava a crise fiscal em que o ERJ se encontra mergulhado e que veio à tona em

⁸ “Para o pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bernardo Mançano, a Agricultura Familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros” (GLASS, 2011, s/p).

2015, a qual indica como tendência o aprofundamento das desigualdades sociais, não sendo ainda possível mensurar como a sociedade fluminense reagirá politicamente, para além da luta dos servidores estaduais em curso.⁹ Atentamos que, historicamente, a partir da crise do capital e da adoção de medidas neoliberais, o discurso da crise fiscal do Estado tem servido de argumento para medidas políticas que restringem ainda mais as políticas sociais. Em síntese, nossa intenção é de captar o movimento das classes, ou de seus fragmentos, destacando suas determinações históricas e seus enfrentamentos diante das transformações econômicas em curso.

Na contemporaneidade, se trabalharmos com a perspectiva da economia política do capital, cuja produção agrícola é hegemônica pelo agronegócio, nossa tendência será de considerar a inexpressividade da atividade agrícola no estado do Rio de Janeiro, pois não ultrapassa os 0,4% na contribuição econômica. Entretanto, Alentejano nos alerta que:

Em primeiro lugar, comparar diretamente o PIB agrícola do Rio de Janeiro com o PIB industrial e de serviços do Estado e com o PIB agrícola de outros estados e do país como um todo, não é um bom caminho para avaliar as condições da agricultura fluminense. De um lado, a área agrícola é limitada pelo tamanho do estado e pela topografia acidentada que o caracteriza, e, de outro, a força dos setores industrial e, principalmente de serviços é enorme (ALENTEJANO, 2003, p. 89 apud DAL MORO; MACHADO, 2010, p. 5).

Não obstante, para além da economia política do capital, a atividade agrícola com base na agricultura familiar campesina no Estado resiste e permanece viva diante de inúmeras limitações (área reduzida, topografia acidentada, falta de crédito, desigualdade na competição com o mercado, política ambiental, dentre outros elementos), voltando-se para abastecer o mercado interno, principalmente através da produção de hortaliças e legumes, combinada com atividades pluriativas. Destacaremos que a atual política governamental não rompe com um projeto de desenvolvimento que aprofunda expressões como a violência e a pobreza para a maioria e o excesso de consumo e o desperdício para poucos. Apesar do aumento do acesso ao emprego formal nos primeiros mandatos petistas no governo federal, a privatização dos serviços públicos foi ampliada, ao mesmo tempo em que houve um

⁹ Um indicativo importante de renovação tem sido a ocupação das escolas estaduais pelos alunos, reinventando o espaço da educação como espaço de politização, em plena era do projeto “Escola Sem Partido” em tramitação no congresso nacional, já adotado Alagoas e sendo discutido em outros estados.

aumento dos programas de transferência de renda, por meio, sobretudo, do Programa Bolsa Família, possibilitando o aumento do consumo sem alterar significativamente as condições objetivas e subjetivas de vida dos trabalhadores.

No contexto nacional, não houve um aumento da oferta de serviços públicos, bem como não houve reforma agrária¹⁰ na perspectiva dos movimentos sociais, em um contexto em que a participação política restrita ao jogo democrático vigente tem sérios limites para avanços mais consistentes na direção da emancipação humana. Nesse cenário, a despeito da geração de trabalho no meio rural e da alimentação saudável para as populações urbanas e rurais, o agronegócio cresce para atender às necessidades do mercado internacional, e da burguesia nacional, mantendo grande parte do território brasileiro voltado à produção de gado e de monoculturas, não somente para abastecer outros países de commodities, como também para geração de energia em tempos de crise energética, investindo na matriz do biodiesel.

Por fim, buscando destacar o protagonismo dos movimentos sociais camponeses, do movimento sindical e de organizações populares de cunho agroecológico, teceremos um balanço crítico das políticas de desenvolvimento em curso no século XXI no território fluminense. Nessa perspectiva, tomamos como base a fala das lideranças de tais movimentos, os Planos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2007-2031) e os relatórios da EMATER-Rio, que denotam o peso, ou a ausência do mesmo, nas políticas de desenvolvimento rural sustentável, destacando a ocultação das contradições inerentes aos projetos de desenvolvimento. Dessa forma, abordaremos tais projetos em relação à estrutura fundiária, à violação dos direitos humanos e sociais, aos danos socioambientais que empurram tais segmentos da classe trabalhadora para a luta.

Ao fim e ao cabo, através desse estudo, pretendemos dar uma contribuição para o fortalecimento político da classe trabalhadora, considerando a importância dos trabalhadores rurais, com destaque para o campesinato, na cena econômica e política fluminense. A conjuntura atual no estado expressa, em parte, a pauta política

¹⁰ Segundo os próprios dados oficiais, torna-se flagrante a paralisia de assentamentos rurais no Brasil e no estado do Rio de Janeiro essa realidade se reproduz: “A análise das Metas previstas no Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA-RJ), comparadas com o que foi realizado no período, indica que o total de famílias assentadas ao longo de todo o período de 2003-2006, 1344 famílias, não chega a atingir a meta prevista para o ano de 2003 e significa menos de 5 % do total previsto. Entretanto, o quadro é ainda pior, pois esse dado bruto (1344 famílias) inclui 410 famílias assentadas em antigos assentamentos e 251 famílias assentadas em áreas do governo estadual que foram reconhecidas pelo INCRA para fins de liberação de crédito. Assim, 683 famílias (pouco mais da metade do total) foram assentadas em novas áreas obtidas pelo INCRA no período” (AGB-RIO, 2012, p. 15).

da organização internacional desse segmento, a Via Campesina, e nesse sentido recuperamos as palavras de Hobsbawn (1998, p. 228):

Um campesinato tradicional organizado de forma comunitária, fortalecido por uma obtusidade, impenetrabilidade e estupidez funcionalmente úteis – sejam aparentes ou reais -, constitui uma força incrível. A recusa a compreendê-lo é uma forma de luta de classes, e os observadores, tanto dos russos do século XIX, quanto os peruanos do século XX, descrevem-no de maneira semelhante. Ser subalterno não é ser impotente. O campesinato mais submisso é capaz de ‘trabalhar o sistema’ em vantagem própria – ou melhor, por um mínimo de desvantagem – mas também de resistir e, quando oportuno, de contra-atacar.

PARTE I
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
PARTICULARIDADE DO
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

1 O CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO” EM QUESTÃO

O desenvolvimento [capitalista] é uma viagem com mais naufragos do que navegantes.
(GALEANO, 2013, p. 243)

De forma a introduzir o debate sobre a particularidade da economia política do capital no Estado do Rio de Janeiro e o papel da agricultura de base familiar campesina em seu bojo, que constitui o terreno da nossa pesquisa, propomos algumas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento. Nosso primeiro esforço será de matizar o debate, que vem ganhando força ideológica desde a crise do capital no final dos anos 60 até os dias atuais, em torno da relação entre economia e ecologia, compondo o cenário em que a retórica do “desenvolvimento sustentável” ganha hegemonia. Partimos do pressuposto de que é preciso compreender e desvendar o processo econômico e sócio-histórico, pleno de lutas políticas, em que o “desenvolvimento sustentável” e a corrente da economia verde constituiriam uma saída, por dentro do próprio sistema, para a crise econômica do capital.

No Brasil, a ideologia do “desenvolvimento sustentável” vem ganhando força desde o apelo de movimentos sociais contestatórios da ordem capitalista até sua institucionalização pelo viés das políticas públicas. De forma ainda preliminar percebemos que: no âmbito dos movimentos sociais, temos diferenças, tendo em vista que os próprios movimentos camponeses contestam seu uso contemporâneo, dando preferência ao conceito de agroecologia como forma de resistência ao domínio do agronegócio; no âmbito da produção de conhecimento, o debate circula desde a defesa da neutralidade das tecnologias sustentáveis até o reconhecimento do seu sentido sócio-histórico, em suas dimensões econômica e política, colaborando com a acumulação de capital ou mesmo se contrapondo ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, reenlaçando homem/natureza; no âmbito das iniciativas corporativas empresariais e financeiras, apostam-se em novos nichos de mercado, certificando produtos nas mais diversas áreas como sustentáveis, e criam-se fundos de investimento verde sob o argumento de diminuir a poluição atmosférica e seu impacto sobre o aquecimento global; no âmbito das políticas públicas, sem colocar o modo de produção capitalista em questão, mas ao contrário, buscando torná-lo palatável mesmo num cenário de domínio de políticas neoliberais, promovem-se políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

Com isso, queremos chamar a atenção para o fato de que a penetração ideológica do “desenvolvimento sustentável” nos mais diferentes âmbitos da vida social merece uma investigação crítica, que demonstre como a mesma terminologia porta diferentes conceitos, em que medida se vinculam a projetos societários distintos, quais as nuances da correlação de forças nessa disputa, buscando identificar a perspectiva político-econômica, seus aspectos ideológicos dominantes e os movimentos contra-hegemônicos.

De uma forma inicialmente esquemática, que desenvolveremos ao longo desse capítulo de forma pormenorizada, percebemos que seu uso está atrelado tanto à “economia verde”, como uma forma de expansão da mercantilização da vida, quanto à agroecologia, proposta por movimentos camponeses no sentido de resistir a essa mercantilização. Assim, partimos do pressuposto de que para compreendê-la no bojo das contradições das relações sociais capitalistas é preciso fazer a crítica da economia, bem como da ecologia política.

A intenção aqui não é fazer um estudo aprofundado sobre as matrizes teóricas que nutriram e nutrem a disputa teórico-política em torno da categoria desenvolvimento, mas reter aspectos centrais que nos auxiliem a melhor compreender a realidade atual das políticas de desenvolvimento, notadamente no estado do Rio de Janeiro. Seguramente, em sua particularidade, o estado em questão expressa uma totalidade econômica que o transcende, posto que reflete uma articulação do capital em nível nacional e internacional. Dito de outra forma, trata-se de perceber as mediações entre a produção e reprodução socioeconômica, ideológica, política e cultural no estado fluminense e os interesses dominantes correspondentes a uma economia cada vez mais globalizada.

Nesse sentido, considerando os limites da pesquisa, almeja-se alcançar um nível de análise suficiente para compreender a dinâmica do desenvolvimento em curso no estado do Rio de Janeiro, buscando destacar o papel da agricultura e, para além dela, do meio rural, bem como os desafios para os movimentos camponeses, o que será aprofundado nos próximos capítulos, trazendo à luz os elementos analíticos aqui perfilados.

Das últimas décadas do século XX aos dias atuais, tem se tornado cada vez mais incontornável reconhecer a relação intrínseca entre economia e ecologia quando nos dispomos a pensar uma saída para a crise do capital, posto que os bens naturais são finitos e os danos socioambientais frutos do desenvolvimento

produtivista se tornaram evidentes. Em outros termos, partimos da hipótese de que a dimensão ecológica passa a estar indissociada da “questão social”. Entretanto, o debate entre economia e ecologia não é homogêneo e sem tensão. Ao contrário, ele é eivado de contradições e disputas entre os campos da direita e da esquerda, isto é, entre os que querem conservar e os que querem superar a ordem vigente.

Essa é a razão pela qual escolhemos iniciar a apresentação da pesquisa pelo debate acerca de algo muito caro ao capital, e não somente para ele, mas para o conjunto da humanidade, para além da sociabilidade capitalista: a noção de desenvolvimento.

Nessa trilha, ao tratar das diferentes perspectivas de desenvolvimento tomaremos como eixo de reflexão a seguinte questão: em que medida o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento humano, no sentido de contribuir para a sua autoemancipação?

1.1 OS CICLOS DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITAL

1.1.1 Capitalismo concorrencial e Estado de orientação liberal

A noção moderna de desenvolvimento está indissociada da expansão da economia política capitalista. O corpo disciplinar da economia política clássica, que se torna hegemônico na academia desde o início do século XIX até sua crise no final do mesmo século, oferece a necessária sustentação teórico-política com roupagem científica ao desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial. Este prometia ser uma mola propulsora para o desenvolvimento do conjunto da sociedade, ancorado na democracia, na liberdade e na igualdade jurídica, deixando definitivamente para trás os atrasos próprios de uma sociedade cujas relações eram fundamentalmente extraeconômicas. Por sua vez, estas se assentavam num tipo de relação com a terra que impedia a expansão do comércio e da indústria, já existentes, aprisionando os camponeses na servidão aos senhores feudais e ao Estado Absolutista. Nesse sentido, tais relações eram constituídas por classes privilegiadas pela posse da terra, pela quantidade de servos e pelo monopólio mercantil. Não por acaso, o desenvolvimento capitalista associou a indústria e a urbanização ao moderno e o mundo rural dos camponeses, da oligarquia rural, da

produção artesanal, das corporações, ao atraso, cuja tendência seria o desaparecimento.

Nesse sentido, a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688/1689), a Guerra da Independência dos EUA (1776) e a Revolução Francesa (1789) são experiências históricas emblemáticas como processos políticos que abriram caminho para as revoluções burguesas. O elemento chave desses processos políticos foi a constituição dos Estados-nação, com separação entre público e privado, entre Estado e sociedade civil, possibilitando a expansão da mercantilização das relações sociais. Em síntese, a vitória política da sociabilidade burguesa se dá a partir do momento histórico em que o Estado universaliza os interesses particulares de uma classe. Assim, o Estado de cunho liberal garante o direito à liberdade, o direito à propriedade em que todos são livres para vender suas mercadorias, travestindo uma relação econômica concretamente desigual entre classes sociais distintas em uma relação jurídico-formal entre iguais.

Com efeito, tão logo a burguesia conseguiu a hegemonia do poder político, o ideário da igualdade, fraternidade e liberdade ficou restrito ao âmbito da emancipação política, sem se traduzir em democratização econômica e emancipação humana. Ao contrário, esta é permanentemente negada a começar pela alienação presente no processo de produção em que o trabalhador estranha o resultado do seu trabalho. Tal processo invade as outras dimensões da vida social. Entretanto, não por acaso, o acirramento das contradições aí presentes torna-se combustível para a luta de classes, posto que os próprios efeitos do processo de industrialização convocam os trabalhadores para a luta político-social reivindicando a realização da promessa da modernidade, isto é, uma real liberdade pautada pela autoemancipação. Nessa direção, os trabalhadores organizados no século XIX passam a buscar sua autonomia política diante do projeto burguês.

No que diz respeito às bases filosóficas que fundamentaram o projeto burguês, o contexto iluminista favorecia o florescimento da crítica à naturalização das relações sociais vigentes, até então apoiadas na filosofia cristã hegemônica pela Igreja Católica. Assim, a ciência assume um papel importante na contestação do saber religioso, buscando substituir a irracionalidade da fé, caracterizada por uma entidade metafísica que controla a moral humana, pela razão centrada no homem. Nesse cenário, com a expansão do modo de produção capitalista, com o aumento da divisão sócio-técnica do trabalho, especialmente a partir da Revolução Industrial

iniciada na Inglaterra no século XVIII, tem-se um forte impulso ao desenvolvimento do conhecimento científico em áreas estratégicas para a consolidação e expansão do próprio sistema, o que inclui não apenas as ciências ditas duras, mas as “ciências humanas”, como a economia, o direito, a história, a filosofia, a política, a sociologia.

No que diz respeito à racionalidade econômica, num primeiro momento, a economia política clássica (entre os séculos XVIII e XIX), inspirada em pensadores como Smith, Ricardo, Mill, Say, Malthus (sem a pretensão de dirimir as diferenças entre os mesmos), justifica o capitalismo concorrencial em curso a partir dos princípios do liberalismo. Este já estava em ascensão desde o século XVII com as transformações ocorridas na Inglaterra que consolidaram juridicamente a liberdade individual e o direito à propriedade privada como pilares do desenvolvimento econômico, com aporte das formulações de Locke.

As relações econômicas combinavam o desenvolvimento industrial, protegendo o comércio interno dos produtos estrangeiros, com uma relação comercial colonialista impondo seus produtos a outros países e extraindo as riquezas dos mesmos, como nos casos da Ásia e dos países do Hemisfério Sul. O desenvolvimento industrial só foi possível a partir da alteração da relação de propriedade no campo, tendo como marcos históricos: os cercamentos na Inglaterra, com expulsão massiva da mão de obra camponesa para os centros urbano-industriais; a expropriação dos países asiáticos e do Sul, constituindo um processo que Marx denominou de acumulação primitiva. Nesse contexto, cabia ao Estado-nação a preservação dos direitos individuais, da propriedade privada, com mínima intervenção sobre a “questão social”, oriunda da lei geral da acumulação capitalista e da organização política da classe trabalhadora. Tal intervenção caracteristicamente coercitiva estava a serviço de conformar uma classe trabalhadora amoldada para suportar longas jornadas de trabalho, baixos salários, condições insalubres de moradia, a miséria em casos de desemprego, etc.¹¹ No

¹¹ Cabe recordar o tratamento dispensado à pobreza desde o final do século XV: “Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem” (MARX, 1984, p. 275). Na discussão sobre a acumulação primitiva, Marx detalha o endurecimento da lei para com os pobres ainda no contexto da acumulação primitiva, citando os casos inglês e francês. Entretanto, na perspectiva de amenizar os

campo, a situação de miserabilidade se ampliava diante da perda ou redução drástica das terras para a subsistência.

Não por acaso Marx parte da economia política clássica para fazer sua crítica compreendendo que o desenvolvimento proposto é regido por uma lei em que a acumulação de capital implica necessariamente em aumento da pobreza, constituindo-a numa forma particular, o pauperismo. Enquanto a economia política justificava esse antagonismo como necessário, Marx buscava compreender sua constituição como uma realidade historicamente construída. Ao analisar a Inglaterra do século XIX, o autor percebe um já avançado processo, não apenas de concentração (apropriação de meios de produção que possibilita a apropriação do trabalho não pago – mais-valor), mas de centralização de capitais, transitando da soma de capitais individuais que competem entre si para o capital social, dinamizado pelo setor de créditos. Essa dinâmica contribuiu para que os capitalistas industriais tivessem condições de expandir a produção em larga escala. Esta, por sua vez, passa a ser baseada no aumento do capital constante em detrimento do capital variável como mecanismo para o aumento do acúmulo de capital. Nesse sentido, a centralização complementa a concentração de capital renovando o aumento do pauperismo. Ou seja, a tendência posta já de início pela industrialização era da exploração de uma quantidade menor de trabalhadores, resultando numa massa de trabalhadores sobrantes, que não participaria do processo de valorização do capital. Tal processo se tornará mais evidente com a crise do capitalismo concorrencial e sua transição para o capitalismo monopolista que se consolida no início do século XX.

Sua constatação não é uma abstração teórica. Ao contrário, Marx analisa dados de censos sobre a população economicamente ativa em diferentes ramos de atividades, sobre a acumulação de capital, sobre as condições de moradia e saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, destaca que entre 1846 e 1866 a Inglaterra era líder do mercado mundial com o modo de produção industrial plenamente desenvolvido. Na ocasião, entre 1853 e 1864, enquanto a população cresceu cerca de 12%, o acréscimo de lucros tributáveis (arrendatários e outras atividades) havia sido de 50,47% e as rendas tributáveis da terra (incluindo casas, estradas de ferro,

conflitos sociais, em 1601, Elizabeth I cria a Lei dos Pobres, atribuindo sua assistência à caridade religiosa. Em 1834 num contexto de organização política dos trabalhadores, mas de forte conservadorismo político sob influência de Malthus, tal lei é alterada em função da compreensão de que ela reproduz a própria pobreza.

minas, etc.) chegou a 38%. Nesse período, as condições de vida das famílias operárias, vivendo e trabalhando em condições insalubres nas cidades, eram penosas. Os dados não dizem respeito apenas aos trabalhadores da cidade, mas aos trabalhadores rurais que também sofreram com a expulsão do campo. A situação da Irlanda na época foi reveladora, pois enquanto houve um despovoamento brutal do meio rural, seja pela fome, seja pela perda de terras para a grande produção pecuária, a renda da terra subiu favorecendo os proprietários.¹²

Destarte, já no século XIX, partindo da análise da própria realidade, Marx fundamenta sua crítica à economia política revelando que o desenvolvimento econômico capitalista é regido pela lei geral da acumulação capitalista. Nessa relação econômica não é o trabalhador que usa os meios de produção para a satisfação das necessidades sociais, mas são os meios de produção que usam o trabalhador para a produção de capital apropriado pelos proprietários dos meios de produção. Ou seja, a venda da força de trabalho é condição necessária para multiplicar a riqueza alheia. Em suas palavras:

A acumulação de riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1984, p.210).

Essa realidade nos permite compreender porque, ao mesmo tempo em que a burguesia no século XIX ainda lutava contra resquícios feudais, os trabalhadores já buscavam se organizar politicamente de forma autônoma, constituindo movimentos operários na luta contra os efeitos do processo de industrialização e urbanização. Tais movimentos acompanharam o forte desenvolvimento do capitalismo concorrencial e seu declínio no fim desse mesmo século.

Seus apontamentos são importantes, pois de fato a história do desenvolvimento do capitalismo mostra desde o final do século XIX o esgotamento da lógica concorrencial como meio privilegiado de acúmulo de capital em que o mercado se autorregula. A desigualdade nas relações entre os detentores de grandes e pequenos capitais se mostrou incontestável, sendo a concentração de capitais uma tendência que passa a viabilizar o barateamento da produção, o aumento da escala da produção e assim da produtividade e do acúmulo de capital. Na transição para o capitalismo monopolista, a centralização é intensificada,

¹² Cf. MARX, K. Ilustração da lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v.1, tomo 2.

caracterizando-se por fundir capitais já existentes, com destaque para o crescimento do setor de crédito e para o investimento do setor bancário diretamente na produção. Alguns dos seus efeitos são o impulso ao uso da racionalidade técnica na produção e o aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, o capital monopolista consolida a alta intensidade de capital e baixa densidade de emprego.

1.1.2 Capitalismo monopolista e a conformação do Estado de orientação social

No campo da economia política, diante da crise do capitalismo concorrencial entre o final do século XIX e 1929, as mudanças propostas na época se fundamentaram sobre os pilares do pensamento neoclássico. Este propunha soluções matemáticas para que o mercado se autorregulasse, evitando crises, a exemplo da lei da oferta e da demanda de produtos, cuja relação manteria o mercado equilibrado. Assim os preços seriam determinados por essa relação, negando a lei do valor e a luta de classes. Em outra perspectiva, Keynes defendeu a necessidade do Estado como regulador das relações econômicas, produzindo moeda, bens e serviços, estimulando o consumo e promovendo o pleno emprego. Ou seja, nessa nova fase do ciclo capitalista, com a hegemonia do pensamento keynesiano, o Estado passa a assumir um papel central na promoção do desenvolvimento.

No ocidente pós-crise de 29, se, por um lado, o movimento operário crescia em sua força política (já tendo a experiência histórica da Revolução Russa em 1917), por outro, se dava um processo de concentração e monopolização do capital, dependente de vultosos investimentos oriundos de empréstimos dos bancos. Inspiradas nos estudos de Lenin sobre o imperialismo, Behring e Boschetti (2006) reiteram esse processo como uma fusão do capital bancário e industrial que resulta no capital financeiro.¹³

¹³ Ao tratar do capital portador de juros, Marx (1984b) revela que o capital também se torna mercadoria quando o dinheiro tem como valor de uso o lucro. O dinheiro participa do processo de circulação através do empréstimo, e não do investimento direto na produção. Nessa função, portanto, ele não é capital, mas mercadoria: “O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor-de-uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro;

Nesse novo cenário, o Estado promoveu medidas anticrises ou anticíclicas. Através das ideias keynesianas, o Estado age para evitar a queda da taxa de lucros, o aumento do desemprego e a queda do consumo, como ocorrido em 29, na perspectiva de manter um equilíbrio econômico. Destaca-se que Keynes, apesar de romper com o conservadorismo da doutrina liberal, estava longe de ser um socialdemocrata.

O Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 84).

Com efeito, as iniciativas mais isoladas de determinados países europeus de intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais no final do século XIX se generalizaram no pós-II Guerra Mundial. Tratava-se de um contexto de profundas mudanças no processo de trabalho através da disseminação do fordismo como estratégia para aumento da produtividade com aproveitamento racional da força de trabalho, através de inovações tecnológicas, e de investimento na indústria bélica como estratégia de valorização do capital sobrando.¹⁴ Ao mesmo tempo, os partidos socialdemocratas cresceram nos parlamentos europeus, favorecendo a condução de um pacto social dirigido pelo Estado e promovendo um processo de ampliação da legislação social. A ameaça comunista posta pela Guerra Fria destacou-se como mais um elemento que ofereceu as condições necessárias para a pactuação entre capital e trabalho mediada pelo Estado, com ampliação da democracia política e dos direitos sociais.

Tal pacto implicou numa combinação que envolveu: mudanças no processo de trabalho que, sob a linha produtiva fordista, aumentou a produtividade, o mais-valor relativo e o consumo em massa, transformando o trabalhador em consumidor; e a adoção de políticas keynesianas de intervenção na economia, regulando mercados e ampliando políticas sociais que visavam o controle da força de trabalho através da garantia de acesso à renda e serviços sociais. Esse binômio

portanto, afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor-de-uso de produzir mais-valia” (p. 259).

¹⁴ Segundo Mandel (1982, p. 338): “As despesas com armamentos têm, é claro, função dupla: a de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital”.

keynesianismo/fordismo se disseminará no pós-II Guerra Mundial, quando encontrou condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento.

Nesse contexto, a ideia de pleno emprego das forças produtivas é difundida, indo ao encontro de demandas para a reconstrução econômica dos países recém-saídos da Guerra, a exemplo da construção civil e da produção de mercadorias de bens duráveis. No processo de urbanização/industrialização sob novas bases tecnológicas cresceu o sonho do consumo desses bens, sendo o carro uma das expressões mais emblemáticas desse modelo de desenvolvimento, cujos danos socioambientais são incontestáveis na atualidade, em função do papel dos combustíveis de origem fóssil no aquecimento global.

Para além das iniciativas, até então, mais isoladas de políticas sociais, estavam postas as bases para um pacto de classes sociais que permitiu a aceção do termo Welfare State, especialmente a partir da experiência inglesa com o Plano Beveridge, cujo financiamento era oriundo de impostos fiscais, tendo sido gerido pelo Estado.¹⁵ Nos termos de Behring e Boschetti (2006, p. 94):

Os princípios que estruturam o Welfare State, segundo o autor [referem-se à Mishra], são aqueles apontados no Plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; 3) implantação de uma 'rede de segurança' de serviços de assistência social.

Destarte, no esforço de evitar novas crises, caracterizadas pela superprodução, supercapitalização, superacumulação, estagnação produtiva e redução do consumo, enfim, pelas dificuldades de valorização do capital, o Estado passa a assumir um papel central na regulação das relações sociais. Além do investimento na indústria de armamento, ele passa a investir na indústria de proteção ao meio ambiente, na ajuda a países estrangeiros e obras de infraestrutura (MANDEL, 1982). Assim, ainda que assumindo as demandas da classe trabalhadora, promovendo reformas pontuais e ampliando os direitos sociais, o Estado sintetiza a representação de uma linha de transmissão do capital, em especial do capital monopolista. Ao analisar o capitalismo tardio, Mandel (1982, p. 340-1) afirma:

¹⁵ Para uma compreensão das particularidades das diferentes formações sócio-históricas e a adoção do Estado Social, consultar o item 2 do capítulo 3 de Behring e Boschetti (2006).

Em consequência disso, a “administração das crises” é uma função vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de “condições gerais de produção” ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente [...] Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalista por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado.

Na medida em que os partidos socialdemocratas cresceram nos parlamentos, houve um processo de tecnificação do Estado e conseqüente despolitização das demandas sociais, posto que as decisões técnicas passam a ser tomadas pelo alto escalão do governo, sempre suscetível às pressões das frações da burguesia. Assim, para Mandel (1982), as formas de controle da burguesia sobre o Estado se dão pela via da dominação financeira e econômica direta da máquina estatal.

Nesse sentido, sua análise é bastante cética com relação a qualquer possibilidade de construção do socialismo pelo jogo democrático burguês. Ademais, percebe a fragilidade do Estado Social que tenderá a cobrar da classe trabalhadora a conta do esgotamento do padrão fordista/keynesiano, que permitiu a ampliação dos direitos sociais como uma estratégia de sobrevivência, de um fôlego a mais, para a acumulação de capital. No início dos anos 70, assistindo ao início de mais uma fase estagnante para o capital, Mandel (1982, p.350) advertiu:

As lutas por aumento de salário realizadas pelos sindicatos e os direitos irrestritos de greve, as liberdades ‘normais’ e liberais de imprensa, de reunião e de organização, o direito a manifestações – tudo isso está se tornando cada vez mais intolerável ao capitalismo tardio. Portanto, o Estado precisa restringi-las, enfraquecê-las e aboli-las legalmente. A luta para preservar e ampliar esses direitos não desenvolve apenas uma compreensão mais profunda da verdadeira natureza de classe do Estado capitalista tardio e da democracia parlamentar burguesa, e também da superioridade da democracia proletária dos conselhos dos trabalhadores como forma social de liberdade genuína; também proporciona mais energia para a luta decisiva pelo poder entre capital e trabalho, por meio da demonstração constante de que a classe operária não pode romper a dominação do capital em cada fábrica separadamente, mas apenas na sociedade como um todo. O pré-requisito dessa emancipação é a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados.

Na mesma direção teórico-política, Netto (1992) avalia que só é possível pensar em política social pública no capitalismo monopolista, tendo em vista que ela passa a integrar o processo de acumulação de capital. Se no capitalismo concorrencial o Estado mostrava sua face coercitiva sobre a força de trabalho, no capitalismo monopolista, ela passa a ter uma função estratégica importante no

controle da força de trabalho, através de medidas integradoras. Para o autor, trata-se de apreender a “questão social” em sua particularidade histórico-dialética.

Na perspectiva de garantir a sobrevivência do capital, Netto (1992) reitera a ideia de que o Estado tornou-se a instância política privilegiada, que assume funções econômicas fundamentais para a manutenção dos monopólios, na perspectiva de planejamento e gestão dos ciclos de crise. Nesse sentido, assumiu como funções diretas o investimento produtivo em setores primários para fornecimento a baixo custo para os monopólios, controlou empresas capitalistas em dificuldades, entregou complexos construídos com recursos públicos para grupos monopólicos, garantiu subsídios aos monopólios; e, como funções indiretas, comprou a produção dos grupos monopolistas, investiu em transporte, estrutura e preparou a força de trabalho. Assim, o investimento em pesquisa e em educação para os interesses do mercado se tornou algo central (NETTO, 1992). Nos termos do autor:

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais. No capitalismo concorrencial, a “questão social”, por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições externas à produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se internaliza na ordem econômico-política: não é apenas o acréscido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições gerais para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (NETTO, 1992, p. 25-26).

Evidencia-se, então, que o chamado Estado Social, com medidas de orientação keynesiana, está longe de se constituir ideologicamente em prol de reformas progressistas que conduzirão ao socialismo. Reiterando a análise de Mandel (1982), Netto (1992) também considera que se trata de um ajustamento no âmbito das relações sociais capitalistas. Entretanto, avalia que envolveu um

afrouxamento ideológico de ambas as classes fundamentais, ou seja, da burguesia e do proletariado. A burguesia aceitou a intervenção do Estado nas relações econômicas, mantendo uma postura conservadora com relação ao seu domínio de classe, e o operariado apostou na via democrático-burguesa como caminho viável para reformas que atendam as classes trabalhadoras, ainda que inicialmente mantendo como horizonte a construção do socialismo.

Ainda que seja necessário reconhecer a importância das políticas sociais no atendimento às demandas imediatas dos trabalhadores, faz-se mister compreender a contradição desse processo. Esse pacto econômico-social, baseado no fordismo/keynesianismo, veio com um pacote: a revolução tecnológica permanente resulta no aumento do exército industrial de reserva, transformando o desemprego num fenômeno estruturante do capital na fase de esgotamento desse padrão de desenvolvimento. O setor de serviços, profundamente mercantilizado na fase madura do capital monopolista, incorpora incrementos tecnológicos, mas passa a dispensar a mão de obra que foi temporariamente incorporada. Assim, de um lado cresce a demanda por trabalho, em face do surgimento das novas gerações, e por políticas sociais públicas, diante do crescimento das desigualdades; e, de outro, cresce a supercapitalização e a redução da taxa de lucros. Essa reconfiguração da luta de classes resultará numa refuncionalização do Estado. Nesse contexto, intensifica-se a disputa política pelo fundo público que passa a se caracterizar pela diminuição dos gastos sociais. Inaugura-se assim o que se convencionou nomear de neoliberalismo, que reúne um conjunto de exigências estabelecidas pelo consenso de Washington, que se traduz em desregulamentação, flexibilização e privatização de direitos trabalhistas e sociais.¹⁶

1.1.3 Capital financeiro e Estado de orientação neoliberal

De acordo com a abordagem da tradição marxista herdada de Mandel, a crise recessiva que se instala a partir do final dos anos 60 nada mais é do que mais uma crise do capital em que esse tipo particular de Estado não responde mais às

¹⁶ “Estas exigências foram sintética e explicitamente formuladas na reunião de novembro de 1989 que, envolvendo representantes do FMI, do BID e do Banco Mundial, funcionários do governo norte-americano e economistas latino-americanos, tornou-se conhecida como ‘Consenso de Washington’” (NETTO, 1999, p. 79).

necessidades de acumulação.¹⁷ Assim sendo, desmistifica-se a ideia de que seria uma crise no seio do Estado Social, representada pela má gestão do Estado. Na verdade, tal discurso ideológico encobre a crise própria dos ciclos do capital.

Especialmente a partir dos anos 80, quando alguns governos de países do capitalismo central, emblematicamente representados pela Inglaterra e EUA, assumiram a reorientação da intervenção do Estado recuperando o ideário liberal, o neoliberalismo se tornou hegemônico especialmente no mundo ocidental. Esse contexto é marcado pela reação burguesa através da reestruturação produtiva, flexibilizando e precarizando as relações de trabalho, resultando no aumento do desemprego, atacando frontalmente as organizações sindicais dos trabalhadores; e pela mundialização da economia, dirigida pela globalização financeira. Assim, entendendo que os direitos sociais e trabalhistas são incompatíveis com a manutenção das taxas de lucro, abre-se um caminho de contrarreformas que abala gravemente as conquistas sociais das décadas anteriores, confirmando a análise mandeliana anteriormente mencionada.

Apesar de o neoliberalismo se tornar hegemônico a partir dos anos 80 na condução do Estado em mais uma gestão da crise do capital, as bases teóricas encontram suas raízes em meados do século XX com Hayek e Friedman, num franco enfrentamento desses autores ao socialismo, bem como às ideias keynesianas. No prefácio da edição inglesa de 1976 da obra “O caminho da Servidão”¹⁸, Hayek (1990) chega a afirmar que socialismo não era mais apenas a estatização dos meios de produção e o planejamento econômico central, mas a redistribuição da renda pela via da tributação e do Estado Previdenciário, “confundindo”, portanto, socialismo com Estado de Bem-Estar Social. Tal afirmativa denota um profundo reducionismo na primeira acepção do termo socialismo e, no mínimo, um profundo equívoco no segundo caso, quando equipara socialismo ao Welfare State. Supomos que esse tipo de interpretação equivocada possa ser, somente em parte, creditada às tensões internas vividas no campo da esquerda e aos caminhos por ela escolhidos ao longo do século XX, a exemplo da ex-URSS –

¹⁷ Não nos deteremos neste estudo sobre a atualização da temática da crise, se permanece cíclica ou se tornou-se estrutural. Entretanto, fica o registro de que os debates sobre a transição socialista avançaram considerando os severos limites da democratização política na ordem do capital, que leva o conjunto da sociedade rumo à barbárie, como Mészáros vem sustentando na última década, tendo como resultado a obra **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁸ HAYEK, F.H von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítallo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

que reduziu o socialismo à socialização dos meios de produção sob um governo autoritário – ou da socialdemocracia, que abandonou a ideia de uma transição socialista, conformando-se ao jugo da democracia burguesa.

Segundo Hayek (1990), o liberalismo é a única doutrina que garante a plena liberdade do indivíduo, de poder ser seu próprio juiz, de ter sua propriedade, de concorrer e competir com os outros indivíduos sem uma intervenção centralizadora que vise substituir as relações estabelecidas por homens livres, por um poder centralizado:

Todavia, o liberalismo econômico é contrário à substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham (HAYEK, 1990, p. 31).

Sua defesa é de um Estado imparcial, que garanta as liberdades individuais, cuja intervenção na “questão social” é aceitável, de maneira pontual e emergencial, desde que os serviços sociais não interfiram na concorrência presente na vida econômica. Entretanto, as políticas sociais devem ser distribuídas na forma do dinheiro, que é o melhor mecanismo de estabelecimento de liberdade, pois as pessoas escolhem o seu melhor uso. Ademais, as políticas sociais devem se restringir ao atendimento a situações de grave privação física e à garantia de um mínimo para manutenção da força de trabalho. Defende ainda a via democrática como o caminho para a garantia da liberdade do exercício da propriedade privada – o seu contrário, no caso em questão, o socialismo, seria o caminho da servidão: “A democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual” (HAYEK, 1990, p. 46).

Friedman (1984) aprofundou a retomada do liberalismo clássico, agregando-lhe consistência teórica ao condenar duramente a intervenção estatal na regulação da vida econômica e social através de políticas sociais, o que considera puro paternalismo. Acreditava que a igualdade preconizada no século XX, promovida pelo Estado, colocava em xeque as liberdades individuais que levariam ao bem-estar social. Em seus termos:

As palavras-chave eram agora [refere-se aos anos 30] bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX acabou por favorecer o renascimento das mesmas políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico. No momento exato em que faz recuar o relógio para o mercantilismo do século XVII, acusa os verdadeiros liberais de serem reacionários. (FRIEDMAN, 1984, p. 14)

O autor supracitado, premiado pelo Nobel de economia em 1976, defendia a máxima inaugurada pelo liberalismo econômico: a separação entre economia e política. O mercado seria o regulador ideal para garantir a livre cooperação entre os indivíduos e ao Estado caberia intervenções pontuais no sentido de garantir a vigência das regras estabelecidas. No reino da necessidade, da vida privada, reina o império do mercado e sua lógica meritocrática do domínio do mais forte e hábil, enquanto no reino da liberdade, da vida pública, formalmente os mais “fortes” e mais “fracos” se equivalem, pois têm os mesmos direitos, ainda que na realidade não tenham as mesmas oportunidades.

Nesse sentido, sustentava teoricamente que para o liberalismo não importa a origem social, étnica, de gênero no processo produtivo, pois não há discriminação e sim “oportunidades” iguais. Ora, se de fato os consumidores não conhecem os produtores, mas sim as mercadorias por eles produzidas, por outro lado, o capital sabe bem como explorar economicamente as diferenças étnicas, de gênero e quaisquer outras que lhe forem oportunas. Nessa trilha, Friedman (1984) defendia também que as crianças são indivíduos responsáveis em potencial e nesse sentido podem ser produtoras e consumidoras. Em outros termos, é a celebração da naturalização da pobreza e da miséria, de responsabilidade dos indivíduos e não da estrutura societária capitalista. Não por acaso, tal perspectiva alimenta o conservadorismo atual que criminaliza os expedientes ligados às estratégias de sobrevivência de segmentos mais vulneráveis a quem o Estado deveria proteger e prover necessidades básicas, num cenário político de regressão no campo dos direitos.

Sobre a política fiscal, o teórico liberal defendia que o Estado tivesse um rígido controle sobre suas próprias contas:

[...] planejar as taxas e impostos de modo a garantir renda suficiente para cobrir as despesas programadas com base na média de um ano para o outro, ainda aqui sem preocupação com as mudanças anuais na

estabilidade econômica, e evitar mudanças erráticas nas despesas ou taxas governamentais (FRIEDMAN, 1984, p. 78).

Sobre as relações econômicas, considerando que o monopólio fere a liberdade de escolha dos indivíduos, também condenava a intervenção do Estado. Este não deve favorecer o monopólio empresarial (a exemplo dos subsídios para a produção agrícola) nem leis e taxações que dificultem a concorrência. Condenava também o monopólio sindical, pois sua luta teria resultado na elevação dos salários e conseqüentemente em redução da oferta de empregos, a exemplo da lei do salário mínimo. Soa como uma ácida ironia atribuir à luta operária a redução dos empregos, desconsiderando a lei do valor, revelada por Marx em seus estudos sobre a crítica da economia política do capital, como se o mais-valor-relativo e a conseqüente redução de empregos não fosse uma estratégia do próprio capital para lidar com a força do movimento operário.

Ademais, alinhado com a defesa da tese da livre concorrência, avaliava que sem a intervenção do Estado o monopólio seria resultado apenas de vantagens técnicas que seriam corrigidas pela competitividade. Em seus termos:

A primeira e mais urgente necessidade na área da política governamental é a eliminação das medidas que apoiam diretamente o monopólio – quer o monopólio empresarial quer monopólio no trabalho – e a aplicação das leis convenientes tanto às empresas quanto aos sindicatos (FRIEDMAN, 1984, p. 122).

Nessa perspectiva, o Estado deve intervir o mínimo na regulação social e atribuir às empresas privadas, sejam lucrativas ou filantrópicas, as iniciativas no âmbito da educação superior, reservando ao Estado o papel de fiscalizador de conteúdos mínimos. Friedman (1984) chega a comparar a educação aos serviços de restaurantes. Assim como qualquer outro serviço, a remuneração deve ter como critério o mérito, estimulando a competição entre professores e escolas. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, defende que é a ampliação de oportunidades de educação que garantirá a diminuição das desigualdades.

Coerentemente com as suas concepções de indivíduo e sociedade, para a doutrina liberal, a política social não faz qualquer sentido. Tal doutrina postula que todos têm direito à propriedade privada através de seus méritos, o que amplia as oportunidades e reduz as desigualdades sociais. Nesse sentido, Friedman (1984)

afirmava que os negros encontraram melhores oportunidades no capitalismo.¹⁹ Trata-se de uma visão a-histórica que desconsidera o peso do escravismo no continente africano e americano no processo de acumulação primitiva do capital e, como se o capitalismo não produzisse novas formas de sujeição, exploração, alienação, ao reduzir os indivíduos a meros portadores de força de trabalho a ser vendida e cujo preço varia conforme as desigualdades históricas de etnia e gênero, dentre outras.

Destarte, para o liberalismo, as políticas sociais têm um caráter meramente paternalista, posto que os indivíduos são responsáveis por suas escolhas e as consequências delas decorrentes. Nesse sentido, a aposentadoria deveria ser um planejamento individual: os indivíduos que a desejassem, deveriam adquiri-la no mercado, em vez de ser garantida por uma taxa compulsória que o Estado estabelece e administra.

Entretanto, trata-se de uma inversão ético-política: não considera justo que o conjunto da sociedade pague pelo “fracasso” individual. Contudo, o que ocorre na verdade é o contrário, pois o conjunto da sociedade, com um enorme peso para a classe trabalhadora, paga o custo social do modo de produção capitalista, quando assume, por via da taxa, a reprodução da força de trabalho, desobrigando o capital de arcar com a maior parte desses custos. Nesse sentido, a lógica da sociabilidade burguesa, de acúmulo de capital para uma pequena classe, é impeditiva da criação de oportunidades iguais para todos, reduzindo os sujeitos a meros vendedores de sua força de trabalho. Com efeito, é esse tipo de sociabilidade que fracassa na direção da construção de uma emancipação humana que considere todos em suas necessidades individuais e coletivas. Contrariando, portanto, a ideia de intervenção Estatal nas relações sociais, Friedman arremata sobre os programas de “seguro social”:

¹⁹ Trazendo os efeitos desastrosos da implementação política dessa ideologia para os tempos atuais, um artigo revela que a maioria dos presidiários nos EUA é negra: “Nos EUA, quando Barack Obama assume a presidência da república, muitos sociólogos, no mínimo desavisados, exaltavam a situação, alegando que o primeiro presidente negro motivaria uma nova conjuntura social à população negra do país. Porém, pesquisas realizadas pelas Universidade de Ohio, Oxford e o African American References Sources, revelam que a maioria esmagadora da massa carcerária nos EUA é negra. E mais: que os EUA concentram atualmente mais negros dentro das grades que escravos no século XIX. Além disso, o número de presos e mortos diariamente dobrou após a posse de Obama e a população pobre cuja imensa maioria é negra, ocupa os piores índices sociais (saúde, educação, emprego) do país em 25 anos” (ALEXANDRE; PEREIRA, 2013). Eis então o resultado da democracia e liberdade liberais.

Cada pessoa poderia ser solicitada a pagar sua própria anuidade, deveria ser permitido aos indivíduos comprar uma anuidade de firmas privadas; no entanto, cada um poderia ser solicitado a comprar anuidades específicas. Também o governo poderia participar do negócio de vender anuidades, sem obrigar os indivíduos a comprar anuidades específicas, mas providenciando que o negócio se tornasse autossuficiente (FRIEDMAN, 1984, p. 166).

Assim, o liberalismo trata a vida humana como qualquer outra mercadoria produzida socialmente, o que nos ajuda a compreender na atualidade o alto grau de desumanização, ou barbarização, da nossa sociedade – como podemos conferir nessa emblemática passagem em que o liberal em questão compara a seguridade social ao seguro de um carro:

[...] porque não permitir aos indivíduos que assim o desejarem comprar suas anuidades de empresas privadas? Uma boa analogia pode ser encontrada nas leis que requerem compra compulsória de seguros para automóvel. Até onde vai meu conhecimento, nenhum estado que tenha essa lei também tem uma companhia estadual de seguros e muito menos obriga os proprietários de automóveis a comprar seus seguros em agências governamentais (FRIEDMAN, 1984, p. 168).

Apesar da argumentação de Hayek e Friedman, o franco desenvolvimento do capitalismo maduro tornou insustentável a ideia liberal de que seja possível manter o equilíbrio econômico pela via do mercado. A própria experiência histórica tem comprovado que o capitalismo não resolve suas crises sem dispor dos recursos públicos que o Estado recolhe e administra. Nesse sentido, é curioso, mas compreensível, que exatamente a doutrina liberal-conservadora que defende o livre mercado e que contesta o monopólio, seja resgatada para sustentar a saída da crise do capitalismo monopolista em sua fase mais recente, de hegemonia do capital financeiro. Não por acaso, o neoliberalismo se tornou a orientação política das sociedades capitalistas a partir dos anos 80 do século XX.

O resgate das origens da inspiração do pensamento neoliberal se faz essencial para refletirmos sobre o peso do conservadorismo na fase mais recente de sociabilidade do capital. A doutrina neoliberal é uma ode ao cinismo que vemos presente na orientação política e nas ações concretas de diferentes Estados-nação em tempos de barbarização da vida social, como se o mercado fosse o mediador que resolvesse o equilíbrio econômico e social, negando a teoria do valor e despolitizando a luta de classes.

Na carona do esgotamento do padrão de acumulação fordista/keynesiano, o neoliberalismo ganha hegemonia sob o argumento de que os responsáveis pela crise são os próprios trabalhadores, através do excessivo poder dos sindicatos.

Nessa esteira argumenta-se que os excessivos gastos sociais do Estado impedem o crescimento econômico e a criação de empregos. Diante desse cenário, os neoliberais defendem a livre circulação do capital financeiro internacional, sem regulação do Estado; e a estabilidade monetária, a partir da contenção dos gastos sociais aliada a reformas fiscais que desonerem os altos rendimentos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Assim como a experiência do Estado Social, o Estado Neoliberal foi absorvido pelos diferentes países, até mesmo por governos de esquerda, resguardadas as particularidades da luta de classes em cada formação sócio-histórica. Não obstante, além de não recuperar as taxas de lucro dos anos gloriosos, posto que o setor produtivo permaneceu estagnado e houve uma transferência de investimentos para o setor financeiro e de serviços, os resultados para o campo do trabalho foram, e têm sido, muito duros. A reestruturação produtiva resulta no desemprego e conseqüentemente no aumento da desigualdade, da miséria, da dessindicalização, do descrédito das novas gerações nos instrumentos históricos de luta da classe trabalhadora, considerando-se que os sindicatos não incorporam a luta dos desempregados e os partidos políticos de esquerda não conseguem alterar os rumos do Estado. Segundo as pesquisadoras das políticas sociais nos marcos do neoliberalismo:

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e do baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.127)

Nesse cenário de hegemonia de um novo binômio, reestruturação produtiva x neoliberalismo, resguardadas as devidas particularidades, destacam-se ainda alguns efeitos, quais sejam: ampliação da arrecadação pela via de impostos indiretos (sobre circulação e consumo), o que incide fortemente sobre a classe trabalhadora e não sobre os donos do capital; redução dos gastos públicos com os sistemas de proteção social; aumento dos programas de transferência de renda focados no combate à miséria.

Tal quadro de favorecimento à concentração de renda em escala mundial cronifica a “questão social” e convoca a classe trabalhadora e o conjunto das forças

populares à construção de um novo patamar da formação da consciência de classe, certamente mais complexa do que nas décadas anteriores, que em algum momento histórico possa transcender a mera resistência à ofensiva neoliberal (que já não é algo simples, se considerarmos o caldo cultural embebido em individualismo e conservadorismo).

Com efeito, está posto um dilema para as gerações socializadas no neoliberalismo em escala global, ou seja, uma geração de desprotegidos socialmente, dado o aumento do desemprego e da informalidade: descrença nos sindicatos e partidos políticos como caminhos viáveis de luta pela emancipação humana. O que assistimos nas últimas décadas é o crescimento de movimentos populares, o de trabalhadores sem-terra, desempregados, sem-teto, ecológicos, feministas, dentre tantos outros, cuja fragmentação necessita de uma costura ideológica que os unifique em torno de um projeto de sociedade de outra ordem, recuperando os princípios socialistas.

Em síntese, o desenvolvimento econômico moderno, passando por diferentes ciclos, se traduz em uma unidade contraditória que mantém atual a lei geral da acumulação capitalista: de um lado, o capital é acumulado por uma pequena classe, detentora de meios de produção e de renda; e de outro, a massa de produtores de capital é reduzida à mera vendedora da sua força de trabalho e que cada vez mais uma fração menor é convocada a participar do processo de valorização do capital, sendo dispensável para o convívio humano. A perpetuação dessa dinâmica impede que a sociedade caminhe na direção da sua autoemancipação, no sentido do trabalho estar a serviço da produção de valores de uso para satisfação das necessidades coletivas e individuais, possibilitando o desenvolvimento de múltiplas formas de realização que transcendam a dimensão econômica.

Tanto a ideia de um desenvolvimento ligado a um mercado autorregulado, quanto ligado ao papel do Estado como um mediador central nas relações econômicas e sociais mostrou sua falência como um caminho para o fim das crises e mais distante ainda de um caminho hipoteticamente possível para a nossa autorrealização e autoemancipação.

A perpetuação da lei geral da acumulação capitalista, através da implementação de diferentes ciclos de desenvolvimento para superar cada uma de suas crises, tem ampliado a barbarização da vida social. Especialmente a partir do pós-II Guerra Mundial cresce o consumo mundial de bens e serviços, ancorados

numa produção com alta exploração de uma mão de obra reduzida e alta expropriação dos recursos naturais. Tais recursos, que são a base do trabalho e do sociometabolismo do capital, são finitos, limitando assim a própria ideia de desenvolvimento ad aeternum do capital.²⁰ Nesse contexto, os danos socioambientais têm-se universalizado, cabendo-nos interrogar sobre quem paga essa conta e sobre como reconstruir uma alternativa socialista.

A partir dos anos 60, com o crescimento da recessão produtiva e da especulação financeira, o capital vem mercantilizando progressivamente os recursos naturais, intensificando sua exploração produtiva (como através da industrialização da energia, da comercialização da água, dentre outros exemplos) e transformando-os em fonte de especulação financeira (como o mercado do carbono, as commodities de produtos do ramo de alimentos, etc.). Não por acaso, é nesse contexto que surge a ecologia política como uma disciplina que recupera e atualiza as críticas que denunciam os danos socioambientais do desenvolvimento do capitalismo industrial desde os primórdios da sua dominação e expansão. Entretanto, buscando escapar da dualidade capitalismo versus socialismo, essa disciplina propõe um novo padrão de desenvolvimento, o chamado “desenvolvimento sustentável”, que vem sendo disputado tanto pelos que enxergam no capitalismo o fim da história, quanto pelos que apostam numa transição para uma nova sociabilidade.

Esse preâmbulo sobre o desenvolvimento capitalista é importante para retermos algumas ideias-chave para a nossa investigação crítica a partir do referencial histórico e materialista-dialético: de início, é preciso compreender o desenvolvimento historicamente, pois não se trata de um conjunto de ideias descoladas da realidade; ao contrário, ele traduz-se em um conjunto de ações concretas que revelam o domínio econômico e ideológico da sociedade burguesa. Em seguida, subjacente à noção de desenvolvimento, reside a ideia da necessidade em superar o mundo rural, atrasado e conservador para ingressar no mundo urbano, moderno e industrializado. Além disso, as profundas mudanças tecnológicas provocadas pelo desenvolvimento capitalista ainda reforçam a ideia de um

²⁰ Engels, em O papel do trabalho na transformação do macaco em homem, texto de 1876, tem uma contribuição nesse debate ao indicar os efeitos da ação humana sobre a natureza para extração do que é imediatamente interessante para as classes dominantes, ignorando os aspectos ecológicos essenciais para a própria espécie humana em longo prazo. Cf. ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital Rocketedition, 1999.

progresso ilimitado ancorado na vitória do iluminismo, ou seja, da racionalidade científica, do conhecimento a serviço da dominação humana sobre a natureza.

A seguir, na perspectiva de compreendermos os conteúdos ideológicos ocultados pela institucionalização do “desenvolvimento sustentável” como uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo à crise capitalista, introduziremos o debate entre a ecologia política e a economia política. Trata-se então de situarmos os rumos da luta de classes vis-à-vis à crise do capital, caracterizada pela intensificação da exploração da força de trabalho e dos bens naturais. Em outros termos, buscaremos destacar como o campo da ecologia política compreende a dimensão ecológica da “questão social” oriunda da economia política do capital.

1.2 ECOLOGIA POLÍTICA

1.2.1 Emergência e fundamentos

Enquanto a economia política surge como um corpo teórico-explicativo no século XIX, que fundamenta o desenvolvimento do capitalismo industrial, que já vinha se expandindo e se consolidando desde o século XVIII; a ecologia política ganha expressão a partir da crise do capital dos anos 60 até os dias atuais, tendo como seus pilares a crise de superprodução, a finitude dos bens naturais e as mudanças climáticas pelo uso intensivo de fontes de energia fóssil. Trata-se de um vasto debate, seguramente inacabado, que pretendemos situar a partir da contribuição de alguns autores, como Fabrice Flipo, Harribey, Latouche, Tanuro, Husson, Löwy, Foster, dentre outros, que buscam dialogar, afirmando, ampliando ou rompendo com a crítica da economia política inaugurada por Marx.

Inicialmente apresentamos a economia política, bem como a sua crítica e suas apreensões sobre desenvolvimento a partir da ideia de ciclos do próprio capitalismo, tendo se afirmado academicamente no século XIX. Entretanto, parece-me ser tarefa ainda precoce estabelecer uma clara relação entre a ecologia política e os ciclos do capitalismo, pois a princípio ela surge como uma contestação ao modo de produção capitalista.

Antes ainda da conformação da ecologia política, destaca-se que a origem da ecologia está ligada a uma perspectiva biológica que, ao longo do século XX, vai sendo ampliada, buscando romper com uma visão parcial e isolada da vida e ao mesmo tempo pretensamente universal:

Como se sabe, ecologia, termo proposto pelo biólogo alemão Ernest Haeckel (1866), designa a ciência que estuda as relações dos seres vivos com o seu meio (Genviève Barnaud, Jean-Claude Lefeuvre, 1916) (PENA-VEGA, 2010, p. 56).

Ao processo de ampliação da ecologia, Edgar Morin (apud PENA-VEGA, 2010), considerando não somente a inter-relação, mas a interdependência e a confluência entre os ecossistemas natural e social, denomina de nova ecologia o resultado do que chama de pensamento complexo. A démarche do pensamento complexo busca romper com o domínio da ciência moderna (eurocêntrica), que isola e simplifica a realidade para torná-la uma verdade universal. Nota-se que, sobretudo no pós-68, surge um movimento acadêmico que contesta a ciência hegemônica que expressa uma perspectiva agnóstica ou estruturalista da vida humana, a exemplo da economia vulgar, da sociologia positivista, da antropologia estrutural. Concomitantemente, devemos registrar que, ao longo do século XX, correntes do marxismo não ficaram imunes ao estruturalismo.

Coutinho (2010), inspirado em Lukács, nos indica que, a partir da decadência ideológica da burguesia, inaugurada no século XIX, houve um abandono progressivo do humanismo, do historicismo e da razão dialética, o que compromete a compreensão da realidade em sua totalidade. Lukács, em *A destruição da razão*, identificou esse processo pelo apelo ao irracionalismo e à miséria da razão, expressos no agnosticismo e no estruturalismo.²¹ Desde então, especialmente nos momentos de crise do capital, essa decadência ideológica vem se renovando, buscando novas formas e conteúdos para manter o status quo da ordem vigente, a exemplo do movimento heterogêneo pós-moderno que ganha força pós-anos 60, sobretudo com o fim das experiências do “socialismo realmente existente” na Europa oriental. É nessa efervescência teórico-política que o debate ecológico ganha densidade, seja no âmbito acadêmico, seja nos movimentos sociais. Mas de que ecologia se trata?

²¹ Particularmente sobre a miséria da razão, Coutinho (2010, p. 51) declara: “A ‘miseria da razão’ – seu empobrecimento e extrema formalização – desemboca num agnosticismo que oculta a essência do real. Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e por meio da razão humana, o miserável racionalismo da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer ‘limites’ para o conhecimento; enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos ‘limites do conhecimento’. A razão, em suma, deixa de ser a imagem da legalidade objetiva da totalidade objetiva. O paralelismo entre esse empobrecimento da razão e o esvaziamento da práxis na atividade burocrática não é casual. A ‘miseria da razão’ é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo burocratizado do capitalismo”.

Para Morin (apud PENA-VEGA, 2010), é necessário um esforço teórico que vá além das certezas, da ordem, das evidências, indo em direção ao global, ao incerto e desconhecido.²² Por esta perspectiva, a ideia de desenvolvimento se torna indissociável da biosfera, rompendo com a dicotomia entre natureza e sociedade, como a ciência positiva do capital propõe. Assim, a alteração do termo desenvolvimento para “desenvolvimento sustentável”/durável, eco-desenvolvimento ou desenvolvimento integrado não é uma mera questão semântica, mas implica em uma questão ética. Em suas palavras:

Com isso, o pensamento ecológico complexo nos ajudará a pensar a ideia, até aqui dominada por um paradigma da simplicidade, segundo a qual a sociedade se nutre deste processo linear: progresso científico => crescimento => desenvolvimento => bem-estar humano (PENA-VEGA, 2010, p. 37).

O conhecimento deve ser múltiplo tal como a realidade, ou seja, ela é múltipla e diversa posto que o mesmo fenômeno é simultaneamente físico, biológico, mental, psicológico, cultural, social. Caminhando nessa direção, deve-se romper com um conhecimento simplista que se tornou sinônimo de progresso e desenvolvimento e que tinha como pressuposto a oposição entre homem e natureza. Nessa perspectiva, Morin (apud PENA-VEGA, 2010, p. 49-50) afirma que:

[...] o conhecimento científico era um conhecimento cumulativo de verdades que, empilhando-se umas sobre as outras e provocando um crescimento simplesmente quantitativo da própria ciência, constitui o que chamamos de progresso.

Assim, a superação do maniqueísmo homem versus natureza (com a supremacia econômica do primeiro tão presente na ciência moderna e sua forma de interpretar a realidade), é necessária para compreender a diversidade da realidade do conjunto da sociedade a partir de uma nova dialética entre homem e natureza na perspectiva de fundar outro tipo de desenvolvimento. Tal desenvolvimento deve estar pautado numa ética universal, que difere do rebaixamento do universal à uniformização dos saberes. Nessa dialética, a consciência ecológica é resultado de um pensamento complexo, que por sua vez está indissociado de uma ética da responsabilidade e da solidariedade para com o conjunto da sociedade.

No que concerne à questão do desenvolvimento, é necessário basear sua análise (inclusive a do desenvolvimento sustentável) numa atitude diferente em relação ao tempo histórico. Não se pode supor que este é eticamente sem validade. Isto permitirá o exame minucioso das necessidades de um outro desenvolvimento que leve em consideração o direito das gerações

²² Pena-Vega (2010) destaca que o universo da incerteza não é sinônimo de crise da ciência, mas implica na necessidade de rever o conhecimento e a explicação sobre a realidade.

futuras. A condição sine qua non para isto é a análise das particularidades singulares da incerteza ambiental e suas implicações sobre as escolhas sociais (PENA-VEGA, 2010, p. 97-98).

Destarte, a nova ecologia fundada pelo pensamento complexo abre uma via de contestação do capitalismo, cuja perspectiva científica dominante isola ou reduz os seres vivos ao seu ambiente. É a partir dessa ampliação teórico-metodológica que surge o campo da ecologia política.

Nossa posição é de reconhecer a complexidade das relações sociais que assumem novas expressões a cada conjuntura, ainda que a estrutura que organiza a produção e reprodução social continue erguida sob os pilares da sociabilidade capitalista. Entretanto, ao invés de pegar a estrada do irracionalismo e do subjetivismo, que cresceram especialmente a partir do último quarto do século XX, diante da crise do capital, ou de nos afastarmos de uma abordagem acrítica da organização clássica da força operária, damos preferência a um resgate e revisão do projeto da modernidade, tendo em vista que a burguesia o desviou para instrumentalizar a perpetuação do seu poder. Na contramão dessa tendência, apostamos na via da racionalidade crítica inspirada no materialismo dialético para acessar as chaves que nos auxiliam a compreender a relação dos fenômenos singulares e conjunturais com os pilares que estruturam e organizam a sociedade. Assim, os fenômenos mais aparentemente isolados compõem uma totalidade social. Nesse sentido, nosso esforço deve ser de buscar tais mediações avançando na construção de uma ética universal e uma práxis libertadora e emancipatória, que supere a forma de propriedade privada tipicamente capitalista e a exploração, alienação e estranhamento vigentes. Ademais, o Estado Moderno contemporâneo, seja pela via da democratização política, seja pela via do autoritarismo, tem amarrado e aprisionado as relações sociais nas fronteiras do capitalismo.

A superação dessas relações envia esforços em diversas frentes de luta, buscando costurar uma unidade entre antigas e novas formas de organização política, social e cultural, para enfrentar o poder econômico e político do capital. Estes são nutridos pela exploração e expropriação da força de trabalho alheia e de bens naturais gerando necessariamente desigualdade social, miséria material e espiritual e danos socioambientais numa escala temerária para o nosso futuro, e certamente para o futuro do projeto de uma outra sociabilidade, inspirada nos princípios socialistas revolucionários. Nesse sentido, a produção de conhecimentos

deve se somar a essa luta, desvelando e rompendo mitos, a exemplo do modelo de desenvolvimento econômico dirigido pelo capital como sinônimo de emancipação e liberdade; libertando-se de amarras dogmáticas, a exemplo de uma perspectiva de classe congelada no tempo e que reproduz a opressão de gênero, étnica, dentre outras. É a partir dessa abordagem que pretendemos compreender o debate da ecologia política, buscando situar o contexto em que surge, seus fundamentos teóricos e ídeo-políticos e reter da crítica a esse campo o que há de contribuição para a construção de um outro projeto societário.

Num primeiro momento, a ecologia política ganha expressão e se constitui enquanto um campo do saber a partir da crise do capital do final dos anos 60, reunindo críticas já anteriormente feitas ao produtivismo, ao consumismo e seus danos ambientais. Entretanto, nossa hipótese é de que parte desse vasto campo vem colaborando de forma instrumental para as formulações do capital na perspectiva de indicar uma saída para as sucessivas crises que persistem desde então. Por outro lado, o campo da esquerda, com toda a polêmica sobre esse tema, também passa a rever a relação entre sociedade e natureza, especialmente a partir do fim do socialismo real, buscando romper com o produtivismo presente tanto no capitalismo quanto nos países que vivenciaram experiências socialistas.

Desde o século XIX várias interrogações, postuladas por diferentes disciplinas e seus pensadores, colocaram em questão a relação entre sociedade e natureza, a exemplo do próprio Marx. A partir dos anos 60 do século XX a ecologia política reúne essa confluência de questionamentos em torno de si. Assim, segundo Leff (2013, p. 12):

Alegadamente, o termo “ecologia política” apareceu pela primeira vez na literatura acadêmica em artigo escrito por Frank Throne em 1935 (THRONE, 1935). No entanto, se a ecologia política se refere às relações de poder nas interações humano-ambientais, em estruturas hierárquicas e de classe no processo de produção e apropriação social da natureza, podemos tratar os precursores desse campo emergente de pesquisa no materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels – apesar de permanecer oculto sob a primária contradição entre capital e trabalho – e no anarquismo cooperativo social de Peter Kropotkin e sua ênfase – contra o Darwinismo social – na ajuda mútua na evolução e sobrevivência (KROPOTKIN, 2005; ROBBINS, 2012). A ecologia política foi forjada no cruzamento da geografia humana, da ecologia cultural e da etnobiologia para se referir às relações de poder no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente. Estabeleceu-se como disciplina específica e um novo campo de investigação e conflito social no início dos anos sessenta e setenta, desencadeada pela irrupção da crise ambiental, com os escritos pioneiros de autores como Murray Bookchin, Eric Wolf, Hans Magnus Enzensberger e André Gorz.

Ainda segundo Leff (2013), alguns desses autores que conformaram o campo da ecologia política fizeram uma revisão do marxismo, sob uma abordagem que denomina de *neo-marxismo*. Assim, de acordo com Leff (2013), Enzensberger, inspirado em Marcuse, criticou o processo de industrialização cujas forças produtivas são deformadoras, pois destroem a nossa base material, e colocam em risco a própria sociedade humana. Tal lógica, conduzida pela ideia de produção de superabundância, se deu pela pilhagem sem precedentes na história, sendo os povos do Sul e as gerações futuras suas vítimas. Dessa forma, apesar de contestar a tese marxista de que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas seria essencial para a promoção da abundância como condição para a construção do comunismo, Enzensberger teria reafirmado (cf. Leff, 2013) outra tese marxista: a de que a riqueza se constitui a partir da miséria.

Inspirado em Polanyi, de acordo com Leff (2013), Gorz denunciou a apropriação dos domínios da vida social pela lógica capitalista mercantil. Nesse sentido, criticou a tecnologia como forma de dominação, somando-se a outros autores que a criticaram no sentido de buscar compreender o desenvolvimento das forças produtivas a partir de sua contribuição ou impedimento para a emancipação humana, buscando ir além da racionalidade econômica. Mais tarde, Gorz (cf. Leff, 2013) passa a defender “tecnologias abertas” para fortalecer as lutas sociais.

Faz-se importante destacar que Gorz indicava que a própria ciência e o desenvolvimento tecnológico modernos revelaram que toda atividade produtiva se baseia nos empréstimos da natureza através de seus recursos/bens finitos. Entretanto, não sacralizava a natureza, nem defendia um “retorno” a ela, mas insistia que a sociedade deveria compreender que a natureza limita a atividade humana. Caso contrário, ao ignorar esse fato, não conseguirá evitar restrições econômicas, nem mal-estar físico ou mental. Como exemplo, defendia que, apesar do aumento do consumo, a tendência era a queda da qualidade de vida (GORZ, 2013).

Walter Benjamim, assim como Marcuse e Polanyi, também figura entre os autores que questionam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas antes ainda da conformação do campo da ecologia política:

[...] Walter Benjamim havia contestado a concepção tecnocrática e positivista impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Criticou a “decadência da aura” de objetos históricos e da natureza (BENJAMIM, 1936/1938), e vislumbrou um tipo de trabalho que, “longe de explorar a natureza é capaz de dar à luz as criações que estão adormecidas

em seu ventre como potenciais” (BENJAMIN, 1940/1968 apud LEFF, 2013, p. 13).

Nessa trilha, a tecnologia se tornou o foco das análises dos neo-marxistas, trazendo à tona a questão da crise da humanidade na modernidade, que posteriormente viria a se manifestar como crise ambiental.

Bookchin (cf. LEFF, 2013) teve um papel importante na abordagem neo-marxista da ecologia política, pois congregou o pensamento anarquista, socialista libertário e ecológico, reivindicando uma postura política radical, que denominou de ecologia social. Já nos seus escritos do início dos anos 60, vislumbrava que as mudanças climáticas resultariam dos desequilíbrios causados pelo homem pós-revolução industrial e que começaram a ser debatidas no cenário internacional a partir dos anos 70. Em síntese, para ele era necessário romper com essa relação através da ecologia. Esta seria essencialmente crítica, expressando o reencontro do homem com a natureza, o caminho para uma sociedade verdadeiramente libertária, emancipada, a partir do potencial criativo humano que reside nessa relação (LEFF, 2013).

Marcuse teve uma contribuição importante na revisão neo-marxista, pois compreendia a natureza como constituidora do processo emancipatório de libertação. Bookchin foi além, buscando nessa análise uma práxis política a partir da racionalidade ecológica e do naturismo dialético para que a sociedade se emancipe.

Assim, a ecologia de Bookchin propôs a alteração do foco na abundância (ênfase econômica) para o que é realmente necessário, ou seja, para uma produção voltada para a sobrevivência da humanidade. Nesse sentido, a emancipação passaria necessariamente por uma refundação da relação homem/natureza baseada, nos termos do autor, na “sustentabilidade da vida” (BOOKCHIN apud LEFF, 2013, p. 14). Esse debate inicial abriu caminho para o que veio a se constituir no campo político do ecossocialismo (Löwy, Münster, Tanuro, dentre outros) e no ecomarxismo (O’Connor, dentre outros).

No âmbito da política institucional no cenário internacional vem se dando debates, acordos, protocolos, que envolvem diferentes países num compromisso pela proteção, conservação e gestão do meio ambiente. Tal dinâmica tem como referência histórica a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, de 1972. Leff (2013) também nos lembra da criação da União Internacional para a Proteção da Natureza em 1948. Entretanto, o autor assinala que as respostas à

crise ambiental devem ser mais amplas do que a preservação da natureza ou a gestão ambiental, pois os fundamentos e objetivos da ecologia política são mais amplos:

A ecologia política é o estudo das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza; é o campo das controvérsias sobre as formas de compreender as relações entre a humanidade e a natureza, a história da exploração da natureza e da submissão de culturas, de sua subsunção ao capitalismo, e para a racionalidade do sistema-mundial global; das estratégias de poder dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental. (LEFF, 2013, p. 15)

Inegavelmente, a ecologia política colocou em questão a racionalidade moderna e suas promessas, pois considerou que a humanidade não avançou na construção de uma alternativa à crise econômica, que a partir dos anos 60 se tornou inseparável da crise ambiental. Por outro lado, buscou amalgamar diferentes disciplinas, de diferentes matrizes e fundamentos, mantendo ainda em aberto seu estatuto científico, suas abordagens de investigação e seus efeitos práticos.

Nosso objetivo aqui não será de tratar das fronteiras entre a modernidade e pós-modernidade, até porque esse debate incorre no risco de engessar e esterilizar discussões relevantes para o tempo presente e futuro, tendendo a sectarismos que acabam se tornando cúmplices do avanço do conservadorismo e da barbarização da vida social. Entretanto, é preciso reconhecer que alguns dos questionamentos vindos do campo da pós-modernidade são pertinentes, notadamente sobre a emancipação humana, não realizada nem pelo capitalismo nem pelo socialismo real, o que em si não significa que o projeto de transição socialista tenha sido enterrado. Apesar da pertinência dessa interrogação, o próprio terreno da pós-modernidade é demasiado amplo e heterogêneo, podendo incorrer em ecletismos e novas pistas falsas na busca pelo(s) caminho(s) para a emancipação.

Ainda assim, com a ecologia política residindo nessa fronteira, essa tensão é produtiva no sentido de nos provocar permanentemente sobre a validade das formulações até então hegemônicas, sejam as de origem no pensamento liberal, sejam as de inspiração na teoria crítica marxista. A realidade material nos parece continuar sendo a fonte de investigação privilegiada para novas chaves. Ainda que o modo de produção capitalista tenha se expandido na escala em que hoje

conhecemos e que as experiências do “socialismo realmente existente”²³ tenham se esgotado na Europa, as mudanças econômicas foram acompanhadas por novos fenômenos. Estes se expressam pelas mudanças no mundo do trabalho, combinando alta tecnologia com precarização do trabalho, desemprego e mesmo trabalho escravo; bem como pelas perdas de conquistas históricas e retrocessos no campo dos direitos. Nesse cenário, tem se produzido novas formas de organização social, política, cultural, ideológica, que desafiam o campo científico e suas interpretações, até então vigentes.

Nesse sentido, superando a noção de necessária universalização do desenvolvimento capitalista, até mesmo como etapa para superá-lo, Leff (2013) acredita que a crise ambiental é resultado: dos limites da lei do valor como equivalente universal para a medida de todas as coisas; da universalização da ciência; do pensamento unidimensional; da racionalidade instrumental. Nesse contexto, é necessário retomar os valores emancipatórios modernos como a liberdade, igualdade e fraternidade, corrompidos pelo liberalismo econômico e jurídico, reinvestindo-lhes de conteúdos que ressaltem a importância da convivência solidária com a diversidade cultural, o que a nosso ver supõe a superação da sociabilidade capitalista. No seu entendimento, essa é uma chave importante para compreender a realidade dos países do Sul, rompendo com a lógica insustentável imposta pelo ocidente, que vem há séculos colonizando não apenas territórios, mas conhecimentos. Esta colonização é resultado de uma política imperialista de apropriação de territórios, mercados, culturas, saberes, sempre acompanhados da ideologia do desenvolvimento, própria da expansão capitalista.

No contexto da crise ambiental é preciso defender a política da diversidade socioeconômica e cultural, reconhecendo direitos coletivos, pautados pela ética da alteridade. Assim, considera que:

A ecologia política surge no Sul a partir de uma política de diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, a partir de suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento, da reinvenção dos territórios, e da reapropriação da natureza. (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2012, apud LEFF, 2013, p. 16).

²³ A expressão foi cunhada por Leonid Breznev para combater a tese, sob a influência do tipo ideal weberiano, que se disseminou entre intelectuais de esquerda na compreensão de que não teria havido experiências socialistas concretas no século XX (BUONICORE, 2007).

Nessa perspectiva, o autor sustenta que a emancipação ambientalista legitimaria conhecimentos tradicionais e populares diante do conhecimento formal. Ou seja, a emancipação do conhecimento popular permitiria a construção de relações de produção e consumo sustentáveis baseados numa outra relação entre homem e natureza. Nos termos do autor:

A construção de um mundo sustentável exige o controle social da degradação ambiental: desacelerar as tendências rumo à morte por entropia do planeta e fortalecer os princípios da vida. Implica a reinvenção de identidades comuns, formas coletivas do ser e do viver-no-mundo culturais para apoderar os processos negentrópicos que sustentam a vida no planeta (LEFF, 2013, p. 18).

Penso que as considerações de Leff contribuem para rompermos com determinismos que decretam o fim de qualquer relação que resista à lógica essencialmente mercantil, baseada na expropriação da natureza e dos homens com a finalidade de acumulação de capital. Nessa lógica produtivista se avaliava que o campesinato, os indígenas, teriam seus dias contados na modernidade. Por outro lado, não podemos cair no romantismo de considerá-los como imutáveis, intocáveis, pois integram uma totalidade de relações muito mais amplas e inescapáveis. Ademais, esse tipo de exaltação do diverso corre o risco de reforçar um falso isolamento das dinâmicas sociais, incorrendo na armadilha de uma visão romântica que reivindica o retorno a um passado inexistente. Ao contrário, as experiências que resistem e se contrapõem ao desenvolvimento dirigido pela economia política capitalista só podem ser compreendidas por mediações em relação a um sistema que se universalizou. Nesse sentido, elas não devem ser tomadas isoladamente, mas compreendidas como um acúmulo histórico que pode contribuir para a formação de uma nova totalidade social.

Apesar de reconhecer a importância de toda e qualquer luta que resista à lógica galopante de apropriação e mercantilização da vida, penso ser um dilema contemporâneo, acentuado após a queda do socialismo real, certa tendência de lutar por direitos cada vez mais segmentados, ditos de grupos ou “minorias”, incorrendo-se no risco de perder de vista a emancipação de todos, do conjunto da sociedade, como Marx (2001a) já anunciava ao tratar da questão judaica. Nesse sentido, penso que fica ainda como uma questão a ser perseguida a relação entre as lutas sociais segmentadas e a luta de classes no enfrentamento do domínio contemporâneo do capital.

Partimos da hipótese que seria possível romper com a dualidade entre o relativismo cultural (criticado pela modernidade) e o universalismo totalitário (criticado pela pós-modernidade) buscando superar a racionalidade moderna burguesa, sem abrir mão do princípio da totalidade (diferente de totalitarismo). Nesse sentido, é preciso recuperar os valores emancipatórios modernos para a construção de uma nova sociabilidade que pode e deve ser plural, pautada na liberdade real, e não apenas formal, na autorrealização, na autoemancipação, com valores ético-políticos universais, o que supõe um longo e largo enfrentamento à estrutura da sociabilidade capitalista.

Ao fim e ao cabo, penso serem relevantes as questões suscitadas por parte do campo da ecologia política e do ecossocialismo, que se apoiam em experiências de lutas populares, como as camponesas e de povos “tradicionais”,²⁴ para afirmar que há outros tipos de conhecimentos construídos socialmente que resistem à racionalidade burguesa, mas que por ela são subjugados, subalternizados, marginalizados. E nessa direção, no campo da ecologia política, há correntes que apelam para a atualização do conceito de luta de classes, considerando que parte do pensamento marxista reduziu seu protagonismo revolucionário ao operariado, ignorando a espoliação e mesmo o extermínio que o capital emprega a outros segmentos sociais. Nesse sentido, a questão da transição socialista segue atual, sendo necessário retornar à realidade desse início do século XXI, enriquecida de seu acúmulo histórico, para renovar as lutas anticapitalistas, suas táticas e estratégias, num cenário de tamanha regressão em escala internacional.

1.2.2 Atualidade e renovação de polêmicas

Flipo (2014) admite que o campo da ecologia política é extremamente heterogêneo, sendo disputado por diferentes correntes, que se acusam mutuamente

²⁴ Considero pertinentes as considerações de Dupré (1991) sobre sociedades tradicionais. O autor nos indica que no contexto da colonização a diversidade das sociedades foi reduzida ao arcaísmo e ao primitivismo, sendo consideradas sociedades imutáveis e, portanto, condenadas ao desaparecimento. Em seguida, foram consideradas objeto de estudo, sobretudo pela antropologia. Entretanto, é preciso superar essa condenação ao desaparecimento ou a sua mera observação como sociedades imutáveis. Ao contrário, é preciso reconhecer o protagonismo desses sujeitos sociais, o conhecimento por eles produzido e suas lutas.

de serem de esquerda ou de direita, de serem republicanas ou antirrepublicanas. O autor defende uma terceira via, em que a ecologia política não se reduz nem ao liberalismo nem ao socialismo, estando fundada numa antropologia materialista que articula ciência e religião – o que denomina de antropologia fundamental e que se pretende universal. Trata-se de uma nova prática de mundo, pautada por uma nova tecnologia, que rompa com a lógica rentista. Esta deve ser contestada permanentemente, bem como o poder do Estado. Em oposição a este poder, Flipo (2014) defende o protagonismo da sociedade civil organizada. Com efeito, pela via da ecologia política, coloca-se em questão um conjunto de conceitos modernos, como: progresso, produtivismo, ocidentalismo, humanismo, a dualidade que opõe o antropocentrismo ao ecocentrismo, bem como a origem da criação da riqueza e da lei do valor.

O autor supracitado realiza uma pesquisa de fôlego no sentido de mapear o debate sobre a relação entre natureza e política nos campos do liberalismo, do socialismo marxista e no próprio campo da ecologia política. Considera que tal debate se coloca ainda pertinente tendo em vista o contexto contemporâneo em que o neoliberalismo se revelou inoperante para resolver as sucessivas crises do capital.

No que diz respeito aos fundamentos da perspectiva liberal, recupera o tripé anunciado por Audard (cf. Flipo, 2014): indivíduo como origem da ordem social; liberdade baseada no e equilibrada pelo mercado; separação entre poderes consolidada pelo Estado de direito, que separa Estado de sociedade civil. Na contemporaneidade, Flipo (2014) analisa que o liberalismo entende o princípio da precaução,²⁵ defendido pelos ecologistas a partir da mediação do Estado, como um obstáculo ao desenvolvimento. Entretanto, o liberalismo aposta no desenvolvimento da tecnologia (para responder permanentemente aos dilemas da humanidade) e na não intervenção do Estado nas relações econômicas; nesse sentido, apoia inovações consideradas arriscadas para a vida do meio ambiente e humana, a exemplo dos Organismos Geneticamente Modificados. Na verdade, sabemos que a lógica sob a qual se assenta o investimento em inovações não é de resolução de

²⁵ “Princípio de precaução é inseparável da posição ética mais geral, segundo a qual é *irresponsável* participar do tipo de pesquisa que leva a inovações tecnocientíficas, *a não ser que* pesquisas rigorosas e sistemáticas, de dimensões comparáveis sobre as consequências (riscos) ecológicas e sociais a longo prazo de sua implementação sejam efetuadas” (NODARI, 2011, p. 55-56, grifo do autor). Tal princípio surge como um dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) e é aplicado internacionalmente a partir do Protocolo de Cartagena (2000) que regula pesquisa, manipulação, transporte, comercialização, etc. dos Organismos Geneticamente Modificados.

necessidades sociais, mas de realização de mais-valor, de lucro e de acumulação de capital. Na contemporaneidade, o liberalismo, na sua roupagem neo, continua negando o empírico, ou seja, a finitude dos bens naturais, apostando na tecnologia como a chave do desenvolvimento.

Em sua crítica ao liberalismo, Flipo (2014) indica como tendência que os fracassos impostos pela realidade ecológica tentarão as forças liberais ao autoritarismo. Entretanto, desconsidera em sua análise o movimento que o capital vem fazendo na busca de consenso em torno do “desenvolvimento sustentável” ao capturar o discurso ecológico, colocando-o a serviço de novas formas de valorização, como através da chamada economia verde.

Quanto ao autoritarismo como resposta às crises ecológicas, penso que não se trata de uma novidade, tendo em vista que a subtração da democracia é recorrente na história do capital quando a luta de classes se acirra e a hegemonia burguesa é ameaçada, notadamente em seus momentos de crise. Por outro lado, é inegável a tendência de manutenção das guerras em função não apenas do domínio político que garanta os negócios econômicos, mas pela finitude dos bens naturais e seus múltiplos resultados, a exemplo da desigualdade de distribuição ecológica, seja de acesso aos recursos, seja na destinação de dejetos da produção mercantil. Não por acaso, países do capitalismo central, sobretudo os EUA, vêm destinando recursos volumosos para pesquisa militar relacionada às mudanças climáticas, pois as compreendem como armas de destruição em massa.²⁶

No que diz respeito ao socialismo, com base no marxismo clássico, Flipo (2014) reconhece que é uma boa teoria do “capitalismo real” e do movimento operário e que, até os anos 70, havia uma relação entre socialismo e ecologia. Entretanto, com a crise do socialismo real e mesmo dos partidos de esquerda na Europa ocidental, os anos 80 se caracterizaram por um social-liberalismo, ou seja, passou a haver um abandono progressivo das ideias e valores socialistas e incorporação da ideia de gestão da crise, na falta de alternativa. Nesse contexto, muitos socialistas migraram para a militância “verde”. Não obstante, registra-se que dentro do próprio marxismo abriu-se um campo de crítica à ecologia política, buscando realinhar a relação entre socialismo e ecologia, como veremos adiante.

²⁶ O pesquisador Razmig Keucheyan, mestre de conferências da Paris IV vem se dedicando à investigação dessa temática, que não teremos a oportunidade de aprofundar na presente pesquisa (Cf. KEUCHEYAN, R. **La nature est un champ de bataille**. Paris, La découverte, 2014).

Flipo (2014) critica que os movimentos socialistas reivindicam apoio político dos ecologistas, mas não fazem qualquer esforço para se aproximarem do ecologismo. Ao contrário, considera ainda que o marxismo enxerga nos ecologistas uma burguesia de caráter não liberal. Ou seja, um segmento que se pretende revolucionário, colocando-se para disputar o poder, assim como a burguesia no século XVIII, mas que se opõe à autorregulação do mercado. Nessa perspectiva de análise, o ecologismo estaria mais preocupado com o meio ambiente, com a qualidade de vida, do que com os empregos dos trabalhadores. Já para os ecologistas, os marxistas restringem sua luta à apropriação dos meios de produção e à planificação econômica e nesse sentido mantêm viva a lógica do valor baseada no desenvolvimento tecnológico ilimitado.

No campo da crítica do valor (também heterogêneo, guardando divergências internas), retoma as considerações de Postone quando este afirma que o valor não deve ser reapropriado e socializado, mas abolido. Nesse sentido, Postone defende a importância dos novos movimentos sociais que propõe uma alternativa não somente à distribuição (do valor, da riqueza, do trabalho, etc.), mas também ao modo de produção. Nas considerações de Flipo (2014), as formulações de James O'Connor, inspirado em Marx e em Polanyi, são as mais pertinentes no campo do marxismo, ao reconhecer duas contradições no capitalismo: uma que diz respeito à relação entre capital e trabalho, outra, entre o capital e as condições externas de sua acumulação (como a gestão do território, os ecossistemas, a democracia, etc.). Entretanto, critica O'Connor por ainda defender a necessidade de a economia ser integrada ao social. Seguindo a trilha de O'Connor, Juan Martinez-Alier destaca o papel das lutas populares, que denomina de "agrárias", já que tais lutas superam a ideia de uma ecologia atrelada aos interesses da classe média urbana, atrelando-se à defesa dos bens essenciais necessários à vida. Em síntese, em concordância com determinadas análises marxistas, o autor considera que:

O capitalismo provocaria portanto dois tipos de crise: a crise de superprodução bem destacada pela análise marxista clássica (superprodução consequentemente [estoques] invendáveis, desemprego, diminuição do poder de compra e portanto mais invendáveis, o que acelera a crise até que a estrutura produtiva encontre um novo equilíbrio, fazendo os salarizados pagarem por ela) e uma crise de sub-produção de certos

fatores essenciais à acumulação, notadamente os fatores ecológicos (FLIPO, 2014, p. 194-195, tradução nossa).²⁷

Não obstante, o autor aposta numa indiferenciação na abordagem do liberalismo e do marxismo sobre a ecologia. Compreende que, assim como o liberalismo, o marxismo aposta no projeto da modernidade, que postula a técnica como a força motriz do homem produtivo, do homem econômico. Nessa perspectiva, o marxismo compartilharia com o liberalismo da preocupação com a escassez, investindo no desenvolvimento tecnológico para produção em abundância. Por fim, reduz a oposição entre liberalismo e socialismo a um problema de gestão, já que o socialismo não avançou nos questionamentos sobre o desenvolvimento ilimitado:

Do ponto de vista ecológico, o debate entre liberalismo e socialismo gira então principalmente em torno da questão de saber qual dos dois é melhor gestor, e quais são os perímetros que devem estar acordados respectivamente com o privado e com o público, os dois preenchem uma função específica, a exemplo da diferença entre um puro mercado atomizado e uma empresa (FLIPO, 2014, p. 212, tradução nossa).²⁸

Nesse sentido, o autor supracitado coloca em questão a própria modernidade e sua noção ontológica de progresso para a humanidade. Em sua compreensão, a modernidade, ancorada na economia, se mostrou não universal, mas particular, pois seu modelo de desenvolvimento ilimitado não pode ser estendido a uma escala planetária. Nessa perspectiva, considera, de maneira simplista, que os movimentos agrários dos países do “terceiro mundo” já teriam compreendido os limites desse tipo de desenvolvimento. Em sua avaliação, a modernidade deve ser, portanto, superada, e não disputada. Para isso, aposta no ecologismo, que tem o mesmo estatuto que a economia, como uma nova possibilidade de universalidade a partir da força organizativa da sociedade civil. Nessa universalidade, o direito à natureza deve integrar o direito dos homens. Apesar de reconhecermos que a preocupação ecológica é pertinente e inescapável na contemporaneidade, pois determina a própria vida humana, parece-nos temerária a redução da modernidade ao desenvolvimento capitalista ou mesmo às experiências limitadas do socialismo real.

²⁷ “Le capitalisme provoquerait donc deux sortes de crise: la crise de surproduction, bien mise en évidence par l’analyse marxiste classique (surproduction d’où invendus, d’où chômage, d’où baisse de pouvoir d’achat et donc davantage d’invendus, ce qui accélère la crise jusqu’à ce que la structure productive trouve un nouvel équilibre, faisant payer au passage les pots cassés aux salariés), et une crise de sous-production de certains facteurs essentiels à l’accumulation, notamment les facteurs écologiques”.

²⁸ “Du point de vue écologiste, le débat entre le libéralisme et socialisme tourne alors principalement autour de la question de savoir lequel des deux est le meilleur gestionnaire, et quels sont les périmètres qui doivent être accordés respectivement au privé et au public, les deux remplissent une fonction spécifique, à l’instar de la différence entre un pur marché atomisé et une firme”.

A nosso ver, a saída para os dilemas da humanidade se encontra na potencialidade da racionalidade humana em apreender o real em seu processo dialético. Assim, a negação da herança progressista, ancorada no humanismo, no historicismo e na dialética, pode nos levar a pistas falsas, ou seja, a escolher caminhos que, ao invés de nos levarem à superação das desigualdades sociais e da crise ambiental, podem nos levar a reiterar a ordem vigente, ainda que sob novas roupagens, a exemplo da ideologia do “desenvolvimento sustentável” já capturada pelo capital. Contudo, a posição do autor é ambígua, pois ao mesmo tempo em que critica a modernidade, reivindica o materialismo, a dialética e a historicidade como elementos do ecologismo.

Sobre alguns dos autores marxistas que se situariam no campo do ecossocialismo, considera que Foster (sendo que este não se reivindica ecossocialista, mas ecomarxista) busca na obra de Marx pistas para afirmar que ele teria uma contribuição à superação da oposição entre antropocentrismo e ecocentrismo. Entretanto, avalia que a aposta de Marx no desenvolvimento econômico para produção de abundância que favoreça a transição ao comunismo denotaria um exagero infundado na análise de Foster ao considerar Marx um ecologista.

Veremos mais adiante que Foster faz um esforço importante para compreender a contribuição de Marx à ecologia, a partir da releitura de muitas de suas obras cujas passagens sobre os danos da industrialização e sobre a importância da natureza na produção da riqueza social são igualmente incontestes. Entretanto, de fato não é possível ignorar o peso dedicado na obra marxiana à importância do desenvolvimento das forças produtivas, aos avanços da industrialização, como veremos que os ecossocialistas Löwy e Tanuro sinalizam.

Quanto à Gorz,²⁹ é interessante notar que sua obra foi objeto de muitas críticas no próprio campo do marxismo, ao colocar em questão o fim do trabalho como central na relação econômica capitalista, posto que esse tipo de análise impacta a noção de luta de classes presente no marxismo clássico. Entretanto, Flipo (2014) considera Gorz ainda muito próximo do marxismo, notadamente de Sartre e dos Grundrisse e, nesse sentido, considera que ele foi se distanciando do

²⁹ Trata-se de um autor que, ao inaugurar a tentativa de aliança entre o ecologismo e o marxismo, passou a habitar uma zona que o colocou no limbo. Para uns, não era suficientemente ecologista e, para outros, não era suficientemente marxista. Ao longo de suas obras levantou questionamentos e polêmicas importantes e alterou sua posição no que diz respeito ao uso da tecnologia.

ecologismo. Ademais, contesta sua aposta na massificação da tecnologia de informação que seria apropriada por um hipotético proletariado cognitivo. Assim, segundo Flipo (2014), para Gorz, o ecologismo seria instrumental para combater o produtivismo restrito ao capitalismo. Nesse sentido, em sua análise, Gorz estaria no campo do ecossocialismo, no qual a ecologia ocupa um lugar secundário.

De fato, em um artigo de 74, Gorz (2014) afirma que o ecologismo não é um fim em si mesmo e que a tendência é que o capital o integre ao sistema como já o fizera com outros limites. Ademais, indica que a luta não deve ser para que o capitalismo se acomode às restrições ecológicas, virando um gestor do meio ambiente, mas deve caminhar na direção de uma revolução cultural, social e econômica que o supere.

Segundo Flipo (2014), Lipietz teria superado Gorz trazendo a ecologia para o centro das relações sociais em substituição ao socialismo. Apesar de reconhecer a base metodológica comum entre o movimento operário e o pensamento ecologista, pois ambos se apoiam no materialismo, na dialética e na historicidade, enxerga uma oposição insuperável entre ambos, qual seja: o desacordo no que se refere ao progresso das forças produtivas. Lipietz teria então avançado, trazendo o ecologismo para o centro da política, independentemente da articulação com o campo do socialismo. Não por acaso, defendeu um conjunto de reformas para a construção de um modelo de desenvolvimento verde, que não coloca como horizonte a superação das relações capitalistas, a exemplo da diminuição do tempo de trabalho; criação de ecotaxas (compondo um planejamento ambiental) para investimento em tecnologias limpas; negociações entre industriais e trabalhadores; cooperação entre antigas e novas potências para a promoção de regras sociais e ambientais comuns; etc.

Além de Lipietz, outro autor que teria superado Gorz na defesa do ecologismo é Ivan Illich. Este parte do princípio que o progresso proposto pelo capitalismo não pode ser estendido a todos em função da impossibilidade material. Apesar de analisar o valor-trabalho como central nas relações sociais, como defendido pelo marxismo clássico, não acredita que a classe operária seja portadora de uma universalidade. Acredita que as instituições precisam ser revolucionadas na perspectiva da construção da autogestão, para além da autogestão operária; que toda a relação que envolve ganhos de produtividade, e mesmo suas ferramentas, como a tecnologia da informação, deve ser questionada, pois não proporciona o que

para ele deve ser central: a igualdade. Assim Flipo (2014) recupera em Illich argumentos que questionam não apenas a apropriação dos meios de produção, mas a renda e as instituições que a legitimam, posto que ela é o objetivo do modo de produção produtivista, contribuindo assim para a formação de uma ecologia crítica.

O ecologismo “crítico” reatualiza portanto a fórmula marxiana “de cada um segundo suas capacidades e à cada um segundo suas necessidades”, levando em conta uma eficácia ecológica (ou ecológico-social), que não é nem liberal nem marxista. Este tenta demonstrar que a “ecologia” tem o mesmo estatuto ontológico que a “economia”: um lugar fora do Estado onde se auto-organizam as atividades da sociedade civil. Uma revolução, nessa perspectiva, não pode ser uma simples tomada de poder: é uma “revolução das instituições” que está em questão, e Illich a reivindica (FLIPO, 2014, p. 242-3, tradução nossa).³⁰

Destarte, recuperando as contribuições de Lieptz e Illich, Flipo (2014) compreende que o ecologismo defende reivindicações progressistas, apesar de nem sempre apoiar a luta operária, por não acreditar no seu universalismo. Ademais, agregou contribuições de outros campos como da psicologia social, do existencialismo e do freudo-marxismo, pois portam uma teoria de transformação social como a que Moscovici, Sartre, ou, em menor medida, que Deleuze e Guatarri (cf. Flipo, 2014) propunham. Acredita ainda, seguindo as pistas de Lipietz, que não se pode descartar que o ecologismo possa ter a força revolucionária que a burguesia portava no início do século XIX, quando o movimento operário ainda não havia amadurecido enquanto classe para si. Ou seja, refere-se ao período em que a burguesia triunfava sobre os antigos regimes. Por outro lado, é temerário que, tal como a burguesia, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX, tal projeto capitule seu conteúdo progressista e revolucionário, restringindo-se a uma compreensão limitada do mundo, mais preocupada com o consumo do que com a produção, que acaba reforçando os poderes instituídos.

O autor sugere que o ecologismo coloca em primeiro lugar o conteúdo da produção e não a exploração no âmbito da indústria e, nesse sentido, se afastaria do

³⁰ “L’écologie ‘critique’ réactualise donc la formule marxienne ‘de chacun selon ses capacités à chacun selon ses besoins’, en tenant compte d’une efficacité ‘écologique’ (ou écologique-sociale), qui n’est ni libérale ni marxiste. Ceci tend à démontrer que ‘l’écologie’ a le même statut ontologique que ‘l’économie’ : un lieu hors de l’État où s’auto-organisent les activités de la société civile. Une révolution, dans cette perspective, ne peut pas être une simple prise de pouvoir : c’est d’une ‘révolution des institutions’ qu’il est question, et Illich le revendique”.

socialismo.³¹ Defende a livre concorrência no lugar do monopólio para que o consumidor tenha margem real de escolha. Assim, reconhece o caráter pequeno-burguês do movimento: “[...] os anticapitalistas têm razão em apontar a existência de um ecologismo pequeno-burguês que se preocupa menos com as desigualdades do que com a sua própria qualidade de vida” (FLIPO, 2014, p. 253, trad. nossa).³²

Destarte, partindo de uma leitura reducionista do marxismo, postula que apenas uma revolução conseguiria promover uma aliança entre esse campo e o do ecologismo, pois os que tentaram fazê-lo (referindo-se à Gorz e Illich) fracassaram, tendo em vista que suas pistas não avançaram em formulações estratégicas.

Sua análise ignora o movimento ecossocialista contemporâneo nesse esforço de conjugar o socialismo e a luta ecológica. Ademais, mesmo criticando os limites de Gorz no avanço do ecologismo, resgata-o para reivindicar a necessidade de retomada da utopia da emancipação que a industrialização aterrou:

A utopia industrialista nos prometia que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica iam liberar a humanidade da escassez, da injustiça e do mal-estar; que iam dar-lhe, com o poder soberano de dominar a natureza, o poder soberano de se autodeterminar; e que iam fazer do trabalho a atividade ao mesmo tempo demiúrgica e autopoética na qual o desempenho incomparavelmente singular de cada um é reconhecido – simultaneamente como direito e dever - como servindo à emancipação de todos. Dessa utopia não resta nada (GORZ apud FLIPO, 2014, p. 252, trad. nossa).³³

Já inspirado em Illich e sua ecologia radical, critica o desenvolvimento tecnológico ilimitado, pois provoca danos ambientais, bem como critica o consumismo ostentatório da classe parasitária e valoriza a luta das minorias ativas por valores coletivos e não individuais.

Para além dessas contribuições insuficientes para o campo do ecologismo, Flipo (2014) considera que é preciso avançar, colocando o ecologismo numa perspectiva universalizante. Tal processo passa por ultrapassar as dicotomias das soluções propostas pela modernidade/antimodernidade/pós-modernidade e pelo

³¹ O autor trata o socialismo como um movimento homogêneo, o que não corresponde à realidade, pois há correntes socialistas que condenam a exploração da força de trabalho e a ideia de desenvolvimento ilimitado, como o ecossocialismo, o ecomarxismo, bem como a revisão da teoria crítica de Marx que sustenta.

³² “[...] les anticapitalistes ont raison de pointer l'existence d'un écologisme petit-bourgeois qui se soucie moins des inégalités sociales que de sa propre qualité de vie”.

³³ “L'utopie industrialiste nous promettait que le développement des forces productives et l'expansion de la sphère économique allaient libérer l'humanité de la rareté, de l'injustice et du mal-être; qu'ils allaient lui donner, avec le pouvoir souverain de dominer la nature, le pouvoir souverain de se déterminer elle-même; et qu'ils allaient faire du travail l'activité à la fois demiurgique et autopoétique en laquelle l'accomplissement incomparablement singulier de chacun est reconnu – à la fois comme droit et devoir – comme servant à l'émancipation de tous. De cette utopie il ne reste rien”.

tradicional. É preciso superar a ideia cartesiana de natureza, sustentada pela racionalidade moderna, em que o humanismo representaria a universalização ontológica de uma determinada relação em que o homem é dominante, tornando-a sinônimo de desenvolvimento. Para o ecologismo, não é possível apostar no crescimento infinito e ser humanista. Puxando esse fio condutor, um renomado teórico do decrescimento nos provoca:

[...] a ecologia é humanista? Felizmente não, se por humanismo compreendemos a atenção exclusiva para um humano destacado de suas esferas artificiais, de seus escafandros de sobrevivência, de suas condições de existência, de suas casas, de seus habitats – econômico, ecológico. Felizmente sim, se por humanismo compreendemos o humano ligado (ou melhor, religado) ao conjunto de seres em que ele percebe no curso de sua longa história que ele era dependente. Para evitar o desumano, é preciso passar pelos não-humanos. Somos capazes, não somente de nos remodelar, mas também de nos re-humanizar? (LATOURET, 2013, p. 332, trad. nossa).³⁴

Nessa direção, pensar a sociedade humana é repensar a relação com a natureza. Assim, Flippo (2014) defende que a filosofia política é a antropologia da natureza e que hoje é preciso compreender que a globalização é composta por forças modernas e não modernas (cuja centralidade das relações não é econômica). Não se trata de defender sociedades primitivas idealizadas e/ou de reproduzir formulações retóricas da ecologia política, mas de se lançar na realidade e compreender a racionalidade dos sujeitos em suas diferentes formas de viver e resistir ao projeto de desenvolvimento dominante. Nesse sentido, ressalta a importância dos estudos de Juan Martinez-Alier (a exemplo dos estudos de 2012 e 2014, abordados nesta tese) sobre os países do Sul e seus movimentos agrários.

O terreno movediço da ecologia política tem se referido aos movimentos populares e camponeses do Sul, onde a pobreza material é uma realidade importante, como um paradigma de questionamento da sociedade da abundância, do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Mas o caminho seria limitar as necessidades humanas? Limitar o desenvolvimento tecnológico? Estes podem ser limitados? Penso que não, pois essa perspectiva nos leva a abandonar o potencial criador e emancipatório humano, cujo desenvolvimento deve estar a serviço das

³⁴ “[...] l’écologie est-il un humanisme? Heureusement non, si par humanisme on entend l’attention exclusive pour un humain détaché de ses sphères artificielles, de ses scaphandres de survie, de ses conditions d’existence, de ses maisons, de ses habitats – économie, écologie. Heureusement oui, si par humanisme on entend l’humain attaché (ou plutôt rattaché) à l’ensemble des êtres dont il s’est aperçu au cours de sa longue histoire qu’il était dépendant. Pour éviter l’inhumain, il faut en passer par les non-humains. Sommes-nous capables, non seulement de nous remodeler, mais aussi de nous réhumaniser?”

necessidades humanas. A questão que deve ser enfrentada é a dominação tecnológica a serviço do desenvolvimento do capital. Por outro lado, pautar o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, baseado num tipo de relação com a natureza que põe em risco o meio ambiente e a própria humanidade também se tornou uma necessidade humana.³⁵

Nesse sentido, a agricultura industrializada e financeirizada se tornou um emblema do engodo desse desenvolvimento para o conjunto da sociedade. Sob o argumento de eliminar a fome no mundo, autorizou-se o uso da transgenia na produção agrícola. Entretanto, seu uso é associado ao de agrotóxicos, tendo como efeito danos à saúde do meio ambiente (solo, água, fauna...) e humana (trabalhadores e consumidores). Em outros termos, no lugar da produção de alimentos para a humanidade, o que temos é a produção de commodities baseada num modelo agrícola que reproduz uma estrutura fundiária profundamente desigual nos países do Sul, onde grandes extensões de terras se voltam para monoculturas cultivadas à base de sementes transgênicas e venenos, inviabilizando a vida de camponeses. Estes continuam a perder suas terras sendo atirados na miséria, na subalimentação e na fome. Com efeito, a agricultura moderna revela claramente a indissociabilidade dos danos ambientais e sociais do modelo de desenvolvimento vigente, cujas consequências são mais perversas para os mais pobres.

Avançar na construção de uma sociedade cuja riqueza seja pautada pela produção de valores de uso para as necessidades humanas (afastando-se de uma perspectiva de progresso atrelada ao desenvolvimento ilimitado), sociabilidade na qual tenhamos tempo para além da satisfação das necessidades, remete-nos necessariamente à questão teórico-metodológica da abordagem da realidade social. Nesse sentido, a perspectiva ecologista proposta por Flipo (2014) nos parece insuficiente, pois concentra sua crítica num aspecto da dinâmica social capitalista, a renda, sem estabelecer sua relação com a acumulação de capital oriunda da relação valor-trabalho, isto é, sem compreender a dinâmica capitalista em sua totalidade. Não por acaso, as proposições do ecologismo ficam circunscritas à retórica pequeno-burguesa da crítica ao consumismo. Na contramão, tomar a problemática ambiental como resultado do modo de produção global do capital, ou do produtivismo também presente nas experiências socialistas, remete-nos à

³⁵ “A riqueza demandada pela natureza é a um só tempo limitada e de fácil obtenção; aquela demandada por fantasias ociosas estende-se ao infinito” (EPICURO apud FOSTER, 2005, p. 60).

necessidade de compreender suas múltiplas determinações. Em outros termos, faz-se mister apreender a base material sob a qual as relações sociais dominantes se sustentam, isto é, a partir da produção de valor, e as formas de consciência que emergem dessa dinâmica. Nessa direção, propomos a seguir uma incursão ao debate ecológico a partir da crítica à ecologia política e à economia política.

1.3 PARA A CRÍTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA

1.3.1 **Relações perigosas entre economia política e ecologia política – o lugar da produção de valor**

Segundo Harribey (2013), é preciso estabelecer uma relação crítica com os campos da economia política e da ecologia política, no sentido de desfazer a ideia de que a saída para os impasses econômicos atuais se daria pela economia verde, numa perspectiva de mercantilização dos recursos naturais não renováveis, tal como certos pesquisadores e militantes do campo da ecologia política defendem.³⁶ Ao contrário, essa relação perigosa expressa uma tentativa de novo fôlego (agora com roupagem ecológica, resgatando ideias fisiocratas e neoclássicas), para a acumulação do capital, passando por uma esfera que não gera valor, ou seja, a natureza.

O autor supracitado considera que, a partir da crise de acumulação do capital, especialmente a partir dos anos 70, a economia neoclássica vem se esforçando em transformar recursos naturais em representação monetária, hipoteticamente como forma de contabilizar futuras medidas de proteção e reconstituição da natureza. Essa perspectiva fundamenta a atual ideia de sustentabilidade através da economia verde, apostando no progresso técnico em favor da manutenção da acumulação de capital por uma via que não passaria pelo trabalho.

Nessa perspectiva, a natureza tem um sentido meramente utilitarista, ou seja, recupera-se a ideia de que ela porta um valor em si que lhe pode ser extraído. Tal ideia vem ganhando força desde a crise do capital dos anos 70, quando se coloca em xeque a sua valorização ampliada por meio da produção, bem como quando os recursos naturais se revelam finitos. Entretanto, é possível atribuir um valor econômico à natureza? Seria essa a saída para a valorização do capital?

³⁶ Martinez-Alier (2014) denomina essa corrente de “ecoeficiência”, que seria uma corrente do ecologismo ligada à perspectiva da economia ecológica, que defende a atribuição de valores monetários aos serviços e às perdas ambientais.

Não por acaso, a própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem defendendo a economia verde, propondo – assim como existem indicadores da produtividade do trabalho e do capital – a criação de indicadores da produtividade dos recursos naturais (HARRIBEY, 2013, p. 184). Nessa direção, criou-se o mercado de carbono de floresta (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation – REDD [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal], programa de 2008) que considera que empresas que plantam desde palmeiras a eucaliptos podem obter créditos de carbono para “compensar” a destruição da floresta tradicional. Além disso, esse processo se dá através da restrição dos direitos de comunidades que têm tido suas terras expropriadas nas áreas de interesse.

Esse tipo de lógica permeia o debate econômico e ecológico atual. A título de exemplo, Harribey (2013) cita uma fala de Edwar Barbier, um dos criadores da economia verde, na Conferência da ONU Rio + 20 em 2012, em que ele declarou: “Nós usamos a natureza porque ela tem um valor, nós o perdemos quando é gratuito” (HARRIBEY, 2013, p. 174, trad. nossa).³⁷ Assim, parte-se do princípio que os ecossistemas contêm em si um valor que deve ser explorado, homogeneizando-os através de uma expressão monetária. Nesse sentido, a partir desse valor da natureza é que se pode pensar em protegê-la. Trata-se então de transformar a proteção e a gestão ambiental num negócio.

Assim, propriedade privada, “valorização” e financeirização são os três momentos da transformação da natureza em mercadoria. Colocar um preço em tudo é aceitar o risco que tudo seja apropriado, que tudo possa ser comprado e vendido, que tudo possa trazer um lucro privado (HARRIBEY, 2013, p. 177, trad. nossa).³⁸

Além da tentativa neoclássica de monetarizar a natureza, Harribey (2013) chama atenção para a perspectiva neofiosocrata que sustenta que a natureza produz valor por si mesma, influenciando certas correntes do ecologismo. Tecendo uma análise crítica, o autor afirma que os ecologistas que sustentam que a natureza produz valor estão equivocados:

³⁷ “On utilise la nature parce qu’elle a une valeur, on la perd parce que c’est gratuit”.

³⁸ “Ainsi, propriété privée, ‘valorisation’ et financiarisation sont les trois moments de la transformation de la nature en marchandise. Mettre un prix sur tout, c’est accepter le risque que tout soit approprié, que tout puisse être acheté et vendu, que tout puisse rapporter un profit privé”.

Mas os ecologistas estão errados quando pensam que essa correlação pode ser interpretada como uma contribuição ao valor econômico criado, ou, pior, que ela permite atribuir a totalidade do valor criado aos recursos naturais, em uma palavra que a natureza, tal como o capital na visão neoclássica ou a terra na visão fisiocrata, “produz” (HARRIBEY, 2013, p. 184).³⁹

No sentido de desfazer esse equívoco, ele recupera a teoria do valor-trabalho de Marx para sustentar que o “valor” da natureza pertence a outro registro que não o econômico, posto que ele não pode ser reduzido a uma quantidade monetária. Ao contrário, a partir do conceito marxiano, o autor defende que o valor de uso da natureza é incomensurável, não sendo possível sua redução a um valor econômico. Ou seja, apesar da natureza participar da produção da riqueza, ela não cria valor. Este só existe a partir do momento em que há trabalho humano produtivo investido na relação com a natureza, como na exploração dos recursos naturais para a produção de mercadorias. Entretanto, enquanto riqueza, ela possui um valor que não passa pela economia, mas pela ética e pela política na sustentação da importância do equilíbrio dos ecossistemas.⁴⁰ Nesse sentido, Harribey (2013) resgata na obra de Marx (livro I e III d’O Capital e na Crítica ao Programa de Gotha) passagens que ratificam a ideia de que trabalho e natureza constituem riqueza material, mas apenas o trabalho cria valor: “A terra pode exercer a ação de um agente da produção na fabricação de um valor de uso, de um produto material, digamos do trigo. Mas ela não tem nada a ver com a produção do valor do trigo”. (Marx, O Capital, livro III apud HARRIBEY, 2013, p. 197, trad. nossa).⁴¹

O autor contesta ainda a ideia de que a crise ecológica tenha tornado a teoria do valor-trabalho obsoleta. Ao contrário, acredita que ela traduz o esforço capitalista em submeter o conjunto da vida humana e da biosfera a essa lei, sob a argumentação de que atribuindo um valor econômico à natureza seria possível resolver os problemas ecológicos, a exemplo da poluição. Não por acaso, no bojo desse debate, o Banco Mundial propôs o direito de propriedade sobre o meio

³⁹ “Mais les écologistes ont tort quand ils pensent que cette corrélation peu être interprétée comme une contribution à la valeur économique créée ou, pire, qu’elle permet d’imputer la totalité de la valeur créée aux ressources naturelles, en un mot que la nature, tel le capital dans la vision néoclassique ou la terre dans la vision physiocrate, ‘produit’”.

⁴⁰ O projeto Yasuni proposto pelo governo equatoriano seria um exemplo de atribuição de um valor político à natureza, tendo em vista a incomensurabilidade de seu valor econômico, para manter a reserva de petróleo intocada no coração da floresta, contribuindo assim com a luta contra o aquecimento global (HARRIBEY, 2013).

⁴¹ “La terre peut exercer l’action d’un agente de la production dans la fabrication d’une valeur d’usage, d’un produit matériel, disons du blé. Mais elle n’a rien à voir avec la production de la ‘valeur du blé’”.

ambiente. A partir dessa lógica tornou-se possível a expansão da economia verde, isto é, a exploração do mercado da “proteção”, conservação e gestão ambiental.

No centro desse debate, destaca-se que a crise ecológica colocou em xeque a crença, predominante durante dois séculos de industrialização, de que os recursos naturais seriam inesgotáveis. Contudo, a saída neoclássica tem sido de taxar atividades poluidoras e emitir o direito de poluir, ou seja, a ideia é controlar e fazer a gestão desse negócio. Entretanto, Harribey (2013) acredita que a taxaçoão, a exemplo das ecotaxas, não é suficiente para evitar ou diminuir a poluição. Trata-se tão somente de tentativa de reparo e compensação monetária. Em seus termos:

A taxaçoão não elimina a necessidade da prevenção, que consiste em tomar medidas diante de um risco conhecido, nem aquela da precaução, que visa se prevenir contra um risco potencial envolto de incerteza devido a nossa ignorância (HARRIBEY, 2013, p. 190, trad. nossa).⁴²

Destarte, levar em conta as realidades ecológicas para superar a globalização do capital implica uma cooperação internacional que controle as transferências de capital (o que inexistente na atualidade) e supere a exploração da força de trabalho.⁴³ Harribey (2013) indica que não basta taxar a produção capitalista, a exemplo das ecotaxas, se a exploração do trabalho continua a aumentar. Ademais, as ecotaxas podem ser desviadas pelos mecanismos próprios da circulação de capital, que segue a lei capitalista do valor-trabalho.

Nota-se que o debate sobre desenvolvimento possui várias nuances, cujas pistas para criticar tanto a economia política quanto a ecologia política podem estar no próprio resgate da obra marxiana, como Harribey (2013) propõe. Entretanto, no interior do campo marxista, há interpretações divergentes sobre a teoria valor-trabalho e, portanto, sobre desenvolvimento, sobre transformação social e socialismo. Nesse sentido, a partir de extratos da obra de Marx, como no livro III d’O Capital, certos ecologistas acusam-no de produtivista quando sugere que a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade só seria possível numa sociedade de abundância. Não obstante, Foster (2005) combate essa tese, recuperando as ideias marxianas sobre metabolismo. Em sua análise, Marx fez

⁴² “La taxation ne supprime pas la nécessité de la prévention, qui consiste à prendre des mesures face à un risque connu, ni celle de la précaution, qui vise à se prémunir contre un risque potentiel entouré d’incertitude due à notre ignorance”.

⁴³ Não abordaremos aqui tal debate, mas registramos que, segundo a revisão das obras maduras de Marx, Postone (2014) defende que é mais do que isso. É preciso rever a própria teoria valor-trabalho para compreender que é necessário superar, não apenas o mercado e a propriedade privada, mas o próprio trabalho, em sua totalidade dialética, isto é, o valor e o valor de uso tal como subsumido na relação capitalista.

denúncias importantes sobre os efeitos danosos da industrialização, inclusive da agricultura, o que contribuiu para o conceito moderno de sustentabilidade, superando o antropocentrismo e o ecocentrismo substituindo-o pela ideia de coevolução humana e natural.

Sobre o conceito de metabolismo em Marx, o autor supracitado destaca que no capitalismo a relação metabólica entre o homem e a natureza é rompida,⁴⁴ utilizando o próprio exemplo do crescimento da agricultura em larga escala com o esgotamento dos solos, a falta de aproveitamento de adubo natural, etc. Assim, no capitalismo essa relação metabólica entre homem e natureza é atravessada pela alienação material dos seres humanos diante das condições naturais de sua existência.

Sobre a sustentabilidade, o autor considera que tanto Marx quanto Engels chamaram a atenção para a necessidade de um uso e cuidado racional da terra, devendo esta ser tratada como propriedade da coletividade, como condição de existência e reprodução de gerações sucessivas.

Foster (2005) também reconhece em Marx e Engels uma contribuição importante no sentido de não reduzir a sociedade à natureza, nem a natureza à sociedade. Contudo, se por um lado, o produtivismo atribuído à Marx pode ser creditado, em parte, às políticas econômicas de governos socialistas, por outro, avalia que Marx não ignorava a natureza na sua teoria do valor-trabalho, mas distinguia a riqueza do valor, atribuindo à primeira um valor de uso para além da forma capitalista. Por outro lado, nos Grundrisse a ideia de desenvolvimento está ligada à dominação da natureza pelo homem.⁴⁵

Ainda sobre a noção de desenvolvimento, Harribey (2013) chama nossa atenção para o fato de que não basta rejeitar/negar o desenvolvimento, desviando-o

⁴⁴ Mézáros (2002) considera que a relação entre produção material e seu controle era caracterizada por um alto grau de autossuficiência nas comunidades tribais, na economia doméstica escravagista e mesmo no sistema feudal. As relações capitalistas se tornam vitoriosas quando quebram o direito natural à terra e se institui o lucro por meio do empréstimo do dinheiro, possibilitando os avanços necessários para o processo de acumulação. Assim, o capitalismo separa radicalmente o controle e a produção material, dando lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas. Trata-se, portanto, de um modo de controle que se sobrepõe ao conjunto das relações sociais. Nesse sentido, avalia que é uma ilusão apostar na expropriação política dos capitalistas como forma de controlar o sistema. Em suas palavras: “Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *peçoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98, grifos do autor).

⁴⁵ Veremos oportunamente as controvérsias na obra de Marx sobre a relação entre economia e ecologia. Há passagens, como essa, que levou a interpretações de que Marx defendia o produtivismo, mas em outras passagens se reconhece suas preocupações ecológicas.

para a dimensão do direito à natureza. Pensa que essa perspectiva pode reforçar uma visão antropocêntrica, em que o humano estabelece uma relação utilitária com a natureza, posto que esta deve estar submetida ao bem-estar humano. Ou seja, a noção de direito à natureza pode ser portadora de um sentido utilitarista, dependendo da forma como o direito burguês justifica a apropriação e exploração da mesma, ou, ao contrário, no extremo oposto, tem-se uma visão ecocentrista, a exemplo da deep ecology, perspectiva que sustenta uma visão de proteção da natureza, independentemente da relação social que se estabelece com ela. Assim, na contramão desse tipo de abordagem, Harribey (2013) defende que a natureza deve ser mais um objeto de dever do que um sujeito de direito, rompendo com visões dualistas entre os que exploram a natureza ou os que a defendem.

Em outras palavras, o autor tem acordo com Foster (2005) no sentido de que em Marx podemos achar pistas para sustentar a importância da ideia de uma coevolução do homem e da natureza e, nessa direção, qualquer iniciativa de atribuir um valor à natureza deve ser compreendida como fruto de relações sociais. *Na perspectiva do capital, o “desenvolvimento sustentável” se constitui como uma estratégia de mercantilização dos recursos naturais.* Nesse sentido, *considera que a crítica da crítica à economia política que resgata a ideia de desenvolvimento neoclássica, aquela que atribui valor à natureza, nos leva à “miséria da ecologia”* (HARRIBEY, 2013, p. 205, trad. nossa).

Entretanto, na direção oposta, existem outras experiências que assumem o valor político da natureza a exemplo do movimento “Buen Vivir”, em que a população fez uma escolha racional pelo respeito à natureza na Constituição Equatoriana de 2008, levando em consideração os saberes tradicionais dos povos indígenas. O autor não descarta que seja possível construir outras iniciativas que possam ser ainda mais avançadas no sentido de assumirmos nossas responsabilidades com a humanidade, o que passa por responsabilidades com a natureza.

Harribey (2013) resgata em Marx a ideia de que o capital financeiro é puramente fictício, posto que sua valorização passa pela extorsão do mais-valor. Mas a fase atual do capital, com sua exponencial financeirização através da operação dos mercados financeiros, gera crises cada vez mais consecutivas, escamoteando a exploração do trabalho, podendo nos levar a equívocos teórico-práticos. Como exemplo, Harribey (2013) refere-se à Gorz que chegou a afirmar que a riqueza produzida cada vez menos vem da forma valor, isto é, da exploração da

força de trabalho, sendo cada vez mais medida em termos de valor de troca. Harribey (2013) questiona porque então as bolhas continuam a estourar. Segundo ele, essa separação entre a esfera financeira e a realidade está presente tanto nos críticos radicais do capitalismo quanto nos social-liberais.

Essa relação fetichizada tem como resultado a perda de sentido da luta de classes. Para superar esse equívoco de interpretação sobre a realidade social é preciso compreender que a lei do valor-trabalho corresponde a uma teoria das relações sociais e que, a partir dela, é possível estabelecer a crítica não somente à economia política, mas à ecologia política, considerando duas dimensões intrinsecamente ligadas à crise do capitalismo: a social e a ecológica.

Com efeito, o desenvolvimento socioeconômico capitalista está assentado em estruturas que emergem do valor-trabalho, dominando o conjunto da vida social. A partir da crise do capital com o esgotamento do modelo fordista/keynesiano, passa a haver um redimensionamento das lutas sociais. Num contexto de hegemonia do capitalismo financeiro, que induz um conjunto de nações a políticas de orientação neoliberal, as lutas sociais tencionam o cenário político, seja por reformas nos limites das fronteiras do capitalismo, seja por alterar de forma substancial os rumos de desenvolvimento, buscando a rota do socialismo. Entretanto, com o esgotamento das experiências do “socialismo realmente existente”, cria-se um vácuo histórico que o próprio capital buscou preencher, colocando-se como representante do fim da história. Doravante, a ofensiva neoliberal se impõe e, visando recuperar as taxas de lucro, intensifica a exploração do trabalho, não apenas pela introdução permanente de novas tecnologias no processo de trabalho, mas pelo combate incessante aos direitos sociais e trabalhistas, bem como intensifica a demanda por recursos naturais. Esse duro golpe para a classe trabalhadora tem tido resistência, ainda que pulverizada e diluída em múltiplos movimentos e organizações sociais, que na entrada do século XXI ainda buscam a reunificação em torno de um projeto alternativo ao desenvolvimento capitalista, recuperando os acúmulos históricos, mas também inovando na organização e nas ações políticas. É nesse cenário de disputas que o “desenvolvimento sustentável” vem ganhando o espaço público, seja nas lutas sociais, na forma de partidos ou movimentos sociais, com sentidos bastante heterogêneos, seja na sua institucionalização pelos próprios governos neoliberais.

No esforço de fazer uma síntese teórica sobre a atualidade da teoria valor-trabalho tendo em vista sua inescapável relação com o “desenvolvimento”, buscamos reter as contribuições de Harribey (2013). O autor intenciona destacar a centralidade do valor-trabalho, mesmo em relações altamente fetichizadas, em que o capital financeiro aparentemente se desliga do produtivo e visa retirar valor diretamente dos recursos e bens naturais.

Imersos nesse cenário contemporâneo de crise do capital (com novos ingredientes, como o aquecimento global, movimentos ecológicos e altermundialistas, revisão do socialismo a partir da derrocada do “socialismo realmente existente”), buscaremos identificar, a seguir, quais projetos societários estão efetivamente em disputa a partir do debate teórico-político em torno do “desenvolvimento sustentável” como “alternativa” à sociabilidade capitalista.

1.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – REFORMA OU REVOLUÇÃO?

Quando os homens não podem mais mudar as coisas, eles mudam as palavras. E em verdade, a humanidade tem tão poucas alegrias inocentes que eu teria escrúpulos de lhe retirar isso.
(Jean Jaurès, tradução nossa)⁴⁶

É um pouco na direção da provocação de Jaurès que pretendemos colocar em questão o conceito de “desenvolvimento sustentável”, no sentido de buscar compreender se a agregação do adjetivo sustentável tem alterado a realidade, isto é, se a forma tem alterado o conteúdo, ou se não passa de uma alegria inocente que não querem nos tirar. As denúncias da pesquisa de Rachel Carson, bióloga da marinha estadunidense, em Primavera silenciosa, sobre os efeitos do uso de agrotóxicos para toda a cadeia alimentar, publicada em 1962, serviram como um despertar sobre os rumos do desenvolvimento industrial. Entretanto, o campo ampliado do “desenvolvimento sustentável”, que inicia um questionamento vigoroso ao produtivismo e consumismo do capitalismo, passa a ser gradualmente institucionalizado pelas instâncias formais burguesas. Tal debate vem se destacando em escala internacional desde os anos 70, não por acaso, coincidindo com a busca para saída da crise do capital e da organização do movimento operário. Desde então essa bandeira vem sendo hasteada por ONGs ambientalistas, movimentos sociais

⁴⁶ “Quand les hommes ne peuvent plus changer les choses, ils changent les mots. Et en vérité, l’humanité a si peu de joies innocentes que je me ferais scrupule de lui retirer celle-là!”

de cunho ecológico, por organismos e fóruns internacionais, influenciando e sendo influenciados pela produção de conhecimento, ditando ou fomentando políticas públicas e empresariais pelo mundo afora. Assim, doravante, as políticas públicas, notadamente neoliberais ou neodesenvolvimentistas,⁴⁷ passam a trilhar sobre o terreno movediço do “desenvolvimento sustentável”.

De forma esquemática, podemos destacar no cenário internacional os seguintes fóruns, encontros, encaminhamentos e protocolos, que caracterizam a institucionalização da temática ambiental: a Conferência da Biosfera, organizada pela ONU, em 1968; a publicação do documento Limites do Crescimento, do Clube de Roma, em 1972, que anunciava os limites de estoques de recursos naturais, o aumento da poluição e do crescimento demográfico, como consequências do crescimento ilimitado; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, com destaque para a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); em 1987, uma comissão especial da ONU propôs estratégias ambientais de longo prazo através do documento “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório Brundtland, que alçou a categoria “desenvolvimento sustentável” no cenário internacional;⁴⁸ no mesmo ano, o Protocolo de Montreal teve como resultado um tratado entre países para controlar o buraco na camada de ozônio, colocando em evidência as mudanças climáticas; no Rio de Janeiro, em 1992, ocorreu a Cúpula da Terra (também conhecida como Eco-92), tema da Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, tendo como produtos a Agenda 21 e as convenções sobre biodiversidade e clima; a Conferência das Partes, de 1997, ficou conhecida pelo Protocolo de Kyoto, que estabeleceu o compromisso de vários países para a redução de emissão de gases de efeito estufa, com o que os EUA romperam, em 2001; uma nova Conferência das Partes ocorreu em 2002, na Índia, com a proposta de elaboração de projetos para a criação do mercado de carbono e, desde então, as conferências das partes subsequentes pautam-se pela financeirização da natureza, através do

⁴⁷ Ao analisar a realidade brasileira, Castelo (2012) considera que o neodesenvolvimentismo (ou sociodesenvolvimentismo) busca conciliar o inconciliável, ou seja, manter o poder e privilégios das classes dominantes, associados aos investimentos internacionais, seguindo políticas ditadas pelo mercado financeiro e, ao mesmo tempo, promover justiça social.

⁴⁸ O Relatório Brundtland propôs como definição do desenvolvimento sustentável: “[...] é um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às delas.” (Le développement soutenable est un développement qui répond aux besoins du présent sans compromettre la capacité des générations futures de répondre aux leurs) (ONU apud HARRIBEY, 1998, p. 8, trad. nossa).

que denominam de fundo verde; em 2002 também ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre “desenvolvimento sustentável”, em Johannesburgo; em 2012, novamente no Rio de Janeiro, ocorreu outra Conferência das Nações Unidas sobre “desenvolvimento sustentável” (Rio+20), notadamente capitaneada pelas forças explícitas do capitalismo verde (a chamada economia verde), defendendo, dentre outras medidas, a criação de empregos verdes, tendo como oposição a Cúpula dos Povos (COUTINHO, 2009; SACHS, 2008).

Nota-se que de 1972 a 2012 houve uma evolução do próprio nome das conferências da ONU, o qual passou de “Meio Ambiente Humano”, em 72, para “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, em 92, chegando, finalmente, em 2002, a “Desenvolvimento Sustentável”. Para além da institucionalização da pauta ambiental, que já denota os rumos conservadores dessa apropriação, nossa preocupação é com as formulações teórico-políticas, seus fundamentos, suas intencionalidades e em que medida elas expressam projetos políticos distintos. Ou seja, em que medida elas reforçam ou obstaculizam as lutas sociais anticapitalistas que se orientam pela conquista da emancipação humana, sendo a relação homem/natureza não mais destrutiva, mas criadora, constituindo um critério de sociabilidade valioso tanto na atualidade quanto para as gerações futuras.⁴⁹

Buscando desvendar as correntes do debate teórico-político que navegam nesse mar revolto, veremos que são várias as que carregam a isca do “desenvolvimento sustentável”. Apesar de elas terem se multiplicado desde o seu surgimento, seus horizontes políticos são divergentes, pois algumas se conformaram à lógica do capital enquanto outras ainda buscam colidir e romper com a mesma, endossando uma perspectiva anticapitalista. Para ficarmos entre as mais conhecidas, apresentaremos as seguintes, buscando, sempre que possível, sua incidência no Brasil: crescimento/capitalismo ou economia verde, ou ainda economia ecológica; decrescimento; economia solidária; ecodesenvolvimento; ecomarxismo; buen vivir; ecologia dos pobres ou justiça ambiental; ecosocialismo; agroecologia.

⁴⁹ Latour (2013) faz uma interessante provocação. Considera que, quando nos considerávamos modernos, era preciso abandonar o apego ao passado para abraçar a emancipação do futuro. Hoje, é preciso uma unidade que garanta a busca da emancipação, mas com apego, quer dizer, com cuidado com os elementos naturais, que são nossa base produtiva e reprodutiva. Ou seja, urge a ruptura com um projeto de emancipação que supõe a destruição da natureza, que também é nossa destruição, com efeitos mais deletérios para os pobres. Os danos socioambientais são cada vez mais visíveis, indo além dos alertas de cientistas e alguns com efeitos irreversíveis, ao menos em relação à sobrevivência da própria humanidade.

Já vimos as observações críticas de Harribey (2013) sobre a economia verde – que se fundamenta na economia neoclássica – e sobre o ecomarxismo de Foster. Voltaremos a tais perspectivas mais adiante, incorporando outras contribuições. Entretanto, chama-nos a atenção um movimento que se inicia na Europa, notadamente na França e Itália, e vêm-se expandindo internacionalmente, propondo agregar-se um conjunto de outros movimentos que contestam o crescimento econômico ilimitado como sinônimo de desenvolvimento, o chamado *la décroissance*, isto é, o decrescimento.

1.4.1 Decrescimento

Apesar de haver críticas ao crescimento econômico anteriores ao relatório “Os limites do crescimento”, de 1972, preparado pelo Clube de Roma, um grupo de notáveis financiados por grandes corporações, o seu lançamento, de fato, tornou-se uma referência para um conjunto de contestações à ideia de crescimento econômico como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Sua importância reside na compilação e socialização de dados mundiais sobre recursos naturais, poluição, população, qualidade de vida, etc. Entretanto, segundo Gollin (2014), Gorz já alertava que o papel desse relatório seria o de promover um crescimento verde, expandindo a mercantilização sobre os serviços, que compreendia como imateriais. Em seus termos:

Segundo a *teoria marxiana da lei do valor*, para uma redução da quantidade de trabalho necessário à produção de um volume dado de mercadorias corresponde uma diminuição proporcional em volume do seu valor de mercado, quer dizer uma baixa do lucro, contra a qual diversas estratégias são utilizadas e combinadas: maior exploração dos assalariados, crescimento da produção, mercantilização de novas áreas (educação, serviços ambientais por exemplo) e, paradoxalmente, persegue (destrutivamente) sem fim os ganhos de produtividade; originando a *propensão do capitalismo à transformar a natureza, a vida, os saberes em mercadorias* (GOLLIN, 2014, p. 41, grifo e trad. nossos).⁵⁰

Para além do marco institucional, outra referência inescapável está relacionada à adoção do próprio termo decrescimento, cujo ato fundador é atribuído

⁵⁰ “Selon la *théorie marxienne de la loi de la valeur*, à une réduction de la quantité de travail nécessaire à la production d’un volume donné de marchandises correspond une diminution proportionnelle en volume de sa valeur marchande, c’est-à-dire une baisse du profit, contre laquelle diverses stratégies sont utilisées et combinées: exploitation plus importante des salariés, production accrue, marchandisation de domaines nouveaux (éducation, services « environnementaux » par exemple) et, paradoxalement, poursuite (destructrice !) sans fin des gains de productivité ; *d’où la propension du capitalisme à transformer la nature, la vie, les savoirs en marchandises*” (grifo nosso).

à obra de Nicholas Georgescu-Roegen, *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*, publicada em 1979. Nessa obra, o autor coloca em questão o fato de a crescente inovação tecnológica esbarrar nos limites dos recursos naturais e do seu desperdício, bem como no limite do próprio trabalho em alimentar uma população crescente e lhe proporcionar conforto. Assim, ele propôs um programa bioeconômico mínimo, do qual destacamos: a defesa do fim da produção de instrumentos de guerra, liberando toda uma capacidade produtiva para a ajuda internacional, reforçando a necessidade de ajuda aos países subdesenvolvidos; redução demográfica para que todos tenham acesso a uma boa alimentação; adoção de energia solar e controle da energia termonuclear, além da redução em si do consumo de energia; abandono da produção de mercadorias extravagantes (oferece-nos como exemplo o carrinho de golf); aumento da durabilidade das mercadorias; recuperação do nosso espírito, no sentido de livrá-lo do consumo incessante; e que o tempo de lazer seja verdadeiramente criativo e não voltado para atividades que nos preparem para as aparências exigidas pelo mundo do trabalho. A partir dessa contribuição, Franco (2012) afirma:

[...] Georgescu é referência para o movimento e os teóricos do decrescimento, pois foi quem estabeleceu de modo pioneiro a incompatibilidade da abordagem convencional econômica com a lei da entropia, defendendo o caráter inevitável do decrescimento” (FRANCO, 2012, p. 273).⁵¹

Entretanto, no cenário de vigor do neoliberalismo como saída à crise do capital (num contexto de globalização da economia nos anos 80 e 90 e do fim do “socialismo realmente existente”), o debate sobre os dilemas do crescimento sumiu da arena política, diferentemente dos anos 60 e 70, quando houve um adensamento dessa pauta. Tal debate ressurgiu com força na entrada do século XXI, num contexto de guerra ao “terrorismo” e de crescimento dos países emergentes, o que pode corroborar as teses que analisam que tal perspectiva intenciona obstaculizar o crescimento econômico dos países periféricos, com um argumento de grande potência ideológica. Ou seja, sob o argumento de salvar o meio ambiente e interromper o aquecimento global, deve-se apostar no decrescimento, simplesmente ignorando o peso das economias centrais nessa produção destrutiva, a exemplo da

⁵¹ Destaca-se que, mesmo antes da Rio 92, Georgescu-Roegen contestava a ideia do desenvolvimento sustentável (*développement durable*) considerando-o um charmoso engodo (LA DÉCROISSANCE, 2014, p. 19). Ou seja, para ele era preciso abandonar a própria ideia de desenvolvimento.

própria produção de armamento bélico. Tal movimento ganhou rápido impulso na França, no campo da ecologia política, através da organização de eventos, jornais e revistas que pautam o debate sobre decrescimento. Em curto tempo, não só a universidade, com organização de eventos e periódicos, mas movimentos locais se organizaram em torno dessa pauta, chegando a fundar em 2007 um partido político, o Parti Pour La Décroissance (PPLD) (FLIPO, 2012).

Ademais, o movimento do decrescimento busca ocupar o espaço vago de uma alternativa ao capitalismo, considerando o declínio da alternativa socialista e mesmo da alternativa ecológica, que não conseguiu avançar na implementação de suas ideias, restringindo-se ao pleito parlamentar através dos partidos verdes. Assim, visa provocar o debate intelectual e político, buscando superar a dualidade entre direita e esquerda, questionando não somente a centralidade do capitalismo, mas da própria economia,⁵² cuja lógica mercantil domina todo o conjunto de relações. Nas palavras de Flipo (2012, p. 261):

A ideia de decrescimento é insuportável para aqueles que acreditam que a troca mercantil é o pacto social por excelência, quer se baseie no contrato ou no plano. Para muitos, é a modernidade que está em questão. E, de fato, é certamente isto.

Nesse sentido, congrega pensadores de distintas correntes teórico-políticas para reivindicar alguns elementos, como: o papel da cultura no processo de transformação social e não apenas da economia; a importância da igualdade social; a relevância da coevolução entre homem e meio ambiente para interromper a degradação em massa dos ecossistemas; a mudança interna como um ponto de partida para uma transformação social; e a importância de regras que estabeleçam os limites para uso dos ecossistemas.⁵³

⁵² Pelas próprias palavras de um teórico do decrescimento: "Ora, para imaginar uma sociedade de decrescimento, é literalmente preciso sair da economia. Isto equivale a repensar a dominação da economia sobre o resto da vida, na prática e na teoria, mas principalmente em nossas mentes" (LATOUCHE, 2012, p. 49).

⁵³ Partindo de certa indistinção entre as perspectivas dos autores, mas considerando suas críticas ao desenvolvimento, o jornal La Décroissance, denotando certo exagero, listou uma série deles, que seriam os precursores do decrescimento. São eles: Georges Bernanos, Jean Giono, Gilbert Keith Chesterton, Bernard Charbonneau, Lewis Mumford, Dwight Macdonald, George Orwell, William Morris, Jacques Ellul, Hebert Marcuse, Lanza del Vasto, Barry Commoner, Christopher Lasch, Bertrand de Jouvenel, Cornelius Castoriadis, Aldous Huxley, Murray Bookchin, André Gorz, Nicholas Georgescu-Roegen, Guy Debord, Simone Weil, Ivan Illich, Pierre Fournier, Günther Anders, John Ruskin, Henry David Thoreau, Léon Tolstói, Gandhi. E, mais: Pier Paolo Pasolini, Hannah Arendt, Rachel Carson, Jean Baudrillard, Joseph Proudhon, Pierre Kropotkine, George Sorel, etc., etc. (LA DÉCROISSANCE, 2014, p. 9-24).

Trata-se de uma perspectiva que cresce junto com a crise do capital no século XXI, criticando o que denominam de “*boulimie consommatrice*” (bulimia consumidora) (LATOUCHE, 2007, p. 37); a publicidade, cujos gastos são imensos;⁵⁴ um estilo de vida que adocece, revelado pelo crescimento da indústria do “bem-estar”, a exemplo dos medicamentos antidepressivos. Por outro lado, não se propõe a ser uma extensão do malthusianismo, ou seja, não localiza o problema no crescimento populacional, mas na própria lógica do sistema econômico. Recuperando uma ideia de Frans Waal, geógrafo, Latouche (2007) considera que o problema para o decrescimento não é controlar a superpopulação mundial, mas de saber repartir os recursos com honestidade e equidade. Nesse sentido, reivindica uma refundação política, mas não indica claramente em qual direção.

Tal movimento parte do reconhecimento da crise ecológica como um problema a ser enfrentado, mas rompe com a ideia da supremacia da técnica e do desenvolvimento como uma saída para esse enfrentamento (LATOUCHE, 2012). Ao contrário, seu projeto político estaria assentado numa utopia que aposta na construção de sociedades autônomas e econômicas, a partir de comunidades locais, cujas relações se baseiam no bem-estar coletivo. O local não seria fechado em si, isolado, mas constituído de relações virtuosas e solidárias com o objetivo de experimentar práticas democráticas que resistam ao domínio liberal. Nesse sentido, propõe substituir a OMC pela Organização Mundial da Localização (OML) para “*Protéger le local globalement*” (Proteger o local globalmente) (LATOUCHE, 2012, p. 83).

Assim, segundo o próprio Latouche (2007) o decrescimento é um slogan político que visa contestar a lógica do crescimento ilimitado em curso e propõe: “A alternativa é, portanto: decrescimento ou barbárie” (p. 21, trad. nossa).⁵⁵ Entretanto, sua provocação não se assemelha à proposição de Rosa Luxemburgo, quando esta propunha socialismo ou barbárie, posto que o projeto do decrescimento não coloca em questão a luta de classes e o modo de produção capitalista em si. Na verdade, reivindica uma sociedade pós-desenvolvimento, podendo ser anticapitalista ou antissocialista. Assim, a ideia é que o decrescimento está para além do capitalismo,

⁵⁴ Segundo Latouche (2007, p. 34, trad. nossa): “Em 2004, as empresas francesas investiram 31,2 bilhões de euros em sua propaganda (ou seja, 2% do PIB e 3 vezes o déficit da Seguridade social francesa!) [En 2004, les entreprises françaises ont investi 31,2 milliards d’euros pour leur communication (soit 2% du PIB et 3 fois le déficit de la Sécurité sociale française!)]

⁵⁵ “L’alternative est donc bien: décroissance ou barbárie”.

ou seja, o importante é combater a lógica do crescimento ilimitado, seja ela a do capitalismo liberal, seja a do socialismo produtivista.

Latouche (2007) se inspira em André Gorz e Castoriadis para sustentar que o decrescimento é revolucionário, intencionando construir outra cultura, outra estrutura de direito e relações de produção, tendo por base a ética da responsabilidade (Hans Jonas).⁵⁶ Segundo Castoriadis, a transição estaria na “autotransformação” institucional da sociedade. Nessa perspectiva, a luta de classes não faz sentido, pois o triunfo do capital teria mostrado o seu esgotamento. Nessa direção Gorz sentencia:

[...] a civilização capitalista [...] vai inevitavelmente em direção ao seu desmoronamento catastrófico; não é mais preciso uma classe revolucionária para derrubar o capitalismo, ele cava sua própria tumba e a da civilização industrial como um todo (GORZ apud LATOUCHE, 2007, p. 102)⁵⁷

Com efeito, o decrescimento defende uma saída da economia, do capitalismo, do crescimento, do desenvolvimento, sem luta de classes, liberando-se do que se denominou de trabalhismo. Assim, o decrescimento se agrega a uma fissura ainda aberta que buscou eliminar a importância histórica e concreta do protagonismo da organização política dos trabalhadores no enfretamento do capitalismo. Segundo Gorz, era preciso se libertar do trabalho assalariado e aumentar o tempo livre para o desenvolvimento de atividades autodeterminadas.⁵⁸ Ao fim e ao cabo, a luta dos

⁵⁶ Devemos observar que Gorz questionava o princípio defendido por Jonas. Gollain, pesquisadora da obra de Gorz, nos lembra: “Não gosto da abordagem kantiana de Jonas. Ele apela ao senso de responsabilidade de cada um, individualmente. Mas eu não vejo como escolhas individuais mudarão ‘rápida e radicalmente’ nosso modelo de consumo e de produção” (“Je n’aime pas l’approche kantienne de Jonas. Il en appelle au sens de la responsabilité de chacun, individuellement. Mais je ne vois pas comment des choix individuels changeront ‘rapidement et radicalement’ notre modèle de consommation et de production”) (GORZ, 2006 apud GOLLAIN, 2014, p 17, trad. nossa).

⁵⁷ “[...] la civilisation capitaliste [...] va inexorablement vers son effondrement catastrophique; il n’est plus besoin d’une classe révolutionnaire pour abattre le capitalisme, il creuse sa propre tombe et celle de la civilisation industrielle dans son ensemble”.

⁵⁸ Gorz acompanhava as mudanças no mundo do trabalho, incluindo seus efeitos na organização sindical. Notava que cada vez mais o capital prescindia de mão de obra para o aumento da produtividade, resultando em menor tempo de empregabilidade para cada geração desde os anos 50. Nesse cenário de desemprego, defendia a diminuição do tempo de trabalho não como uma emancipação possível, mas como um sacrifício necessário, partilhando salários, sem a diminuição da renda, permitindo que todos trabalhassem menos. Sustentava que a proliferação de serviços, cuja tendência era evidente, não resolveria o pleno emprego. Na contramão, considerando que a produção de valor se desloca da produção industrial, propunha o aumento do tempo livre, não para investimento na indústria do divertimento e da cultura, mas para investimento em atividades não necessariamente econômicas que tenham um sentido social. Em suas palavras: “Uma perspectiva nova se abre assim para nós; a construção de uma civilização do tempo livre. Mas, no lugar de enxergar uma tarefa exaltante, nossas sociedades viram as costas para esta perspectiva e apresentam a liberação do tempo de trabalho como uma calamidade. No lugar de se demandar para que no futuro todo mundo possa trabalhar muito menos, muito melhor, recebendo sua parte da riqueza socialmente produzida, os dirigentes, em sua imensa maioria, se perguntam como fazer para

trabalhadores não deveria ser pelo aumento do emprego, mas pelo aumento do tempo livre (GOLLAIN, 2014). Latouche (2007) afirma que o decrescimento pode ser ecossocialista, reivindicando o socialismo proposto por Gorz. Entretanto, o ecossocialismo, como veremos mais adiante, é uma corrente política ampla, com distintas correntes desde sua origem até a atualidade, tendo avançado na recuperação do marxismo para combinar as lutas socialista e ecológica. Proposição esta feita originalmente, mas de forma limitada, por Gorz.

Com efeito, o decrescimento questiona o humanismo ocidental que visa transformar o mundo à sua semelhança (com sua ideia de crescimento, desenvolvimento, modernidade), bem como a sacralização da natureza. Então, propõe um eco-antropocentrismo, que significa incorporar a preocupação ecológica à preocupação social, política, cultural e espiritual da vida humana.

Na direção de construir uma sociedade sóbria, convivial e sustentável,⁵⁹ o movimento propõe oito Rs (erres): reavaliar, reconceituar, reestruturar, realocar, redistribuir, reduzir, reutilizar, reciclar. E, como programa eleitoral, o Partido do Decrescimento propôs 10 pontos para a França:

- 1) Voltar a uma pegada ecológica sustentável;
- 2) Reduzir os transportes, internalizando os custos por meio de impostos ambientais adequados;
- 3) Relocalizar as atividades;
- 4) Restaurar a agricultura camponesa;
- 5) Redistribuir ganhos de produtividade na forma de redução do tempo de trabalho e de geração de emprego;
- 6) Relançar a 'produção' de bens relacionais;
- 7) Reduzir o desperdício de energia, dividindo-o por quatro;
- 8) Restringir amplamente o espaço publicitário;
- 9) Reorientar a pesquisa técnico-científica;
- 10) Reapropriar-se do dinheiro (LATOUCHE, 2012, p. 52).

que as imensas quantidades de trabalho economizadas na produção possam ser desperdiçadas nos pequenos escritórios cuja principal função é ocupar as pessoas” (GORZ, 2013b, p. 49-50, trad. nossa) (Une perspective nouvelle s'ouvre ainsi à nous: la construction d'une civilisation du temps libéré. Mais, au lieu d'y voir une tâche exaltante, nos sociétés tournent de dos à cette perspective et présentent la libération du temps comme une calamité. Au lieu de se demander comment faire pour qu'à l'avenir tout le monde puisse travailler beaucoup moins, beaucoup mieux, tout en recevant sa part des richesses socialement produits, les dirigeant, dans leur immense majorité, se demandent comment faire pour que le système consomme davantage de travail – comment faire pour que les immenses quantité de travail économisées dans la production puissent être gaspillées dans des petits boulots dont la principale fonction est d'occuper les gens). A essa e outras perspectivas a ofensiva neoliberal respondeu com reformas regressivas no campo dos direitos trabalhistas, precarizando o trabalho, diminuindo a renda do trabalhador, que passa a usar seu tempo livre para buscar permanentemente mais fontes de renda.

⁵⁹ Flipo (2012) usa a categoria “decrescimento sustentável”.

Nota-se que fica de fora do programa como enfrentar concretamente o poder econômico, político e bélico do capital, pois seu programa em si, apesar de indicações importantes que podem contribuir com uma transição societária, não visa abolir a centralidade do dinheiro, do mercado e do sistema salarial, mas liberar a sociedade de seu domínio. Nesse sentido, todas as iniciativas que confluem nessa direção passam a ter o apoio do decrescimento, a exemplo dos movimentos altermundialistas, da justiça ambiental, do buen vivir, da economia solidária, do ecossocialismo e mesmo da agroecologia,⁶⁰ etc. Em função do interesse particular da nossa pesquisa, destaco a inclusão da restauração da agricultura camponesa no programa político do decrescimento. Em tempos de crise do capital e civilizatória, o campesinato vem sendo disputado por diferentes projetos ideopolíticos, o que merece toda a nossa atenção. Vejamos a relação entre algumas dessas correntes e o decrescimento.

1.4.1.1 Justiça ambiental e decrescimento

Segundo Martínez-Alier (2012), a expressão “justiça ambiental” surge nos EUA nos anos 80 a partir do movimento que lutava contra o “racismo ambiental”, isto é, contra a poluição desproporcional imposta às comunidades habitadas por “minorias” étnicas. Desde então o movimento se espalhou pelo mundo através das Organizações de Justiça Ambiental (OJAs) que resistem às indústrias de extração e que lutam contra a poluição e as mudanças climáticas. Destaca-se a importância do movimento nos países do Sul em função das trocas ecologicamente desiguais. Em geral, são os países periféricos que abastecem de matérias-primas os países mais industrializados, tendo que lidar com os conflitos e custos sociais e ambientais desse modelo de desenvolvimento. Além disso, os acordos internacionais sobre biodiversidade e mudança climática são hegemonizados politicamente pelos países do Norte que são os mais poluidores, mas querem dividir essa conta com os países do Sul, historicamente explorados e espoliados.⁶¹

Ao mesmo tempo surge o movimento pelo decrescimento econômico em alguns países ricos, a exemplo da Itália e da França, buscando compreender que o

⁶⁰ Cf. Léna, P; Nascimento, E. P. de. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento – sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

⁶¹ Em se tratando da realidade latino-americana, cf. Galeano, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

crescimento não deve ser medido apenas pelo PIB, devendo considerar os gastos energéticos e sua impossibilidade de renovação, além dos danos socioambientais.

Assim, se trataria de uma aliança óbvia entre a justiça ambiental e o decrescimento, com a ressalva de que não cabe para os países do Sul, como os da América Latina, da África e os países pobres da Ásia, a oposição ao crescimento econômico. Trata-se da defesa de um crescimento sustentável para os países do Sul e do decrescimento sustentável para os países do Norte. Nos termos do autor:

[...] um decrescimento econômico moderado (significando um metabolismo social menos importante) é um objetivo plausível para as ricas economias industriais. Este objetivo seria incentivado pelas OJAs e suas redes que lutam no sul, no âmago dos conflitos de distribuição ecológica. As OJAs são contra o intercâmbio ecologicamente desigual, contra a dívida ecológica e, como tal, são potenciais aliadas do movimento que nos países ricos defende um decrescimento econômico socialmente sustentável (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 68).

Essa ressalva é absolutamente importante posto que são inúmeras as necessidades materiais dos povos do Sul que precisam ser sanadas, não somente pela via da produção de alimentos agroecológicos, mas da própria industrialização, produzindo bens necessários ao mercado interno. Caso contrário, ao entrar na repetição do mantra do decrescimento, podemos cair no equívoco de reivindicar na verdade a permanência da nossa dependência das economias centrais, cujas forças de direita podem jogar com essa retórica ao bel prazer dos seus interesses, reforçando a justificativa da recessão produtiva e da aposta no mercado financeiro como saída para a crise. Entretanto, a questão que permanece latente é: que projeto de desenvolvimento os países do Sul devem construir e sob que bases deve se dar a relação entre homem e natureza e entre os homens?

1.4.1.2 Buen Vivir e decrescimento

Para Garcia (2012), o Buen Vivir e o decrescimento têm em comum o ceticismo diante das promessas do desenvolvimento e o seu suposto universalismo. O Buen Vivir surge da crítica e resistência dos povos andinos ao desenvolvimento, que historicamente ficou associado à conquista de um lugar na competitividade do mercado. Diante da incapacidade de certos países nessa disputa, resta se tornar objeto de cooperação com o desenvolvimento, ou precisar de ajuda humanitária, ou mesmo morrer de fome.

Na perspectiva do bem viver, os povos indígenas originários questionam o termo desenvolvimento e tudo o que ele implica, já que para nossos povos e comunidade, ele tem significado a degradação da natureza e a destruição das nossas comunidades. O termo desenvolvimento está ligado à exploração, à marginalização, à depredação e à dependência, pois segundo a lógica ocidental, o desenvolvimento implica em ganhar, em desfavor do outro (MAMANI, 2010 apud GARCIA, 2012, p. 210).

Assim, o Buen Vivir privilegia a escala local-regional como uma forma de resistência ao desenvolvimento universal, apostando na pluralidade das experiências andinas. Compreende a crise do desenvolvimento contemporâneo como oriunda da crise ecológica, assim como o decrescimento, mas também oriunda da desigualdade. E nesse sentido sua crítica toma duas direções: a do mercado capitalista, pois este monetariza e mercantiliza a vida, e a do Estado que busca universalizar um modelo de desenvolvimento, excluindo as nações culturais. Nessa perspectiva, o autor afirma:

O bem viver se apresenta como um projeto autônomo em relação ao mercado e ao Estado. Este desejo de diferenciação se manifesta em opções muito gerais: nem capitalismo e nem comunismo, e sim uma espécie de socialismo comunitarista (GARCIA, 2012, p. 211)

A saída seria a organização de base comunitária, restabelecendo o elo entre o econômico e o cultural, numa relação equilibrada entre o homem e seu meio. Trata-se da construção política do multinacionalismo, ou seja, de uma organização que considere e respeite a diversidade identitária dos povos. Entretanto, pondera que apenas a dimensão cultural é insuficiente para construir uma economia sustentável. Nesse sentido, acredita que é preciso superar a dicotomia conhecimento local e ecocêntrico e a ciência ocidental e antropocêntrica. Trata-se de construir uma unidade.

Para Garcia (2012), o debate está aberto e precisa ser encarado para enfrentar uma crise ambiental que certamente não é nova. Seu ineditismo é que se trata de uma crise global e acelerada nos desafiando a achar saídas que considerem as particularidades, mas que costurem um pacto de universalidade em prol da humanidade. Nesse sentido, indica que devemos nos debruçar sobre os elementos que pressionam excessivamente o meio ambiente natural, como a população, o consumo e a agressividade das tecnologias. Com isso, conclui:

Se o decrescimento, o bem viver, ou o que quer que seja, pretenderem ser algo além de denúncias indiretas contra o capitalismo, se pretenderem ser uma proposta de trajetória humanista rumo à sustentabilidade, então será preciso deixar de lado os preconceitos e encarar abertamente todos os fatores relevantes. Porque está claro que isto não vai ser algo fácil (GARCIA, 2012, p. 223).

A crítica do Buen Vivir não apenas ao mercado, mas também ao Estado, é de alta relevância. Apesar de a crítica ao mercado tombar para uma conotação de cunho romântico, ao reivindicar um desenvolvimento local, correndo o risco de cair no culturalismo, parece-nos que, diferentemente do decrescimento, há uma clareza quanto ao papel de classe do Estado burguês, cuja herança histórica e as opressões permanentemente atualizadas sobre as populações indígenas e camponesas são conhecidas.⁶² A proposta de realocização feita pelo decrescimento não coloca em questão o poder do Estado. Entretanto, a organização de base comunitária proposta pelo Buen Vivir pode ter uma aproximação com o poder popular que contesta o capitalismo e seu sistema político, propondo a ampla democratização da política, a exemplo das experiências da Comuna de Paris e dos soviets da ex-URSS.

O curso da história guiada pelos homens diante dos limites próprios do seu tempo revelará em que direção e medida essas experiências andinas contribuirão para a disseminação do poder popular, ou se não passarão de uma recuperação do anticapitalismo romântico que ainda sonha com uma sociedade comunitária idílica em que a perspectiva de totalidade do gênero humano corre o risco de se esvaír.

Ademais, o próprio Garcia (2012) sinaliza as dificuldades e dilemas na construção da organização comunitária, rompendo com uma visão romântica, ou mesmo idílica do meio rural, posto que localmente há o poder do cacique, um maior controle sobre o indivíduo e, assim, perda de individualidade e da diversidade. Entretanto, com as necessidades básicas sanadas pela esfera da economia, a experiência do poder popular pode tomar uma outra direção, que respeite a diversidade, a liberdade, a natureza, baseada numa ética humanista no sentido de se pautar pela racionalidade humana para responder aos dilemas postos pela realidade.

No debate sobre a transição socialista, os revolucionários defendem historicamente uma sociedade de abundância como condição para se construir a tão almejada sociedade comunista. Contudo, o modo de produção capitalista possibilitou não somente abundância, mas gerou desperdício, como revelam os exemplos da

⁶² Cf. Galeano, op. cit.

produção agrícola, da produção energética, etc. Ademais, em conjunto com a produção em abundância, a sociabilidade capitalista conquistou o domínio ideológico que justifica a apropriação privada e superexploração dos recursos humanos e ambientais obscurecendo a formação de uma consciência de classe que conduza para essa transição. No cenário contemporâneo, não apenas o debate, mas a práxis sobre a transição socialista se encontram eivados de desafios, sobretudo após o esgotamento das experiências do “socialismo realmente existente”.

A complexificação interna das classes sociais que ganham corpo, sobretudo a partir da fase monopolista do capital e suas crises subsequentes, nos leva ao seguinte questionamento: quem sabe se os considerados pré-modernos pelos portadores da civilização moderna euro-ocidental, a exemplo das comunidades tradicionais, terão protagonismo na colaboração para a construção de uma verdadeira era moderna, superando a ideologia dos pós, recuperando os princípios socialistas e congregando os saberes popular e científico? Parece-nos que, nas conjunturas de crise, a anexação do prefixo pós, como pós-moderno, pós-industrial, pós-fordista, pós-salarial, pós-desenvolvimento, etc., serve como subterfúgio ideológico para a fuga do real enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade. Assim, a superação sugerida/induzida pelo prefixo “pós” jaz no mundo das ideias e da abstração, pois a sociedade continua a renovar suas contradições materiais e subjetivas fundamentais, sem superá-las.

1.4.1.3 Agroecologia e decrescimento

Na perspectiva de buscar os elos comuns entre a agroecologia e o decrescimento, Carvalho e Franco (2012) identificam o campesinato como um protagonista privilegiado com potencial para realizar esse enlace. Historicamente a organização social do campesinato é de base comunitária, o que comunga com a defesa decrescentista da realocação, ou seja, da descentralização do poder político. O anarquista Murray Bookchin é uma referência na militância em prol da produção em pequena escala aliada à autogestão da comunidade através da democracia direta. Assim, as necessidades básicas, como o alimento, o vestuário e a moradia, deveriam ter sua produção e distribuição determinadas pela comunidade, preservando os ecossistemas naturais.

Além disso, Taibo (2010 apud CARVALHO; FRANCO, 2012), do ponto de vista do gasto energético, considera que, para cada emprego precário gerado nas grandes redes comerciais, perdem-se cinco empregos estáveis no pequeno comércio local, o que reforça a tese de que a produção alimentar local diminui os gastos energéticos da produção e transporte de alimentos. Entretanto, cabe ainda ressaltar que para Mendras (1978 apud CARVALHO; FRANCO, 2012) nem tudo é mais econômico via descentralização, a exemplo dos serviços públicos, como rede de água, esgoto, eletricidade, hospitais e escolas. Em resumo, trata-se de dilemas postos para a construção de uma alternativa viável à ordem vigente, que coloca em xeque a atual organização societária que cinde o rural do urbano.

Para os autores supracitados o mundo camponês é amplo e diverso, mas mantém o que denominam de valores referenciais desse modo de vida que se caracteriza: pela produção autossuficiente, que pode contribuir para a autonomia social e econômica frente à globalização; pelo papel central da família e da comunidade e seus laços de solidariedade e reciprocidade na reprodução socioeconômica; por sistemas produtivos que combinam atividades agrícolas e não agrícolas; e pela adaptação de sua cultura e modo de produção aos ecossistemas ocupados. Por outro lado, não podemos supor, assim como a tradição romântica, que laços familiares e comunitários são harmônicos e sem conflitos, o que restringiria essa abordagem a uma dimensão exclusivamente utópica, que desconsidera a base material para a construção de uma nova sociabilidade.

Nesse sentido, os elementos acima indicados seriam uma referência para uma nova construção social certamente não formada apenas por camponeses, mas por homens e mulheres em base de igualdade, que escolhem uma vida não pautada pelo lucro, pela exploração entre os homens e pelo consumo massivo dos recursos naturais.

É nessa perspectiva que se coloca a agroecologia defendida por movimentos camponeses como oposição à agricultura industrial, cuja expansão se dá via monoculturas e uso intensivo de insumos químicos e organismos transgênicos. Ressalta-se que a agroecologia não se restringe ao não uso de agrotóxico, como a agricultura orgânica, posto que esta já está integrada ao mercado, elitizando o consumo de alimentos saudáveis como um contraponto da massificação de alimentos com baixo teor nutritivo. Ou seja, trata-se não apenas de uma técnica, mas do processo de construção de uma sociedade justa e sustentável. Ao fim e ao

cabo, não se trata de uma sociedade voltada para os direitos restritos dos camponeses, mas do conjunto da sociedade.

A importância dessa classe deriva da sua resistência à integração do conjunto da sociedade ao modo de produção e reprodução capitalista. Trata-se de uma realidade presente ainda hoje especialmente nos países do Sul, onde extensos segmentos de camponeses resistem ao capitalismo mesmo em franca desigualdade, “mantendo acesa a chama de uma sociedade não capitalista” (CARVALHO; FRANCO, 2012, p. 331).

Dadas tais considerações, os autores apostam na unidade entre agroecologia e decrescimento tendo em vista que:

[...] o modo de vida camponês já apresenta características mais favoráveis à agroecologia, e logo à sustentabilidade e à sociedade decrescentista: tecnologias de pequena escala, circuitos econômicos curtos, reaproveitamento de matérias-primas e de energia, solidariedade e reciprocidade (CARVALHO; FRANCO, 2012, p. 330).

Contudo, veremos oportunamente a importância da agroecologia para o conjunto da sociedade, para além dos limites da perspectiva do decrescimento.

1.4.1.4 O movimento decrescimento no Brasil

Sobre a penetração do decrescimento no Brasil, Boccato-Franco (2012) realizou um estudo sobre a produção de conhecimento nessa área, levantando blogs, articulações virtuais, via internet, movimentos sociais, centros acadêmicos de referência que se propõem a propagar esse debate. Constatou que não existe ainda uma pós-graduação nessa área temática, mas algumas disciplinas do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB, do Laboratório Transdisciplinar de Estudos em Complexidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e reportagens do Instituto Humanitas Unisinos. Entretanto, destaca que, no conjunto, sobressai uma reprodução do que vem sendo publicado essencialmente na Europa, faltando ainda uma análise que busque, a partir dessa perspectiva, resolver problemas históricos crônicos dos países do Sul.

Em seu estudo sobre a produção intelectual sobre o decrescimento no Brasil, o autor identificou que há uma tendência europeia de considerar o que está fora do centro do continente europeu como uma alternativa à crise. Nesse sentido, a

Segunda Conferência Internacional sobre Decrescimento, em 2010, focou experiências político-econômicas em países da Ásia, África, América Latina e Leste europeu (BÁDUE apud BOCCATO-FRANCO, 2012).

Ainda assim, o próprio autor assinala que as poucas pesquisas brasileiras que existem sobre a temática acabam reproduzindo a retórica do decrescimento europeu, muito centrado numa perspectiva culturalista e anticonsumo, faltando uma abordagem própria que considere o enfrentamento real dos países à margem do capitalismo central, isto é, que considere a importância do combate à miséria, sem repetir o modelo de desenvolvimento do centro do capitalismo que leva o planeta em seu conjunto ao colapso.

Em nossa avaliação, a perspectiva teórico-política do decrescimento vem atribuindo aos países do Sul uma potência revolucionária isolada, abdicando de enfrentamentos substantivos no seio do próprio capitalismo central, rompendo com a necessidade histórica da unidade internacional dos trabalhadores, ainda que considerando as devidas particularidades.

1.4.1.5 Balanço crítico do Decrescimento

Essa aproximação com o movimento do decrescimento nos permite suscitar algumas questões que apresentamos a seguir de forma esquemática. Se, por um lado, ele apresenta o mérito de trazer para o centro do debate a crise ecológica em que nos afundamos reconhecidamente em âmbito internacional a partir dos anos 70; por outro, cabe a indagação sobre se a saída da economia, do desenvolvimento (seja capitalista ou socialista) via mudança de comportamento individual de consumo, ou mesmo via organização local de produção e distribuição de mercadorias, seriam iniciativas suficientes na construção dessa transição.

Num franco e necessário debate, Harribey (2013), ligado à Associação pela Taxa Tobin para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC)⁶³ e aos economistas estarecidos,⁶⁴

⁶³ Organização altermundialista criada em 1998, cf. ATTAC. Disponível em: <<http://france.ATTAC.org>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

⁶⁴ Trata-se de uma articulação iniciada em 2010 entre pesquisadores, professores, economistas que se propõem a desmistificar o economês publicando análises sobre o mercado financeiro e o mercado real, na busca de alternativas para o domínio liberal (Cf. LES ÉCONOMISTES ATERRÉS, 2010. Disponível em: <www.atterres.org> Acesso em: 10 ago. 2014). Nesse sentido, lançaram um manifesto que debate os argumentos que fundamentam tal domínio. Em português, é possível acessar o manifesto na íntegra na revista eletrônica O comuneiro, n. 11, 2010. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr11_09_manifesto.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.

contesta a perspectiva do decrescimento. Também parte do princípio que não há crescimento econômico infinito, mas – ao enxergar que a base das contradições presentes na sociedade capitalista é revelada pela teoria do valor-trabalho – defende a “*décélération de la croissance*” (“a desaceleração do crescimento”, p. 355, trad. nossa) como uma primeira etapa para desconectar progressivamente o progresso humano e o bem estar, do crescimento material. Uma transição deve levar em conta a justiça social baseada no emprego, na qualidade do trabalho e em fortes investimentos na transição dos sistemas energéticos, nos sistemas de transporte, na revisão da ideia de urbanização. Cabe destacar que algumas dessas ponderações de Harribey acabaram por serem incorporadas pelo decrescimento.

A curto prazo, o autor defende o estabelecimento de uma renda máxima para contribuir para a redução das desigualdades, o que nos remete a uma das importantes iniciativas da Comuna de Paris em 1871. Assim, propõe o decrescimento não do modo de produção global, mas do nível do consumo de matérias primas e energéticas em curso. Ainda comentando criticamente o decrescimento, Harribey (2013) nos chama a atenção para o fato de que nesse campo há distinções internas. Philippe Ariès, por exemplo, aposta da dimensão ideológica do decrescimento como meio de transformar a sociedade enfrentando a ideologia dominante.

Harribey (2013) contesta que, em comum, os teóricos do decrescimento consideram a economia como uma invenção moderna que precisa ser superada, isto é, um fruto do capitalismo, e não uma base fundante de toda e qualquer sociedade. Esse equívoco de compreensão sobre a realidade, negando a economia ao invés de um modo particular de dominação econômica, acaba por obscurecer a necessidade de enfrentamento da relação social capitalista, cujas expressões materiais e históricas são concretas.

É nessa perspectiva que Latouche e a maior parte dos teóricos do decrescimento abandonaram a crítica ao capitalismo como um modo de produção global. Ou seja, consideram que a sociedade do crescimento sobredetermina tudo, independentemente das relações sociais, se hegemônicas pelo capitalismo ou pelo socialismo.

Esse debate é extremamente rico e atual, com esforços teóricos evidentes, seja dos que romperam com o marxismo, como boa parte dos ecologistas, seja dos que o reafirmam, como Harribey e outros, ou dos que buscam superar a teoria do

valor-trabalho, reconceituada por Marx, como algo trans-histórico, a exemplo de Jappe e outros autores filiados ao movimento da “crítica do valor”.⁶⁵

Segundo Jappe (2013) o decrescimento tem uma contribuição contemporânea importante no que diz respeito à crítica ao produtivismo oriundo do crescimento econômico. Entretanto, ele não traz à tona as causas que levam a uma corrida desenfreada ao crescimento, o que limita, fatalmente, suas propostas de superação da ordem vigente. O crescimento econômico, que se tornou hegemônico no capitalismo, está assentado no valor-trabalho, o que quer dizer que a origem do valor está na extração do mais-valor, que se tornou possível através da apropriação dos meios de produção e do investimento incessante em novas tecnologias para baratear o custo individual das mercadorias. Ou seja, com mais tecnologia e menor emprego de mão de obra, aumenta-se a margem de mais-valor e se obtém mais lucro. Com efeito, a industrialização abriu um ciclo econômico em que se compensa a queda tendencial do lucro com o aumento da produtividade, isto é, aumentando a massa global de mercadorias.

Nesse sentido, não basta, como propõe o decrescimento, reduzir o crescimento, mudar hábitos de consumo ou, como propõe o capitalismo verde, criar um novo setor produtivo e financeiro ligado à ecologia, ou mesmo os filiados à teoria do dom, que apostam nas relações solidárias para combater o capitalismo e na organização da sociedade civil através do terceiro setor, de cooperativas, etc. Nada disso altera o fato de que no capitalismo o valor continua e continuará tendo como fonte a exploração do trabalho, com um número reduzido de trabalhadores formais e uma massa de trabalhadores precarizados e desempregados, com todos os efeitos deletérios que assistimos nas últimas décadas aos direitos trabalhistas, sociais e humanos. O outro polo necessário no processo de valorização do capital, através do investimento da força de trabalho humana, é o consumo de recursos naturais em escala cada vez maior, tendo como resultado o aumento de poluição e do desperdício energético. Alongar-nos-emos numa passagem de Jappe (2013) para dar uma dimensão mais precisa da análise que a “crítica do valor” faz do

⁶⁵ É preciso qualificar o debate sobre a crítica ao trabalho, pois há correntes que criticam o trabalho concreto, outras que criticam o trabalho abstrato e há ainda as que criticam o trabalho tal como constituído em sua totalidade na sociedade capitalista. O movimento “crítica do valor” surge na Alemanha nos anos 80 e ganha visibilidade através das revistas *Krisis* e, após uma dissidência, *Exit!* – fundada por Robert Kurtz. Tal movimento, segundo seus integrantes, consiste no resgate de um projeto de emancipação que se liberte da produção de valor assentada no trabalho abstrato, tal como se dá hegemonicamente no capitalismo (JAPPE, 2013).

decrescimento e do conjunto de correntes teórico-políticas atreladas ao “desenvolvimento sustentável”:

Mesmo quando o valor não aumenta – na verdade, ele diminui – o consumo dos recursos, a poluição e a destruição não deixam de aumentar. O capitalismo é como um bruxo que se sente forçado a jogar o mundo concreto como um todo no grande caldeirão da mercantilização para evitar que tudo pare. A crise ecológica não pode encontrar solução no quadro do sistema capitalista que precisa crescer sem parar e consumir cada vez mais matéria só para poder se opor à diminuição de sua massa de valor. É por isso que as propostas de um “desenvolvimento sustentável” ou de um “capitalismo verde” não podem ter bom resultado: elas pressupõem que o bicho capitalista pode ser domesticado, ou seja, que o capitalismo tem nas mãos a escolha de parar seu crescimento e permanecer estável, limitando os danos que produz. *Não existe esperança mais vã: enquanto o processo de substituição da força de trabalho pelas tecnologias continuar – sem esquecer que o valor de um produto reside no trabalho representado por ele – haverá a necessidade de desenvolver a produção em termos materiais, ou seja, utilizar mais recursos e poluir numa escala sempre maior. Pode-se desejar outra forma de sociedade – mas não um tipo de capitalismo diferente do “capitalismo realmente existente”* (JAPPE, 2013, p. 190, grifo nosso)

Nota-se que, desde os anos 70, houve uma confluência de limites ao capital que resultaram numa crise ecológica global. De um lado, a escassez dos recursos naturais e, de outro, a permanente redução da força de trabalho no processo produtivo, que é a fonte de valor. Diante desse quadro, a saída foi continuar a busca do crescimento material para compensar a redução do valor. Nesse sentido, é preciso romper com a própria produção de valor. Em suas palavras: “um verdadeiro ‘decrescimento’ só será possível às custas de uma ruptura total com a produção de mercadorias e de dinheiro” (JAPPE, 2013, p. 191).

Em síntese, um “capitalismo decrescente” é tão ilusório quanto um “capitalismo ecológico” ou a sua versão que tem sido mais vulgarizada, o chamado “capitalismo verde”. E mais: corre-se o risco de o decrescimento ficar restrito a justificar o empobrecimento crescente da maioria da sociedade, reforçando as reformas da direita que avançam na retirada de direitos. Por outro lado, o campo da “crítica do valor” nos chama a atenção para os riscos de uma luta de classes pautada apenas pelo acesso à riqueza socialmente produzida, pois o alcance dessas lutas, quando muito, fica restrito às melhorias de condições de trabalho ou salariais que adensam e agravam o crescimento do consumo, da crise ecológica e da expansão dos explorados e oprimidos. Igualmente na direção de contestar o decrescimento centrado na redução do consumo, Postone (2014) enfatiza que a produção e a circulação são dimensões diferentes de uma mesma totalidade. Assim

sendo, é preciso rever o próprio processo de produção que, centrado no trabalho, se tornou hegemônico e inescapável na sociedade capitalista.

O movimento “crítica do valor”, assumidamente, toma para si um esforço teórico que retoma as contribuições marxianas para pensar o capitalismo na sua fase atual. Entretanto, não tem avançado em termos de proposições práticas. De toda forma, suas indicações nos provocam a repensar, recorrendo à mesma fonte marxiana, mas sob novas bases, a atualidade da luta de classes e seus rumos.

Em nossa opinião, a partir das análises de alguns dos textos de referência do decrescimento que o postulam como uma alternativa social, concluímos que há um superdimensionamento da transformação cultural em detrimento da econômica. Nesse sentido, sublima-se o peso do domínio econômico e seu caráter de classe, jogando-se peso no consumo e na necessidade de mudanças via uma consciência ecológica do consumo a partir de iniciativas locais. Sua crítica à modernidade parece contraditória, pois (ao mesmo tempo em que condena as metanarrativas – pretensamente universais – oriundas do universo econômico, seja a liberal, seja a marxista), defende uma nova metanarrativa fundamentada pela ecologia como uma nova universalidade. Ou seja, recusa a ontologia do ser social, que possibilita a compreensão da realidade a partir da razão dialética, e por outro lado pretende que a ecologia ocupe não o lugar de uma disciplina, mas de uma nova ontologia.

Ademais, ao mesmo tempo em que a sociedade do decrescimento propõe a substituição da economia pela ecologia, sua tática é de organização e ação local, sem colocar em questão a produção de valor, a propriedade privada, o sistema salarial, o mercado, que são pilares do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, Latouche (2014, p. 53) afirma:

Sem eliminar expressamente a propriedade privada dos meios de produção, ele será cada vez menos capitalista, na medida em que terá conseguido abolir o espírito do capitalismo e, em particular, a obsessão pelo crescimento (dos lucros, mas não apenas).

Nessa direção, o autor aposta no decrescimento como um projeto social e não político, no sentido de intencionar ser um movimento de massa em prol da felicidade, autônomo com relação à política institucional (cf. LATOUCHE, 2015).

Com efeito, tal perspectiva parece ignorar a força do domínio não apenas econômico, mas político, ideocultural e bélico do capitalismo. É como se a insatisfação dos consumidores, numa perspectiva transclassista, alterando seus hábitos individuais, fosse suficiente para alterar a roda da história. Como uma de

suas propostas, aposta na produção local, como sinônimo de autonomia, numa perspectiva culturalista. Assim, o decrescimento opõe o cultural ao universal, como se os hábitos se reproduzissem isoladamente e descolados da forma como a sociedade se estrutura. Em outros termos, o decrescimento corre o risco de jogar água no moinho que move o amplo e heterogêneo campo da pós-modernidade, endossando a fragmentação das lutas, parcializando a vida a partir de representações sociais que, sob uma roupagem radical, acaba por reforçar os poderes conservadores instituídos. Nessa direção, Jappe (2013, p. 184) alerta:

Mas um dos fatores que faz essa concepção [o decrescimento] ser tão atraente é o seu ar de gentileza que permite acreditar ser possível uma mudança radical com um consenso geral sem passar por antagonismos e fortes afrontamentos. Trata-se, logo, de um reformismo com pretensões radicais.

Diante dos limites que o decrescimento não se propõe a superar, é preciso resgatar o projeto de emancipação socialista inconcluso e reinventá-lo, enxertá-lo de reflexões a partir das experiências em curso, declaradamente anticapitalistas, como as dos movimentos camponeses e indígenas em aliança com os movimentos urbanos, além das vias clássicas de organização, ou seja, sindicatos e partidos políticos. A utopia que permanece é o alcance de uma sociedade de sujeitos emancipados, sem exploração e dominação, seja de classe, de gênero, étnica, etc., mas nessa construção faz-se mister rever o sociometabolismo homem/natureza, buscando sua coevolução. Esta tarefa é incompatível com um modo de produção e reprodução que se move pela universalização da exploração humana e consumo ilimitado dos recursos naturais como fonte de lucro. Ou seja, resguardadas as particularidades das distintas formações sóciohistóricas, a exploração de classes e a degradação ambiental se universalizaram, integrando o conjunto de trabalhadores à lógica de produção e reprodução capitalista, não apenas pelo assalariamento, mas se aproveitando de formas extraeconômicas e mesmo do trabalho escravo, sobretudo no último século. Tal dinâmica torna ainda mais desafiante a construção de uma unidade na revisão de um projeto socialista, diante de tamanha complexidade das classes sociais.

1.4.2 Economia Solidária

Na medida em que o movimento do decrescimento, propagador do “desenvolvimento sustentável”, reivindica uma aliança com outros movimentos/projetos e, nesse sentido, menciona a economia solidária, que aposta em cooperativas e mercados locais, propomos uma breve compreensão sobre esse projeto, ainda que de forma insuficiente, tendo em vista que tal tema não ocupa centralidade no nosso estudo. Assim, tomaremos como referência para esse debate as ideias postuladas principalmente por Paul Singer (que fez parte da alçada das iniciativas isoladas de economia solidária no Brasil à política social, através da criação, no primeiro governo Lula, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, e formalmente vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, em 2004), bem como algumas das críticas já realizadas pelo Serviço Social a esse projeto.

Segundo Singer (2002), a inspiração da “economia solidária”⁶⁶ vem do início do século XIX, a partir das experiências do socialista utópico⁶⁷ e cooperativista Robert Owen. Num contexto de ampliação de mazelas sociais pós-revolução industrial, Owen implementou em seu complexo têxtil em New Lanark a redução da jornada de trabalho, a proibição de trabalho para crianças e a educação para filhos de operários. Ele foi um grande propagador da cooperação se tornando uma referência internacional. Em meio ao crescimento da organização sindical, as ideias owenistas também cresciam ao ponto de sindicatos de trabalhadores defenderem

⁶⁶ Utilizaremos o termo economia solidária entre aspas, como em Menezes (2007) e Wellen (2012). Ambos compreendem tal categoria como tentativa de superação de algo inconciliável na ordem do capital. Segundo Wellen (2012, p. 19): “O próprio termo ‘economia solidária’ já representa uma inovação semântica, visto que busca unificar dois elementos que, no sistema produtivo vigente, configuram-se por uma oposição: a economia, que é capitalista, com uma valoração supostamente solidária. Diante desta realidade, em que o desenvolvimento do Mercado capitalista não apenas invalida as relações econômicas incapazes de produzir lucratividade, como as tornam subordinadas ao imperativo do capital, a defesa de uma ‘economia solidária’ expressa, no mínimo, uma posição bastante questionável”.

⁶⁷ Ao tratar da literatura socialista e comunista no Manifesto Comunista, Marx e Engels criticam o socialismo utópico como uma corrente contrária às ações políticas, especialmente as revolucionárias, protagonizadas pela organização dos trabalhadores. Nos termos do Manifesto: “Eles querem melhorar a condição de todo o membro da sociedade, até do mais favorecido. Por isso, normalmente, apelam para a sociedade como um todo, sem distinção de classe; mais ainda, de preferência à classe governante [...] Por isso, rejeitam toda ação política e, especialmente, toda a ação revolucionária. Desejam alcançar seus objetivos por meios pacíficos e procurar, através de pequenos experimentos, necessariamente condenados ao fracasso, e pela força do exemplo, pavimentar o caminho para o novo Evangelho Social” (MARX; ENGELS, 1997, p. 60). Já nas palavras de Singer (2002, p. 115): “A economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social”.

não apenas a melhoria salarial e de condições de trabalho, mas a autogestão das empresas. Assim, a autogestão substituiria a greve geral.

Além das cooperativas operárias cresceu a ideia da necessidade de fundar “aldeias cooperativas” que se dedicariam não somente à produção, mas à distribuição, criando um comércio que rejeitasse a lógica do lucro. Assim, no início do século XIX, num contexto de formação dos sindicatos e, ao mesmo tempo, do endurecimento dos capitalistas demitindo os sindicalizados, as cooperativas surgem como uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores.

Na França, Charles Fourier, outro representante do socialismo utópico, propôs uma organização social, *le phalanstère*, que preservava a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho e agregava a propriedade acionária dos meios de produção. A ideia era que tais organizações sociais fossem autogeridas, dispensando o Estado. Em 1825, seus seguidores acabaram por criar a Escola Associativa que tomou para si a tarefa de propagar suas ideias. Entretanto, as experiências práticas mais expressivas se deram nos EUA e nenhuma delas durou mais do que seis anos.

A recuperação vigorosa dessa ideia, conformando o campo da economia solidária, dá-se próxima de se completarem os duzentos anos do surgimento do socialismo utópico, que em seguida perdeu força mediante o socialismo científico. Apesar de a categoria “economia solidária” ter sido criada no Brasil, o fenômeno em si não é uma invenção brasileira, ou mesmo latino-americana, pois, no início dos anos 90, houve na França um processo de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas, chamadas de iniciativas locais, que levaram Jean-Louis Laville e Bernard Eme a criar a noção de “economia solidária”. O florescimento de tais iniciativas foi marcado por um contexto de crise que afetou o Estado e o mercado.

Segundo Laville (apud MENEZES, 2007), a “economia solidária” se apresentou como uma ferramenta de “gestão da penúria”, podendo se integrar à criação de riqueza própria da sociedade capitalista. Já no entendimento de Singer (2002), é preciso voltar mais algumas décadas para compreender o fenômeno, pois nos anos 70, num contexto de desindustrialização nos países centrais, a proposta da “economia solidária” foi reinventada. Em suas palavras:

O que distingue esse “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento (SINGER, 2002, p. 111).

Segundo o autor supracitado, a “economia solidária” ressurge então na vaga da crise do “socialismo realmente existente” e no fracasso dos governos socialdemocratas, cujo alcance político não passou de atenuação dos excessos do neoliberalismo. Em nossa compreensão, em muitos casos, os governos socialdemocratas foram os próprios gestores da implementação do neoliberalismo. Esse é o cenário do “crescimento” da sociedade civil organizada, em que a “economia solidária”, juntamente com ONGs, movimentos de “minorias”, ambientalistas, etc., passou a apostar em substituição às organizações clássicas dos trabalhadores, em mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, via penetração nas brechas do capitalismo.

Já no Brasil, o economista brasileiro Marcos Arruda defende a “economia solidária” como um capitalismo justo e humanitário, em que se elimina a exclusão da realidade social (cf. MENEZES, 2007). Nessa perspectiva o trabalho assume não o caráter de uma atividade remunerada pelo mercado, mas de uma resposta às necessidades individuais. Trata-se de um mundo ideal, à parte, inclusive com moeda própria, através dos clubes de troca, reiterando abordagens idealistas de uma suposta transformação econômico-social, através dessas experiências.

Em Introdução à Economia Solidária, Singer (2002) defende que esta seria um modo de produção alternativo ao capitalista, cujos pilares seriam a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A diferença, nesse caso, reside no tipo de propriedade, se coletiva (solidária) ou individual (capitalista). Outra diferença se encontra no tipo de gestão, pois na empresa capitalista a gestão é hierárquica e autoritária, enquanto na “economia solidária” se pratica a autogestão, exercitando a democracia direta.

O autor faz referência às experiências de cooperativas de consumo e de crédito no século XIX e mesmo à revisão das mesmas, após a II Guerra Mundial, nos países desenvolvidos, para afirmar que elas foram impelidas a se fundirem para disputar mercados, entrando na lógica da competitividade e acabando por perder os valores próprios do cooperativismo. Em seus termos:

De forma semelhante ao cooperativismo de consumo, o de crédito enfrenta nos países desenvolvidos a concorrência de intermediários financeiros privados e públicos, de grande dimensão e capacidade de desenvolver e aplicar tecnologias avançadas de informática. Para enfrentar tal concorrência, o movimento de cooperativismo de crédito tende a se centralizar e burocratizar, buscando ganhos de escala e atendimento em massa, com o que abre mão da autogestão e do caráter comunitário da cooperativa de crédito. Mesmo mantendo as formalidades do

cooperativismo, o funcionamento concreto passa a se assemelhar cada vez mais ao dos intermediários convencionais (SINGER, 2002, p. 73).

Entretanto, em sua opinião, mesmo em meio a contradições, esses tipos de cooperativa de crédito representariam uma saída nos países do chamado Terceiro Mundo, onde contingentes de trabalhadores se inserem de forma precária na economia de mercado. Na tentativa de fundamentar tal afirmação, utiliza o exemplo do Banco da Aldeia, em Bangladesh, que passou a financiar microprodutores miseráveis a partir do final dos anos 70.

Já as cooperativas de compra e venda agrícolas não passam de interstícios nas formações capitalistas, pois reproduzem a desigualdade entre classes sociais, através da manutenção do assalariamento. Por outro lado, possibilitaram um freio à tendência centralizadora do capital, permitindo a permanência da existência de camponeses.

Ainda assim, ela pode ser uma saída para o resgate da dignidade humana, da ajuda mútua e do espírito comunitário. Nesse sentido, cita o exemplo das cooperativas de catadores de lixo, que possibilitam compras em comum a preços menores e vendas em comum, a preços maiores. Trata-se de um ingrato exemplo, posto que ainda que consideremos a importância para esse segmento social de uma organização comunitária de trabalho, o trabalho em si se realiza em condições degradantes, afetando a saúde dos trabalhadores, e precárias, com poucos direitos sociais, constituindo o que podemos analisar como “autoexploração”.⁶⁸ Não obstante, cabe destacar que, num contexto de flexibilização das relações de trabalho, em que os trabalhadores são chamados ao empreendedorismo, em que a dominação de classe aparentemente se dilui, é como se o trabalhador não fosse explorado, como se não participasse de uma cadeia produtiva cuja exploração se dá pela via da terceirização altamente precarizada, gerando lucro para a indústria da reciclagem ao mesmo tempo em que cria a ilusão de autonomia e autoexploração. Ademais, retira-

⁶⁸ Contestando Rosa Luxemburgo em suas críticas ao cooperativismo (que, em sua visão, não deveria ser tomado isoladamente, mas integrado à própria economia capitalista, acabando por reproduzir as relações capitalistas, só que autogovernadas pelos próprios trabalhadores, mas remontando aos grupos isolados de produção e troca da Idade Média), Singer afirma que se trata de um problema de gestão: “Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se autoexplorar menos; além disso os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção” (SINGER apud WELLEN, 2012, p. 281).

se a responsabilidade do Estado, em cuidar dos resíduos sólidos, e do conjunto da sociedade, em refletir sobre o consumo e o desperdício (cf. GALON, 2015).

Para Paul Singer, em definitivo, a cooperativa de produção teria a vocação de constituir um modo de produção alternativo ao capitalista, baseado na solidariedade e na democracia. Entretanto, acredita que a ajuda do Estado é fundamental para obter crédito inicial e concorrer com as empresas convencionais, que recebem crédito facilitado do Estado e isenções fiscais.

Em suma, as cooperativas de produção, autônomas e autênticas, não são numerosas, mas ressurgem com vigor quando a economia entra em recessão e governos reagem patrocinando a conversão de empresas em crise em cooperativas operárias e quando a contracultura suscita novas atividades, que costumam se organizar como cooperativas. *Cooperativas de produção inautênticas, estabelecidas de cima para baixo, foram ubíquas no Terceiro Mundo, e a maioria não resistiu ao neoliberalismo* (SINGER, 2002, p. 98, grifo nosso).

Em nossa abordagem, o neoliberalismo não é argumento para justificar a falência de iniciativas organizadas de cima para baixo, mas trata-se de um modelo econômico que responde pelo próprio contexto em que tais iniciativas se proliferam, como uma forma parcial e reduzida de enfrentamento ao desemprego e à pobreza, num cenário de franco ataque aos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados. Em síntese, não se deve atribuir ao neoliberalismo a falência dessas experiências, mas o seu surgimento frágil, insuficiente e limitado às próprias amarras da sociabilidade capitalista.

O autor segue afirmando que, além da alternativa produtiva proporcionada pelas cooperativas, é preciso investir tanto na formação de redes de consumidores, como o movimento fair trade (comércio justo), em que consumidores privilegiam a aquisição de bens e serviços oriundos de empreendimentos solidários, bem como em geração e difusão de conhecimento, conferindo papel estratégico às universidades, igrejas e sindicatos.

O consumo solidário poderá ser um fator de sustentação de algumas empresas solidárias, do mesmo modo como o são os clubes de troca. Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários (SINGER, 2002, p. 120-121, grifo do autor).

Com efeito, apresenta-se uma fórmula simples: basta a expansão da participação no consumo solidário apoiando as cooperativas de produção para superar o capitalismo. Ademais, ainda que tais experiências sejam concretas, elas refletem um idealismo, como se fosse possível mudar um modo de produção meramente por uma escolha ideológica. Ignora-se que, na produção de valor que ingressará no universo da competição mercantil, pouco importa se foi produzida numa empresa capitalista ou solidária.⁶⁹ Em outros termos: devemos estar atentos ao fato de que não é a dimensão subjetiva que define o valor.

Na ácida crítica tecida por Menezes (2007), a “economia solidária” se inscreve no ideário do terceiro setor, que prega o “faça você mesmo”, a “responsabilidade pessoal”, valendo-se de conteúdos idealistas, românticos, messiânicos e individualistas. Nesse sentido, as conquistas históricas dos trabalhadores são desprezadas, a exemplo da universalização dos direitos, bem como se despolitiza a economia e a questão social dela oriunda, enfraquecendo as organizações políticas dos trabalhadores. Em seus termos:

A tese é demonstrar que a “economia solidária”, que integra o “terceiro setor”, ao ser formulada, enquanto alternativa para o desemprego e para a pobreza, acaba desembocando na constituição de uma sociedade paralela à sociedade oficial cujo código de sociabilidade se remete às premissas das formações econômicas pré-capitalistas [o que nos remete ao anticapitalismo romântico do século XIX]. Não obstante, a “economia solidária”, assim arquitetada, longe de ser uma alternativa para a pobreza e o desemprego, é uma modalidade de prática social que incorpora a pobreza ao nexos do capital parasitário-financeiro através do sistema de crédito, setor da economia que singulariza a “mundialização do capital” (MENEZES, 2007, p. 94).

A autora busca elementos nas obras de Marx e Lenin para desconstruir as teses da “economia solidária”. Em primeiro lugar, o desemprego, que o projeto da “economia solidária” diz combater, é algo constitutivo da lógica de acumulação e concentração de capital. Desde o início da revolução industrial, como já vimos, fica claro que a lucratividade é oriunda do aumento da composição orgânica do capital, o que implica em menor quantidade de capital variável (força de trabalho) e aumento da produtividade.

A “economia solidária” equipara o cooperativismo ao socialismo. Entretanto, Menezes (2007) recorre à análise de Lênin para contra-argumentar. Para ele, não

⁶⁹ Anselm Jappe, em uma mesa que tematizou Marx est-il nécessaire pour penser l'écologie politique? (Marx é necessário para pensar a ecologia política?) no I Colóquio Penser l'écologie politique (Pensar a ecologia política), em abril de 2014, na Universidade Paris 7, ironizou a autogestão dos trabalhadores afirmando que, num contexto de crise, a diferença é que os próprios trabalhadores terão que decidir os que serão dispensados do trabalho (informação verbal).

era possível transportar o cooperativismo europeu para outras formações sociais. Entretanto, libertando tais experiências do idealismo e romantismo ocidentais, elas poderiam integrar um projeto maior de sociedade como um instrumento de incentivo econômico. Ou seja, é preciso que ela porte não apenas princípios socialistas, mas que tenha efeito material sobre a economia.

Ou seja, sem considerar como questões fundamentais ‘a luta de classes, a conquista do poder político pela classe operária, o derrubamento da dominação de classe dos exploradores’ enfim, sem tocar nas contradições fundamentais da ordem burguesa ‘o socialismo cooperativo’ [é] uma pura fantasia, qualquer coisa de romântico e mesmo trivial pelo seu sonho de que é possível transformar pela simples cooperativização da população os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a guerra de classes em paz de classes (a chamada paz civil) (LÊNIN apud MENEZES, 2007, p. 157).

Em 1875, Marx criticou o programa do Partido Operário Alemão em várias de suas proposições. Especificamente no que diz respeito às cooperativas como “o caminho para solução do problema social” com ajuda do Estado e controle democrático do povo trabalhador, Marx destacou que a classe operária da época na Alemanha era ínfima se comparada aos camponeses, o que debilitava o controle democrático dos trabalhadores. Além desse elemento determinante, era necessário que a organização operária mantivesse sua autonomia diante do Estado, posto que – no âmbito da sociedade capitalista – as cooperativas “só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses” (MARX apud MENEZES, 2007, p. 159). Em síntese, no que diz respeito às cooperativas, Marx considera que os esforços isolados de operários não conseguiriam deter o desenvolvimento dos monopólios, libertar as massas ou mesmo aliviar a miséria. Contudo, não eliminou a possibilidade de integrarem um sistema econômico socialista.

A partir de tais elementos críticos, a autora sustenta explicitamente que a “economia solidária” não passa de um projeto político⁷⁰ que objetiva o apassivamento da classe trabalhadora, representando uma regressão política mais nefasta do que o socialismo utópico fora no século XIX, do qual a “economia

⁷⁰ Para Wellen a “economia solidária” não chega a configurar um movimento social. Ou seja, não passa de um projeto social devido a pouca base e fundamentação teórica e material disponíveis. Apesar do crescimento exponencial dessas experiências no Brasil a partir dos anos 90, suas organizações carecem de conteúdo e projeto político. As experiências são múltiplas e diversas, bem como contam com distintas análises: “Podemos concluir que não existe um consenso entre os autores sobre a história, importância e função social da ‘economia solidária’. Não apenas se apresentam autores com perspectivas teóricas, metodológicas e políticas distintas, como, algumas vezes, observam-se posições diferentes em uma mesma obra sobre a ‘economia solidária’” (2012, p. 63).

solidária” alega ser legatária.⁷¹ Assim, tal projeto social se encontra preso ao que nega, pois ao negar o Estado paternalista e a frieza do mercado, acaba por reiterá-los através de ações, antes isoladas, que agora integram o conjunto das políticas sociais contando com financiamento de organismos financeiros internacionais. Nesse sentido, ele fica restrito a uma pseudoautonomia, bem como sua constituição como alternativa e via de superação da sociedade capitalista se revela falsa. Com efeito, na sociedade capitalista, a autogestão, guiada pela ideia de autonomia, pode ficar restrita ao âmbito imaginário da “autoexploração”, quando os próprios trabalhadores assumem os riscos do negócio empresarial à custa dos seus próprios direitos sociais, alimentando a escala predatória da exploração. Nessa perspectiva, Menezes (2007, p. 23) sentencia:

Economicamente regressiva, politicamente conciliadora e teoricamente equivocada, a “economia solidária” estabelecida nos moldes de Paul Singer já se incorporou, no caso brasileiro e em outros países da América Latina, às políticas governamentais subordinadas aos interesses do capitalismo parasitário-financeiro na atual etapa do capitalismo. Porém, a nossa crítica recai, sobretudo no papel que a “economia solidária” desempenha junto à classe trabalhadora em função do reforço que ela representa enquanto uma prática social que auxilia a desmobilização do movimento operário e como fonte que abaliza a precarização do trabalho.

As contribuições críticas de Menezes (2007) e Wellen (2012), que proferiram esforços para compreensão sobre o significado da proliferação da “economia solidária” na fase mais recente do capitalismo, buscando seus fundamentos teóricos e históricos, sugerem que a promessa de um pós-capitalismo, por essa via, pode nos levar ao desejo de um pré-capitalismo. Ou seja, ao retorno a uma organização econômico-social cujas relações de produção e troca eram isoladas, fortalecendo poderes de feudos, numa economia não integrada, a partir da condição de servidão dos trabalhadores. Não obstante, dialogando com os autores, a nosso ver, não passará de desejo, pois a história não é teleológica e, portanto, não se repete. E nem por isso devemos evocar um determinismo, já superado, que supõe fórmulas universais para a luta de classes que nos levam à transição socialista, ao colapso do capital, enfim, à revolução, desprezando experiências democráticas como as ligadas à “economia solidária”. Compreendemos que a realidade nos convoca a evitar tais simplificações.

⁷¹ Segundo Wellen (2012), além do socialismo utópico do século XIX, a “economia solidária” é herdeira da Doutrina Social da Igreja e do positivismo do século XX que, diante da naturalização das relações sociais, apostaram na harmonia social através de reformas morais.

Nessa direção, se é verdadeira a célebre afirmação de Marx, ao analisar as lutas sociais na França em meados do século XIX e o retorno do conservadorismo com Napoleão III, de que a história não se repete duas vezes, a não ser como tragédia, na primeira, e como farsa, na segunda, parece-me um exagero excluir do horizonte uma forma de organização da produção e do comércio em bases comunitárias e locais a partir da articulação e planejamento entre as próprias organizações dos trabalhadores. Não acredito que a defesa da produção e de mercados locais seja em si um retorno ao romantismo ou mera utopia. De fato, na época feudal, tais organizações eram isoladas, cujo domínio político era impregnado pela doutrina religiosa. Entretanto, desde então a Ilustração ganhou vida, trazendo para o centro das relações a razão e o humanismo. Mesmo a burguesia tendo se candidatado a empreender uma emancipação humana universal e, em seguida, abortado tal projeto por colidir com seus interesses particulares, a classe trabalhadora vem, doravante, se esforçando na construção de uma práxis política, com todas as suas diferenças, que caminhe na direção de uma liberdade verdadeiramente emancipatória. Portanto, já há um acúmulo histórico em termos de organização da classe trabalhadora que não pode ser desprezado e reduzido à mera funcionalidade do capital.

Em outros termos, a partir da Ilustração e seu projeto de modernidade capitaneado pelas forças capitalistas, vivenciamos intensamente a consolidação, expansão e crises desse modo de produção e reprodução social. Ao longo desse período, a classe trabalhadora vem se organizando, ora capitulando diante do domínio não apenas econômico e político, mas ideológico das classes dominantes, ora avançando em direção a uma ruptura com esse domínio.

Nesse sentido, a organização camponesa, nosso interesse particular de pesquisa, é um belo exemplo. Ao longo do século XX, enquanto o operariado vivia o dilema de defender uma revolução armada ou pacífica, no campo, concretamente, os trabalhadores rurais, camponeses, indígenas, enfrentaram – muitas vezes com seus instrumentos de trabalho – as ameaças, as torturas, as balas dos madeireiros, dos latifundiários e dos próprios agentes do Estado, buscando resistir à espoliação de suas terras. Destaca-se que tais segmentos foram fundamentais nas revoluções operadas fora do centro do capitalismo, como a Mexicana, Chinesa e Cubana, e que, a partir do final do século XX, os camponeses passaram a se organizar em nível

internacional, através da Vía Campesina que, apesar de todos os limites da ordem vigente, vem avançando em suas lutas.

Dessa forma, a crítica às ilusórias vias de superação do capitalismo deve ser feita, mas não podemos reduzir o conjunto de lutas sociais que vem crescendo, ainda que de forma pulverizada e com diferentes intencionalidades, a um todo que joga água apenas no moinho pró-capitalismo continuar a girar a roda da história. Algumas dessas lutas podem expressar uma erosão com a relação social capitalista. O método crítico histórico-dialético pode nos auxiliar a superar os dualismos, determinismos, reducionismos e simplificações da realidade social e sua dinâmica de lutas, enxergando as mediações, as contradições no interior dos processos históricos.

Em síntese, as próprias experiências em curso na atualidade, submetidas a uma análise crítica, têm demonstrado que as questões estruturais da sociedade capitalista precisam ser enfrentadas e que o desejo e a consciência de promover relações solidárias não são suficientes para superá-las. Assim, os alicerces da propriedade privada e excludente, que determina o modo de produção e seu processo de exploração e alienação e que conta com o aparato jurídico-político do Estado, precisam ser abalados por lutas que defendam os interesses de grupos historicamente oprimidos (mulheres, negros, indígenas, etc.), mas também de classes que portem um projeto político que recolocque a emancipação e liberdade humanas na pauta do dia. Tais lutas não devem estar dissociadas. Queremos dizer que a consciência em si não transforma, mas é essencial como motor das lutas organizadas empunhadas por sujeitos sociais. Estas sim têm o poder de transformação.

1.4.3 Ecodesenvolvimento

Com uma biografia marcante, Ignacy Sachs⁷² se tornou uma referência teórica internacional no debate sobre desenvolvimento. A trajetória desse polonês é marcada pela passagem pelo Brasil entre os anos 40 e 50, fugindo da II Guerra Mundial, onde se graduou em Economia e, a partir de então, passou a se interessar por esse tema. De volta à Polônia, nos anos 50, dedicou-se aos estudos sobre

⁷² No período do estágio doutoral, busquei realizar uma entrevista com o pesquisador, mas, em função da sua idade e de compromissos familiares, não houve tempo hábil para essa agenda.

desenvolvimento e subdesenvolvimento, mantendo sua preocupação com o Brasil e a América Latina. Em seguida, foi para a Índia, representando o governo polonês para o estabelecimento de uma cooperação científica e fez seu doutorado em Economia, quando conheceu Amartya Sen, outro intelectual que se tornou reconhecido internacionalmente. Na Índia, a partir do legado de Gandhi, estudou perspectivas de desenvolvimento que dão importância ao protagonismo dos camponeses e ao autocontrole sobre suas necessidades, o que colide com a cultura ocidental, oriunda da industrialização.

No retorno à Polônia, trabalhou entre 61 e 68 na Escola Superior de Planejamento e Estatística de Varsóvia, uma referência para países do então chamado Terceiro Mundo. Em 68, a Polônia integrou a invasão da então Tchecoslováquia. A partir desse momento, Sachs passou a ser acusado de trazer os ideais burgueses ocidentais para seu país. Desde então, afastou-se de seu país de origem, sendo convidado a integrar a École des Hautes Études en Sciences Sociales (França). No processo de seus estudos, constatou que o desenvolvimento não pode ser reduzido à economia (SACHS, 2004).

Desde 1972, acompanha o debate internacional sobre desenvolvimento e meio ambiente. Na ocasião participou da organização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo. A partir desse momento histórico, os questionamentos sobre os padrões de desenvolvimento que são acompanhados de desigualdades sociais e danos ambientais passam a ganhar expressão internacional, pela via institucional das conferências promovidas pela ONU ou seja, não é mais possível debater o desenvolvimento econômico dissociando a problemática ambiental da social. Outro elemento extremamente relevante que passa a permear o debate é que o crescimento econômico, traduzido em PIB, não é acompanhado de crescimento de empregos. Assim, Sachs passa a defender o empreendedorismo de pequeno porte, que deve constituir as políticas de desenvolvimento includentes, a partir da proposição de trabalho decente (da Organização Internacional do Trabalho). Esse seria o caminho para retirar enormes

contingentes de trabalhadores, especialmente dos países periféricos, da informalidade.⁷³

As políticas de desenvolvimento devem privilegiar as cooperativas, garantir crédito, se estruturar via planejamento participativo a partir do que denomina de desenvolvimento negociado entre as partes, ou seja, de um processo que envolve empresários, trabalhadores, Estado e sociedade civil organizada. Sua defesa é de um desenvolvimento que tenha como objetivo a inclusão social, a sustentabilidade ecológica e uma economia sustentada. Ou seja, o desenvolvimento não pode ser reduzido à dimensão econômica, devendo orientar a integração de várias políticas. Nesse sentido, Sachs destaca a dimensão cultural e a importância de um conjunto de disciplinas na construção do desenvolvimento como um conceito aberto. Por outro lado, contesta as críticas que certos integrantes do movimento pós-modernista, que supervaloriza a dimensão cultural e, em alguns casos, nega a econômica, faz ao desenvolvimento. Contra os que defendem a ideia do pós-desenvolvimento, o autor alerta:

[...] enquanto houver diferenças abismais entre os pobres e os ricos, dentro dos países e entre os países, não temos o direito de parar [o desenvolvimento]. *Precisamos resgatar a dívida social e fazer isso com urgência, porque de todos os desperdícios que caracterizam nossa civilização, o mais terrível é o das vidas humanas causado pelo desemprego, subemprego e exclusão social.* As vidas humanas fluem, não é possível estocá-las, por isso é absurdo falar de capital humano. O capital a gente coloca no banco e ainda ganha juros. Uma pessoa que não tem condições de se realizar é um desperdício irreparável, irreversível, um insulto à ética (SACHS, 2004, p. 368, grifo nosso).

Entretanto, destaca-se que em nossa compreensão o desemprego, o subemprego e a exclusão social não são as causas do desperdício das vidas humanas, mas expressões e consequências de um modelo de desenvolvimento que contém em si o alijamento de amplos contingentes populacionais do processo de acumulação, como expresso por Marx, na lei geral da acumulação capitalista. Com efeito, apesar de concordarmos com a crítica de Sachs ao pós-desenvolvimento, não acreditamos que a solução para a superação de tal estado de coisas se dará pela aposta em políticas de desenvolvimento que integram a própria lógica de acumulação de capital, como as cooperativas, os microempreendimentos, etc. Destaca-se que o autor aposta nessa via especialmente para os países

⁷³ Como se tornou um defensor e animador do empreendedorismo, muitos dos seus textos passam a ser publicados e divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a exemplo de alguns dos textos reunidos em: Sachs, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Prefácio de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

considerados em desenvolvimento, nos quais a população rural é significativa e precisa de processos de integração, como através não somente de reforma agrária, mas de acesso ao crédito para participar da produção de biodiesel.⁷⁴

Diante do fracasso da socialdemocracia, do socialismo real e do neoliberalismo, Sachs acredita que devemos inovar na criação de projetos de desenvolvimento plurais a partir das necessidades nacionais, revendo a relação destrutiva com a natureza. Tal debate vem crescendo, a partir dos nos 70, destacando-se a importância do ecodesenvolvimento, ou “desenvolvimento sustentável”, que reúne as dimensões econômica, social e ambiental, posto que o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento se tornou insuficiente e, eu diria, falso no que diz respeito à promessa de um desenvolvimento emancipatório para todos. Ainda assim, Sachs (2008, p. 13) afirma:

No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural.

Contestando essa identidade entre crescimento econômico e desenvolvimento, cresceu a noção da defesa de direitos humanos (políticos, econômicos, sociais, culturais e direitos coletivos ao meio ambiente). É nesse bojo que a noção de “desenvolvimento sustentável” ganha força, como uma evolução do ecodesenvolvimento, apresentando seus cinco pilares: social, como alternativa à disrupção social; ambiental, entendendo o meio ambiente como provedor de recursos e receptor de resíduos; territorial, atentando para a distribuição espacial dos recursos, das populações e atividades; econômico, pois todo o mais depende da viabilidade econômica; político, sendo a liberdade e a governança democrática essenciais na condução do desenvolvimento (SACHS, 2008).

Assim, não somente o debate internacional, mas muitas das iniciativas e políticas na perspectiva do “desenvolvimento sustentável” são herdeiras das

⁷⁴ Cf. SACHS, 2010. Nesse texto, Sachs revela todo o seu entusiasmo com a produção de biocombustíveis para a sociedade brasileira.

contribuições de Sachs,⁷⁵ especialmente a partir dos anos 70. Entretanto, nota-se que, apesar de participar do governo socialista polonês, veio a se tornar um desenvolvimentista convicto. Seu esforço tem sido de buscar aliar planejamento e justiça social incorporando outras disciplinas à temática do desenvolvimento, como as ligadas à questão social e ambiental, propondo uma conciliação de classes para superar o desemprego, a informalidade, a exclusão. Nesse sentido, assim como a “economia solidária”, o ecodesenvolvimento acaba por se conformar no interior das arestas da relação social capitalista, almejando a “inclusão” social através de uma economia sustentada e da sustentabilidade ecológica.

Não obstante, esse debate da “inclusão” social nos parece superado. A própria lei geral da acumulação capitalista já anunciava a tendência de integração cada vez menor de trabalhadores ao processo produtivo. Mais recentemente, as próprias políticas neoliberais caminham na direção do aprofundamento do fosso da dívida social, implementando reformas que resultam na perda de direitos, precarizando as relações de trabalho e que ora convocam a sociedade civil a achar suas próprias soluções para amenizar as desigualdades, como através da “economia solidária” e outras iniciativas, ora dispõem de políticas paliativas de assistência social, integradas ao financiamento dos organismos financeiros internacionais.

1.4.4 Buen Vivir – uma proposta genuinamente sul-americana

O movimento Buen Vivir desenvolveu-se no período de expansão das políticas neoliberais na América Latina, inscrevendo-se no conjunto de outras correntes que contestam a ideologia liberal do progresso, da racionalização e do universalismo próprios da modernidade europeia. Trata-se da combinação de princípios éticos da cultura andina (partindo do conceito quéchua *sumak kawsay*) com contribuições contemporâneas da crítica ao capitalismo contemporâneo, cuja expressão política mais evidente se encontra no Equador e na Bolívia.

A ideia de desenvolvimento que moveu o mundo em boa parte do século XX revelou em verdade um crescimento exponencial da desigualdade e da

⁷⁵ No Brasil, são muitos os que se orientam pelas contribuições teórico-políticas de Sachs, a exemplo de José Eli da Veiga, cujo livro *Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI* (Rio de Janeiro: Garamond, 2010) foi prefaciado por Sachs. Nota-se que Veiga se destaca como um dos pesquisadores brasileiros que apostam na modernização da agricultura familiar, a partir do modelo estadunidense, para desenvolver “sustentavelmente” o meio rural brasileiro.

vulnerabilidade do planeta. Tal crise da modernidade europeia, aliada às políticas neoliberais na América Latina, lançaram as populações autóctones num processo de organização de sua luta e resistência, chegando a constituir a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia, em 1982; a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, em 1986; e mais recentemente, em 2006, a Coordenação Andina de Organizações Indígenas. O protagonismo desses movimentos foi determinante para que na revisão das constituições republicanas de tais países se incluísse o Buen Vivir como forma de desenvolvimento.

Por outro lado, existe também a ideia dessa corrente como negação do desenvolvimento baseado na cultura ocidental, visando uma reconstrução cultural, social e política a partir de uma perspectiva plural. Assim, o Buen Vivir busca romper com a dualidade entre o paradigma universalista, a exemplo do “desenvolvimento sustentável”, e o relativista, a exemplo do pós-colonialismo, entre o universal e o singular. No entanto, o debate hegemonizado pelas teorias pós-modernas a partir dos anos 60, como o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo, que buscam se opor ao polo universalista, acabou por encobrir a perspectiva pluralista, reforçando as dualidades.

No âmbito político, o Buen Vivir propõe a uma síntese entre a experiência comunitária, nacional e a global. Nas constituições da Bolívia e do Equador, tal perspectiva aparece através dos princípios da interculturalidade e do Estado plurinacional. No âmbito acadêmico o debate é heterogêneo, indo desde a afirmação da modernidade à antimodernidade. Neste caso, reage-se ao desenvolvimento para resgatar o saber e as experiências indígenas, como defendem Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel. Para eles, trata-se de descolonizar o saber. Tal posição acaba se afastando das vertentes pluralistas que conseguiram uma expressão política: “Em outros termos, esta posição opõe diametralmente o buen vivir e a modernidade, e utiliza o buen vivir como instrumento para apoiar a causa antimoderna-anticolonial” (VANHULST; BELING, 2013, p. 49). Numa perspectiva de afirmar a modernidade, Alberto Costa e outros autores consideram que o buen vivir é um conceito em construção, ligado à interculturalidade, valorizando a realidade andina. Ou seja, não se trata de se restringir a ela, isolando-a, mas de projetá-la ao nível global.

Desde o ecodesenvolvimento, dos anos 70, à economia verde, o “desenvolvimento sustentável” tem perdido seu conteúdo progressista e, nesse

sentido, o buen vivir intenciona superar tal conceito. A institucionalização da temática ambiental tem submetido a dimensão socioambiental à econômica, a exemplo das conferências sobre meio ambiente promovidas pela ONU. A ideia de que o mercado proporcionará soluções para o equilíbrio ecológico, minimizando os efeitos econômicos sobre os ecossistemas, tem ganhado força, desenhando a economia verde. Em oposição a esta perspectiva, predominante na Rio+20, o governo equatoriano propôs, no mesmo evento, um programa baseado no Bem Viver, no quadro da plurinacionalidade e da interculturalidade, nos direitos universais da natureza, num novo sistema financeiro que assegure financiamento para o “desenvolvimento sustentável”, num desenvolvimento que considere o pilar cultural, na iniciativa Yasuní-ITT como exemplo do buen vivir.

Em síntese, a consolidação do “desenvolvimento sustentável” numa perspectiva conservadora não somente não apaga, como fomenta a necessidade de criação de alternativas de desenvolvimento. É nesse sentido que o buen vivir se inscreve. Há uma perspectiva que compreende que o buen vivir não rompe com o paradigma da modernidade, ao contrário, busca conjugar o conhecimento tradicional indígena, com a ciência moderna e a política cidadã democrática.

1.4.5 Justiça ambiental ou ecologismo dos pobres – sua gênese e a particularidade brasileira

Apesar de termos tratado anteriormente da visão que alguns autores têm da relação entre justiça ambiental e decrescimento, tal movimento tem uma trajetória própria. Segundo Martínez-Alier (2014), o campo do ecologismo pode ser apresentado de forma esquemática, destacando-se três correntes principais: o “culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”. O “culto ao silvestre” se institucionaliza, sobretudo, a partir dos anos 60 nos EUA, fundamentando as iniciativas conservacionistas. Já nos últimos 30 anos tem se apresentado no ocidente como a “ecologia profunda” ou “deep ecology”, cuja compreensão, em síntese, é a de que a natureza precisa ser preservada, sendo poupada do convívio humano. Nesse sentido, não se critica o crescimento econômico propriamente, mas a ocupação humana de territórios naturais, identificando o crescimento populacional como o grande vilão da degradação

ambiental e não o sistema econômico. Nos EUA, as políticas dessa linha criaram parques nacionais para visitação, expulsando populações indígenas.

A “ecoficiência” preocupa-se com os efeitos da economia em sua totalidade apostando no “desenvolvimento sustentável”, na “modernização ecológica” e na “boa utilização” dos recursos, dando origem à economia ambiental, isto é, combina o mercado da poluição com medidas voltadas para a economia de matérias-primas e energia.

Ambas as correntes não colocam em xeque as relações de produção e sociais vigentes, seja optando pela restrição da questão socioambiental à gestão dos parques nacionais, seja mercantilizando os recursos naturais e seus efeitos ecológicos, ainda que sob o véu do “desenvolvimento sustentável”. Nessa perspectiva, Martinez-Alier (2014, p. 32-33) nos indica:

Às vezes, aqueles cujo interesse pelo meio ambiente associa-se exclusivamente à esfera da preservação da vida selvagem exageram sobre a suposta facilidade com que se poderia desmaterializar a economia, terminando em se converterem em apóstolos oportunistas do evangelho da ecoeficiência. Por quê? Porque ao afirmar que as mudanças tecnológicas tornarão compatível a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, enfatizam a preservação daquela parte da natureza que, ainda, se mantivera fora da economia. Nessa perspectiva, o “culto ao silvestre” e o “credo da ecoeficiência” eventualmente dormem juntos. Assim, vemos a associação entre a Shell e a WWF para o plantio de eucalipto em várias áreas ao redor do mundo com base no argumento de que isso diminuirá a pressão sobre os bosques naturais e, presumivelmente, promoverá também o aumento da absorção do carbono.

Na contramão surge o “ecologismo dos pobres”, ou ecologismo popular, ou Movimento Justiça Ambiental, ou, ainda, ecologismo do sustento ou da libertação.⁷⁶ O Movimento Justiça Ambiental nasce na década de 80 nos EUA, articulando lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis para denunciar e combater a contaminação química de locais de moradia e trabalho e de destinação indevida de lixo tóxico e perigoso, as condições inadequadas de saneamento, sobretudo em áreas pobres e de maioria negra. Segundo Acselrad et al. (2009, p. 17-18): “Nessa mesma época, certas análises sobre a distribuição dos riscos ambientais haviam chegado à conclusão de que os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e renda”.

Num primeiro momento, nos EUA, a partir de pesquisas que apontavam para o aproveitamento das desigualdades étnicas no que diz respeito à distribuição de

⁷⁶ Dentre tais terminologias, a mais difundida e conhecida no Brasil é o Movimento Justiça Ambiental, que conta com militância organizada e produção acadêmica.

dejetos tóxicos, foi cunhado o termo “racismo ambiental”. A partir de então, o Movimento de Justiça Ambiental passa a articular múltiplos atores, ligados à luta por direitos civis, organizações de trabalhadores, etc., não apenas nos EUA, mas no cenário internacional. No país de origem, o movimento teve o mérito de aproximar movimentos pelos direitos civis das questões ambientais e seu corte racial, bem como trouxe as entidades ambientalistas para as lutas contra a desigualdade.

A gênese da internacionalização do movimento, não por acaso, coincide com a modernização ecológica proposta pelos governos neoliberais, quando organismos financeiros internacionais assumem a política de incentivo à migração de empresas poluentes para os países pobres. Como exemplo, Lawrence Summers, chefe do Banco Mundial em 1991, disparou declarações ultraliberais, considerando que os pobres vivem menos que os ricos e sua morte tem um custo mais baixo do que nos países ricos. A ideia propagada era de que a própria eficiência do mercado resolveria as desigualdades avançando na construção de tecnologias limpas para todos.

O pensamento ecológico conservador sustenta ideologicamente o discurso de tal organismo financeiro. De um lado, há uma retomada do malthusianismo, o chamado “neomalthusianismo ecológico” (ACSELRAD et al., 2009) ou o “culto ao silvestre” (MARTINEZ-ALIER, 2014). O crescimento populacional, em especial da população pobre, não é mais responsável pela insuficiência na produção de alimentos, mas pela escassez de recursos naturais. Tal perspectiva ignora por completo a desigualdade distributiva no acesso e uso dos recursos naturais no planeta. Assim, a reprodução da população pobre seria incompatível com o equilíbrio ecológico, justificando políticas de controle de natalidade, especialmente nos países mais pobres, e estimulando políticas anti-imigrantistas, acionadas por mecanismos de xenofobia nos países ricos. Por outro lado, o ambientalismo liberal empresarial defende que a falta de definição de propriedade privada sobre os recursos ambientais determina a degradação ecológica, apostando no livre-mercado, ou seja, na privatização do meio ambiente, pois o mercado sinalizará a exaustão dos recursos e proporá soluções. Segundo Martinez-Alier (2014), o “credo na eficiência” pode favorecer a esse processo. *Não por acaso, especialmente nos países latino-americanos, cujas economias são fortemente baseadas na exportação de matérias-primas, crescem projetos de disseminação de tecnologias de resolução de conflitos ambientais. Nesse bojo, empresas financiam tais projetos, cujo objetivo é quebrar a*

mobilização das comunidades, tentando resolver os conflitos fora da esfera política, isto é, desviando tais forças do controle social das políticas ambientais para as chamadas redes horizontais de “governança”.

A questão central do “ecologismo dos pobres” ou da “justiça ambiental” é evidenciar a relação entre exploração dos trabalhadores e expropriação da natureza, sobretudo nos países ricos em biodiversidade e material energético, como no caso dos países do Hemisfério Sul. Em geral, nesses países, os grupos indígenas e camponeses têm desenvolvido uma relação conjunta e sustentável com a natureza, assegurando a biodiversidade. Não por acaso, fazem parte do grupo das populações vulneráveis aos efeitos da modernização energética, baseada na construção de barragens, e da modernização agrícola, com seu uso extensivo e intensivo de territórios para produção monocultora. Martinez-Alier e Schlupmann tratam do vínculo entre os movimentos camponeses de resistência e a crítica ecológica para o enfrentamento da modernização agrícola, cunhando o termo “narodnismo ecológico” em 1987. Em 1988, Alberto Flores Galindo, um historiador peruano, propôs a alteração do termo para “ecologismo dos pobres”, em função dos limites acerca do conhecimento histórico.

No entorno das cidades, as populações pobres também sofrem com os resíduos tóxicos das indústrias, a poluição do ar, etc. Assim, Guha e Martínez-Alier propuseram, em 1997, a convergência entre a noção rural do “ecologismo dos pobres” e a noção urbana de “justiça ambiental”, que surge da experiência nos EUA.

No Brasil, após um seminário internacional em 2001, provocado por uma publicação sobre o assunto pela ONG Ibase, pela CUT e pesquisadores da UFRJ, foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Na ocasião uma declaração definiu por injustiça ambiental:

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD et al., 2009, p. 41).

Na contramão da injustiça ambiental, por “justiça ambiental” se compreende: princípios e práticas que assegurem que nenhum grupo social arque com uma parcela desproporcional dos danos ambientais; um acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país; o direito às informações relevantes sobre as questões ambientais; o estímulo à organização de sujeitos coletivos populares que pautem

modelos alternativos de desenvolvimento. Nesse sentido, a Rede promoveu campanhas contra grandes empreendimentos, como barragens e monoculturas; contra a violência no campo contra grupos indígenas, quilombolas, extrativistas; dentre muitas outras no Brasil e fora do país. O leque de lutas e de estudos desde então vêm crescendo no Brasil.

Interessante notar que antes da conformação institucional da política do meio ambiente, já existiam lutas pela preservação do meio ambiente, pois desde os anos 30, no Brasil, o Estado se tornou um veículo para a construção das bases do capitalismo industrial. Assim, ele agenciou as condições naturais do território no sentido de favorecer a acumulação de capital. As bases estavam postas a partir da Lei de Terras de 1850, com a expansão da acumulação extensiva, isto é, avançando sobre as formas sociais não capitalistas de apropriação do território e seus recursos, a exemplo das barragens para a construção de hidrelétricas, e da acumulação intensiva, com a privatização do uso do meio ambiente comum, intensificando, por exemplo, o uso do solo para a produção agropecuária sem respeitar a recuperação da natureza. Esse processo foi construído ideologicamente como sinônimo de modernização e progresso à custa das terras e da vida das populações tradicionais e trabalhadores do meio rural, cujas áreas fossem de interesse do capital. Nessa direção, os autores afirmam:

[...] margens de rios começaram a ser desmatadas, assorearam-se corpos d'água, construiu-se uma sequência de grandes barragens – em favor de um determinado tipo de acumulação, apresentando-se como justificativa a necessidade de se responder a determinadas demandas de progresso e bem-estar. Em nome de uma concepção industrialista de progresso, desestruturaram-se as condições materiais de existência de grupos socioculturais territorialmente referenciados e destruíram-se direitos de populações inseridas em formas sociais de produção não-capitalistas (ACSELRAD et al., 2009, p.122-123)

Em síntese, esse tipo de desenvolvimento e seu caráter explorador do trabalho e predador da natureza jogaram contingentes populacionais na luta pelo usufruto comum da terra, da água, dos seringais, antes mesmo da configuração contemporânea da questão ambiental. A institucionalização da questão ambiental coincide com a atualização dessas lutas no cenário de políticas neoliberais em que as elites mundiais, preocupadas com os “limites do crescimento”, acabaram por estimular a institucionalização do discurso ambiental.

Tais lutas são importantes não somente no cenário local, mas regional, nacional e mesmo internacional, tendo em vista que as empresas buscam migrar

para regiões onde a mão de obra é mais barata, partindo do princípio de que a força política dos trabalhadores dessas regiões não oferecerá resistência em função da possibilidade de acesso aos empregos. Ademais, é preciso uma articulação entre partidos políticos, movimentos sindicais e ambientalistas, sem-terras, comunidades indígenas, pequenos agricultores familiares, pescadores, remanescentes de quilombolas, movimentos de periferias urbanas, buscando construir uma sociedade baseada na justiça ambiental:

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas (ACSELRAD et al., 2009, p. 16)

Lembramos o chamado de Harribey (2013) quando indica os riscos da noção de direito sobre o meio ambiente, pois dá margem ao direito à intensificação da apropriação privada do mesmo, o que é devidamente capturado por corporações e não pelo conjunto da sociedade. Nesse sentido, apela para a noção de dever, ou seja, de responsabilidade da humanidade para com seu meio ambiente, dando uma conotação mais universal à luta pelos bens comuns.

A seguir nos dedicaremos às correntes que buscam, declaradamente, recuperar em Marx elementos-chave para não somente compreender a atualidade da crise do capital e civilizatória, estabelecendo elos entre ecologia e socialismo, mas igualmente buscando identificar o vigor das lutas sociais que, enlaçando as duas dimensões, intencionam construir a superação das relações sociais capitalistas.

1.4.6 Ecomarxismo e suas controvérsias

Uma das fontes de divulgação do ecomarxismo tem sido a *Monthly Review*. Fundada em 1949 nos EUA, ela vem se dedicando a publicar autores ligados à tradição marxista. Dentre os mais renomados entre nós, identificamos Paul Sweezy, James O'Connor, Harry Magdoff, Ellen M. Wood, John Bellamy Foster, sendo o último seu editor mais recente. Um dos destaques da revista tem sido o debate sobre ecologia a partir da retomada da própria obra marxiana.

É nessa trilha que Foster publica, em 2000, o livro *A ecologia de Marx – materialismo e natureza*, tomando como ponto de partida a revisão da obra marxiana e engeliana no sentido de recuperar delas as possibilidades de compreensão sobre a ecologia a partir da matriz materialista dialética. Contrariando os marxistas que

reduzem a obra desses autores à legitimidade do produtivismo reforçando a compreensão da dominação da natureza pelo homem, Foster indica que, ao contrário, é possível achar em suas obras uma relação materialista e dialética entre homem e natureza.⁷⁷ Segundo Foster (2005), a partir de seus estudos sobre alienação nos Manuscritos econômico-filosóficos, de 1844, a natureza passa a integrar a obra de Marx, pois constitui a base da produção humana e, portanto, da história.

De início, o autor nos situa acerca da origem do emprego da categoria ecologia. Esta foi empregada em 1866 (um ano antes da publicação de *O Capital*) por Ernst Haeckel (1834-1919), discípulo de Huxley,⁷⁸ para tratar da economia da natureza. Entretanto, tal conceito se torna amplamente divulgado apenas no século XX. Marx e Engels adotaram o termo história natural para tratar da mesma relação. Para eles, a relação com a natureza era dialética, caracterizando-se tanto pela harmonia quanto pela luta. Embasavam-se em Liebig, químico que denunciou o lado destrutivo da agricultura moderna no século XIX, e Darwin, que teria colocado a natureza em sua dimensão histórica.

Essa seria uma base fundamental para Marx analisar a falha metabólica entre o homem e a terra, relação esta mediada pelo trabalho. Marx e Engels teriam sido os primeiros a usarem a categoria metabolismo aplicada à sociedade, identificando na falha da troca metabólica entre homem e natureza um primeiro momento da

⁷⁷ Em sua pesquisa, Foster (2005) recupera a tese de doutorado de Marx, em que ele reconhece no materialismo de Epicuro uma base importante para romper tanto com o irracionalismo religioso quanto com o determinismo científico, cujas leis seriam imutáveis. Epicuro defendia a liberdade humana diante dos limites concretos, à exceção da morte, pois essa é, de fato, inescapável e imutável (mesmo com todo o investimento tecnológico para diminuição de sofrimento e prolongamento da vida). Outra contribuição marcante para o materialismo histórico dialético de Marx foi o materialismo naturalista de Feuerbach, que criticava a religião, apesar de se manter preso à filosofia especulativa. Já o debate sobre se há dialética na natureza ou não enfrenta polêmicas. “Claro está que, na natureza, há movimento e transformação e claro está que o trabalho modifica a natureza segundo suas necessidades, mas essa transformação e esse movimento não são dialéticos porque não são contraditórios, porque há apenas mudanças de forma e não de conteúdo. O conteúdo é sempre o mesmo: a matéria natural. Apenas a forma é que se modifica, de boi em couro e de couro em sapato, porém, ao transformar o sapato em mercadoria, então há, sim, uma negação dialética, pois aí ocorre uma mudança de conteúdo do trabalho e do sapato” (CONCEIÇÃO; ANTUNES, 2011). Assim, para os autores, há contradição quando a relação entre homem e natureza não é mais para o suprimento de necessidades naturais, ou seja, quando essa relação é rompida para dar lugar a uma forma social artificial baseada na produção de mercadorias. Enquanto os homens produzem para satisfazer suas necessidades, não há contradição e, portanto, não há dialética, apenas movimento e metabolismo. A troca só existe entre homens, pois se trata de uma relação econômica. *Quando se identifica a existência da dialética na natureza a tendência é ver a história como algo objetivo, reduzindo o papel do sujeito, o que na relação capitalista significa a redução da importância da própria luta de classes.*

⁷⁸ Por sua vez Huxley, discípulo de Darwin, foi um cientista materialista conhecido pela teoria da evolução do homem a partir do macaco (FOSTER, 2005).

alienação que se dá a partir da expansão da agricultura sob a égide do capital. Assim, o desenvolvimento do capital significou, por um lado, o esgotamento dos solos, o desflorestamento para a criação de animais e produção agrícola, impedindo o estabelecimento de uma relação racional no manejo do solo, comprometendo a sustentabilidade. Por outro lado, simultaneamente significou o esgotamento da possibilidade de construção de relações sociais livres e emancipatórias, aprisionadas pela alienação no trabalho que se espraia para as outras dimensões da vida social.

Antes ainda de prosseguirmos com sua contribuição para a ecologia, notadamente a partir da análise da agricultura capitalista, cabe situar brevemente o debate acerca da dialética nessa relação. Parece ser consenso entre os autores marxistas que a relação entre o homem e a natureza é não somente materialista, mas dialética, na medida em que a produção se desvincula do consumo para mera satisfação de necessidades, superando o trabalho útil e criando um conjunto de contradições que o modo de produção capitalista conseguiu aprofundar, separando quem efetivamente produz de quem acumula e enriquece à custa do trabalho alheio. Entretanto o debate sobre a dialética da natureza continua em aberto a partir de diferentes compreensões sobre as obras de Marx e Engels.

Mesmo Engels (que defendeu explicitamente a dialética da natureza, reconhecendo seus elementos dinâmicos, com atuação de um ser sobre o outro em permanente movimento, se caracterizando por heranças e rupturas), em se tratando de história, ou seja, da relação homem/natureza, tinha clareza que a luta pela vida, de forma objetiva como se dá na natureza, é insuficiente para analisar as relações sociais. Em suas palavras: “A concepção de história como sendo uma série de lutas de classe, tem um conteúdo muito maior e mais profundo do que a sua simples redução ao conceito de luta pela vida” (ENGELS, 1979, p. 164).

Assim, a luta pela superação da sociedade capitalista, como condição para uma existência humana emancipada, superando a mera existência material, implica em retomar a produção e distribuição sociais, livrando-as da apropriação da relação social capitalista e transferindo-as a quem realmente produz. Mas essa revolução não é suficiente. É preciso revolucionar também a maneira de produzir, pois o ato produtivo, caracterizado pela transformação da natureza via trabalho, tem consequências sociais (e ambientais). Nesse sentido, Engels nos presenteia com uma série de exemplos, que ele ironiza como vingança da natureza, que na verdade

traduzem uma relação irracional e utilitarista do homem com a mesma, cujas consequências recaem, a curto, médio ou longo prazos, sobre a própria humanidade.

Mesmo que de forma mais alongada, acompanhem suas indicações:

Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras partes destruíram os bosques, para obter terra arável, não podiam imaginar que, dessa forma, estavam dando origem à atual desolação dessas terras ao despojá-las de seus bosques, isto é, dos centros de captação e acumulação de umidade. Os italianos dos Alpes, quando devastaram, na sua vertente Sul, os bosques de pinheiros, tão cuidadosamente conservados na vertente Norte, nem sequer suspeitavam que, dessa maneira, estavam arrancando, em seu território, as raízes da economia das granjas leiteiras; e menos ainda suspeitavam que assim estavam eliminando a água das vertentes da montanha, durante a maior parte do ano e que, na época das chuvas, seriam derramadas furiosas torrentes sobre as planícies. Os propagadores da batata, na Europa, não sabiam que, por meio desse tubérculo, estavam difundindo a escrófula. *E assim, somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza*; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente. (ENGELS, 1979, p. 224; grifo nosso)

Complementa, ressaltando os efeitos sociais dessa relação destrutiva com a natureza:

Fizemos referência à batata e, por meio dela, à difusão da escrófula. Mas, que vem a ser a escrófula em face dos efeitos que a redução dos trabalhadores à alimentação (exclusiva) com batatas teve sobre as condições de vida das massas populares de países inteiros; em face a fome que, em 1847, assolou a Irlanda em consequência da escrófula; que enterrou um milhão de pessoas e lançou ao mar dois milhões de irlandeses que se alimentavam exclusiva ou quase exclusivamente de batatas? Quando os árabes aprenderam a destilar o álcool, não era possível ocorrer-lhes, nem em sonhos, que haviam produzido um dos principais instrumentos com que os aborígenes da América (ainda não descoberta nessa época) seriam eliminados do mundo. E, quando Colombo descobriu essa mesma América, não podia supor que, dessa forma, daria vida nova à escravidão, já superada, desde muito, em toda a Europa, estabelecendo os fundamentos para o tráfico negreiro. Os homens que, nos séculos XVII e XVIII, contribuíram para o advento da máquina a vapor, não suspeitavam que, assim, estavam dando forma ao instrumento que, como nenhum outro, ia revolucionar as condições sociais em todo o mundo, principalmente na Europa, dando lugar à concentração da riqueza em mãos de uma minoria, e provocando a miséria da imensa maioria[...] (ENGELS, 1979, p. 224-225).

Assim, Engels reivindica a retomada dessa relação entre homem e natureza sob novas bases, com o homem se compreendendo como integrante da natureza, se responsabilizando pelas consequências dessa relação, buscando planejamento e controle para a regulá-la em prol da própria humanidade e não de uma classe, posto

que: “Desde que o homem existe, a natureza e o homem se influenciam mutuamente” (MARX; ENGELS, apud FOSTER, 2005, p. 311).

Adensando o debate sobre a dialética da natureza de Engels, Foster (2005, p. 323) considera:

Mas a capacidade humana de imprimir o seu selo na natureza é limitada pela continuada dependência dos seres humanos de um sistema natural do qual a humanidade faz parte. Daí a história humana, segundo Engels, deparar-se continuamente com problemas ecológicos, que representam contradições na relação humana com a natureza; contradições que só podem ser tratadas relacionando-se racionalmente com a natureza através do entendimento das leis da natureza, e assim organizando devidamente a produção.

Entretanto, parte do debate intelectual da esquerda, notadamente sobre influência de Lukács e Gramsci, ao criticarem o positivismo que vinha das ciências naturais, não reconhecia a dialética da natureza. Segundo Foster (2005), para Lukács, a dialética não poderia ser aplicada à ciência, já para Gramsci, a ciência é superestrutura, não podendo ser base da vida. A Escola de Frankfurt atribuía à ciência, ao iluminismo, a alienação do homem em relação à natureza. Em síntese, não haveria possibilidade de relação entre materialismo e dialética na natureza. Já para Caudwell (1907-1937), marxista da Grã-Bretanha, não haveria esse dualismo, pois acreditava que se deveria compreender a natureza em sua dimensão histórica, resgatando as contribuições de Darwin e Marx. Para Thompson, segundo Foster (2005) Caudwell possibilitou a ruptura com uma bifurcação entre o mundo animal e humano.

Nos anos 70, buscando recuperar a relação entre dialética e natureza, Lewontin, Gould e Levins defendiam que os organismos da natureza não são passivos, mas ativos, no sentido de que não somente se adaptam ao meio ambiente, mas também o transformam (cf. FOSTER, 2005). De forma complementar, Haila e Levins (cf. FOSTER, 2005) defendem que uma relação humana sustentável com a natureza se dá não numa perspectiva estática, mas através de processos de mudanças recíprocas nessa interação.

Em síntese, o debate em aberto sobre a dialética da natureza incorre em práxis diferenciadas. De forma esquemática, podemos resumir que, de um lado, persiste uma polarização entre os que continuam apostando do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas como um caminho para a emancipação humana, com o protagonismo do homem e seu domínio irrestrito sobre natureza, alimentando a

supremacia da técnica e do desenvolvimentismo; e, de outro, os que apostam numa revisão dessa relação, compreendendo que os efeitos dessa ação destrutiva sobre a natureza destroem também a própria humanidade e sua potencialidade de emancipação. Ambas as posições continuam buscando no legado marxiano e engelsiano elementos para sua autoafirmação.⁷⁹

Foster (2005) fez um estudo de fôlego sobre as obras de Marx e Engels buscando as chaves, via materialismo dialético, para compreender a importância da ecologia na atualidade. Uma das questões a que Marx e Engels se dedicaram foi sobre as mudanças econômicas e sociais ocorridas no campo e na cidade com a expansão do modo de produção e de vida capitalistas. Para eles, a agricultura capitalista e o crescente antagonismo entre cidade e campo revelaram que as condições de sustentabilidade da própria natureza foram violadas. Não por acaso, no próprio Manifesto Comunista, Marx e Engels defendem uma relação entre produção industrial e agrícola com uma distribuição mais equitativa da população, a partir de uma leitura crítica para além dos países industrializados, ou seja, analisando sua relação com os países colonizados, que originou a acumulação primitiva:

Para Marx, a falha metabólica associada no nível social com a divisão antagonica entre cidade e campo também era evidente em nível mais global: colônias inteiras se viam roubadas da sua terra, recursos e solo para sustentar a industrialização dos países colonizadores (FOSTER, 2005, p. 230).

Entretanto, alguns ecologistas insistem em criticar Marx, pinçando em suas obras passagens pejorativas sobre os camponeses, as quais atribuiriam aos mesmos um papel inferior, como no Manifesto Comunista. Em oposição a essa abordagem, Foster (2005, p.193) afirma:

Durante toda a sua vida intelectual, Marx insistiu em que, ao passo que o proletário era privado do ar, da limpeza, dos próprios meios físicos de vida, no capitalismo o camponês rural era privado de toda relação com a cultura mundial e o mundo maior do intercuro social. Uma parcela da população explorada tinha acesso ao mundo do intercuro social (como parte da existência urbana), mas faltavam-lhe bem-estar e saúde física; a outra frequentemente tinha bem-estar e saúde física (graças ao ar puro e assim por diante), mas faltava-lhe um elo com a cultura mundial.

⁷⁹ Não é possível afirmar que Marx e Engels tenham acordo nessa matéria, pois Engels foi quem definitivamente afirmou a existência da dialética na natureza, buscando romper com o determinismo presente nas ciências naturais. Por outro lado, outros autores sustentam que atribuir dialética à natureza é tornar a história objetiva, retirando a potência subjetiva no processo de transformação social.

O autor destaca ainda que, segundo o Manifesto, a migração para as cidades permitiria a associação entre trabalhadores, o que os impeliria para uma realidade social mais revolucionária, sendo uma das primeiras tarefas da revolução acabar com o antagonismo entre cidade e campo. Num outro momento do Manifesto, Marx e Engels trataram da importância da distribuição da população pelo país, combinando indústrias manufatureiras com agricultura. Ademais, afirmavam que a propriedade privada deveria ser abolida, o aluguel de terras deveria servir para fins públicos e o uso do solo e sua melhoria precisariam ser planejados.

A base dessa relação se ancora num tipo de propriedade privada que se tornou dominante no capitalismo. Assim, no volume 3 d'O Capital, Marx nos indica a necessidade de superação desse limite para redimensionar a relação do homem com a terra em compromisso com a própria humanidade e seu futuro:

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens. Nem mesmo uma sociedade inteira, ou uma nação, ou o conjunto simultâneo de todas as sociedades existentes é dono da terra. Eles são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como *boni patres familias* (bons pais de família) (MARX apud FOSTER, 2005, p. 231).

Ademais, Marx e Engels compreendiam que os pequenos agricultores ou agricultores associados seriam capazes de manter uma relação mais sustentável com o solo do que os grandes empreendimentos. Nesse sentido, Engels recupera o exemplo dos grandes latifundiários do sul dos EUA que, utilizando mão de obra escrava, acabou com os solos. Marx também indicava que as grandes propriedades acabavam com as florestas. Tais indicações, percebidas já no século XIX nos países que primeiramente se industrializaram, tornaram-se realidade onde as relações sociais capitalistas se instalaram, tornando-se inegáveis em pleno século XXI.

Mas o que fundamentaria essa falha metabólica? Para a economia clássica, a natureza é considerada uma dívida para o capitalismo explorar de forma ilimitada. Em sua crítica, Marx analisa que na sociedade capitalista o valor de troca é formado pela força de trabalho humana. Entretanto, apesar de não ser mensurado seu valor na composição do valor de troca, a natureza é essencial para o valor de uso. N'O Capital, Marx afirmou com relação ao trabalho: "não é a única fonte de riqueza material, isto é, dos valores de uso que ele produz. Como diz William Petty, o

trabalho é o pai da riqueza material, a terra é a sua mãe” (MARX apud FOSTER, 2005, p. 235-236). Destarte:

Marx insistiu reiteradamente em que o capitalismo era afetado por um problema crônico de produção da agricultura, que em última instância podia ser atribuído à maneira insustentável como se organizava a produção. A agricultura em geral, argumentava Marx, “quando avança espontaneamente e não é *controlada conscientemente*... deixa atrás de si desertos – Pérsia, Mesopotâmia, etc., Grécia” (FOSTER, 2005, p. 236, grifo original).

E adenda:

O capitalismo, observou Marx, “cria as condições materiais para uma síntese nova e superior, uma união da agricultura e da indústria com base nas formas que se desenvolveram durante o período do seu isolamento antagônico”. Mas, para alcançar esta “síntese superior”, *seria necessário, argumentou ele, que os produtores associados da nova sociedade “governassem o metabolismo humano com a natureza de modo racional” – uma exigência que suscitava desafios fundamentais e continuados para a sociedade pós-revolucionária* (FOSTER, 2005, p. 237, grifo nosso).

Em síntese, a gênese do sistema capitalista está na dissolução da relação orgânica entre o trabalho humano e a terra, num processo ampliado de ocupação, expropriação de outros territórios e culturas, que Marx denominou de acumulação original, primária ou primitiva. Esta constituiu a pré-história e a precondição da hegemonia da relação social capitalista. Para ele: “É somente através do trabalho, através da agricultura, que a terra existe para o homem” (MARX apud FOSTER, 2005, p. 108). Entretanto, o capital altera essa relação se apropriando de terras comuns, aumentando-as, dando origem aos grandes proprietários e deslocando os camponeses. Ou seja, o domínio da terra passa a ser o domínio e a alienação dos homens, aperfeiçoando e ampliando o domínio da terra já presente no feudalismo, tornando o conjunto de relações dependentes desse sistema.

Para autores como David Harvey (2004) e Virginia Fontes (2010), a espoliação ou a acumulação primitiva é um processo que permanece até o tempo presente. Ademais, para romper com a sujeição ao trabalho é preciso abolir com a divisão entre campo e cidade, especialmente com o isolamento cultural no campo. Essa seria uma das primeiras condições para uma vida comunal a partir da associação dos trabalhadores em substituição à economia política do capital.

Assim, Foster (2005) considera que a crítica ecológica de Marx e Engels tem dois fundamentos: o conceito de “desenvolvimento sustentável”, associado à Liebig e a análise coevolucionária, inspirada em Darwin. Em seus termos:

Marx discordava, porém da afirmação de Morgan⁸⁰ de que os seres humanos haviam desenvolvido ‘controle absoluto da produção do alimento’. Em vez disso, o problema ecológico associado com o desenvolvimento das artes da subsistência entrava pelo período capitalista (onde as contradições se haviam tornado bastante extremas) e sobreviveria ao próprio capitalismo – colocando problemas que a sociedade de produtores associados precisaria abordar racionalmente e com base numa compreensão da relação metabólica entre os seres humanos e a terra (FOSTER, 2005, p. 303).

Entretanto, avalia que em função da lógica produtivista incorporada pela ex-URSS, tais fundamentos foram apagados. Argumenta que é necessário superar o etapismo e o produtivismo presentes nas experiências do socialismo real e resgatar tais fundamentos, pois o homem só existe em relação à natureza: “O meio ambiente do homem é a sociedade, em cujo meio ele vive; o meio ambiente da sociedade humana é a natureza exterior” (BUKHARIN apud FOSTER, 2005, p. 331).

Nos trilhos da crítica ao produtivismo, antes ainda de Foster, quem inaugura o resgate do marxismo para compreender a crise ecológica é James O’Connor (2003), fundando o eco-marxismo, ou – como ele mesmo denomina – o eco-polanismo-marxismo, adensando o debate sobre as contradições do capitalismo a partir da revisão da lei do valor-trabalho em Marx, realizada por Polany. A primeira contradição é dada pela taxa de exploração oriunda da relação mais-valor (trabalho não pago) em relação ao valor (massa salarial do capital variável que expressa o tempo de trabalho investido na produção). Tal sistema permite o domínio social e político do capital sobre o trabalho. Entretanto, se o mais-valor não se realiza, o próprio sistema entra em crise. A esta contradição, O’Connor (2003) agrega uma segunda, que denomina de condições de produção, caracterizada pelo conteúdo e volume do capital constante, os “custos dos elementos naturais” que compõem o capital variável ou constante, a renda fundiária que é deduzida do mais-valor e as “exterioridades negativas”, a exemplo dos custos em função da saturação nas cidades, etc. A primeira contradição exprime a superprodução do capital; a segunda, a subprodução, em função dos custos que geram crise de liquidez.

As causas da segunda contradição estão ligadas ao processo de desenvolvimento do capitalismo após a II Guerra Mundial. Este só foi possível à custa do desflorestamento, da poluição das águas e do ar, do aquecimento global,

⁸⁰ Trata-se de um antropólogo estadunidense cuja divisão dos períodos históricos se tornou uma referência para Engels em sua conhecida obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

gerando desastres ecológicos; da construção das megalópoles, sem preocupação com o uso racional da terra, do sistema de transporte, de educação, sem considerar a saúde física e mental da família e da comunidade, além de outros componentes da reprodução social da força de trabalho. Em outros termos, esse conjunto de resultados implica em negligenciar o bem-estar das gerações futuras. Ou seja, esse conjunto de elementos tornou possível o crescimento do PIB mundial; entretanto, concomitantemente, os mesmos fatores aumentaram os custos econômicos e sociais, pois o desgaste “natural” da mão de obra assalariada, da terra, do ar, do espaço, etc., bem como as lutas sociais, de operários, de mulheres, movimentos urbanos, ecológicos, passaram a encarecer a produção. Ademais, as contradições no campo das condições de produção são acompanhadas de novos movimentos sociais, extrapolando a luta dos assalariados. Em suas palavras:

A causa fundamental da segunda contradição é a apropriação e a utilização autodestrutivas do poder do trabalho, do espaço, da natureza, ou do ambiente exteriores. A crise atual da saúde, da educação, da família, a crise urbana e a crise ecológica são alguns dos exemplos desta autodestruição (O’CONNOR, 2003, p. 60, trad. nossa).⁸¹

Em síntese, a análise é de que o esforço individual do capitalista em baixar o custo da produção aumenta o custo global para o capital no seu conjunto, constituindo seu próprio limite. Essa tese é controversa na medida em que o capital mostra a renovação do seu poder, superando tais limites, transferindo os parques produtivos para onde a mão de obra é mais barata, transferindo os dejetos do sistema produtivo para países e localidades com pouca ou nula influência política no cenário internacional, mercantilizando velozmente os serviços básicos como educação, saúde, lazer, transporte, abastecimento de água, etc.

Reforçando teoricamente essa compreensão crítica da proposição de O’Connor (2003), Chesnais e Serfati (2003), retornando à Marx em seu volume III d’O Capital, afirmam que os mecanismos de criação e apropriação do mais-valor são a verdadeira barreira da produção capitalista. Estamos de acordo com a análise dos autores no que diz respeito a identificar que o capital, nessa relação com o meio ambiente natural, representa uma ameaça para a própria humanidade, mas não para a manutenção do seu próprio domínio. No plano econômico, por exemplo, o

⁸¹ “La cause fondamentale de la seconde contradiction est l’appropriation et l’utilisation autodestructrices de la puissance de travail, de l’espace, de la nature ou de l’environnement extérieures. La crise urbaine et la crise écologique sont autant d’exemples de cette auto-destruction”.

capital tem transformado o problema da poluição e da degradação dos recursos naturais em novas fontes de mercado e, portanto, de lucro.

No plano político, o capitalismo é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para os países e classes mais fracas e de dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem”, em qualquer lugar onde a degradação das condições de existência dos povos sob o efeito das destruições ambientais poderiam provocar insurreições (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 73, trad. nossa).⁸²

Entretanto, para os autores, não se trata de reduzir a dominação a sua dimensão econômica, pois ela está totalmente imbricada com a dimensão política. É impossível dissociar, por exemplo, os desastres ambientais e os danos ecológicos da piora das condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, notadamente nos países do Sul, como o Movimento Justiça Ambiental ou “ecologismo dos pobres” sustenta. Assim, não é possível separar a questão social da questão ecológica, como os ecossocialistas defendem.

Apesar das diferenças de análise quanto o que gera a crise do capital, os autores reconhecem que as estratégias do capital na sua fase mais recente de acumulação (caracterizada pela hegemonia de um sistema de crédito frágil e inchado, buscando solucionar mais sua liquidez, via mercado financeiro, do que movimentar a produção) têm sido amplamente contestadas por diversos movimentos sociais. Estes têm buscado enfrentar o poder burocrático do Estado trazendo o valor de uso e não o de troca para o centro das reivindicações. Nesse sentido, os movimentos camponeses, especialmente do Sul, têm sido uma referência na luta anticapitalista, sendo contrários à propriedade intelectual sobre organismos vivos (sob a qual se autoriza patente de sementes e experiências genéticas), denunciando as ocupações de terras de camponeses por parte dos grandes proprietários, o desflorestamento, a poluição da atmosfera, da água, etc.

Entretanto, Chesnais e Sarfati (2003) observam que as lutas sociais precisam focar na propriedade privada, que continua sustentando a acumulação de capital. Mesmo no contexto da mundialização do capital, o mais-valor continua sendo apropriado não apenas diretamente pelo capital industrial ou pelos oligopólios, mas pela burguesia financeira.

⁸² “Sur le plan politique, le capitalisme est pleinement capable de reporter le poids des dégradations sur les pays et les classes les plus faibles et de diriger toute la puissance militaire des impérialismes dominants vers des tâches de “maintien de l’ordre”, partout où la dégradation des conditions d’existence de peuples sous l’effet des destructions environnementales pourraient provoquer des soulèvements”.

Nessa trilha, atualizando o debate sobre os avanços do capitalismo na agricultura, os autores contemporâneos Fred Magdoff, Less Lanyon e Bill Liebhart denunciam as rupturas históricas na ciclagem dos nutrientes, o que está associado à terceira revolução agrícola e à ascensão do agronegócio, dando continuidade à alienação do homem em relação à natureza em prol do acúmulo de capital. Assim, Haile e Levins (apud FOSTER, 2005, p. 348) afirmam:

O que importa é se a natureza há de ser dominada unilateralmente para fins humanos estreitos, ou se, numa sociedade de produtores associados, a alienação dos seres humanos da natureza e uns dos outros há de deixar de ser condição prévia da existência humana, mas há de ser reconhecida pelo que ela é: o divórcio de tudo o que é humano.

Em síntese, superar a alienação, capilarizada nas múltiplas dimensões da vida social, passa por recuperar o metabolismo entre homem e natureza de forma racional, protagonizada por produtores associados, caminhando em prol da emancipação de toda a sociedade.

Epicuro, segundo Marx, havia descoberto a alienação da natureza; mas Hegel revelou a alienação dos seres humanos do seu próprio trabalho, e daí tanto da sociedade quanto da relação especificamente humana com a natureza. Marx forjou estes insights, com o conhecimento crítico obtido da economia de, da química de Liebig, e da teoria evolucionária de Darwin, numa filosofia revolucionária que visava a nada menos que a transcendência da alienação em todos os seus aspectos: um mundo de liberdade humana e ecológica racional com base terrena – a sociedade de produtores associados (FOSTER, 2005, p. 350).

Não se trata de uma relação idealizada da natureza, reforçando uma igualdade inexistente entre o homem e a mesma, conforme Marx criticou nos socialistas verdadeiros. Mas de compreender a coevolução dialética do homem com o seu ambiente, que é base de toda a sua produção, originando culturas e modos de vida. Nesse sentido, os movimentos camponeses se tornaram um emblema na virada do século XX para o XXI, enfrentando nas ruas e nas esferas institucionais o modo de produção vigente, tornando cada vez mais claro que os meios rural e urbano são uma unidade, posto que a destruição causada pela agricultura “modernizada”, financeirizada, pela exploração mineral e de todos os recursos primários têm efeitos, cada vez mais drásticos, para o conjunto da sociedade, notadamente para os trabalhadores e comunidades tradicionais.

Assim, é de suma importância a atualização desse debate, pois se no século XIX, com a expansão da relação social capitalista no campo, tanto o liberalismo quanto o socialismo científico enxergavam uma tendência ao desaparecimento do

campesinato, chegamos ao século XXI com o campesinato transformado, rompendo com seu isolamento e chegando a criar uma organização internacional de movimentos de trabalhadores do campo, que porta um projeto político de classe, como La Vía Campesina, o que não pode ser desprezado pelo campo revolucionário.

No atual contexto de integração da produção agrícola da agricultura pelo mercado de commodities, devemos nos interrogar sobre o que se esconde sob o véu da institucionalização do “sustentável”. Uma análise crítica mais atenta sobre os próprios encontros internacionais que pautam o meio ambiente e estabelecem acordos perceberá que há um processo galopante de apropriação da natureza para manutenção da exploração do trabalho. Ou seja, o “direito à natureza” se tornou o direito do capital sobre a natureza ou no direito de poluir (CHESNAIS; SERFATI, 2003). A importância dos movimentos de trabalhadores rurais na atualidade reside na reivindicação da soberania e segurança alimentar, buscando sua autonomia, enfrentando o capital predador e seu projeto de desenvolvimento que tem avançado sistematicamente sobre as terras de trabalhadores rurais, camponeses e toda a gama de variações de segmentos que mantêm uma relação mais direta com a terra, seja como meio de trabalho produzindo para o mercado, seja como meio de trabalho para subsistência, produzindo sua cultura, sua forma de vida.

É preciso estar atento ao discurso dominante, cuja forma escamoteia o conteúdo. Nessa direção, a questão da fome é emblemática, pois ainda hoje ela persiste e as alternativas que os donos da cadeia alimentar nos propõem, através do investimento contínuo em tecnologia, como os transgênicos e a nanotecnologia, só aprofundam ainda mais a fome, ocupando terras de comunidades tradicionais, de pobres e miseráveis do campo. Estes, através de sua organização e luta, têm denunciado exaustivamente que a fome é fruto de todo um conjunto de determinações, aparentemente isoladas, que se relacionam para dar continuidade a um projeto de desenvolvimento danoso para o meio ambiente e para a humanidade. Em outros termos, sob o argumento de se investir em tecnologia para aumentar a produtividade agrícola e eliminar a fome (forma), o que se assiste é o seu contrário, isto é, a fome sendo permanentemente produzida como fonte de lucro (conteúdo).

1.4.7 Ecosocialismo

Arno Münster, um discípulo de Gorz e Ernest Bloch, buscou sintetizar a origem, a história e a atualidade do ecosocialismo, sobretudo na França, na obra *Utopie, Écologie, Écosocialisme: de l'utopie concrète d'Ernst Bloch à l'écologie socialiste* (Utopia, ecologia, ecosocialismo: da utopia concreta de Ernest Bloch à ecologia socialista). De início, faz-se mister reconhecer as várias ramificações dentro do movimento ecológico e do pluralismo dentro da corrente ecosocialista. No que diz respeito ao movimento ecológico, as correntes vão desde os limites do reformismo do capitalismo (a exemplo de vários partidos verdes na Europa que abandonaram os princípios socialistas ou assumiram uma perspectiva “ecoliberal”, como a frente *Europe Écologie Les Verts*, que congrega militantes para disputar as eleições na França), às versões fundamentalistas, anti-humanistas, como a *deep ecology* (Arne Naess), passando por socialistas que retomaram o legado de Marx, para analisar a crise do capital e a crise ecológica, para propor alternativas anticapitalistas.

O ecosocialismo surge nos anos 70 de forma plural. Segundo Münster (2013), fundamentalmente, sua origem se atrela a duas correntes em interseção com a ecologia política: uma ligada a uma perspectiva autogestionária (originada por René Dumont e André Gorz), vislumbrando uma ecologia radical, buscando alianças entre movimentos contestatórios da energia poluente e perigosa para o meio ambiente, com movimentos terceiro-mundistas anticolonialistas e, ainda, com movimentos que lutam contra a destruição dos ecossistemas e da agricultura, reivindicando o decrescimento; outra, marxista internacionalista, que surge nos EUA a partir de uma crítica ao produtivismo capitalista e seu crescimento ilimitado. Sobre as correntes ecosocialistas, Münster (2013, p. 139) declara:

Existem portanto várias versões e correntes ecosocialistas no mundo, donde as correntes representadas na França por René Dumont e André Gorz, por David Pepper, na Inglaterra, assim como a corrente representada nos EUA por Joel Kovel (retransmitida na França por Michael Löwy) são as mais significativas (Os dois últimos são os autores do Manifesto Ecosocialista publicado em 2001). Ora, existia também, nos anos 80/90, uma corrente ecosocialista-marxista importante na Alemanha, cujo principal representante era Rudolph Bahro, o célebre dissidente da Alemanha Oriental (trad. nossa).⁸³

⁸³ “Ils existent donc plusieurs versants et courants écosocialistes dans le monde, dont les courants représentés en France, par René Dumont et André Gorz, par David Pepper, en Angleterre, ainsi que le courant représenté aux Etats-Unis par Joël Kovel (relayé en France par Michael Löwy), sont les plus significatifs. (Ces deux derniers sont aussi les auteurs du Manifeste écosocialiste, publié en

O autor reconhece que, ao longo dos anos 80 e 90, os movimentos ecológicos reformistas, notadamente europeus, tomaram como referência teórica os escritos de Gorz. Entretanto, também inspirado em Gorz, declara-se entusiasta de uma frente de esquerda na França que supere os limites da socialdemocracia e dos governos neoliberais, apostando num governo ecossocialista, capaz de construir uma sociedade do Buen Vivir, da convivialidade e da fraternidade. No sentido de reunir os ecologistas que apostam na via de um planejamento ecossocialista, com reformas progressistas, avalia como promissora a criação do movimento Assises pour l'Écosocialisme (Fórum para o Ecossocialismo), em 2012.⁸⁴

Adensando o debate, tomamos como referência as contribuições de Michael Löwy, um dos militantes e porta-vozes do ecossocialismo,⁸⁵ como uma importante porta de entrada no debate brasileiro. Segundo o autor, trata-se de uma corrente política que visa interromper e reverter o estado de destruição do meio ambiente humano em função dos modos de produção e de vida capitalistas que o socialismo burocrático não conseguiu superar. O aquecimento global tornou incontestáveis os resultados deletérios dessa lógica expansionista ilimitada, a qual tem provocado poluição do ar, das águas (rios e oceanos), desflorestamento, esgotamento dos solos, envenenamento dos alimentos em sua gana pelo lucro, intensificando o aquecimento global e as mudanças climáticas a patamares que colocam em xeque o próprio futuro da humanidade.

No que se refere aos antecedentes dessa corrente, esse autor destaca a virtuosidade produtiva de movimentos acadêmico-políticos em vários países na década de 80, além da militância em partidos políticos e movimentos ecológicos, no sentido de resgatar o legado marxiano para buscar compreender a relação entre o desenvolvimento econômico em curso e a crise ecológica. Assim, no interior do Partido Verde alemão surge uma corrente ecossocialista, tendo como principais

2001). Or, il existait aussi, dans les années 80/90, un courant écosocialiste-marxiste important en Allemagne, dont le principal représentant était Rudolf Bahro, le célèbre dissident de Allemagne de l'Est".

⁸⁴ Uma versão em português do manifesto do movimento pode ser acessada no sítio eletrônico Ecossocialisme, 18 teses para o ecossocialismo (2013). Disponível em: <https://ecosocialismedotcom1.files.wordpress.com/2013/12/ecossocialismo_-_primeiro_manifesto_pt_.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2015.

⁸⁵ No presente texto, tomamos como referência suas publicações mais recentes e, portanto, atualizadas sobre a temática, notadamente em francês. Entretanto, em português, os leitores podem ter acesso à seguinte publicação: Löwy, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. Trata-se de uma recomendável porta de entrada à temática.

porta-vozes Rainer Trampert e Thomas Ebermann. Por volta da mesma época, Rudolf Bahro, um dissidente da Alemanha oriental criticou o modelo de desenvolvimento soviético e da própria Alemanha oriental. Mais tarde, Frieder Otto Wolf, do Partido Verde Alemão e Pierre Juquin, antigo dirigente comunista, publicam o *Europe's Green Alternative* (MÜNSTER, 2013).

Ainda nos anos 80, o pesquisador norte-americano James O'Connor desenvolveu estudos sobre ecologia a partir do marxismo, contribuindo para a formação do que viria a ser o eco-marxismo. Em 1988, fundou a revista *Capitalism, Nature and Socialism*, para divulgação de estudos que caminham nessa perspectiva. Atualmente, Joel Kovel, ecossocialista altermundialista, é o editor-chefe. Outra revista importante nessa temática nos EUA é a *Monthly Review*, da qual já tratamos quando apresentamos a tendência eco-marxista, que defende uma revolução ecológica com um programa socialista. Seu editor-chefe é John Bellamy Foster.

Assim, desde então, foi aberto um caminho de revisão das obras marxianas buscando chaves de compreensão dos dilemas ecológicos contemporâneos, mas recuperando os princípios socialistas. Na Espanha, a revista *Mientras Tanto* se tornou uma referência; no Canadá, a *Canadian Dimension*. No Peru, pesquisadores se dedicam a analisar a relação entre indigenismo e ecossocialismo, como Hugo Blanco. Na Bélgica, Daniel Tanuro realizou uma incisiva crítica ao capitalismo verde. Ariel Salleh e Terisa Turner defendem um ecossocialismo feminista.

Os encontros internacionais de movimentos sociais tornaram-se espaços de reflexão, debate e articulação dos ecossocialistas, especialmente a partir da publicação do *Manifesto Ecossocialista* em 2001, redigido por Joel Kovel e Michael Löwy, com apoio de outros altermundialistas. Em 2003, o Brasil cria a Rede Brasil Ecossocialista no Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre. No mesmo ano, a IV Internacional elaborou no seu congresso o documento "Ecologia e Revolução socialista". Em 2007, foi criada a Rede Ecossocialista Internacional, que lançou no FSM de Belém (PA), em 2008, um manifesto sobre o aquecimento global e táticas para seu enfrentamento. Desde então, as redes ecossocialistas continuam surgindo em vários países, buscando manter articulações internacionais.

No que diz respeito à França (mesmo se distanciando da démarche culturalista da corrente decrescimento e sua negação ao humanismo ocidental, à democracia representativa, à herança iluminista), se reconhece uma aproximação entre os ecossocialistas, sejam altermundialistas (ATTAC), sejam os de partidos de

esquerda, e o polo universalista da corrente decrescimento, no sentido de buscarmos uma pauta política comum.

Destaca-se que no seio do movimento ecológico há um incômodo com a démarche marxista, pois – em função de algumas passagens do conjunto de sua obra – Marx foi taxado de produtivista. Esse tipo de leitura influenciou o movimento operário europeu, a ponto de a própria classe trabalhadora organizada defender tipos de energia, como a nuclear, e de produção, como a indústria automobilística, que colocam em risco a reprodução de suas próprias vidas.

De início, é preciso reconhecer que os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre sociedades humanas e natureza não são unívocos, dando margem a interpretações conflitantes. Ademais tal relação não ocupava um lugar central nas obras de Marx (LÖWY, 2011).

Ainda assim, alguns ecologistas buscaram passagens nas obras desses autores para legitimarem suas críticas à perspectiva produtivista, que endossa a supremacia da técnica sobre a natureza apesar do crescimento das catástrofes socioambientais. Nessa perspectiva, na obra *Anti-Dühring*, de Engels, há de fato uma oposição entre homem e natureza, vislumbrando-se que no socialismo o homem seria o mestre real e consciente da natureza, assim como no texto *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Já no prefácio da *Contribuição da Crítica da economia política* (1859), Marx afirma que uma formação social jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas, sendo o motor da revolução nas relações sociais. Além da aposta no desenvolvimento das forças produtivas, como se houvesse uma neutralidade (LÖWY, 2011), a ideia de que elas entrariam em xeque com as relações de produção, já que a tendência é absorver cada vez menos mão de obra no processo produtivo, aumentando exponencialmente o número dos não proprietários de capital, acabou por denotar um determinismo cujo movimento histórico demonstrou que segue em aberto. Nos *Grundrisse*, Marx, segundo Löwy (2011), afirma que a apropriação universal da natureza, proporcionada pelo capitalismo, representa uma grande ação civilizatória. Por outro lado, há um conjunto de outras passagens que, em menor ou maior grau, ponderam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, o desgaste do solo pelo uso intensivo da agricultura capitalista, indicando pistas para uma necessária revisão da relação homem/natureza. Vejamos.

Nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Marx compreende o homem como inseparável do meio ambiente, integrando a natureza, indicando a abolição da propriedade privada para a retomada dessa unidade essencial. Ainda nos manuscritos, Marx afirma que o objetivo maior do progresso tecnológico é a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (cf. LÖWY, 2011). Apesar de não tratar dessa relação na particularidade da sociabilidade capitalista, Engels (1979), em *A dialética da natureza*, lembra-se de episódios históricos em que o uso intensivo de recursos naturais levou à escassez, destruindo civilizações, como já vimos ao tratarmos do eco-marxismo.

Marx (1982), na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), texto de oposição às ideias do socialdemocrata alemão Lassalle e seus discípulos, afirma que não é o trabalho a fonte da riqueza, mas a natureza. O trabalho é uma expressão da força da natureza que produz riqueza em determinadas condições históricas. Em suas palavras:

O trabalho não é fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem (MARX, 1982, p. 209).

Sobre a particularidade da sociabilidade capitalista, em *A ideologia alemã* (1845-1846), Marx (2007) considera que as forças produtivas são, na verdade, forças destrutivas. Dialogando com os herdeiros da ideologia alemã, ele defende uma concepção de história a partir da base material da realidade e não a partir da autoconsciência. Nesse sentido, afirma:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, *mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro)* – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre outras classes, graças à percepção da situação dessa classe (MARX, 2007, p. 41-42, grifo nosso).

Tal concepção de história supõe que ela é construída por sujeitos e, portanto, seus rumos podem ser alterados numa mediação permanente entre condições subjetivas e objetivas, entre teleologia e causalidade. Daí resulta que uma revolução comunista pode suprimir o trabalho, tal como desenvolvido nas relações capitalistas, e a dominação de uma classe sobre as outras.

Sobre os efeitos da grande indústria, declara:

Subsumiu a ciência natural ao capital e tomou da divisão do trabalho a sua última aparência de naturalidade. *Destruiu*, em geral, a naturalidade, na medida em que isso é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. No lugar das cidades formadas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas, nascidas da noite para o dia. *Destruiu*, onde quer que tenha penetrado, o artesanato e, em geral, todos os estágios anteriores da indústria. Completou a vitória [da cidade] comercial sobre o campo. Seu [pressuposto] é o sistema automático. [Ela produziu] uma massa de forças produtivas para a qual a propriedade privada tornou-se um empecilho, tanto quanto o fora a corporação para a manufatura e o pequeno empreendimento rural para o artesanato que progredia. *Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada* (MARX, 2007, p. 60, grifos nossos).

Em tais passagens, a questão central é revelar que as relações sociais capitalistas, através da propriedade privada e da dominação de classe, destroem a própria humanidade, isto é, sua possibilidade de emancipação. Esta pode ser conquistada pela via de uma revolução classista. Em tais considerações, nota-se que a questão ecológica não é trazida à tona.

Entretanto, n'O Capital (obra do final do século XIX), Marx (1984) não economiza tinta para enfatizar os danos ecológicos a partir da modernização da agricultura. Inspirado no agrônomo alemão Justus Von Liebig, Marx denuncia os danos que a agricultura moderna promove a partir da ruptura das relações naturais entre homem e natureza. Ao tratar da renda fundiária no volume 3 d'O Capital, Marx (1984) aborda a origem, com os latifúndios no meio rural e a expulsão de camponeses, e os efeitos da ruptura desse metabolismo, como o esgotamento do solo.

Se por um lado a racionalização da agricultura, tornando esse trabalho social, pode ser considerada como um avanço, por outro, o desgaste dos solos, o desflorestamento, expressam essa ruptura metabólica, que é estendida em escala global em função do crescimento do comércio internacional. Nesse sentido, Marx sentencia no livro I d'O Capital:

Além disso, cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente na arte de explorar o trabalhador, mas ainda na arte de poluir o solo; cada progresso na arte de aumentar a fertilidade por um tempo é um progresso na ruína dos recursos sustentáveis de fertilidade (MARX apud LÖWY, 2011, p. 89-90).⁸⁶

⁸⁶ "En outre, chaque progrès de l'agriculture capitaliste est un progrès non seulement dans l'art d'exploiter le travailleur, mais encore dans l'art de dépouiller le sol ; chaque progrès dans l'art d'accroître sa fertilité pour un temps est un progrès dans la ruine de ses sources durables de fertilité."

Já Engels, segundo Löwy (2011) em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, denuncia o horror da poluição do meio ambiente a partir da industrialização, com ambientes de trabalho e moradia profundamente insalubres nas grandes cidades inglesas.

Ainda sobre as passagens nas obras de Marx que deixaram pistas para o resgate da importância da recuperação do metabolismo homem/natureza, no Livro III d'O Capital, o autor lembra que todas as sociedades contemporâneas juntas não são proprietárias da terra, mas ocupantes, usufrutuárias, e deveriam deixá-la num melhor estado para as futuras gerações. Entretanto, o que está em jogo na atualidade, e que encontra pistas na obra de Marx, é superar não somente a propriedade privada, típica das relações capitalistas, mas alterar a própria forma de produção que explora os homens e degrada seu ambiente.

Nessa direção, apesar de tais pistas não terem sido suficientemente desenvolvidas pelos próprios autores, Löwy resgata – na análise de Marx sobre a Guerra Civil na França, em 1871, isto é, sobre a máquina do Estado – uma chave importante nos tempos atuais para o enfrentamento da crise do capital, indissociada da crise ecológica: “Mutatis mutandis, os trabalhadores não podem se contentar em tomar a máquina produtiva capitalista e a fazê-la trabalhar por sua conta, eles devem transformá-la radicalmente” (LÖWY, 2011, p. 100, trad. nossa).⁸⁷

Assim, é preciso rever essa herança destrutiva do capitalismo, transformando todo seu sistema produtivo, como suas fontes de energia, sua forma de organizar as cidades, os transportes, etc. Mas essa se tornou uma tarefa tardia, pois marxistas que buscaram rever essa herança, ao longo da maior parte do século XX, foram silenciados pela hegemonia da “centralidade da luta de classes”. Certamente, ela continua atual, mas defender a luta de classes abstratamente, isolada de sua base material e subjetiva, menosprezando a disseminação e incorporação da ideologia burguesa pela classe trabalhadora junto com suas mercadorias ou, ao menos, junto com o sonho de adquiri-las, tem custado caro ao campo da esquerda.

Nessa direção, Löwy resgata o pioneirismo de Walter Benjamim que, no período entre guerras, já havia criticado o conceito de “exploração da natureza”. Em 1928, na obra *Sens Unique (Rua de Mão Única)*, propôs a compreensão da técnica

⁸⁷ “Mutatis mutandis, les travailleurs ne peuvent pas se contenter de prendre telle quelle la machine productive capitaliste et de la faire tourner pour leur compte, ils doivent la transformer radicalement”.

como “domínio das relações entre a natureza e a humanidade” (apud LÖWY, 2011, p. 103). Ademais, opondo-se a uma leitura determinista do marxismo, esclarecia que a revolução não seria um resultado natural ou inevitável do progresso econômico e técnico, isto é, da contradição entre forças produtivas e relações de produção, mas fruto da interrupção de uma evolução histórica que conduz à catástrofe. Não se trata de um retorno ao elo perdido, mas de promover uma nova relação entre sociedade e seu ambiente natural. Assim, Benjamim (apud Löwy, 2011, p. 110) afirma em uma de suas teses: “Marx disse que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Talvez as coisas se apresentem de outra forma. Pode ser que as revoluções sejam o ato pelo qual a humanidade que viaja no trem puxe o freio de urgência” (trad. nossa).⁸⁸

Esta análise de Benjamim vai ao encontro das reformulações marxistas que ganham vigor fundamentalmente a partir dos anos 80, desembocando na constituição do ecossocialismo. Para além da pluralidade dessa corrente, a questão da centralidade do valor de uso, de pautar a produção social pelas reais necessidades sociais, rompendo com a lógica mercantil produtivista e consumista, passa a balizar sua unidade. Podemos encontrar uma boa síntese em James O’Connor (2003), quando ele define como ecossocialistas as teorias e movimentos que subordinam o valor de troca ao valor de uso (e não seu contrário, como nas sociedades capitalistas), cuja produção se dá em função de necessidades sociais, respeitando as exigências de proteção ao meio ambiente. À tal definição Löwy (2011) agrega que a sociedade ecossocialista supõe a propriedade coletiva dos meios de produção, o planejamento democrático a serviço da sociedade,⁸⁹ para que ela possa definir os objetivos da produção e dos investimentos, além de uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

Como o próprio Marx já demonstrara, as relações sociais capitalistas se erguem a partir da exploração dos trabalhadores e do consumo intensivo e extensivo da terra, o que reforça a importância e a atualidade da aliança entre a luta de classes e a defesa do meio ambiente. Tal luta conjunta significa a luta contra a

⁸⁸ “Marx a dit que les révolutions sont la locomotive de l’histoire mondiale. Peut-être que les choses se présentent autrement. Il se peut que les révolutions soient l’acte par lequel l’humanité qui Voyage dans le train tire le frein d’urgence”.

⁸⁹ Löwy esclarece que trabalha com a concepção mandeliana de planejamento, isto é, de democratização radical da economia (LÖWY, 2011). E acrescenta que ela não se opõe às formas locais de autogestão, pois a negociação democrática deve ser o caminho para a construção de uma sociedade ecossocialista.

dominação do capital. Nesse sentido, é preciso que haja convergência entre os “vermelhos” e os “verdes”, notadamente os movimentos altermundialistas. O altermundialismo surge na grande manifestação de Seattle, em 1999, unificando ecologistas e sindicalistas. Desde então, surgiu o Fórum Social Mundial, manifestações e protestos contra a OMC e o G-8. Trata-se de uma rede ampla e heterogênea, composta por associações sindicais, movimentos camponeses, de indígenas, de mulheres, ecológicos e tantos outros. A aposta na utopia de que um outro mundo é possível, fundado sobre os valores da liberdade, democracia participativa, justiça social e defesa do meio ambiente, tem nutrido tais movimentos nas ruas, para além das quais, existem propostas concretas que alimentam a congregação das lutas, a exemplo da luta contra o sistema da dívida pública e das políticas ultraliberais, impostas pelo FMI, Banco Mundial e União Europeia; a necessidade de produzir localmente bens pouco poluentes; a necessidade de assegurar a soberania alimentar dos povos contra a avidez das empresas capitalistas.

Essa luta implica no enfrentamento da lógica da mercantilização da vida social em seu conjunto, posto que ela é incompatível com os valores socialistas e ecológicos que caminham na direção da construção de uma ética humanista e emancipatória. Nesse sentido, as iniciativas individuais para evitar desperdícios e poluição, respeitando o meio ambiente humano são importantes, mas insuficientes para alterar a crise atual. É preciso ser radical e alterar a estrutura econômica para atender às necessidades sociais, de forma democrática, planejada, com apropriação coletiva dos meios de produção e redistribuição igualitária da riqueza, realizando a máxima marxiana “a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 1982). Sobretudo, é preciso uma unidade entre a ética da responsabilidade para com o meio ambiente humano, proposta por Hans Jonas, e a ética da esperança, proposta por Ernest Bloch: “Sem o princípio da responsabilidade, a utopia pode ser destrutiva, e sem princípio da esperança, a responsabilidade não passa de uma ilusão conformista” (LÖWY, 2011, p. 127).

Nesse processo de transição a planificação democrática deverá se ocupar prioritariamente da questão alimentar, da agricultura agroecológica camponesa, organizada pelas unidades familiares, cooperativas ou fazendas coletivas com o objetivo de acabar com os métodos destrutivos e antissociais da indústria do agronegócio. Nesse sentido, a luta dos movimentos camponeses do Sul tem sido

uma referência inescapável nesse início de século. Juan Martinez-Alier, um economista espanhol, tem estudado os movimentos do Sul que, segundo ele, constituem a “ecologia dos pobres”, como vimos anteriormente. Retomaremos e aprofundaremos mais adiante as determinações da centralidade desse tema que está diretamente relacionado ao direito básico à alimentação, pois a situação atual é alarmante, com a permanência da fome em concomitância com a produção intensiva de produtos agrícolas com baixo valor nutricional. Provavelmente a questão da alimentação seja o maior emblema da alienação contemporânea, a partir da ruptura que o capital provocou na relação homem/natureza para suprimento de necessidades sociais, pois se trata de algo vital para a humanidade, cujo processo de produção, que envolve relações de trabalho, tecnologias, danos socioambientais, etc., é em grande parte desconhecido pelos consumidores.

A publicidade é um braço poderoso do capital que aprofunda uma relação em que quanto mais mercadorias, mais alienação e estranhamento, ou seja, mais o homem se nega através dessa produção e se estranha enquanto ser social genérico na esfera da reprodução social. Trata-se de um mecanismo que reforça o desaparecimento da humanidade, do homem criativo, multi, para dar lugar ao reino das mercadorias. Nesse sentido, no processo de transição, a publicidade deve ser substituída por informações compartilhadas por associações de consumidores.⁹⁰ Mandel já chamava a atenção sobre a acumulação de bens não ser um traço humano universal – como a publicidade insiste em tentar nos convencer.

A questão energética também deve ser tratada urgentemente, transitando para o uso de recursos renováveis como a água, o vento, o sol, mas se contrapondo à apropriação privada dos mesmos. Ao contrário, sua gestão deve ser pautada pelo interesse coletivo e não pelo de uma classe econômico-social.

Enfim, estamos diante de uma tarefa histórica que nos convoca a interromper o crescimento da barbárie. Mais do que em outras épocas, é preciso defender o gênero humano e seu ambiente, pois o atual padrão de sociabilidade nos leva a todos para o abismo, comprometendo a qualidade de vida atual e o próprio futuro da humanidade. Em síntese:

⁹⁰ Cf. LÖWY, M. *Ecologie e publicité*. In _____. **Écosocialisme** – l’alternative radicale à la catastrophe écologiste capitaliste. Mille et une Nuits, 2011. Nesse capítulo, o autor reúne um conjunto de críticas implacáveis ao papel da publicidade diante da crise ecológica, a exemplo da pasteurização da cultura ocidental, indicando a existência de movimentos antipublicidade na França.

[...] o ecossocialismo implica em uma ruptura radical com a civilização material capitalista. Nessa perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização (LÖWY, 2011, p. 101, trad. nossa).⁹¹

Nessa direção, as lutas latino-americanas têm sido uma referência. Não importa se os movimentos indígenas e outros, populares, que lutam em defesa da água, da terra, contra a poluição industrial, etc., carregam a bandeira da ecologia ou do ecossocialismo, o fundamental é que trazem à tona a luta pela vida e pelo acesso aos bens comuns. Nos anos 80, um reconhecimento inescapável deve ser feito à luta de Chico Mendes e dos povos da floresta que, em aliança com o movimento sindical, saiu das sombras do imaginário de um passado inexistente, protagonizando uma luta contemporânea contra o capitalismo agrícola destruidor da floresta e da vida humana. Tal luta fomentou a criação da Aliança dos Povos da Floresta e teve o mérito de convocar a sociedade para pensar sobre a importância de reconhecer modelos de desenvolvimento alternativos que congregam a gestão sustentável dos recursos naturais com a valorização das práticas e saberes locais (LÖWY, 2013).

Vinte anos após a morte de Chico Mendes, brutalmente assassinado a mando de latifundiários, Hugo Blanco, dirigente de camponeses e indígenas do Peru, declarou na Conferência Internacional Ecossocialista, no FSM, em Belém (PA), que as comunidades indígenas estão na luta há muitos séculos pelos mesmos objetivos do ecossocialismo. São muitas as lutas recentes de comunidades indígenas que enfrentam a face contemporânea do capital. Muitas delas têm sido massacradas pelas mãos do próprio Estado.

Na contramão da mercantilização dos bens comuns e da vida, o parque Yasuní-ITT se tornou um emblema positivo para tais lutas, ainda que hoje tenha sido revisto. O parque foi criado em 2007 pelo governo equatoriano, sob a liderança de Rafael Correa, revendo acordos anteriores que concediam a uma companhia texana petrolífera os direitos de exploração da área. Área esta riquíssima em biodiversidade e habitada por tribos indígenas. A proposta foi de deixar essa reserva de petróleo intocada em troca de uma indenização pela comunidade internacional. Os países ricos deveriam se encarregar de repassar a metade das receitas esperadas (cerca de 3 bilhões de dólares) para as Nações Unidas, para a gestão de projetos de preservação da biodiversidade e de desenvolvimento de energias renováveis.

⁹¹ “[...] l’écossocialisme implique une rupture radicale avec la civilisation matérielle capitaliste. Dans cette perspective, le projet socialiste vise non seulement une nouvelle société et un nouveau mode de production, mais aussi un nouveau paradigme de civilisation”.

Entretanto, os avanços foram tímidos diante da prevalência do desenvolvimento movido a combustível fóssil.

Contudo, enquanto esse modelo destruidor persistir, as lutas também persistirão, a exemplo da “guerra da água” em 2000, na Bolívia; da luta contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Brasil, etc. Tais lutas endossam a palavra de ordem “mudemos o sistema, não o clima” (bandeira assumida pela Cúpula dos Povos de 2014, em Lima) e têm denunciado os governos latino-americanos que, contrariamente à incorporação do discurso ecologista, continuam a praticar um modelo de desenvolvimento extrativista, o chamado neoextrativismo (Cf. GUDYNAS, 2012).

Por fim, destacamos que no seio do debate ecológico marxista, parece-nos que o movimento eco-marxista apresenta preocupações mais restritas ao aprofundamento teórico-acadêmico, dando ênfase ao resgate da contribuição marxiana no debate contemporâneo, no sentido de fundamentar as lutas revolucionárias de longo prazo; já o movimento ecossocialista aposta igualmente na recuperação do legado marxiano, mas indica as contradições no bojo da própria obra, avançando na construção de movimentos sociais altermundialistas, propondo uma pauta programática de transição ecossocialista, assumindo os riscos de uma práxis política em pleno processo de construção.

1.4.7.1 Ecofeminismo

A crise atual da acumulação de capital, que Mézaros (2009) denomina de estrutural, diante do fracasso da economia e das religiões patriarcais, androcêntricas, e da supremacia branca, exacerbou os conflitos e a opressão sobre mulheres, grupos étnicos e outras chamadas “minorias”. Noticiários mundiais têm alarmado a sociedade no que diz respeito ao crescimento, ou à revelação, da misoginia e do feminicídio. São muitos os direitos atacados e os das mulheres estão inclusos num cenário político internacional de retrocessos. Sendo assim, seja no cotidiano, nos movimentos sociais, no parlamento, faz-se extremamente necessário trazer à tona o protagonismo das mulheres nas lutas e sua contribuição ao projeto anticapitalista e em defesa da vida.

De início, é preciso reconhecer a pluralidade que existe no interior do movimento ecofeminista que, assim como o movimento ecológico mais amplo,

convive com tendências, desde as reformistas liberais, passando pelas essencialistas/culturalistas, às socialistas radicais, isto é, anticapitalistas. Nosso destaque é para esta última corrente e, nesse sentido, é preciso descartar a ideia equivocada de que o ecofeminismo representa meramente a defesa da identidade da mulher com a natureza, naturalizando, por exemplo, a maternidade. Ao contrário, o ecofeminismo anticapitalista defende a manutenção dos direitos historicamente conquistados por gerações de movimentos feministas, mas avança nas questões ecológicas que estão ligadas diretamente à sobrevivência humana, especialmente das mulheres pobres (PULEO, 2014).

Nesse sentido, destaca que as mulheres são hormonal e biologicamente mais vulneráveis aos produtos tóxicos utilizados atualmente, atingindo não somente as produtoras, mas as consumidoras. No que diz respeito à produção agrícola, o exemplo das camponesas é flagrante, pois há estudos que comprovam o aumento do câncer de seio nas últimas décadas devido à exposição aos produtos tóxicos agrícolas, ao carbono liberado pelos fornos de incineração, às resinas sintéticas de pintura, etc. Não significa que os homens estejam imunes a estes efeitos, mas certas substâncias químicas produzem patologias femininas específicas, atingindo particularmente mulheres que se dedicam à produção alimentar, à reprodução familiar e a cuidar da natureza. Nessa direção, a autora afirma:

Por outro lado, como já sublinhou Vandana Shiva, a situação das mulheres rurais e pobres do chamado “terceiro mundo” piorou com o “mal desenvolvimento”. A Revolução Verde (“verde” não no sentido ecológico, porque esse nome foi dado para falar da intensificação da produção industrial de monoculturas) destruiu a produção familiar camponesa. Com a globalização do capitalismo, grandes superfícies selvagens foram reconvertidas. Uma das razões do ecofeminismo no Sul é justamente a grande perda da qualidade de vida de milhões de mulheres que devem agora caminhar vários quilômetros para encontrar água ou lenha para sua casa porque suas terras foram destinadas ao mercado mundial. A super exploração mineral ou a destruição dos terrenos pela soja transgênica obrigam os humanos a partirem e aniquilam os “não humanos”. *O envenenamento da água, da terra e do ar é a nova e última forma de colonização. A mais monstruosa e a mais integral como jamais visto. O ecofeminismo é uma forma de resistência contra a dominação, a ganância sem limites e a fantasia onipotente que faz do humano um ser totalmente diferente e isolado da natureza* (PULEO, 2014, p. 3, trad. e grifo nossos).⁹²

⁹² “D’un autre côté, comme l’a déjà souligné Vandana Shiva, la situation des femmes rurales et pauvres de l’appelé « tiers monde » a empiré avec le « mal développement ». La Révolution verte (pas « verte » au sens écologique, car ce nom a été donné pour parler de l’intensification de la production industrielle des monocultures) a détruit la production familiale paysanne. Avec la globalisation du capitalisme, on a reconverti de grandes surfaces sauvages. Une des raisons de la naissance de l’éco-féminisme dans le Sud est justement la grande baisse de la qualité de vie de millions de femmes qui doivent maintenant marcher de nombreux kilomètres pour trouver de l’eau ou du bois pour leur foyer car leurs terres sont vouées au marché mondial. La méga exploitation minière

Sobre os antecedentes históricos do ecofeminismo, Herrero (2014) nos recorda que em meados do século passado as primeiras ecofeministas criticaram os efeitos da tecnociência sobre a saúde das mulheres, lutaram contra o militarismo e a degradação ambiental, tendo a alemã Petra Kelly como uma de suas representantes. Provavelmente como expressão mais conhecida, temos o ecofeminismo do Sul em que mulheres em defesa da vida acusam o desenvolvimento ocidental de provocar a pobreza das mulheres e dos indígenas como as primeiras vítimas da destruição da natureza. As representantes mais conhecidas dessa corrente são Vandana Shiva, a alemã Maria Mies e a brasileira Ivonne Gebara.

Superando esta visão mais essencialista, que identifica as mulheres com a natureza (incorrendo no risco de preservar para os homens o mundo da cultura, da política e da economia), a partir de uma démarche construtivista, representada por Bina Agarwal, Val Plumwood, compreende-se que a submissão das mulheres e da natureza é resultado da divisão sexual do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade (HERRERO, 2014). Frente ao papel socialmente construído de provedora da casa, as mulheres protestam diante da escassez e da contaminação da água, do ar e do solo, por colocarem em risco a sobrevivência da própria família. Fundamentalmente, as mulheres pobres dependem de recursos comuns, como lenha, pastagens e água, de forma mais frequente que os homens, mais integrados ao mercado (AGARWAL, 1992 apud MARTINEZ-ALIER, 2014). Daí seu protagonismo nas lutas em defesa dos bens comuns:

Basicamente, para transformar a relação entre homens e mulheres e entre os humanos e a natureza, precisamos fortalecer a posição negociadora das mulheres diante dos homens, e daqueles que se postam na proteção ao meio ambiente diante dos que causam sua destruição (AGARWAL, 1998, p. 85 apud MARTÍNEZ-ALIER, 2014, p. 284).

Romper com esse domínio é tarefa, portanto, de homens e mulheres e passa por rever o projeto herdado da Ilustração, ponderando o que é preciso transformar, a exemplo da cultura patriarcal e a da dominação da natureza, e o que é preciso preservar, a exemplo da cultura, dos direitos e da liberdade que originaram

ou la destruction des terrains par le soja transgénique obligent les humains à partir et anéantissent les « non-humains ». L'empoisonnement de l'eau, de la terre et de l'air est la nouvelle et la dernière forme de colonisation. La plus monstrueuse et la plus totale qu'on n'ait jamais vue. L'eco-féminisme est une forme de résistance contre la domination, la convoitise sans limites et la fantaisie d'omnipotence qui fait de l'humain un être totalement différent et détaché de la nature".

movimentos emancipatórios, como os socialistas, anarquistas, feministas (PULEO, 2014).

Outra questão que urge ser revista é a concepção de trabalho restrita ao emprego assalariado, que esconde historicamente o papel das mulheres na reprodução humana, como no cuidado às crianças, às pessoas idosas, à promoção da saúde, ao suporte emocional, etc. Apesar de os economistas clássicos considerarem o salário como suficiente para o custo de reprodução familiar, a economia neoclássica separa em definitivo a produção mercantil e a produção doméstica, ocultando a última. Dessa forma, naturaliza-se o papel do homem exclusivamente na produção mercantil, sem qualquer participação nas tarefas domésticas: “Assim se impôs uma definição de economia que não integra a divisão sexual do trabalho e não reconhece o papel crucial do trabalho doméstico na reprodução do sistema capitalista” (HERRERO, 2014, p. 9, trad. nossa).⁹³ Em outras palavras, o trabalho invisível das mulheres é o que assegura a reprodução da força de trabalho, ou seja, é o trabalho de reprodução da vida. Nessa direção, outra autora ecofeminista afirma:

As mulheres são credoras das dívidas econômicas resultantes do trabalho não pago; por outro lado, possuem o direito de serem compensadas pela submissão política e social que têm sofrido, também lhes dizendo respeito as dívidas ecológicas provocadas pelos saques, contaminação e destruição irreversível dos nossos recursos naturais, tornando cada vez mais difícil que as mulheres assegurem as condições de sua existência e a dos seus filhos (QUISTORP, 1985 apud MARTÍNEZ-ALIER, 2014, p. 285).

A defesa dos direitos das mulheres é algo que permanece latente e o movimento ecofeminista deve ter cuidado com a retórica do antimercado e antiestado que aprofunda relações machistas. Em oposição ao mercado e ao Estado, enaltecem-se os sistemas comunitários tradicionais de gestão do meio ambiente, os quais, entretanto, no geral, mantêm uma relação de discriminação com as mulheres, reforçando o patriarcado. Dessa forma, a superação do modo de produção vigente deve ser acompanhada de liberdade para as mulheres.

Por outro lado, trata-se de uma ilusão acreditar numa mudança interna ao próprio sistema capitalista, pois a acumulação de capital contém em si uma contradição insuperável, já que ela é incompatível com o processo de reprodução natural e social, cuja centralidade seja a produção para a satisfação das

⁹³ “Ainsi s’est imposé une définition de l’économie qui n’intègre pas la division sexuelle du travail et ne reconnaît pas le rôle crucial du travail domestique capitaliste”.

necessidades humanas. O que quer dizer que é preciso mudar o sistema baseado na exploração dos trabalhadores, com todo seu peso patriarcal, e do consumo predatório da natureza. Nesse sentido, o conflito entre capital e trabalho vai além da tensão entre capital e trabalho assalariado, refletindo um antagonismo entre o capital e o conjunto do trabalho, remunerado e não remunerado (HERRERO, 2014).

Enquanto o feminismo denuncia, a partir da vida cotidiana, que a acumulação de capital e seu crescimento alimentam a lógica patriarcal e androcêntrica, a perspectiva ecológica aponta para os limites físicos da sociedade do crescimento. Assim, o sistema capitalista é o antagonismo da vida e da possibilidade de uma vida humana baseada na igualdade. Não por acaso, as mulheres estão presentes nos movimentos em defesa da terra, das florestas, contra as barragens que prejudicam populações tradicionais, contra os dejetos tóxicos depositados em regiões pobres, etc. Em síntese:

Uma mudança de perspectiva é necessária. O eixo estruturante da sociedade deve ser a satisfação das necessidades básicas para os indivíduos crescerem, se desenvolverem e viverem dignamente, com o trabalho e os meios socialmente necessários para isso. O objetivo indispensável da sociedade e do processo econômico deve portanto ser esse de colocar a satisfação das necessidades básicas e do bem-estar num status de igualdade. Nessa nova perspectiva, as mulheres não são pessoas secundárias, nem dependentes, mas as atrizes da sua própria história, criadoras de cultura e valores do trabalho, diferentes desses do modelo capitalista e patriarcal (HERRERO, 2014, p. 11, trad. nossa).⁹⁴

1.4.7.2 Crítica ao capitalismo verde e a saída ecossocialista

O aquecimento global é incontestável na atualidade e coincide com um padrão de produção, baseado em energia fóssil, consolidado no século XX, que produz o aumento de gás carbônico, provocando o efeito estufa.⁹⁵ É claro que o

⁹⁴ “Un changement de perspective est nécessaire. L’axe structurant de la société doit être la satisfaction des besoins de base, qui permettent aux individus de grandir, de se développer et de vivre dignement, tout comme le travail et les productions socialement nécessaires à cela. L’objectif indispensable de la société et du processus économique doit donc être celui de placer la satisfaction des besoins de base et le bien-être à égalité. Dans cette nouvelle perspective, les femmes ne sont pas de personnes secondaires, ni dépendantes, mais les actrices de leur propre histoire, créatrices de cultures et de valeurs du travail, différentes de celles du modèle capitaliste et patriarcal”.

⁹⁵ “Le physicien suédois Svante August Arrhenius (1859-1927) fut le premier scientifique à émettre l’hypothèse d’un changement climatique provoqué par l’usage des combustibles fossiles” – “O físico sueco Svante August Arrhenius (1859-1927) foi o primeiro cientista a levantar a hipótese de uma mudança climática provocada pelo uso de combustíveis fósseis” (TANURO, 2012, p. 35, trad. nossa). Já na fase mais recente do desenvolvimento capitalista, Porto-Gonçalves (2013, p. 333) complementa: “A evidência de um papel humano no aquecimento global ganhou destaque em 1995 com a publicação do segundo informe científico do PICC [Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática das Nações Unidas], aprovado por 157 países, que afirma que ‘o balanço da evidência sugere uma discernível influência humana sobre o clima global’”.

desmatamento e o desflorestamento não constituem novidades da ação humana em relação à natureza, já estando presentes no período da caça e do extrativismo. Em seguida, o surgimento da agricultura constituiu uma grande descoberta, refletindo igualmente na diminuição das áreas de matas e florestas. Entretanto, tratava-se de medidas para lidar com a escassez de víveres. Nos últimos séculos, pós-Revolução Industrial, ao contrário, a economia contemporânea passou a colocar o meio ambiente humano em perigo pela superprodução de mercadorias baseadas no padrão energético de combustíveis fósseis. Sendo assim, o aquecimento global é produto da atividade humana particular, determinada histórica e socialmente (TANURO, 2012).

A hegemonia de um sistema baseado na acumulação de capital a partir da produção e consumo ilimitados, à custa da exploração do trabalho, do consumo predatório da natureza e do estranhamento do homem em sua atividade produtiva e para com o conjunto da vida social, criou uma situação histórica sem precedentes, denominada “crise ecológica”. Em verdade, trata-se de uma crise social histórica da relação entre a humanidade e seu meio ambiente. De um lado, temos uma superprodução de mercadorias, que leva ao superconsumo e à acumulação de riquezas por uma pequena classe, e – de outro lado – o crescimento da pobreza e do subconsumo.

O monopólio sobre os recursos naturais essenciais para o modo de produção capitalista garante poder econômico e político para seus detentores a despeito do aquecimento global e dos desperdícios próprios da produção e distribuição de energia. Os governos, com eco na grande mídia corporativa, apelam cada vez mais para que cada um se esforce em diminuir o consumo de energia, como se o aquecimento e seus efeitos fossem uma questão de mudança moral, desviando o debate do problema central. Com efeito, a sede pelo lucro mantém sistemas de transporte e de energia elétrica concentrados e centralizados nas mãos de oligopólios, com altos índices de desperdício de energia, já que, em vez de percorrer longas distâncias, poderiam ser produzidas localmente. Nessa direção, os setores produtivos dependentes do petróleo impedem a utilização de recursos energéticos alternativos. Assim, após a segunda guerra mundial, o carro individual se tornou uma “necessidade”, se expandindo em escala global, apesar da emissão de gases poluentes.

Entretanto, quando o próprio sistema capitalista se propõe a intervir sobre a mudança climática (notadamente na época da hegemonia da orientação neoliberal), indica como saída a aposta no potencial econômico do mercado. Porto-Gonçalves (2013) denomina de “neoliberalismo ambiental” o processo de intensificação da privatização de recursos naturais, tornando-os objeto de compra e venda, impedindo o acesso de homens e mulheres aos mesmos.⁹⁶ A ideia que passa a vigorar é de favorecer as fontes renováveis, fixando um preço para o carbono que integra os custos dos danos do aquecimento, ao que os economistas denominam de “externalidades”. Todavia, como não estão baseadas na produção de mais-valor, torna-se inviável estabelecer preços para os elementos naturais. Nas palavras de Tanuro (2012, p. 92, trad. nossa):

[...] o problema é agora de saber o que integra [as externalidades] e como avaliamos em termos monetários o desaparecimento de uma espécie de borboleta, de uma paisagem, ou ainda de alguns milhões de pessoas sem recursos.⁹⁷

Na prática, o capitalismo “verde” objetiva transformar os fatores ecológicos, oriundos da ação humana sobre a natureza, em mais um ramo de fonte de lucro. Tem sido assim, por exemplo, com o protocolo de Kyoto, que estabeleceu que cada empresa poluidora tenha uma cota para emissão de CO₂, negociada com os governos. Caso o teto de emissão seja ultrapassado, a empresa é penalizada financeiramente. Mas para evitar as multas, ela pode comprar a cota de outras empresas que não atingiram seu teto e colocaram suas cotas à venda. Em síntese, o direito de emissão de gases poluentes nada mais é do que o direito de poluir a partir da lógica mercantil.

Em outros termos, por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), beneficiam-se empresas dos países desenvolvidos para investimento nos países em desenvolvimento como forma de compensação creditícia em função da poluição atmosférica nos países mais industrializados, o que provoca o efeito estufa. Com efeito, não se trata da redução da poluição, mas do estabelecimento de um negócio,

⁹⁶ Ao contrário do que se possa imaginar, a revolução tecnológica não fez com que a humanidade prescindisse dos recursos naturais. Na direção oposta, há uma intensificação da relação de expropriação: “Nos marcos da atual revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, três são os recursos naturais estratégicos, a saber: a energia, em suas diversas fontes, a diversidade biológica e a água” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 296).

⁹⁷ “Le problème est alors de savoir ce qu’on intègre et comment on évalue en termes monétaires la disparition d’une espèce de papillon, d’un paysage, voire de quelques milliers de personnes sans ressource”.

por meio de um mercado de compra e venda do direito de poluir, como indica a citação de Sachs por Porto-Gonçalves (2013, p. 345):

Em relação à diluição dos objetivos do Protocolo de Kyoto e o MDL, Ignacy Sachs afirmou que “bem mais grave, pelas suas implicações éticas e práticas, é a instituição de um mercado de direitos de poluir sob o pretexto de que esta seria a maneira de reduzir os custos da operação. Em vez de despoluir no lugar onde poluem, os poluidores passarão a comprar os direitos de poluir daqueles que estão abaixo de suas cotas e se dispõem a vendê-la a um preço inferior ao que teria custado a despoluição in loco [...]. Penso que os países membros da ONU tomaram a decisão equivocada ao instituir os indultos ambientais que dão aos países ricos a possibilidade de continuar as suas trajetórias ambientalmente insustentáveis em vez de promover uma mudança radical nos seus estilos de desenvolvimento e padrões de consumo”.

Tal saída econômica em vigor no neoliberalismo, com apoio da socialdemocracia e de correntes da ecologia política, nos remete à retomada do próprio conceito de valor. Segundo a teoria valor-trabalho de Marx, é a partir do trabalho abstrato, ou seja, da quantidade média de trabalho empregada na produção de mercadorias que estas podem ser trocadas, constituindo seu valor de troca. Assim, o modo de produção capitalista supera a força de trabalho como um recurso natural que produz valor de uso, transformando-a em uma força socialmente determinada para a produção de valor de troca, isto é, de mercadorias. O dinheiro é a expressão máxima do valor de troca, apresentando-se sob a forma do valor, ou seja, ele traduz qual a quantidade de trabalho que foi empregada na produção da mercadoria. Entretanto, seu conteúdo esconde a divisão do trabalho pago e do trabalho não pago, sendo este último apropriado pelos donos dos meios de produção. Dito de outra forma, o valor representa a quantidade média de trabalho socialmente necessária para transformar o trabalho morto, ou seja, os meios de produção realizados por outras gerações de trabalhadores, em mais capital. Trata-se portanto de expropriação dos trabalhadores a partir da relação de transformação da natureza para a produção de valores de troca.

Ao tratar do capitalismo maduro, Mandel considera que o uso intensivo de tecnologia resulta no aumento da produtividade média do trabalho, garantindo aos monopólios uma parte do mais-valor produzido em outros setores, mantendo seus lucros, como no caso das indústrias poluentes ligadas à siderurgia, petroquímica, cimento, produção elétrica, etc. Tal mecanismo, baseado na propriedade privada de recursos naturais (petróleo, gás, carvão...) e na extração de mais-valor, impede o investimento em energia limpa, por exemplo.

No contexto da crise ecológica e social, não adianta alterar o sistema energético se ele continua a gerar acumulação de capital, pois significa que a preocupação com o meio ambiente e a sociedade é puramente instrumental para os interesses do capital. Assim, sob o argumento de proteger a natureza, comercializa-se gás carbônico, ocupam-se terras indígenas, ou seja, florestas, para vender créditos de carbono, já que na lógica vigente culturas não totalmente integradas à produção mercantil são dispensáveis. Isso quer dizer que qualquer produção que se oriente pela lei do valor é guiada pelo roubo dos recursos naturais e pela exploração da força de trabalho, desmascarando toda ilusão referente ao “capitalismo verde”, ou neoliberalismo ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Sendo assim, podemos considerar que a aposta na corrida pelo lucro e na lógica da acumulação esconde que, na verdade, é necessário superar tal lógica, ou seja, não apenas mudar o padrão energético, mas diminuir radicalmente o gasto energético nos países desenvolvidos e conseqüentemente a produção e o transporte de matérias. Será preciso acabar com atividades inúteis, como a publicidade; nocivas, como a produção de armas, e insustentáveis, como a fabricação de automóveis, o deslocamento em grande escala de produção agrícola, oriunda do agronegócio, etc.

Mesmo num contexto já de algumas décadas de recessão produtiva, os lucros são retidos pelo mercado financeiro, a partir do aumento da taxa de exploração, deprimindo a demanda e aumentando o endividamento, bem como as desigualdades. Trata-se de uma dinâmica em que a taxa de lucro aumenta, a despeito da estagnação produtiva e da diminuição da acumulação (na verdade, ela se concentra em poucas mãos).⁹⁸ Assim, as negociações e especulações de “fundo verde”, a exemplo do mercado de carbono, além de não alterarem as mudanças climáticas e as condições de vida da humanidade, tendem a explodir em algum momento, deixando de realizar o lucro. Por outro lado, diante da recessão, a produção e o comércio mundial não têm como absorver contingentes crescentes de mão-de-obra sobrando, a exemplo das populações camponesas que, sem acesso à terra e sem ter como competirem com o agronegócio, tendem à penúria, à miséria,

⁹⁸ Husson (2009), inspirado em Mandel, avalia que se trata de um período inédito na história do capitalismo: o lucro não é fruto da acumulação, mas da distribuição das rendas financeiras, retiradas do valor criado. O resultado tem sido uma hiperconcorrência oriunda da mundialização, com disputas desiguais no mercado internacional do trabalho, da mercantilização generalizada (serviços públicos e proteção social) e expansão mundial da economia capitalista.

que levam à subnutrição e à fome. O “capitalismo verde” não resolverá portanto o antagonismo entre a lei do valor e a mudança climática, que tende a aumentar os danos sociais e ecológicos, cujos efeitos são mais nocivos para as populações pobres, notadamente para as mulheres, como os movimentos ecofeministas denunciam.

Destarte, a tendência é a piora da qualidade de vida, especialmente para as populações pobres mais expostas aos danos socioambientais, pois o aquecimento tem tido efeitos drásticos na produção agrícola mundial, além de catástrofes nas cidades, como inundações, aumento da poluição, etc.

A maioria das vítimas é recrutada – e, se nada muda, continuarão a ser – nos países pobres. As estatísticas da sensibilidade aos acidentes climáticos – não necessariamente devidos ao aquecimento – fornecem uma indicação: entre 2000 e 2004, algumas 262 milhões de pessoas foram afetadas cada ano pelos desastres meteorológicos; 98% dentre elas viviam nos países em desenvolvimento; enquanto que a proporção de pessoas afetadas era de uma sobre 1500 mil nos países desenvolvidos (países membros da OCDE), era de uma sobre 19 nos países em desenvolvimento, ou seja, 79 vezes mais (TANURO, 2012, p. 38, trad. nossa).⁹⁹

Ademais, sobre os deslocamentos migratórios, complementa:

A maior parte das pessoas suscetíveis de se mudar, daqui a 2050, em função do aumento do nível dos mares, vive nos países do Sul, onde as infraestruturas de proteção são insuficientes (TANURO, 2012, p. 38, trad. nossa).¹⁰⁰

Já em 1999, o número de refugiados do meio ambiente (em função da infertilidade dos solos, da seca, das inundações e do desflorestamento), passou o número de refugiados de guerra, alcançando a cifra de 25 milhões de pessoas. A situação é ainda mais dramática para as mulheres, pois constituem 80% do 1,3 bilhão de pessoas que vivem no limite da pobreza. Nos países em desenvolvimento, encontram-se diante de tarefas pesadas, como a coleta de lenha, além do trabalho agrícola mal remunerado. Já nos países desenvolvidos, as mulheres convivem com a precariedade do emprego, o trabalho em tempo parcial e baixos salários, dispendo de menos recursos para lidar com os efeitos do aquecimento.

⁹⁹ “La majorité des victimes sont recrutées – et, si rien ne change, continueront de l’être – dans les pays pauvres. Les statistiques de la sensibilité aux accidents climatiques – pas nécessairement dus au réchauffement – fournissent une indication : entre 2000 et 2004, quelque 262 millions de personnes ont été affectées chaque année par des désastres météorologiques ; 98% d’entre elles vivaient dans un pays en développement ; tandis que la proportion de personnes concernées était de une sur mille cinq cents dans les pays développés (pays membres de l’OCDE), elle était de une sur dix-neuf dans les pays en développement, soit 79 fois plus”.

¹⁰⁰ “La plupart des personnes susceptibles de devoir déménager d’ici 2050, par suite de la hausse du niveau des mers, vivent dans les pays du Sud où les infrastructures de protection sont insuffisantes”.

Diante desse cenário, a esquerda ora ignora o problema, ora fica na defensiva, chegando a sugerir que não há necessidade de mudar o modo de vida da maioria da população para que haja redução da produção material. Estamos de acordo com Tanuro (2012), que considera tal análise obsoleta, congelando questões consideradas como secundárias, como a ecológica ou mesmo a igualdade de gênero, dentre outras, até a posteridade da “Grande Noite”, isto é, até a revolução promovida pela classe trabalhadora. Na perspectiva ecossocialista, os padrões produtivos precisam mudar com urgência. Nesse sentido, Tanuro (2012) cita o exemplo da produção agrícola moderna, sua distribuição e consumo, que contribuem com cerca de 50% na emissão de gás de efeito estufa. Esmiuçando em números: as atividades propriamente agrícolas produzem entre 11 e 15% do gás carbônico mundial; o desflorestamento contribui com 15 a 18% e a manutenção, transporte e estocagem dos alimentos, com uma taxa de 15 a 20%, além dos resíduos orgânicos. Outros estudos demonstram que o modelo de desenvolvimento do agronegócio consome e desperdiça imensas quantidades de água na produção agrícola,¹⁰¹ além de envenenar as águas de rios, mananciais e aquíferos. Em oposição a esse modelo de desenvolvimento, o autor afirma:

Dados desse tipo mostram bem que a luta para a estabilização do clima no melhor nível possível não saberá se limitar à expropriação dos expropriadores poluentes: a mudança de relações de propriedade é apenas a condição necessária – mas insuficiente – de uma mudança social extremamente profunda, implicando modificações substanciais nos modos sociais de consumo e mobilidade. Tais modificações – se deslocar de outra forma, comer menos carne e consumir legumes da estação, por exemplo – devem ser colocadas em perspectiva a partir de agora, pois há urgência e elas têm efeitos imediatos (TANURO, 2012, p. 103, trad. nossa).¹⁰²

Tornando ainda mais desafiante a questão ambiental e civilizatória, Porto-Gonçalves (2013) afirma que o que se processa no mundo, desde meados dos anos 90, é o deslocamento das medidas de “desenvolvimento sustentável”, sobretudo mitigatórias, para a mercantilização acelerada dos recursos naturais, sob o

¹⁰¹ Para aprofundamento sobre a guerra da água em curso, quer dizer, seu processo de apropriação, consultar: PORTO-GONÇALVES, CW. O meio ambiente como mercadoria V: as contradições entre a teoria e a prática. In _____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (p. 413- 447)

¹⁰² “Des données de ce genre montrent bien la lutte pour la stabilisation du climat au meilleur niveau possible ne saurait se limiter à l'expropriation des expropriateurs pollués : le changement des rapports de propriété ne constitue que la condition nécessaire – mais non suffisante – d'un changement social extrêmement profond, impliquant des modifications substantielles des modes sociaux de consommation et de mobilité. Ces modifications – se déplacer autrement, manger moins de viande et consommer des légumes de saison, par exemple – doivent être mises en perspective dès maintenant, car il y a urgence et qu'elles ont des implications immédiates”.

argumento da contribuição para redução do aquecimento global. Tais medidas são capitaneadas por organismos financeiros internacionais, que ditam para o mundo o modelo de desenvolvimento a ser seguido, a partir de mudanças chamadas estruturais, que simplesmente não abalam as estruturas das reais causas do desafio ambiental; ao contrário, renovam-nas.

Nesse cenário, enquanto a OMC decide sobre as patentes mundiais dos organismos vivos, transformando-os num negócio dominado por grandes corporações, que têm implicações diretas sobre os direitos territoriais e sobre a apropriação de conhecimento de comunidades ditas tradicionais, o Banco Mundial financia as medidas do neoliberalismo ambiental, inclusive convocando a sociedade civil por meio das ONGs. Trata-se de instâncias hegemônicas por frações dominantes da burguesia, nas quais os países têm uma participação absolutamente desigual. Apela-se à dimensão técnica do conhecimento científico para escamotear o poder político dos países do centro do capital. Não por acaso, os especialistas são, sobretudo, dos EUA e de países centrais da Europa. Destarte, por exemplo, o Banco Mundial criou o Global Environment Facility (GEF), que gerencia as convenções de Diversidade Biológica e de Mudança Climática Global, bem como é promotor do Conselho Mundial da Água e da Comissão Mundial para a Água no século XXI. Nos termos de Porto-Gonçalves (2013, p. 374):

Como todo mecanismo imposto, seja a troca da dívida por natureza de modo explícito, seja por meio do MDL ou do MDF [Mecanismo de Certificação Florestal], terá as consequências que por fim acabam por se impor, sendo a mais decisiva delas a de, simplesmente, não atingir os próprios objetivos que diz perseguir, pelo fato essencial de se fazer apesar e à revelia das populações e por acreditar, sobretudo, nas boas intenções autoproclamadas pelos “países doadores”, organismos multilaterais, grandes organizações não governamentais e grandes grupos empresariais transnacionais. *A questão ambiental vai se tornando um grande negócio, inaugurando-se um verdadeiro neoliberalismo ambiental* [grifo nosso].

Na direção contrária ao “capitalismo verde”, Tanuro (2012) defende que, para viver melhor, deve-se trabalhar, produzir, transportar e consumir menos nos países capitalistas desenvolvidos. Para ele, a economia de tempo da qual Marx falava era para que o tempo livre possibilitasse uma vida melhor, o que nos leva a discutir o que é realmente necessário de ser produzido socialmente, em que quantidade e porquê. Nos termos do ecossocialista belga:

Ela [tal mudança] deve, portanto, ser acompanhada de uma divisão do trabalho disponível (a redução radical da jornada semanal do trabalho sem perda de salário, com diminuição de ritmo e emprego compensatório) e de uma redistribuição de riquezas – pelo fisco, a extensão do setor público e a gratuidade dos serviços básicos), sem os quais milhões de pessoas permanecerão desempregadas, outros milhões perderão seus empregos e toda uma parte da sociedade permanecerá privada de bens e serviços indispensáveis (TANURO, 2012, p. 103-4, trad. nossa).¹⁰³

Além da mudança no padrão da produção alimentícia e no tempo de trabalho socialmente necessário à produção, um programa de transição deve: estatizar o setor de energia; adotar o planejamento democrático em todos os níveis; aumentar os serviços públicos, sobretudo de transporte e moradia; garantir gratuidade de serviços básicos; criar um fundo mundial para adaptação sob o controle de movimentos sociais dos países em desenvolvimento; financiar pesquisas e interromper seu atrelamento às indústrias; expropriar bancos e organismos de crédito, pois a administração das finanças deve ser coletiva; realizar reforma agrária democrática e estimular a produção camponesa; produzir valores de uso duráveis.

Não obstante, mesmo no campo da esquerda, não há consenso sobre as formas de resistência ao capitalismo em sua versão neoliberal verde, nem sobre a luta para a sua superação. Hans Jonas, por exemplo, em 1979, teve o mérito de levantar a questão da nossa responsabilidade para com as próximas gerações. Mas sua perspectiva apostava em mudanças individuais, como Gorz (2014) já apontava, centrando-se na redução do consumo, descolada da produção e condenando a ideia socialista de uma vida de abundância para todos. Contudo, as ideias de Jonas se tornaram uma referência para os movimentos verdes.

Nessa esteira, a corrente do “decrescimento” aposta fundamentalmente na redução do consumo para a resolução dos dilemas ecológicos. Ela tem o mérito de trazer o debate para a esfera política, mas internamente é possível localizar posições de direita, que visam, por exemplo, impor – a partir do discurso científico – novas regras para a vida social sem tocar nas desigualdades, na exploração, etc. As posições, pretensamente de esquerda, não ultrapassaram a mera intenção de um anticapitalismo irrealizável na prática. Neste sentido, Tanuro (2012) avalia que

¹⁰³ “Elle doit donc s’accompagner d’un partage du travail disponible (la réduction radicale de la durée hebdomadaire du travail, sans perte de salaire, avec baisse des cadences et embauche compensatoire) et d’une redistribution des richesses – par la fiscalité, l’extension du secteur public et la gratuité des services de base -, sans quoi des millions de gens resteront au chômage, des millions d’autres perdront leur emploi et toute une partie de la société restera frustrée de biens et de services indispensables”.

Latouche não enxerga outro desenvolvimento para além do capitalista, legando-nos um retorno a um passado longínquo, ou a propor certos limites quantitativos ao capitalismo. Assim, propor sair do desenvolvimento, negando que o problema é o desenvolvimento capitalista, acaba por reforçá-lo, já que omite as contradições e antagonismos do próprio sistema. Nas palavras de Tanuro (2012, p. 196), o “decrecimento” inverte a questão, pois implica no seguinte: “não denunciamos mais o capitalismo, denunciamos o ‘desenvolvimento’ (abusivamente assimilado ao ‘crescimento’)” (trad. Nossa).¹⁰⁴ Em outros termos, apela-se para as escolhas individuais, fugindo da centralidade do problema, cujo cerne são as relações sociais capitalistas. Numa outra perspectiva, Paul Ariès (cf. TANURO, 2012), igualmente ligado ao “decrecimento”, buscou trazer aspectos coletivos de mudança, como a gratuidade da água enquanto um bem de necessidade básica.

Nesse cenário, as possíveis saídas para a crise contemporânea devem nascer não de iniciativas puramente individuais, mas da auto-organização dos produtores e da formação da consciência no sentido da construção coletiva das mudanças da luta de classes. Por esse caminho, perceber-se-á que a prioridade não é a transição para as energias limpas, que podem ser capturadas pelo capital, mas a diminuição do consumo de energia, repensando o conjunto da produção, distribuição e consumo dos bens socialmente úteis.

Assim, cabe indagar quem pagará essa conta e como produzir uma alternativa a esse modelo. Tanuro (2012) afirma que os desafios sociais e ambientais são indissociáveis e nesse sentido é preciso uma unidade em torno de uma ecologia de esquerda, em torno do ecossocialismo, pois se nos séculos XIX e XX a “questão social” imperava, no século XXI ela dá lugar à “questão ecossocial”. Michel Husson, prefaciando a obra de Tanuro (2012), nos oferece elementos para apostarmos que *não precisamos de um capitalismo verde, mas de um socialismo verde*¹⁰⁵. Um projeto verdadeiramente emancipatório, socialista, precisa considerar

¹⁰⁴ “On ne dénonce plus le capitalisme, on dénonce le ‘développement’ (abusivement assimilé à la ‘croissance’)”.

¹⁰⁵ Num ensaio de 2009, Husson, buscando referência na lei do valor-trabalho e nas análises do capitalismo pós-II Guerra Mundial de Mandel, desmonta o argumento de que o capitalismo transitará da orientação neoliberal para uma orientação “verde”, considerando alguns elementos centrais: a redução do uso de energia é incompatível com a manutenção da taxa de lucro; a produção de bens “verdes” não teria como ultrapassar o resto da economia, retendo uma parte do mais-valor da produção de mercadorias para consumo, isto é, reproduz a mesma lógica capitalista; o investimento em tecnologias limpas demandaria um gasto adicional em trabalho e a economia de trabalho vivo não teria como ser acelerada para compensar o gasto com tecnologias (trabalho morto); quanto às ecotaxas, a tendência é que interfiram na lógica concorrencial, freando a rotação do capital e gerando

os limites naturais e a necessidade de seu uso racional e sustentável. Os desafios sociais e ecológicos nos são, portanto, inescapáveis neste século, conforme o autor nos indica:

O aquecimento, em efeito, não é um problema estritamente ambiental, mas um desafio global. De todos os fenômenos ambientais, ele é o que significa mais claramente que a humanidade de hoje não produz apenas a sua existência social, mas também, ao mesmo tempo, a natureza que envolve e condiciona esta existência, e em uma escala planetária. Desde então, um programa anticapitalista digno desse nome deve permitir aos explorados e aos oprimidos determinar não apenas a sociedade, mas também a natureza que eles querem, para eles e suas crianças. Visto as relações entre esses dois aspectos, o verdadeiro desafio não é integrar a ecologia ao socialismo, mas integrar o socialismo à ecologia (TANURO, 2012, p. 206-7, trad. nossa).¹⁰⁶

Em síntese, a questão não é interromper o desenvolvimento, mas colocar a ciência e as técnicas a serviço das necessidades democraticamente definidas, interrompendo sim a destruição dos meios que nos permitem viver, isto é, o desenvolvimento capitalista. Nessa direção, Harribey (2013) afirma que as lutas atuais devem se mover pelo esforço de limitar o mercado e o lucro. Tratando da particularidade da nossa pesquisa, devemos reconhecer o papel da resistência e das lutas dos camponeses e comunidades tradicionais nesse enfrentamento.

Neste primeiro momento, nosso esforço foi o de matizar o debate sobre desenvolvimento, notadamente sobre o desenvolvimento capitalista e seus deletérios efeitos sociais e ecológicos, bem como as alternativas construídas e as vislumbradas. Vimos que se trata de um tempo histórico e material de desenvolvimento que reatualiza a teoria valor-trabalho. Ou seja, ainda que admita reformas sob novas roupagens, como o “desenvolvimento sustentável” e o “capitalismo verde”, o ciclo da produção e reprodução da intensificação da exploração da força de trabalho e do consumo ilimitado dos recursos naturais não só não foram apagados, como renovados. Assim, as saídas neoliberais para a crise do

instabilidade econômica. Destarte, a análise de Husson contribui para revelar a falácia do “capitalismo verde”.

¹⁰⁶ “Le réchauffement, en effet, n’est pas un problème strictement environnemental mais un défi global. De tous les phénomènes environnementaux, c’est celui qui nous signifie le plus clairement que l’humanité d’aujourd’hui ne produit plus seulement son existence sociale mais aussi, en même temps, la nature qui entoure et conditionne cette existence, et ce à l’échelle planétaire. Dès lors, un programme anticapitaliste digne de ce nom doit permettre aux exploités et aux opprimés de déterminer non seulement la société mais aussi la nature qu’ils veulent, pour eux et leurs enfants. Vu les rapports entre ces deux aspects, le véritable défi n’est pas d’intégrer l’écologie au socialisme, mais bien d’intégrer le socialisme à l’écologie”.

capital, indissociada da crise ecológica, e, portanto, civilizatória,¹⁰⁷ continuam a esconder, agora sob o manto verde, a contraface da riqueza apropriada, isto é, a miséria, a fome, a violência, sobretudo contra as mulheres.

Em outros termos, falamos da barbárie em que jorram o vermelho do sangue de nossos trabalhadores e do meio ambiente humano, o que nos remete inevitavelmente ao chamado de Galeano (2013, p. 243), quando este afirma que: “o desenvolvimento [capitalista] é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”. Com efeito, a provocação inicial era se o desenvolvimento econômico promoveria o desenvolvimento humano, mas a realidade nos parece incontestável: o desenvolvimento econômico capitalista obstaculiza a emancipação humana. Esta deve ter como condição a liberação do homem em relação à produção de valor, suas estruturas e sua dominação ideológica. Dessa forma, num movimento contraditório no seio da própria sociabilidade capitalista, os movimentos e organizações dos trabalhadores rurais e urbanos vêm empreendendo esforços para que a humanidade rompa com o estranhamento social e construa uma nova sociabilidade pautada por uma produção que busque o equilíbrio entre as necessidades sociais e a ecologia.

Nesse sentido, a questão suscitada provocativamente nesse capítulo, se o “desenvolvimento sustentável” se alinha a um projeto reformista ou revolucionário, permanece em aberto. Apesar do seu vigor em colocar no centro do debate os rumos da humanidade no último século, verificamos que seu processo de institucionalização pelas instâncias formais da sociabilidade capitalista tem transformado tal perspectiva numa nova fonte de mercado, o mercado do capitalismo verde e, portanto, de lucro. Na crítica a esse processo, torna-se translúcido que a salvaguarda do meio ambiente humano é uma tarefa socialista de primeira ordem, tendo em vista que para o capital se trata apenas de regular o direito de privatizar os recursos naturais, de organizar a gestão da sua exploração, ao fim e ao cabo, de degradá-lo. Nessa direção, as contribuições de Mészáros (2002), Clark e Foster (2010) são preciosas na indicação de que a crítica rigorosa aos danos socioambientais oriundos do desenvolvimento tipicamente capitalista passa necessariamente pela construção revolucionária do socialismo.

¹⁰⁷ Harribey (1998) considera que a crise não é apenas econômica, mas social, pois as relações de produção encontram seu limite na insustentável repartição das riquezas produzidas, na insustentável repartição do trabalho através da socialização dos ganhos de produtividade e da insustentável repartição dos recursos naturais entre as gerações.

Esse debate é de suma importância para o Serviço Social nos níveis da formação e da prática profissionais, pois as questões socioambientais afetam sobremaneira as populações pobres e vulneráveis diante do poder do capital. Nesse cenário de desumanização e barbarização da vida social nosso campo de conhecimento deve estar munido de subsídios teórico-políticos contribuindo para o acesso aos direitos e para lutas sociais que apontem um alargamento do horizonte social, como afirma Silva (2012, p. 17-18):

Para o Serviço Social, faz-se cada vez mais premente desenvolver esforços no sentido de apreender a questão ambiental como totalidade historicamente determinada, bem como na natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, tendo em vista que parcela crescente de seus profissionais vem sendo interpelada, cotidianamente, a intervir nas refrações da destrutividade ambiental, assim como o são nas manifestações da “questão social”.

No próximo capítulo, buscaremos avançar ao encontro de outra provocação introdutória, a de que o desenvolvimento capitalista atribuiu histórica e ideologicamente à agricultura de base camponesa e às comunidades tradicionais o atraso que impedia a modernização e o progresso. Nesse sentido, nos aproximaremos do debate sobre o papel da agricultura no desenvolvimento capitalista e para além dele. Em seguida, buscaremos compreender as lutas camponesas, notadamente no Estado do Rio de Janeiro, diante do projeto de desenvolvimento em curso, implementado pelas mãos do Estado.

2 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NA ORDEM DO CAPITAL

Consideramos ainda a autossuficiência um grande bem; não que devamos nos satisfazer com pouco, mas para nos contentarmos com esse pouco caso não tenhamos o muito, honestamente convencidos de que desfrutam melhor a abundância os que menos dependem dela; tudo o que é natural é fácil de conseguir; difícil é tudo o que é inútil. Os alimentos mais simples proporcionam o mesmo prazer que as iguarias mais requintadas, desde que se remova a dor provocada pela falta: pão e água produzem o prazer mais profundo quando ingeridos por quem deles necessita. Habituar-se às coisas simples, a um modo de vida não luxuoso, portanto, não só é conveniente para a saúde, como ainda proporciona ao homem os meios para enfrentar corajosamente as adversidades da vida: nos períodos em que conseguimos levar uma existência rica, predispõe o nosso ânimo para melhor aproveitá-la, e nos prepara para enfrentar sem temor as vicissitudes da sorte

Epicuro

Inicialmente, trilhamos o caminho da crítica tanto à economia política quanto à ecologia política, para matizar o debate contemporâneo sobre desenvolvimento, sobretudo a face que ganha vulto internacional nas últimas décadas, isto é, a “sustentável”. Doravante avançaremos na relação histórica entre agricultura e desenvolvimento, dando destaque ao período moderno em que as relações sociais capitalistas surgiram, se consolidaram, se expandiram e dominaram sobremaneira, ainda que de formas diferenciadas, as nações, seus indivíduos, grupos e classes sociais.

Neste período, grosso modo, a agricultura passa a integrar um processo de privatização das terras, em nome da produção de lucro e geração de renda, tornando a terra um sinônimo de aumento indiscriminado da produtividade, rompendo com sua construção social como um elemento da natureza à disposição do atendimento às necessidades humanas universais. Desde então, através do desenvolvimento tecnológico permanente, a produção agrícola aumentou significativamente no mundo, ao mesmo tempo em que produziu e continua a produzir em escala planetária uma massa de não proprietários, isto é, sem-terras, de subnutridos e famintos. Sendo assim, a mercantilização do alimento, algo indispensável à vida humana, tornou-se uma das formas mais perversas de mercantilização da vida, tornando-a supérflua vis-à-vis a propriedade privada e a ideologia que a legitima. Com efeito, a promessa moderna de progresso, que alçaria

a humanidade do mundo da carência, pré-capitalista, para o mundo da abundância, capitalista, precisa ser compreendida em sua complexidade, se tomamos como referência política a superação de tal estado de desumanização no qual nos encontramos na atualidade.

Destarte, buscaremos compreender os elementos constituintes e determinantes para os avanços e a consolidação das relações, não apenas econômicas, mas sociais, que têm dado larga vantagem ao acúmulo de capital, em detrimento do desenvolvimento da humanidade, sobretudo desde o século XVIII até o presente.

2.1 TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO E AS REVOLUÇÕES AGRÍCOLAS MODERNAS

Confrontando a tese da economia clássica, de que o homem tendia naturalmente para o lucro individual, fruto das trocas, Karl Polanyi, historiador econômico e antropólogo, em *A grande transformação* (sua obra clássica, de 1944), argumenta que, ao contrário, a supremacia do mercado como algo que domina a economia e o conjunto das relações sociais é algo extremamente recente na história da humanidade.

Corroborando a tese da economia clássica, Adam Smith defendia que o mercado e a divisão do trabalho eram constitutivos da condição humana, isto é, o homem tendia naturalmente para a barganha, a troca, a permuta, o lucro (cf. POLANYI, 2000). Com esse pressuposto não sendo comprovado pela processualidade histórica real, os sucessores dos economistas clássicos passaram a desprezar as formas “primitivas” de organização econômica e social, relegando-as ao status de “não civilizadas”, para demarcar uma suposta profunda diferença da Europa ocidental frente aos outros povos. Segundo Polanyi (2000), as organizações sociais anteriores ao capitalismo se caracterizaram pelo regimento dos princípios da reciprocidade, da redistribuição, ou da domesticidade, ou mesmo de uma combinação entre os mesmos.

É apenas no século XVI que os mercados passaram a se expandir na Europa e, mesmo assim, ainda não de forma autorregulada. Não por acaso, seu crescimento foi acompanhado de controle através de regulamentos, pois ainda estava subjugado às relações sociais feudais vigentes. A grande transformação

(quer dizer, quando o mercado, que não era o centro da economia, deixa de ser um mero complemento das relações sociais e as relações sociais é que passam a integrar o sistema econômico), só vigorará plenamente a partir do século XIX, sobretudo com a separação entre economia e política. Em outros termos, os mercados isolados, submetidos às regras da sociedade, dão lugar a uma economia de mercado que passa a determinar as relações sociais.

O autor agrega que esse salto não foi oriundo dos mercados locais ou de longas distâncias, pois estes não se davam por meio da competição, mas por trocas de mercadorias viáveis de serem transportadas e que já existiam há milênios. Enquanto o comércio externo se dava pela troca de produtos em função da sua ausência em determinadas regiões, o mercado local se caracterizava pela troca entre vizinhanças, baseado nas cidades que, por sua vez, impediam que o mercado se expandisse para o meio rural e alterasse a organização econômica. Ou seja, as práticas de mercado eram importantes para as comunidades, mas não reduziam todo o sistema econômico aos seus padrões. Dessa forma, reitera-se que o mercado era um complemento assessorio da organização social.

No que diz respeito à ausência da lógica competitiva no comércio de longa distância, Wood (2001, p. 80) complementa Polanyi:

Esse tipo de comércio assumia a forma de uma “arbitragem comercial entre mercados separados”. Comprar barato num mercado e vender caro em outro era o princípio operacional, e não a competição num único mercado integrado. Se havia competição, ela não assumia a forma de uma produção competitiva e eficiente em termos de custos. Certas condições essencialmente “extra-econômicas”, como a dominação dos mares e outras vias de transporte, ou instituições financeiras e instrumentos de arbitragem altamente desenvolvidos, eram a chave da vantagem comercial. Esse tipo de comércio, predominantemente de artigos de luxo para um mercado bastante restrito, não trazia em si mesmo o impulso de aumentar a produtividade. *A vocação principal do grande mercador era a circulação, não a produção* [grifo nosso].

Com efeito, a inovação foi dada pela emergência do comércio interno, ou nacional, que possibilitou que mercadorias similares competissem no mercado para troca. Ademais, ao contrário do mito da autorregulação, o estabelecimento de um comércio nacional só foi possível pela intervenção do Estado centralizado. Vejamos como se deu esse processo.

Os burgueses tinham interesse em dominar o comércio local que era limitado por uma produção ainda não industrializada. Seus direitos estavam circunscritos à “municipalidade” da cidade medieval. Ademais, para manter as relações sociais

vigentes nos feudos, havia uma preocupação de que o comércio não adentrasse o meio rural, estabelecendo uma competição entre cidade e campo, ou seja, um mercado nacional que seria difícil de controlar. Esse protecionismo medieval só foi vencido quando os Estados passaram a envidar esforços para fomentar uma política mercantilista, em que não houvesse limites para o mercado nacional. Dessa forma, as fronteiras entre cidade e campo foram superadas.

Como condicionalidades para a expansão da política mercantil (entre os séculos XV e XVI), Polanyi (2000) destaca que politicamente tornou-se necessária a unidade entre cidades fragmentadas para a organização de uma estrutura interna comercial, conseqüentemente passando a haver um poder central não mais circunscrito às municipalidades ou feudos; na política externa se fazia essencial um poder soberano que controlasse os recursos do território nacional, canalizando-os para empreendimentos externos, ou seja, os capitais privados passaram a ser investidos no desenvolvimento do comércio. Destarte, as cidades fortificadas, que protegiam seu comércio local, deram lugar à expansão dos negócios e do comércio em escala nacional exercendo um novo domínio nas atividades econômicas, tornando sem sentido as fortificações.

A questão que se impôs doravante foi a proteção do mercado nacional, pois juntamente com ele surgiram os riscos da competição e do estabelecimento do monopólio, colocando em risco a própria organização social. A solução que emergiu nesse contexto foi a regulamentação da vida econômica. Em síntese, essa digressão histórica, proporcionada por Polanyi (2000), ajuda-nos a romper com os mitos da ideologia liberal, quais sejam: os homens nasceram para a troca, o comércio e o lucro, e o mercado se desenvolveu de forma autorregulada.

Ao contrário, tal experiência é recente na história da humanidade e foi através de uma política de controle que surgiu um mercado nacional competitivo, ao lado do mercado local e do mercado externo, ou às vezes sobrepujando-os. Nesse bojo, em boa medida, o meio rural ainda permaneceu caracterizado por uma domesticidade autossuficiente. Entretanto, passou a conviver com o crescimento de uma agricultura estruturada pela organização do mercado interno que gradualmente passa a complementar os sistemas autossuficientes. Destarte, a estrutura do comércio cresceu sobremaneira pela iniciativa estatal, mas sem ainda dominar o conjunto das relações sociais. Em síntese, para o autor supracitado:

A “libertação” do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação. O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social (POLANYI, 2000, p.88).

Para que o mercado se tornasse central na organização econômica, medidas políticas foram sendo implementadas no sentido de possibilitarem a mercantilização de três elementos fundamentais para a indústria, quer dizer, a terra, o trabalho e o dinheiro. Enquanto nas formações anteriores a economia não estava separada da sociedade, no século XIX a economia passa a ser algo distinto da organização social e política, possibilitando a expansão da mercantilização das relações sociais através de decisões políticas e jurídicas. Com efeito, destaca-se nesse processo a transformação de elementos mercantis fictícios (posto que trabalho, terra e dinheiro não são originariamente mercadorias e, portanto, não objetivavam a relação de compra/venda), na base estruturante de mercados reais. Nas palavras de Polanyi (2000, p. 94):

Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. *Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia* [grifo nosso].

Em outros termos, até o século XVIII, havia o domínio do lucro pela via dos negócios de compra e venda, com o mercador tendo um papel de destaque no provimento da matéria-prima para a indústria doméstica. Nesse período, os trabalhadores ainda tinham posse dos seus instrumentos de trabalho e não se alterou significativamente a organização do trabalho. Não obstante, a partir do século XIX esse cenário é alterado pelo investimento em maquinaria e fábricas para produção em larga escala.¹⁰⁸ Desse modo, a indústria deixa de ser assessória ao comércio para se tornar autônoma a partir do desenvolvimento do sistema produtivo fabril. Essa inversão, em que não é mais o mercado que domina a produção, mas esta é que passa a determinar o mercado, só foi possível com a disposição à venda

¹⁰⁸ Como veremos adiante, nesse ponto, Wood (2001) discorda de Polanyi (2000), pois defende que não foi o desenvolvimento tecnológico que determinou a emergência do capitalismo industrial, mas as transformações fundiárias na Inglaterra.

dos elementos constitutivos da indústria, isto é, o trabalho, a terra e o dinheiro. Assim, o controle desses elementos deixa de ser fictício, como afirmara Polanyi (2000), e tornam-se a mais pura realidade no domínio da sociabilidade do capital, fazendo emergir um novo cenário para a luta de classes.

Nessa direção, a situação da Inglaterra é emblemática, tendo em vista que foi pioneira no desenvolvimento industrial. Inicialmente, mudanças jurídicas foram determinantes para uma nova organização do mercado de trabalho, liberando os servos das localidades para um mercado nacional que remunerava o trabalhador de forma assalariada. Em outros termos, a massa de camponeses desprovidos de terras passa a ser mão de obra para a indústria nascente. Não por acaso, Polanyi (2000) e Wood (2001) consideram que, sem as transformações que ocorreram no meio rural inglês, a partir dos cercamentos, sobretudo com sua institucionalização no século XVII, isto é, sem alteração da estrutura da propriedade privada em função da produção voltada para o mercado, a revolução industrial não encontraria as condições materiais para acontecer.¹⁰⁹ Com efeito, Polanyi (2000, p. 115) afirma: “Grande parte do dano social ocorrido no campo inglês se originou, inicialmente, nos efeitos desarticuladores que o comércio exerceu diretamente no campo. A revolução agrícola antecedeu definitivamente a revolução industrial”.

Grosso modo, em concomitância com as alterações na estrutura fundiária, medidas políticas, que inicialmente visavam “proteger” os pobres rurais e sua indústria doméstica ou, melhor dizendo, os poderes que se beneficiavam dessa organização social, caminharam para a conformação do trabalhador assalariado. Destarte, a Reforma da Poor Law (em 1834) consolidou essa transformação, que vinha se dando processualmente, em que a assistência diante do aumento do pauperismo, não só no campo, mas na cidade, foi sendo abolida em nome de uma economia de mercado. Tal sistema transformou, portanto, o homem em trabalhador e a natureza em terra, ou seja, em mercadorias para compra e venda, mediadas pelo dinheiro como meio de troca. Não obstante, o encontro dessas mercadorias era um negócio altamente arriscado, posto que a ausência ou abundância desses elementos e sua repercussão nos preços no mercado poderia levar todo o sistema à falência.

¹⁰⁹ Como já vimos no capítulo 1, Marx (1984a) agrega ao processo de acumulação primitiva (ou primária, ou originária) a colonização e sua expropriação avassaladora e o conjunto de leis que surgiram na Inglaterra para forjar moralmente a classe trabalhadora e seu correspondente mercado de trabalho.

A essa altura do século XIX, já se tornara evidente que a produção da riqueza era acompanhada pelo pauperismo galopante. Nesse contexto, dois princípios se enfrentam num cenário de acirramento da luta de classes: o liberal e o da proteção social. Enquanto os trabalhadores ensaiavam sua organização, desde o socialismo utópico, como expressaram as experiências locais cooperativas de Owen, até o científico, com a sua organização internacional, buscando autonomia política em relação à burguesia, o liberalismo galgava largos passos no Parlamento e na estrutura administrativa do Estado, representando os interesses da burguesia capitalista. A defesa liberal do mercado autorregulado, segundo Polanyi (2000), escondia o fato de que a liberdade do mercado só foi possível através do intervencionismo contínuo e centralizado do Estado, a quem coube a administração da liberdade do sistema. Ou seja, tal mercado nunca passou de uma ilusão, sendo substituído pela autoproteção realista, como demonstrou categoricamente a crise econômica no início do século XX. Debate este que abordamos no primeiro capítulo desta pesquisa.

Por ora, devemos reter dessa contribuição essencial de Polanyi (2000) à desmistificação e, por consequência, à desnaturalização das relações sociais capitalistas. Seu estudo foi revelador no sentido de afirmar esta experiência recente na história da humanidade, rompendo com a ideologia liberal que considera o ser humano como naturalmente voltado para a troca, para o comércio e para o lucro. Avançando nessa tese, Ellen Wood (2001) segue nessa linha de contestação inaugurada por Polanyi. Não obstante, indica que a concepção, que denomina de “modelo mercantil” (forjado pela economia política clássica e pela ideia iluminista de progresso), influenciou o próprio pensamento marxista no sentido de naturalizar o desenvolvimento tecnológico como uma tendência humana, levado a cabo pelas revoluções burguesas, obliterando a especificidade capitalista. Nesse sentido, a autora afirma:

Nesse tipo de argumentação a industrialização torna-se o resultado inevitável das inclinações mais fundamentais da humanidade – dado que a necessidade específica e singular do capitalismo de revolucionar constantemente as forças de produção é uma mera extensão e aceleração de tendências universais, transistóricas e quase *naturais*. Assim, a linhagem do capitalismo evolui, naturalmente, do mais antigo mercador babilônico ou romano para o habitante dos burgos medievais, para o primeiro burguês moderno e, finalmente, para o capitalista industrial (WOOD, 2001, p. 14, grifo da autora).

Em outros termos, esse tipo de abordagem mascara a particularidade da formação capitalista, tratando-a ora como similar ao comércio, ora como uma mera expansão quantitativa deste, ou ainda como uma evolução natural do desenvolvimento tecnológico.¹¹⁰ Ainda que o mercantilismo e o imperialismo europeus tenham condicionado o surgimento do capitalismo, não se pode eliminar que há alternativas no processo histórico. Para a autora, não se trata de um debate puramente inócuo, pois para pensar as alternativas futuras ao capitalismo é preciso explorar e conhecer as condições históricas de sua gênese, libertando-nos da herança cultural da Europa ocidental que considera que a humanidade não tem como escapar do mercado, já que ele sempre esteve na base das relações entre os homens, sendo promovido ao grande mediador social pelo impulso do desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido, faz-se mister compreender a experiência inglesa, que reuniu determinações relevantes que culminaram no desenvolvimento do capitalismo industrial. Diferenciando-se das abordagens que reiteram o “modelo mercantil”, Wood (2001) busca as contribuições dos marxistas Brenner e Thompson. O primeiro destaca que o mercado se tornou um imperativo e não uma questão de aproveitamento de oportunidades. Com efeito, no meio rural inglês, com as mudanças fundiárias, os grandes proprietários de terras, arrendatários capitalistas e assalariados se viram diante da imposição do melhoramento agrícola para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a lucratividade. A questão essencial foi a privação do acesso à terra que alterou a dinâmica econômica e social. Assim, enquanto os não proprietários ficaram à mercê das oportunidades, os grandes proprietários transitaram da extorsão extraeconômica para apropriação da renda capitalista. Já os arrendatários tiveram que investir cada vez mais no aumento da produção para poder ter lucratividade, pois parte dela era destinada ao pagamento da renda aos proprietários de terra. Abriu-se, então, um nível de competição que foi promovendo uma diferenciação social a ponto de intensificar as expropriações de terra. Em síntese, as classes sociais fundamentais do campo foram compelidas pela competição do mercado culminando num processo de concentração de terras e liberação maciça de mão de obra. Nos termos de Wood (2001, p. 61):

¹¹⁰ Não é nosso objetivo aqui recuperar na íntegra tal debate e suas polêmicas, mesmo no campo marxista, que envolvem a temática da transição ao capitalismo. Para tal aprofundamento, conferir a primeira parte de Wood, E. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

O proletariado de massa foi o *fim* e não o começo desse processo. Não é demais ressaltar o quanto, para Brenner, a dependência dos agentes econômicos em relação ao mercado foi uma causa e não um resultado da proletarização [grifo da autora].

Enquanto Brenner revelou a transformação da natureza do comércio e dos mercados pelas condições específicas criadas no meio rural inglês, E.P. Thompson destacou como os imperativos do mercado conduziram à industrialização. O processo de proletarização na Inglaterra foi caracterizado pela intensificação e disciplinamento da mão de obra. Para o autor, a industrialização não pode ser explicada pelo mero desenvolvimento técnico. Na verdade, este foi resultado, e não causa, das leis de movimento capitalistas que impulsionaram o aumento da produção como meio de elevar a lucratividade. Assim, Thompson mostrou que no século XVIII o trabalho braçal participou, tanto quanto a produção fabril e suas máquinas, da revolução industrial. Com efeito, o determinante para alterar as relações econômicas e sociais foi a imposição do mercado como o grande mediador, transformando as relações comunais. Assim como Polanyi, Thompson afirmou que o papel do Estado no estabelecimento desse mercado foi essencial. Em síntese, Wood (2001, p. 69) afirma: “A coerção do Estado, em outras palavras, foi necessária para impor a coerção do mercado”.

Como previamente anunciado por Polanyi, é preciso observar as mudanças que estavam ocorrendo no meio rural inglês. Wood (2001) retoma essa tese avançando no debate, estabelecendo um diálogo crítico com Polanyi. Para a autora, o capitalismo não surgiu na cidade com o comércio urbano, aproveitando-se dos interstícios da sociedade medieval, nem tão pouco o capitalista era necessariamente burguês.¹¹¹ Não se tratou de uma expansão quantitativa do comércio, mas, ao contrário, de uma inflexão nas relações humanas que rompeu com padrões seculares de interação do homem com a natureza. Sendo assim, a diferenciação entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas não reside nessa expansão do comércio nas cidades, mas na alteração das relações de propriedade entre produtores e apropriadores, o que permitiu que o trabalho excedente, tanto na indústria quanto na agricultura, isto é, tanto na cidade quanto no campo, fosse apropriado por meios econômicos. Em outros termos, como os produtores diretos

¹¹¹ Cf. Wood (2001), sobretudo as passagens das páginas 23, 63 e 64.

perderam o direito à propriedade, os capitalistas passaram a se apropriar do trabalho excedente sem nenhuma coação direta.

O mercado se tornou determinante para as classes sociais se reproduzirem a partir do momento em que dominou a produção de algo vital para a humanidade. Nos termos de Wood (2001, p.78): “A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupôs sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: **o alimento**” (grifo nosso). Com efeito, a dependência do mercado, fez com que a produção fosse movida pela competição, acumulação e maximização dos lucros, numa busca incessante por novos mercados.

A Inglaterra foi o país que reuniu as condições necessárias para que a economia de mercado se estabelecesse. No século XVI, o país já tinha avançado na centralização do poder, superando a fragmentação feudal; dispunha de uma rede de estradas e transporte de água; Londres já era um grande e estabelecido centro do mercado nacional. Ademais, havia uma concentração de terras ímpar, em comparação com o restante da Europa, que possibilitou que os latifundiários inovassem no seu uso, a exemplo do arrendamento das terras. Assim, surgiu o mercado de arrendamentos, obrigando os arrendatários a competirem para terem acesso à terra, bem como aos consumidores. A contratação salarial se tornou um meio para aumentar a produtividade, beneficiando-se de uma massa crescente de não proprietários com a diminuição, mas não o desaparecimento, do campesinato. Em consequência, essa tríade de latifundiários, arrendatários e assalariados tornou possível uma agricultura intensivamente produtiva e especializada, através dos melhoramentos¹¹² e do barateamento da mão de obra, em concomitância com a intensificação do trabalho, possibilitando o barateamento de produtos agrícolas para o mercado interno. Sem essa revolução agrícola, seria improvável a emergência da revolução industrial na Inglaterra que, por meio da competição por novos mercados, compeliu outros países a adotarem a industrialização em seus processos produtivos, expandindo para o comércio internacional a dinâmica do seu mercado interno. Essas foram, portanto, as condições particulares originárias para o surgimento do mercado

¹¹² No século XVII, Locke defendeu a propriedade individual como um direito natural. Suas ideias sobre o direito de propriedade fundamentaram o melhoramento da terra pelo meio do trabalho. Ou seja, é o trabalho que faz com que a terra se torne produtiva e lucrativa (WOOD, 2001). No século XVIII, os cercamentos avançaram rapidamente pela via de medidas parlamentares, recorrendo-se aos melhoramentos para justificar a propriedade da terra, tanto na Inglaterra quanto em suas colônias. Diferentemente da França, não houve um confronto entre burguesia e aristocracia; ao contrário, na Revolução Inglesa, a própria aristocracia foi empreendedora do capitalismo, defendendo os melhoramentos contra os direitos consuetudinários das classes subalternas.

como o grande mediador das relações sociais, tornando-se o novo terreno para a luta de classes.

A esse conjunto de transformações fundiárias, jurídicas, sociais, políticas, culturais, que estão na base do capitalismo, Mazoyer e Roudart (2010) acrescentam o aspecto técnico da revolução agrícola. Esta se caracterizou pela substituição do alqueive (terra preparada para repouso), com tração pesada pelo plantio de plantas forrageiras e pastagens artificiais, para o desenvolvimento de criação animal e esterco. Onde esse sistema passou a vigorar, aumentou a produção e a renda cerealífera e houve revolução industrial. O aumento exponencial da produção agrícola para o mercado passou a exigir mais terras e mão de obra suplementar, o que foi tornando a agricultura camponesa na Inglaterra residual, posto que para competir no mercado teria que necessariamente sobrecarregar toda família durante todo o ano em funções como manutenção de equipamentos e galpões, reforma de cercas, fabricação de instrumentos, tecelagem, trabalho doméstico, etc.

Em síntese, resguardadas algumas diferenças de compreensão acerca das determinações históricas materiais e subjetivas na transição para o capitalismo, o conjunto de autores supramencionados identificou em comum a intrínseca relação entre as revoluções agrária e agrícola e a revolução industrial. Nos termos de Mazoyer e Roudart (2010, p. 372-3):

Um requisito indispensável para um desenvolvimento importante e duradouro das atividades industriais e comerciais foi o aumento da produtividade agrícola e a formação de um excedente agrícola expressivo (da ordem de 50% da produção) que não se reduzisse abaixo de um certo limite, mesmo no caso de algum sobressalto ou acidente. *Isso significa que a primeira revolução agrícola condicionou fortemente o impulso da primeira revolução industrial* [grifo nosso]. Graças à sua produtividade elevada, a nova agricultura pôde fornecer simultaneamente e de modo duradouro à indústria nascente matérias-primas, mão de obra, víveres em quantidades suficientes e a bom preço, assim como capital. E em retorno, essa agricultura mais produtiva e grande consumidora de ferro, de ferramentas, etc. tornou-se um mercado cada vez mais importante para os produtos da indústria.

Foi assim que nos séculos XVI e XVII a produção de lã se desenvolveu no entorno das manufaturas de tecido em Flandres e na Inglaterra. No caso inglês, como já mencionado, a manufatura foi impulsionada pelos cercamentos e seu processo crescente de apropriação das terras de camponeses que passaram a mendigar, a se assalariar, a migrar para as cidades ou mesmo para as colônias de

povoamento. No século XVIII, a revolução industrial se expandiu para a mineração e siderurgia, sendo incorporada pela França e Alemanha.

A revolução no sistema de transporte, marítimo e férreo, contribuiu de forma ímpar para a busca de adubos que aumentaram a produção, barateando seu custo. Desde então, o capitalismo busca administrar as crises de superprodução.

Mazoyer e Roudart (2010) avançam afirmando que a forma assalariada de contratação não fez com que as demais desaparecessem. Até mesmo em países que optaram por reformas fundiárias que garantiram grandes latifúndios concentrados nas mãos de poucos proprietários, como no caso da Inglaterra e da Prússia, o campesinato não desapareceu.¹¹³ Em suas palavras:

Assim, nasceu um novo sistema econômico e social, cujo capitalismo industrial, agrícola, comercial e bancário constituiu, sem dúvida alguma a novidade mais notável. Todavia, as empresas estritamente capitalistas, que utilizavam assalariados, estavam longe de ocupar todo o espaço. Muito pelo contrário. Na maioria dos países industrializados, a economia camponesa familiar continuou sendo nitidamente predominante e, mesmo na Inglaterra e na Prússia, não desapareceu. Além do mais, em todas as outras áreas do artesanato, do comércio, dos transportes, etc. a empresa familiar sem assalariados continuou a ocupar um lugar importante (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 396).

2.2 EXPANSÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E FINANCEIRO E AS REVOLUÇÕES AGRÍCOLAS DO SÉCULO XX

A entrada no século XX foi marcada pela continuidade da crise econômica que se arrastava desde o final do século XIX. Grosso modo, já diante da experiência da organização da classe operária da Europa ocidental vis-à-vis o aumento da desigualdade, resultante da produção de riqueza para acumulação de capital, dois grandes caminhos históricos se apresentaram: de um lado, a Rússia promoveu uma revolução camponês-operária, para superar o poder conservador czarista em direção a uma sociedade socialista, impulsionando o desenvolvimento industrial; por outro, países europeus atrasados no processo de industrialização lançaram mão de governos autoritários fascistas, como na Itália, Hungria, Alemanha, Espanha e Portugal, para acelerar sua modernização, entendida como sinônimo da promoção da urbanização/industrialização que tornou a sociedade refém do mercado, o que se

¹¹³ Wood (2001) também ressalta que o mais importante nesse processo foi a separação entre proprietários e produtores, que teve como consequência a exploração propriamente econômica. Não por acaso, afirma que mesmo o capitalismo agrário inglês inicialmente não dispunha de grande mão de obra assalariada.

reproduziu ulteriormente, resguardadas as devidas particularidades, na América Latina.

Na briga expansionista do capitalismo industrial, a agricultura teve seu papel assegurado pela sua segunda revolução, caracterizada pela motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção de variedades de plantas e animais e especialização da produção. Tal revolução agrícola se tornou hegemônica no pós-II Guerra Mundial, tornando-se conhecida por Revolução Verde nos países ditos em desenvolvimento. Com efeito, a intensificação produtiva por esta via teve como resultado o barateamento dos produtos agrícolas, sendo acompanhada, no âmbito urbano, pelo acesso aos alimentos pelos trabalhadores fabris, e, no âmbito rural, pelas desigualdades de renda entre os estabelecimentos, reduzindo significativamente o número de pequenos proprietários de terras, tendo em vista que não tinham como investir capital nessa modernização. Para se ter ideia dos efeitos da modernização na produção agrícola, Mazoyer e Roudart (2010) descrevem que a cada nova geração da motomecanização, dos anos 40 à atualidade, aumenta-se a potência de tratores e equipamentos associados, reduzindo a necessidade de mão de obra de tal forma que nos estabelecimentos mais modernizados há necessidade de apenas um trabalhador para cada área de 200 ha. Não por acaso, a densidade demográfica entre cidade e campo passa a sofrer um desequilíbrio, tendo em vista que a liberação massiva de mão de obra no campo não foi compensada pela oferta de empregos urbanos. Ainda assim, bem como na primeira revolução agrícola moderna, a pequena produção não desapareceu, como os autores indicam:

[...] embora a produtividade de estabelecimentos pouquíssimo equipados (motomecanização I, por exemplo)¹¹⁴ seja muito inferior ao limiar de renovação atual, ela continua, todavia, superior ao limiar de sobrevivência. Isso explica por que esse tipo de estabelecimento pode perdurar por muito tempo, principalmente num período em que as ofertas de emprego tornam-se raras e as condições de vida exteriores à agricultura, pouco atrativas (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 454).

Inegavelmente, os Estados de diferentes países europeus, que se lançaram nesse processo adotando medidas político-econômicas desenvolvimentistas, foram grandes indutores da modernização com vistas a proteger sua produção da competição internacional. Ao mesmo tempo, o aumento da produtividade agrícola

¹¹⁴ Segundo Mazoyer e Roudart (2010), a motomecanização I se caracteriza pela substituição de tração animal e raros tratores a vapor por tratores movidos à explosão de fraca potência. Expandiu-se entre os anos 40 e 50 especialmente em áreas de mais de 15 ha.

barateou os preços dos produtos para fomentar a produção urbano-industrial. Não obstante, sobretudo a partir dos anos 1970, com a diminuição da produção industrial mediante a crise econômica, a produção de empregos urbanos desacelerou, tendo como efeito dramático o aumento do desemprego. Ademais, um conjunto de efeitos socioambientais nocivos à sociedade foi se evidenciando, como o aumento das desigualdades regionais no cenário internacional e internamente entre os estabelecimentos rurais; a especialização associada ao uso intensivo de adubos químicos e defensivos; o confinamento de animais, a poluição, a desertificação, a apropriação de organismos vivos, etc. Em resumo, trata-se do beneficiamento explícito de interesses corporativos em detrimento das necessidades sociais básicas.

Não por acaso, ingressamos no século XXI com uma quantidade ínfima de grandes corporações que dominam toda a cadeia alimentar, como veremos apropriadamente ao tratar da questão da financeirização da agricultura e da segurança alimentar. Mais uma vez, não se trata de uma vantagem técnica, mas de uma lógica de apropriação e mercantilização galopante da vida humana e ambiental que vigora na atualidade, como uma resposta do capital a sua própria crise. Na fase de domínio do chamado agronegócio (em que a revolução agrícola avança nas modificações genéticas dos organismos vivos apropriados e devidamente patenteados, para a comercialização, levando a Revolução Verde ao extremo da tecnificação e financeirização), a luta de classes não se caracteriza mais pela aliança entre burguesia e proletariado contra os latifundiários ou entre o proletariado e os camponeses em oposição ao latifúndio e aos setores da burguesia industrial estrangeira, como vias revolucionárias. Como a mobilidade do capital não tem encontrado barreiras (ao contrário, há todo um conjunto de medidas de desregulamentação de mercados, privatização de empresas e serviços públicos, ditados pelos organismos financeiros internacionais), sua centralização tem tido como expressão a indissociabilidade entre as burguesias financeira, industrial e agrária,¹¹⁵ complexificando ainda mais os desafios e as lutas contemporâneas que visam à superação da ordenação societária vigente.

¹¹⁵ Algo que Caio Prado Jr. (1966) já havia previsto e anunciado em *A Revolução Brasileira*, ao analisar os aspectos políticos e sociais da revolução brasileira, como comprova a seguinte passagem: “Aliás essa assimilação de proprietários rurais com empresários de outras atividades econômicas (industriais, comerciais, financeiras, aos quais ninguém pensa em negar a qualidade de capitalistas e burgueses, quaisquer que sejam seus padrões tecnológicos) é tanto mais legítimo no Brasil, que essas categorias frequentemente se confundem nas mesmas pessoas” (p. 166-7). E que Ianni (2004) reitera nas seguintes passagens: “O capital estrangeiro está no campo. Se não está o capital

Mazoyer e Roudart (2010) são categóricos na afirmação de que a chave para a saída da crise geral da economia capitalista está na resolução da crise agrária, que tem tido como efeito nas últimas décadas o empobrecimento massivo dos camponeses, sobretudo nos países em desenvolvimento, o aumento do desemprego e a diminuição do ritmo produtivo. Nesse sentido, postulam os princípios keynesianos para promover o equilíbrio do desenvolvimento econômico mundial através de medidas como: o controle dos preços agrícolas para aumentar a renda do campesinato; uma política mundial coordenada para reorganização equitativa dos comércios internacionais (formando conglomerados alfandegários em regiões com sistemas produtivos similares), dos sistemas monetário e financeiro internacional, punindo a especulação e estimulando o crescimento da demanda para reativação da produção industrial. Ou seja, mesmo reconhecendo o aumento exponencial da pobreza e da miséria nas últimas décadas, sobretudo nos países em desenvolvimento, fruto da modernização agrícola, os autores creditam esse processo às políticas neoclássicas e não à própria lei do valor. Nessa perspectiva, defendem políticas keynesianas para aumentar as demandas num nível adequado à capacidade produtiva existente.

Se considerarmos que a lei do valor deve ser superada, devemos escapar das armadilhas keynesianas e neoliberais, atentando para as forças sociais mobilizadas, seja no campo, seja na cidade, ou, preferencialmente, a partir dessa aliança, em torno da construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, constituída por sujeitos emancipados. Veremos apropriadamente esse jogo de forças, sobretudo na realidade brasileira e sua particularidade no Estado do Rio de Janeiro.

Por ora o que pretendemos destacar desse debate sobre as origens do capitalismo e suas respectivas revoluções agrícolas é a superação do mito que opõe o meio rural e sua base produtiva agrícola ao meio urbano e sua respectiva base industrial. Essa dualidade abdica da compreensão dialética e contraditória do surgimento do capitalismo, renovando a tese acerca do feudalismo em que o meio

estrangeiro, está o estrangeiro proprietário de terra, que desenvolve atividades agrícolas. Às vezes a burguesia estrangeira está associada à burguesia nacional. Sem esquecer que frequentemente empresários agrícolas são empresários industriais, comerciais, financeiros e agrícolas. De modo que é complexa a burguesia agrária no Brasil” (p. 151); “Em muitos casos, no entanto, essas burguesias são uma só. O mesmo empresário, ou grupo econômico, detém o controle de indústrias, fazendas, bancos, empresas de comércio [...] São diversas as razões pelas quais a fazenda e a fábrica se conjugam.” (p. 247).

rural é tido como arcaico e do capitalismo como moderno. Como podemos acompanhar pelas contribuições de Polanyi (2000), Wood (2001), Mazoyer e Roudart (2010), sem as transformações no meio rural seria improvável a emergência do capitalismo industrial. Entretanto, essa ideologia do atraso do meio rural é algo que alimentou os processos de modernização pelo mundo afora, atropelando o campesinato, o que não foi diferente no caso latino-americano.

2.3 A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO INDUSTRIAL

Assim como na experiência europeia, resguardadas suas particularidades internas, a transição para o capitalismo na América Latina envolveu um debate marcado por divergências, no nosso caso, acentuadas pela polêmica sobre a existência ou não do feudalismo como pré-condição para a revolução burguesa.

No contexto internacional, nos deparamos no pós-II Guerra Mundial com o mundo dividido pela guerra-fria. Os EUA saíram fortalecidos nesse cenário, buscando impor o fordismo ao mundo, com o plano Marshall para a reconstrução da Europa e investindo fortemente em sua supremacia na América Latina, como as autocracias burguesas vieram a confirmar ulteriormente. Na Europa ocidental destacou-se a conformação do pacto fordista-keynesiano. Destarte, enquanto este já havia dado largos passos, ancorado numa classe trabalhadora com acúmulo histórico de organização partidária e sindical, abdicando do seu potencial revolucionário em prol do acesso aos bens de consumo e da ampliação democrática e de direitos sociais, na América Latina se vivia os dilemas do ingresso tardio no capitalismo industrial, já dominado por monopólios e oligopólios internacionais. Com efeito, no Brasil dos anos 60, os partidos políticos de esquerda se lançaram na busca de uma interpretação da história brasileira que iluminasse as táticas de luta nesse cenário internacional e nacional aquecido por lutas sociais.

Não é nosso propósito esgotar esse debate, mas apenas apresentá-lo na medida da sua pertinência para o debate sobre a transição para o capitalismo e a importância da agricultura nesse desenvolvimento, tendo como referências a questão agrária e a luta de classes¹¹⁶ na conformação da política agrícola. Aqui

¹¹⁶ Destaca-se que, nesse momento, buscaremos dar ênfase no protagonismo do Estado na promoção dessa transição, o que está indissociado da luta de classes. Entretanto, mais à frente, dedicaremos mais atenção à relação entre questão agrária e luta de classes.

lembramos as indicações do mestre Octavio Ianni (2004), quando afirmava que a questão agrária esteve e está presente na história do país desde a transição da Monarquia para a República.

Em linhas gerais, as teses dos anos 60 do século XX giravam em torno da polêmica de que se havia restos feudais a serem combatidos e superados para alavancar o desenvolvimento brasileiro, ou se a dinâmica do capital no cenário internacional era mais dialética do que as doutrinas partidárias possibilitavam enxergar naquele dado momento. Não por acaso, esse foi um debate extremamente efervescente no seio do PCB, mas que extrapolou a arena político-partidária, adentrando a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe/Nações Unidas (CEPAL) e instâncias acadêmicas.

Dois grandes expoentes do PCB se agarraram à tese dos restos feudais no Brasil.¹¹⁷ Alberto Passos Guimarães (2005), em seu clássico *Quatro séculos de latifúndio*, defendeu com veemência a existência de um feudalismo colonial no Brasil, cujos elementos constitutivos ainda habitariam a cena brasileira em meados do século XX. Ou seja, em sua avaliação o monopólio da terra era característico do feudalismo, pois não havia relação de assalariamento e, sim, exploração extraeconômica. Tal análise é levada para os anos 50, posto que ainda seria necessário se livrar desse monopólio para desenvolver o capitalismo. Em consequência, defendeu nos congressos do PCB, no final dos anos 50, que, com a revolução burguesa e sua incidência no meio rural, seria possível a organização sindical dos trabalhadores rurais, a qual, em aliança com o operariado, criaria uma frente anticapitalista para se opor ao capital estrangeiro e alavancar a modernização nacional. Em seus próprios termos:

A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema fundiário brasileiro e a consequente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista, significa nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária.

Supondo-se inicialmente capitalista o regime econômico implantado no Brasil-Colônia, estaria implícita uma solução, inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária. Se a estrutura agrária

¹¹⁷ Grosso modo, o PCB e o PTB tinham esse entendimento de que o feudalismo, ou os restos feudais eram impeditivos para o ingresso do capitalismo no meio rural, possibilitando o trabalho assalariado, a organização sindical e o fortalecimento do desenvolvimentismo. Para consulta e aprofundamento da temática e as polêmicas com Caio Prado Jr., consultar: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

brasileira sempre teve uma “configuração capitalista”, por que revolucioná-la? Por que combatê-la? (GUIMARÃES, 2005, p. 48)

Ou seja, para o autor era necessário compreender a permanência de traços feudais no Brasil para combatê-los e fazer a revolução democrático-burguesa. Caso contrário, se daria um desenvolvimento gradual e sem reformas.

Na mesma linha de análise, Nelson Werneck Sodré considerou que o Brasil transitou do escravismo para a servidão, em acordo com a análise de Mariátegui sobre o Peru, que ele cita em sua obra *Formação histórica do Brasil*:

O problema agrário é, antes de tudo, o problema da liquidação do feudalismo no Peru. Esta liquidação deveria ter sido realizada pelo regime democrático-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas, no Peru, não tivemos em cem anos de república, uma verdadeira classe burguesa, uma verdadeira classe capitalista (MARIÁTEGUI apud WERNECK, 2005, p. 118).

2.3.1 Superando o mito do atraso na realidade brasileira

Na contramão dessa perspectiva dualista que opõe o arcaico (feudal) ao moderno (capitalista), encontram-se outros pensadores sobre a realidade social brasileira. Andre Gunder Frank (2005), em *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo* (texto de 64), contesta essa tese, posto que esse dualismo esconde que o Brasil já emerge em conexão com o capitalismo mercantil. Sendo assim, concorda com as considerações de Costa Pinto, Ianni e Caio Prado Jr., que não viram nos múltiplos vínculos de trabalho no meio rural traços de feudalismo, mas de relações comerciais.¹¹⁸

A perspectiva evolucionista era predominante na Europa ocidental, em autores como Jacques Lambert, com seu clássico *Os dois Brasis* (cf. FRANK, 2005), mas também na tradição marxista, sobretudo nos partidos comunistas, pois o programa do Congresso Mundial de 1928, em Moscou, indicava a necessidade de combater o feudalismo nos países asiáticos, bem como latino-americanos (PRADO Jr, 1966) através da aliança entre trabalhadores e burguesia nacional. Ou seja, o feudalismo era uma etapa necessária para ser superada e enfim chegar ao

¹¹⁸ Wood (2001), em *A origem do capitalismo*, destaca que o elemento central para a constituição das relações sociais capitalistas é um tipo determinado de apropriação privada, que se inicia pela terra. Essa é a condição para o surgimento do assalariamento. Por isso, como vimos, mesmo sem o predomínio de relações salariais na Inglaterra, a autora considera que o processo de transformações rurais em função dos cercamentos e melhoramentos foram as determinações para a constituição do capitalismo agrário.

capitalismo, acumulando forças através da organização sindical e partidária dos trabalhadores em apoio ao projeto burguês de desenvolvimento nacional.

Aderindo à tese do subdesenvolvimento como a contraface do desenvolvimento, Frank (2005) se soma aos teóricos da dependência afirmando: “Chamar ‘capitalista’ ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao ‘feudalismo’ é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos” (FRANK, 2005, p. 58). Assim, considera que a estrutura fundiária não pode ser analisada isoladamente; ao contrário, ela deve ser compreendida como integrante dos sistemas comercial e financeiro. Essa chave de interpretação é extremamente importante, pois a defesa da reforma agrária não pode ser abstrata. A reforma agrária burguesa, por exemplo, não resolveu e não resolverá a questão do desenvolvimento econômico em resposta ao desenvolvimento humano, mas – ao contrário – se beneficiará da especulação de compra e venda de terras, sob o argumento de sua democratização.

Com efeito, a questão central é que o monopólio dos meios de produção não está restrito ao meio rural e à produção agrícola, posto que o capital em seu conjunto está concentrado. Nessa perspectiva, se não se libera o conjunto de mercadorias do monopólio, o lucro retido apenas migra de um setor da burguesia para outro. Por conseguinte, num processo de reforma agrária burguesa, o camponês pode ser libertado do latifúndio, mas permanecerá refém do comércio. Ao atualizarmos o debate, verificamos que os camponeses se encontram reféns do crédito bancário, dos pacotes tecnológicos patenteados por grandes empresas, etc.

Igualmente opondo-se à tese dos restos feudais no Brasil, alguns autores se destacaram na afirmação de que o Brasil emerge integrando o capitalismo comercial, tendo como sua base econômica o sistema plantation, sustentado pela mão de obra escrava. Nessa linha argumentativa destacamos as contribuições de Caio Prado Jr. e Jacob Gorender, pois ambos, estimulados pelos debates no interior do PCB, se propuseram a uma releitura da história brasileira que superou a visão evolucionista, que denotava a invasão positivista no marxismo.

Caio Prado Jr (1966) insistiu que a conformação histórica do Brasil em nada se assemelhava com as sociedades feudais, que se caracterizavam pela exploração extraeconômica de camponeses num sistema que mantinha os privilégios da aristocracia. Sob a pena de nos alongarmos na citação de sua obra, o autor considerava:

Mas escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos. E se distinguem sobretudo no que concerne ao assunto de que estamos tratando, isto é, a natureza das relações de trabalho e produção e o papel que essas relações desempenham no processo político-social da revolução. O que nesse particular essencialmente caracteriza o feudalismo tal como o encontramos na Europa medieval, e como nos seus remanescentes ainda subsistia na Rússia czarista e fins do século passado e princípios do atual, onde e quando Lenin se ocupou dele para elaborar a sua teoria da revolução democrático-burguesa, o que caracteriza esse feudalismo é a ocorrência na base do sistema econômico-social, de uma economia camponesa, isto é, da exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural. Economia camponesa essa a que se sobrepõe uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, de origem aristocrática, ou substituindo-se a essa aristocracia. Essa classe privilegiada e dominante explora a massa camponesa e se apropria do sobreproduto do seu trabalho, através dos privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente, e que se configuram e realizam sob a forma de relações de dependência e subordinação pessoal do camponês. Este último é o efetivo ocupante e explorador da terra, o empresário da produção (para usar uma terminologia moderna) mesmo quando não proprietário; bem como é também o detentor dos meios de produção (instrumentos e animais de trabalho). A exploração de sua força de trabalho pelo senhor feudal se faz pelos privilégios de que este último se acha revestido e que lhe asseguram direitos a que correspondem obrigações pessoais do camponês e servo, como sejam a prestação de gêneros ou força de trabalho – a chamada “corveia”. Com a progressiva desintegração da ordem feudal, o senhor feudal se transforma no simples grande proprietário. E os direitos senhoriais, mesmo depois de legalmente abolidos, se conservam e perpetuam muitas vezes como se deu na Rússia czarista depois da reforma de 1861, disfarçados e confundidos no direito da propriedade do titular da terra que substituiu o senhor feudal. (PRADO JR., 1966, p. 57-58)

Com efeito, num cenário de domínio feudal da terra, a luta pela reforma agrária se tornou um projeto burguês para a transformação da mesma em empreendimento capitalista, implicando na eliminação do campesinato pobre. Ao contrário, portanto, do que se passava na Europa medieval, no Brasil, a exploração se voltava para o comércio internacional.¹¹⁹ Aqui, com um enorme território a ser desbravado, a grande propriedade fundiária, ainda que concedida pela Monarquia, nasceu juntamente com o trabalho escravo para abastecer o comércio mundial, levando regiões inteiras ao desenvolvimento e à crise, acompanhando os diferentes ciclos econômicos, a exemplo da exploração da madeira, da cana-de-açúcar, do ouro, do café, etc.

Outrossim, Gorender (2005) combateu a tese do feudalismo colonial cunhando, em oposição, o termo escravismo colonial para designar o domínio do

¹¹⁹ Cf. PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Nessa obra o autor detalha o processo de povoamento para a criação de uma base econômica e social no Brasil colônia.

sistema plantation ou, como o autor preferia, “plantagem”, como categoria para designar a organização social que vigorou no Brasil colônia. As principais características dessa organização foram: especialização da produção de gêneros comerciais para o mercado externo; trabalhadores sem meios de produção e sem autonomia, subjugados pelos latifundiários; associação entre o cultivo agrícola e o beneficiamento do produto, a exemplo dos engenhos que transformavam cana em açúcar, antecipando o sistema industrial; divisão do trabalho marcada por muitos envolvidos na exploração da terra, mas também caracterizada por uma diversificação de atividades oriunda da necessidade de serviços ligados à produção agrícola e seu beneficiamento, como estocagem, transporte, marcenaria, edificação, olaria, etc. Destarte, apesar de haver produção para o mercado interno, por agregados e escravos,¹²⁰ de tabaco, aguardente, rapadura, dentre outros produtos, o que predominava nas relações econômicas era o sistema plantation.

Tal sistema vigorou até 1822, isto é, até a independência do Brasil, sendo a posse o principal meio de acesso a terra até 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro). Esta instituiu formalmente a propriedade privada da terra, tornando a compra o único meio de adquirir as terras públicas, chamadas devolutas, eliminando suas doações e autorizando o financiamento público para a vinda de colonos estrangeiros para trabalharem nos estabelecimentos agrícolas. Em outras palavras, a chamada Lei de Terras¹²¹ assegurou juridicamente as mudanças na relação de propriedade da terra que marcaram profundamente a vida do país, pois se deve considerar que no mesmo ano o tráfico negreiro foi proibido, antecipando a iminência do fim da escravidão. Esta veio a ocorrer com a Lei Áurea em 1888, às vésperas da Proclamação da República, em 1889. Destarte, como acompanhamos em Polanyi (2000) e Wood (2001), com o monopólio e mercantilização da terra se tornou possível a criação de um mercado de trabalho, a partir da dificuldade para ex-escravos, imigrantes, colonos e etc. terem acesso a

¹²⁰ Cf. WELCH, Clifford A. et al. (orgs.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Nessa obra, encontramos textos que trabalham com a ideia de brecha camponesa e escravos protocamponeses no regime colonial.

¹²¹ Acertadamente, Martins (2010) analisa que para que o trabalhador se tornasse “livre” a terra teve que se tornar cativa. Em seus termos: “O país inventou a fórmula simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (p. 10). E complementa: “A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; *num regime de trabalho livre a terra tinha q ser cativa*” (p. 47, grifo nosso).

terra. O resultado social foi uma massa de ex-escravos sem capital e sem terra, portanto, sem a possibilidade de se tornarem camponeses, largados às “oportunidades” advindas do processo de modernização que se aproximava no século XX. Não por acaso, as desigualdades entre classes sociais no Brasil têm um demarcado corte étnico-racial, além do de gênero, pois o trabalho das mulheres tanto na produção como na reprodução social é historicamente invisibilizado.

As primeiras décadas do Brasil republicano se caracterizaram pela crise do modelo econômico assentado na agroexportação, posto que, diante da crise econômica internacional e da superprodução de produtos básicos, como trigo, borracha, café, algodão, açúcar, etc., seus respectivos preços irremediavelmente declinaram. No campo brasileiro, as revoltas eram representadas pelo messianismo e banditismo (IANNI, 2004; MARTINS, 1983). Grosso modo, a crise internacional se abrandou após a I Guerra Mundial, com o desenvolvimento próspero da economia dos EUA, mas logo voltou a se manifestar, alcançando o seu ápice com a queda da bolsa de Nova York em 1929. Outrossim, os limites do liberalismo econômico se evidenciaram, abrindo caminho para diferentes formas de intervenção estatal na economia de mercado. Nesse cenário, por consequência, a economia brasileira, baseada fundamentalmente na produção especializada de café para a exportação, entra igualmente em crise, acentuando as disputas internas pelo poder e acirrando a luta de classes. O resultado histórico dessa conjuntura foi a conhecida “Revolução de 30”, liderada por Getúlio Vargas. Não é nosso intuito aqui esmiuçar o polêmico período da “Era Vargas”, mas destacar a íntima relação entre agricultura e indústria no processo de modernização do país, dirigido por um governo populista desenvolvimentista.

2.3.2 Revolução burguesa à brasileira

Essa recuperação esquemática sobre os fundamentos das análises dualistas a respeito da economia brasileira, bem como sua crítica, aponta para a necessidade de um aprofundamento sobre a dinâmica da economia política do capital, sobretudo a partir dos anos 30 com industrialização capitaneada pelo Estado. Nessa perspectiva, tomaremos como referência teórica as contribuições de importantes intelectuais que contribuíram com a verve crítica do pensamento social brasileiro,

buscando destacar o papel da produção agrícola e da luta de classes nessa dinâmica.

Com efeito, esse trajeto se demonstra importante para balizarmos o debate sobre o desenvolvimento agrícola em relação à totalidade da economia política do capital. Destarte, buscaremos na abordagem materialista histórico-dialética as chaves para a compreensão de um desenvolvimento agrícola alçado do “arcaico”, que precisava ser superado (conforme a ideologia hegemônica até os anos 50), passando pela sua modernização conservadora, expressa pela “Revolução Verde” (consolidada pela autocracia civil-militar burguesa) até chegarmos à reprimarização da economia hegemônica pelo agronegócio (no ingresso do século XXI).

2.3.2.1 Caio Prado Jr: avanços e limites na interpretação sobre a revolução brasileira

A transição para o capitalismo nas diferentes sociedades revela o trato dado à questão fundiária e, portanto, ao desenvolvimento da agricultura, seja da patronal, seja da produção de base familiar camponesa. No Brasil, país de capitalismo tardio, essa transição se deu pelo alto, ao introduzir reformas necessárias à expansão e consolidação do capitalismo conservando os traços patrimonialistas da oligarquia rural¹²². Assim, a República nasceu no país modernizando gradativamente a economia, sem modernizar as relações políticas; afastando a massa de trabalhadores dos processos decisórios, em especial do meio rural, configurando uma modernização conservadora.

Nesse sentido, Caio Prado Jr. teve uma contribuição fundamental para o pensamento social brasileiro. Rompendo com a perspectiva etapista, influenciada pelo marxismo-leninismo da III Internacional, que impregnava o PCB, o autor identificou o processo de colonização como integrante da expansão do capitalismo

¹²² Conferir as obras de Carlos Nelson Coutinho: Notas sobre o conceito de “via prussiana” em Lênin In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11., 1987, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1987; A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior. In: **Cultura e sociedade no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990; As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci**. Rio de Janeiro: Campus, 1992; **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2a ed. São Paulo: Cortez, 1996. Seguindo a pista teórica de Caio Prado Jr. nos embates teóricos internos do PCB, esse importante intelectual brasileiro, sem pretender resumir o seu legado, ou mesmo negligenciar as polêmicas que o mesmo envolve, trouxe uma contribuição ímpar ao introduzir no Brasil, país de capitalismo tardio, os conceitos de via prussiana e revolução pelo alto, de Lênin, para tratar das vias não clássicas de revolução burguesa, bem como os conceitos de Estado ampliado e revolução passiva, de Gramsci, que ajudaram a compreender a complexificação da sociedade brasileira, a organização política da classe trabalhadora e sua cooptação pelo Estado.

imperialista e não como restos feudais que precisavam ser superados pela revolução burguesa.¹²³ Já no período republicano, avalia que o avanço do capitalismo no campo foi acompanhado da piora das condições de vida e de trabalho dos que viviam da subsistência, pois foram se reduzindo e/ou sendo absorvidos pelo assalariamento rural. Apesar de sua análise não considerar a complexidade da composição das classes no meio rural, o autor supracitado tem o mérito de tomar a questão agrária como constituinte do processo de transformações operadas na transição para o capitalismo industrial no país.

Ademais, ainda que suas teses precisem ser atualizadas, dadas as transformações econômicas, políticas, ideológicas, operadas desde os anos 70 até os dias atuais no cenário internacional e que incidem no Brasil, Caio Prado nos ajuda a entender, como ele mesmo designa, a Revolução Brasileira, que se particulariza diante das revoluções pelas vias clássicas.

Ao tratar dos aspectos políticos e sociais da revolução brasileira, não reconhece aqui a existência de uma burguesia nacional, como um segmento progressista que se opunha ao capitalismo imperialista. Ao contrário, compreende que os setores da burguesia se vinculavam aos interesses internacionais. Particularmente no que se refere à burguesia agrária, indica-nos que, em geral, não houve separação entre o proprietário, o capitalista industrial, comercial e financeiro.¹²⁴ Apesar de reconhecer a existência do campesinato como um segmento de trabalhadores e produtores autônomos, identificou como predominante o segmento de trabalhadores rurais assalariados prestando serviços para os grandes estabelecimentos. Em seus termos:

¹²³ Para um aprofundamento dessa tese do autor, consultar Prado Jr. (1966).

¹²⁴ Martins (1983) traz uma contribuição fulcral a esse debate quando retoma a crítica ao desenvolvimentismo e à posição do PCB por uma aliança camponês-operária contra o latifúndio e a favor da revolução burguesa, ressaltando a importância da luta camponesa de forma autônoma, expressa pelas Ligas Camponesas, numa conjuntura em que não havia separação entre latifundiário e capitalista. Em seus termos: “As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra... Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. Por isso mesmo é que perdia todo sentido lutar por uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários, como se estes constituíssem uma classe anti-burguesa, pré-capitalista” (MARTINS, 1983, p. 80). Ou seja, a terra não foi um empecilho para o desenvolvimento capitalista, pois interessa tanto ao proprietário quanto ao capitalista o mais-valor, seja pela produção direta, seja pela transferência para a renda da terra. Assim, segundo o autor a terra não se tornou um empecilho, mas uma contradição própria do desenvolvimento do capitalismo no campo possibilitando a retenção não do capital propriamente dito, mas da renda capitalizada produzida pelo conjunto da sociedade.

Em suma, a agropecuária brasileira na sua maior e principal parte é de natureza, em essência e fundamentalmente, capitalista. Estrutura-se em empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente lucro financeiro; e se organiza na base de relações de empregador a empregado, de compradores e vendedores de força de trabalho, o que constitui a essência das relações capitalistas de produção. Os grandes proprietários, fazendeiros e outros, constituem assim uma legítima burguesia agrária. Uma burguesia na maior parte dos casos, se quiserem, atrasada, de baixo nível e por isso ineficiente e rotineira. E assim amoldada e condicionada, inclusive psicologicamente, pelas circunstâncias peculiares em que exerce suas atividades. Fruto de um meio e ambiente medíocres, sem passado nem tradição, a não ser de uma colônia tropical até há muito pouco longinquamente arredada e isolada dos centros propulsores da moderna civilização e cultura. Mas nem por isso menos burguesia, como não deixam de ser burgueses tantos industriais que amiúde encontramos por todo o Brasil, e que em matéria de atraso, rotina e emprego de rudimentares processos produtivos, pouco ou nada deixam a desejar à média de seus colegas da agropecuária... Aliás essa assimilação de proprietários rurais com empresários de outras atividades econômicas (industriais, comerciais, financeiras, aos quais ninguém pensa em negar a qualidade de capitalistas e burgueses, quaisquer que sejam seus padrões tecnológicos) é tanto mais legítimo no Brasil, que essas categorias frequentemente se confundem nas mesmas pessoas (PRADO JR., 1966, p. 166-7).

O autor nos indica que o Estado brasileiro interveio na economia de forma a representar os interesses da burguesia como universais, o que denominou de capitalismo burocrático, cuja face aparente é progressista, pois dialoga com a classe média, com os sindicatos dos trabalhadores num processo político paternalista, configurando o que outros autores denominam de bonapartismo, a exemplo de Ruy Mauro Marini (2012). Ademais, avaliou como equivocado o movimento que a esquerda brasileira fez em apostar que esse setor implementaria reformas progressistas. Equívoco este que resultou na fragilidade de um projeto alternativo da esquerda e na impossibilidade de resistir à força do golpe militar de 64, capitaneado pelos interesses imperialistas dos EUA, aliados à burguesia dependente da economia internacional, num cenário de guerra fria, em que o fantasma do comunismo pairava sobre a América Latina.

No cenário do período em questão, Caio Prado Jr. defendeu a necessidade da aliança entre trabalhadores urbanos e rurais através da organização política sindical, para pleitear um conjunto de reformas em benefício do desenvolvimento nacional por meio da intervenção estatal na economia, proporcionando não apenas o desenvolvimento do país, mas do povo brasileiro.¹²⁵

¹²⁵ Não por acaso, sua produção influenciou a conformação do projeto democrático e popular, cujos frutos amadureceram nos anos 80 com a criação do PT, na disputa com o projeto nacional democrático.

Apesar dos avanços da análise de Caio Prado Jr. para compreender o papel da burguesia no processo de modernização do Brasil, em sua interpretação sobre a composição econômica e política dos trabalhadores rurais, o autor negligencia a heterogeneidade de processos de trabalho presentes no meio rural brasileiro, bem como as possibilidades de organização política dos trabalhadores rurais não assalariados.

2.3.2.2 Florestan Fernandes e sua interpretação sociológica sobre a revolução burguesa

Florestan Fernandes (2005) segue a linha metodológica de Caio Prado no sentido de romper com a influência positivista no marxismo, buscando compreender a particularidade da formação econômica e política brasileira. Não obstante, resguarda diferenças na análise da revolução burguesa, a começar pela compreensão do surgimento do burguês no Brasil. O autor considera que tratar da burguesia é ter como pressuposto o surgimento do burguês. Este não é oriundo apenas da aristocracia agrária, que participava do processo de composição dos lucros da acumulação primitiva para a economia internacional. Inicialmente, os burgueses constituíram um amontoado diversificado nos centros urbanos, ligados ao comércio local e ao empreendedorismo industrial, ao que Fernandes (2005) denominou *congrégie social*.

O cenário de seu florescimento coincidiu com a formação de um Estado nacional, sob a influência do liberalismo, a partir da Independência do Brasil e sua transição para o período Republicano. Destarte, Fernandes (2005) considera que, ainda que não tenha tido participação popular, este processo representou uma mudança jurídico-política importante. Entretanto, reconhece que sua base material não se alterou, mantendo-se os privilégios da aristocracia rural. Com efeito, o liberalismo se tornou um instrumento político de burocratização do poder patrimonialista.

O capitalismo no Brasil, diferentemente da Europa, não se voltava para o mercado interno, mas para o externo, e parte do excedente econômico passava a fomentar o desenvolvimento urbano-industrial. Os fazendeiros deixavam de ser representantes da coroa portuguesa para serem autônomos, consumindo, aplicando financeiramente ou investindo o excedente nas cidades. Aqui, portanto, o

capitalismo já nasceu dependente e periférico, a partir do protagonismo dos fazendeiros e dos imigrantes. Nesse sentido, alguns fazendeiros se adaptaram às relações econômicas em que predominava a acumulação comercial ou financeira de capital e se aburguesaram.

Os imigrantes também se tornaram uma força econômica importante em todas as atividades, inclusive no comércio e nas finanças. Sua participação foi tão importante na economia brasileira que desse segmento surgiram os empreendedores industriais. Segundo Fernandes (2005, p. 161):

Tornou-se, assim, simultaneamente, o principal agente econômico da primeira tendência definida e consistente de substituição de importações, um agente econômico privilegiado nas fases iniciais de concentração do capital industrial e o herói da industrialização, a segunda transformação estrutural que tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil.

Por outro lado, destaca-se que o segmento dos imigrantes não estava comprometido com os ideais da constituição de um capitalismo avançado, que passa inclusive por reformas progressistas, como a reforma agrária. Ao contrário, prevalecia nesse segmento a ideia de sucesso individual, dada a possibilidade de “fazer dinheiro” e retornar à pátria de origem.

Ademais, no processo de conformação do domínio burguês no Brasil, na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, Fernandes (2005) considera que as camadas médias, especialmente ligadas às atividades comerciais, viviam às expensas dos privilégios estamentais. Beneficiavam-se, portanto, de ligações com famílias tradicionais, corrompendo a noção de competitividade capitalista, ou seja, utilizando o bem público para favorecimento de interesses pessoais. Nesse sentido, as classes médias tornaram-se bastantes conservadoras, vendo no desenvolvimento do capitalismo o seu florescimento pessoal, em detrimento da modernização política, como o autor afirma:

Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela [a ordem social competitiva] prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro. Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o “burguês moderno” renascesse das cinzas do “senhor antigo”. Em outras palavras, ela engendra uma ordem social em que, além da desigualdade das classes, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processos sociais (FERNANDES, 2005, p. 200).

Com efeito, o nascimento do Brasil Moderno foi fruto de uma combinação do arcaico com o novo, do poder oligárquico com o desenvolvimento do capitalismo industrial, que resultou num capitalismo periférico e dependente. Corroborando outras análises, como a de Francisco de Oliveira (2011) e Ruy Mauro Marini (2012), o autor sentencia:

Até onde se pode avançar, numa interpretação sociológica segura, é legítimo concluir-se que a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. *Dessa acomodação resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças ao qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente* (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma “descolonização mínima”, com uma “modernização máxima”)[...] Por fim, organizou um fluxo permanente de renda que favoreceu o incremento e a dinamização do uso do excedente econômico nas duas direções concomitantemente, *entrelaçando, por um elo estrutural e dinâmico, a coexistência do “ultramoderno” com o “ultra-arcaico”* (FERNANDES, 2005, p. 209-210, grifos nossos)

Em contraposição ao projeto de modernidade, mesmo com a formalização do trabalho livre, esse arcaísmo caracterizado pela permanência dos privilégios econômicos, políticos e sociais acabou por interferir na luta de classes no período republicano. Com efeito, a luta dos trabalhadores ficou aprisionada a uma condição de subalternidade política, cuja relação com o Estado no tensionamento da “questão social” ora era tratada com paternalismo, ora com dura repressão. A compreensão dessa relação nos remete aos anos 30.

Diante do cenário de crise internacional nos anos 30, período da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, a burguesia brasileira revelou sua essência. Numa situação de dependência do capitalismo internacional e de suas pressões, somadas às pressões internas da oligarquia rural modernizada e do movimento operário por um pacto social, nossa burguesia escolheu o caminho reacionário e ultraconservador. Dessa forma, rompeu-se com qualquer perspectiva de uma revolução burguesa que se inspirasse no modelo nacional democrático. Nos termos do autor:

Um capítulo da história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução. Só que, agora, aceita a ideia e a prática da revolução de cima para baixo (que é como se “legítima” a revolução institucional), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a

nu sua natureza incoercivelmente autocrática, “contra quem” ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo o período republicano (FERNANDES, 2005, p.257-8, grifo do autor).

Destarte, ainda que as bases estivessem construídas desde a revolução burguesa dos anos 30, foi no período da autocracia burguesa de 64 que se consolidou o capitalismo monopolista no Brasil. Era o cenário da Guerra Fria, no pós-II Guerra Mundial, em que a “ameaça” comunista na América Latina se fazia presente, sobretudo a partir da revolução cubana. Mesmo que alguns governos anteriores tenham ensaiado a incorporação de reformas progressistas, a partir da força da luta de classes, o conservadorismo prevaleceu. Dessa forma, a Revolução Burguesa em atraso perdeu em definitivo seu significado revolucionário e a manutenção do poder se deu pela via da contrarrevolução preventiva.

Ademais, a ausência da democracia na modernização do país, mais que isso, o uso recorrente do golpe militarizado de Estado, como forma de manutenção da dominação burguesa, atrelada de forma dependente e periférica à economia capitalista internacional, revelou um risco para o próprio domínio burguês. Sem dúvida, ao abdicar da tarefa da democratização nacional, acabou reservando-a para a classe trabalhadora.

Ainda que Florestan não tenha tratado especificamente do papel do campesinato na revolução burguesa brasileira, trouxe contribuições essenciais para entender o surgimento da burguesia brasileira e seu caráter conservador, bem como a estrutura política do país e os desafios postos a partir da redemocratização pós-ditadura militar.

2.3.2.3 Teoria do desenvolvimento desigual e combinado e sua contribuição para a superação do dualismo “arcaico” X “moderno”

A Revolução de 30 representou a confluência das crises econômica e política. No cenário internacional, a Grande Depressão atingiu a dinâmica econômica brasileira, assentada da produção agrícola voltada para o mercado externo, com a queda do preço dos produtos primários. Internamente, ao longo do período da Primeira República, as novas forças sociais, alijadas da dinâmica política dirigida por um Estado oligárquico, pressionavam igualmente por mudanças, a exemplo dos trabalhadores organizados nos centros urbanos, empresários industriais, setores do

meio rural com interesse na modernização, setores populares das forças armadas, dentre outros. Destarte, a Revolução representou uma aliança ampliada e tensa entre diferentes grupos sociais com o Estado assumindo a direção do processo de modernização. Apoiada numa política de substituição de importações e de fortalecimento da política agrícola para a produção cafeeira se desenvolveu uma política nacional desenvolvimentista, que passou a transferir recursos dos excedentes agrícolas para as atividades industriais. Em outros termos, a produção agrícola foi fundamental para produzir divisas para o desenvolvimento econômico, confirmando a tese da combinação do “arcaico” e do “moderno” como um processo característico da constituição do capitalismo industrial. Nos termos de Marini (2012, p. 139): “o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro”.

Marini (2012) ainda nos apresenta apropriadamente os termos do significado da “Revolução de 30” e seu processo subsequente, na perspectiva de elucidar os equívocos próprios do campo da esquerda, que nutria o sonho por uma revolução democrático-burguesa. Assim, contestando essa tese, considera que o quadro em que se deu a revolução foi entre 30 e 37, pois com o Estado Novo a burguesia abandona qualquer perspectiva revolucionária, aliando-se com as velhas classes dominantes, alijando as massas proletárias e camponesas do desenvolvimento nacional. Sob a pena de nos alongarmos demasiadamente em um trecho de sua obra, esse autor nos oferece uma síntese esclarecedora:

A Revolução Brasileira é entendida, primeiramente, como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente através da industrialização, processo esse que é acompanhado por uma tendência crescente à participação das massas na vida política. Identificada assim com o próprio desenvolvimento econômico, a Revolução Brasileira se iniciaria no movimento de 1930, tendo se estendido sem interrupção até o golpe de abril de 1964. Paralelamente, e na medida em que os fatores primários do subdesenvolvimento brasileiro são a vinculação ao imperialismo e a estrutura agrária – que muitos consideram semifeudal-, o conteúdo da Revolução Brasileira seria anti-imperialista e antifeudal. Essas duas direções conduzem, assim, a um só resultado – a caracterização da Revolução Brasileira como uma revolução democrático-burguesa – e descansam sobre duas premissas básicas: a primeira consiste em situar o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal do processo brasileiro; a segunda, em admitir um dualismo estrutural nessa mesma sociedade, que oporia o setor pré-capitalista ao setor propriamente capitalista. Sua implicação mais importante é a ideia de uma frente única formada pelas classes interessadas no desenvolvimento, basicamente a burguesia e o proletariado, contra o imperialismo e o latifúndio. Seu aspecto mais curioso é a união de uma noção antidialética, como a do dualismo estrutural, a uma noção paradialética, como seria a noção de uma revolução burguesa permanente, da qual os acontecimentos políticos brasileiros nos

últimos 40 anos não teriam sido mais que episódicos (MARINI, 2012, p. 133-4).

Na perspectiva de superar essa falsa dicotomia entre os polos rural e urbano, tomaremos como uma referência importante o debate que Chico de Oliveira estabelece com a CEPAL, na sua obra *A Razão Dualista*, texto de 1972, sobre o processo de modernização do país. O autor sustenta que a resposta da CEPAL para a América Latina superar o “atraso” e se modernizar era o reconhecimento do subdesenvolvimento aqui presente, ou seja, que transitaríamos de um estado pré-industrial para o capitalismo avançado, obscurecendo-se que se trata de uma relação dialética “em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2011, p. 32). Em outros termos, o subdesenvolvimento se tornou uma ideologia que alimentava a ilusão de que estávamos sendo levados meramente a reboque por forças externas, negligenciando que esse processo já era constitutivo da formação capitalista e sua particular luta de classes. Tal ideologia pavimentou o caminho do período populista inaugurado pela revolução burguesa de 30.

Esse período se caracterizou por uma inflexão na economia brasileira, que transitou da hegemonia agrário-exportadora para a produção de base urbano-industrial, fomentada pelas mãos do Estado. Este dirigiu essa mudança de rumo criando as bases para a acumulação de capital, através da regulação da relação entre capital e trabalho, fundamentalmente pelas leis trabalhistas; da transferência de recursos para a empresa industrial e da promoção de mudança qualitativa no âmbito da produção agrícola, que continuou sendo importante para a dinâmica capitalista internacional, mas passou a ter igualmente um papel primordial para alimentar as massas urbanas, isto é, na produção para o mercado interno.

Em sua análise, Oliveira encontra uma chave analítica importante. Ele identifica as formas de conformação do capitalismo na periferia através da acumulação primitiva compreendida como estrutural. Ou seja, trata-se de um processo que renova e expande a expropriação dos meios de produção constituindo novas classes sociais. Sem embargo, o que se operou foi a apropriação permanente do excedente produzido pelo trabalhador rural em seus múltiplos vínculos, denotando a intensificação da sua exploração, o que é reiterado, outrossim, pela análise de Ianni (2004). Essa chave é extremamente atual na dinâmica capitalista

brasileira, como Fontes (2010) recuperará no debate mais recente, como veremos adiante. Por ora, apresentamos a síntese de Ianni (2004, p. 187):

A acumulação originária compreendida principalmente como um processo estrutural (e não apenas em termos da gênese do capital) tem sido responsável pela extensa e intensa monopolização de terras devolutas, tribais, ocupadas e outras. Isso implica a transformação, ou rearranjo, das relações entre índios, sítiantes, caboclos, posseiros e outros trabalhadores rurais com a terra, enquanto objeto e meio de produção. Generaliza-se o divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção. E intensifica-se a violência privada e pública, de modo a favorecer a monopolização da terra, a proletarianização de trabalhadores rurais, inclusive índios.

Ademais, sobretudo a partir dos anos 50, a produtividade urbano-industrial se distancia da agrícola, ultrapassando-a, o que não autoriza e valida a análise de que são dois modelos econômicos divergentes. Nos termos de Oliveira (2011, p. 47, grifo nosso): “por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”. O que o autor complementa:

A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil. A tensão entre agricultura e indústrias brasileiras não se dá no nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura (OLIVEIRA, 2011, p. 47-48).

Nessa perspectiva, Ianni (2004) agrega que nesse processo de submissão da agricultura brasileira à indústria, o “subdesenvolvimento” não se caracterizou apenas pela relação do país com os países centrais na economia capitalista, mas pelas desigualdades internas. Em outros termos, sua abordagem revela que o desenvolvimento desigual e combinado de formas de trabalho e produção, intrínseco à dinâmica econômica brasileira, produz e reproduz as desigualdades regionais, correspondendo à concentração e centralização de capitais, esvaziando certas áreas e inchando outras. Assim, a questão agrária e a luta de classes também tomam uma configuração particular em cada região.

Grosso modo, nesse processo de modernização, destacamos que: a população camponesa não desaparece, mas, ao contrário, ganha novas expressões

diante das desigualdades oriundas da manutenção da estrutura agrária latifundiária e de direitos restritos ao âmbito urbano; os trabalhadores assalariados do campo sofrem com condições precárias de trabalho e de vida, em função da superexploração; a população indígena continua sendo espoliada. Em síntese, no processo de transição do trabalho escravo para o trabalhador livre, a questão agrária teve uma indelével marca de desigualdade. Não por acaso, entre a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que passa a regular as múltiplas formas de trabalho no campo, as lutas no campo foram protagonizadas por movimentos de cunhos políticos diferenciados, como os messiânicos, o cangaço, as ligas camponesas e o sindicalismo rural.¹²⁶ No ano seguinte (1964), já no período da autocracia civil-militar burguesa, o Estatuto da Terra teve o mérito de trazer à tona o debate sobre a função social da terra. Entretanto, a redução da reforma agrária às políticas de colonização apenas intensificaram e renovaram os conflitos no campo.

Segundo Oliveira (2011), outro equívoco da perspectiva cepalina foi a compreensão do crescimento do setor dos serviços como um peso morto na formação do produto, já que o entendimento é que não gera valor. Ora, o setor de serviços cresceu na medida da expansão das atividades urbano-industriais, sobretudo na forma precarizada, transferindo, portanto, permanentemente, fração do seu valor para atividades propriamente capitalistas. O cerne do que o autor nos propõe é a compreensão da forma particular em que a acumulação de capital se deu no Brasil, favorecendo a concentração de renda, de propriedade e de poder, o que remonta à tese de Trotsky de um desenvolvimento não apenas desigual, mas combinado. Em síntese, a revolução burguesa à brasileira, em definitivo, não confirmou o modelo clássico, inspirado nos países de capitalismo avançado. Ao contrário, aqui se combinou o “arcaico” e o “moderno”, não tendo havido uma oposição estrutural entre grandes proprietários de terra e as classes burguesas industriais. Destarte, as relações capitalistas se concentraram e trataram de subordinar a periferia (caracterizada por relações não salariais de produção que dinamizaram os conflitos agrários), em função da concentração do monopólio da terra e de relações de trabalho extremamente precárias.

Não por acaso, Ianni (2004) sustenta a tese da centralidade da questão agrária na configuração do Estado brasileiro e nas tentativas de ruptura fruto do

¹²⁶ Cf. IANNI, O. Relações de produção e proletariado rural. In: _____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

acirramento da luta de classes. O autor, em seu texto de 84, *Origens agrárias do Estado brasileiro*, traçou uma importante análise da questão agrária e sua influência no Estado, que segue desde a transição da Monarquia para a República até os anos 70 do século passado, e conclui que:

Pode-se dizer que o poder público tem sido levado a tomar decisões, criar órgãos, desenvolver políticas que influenciam bastante a agricultura, segundo os interesses da indústria, nacional e estrangeira. Ao longo da história, o campo é subordinado à cidade em escala crescente. Há mesmo uma industrialização do campo, seja em termos estritamente econômicos, seja em termos sociais e culturais. No campo, o capitalismo se desenvolve de forma extensa e intensa, conquistando e reconquistando fronteiras (IANNI, 2004, p. 242).

Antes de avançarmos nesse debate ainda candente na atualidade, hegemônica pelo neoliberalismo, mesmo com uma roupagem neodesenvolvimentista, daremos destaque ao processo que caracterizou, nos termos de Ruy Mauro Marini, a dependência brasileira das economias centrais, sobretudo a partir da autocracia civil-militar burguesa de 64.

2.4 A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE

2.4.1 Teoria da dependência de Marini – avançando na abordagem dialética

Vimos até o momento alguns dos autores que optaram por uma perspectiva metodológica dialética para desvendar os processos que levaram o país a transitar da sua particular subordinação à hegemonia do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. Em linhas gerais, a superação da dualidade entre o “atraso” e o “moderno” e a incorporação do conceito de desenvolvimento desigual e combinado deram o tom dos debates, sobretudo a partir dos anos 60. Naquele contexto, urgia a necessidade de se debruçar sobre a realidade brasileira na perspectiva de buscar fortalecer as classes populares na disputa por escolhas políticas condizentes com as contradições próprias da nossa modernização e enfrentar as forças conservadoras e autoritárias. É justamente nesse sentido que visamos destacar brevemente a contribuição de Ruy Mauro Marini, cuja produção teórica foi longa e largamente marginalizada desde o período da autocracia civil-militar de 1964, dada a sua elucidação crítica sobre subdesenvolvimento e dependência. Não por acaso, após a crise econômica internacional de 2008 e a adoção de medidas ditas neodesenvolvimentistas no país, sua obra vem sendo redescoberta, no sentido de

iluminar tanto os caminhos da dinâmica econômica na atualidade como as possíveis saídas pela esquerda.

Marini (2012) sustentava que a leitura de que a burguesia nacional faria uma revolução que levaria o país ao desenvolvimento do capitalismo, assim como nas vias clássicas, estava profundamente equivocada. A experiência histórica inaugurada em 64 demonstrou que as classes médias, burguesas e pequeno-burguesas, bem como as massas de trabalhadores foram derrotadas pelo domínio do grande capital, nacional e estrangeiro, que lançou mão de expedientes desumanos, hoje notórios,¹²⁷ em sua aliança com o que havia de mais reacionário no país. Com efeito, é preciso ter claro que por aqui a burguesia não tomou para si a democratização como via de estabelecer um pacto entre as classes para a promoção do desenvolvimento capitalista; ao contrário, ela se assumiu francamente contrarrevolucionária, como Florestan Fernandes também sentenciou. Nos termos de Marini (2012, p. 28-29):

[...] a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje [anos 60/70], *todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário* [grifo nosso].

Em concordância com a tese da integração da economia brasileira ao capitalismo mercantil, o autor ressalta que ao longo do século XIX e no início do século XX, o que se operou foi uma especialização da produção de bens primários para exportação. Já com a implementação do capitalismo industrial se opera uma transferência permanente de capital para fora do país, em direção aos monopólios/oligopólios internacionais. Destarte, as economias centrais drenavam o mais-valor latino-americano através da política mundial de preços e das regras do mercado financeiro. Para compensar a economia local, aumentava-se a extração do mais-valor absoluto, criado pelos trabalhadores agrícolas e mineiros, o que veio a caracterizar a superexploração latino-americana. Esse é um ponto central da análise de Marini, que caracteriza as economias dependentes.

¹²⁷ Refiro-me aos dados que a Comissão Nacional da Verdade divulgou sobre os mortos e desaparecidos entre 1946 e 1988. A Comissão é resultado dos debates da Conferência de Direitos Humanos de 2009, que reforçaram a necessidade da garantia à memória e à verdade no país. A partir de então, em 2010 foi criado um grupo para elaborar o anteprojeto da lei que regularia a Comissão, que foi sancionada em 2011 e instalada em 2012 (BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol.1. Brasília: CNV, 2014.).

As guerras do início do século XX na disputa pela hegemonia imperialista colocaram em xeque as economias centradas no modelo agroexportador. Diante da nova divisão internacional do trabalho ditada pelos monopólios, era necessário e urgente que tais economias buscassem o desenvolvimento industrial. Diferentemente do processo europeu, a industrialização tardia latino-americana não implicou em rupturas com o latifúndio, sendo este incorporado na esteira da modernização, ainda que com tensões internas entre as frações da burguesia. Tais tensões se intensificaram na transição dos investimentos da indústria leve para a indústria pesada. Após a I Guerra Mundial, o país adotou uma política cambial que favoreceu o desenvolvimento da indústria leve para substituição das importações, encontrando dificuldades de expansão mediante os obstáculos para a importação de bens intermediários e de equipamentos. Após, sobretudo, a II Guerra Mundial, a burguesia se voltou então para a indústria pesada, inaugurando a segunda etapa da industrialização, passando a disputar os saldos da economia agrário-exportadora, dada a necessidade de maiores investimentos de capital. Como resultado dos conflitos intraburgueses surgiu o bonapartismo, como o autor nos indica:

O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários. Fincando-se nas massas populares urbanas – seduzidas pela fraseologia populista e nacionalista e, mais concretamente, pelas tentativas de redistribuição da renda), a burguesia procura erigir um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiárias e mercantil (MARINI, 2012, p. 58).

Os altos custos para fomentar a indústria pesada abriram caminho para os investimentos externos. Os EUA, tendo saído fortalecidos das guerras, buscaram a hegemonia no domínio da integração produtiva. Ao mesmo tempo, diante do alto desenvolvimento tecnológico, a Europa buscava exportar seus equipamentos obsoletos ainda não amortizados. Assim, a segunda etapa da industrialização (num contexto de desenvolvimento industrial com poupança de mão de obra e abundância desta no mercado em função da questão agrária), renovou o ciclo de superexploração tanto no campo como na cidade. Com efeito, de um lado, a ruptura com o pacto bonapartista, a partir do afastamento da burguesia em relação ao apelo popular por reformas e, de outro, a necessidade do investimento estrangeiro diretamente no parque industrial, caracterizaram uma relação ainda maior de

dependência da economia brasileira, enterrando o sonho de um desenvolvimento autônomo. Nos termos do autor:

O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e *negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho* (MARINI, 2012, p. 62, grifo nosso).

Mesmo na segunda etapa da industrialização, a questão agrária continuou central nos rumos do país. A alta concentração de terra e a baixa produtividade para o mercado interno, consideradas impeditivas para o desenvolvimento industrial ao lado da crise do comércio exterior, trouxeram à baila o debate sobre reforma agrária a partir dos anos 60. Este rompeu o círculo dos especialistas e dos partidos políticos e tomou corpo nos movimentos camponeses que buscaram se organizar. Em 1958, surgiu a primeira Liga Camponesa, em Galileia (Pernambuco), e em 1961 ocorreu o primeiro Congresso Nacional dos Camponeses. Por outro lado, justamente entre o final dos anos 50 e o início dos anos 60, Juscelino Kubitschek sacralizou o investimento estrangeiro para o desenvolvimento industrial do país. Nesse cenário, a oposição se acirrou entre as classes dominantes e as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

Num breve interstício, Jânio Quadros buscou responder aos ânimos das classes sociais com reformas que tendiam mais para os anseios populares, o que provocou o descontentamento de setores patronais e das forças reacionárias, levando à sua renúncia no próprio ano de 1961.

Nesse contexto, Goulart surgiu como um mediador entre as classes populares e os setores da burguesia que enxergavam na dependência externa e na questão agrária os obstáculos para a expansão do desenvolvimento do país. Nessa direção, propôs o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-1965) que não se viabilizou pela impossibilidade de realizar reformas importantes, como a própria reforma agrária. Descontentes com a linha de defesa reformista do PCB, que expressava o desejo de uma aliança da burguesia nacional com a classe operária, surgiram várias outras organizações e movimentos na cidade e no campo, a exemplo da Organização Revolucionária Marxista (Polop), da Ação Popular, do Comando Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes, da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, dentre outras. Ademais, as Ligas Camponesas, já existentes, se expandiram.

Por outro lado, a Sociedade Rural Brasileira, surgida em 1919 por iniciativa de latifundiários, passou a defender as milícias armadas para lutar contra camponeses. Ademais, grupos de industriais de São Paulo e Rio de Janeiro criaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para reunir fundos e fundamentar as críticas ao governo. Ao mesmo tempo, setores da Igreja Católica provocaram a sociedade para se manifestar contra a ameaça comunista. Somada a tais tensões internas, a Aliança para o Progresso representou a intervenção dos EUA na política brasileira através do financiamento de governadores e parlamentares contrários ao governo Goulart. Em 13 de março de 1964 as forças de esquerda se reuniram no Rio de Janeiro para clamar pelas reformas de base. A presença e pronunciamento do próprio Jango no ato confirmou seu apoio político aos movimentos populares. Em consequência, o caldo do conservadorismo temperado pelo fascismo entornou, afogando a sociedade brasileira num longo período de autocracia civil-militar burguesa.

Não por acaso, o nível de tensão da luta de classes que resulta desse processo culminou na instauração de regimes ditatoriais tecnocrático-militares. A sua principal tarefa foi a promoção do desenvolvimento industrial da fase imperialista, relegando as demandas dos trabalhadores para um plano secundário. No meio rural, a dramaticidade era dada pelo aumento do mais-valor absoluto retirado das massas camponesas. A política para o aumento da produtividade se deu através do barateamento da mão de obra rural, por meio tanto da mecanização, via *Revolução Verde*, e extensão das áreas para pecuária (reduzindo as oportunidades de trabalho no campo, bem como as remunerações) quanto da legislação que reconheceu e regulou formas de exploração como o arrendamento e a parceria. *Essa política teve como resultado o desemprego no campo, seja com a ampliação dos boias-frias que se submeteram aos salários estabelecidos pelos latifundiários, seja com a migração para as periferias dos grandes centros urbanos, ficando no fluxo entre o proletariado rural e urbano.*

Diante desse quadro de aumento da superexploração dos trabalhadores rurais e da violência no campo, o movimento camponês, para além da sindicalização, partiu para a radicalização das lutas, buscando enfrentar o poder do latifúndio, a exemplo das Ligas Camponesas.¹²⁸

¹²⁸ Cf. Stédile (2006), dentre outras obras que tratam desse importante movimento na história do Brasil. Na Internet, há disponível também uma página sobre a memória das Ligas Camponesas que

No meio urbano, a classe operária foi colocada no limite da sua reprodução social, o que foi favorecido pelo crescimento exponencial do subproletariado nas bordas das cidades. As classes médias não apoiaram a luta dos trabalhadores, mais uma vez, nutrindo-se pelo sonho desenvolvimentista, negligenciando que este estava absolutamente refém da dinâmica imperialista que subjugava setores da “burguesia nacional”. *Esta, por sua vez, para compensar a drenagem de mais-valor para o estrangeiro, tratou de intensificar a exploração de mão de obra num cenário em que a reforma agrária foi derrotada, caracterizando o que Marini (2012) chamou de “subimperialismo”, ou seja, uma etapa do capitalismo dependente da própria hegemonia dos monopólios e do capital financeiro.*

Em outros termos, o desenvolvimento capitalista no país se deu baseado na superexploração, ou seja, na depreciação permanente do valor do trabalho, pagando baixo, no caso dos camponeses e trabalhadores rurais, ou no limite, no caso dos trabalhadores urbanos, o tempo necessário de trabalho. Nesse cenário, Marini (2012) criticou duramente as perspectivas reformistas equivocadas da esquerda (PCB¹²⁹ e outros setores), que insistiram numa aliança com a burguesia nacional – o que esse autor denominou de política de colaboração de classes.¹³⁰ Em vez disso, Marini (2012) reivindicava que as lutas trilhassem o caminho do socialismo.¹³¹ Na ocasião, o autor defendia uma abordagem produtivista sobre o socialismo, pois dela escapava a análise sobre os limites dos recursos naturais e sobre os danos socioambientais, que têm renovado a exploração humana e depreciado as condições de vida no planeta, sobretudo para os segmentos mais pobres. Destaca-se que esse limite é histórico, pois no Brasil nos anos 60 o país ainda não possuía uma industrialização suficiente para sanar as necessidades do mercado interno. Nas palavras de Marini (2012, p. 67):

pode ser consultada no endereço: MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 21 abr. 2015.

¹²⁹ “Defendendo seu conteúdo em termos de uma luta anti-imperialista e anti-feudal, o PCB apontou o caminho pacífico como via, as reformas como instrumento, e a frente única entre a burguesia e proletariado como garantia” (MARINI, 2012, p. 204).

¹³⁰ Para uma compreensão mais profunda das distensões no movimento de esquerda desde a revolução de 30 até os anos 60, consultar “O movimento revolucionário brasileiro”, in: Marini (2012, p. 163-254).

¹³¹ Não é nosso objetivo tratar da temática, mas o autor indica que foi a partir de 68 que as massas populares se reorganizaram, rompendo com o reformismo e enfrentando o governo, até mesmo, através de guerrilhas.

O avanço irrefreável das massas exploradas se orienta inevitavelmente para a substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas e que resulte numa elevação efetiva nos níveis de trabalho e de consumo, isto é, o *sistema socialista* [grifo nosso].

Em linhas gerais, intencionamos reter da análise dialética de Ruy Mauro Marini (2012) a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente com sua teia entre agricultura e indústria, ora se complementando, ora rompendo, a partir de interesses interburgueses distintos, mas sempre em resposta ao domínio imperialista dos monopólios estrangeiros e do capital financeiro. Numa abordagem apurada, o autor esmiuçou as lutas de classes, destacando as diferenças entre o movimento operário urbano (mais reformista, em função da influência das forças políticas atuantes há mais tempo, sobretudo, a partir da “revolução de 30”) e o movimento camponês (mais radical, dado seu afastamento desse caldo cultural da pequena burguesia e sua recente organização enquanto classe para si).¹³² Dadas tais diferenças, Marini (2012) considerou abstrata a aliança entre os movimentos operário e camponês, em compassos políticos ainda distintos, mesmo após a radicalização das lutas também no meio urbano no pós-68. Não por acaso, o desenvolvimento capitalista se deu sob o autoritarismo de políticas que favoreceram abertamente os interesses monopolistas e financeiros em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Destarte, as reflexões de Marini são ainda bastante atuais e nos auxiliam a pensar sobre as questões nacionais e internacionais no tempo presente.

2.4.2 Teoria do Capital-imperialismo de Virginia Fontes

Na perspectiva de estabelecer um diálogo crítico, tanto com o legado de Ruy Mauro Marini quanto com o de David Harvey, dentre outros autores, para avançar na compreensão materialista-dialética do tempo presente, Fontes (2010) nos apresenta a teoria do capital-imperialismo. Recorrendo à contribuição marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no século XX, a autora busca atualizar a análise para compreender a gênese e ascensão do domínio do capital monetário, cuja face atual se expressa pela expropriação massiva dos trabalhadores, renovando a exploração capitalista.

¹³² Tal afirmativa vai ao encontro dos dados da Comissão da Verdade que, em sua pesquisa, comprova a repressão mais violenta no campo no período da ditadura civil-militar.

Marx já indicava a necessidade da expansão permanente do capital, através da conquista de novos mercados para a sua valorização. Sobretudo no Livro III d'O Capital, Marx apresentou o processo de concentração e centralização de capitais, demonstrando uma relação intrínseca em que para a industrialização se expandir ela necessita do capital monetário, ou portador de juros, e para o capital monetário ser retido, precisa da valorização das mercadorias industrializadas. Entretanto, foi Lênin quem utilizou a expressão imperialismo para designar a fase de domínio dos monopólios através da fusão entre capital industrial e bancário, que caracteriza a determinação cada vez mais intensa do capital monetário no desenvolvimento industrial, tornando-se um pilar essencial do processo de acumulação.

Ainda em Marx encontramos as bases para compreender que essa complexificação das diferentes dimensões do processo global de acumulação de capital se expressa na separação entre proprietários e gestores de empreendimentos, bem como na alta concentração de recursos monetários em poucas mãos, o que denominou de capital fictício. Ou seja, abriram-se novas formas de especulação do capital, mas que se ligam diretamente à dinâmica real e concreta da valorização. Nos termos de Fontes (2010, p. 37):

O crédito é uma das formas corriqueiras da formação de capital fictício, à qual vale incorporar as demais formas, como a circulação de letras de câmbio como meio de pagamento (uma vez que não se sabe se a produção que lastreiam ou a venda que afirmam efetivamente se realizou); e a dívida pública, a qual designa originalmente um comprometimento futuro do Estado com a produção de recursos inexistentes no presente e que lastreiam a emissão de títulos da dívida. Para além disso, tais títulos passam também a ser negociados diretamente, com razoável independência do teor e das condições que lhes deram origem, de maneira similar às ações de empresas que, de garantia da propriedade de uma parcela do capital ativo, que explora mais-valor, ao se converterem em títulos negociáveis sem relação com a efetiva situação da exploração do trabalho, expressam também capital fictício.

A autora complementa esclarecendo a relação entre capital monetário e fictício:

Decerto, a distinção entre capital monetário e capital fictício por vezes parece esfumçar-se ou, ao contrário, uma ênfase excessiva colocada no capital fictício parece diluir a base social da extração de mais-valor que a própria existência do capital fictício precisa expandir. É preciso, portanto, lembrar que o volume de criação arbitrária de capital (especulações, fraudes, sob variadas modalidades, além de inúmeras operações financeiras contemporâneas) pode deslocar-se do terreno imediato da produção de valores, gerando as famosas “bolhas” (FONTES, 2010, p. 38).

A compreensão dessa relação faz-se mister para se ter dimensão dos desafios contemporâneos, pois implica em aprofundamento das expropriações dos trabalhadores, intensificando sua exploração em concomitância com a ameaça ambiental. Não obstante, a expansão dessa relação é acompanhada pelo aumento das crises e conseqüentemente pelo acirramento da luta de classes sociais.

Fontes (2010) destaca que a era do capital-imperialismo renova permanentemente os ciclos de expropriação, o que merece destaque, tendo-se em vista que nos parece uma chave importante para compreender a particularidade desse processo no Estado do Rio de Janeiro, como nossa pesquisa buscará revelar. Em concordância com Oliveira (2011) e Ianni (2004), a autora sustenta que a “acumulação primitiva” não é algo episódico que está circunscrito ao processo de desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra. Nessa linha interpretativa, a “acumulação primitiva” é algo que antecede a consolidação do desenvolvimento capitalista, empurrando massas de trabalhadores para uma relação de assalariamento que supostamente seria permanentemente expandida como condição desse próprio desenvolvimento. Nos termos da autora:

A suposição de que a “acumulação primitiva” tenha sido algo de “prévio”, “anterior” ao pleno capitalismo leva ainda à suposição de que, no seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações “bárbaras” de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e “civilizada”. Se Marx criticava a origem idílica do capital, aqui se trata de uma figuração idílica da historicidade regida pelo capital. Ora, a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. *As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista* (FONTES, 2010, p. 45, grifo da autora).

A partir dessa chave torna-se possível compreender as funções particulares que as expropriações denotam. Se num primeiro momento, que a autora denomina de expropriações primárias, a intenção era de liberar a mão de obra do campo para o capitalismo industrial nas cidades, na atualidade, que denomina de expropriações secundárias, esse processo se intensifica, mas num cenário de alta precarização do trabalho, cuja empregabilidade não está no horizonte de gerações de trabalhadores que estão submetidos às formas mais vis de contratação, ao mesmo tempo em que têm ameaçados os direitos sociais historicamente conquistados. *Em outros termos,*

a expropriação secundária se caracteriza não apenas pela expropriação de terras, mas de direitos, num cenário de desemprego estrutural.

No sentido de nos dar a medida dos efeitos dramáticos desse processo, a autora recorda que até os anos 1950 a população urbana mundial não chegava a 30%, enquanto que, em 2007, chegou a 50%. Isso significa que metade da população mundial depende em alguma proporção do mercado para sobreviver, o que incide sobre todas as dimensões da vida, como através do rompimento de comunidades tradicionais com o próprio saber secular, desenvolvido por gerações passadas. Essa teia das relações sociais capitalistas, que modifica a organização das cidades e do meio ambiente, penetra em todos os lugares, de forma diferenciada e desigual, comprovando que o trabalho foi subjugado de tal forma que não é apenas na fábrica que o processo de alienação se dá. Em verdade, na medida em que as relações capitalistas avançam, pela forma assalariada ou não, subtraem-se não apenas terras, concentrando-as na forma propriamente capitalista, mas se subtraem também formas de vida e de existência, tornando contingentes cada vez maiores de populações dependentes do mercado, estranhando a si como sujeitos criadores e criativos da sua própria história.

Alterar esse estado de relações implica em revolucionar severamente a estrutura agrária que participa do processo de acumulação de capital que, de um lado, concentra terras e, de outro, produz pobreza e miséria. Entretanto, ao contrário de uma revisão desse nível por iniciativa dos diferentes governos, o que se assiste é uma política deliberada de aumento da expropriação/exploração, financiada por organismos financeiros internacionais. *Não por acaso, desde os anos 60, como resposta à crise do capital, as políticas de desenvolvimento e combate à pobreza nada mais fazem do que produzir mais pobreza, pois financiam a modernização que joga mais contingentes populacionais na dependência do mercado. A Revolução Verde foi emblemática nessa direção.* Nos termos de Fontes (2010, p. 53):

Durante a gestão de McNamara no Banco Mundial (1968-1981), foi constituída uma política de base estadunidense, rapidamente convertida em política internacional voltada para a pobreza, em especial a partir dos anos 70. Tal política, aliás, direcionou-se em primeiro lugar à pobreza rural e impulsionou projetos de aumento do crescimento da produtividade rural, através de financiamentos destinados à camada superior dos pequenos agricultores. Como se pode imaginar, derivou da afinidade íntima do Banco Mundial com a Revolução Verde, e que impulsionou a extensão em diversos pontos do planeta de uma agricultura capitalizada, fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias. *A atuação internacional “contra a pobreza” destinava-se a, em curto prazo, incentivar*

as expropriações agrárias de posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários
[grifo nosso].

Desde então, o processo de expropriações se intensificou, não se restringindo à usurpação dos meios de produção (a terra, essencialmente), mas avançando sobre os conhecimentos seculares, a biodiversidade, numa perspectiva ampliada de mercantilização da vida. Nesse contexto, é ilusório considerar que ainda há os de fora do sistema capitalista. Mesmo que de forma diferenciada e desigual, cada vez mais populações estão submetidas ao jugo das relações sociais capitalistas, como vem se dando através da apropriação intelectual via patentes. As patentes têm sido um instrumento potente de privatização e monopolização da vida, como demonstram as convenções internacionais de comércio que chancelaram as patentes de organismos vivos.¹³³ Não por acaso, justamente na entrada do século XXI se constituiu o movimento internacional Via Campesina, na perspectiva de enfrentar o pleno domínio do capital sobre o conjunto das relações sociais.

Fontes (2010) dedica uma parcela da sua pesquisa ao diálogo crítico com as formulações que, mesmo na chegada ao século XXI, afirmam que há um lado de fora do capitalismo. Não é nosso propósito aprofundar aqui esse debate, mas indicar a sua importância e, nesse sentido, a contribuição da autora.¹³⁴ Ela defende que as expropriações oportunas à atual fase do capital aprofundam a monopolização dos meios de produção e avançam ferozmente contra os direitos sociais de todos os segmentos populacionais, tanto urbanos quanto rurais. Essa perspectiva pretende reforçar a atualidade da luta de classes e seus desafios, pois as relações sociais capitalistas se capilarizaram de tal forma que não seria possível um lado de fora que alimentasse sonhos românticos de retorno a uma sociedade idílica que sequer existiu. Assim, compreende que o processo de dominação do capital se dá de forma desigual e imbricada, mutilando ou submetendo e subjugando relações sociais precedentes. Com efeito, é notório que existe o mais alto nível de desenvolvimento tecnológico em concomitância com trabalho escravo e infantil, a exemplo do próprio ramo da produção agrícola mundial. É nesse bojo que as lutas populares camponesas do século XXI ganharam uma perspectiva anticapitalista, pois se consideram dentro do capitalismo, tomando consciência de que devem enfrentá-lo

¹³³ Veremos apropriadamente os efeitos desse processo para a agricultura mundial, sobretudo, para a brasileira (cf. item 2.7 desta tese).

¹³⁴ Cf. FONTES (2010), sobretudo as páginas 62 a 93, em que dialoga com David Harvey, Karl Kaustky, Rosa Luxemburg, Ellen Wood e Immanuel Wallerstein.

no seu campo e não simplesmente buscando o retorno a uma sociedade rural ultrapassada, com comunidades isoladas, poderes absolutos e relações patriarcais.

Esse tipo de expropriação, denominada pela autora de secundária, traz novos desafios para a luta de classes na era do capital-imperialismo (ou o imperialismo monetário). Fontes (2010) considera a recuperação do conceito de imperialismo, sobretudo na acepção leniniana, fundamental para a compreensão da dinâmica capitalista mundial, do pós-II Guerra Mundial até o tempo presente. Trata-se de uma fase da expansão do capital em sua totalidade que não se restringe, portanto, à dimensão econômica, ou política, mas ao conjunto da vida social. Nas últimas décadas, o esforço intelectual de compreensão desse período foi determinado pela despolitização do domínio imperialista do capitalismo, por vezes sendo substituído pelo suposto isolamento do poder financeiro. Destarte, a autora destaca que as categorias “globalização”, “neoliberalismo” e “mundialização” não foram capazes de descortinar a essência desse processo, que renovou o imperialismo sobre novas bases.

Se anteriormente o imperialismo se caracterizava pela colonização direta, ao longo do século XX o processo de acumulação, baseado na concentração e centralização de capitais passa a ser ditado por um conjunto de organismos financeiros internacionais, ganhando hegemonia após a crise do capital instaurada desde o final da década de 1960, que submete o conjunto de nações ao seu jugo.¹³⁵ Tais organismos impõem (des)ajustes em que o Estado se torna um grande sócio, mantendo suas funções herdadas do desenvolvimentismo, como a compra direta dos setores oligopolistas, a exemplo da área bélica, promovendo infraestrutura para parques industriais, até a fase atual de açambarcamento dos direitos sociais para privatizá-los e torná-los lucrativos, como a criação dos fundos de pensão de servidores públicos, a privatização ampliada dos serviços de saúde e educação, dentre outros.

No âmbito da realização do valor há uma imbricação entre capitalistas e banqueiros. No capital-imperialismo se opera uma fusão crescente entre capitais, capitaneados pelo mercado financeiro. Assim cresce a massa de capital portador de

¹³⁵ No pós-II Guerra Mundial, destaca-se a criação do Fundo Monetário Internacional e o Grupo Banco Mundial, do qual fazem parte o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944 para realizar empréstimos a governos e instituições públicas, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960 para oferecer créditos a governos e instituições de países pobres (FONTES, 2010).

juros que, por sua vez, precisa se realizar na produção, locus de extração de mais-valor. Desde a expropriação primária, sabemos que a liberação da mão de obra é condição para a expansão do capital, acompanhada de suas contradições, e o que se assiste desde a II Guerra Mundial são expropriações não apenas de territórios, mas de modos de vida numa escala jamais vista. Sendo assim, a autora nos indica que:

O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a capturar todos os recursos disponíveis para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes da população mundial, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em formas de produção/extração de valor (FONTES, 2010, p. 165, grifo da autora).

Em outros termos, ao contrário da tese da sociedade pós-industrial, o que se assiste é uma ampliação massiva de trabalhadores livres de seus meios de produção, que se encontram reféns de vínculos de trabalhos os mais variados e frágeis possíveis. Tal processo se dá no mundo de forma desigual e combinada e mesmo no interior das mesmas organizações corporativas. Estas, na busca desenfreada por lucros, segmentam a produção, fazendo migrar para as regiões em que os trabalhadores são menos organizados as indústrias mais poluentes e os equipamentos obsoletos. Tanto apoiado em regimes democráticos como dirigido por autocracias burguesas, o desenvolvimento capitalista se deu como desenhado nas linhas acima, isto é, ampliando as formas de exploração dos trabalhadores.

Ademais, essa ampliação tem sido acompanhada de contradições e crises cada vez mais profundas, posto que as medidas anticíclicas são nacionais, mas a concentração e centralização de capitais se dá em escala internacional, sem obstáculos para a sua migração na busca por liquidez. A resposta a essa crise, com variações, tem sido ditada pelos organismos financeiros internacionais supracitados, implicando em contrarreformas que atacam os direitos sociais, enfraquecem os sindicatos e as forças políticas de esquerda. Em resposta, a sociedade civil vem fragmentando suas lutas, muito enredada pelo mantra do fim do trabalho, bem como pelo ressentimento com os equívocos da experiência soviética e seu declínio nos anos 80, abrindo o caminho para a ideologia do fim da história, e, portanto, do suposto fim de uma alternativa socialista ao desenvolvimento capitalista.

Ainda em plena Guerra Fria, as entidades internacionais de trabalhadores (sindicais e partidárias) já se encontravam presas no jogo de xadrez em que cada passo já previa a jogada do opositor. Ou seja, um jogo limitado pelas regras da

democracia burguesa. Outrossim, começou a haver um tensionamento dado pelo apoio ou pela crítica ao bloco soviético, negligenciando-se lutas populares insurgentes que poderiam ter sido capitalizadas pela perspectiva internacionalista dos trabalhadores. Tais lutas acabaram por tirar do foco o próprio modo de produção e de vida capitalistas, seja centrando-se em demandas nacionais pela ampliação da democratização, seja pela internacionalização das lutas pacifistas, antinucleares e ecologistas, seja combinando lutas nacionais e internacionais, como as antirracistas e feministas. Com efeito, devemos lembrar que, ainda que importante nessa ordem, a luta restrita à democratização, como através da ampliação de direitos, revela-se apenas como a contraface das expropriações do capital. Ou seja, é preciso que as lutas tenham como perspectiva uma sociedade para além dos direitos circunscritos nessa sociabilidade.

Sobretudo a partir de 68, num cenário de crise econômica e de descontentamento com a experiência soviética, esses movimentos eclodem, essencialmente nos EUA e na Europa ocidental. Nesse contexto, a questão ambiental surge com força em crítica ao desenvolvimento industrial, tanto capitalista quanto comunista, mas é rapidamente reconvertida pelo capital. Em nome da defesa da natureza, esconde-se, em verdade, a sua privatização e mercantilização. Agregasse que, em oposição aos partidos comunistas (vermelhos), surgem os partidos verdes, incapazes de fazer qualquer enfrentamento de fundo ao desenvolvimento capitalista. Sobre a reconversão da questão ambiental, a autora afirma:

Muito rapidamente, a questão ambiental seria conduzida pelas entidades internacionais do capital: já em 1972 ocorria em Estocolmo a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a partir o relatório do Clube de Roma, iniciado em 1968 e constituído por cientistas, industriais e políticos, cujo eixo central girava em torno das novas dificuldades para o capital no que tange à utilização de reservas naturais. A proposta de crescimento zero que nele figurava demonstrava amplamente a profunda desconsideração perante a produção internacional de desigualdades, abrindo o caminho para uma peculiar reconversão. A questão ambiental se descolava de dois de seus núcleos fundamentais: da socialização crescente do processo de trabalho e das *pesadas formas de concorrência internacional entre os trabalhadores que impulsionavam os mais frágeis a estratégias de sobrevivência predatórias, sendo, portanto, criminalizados por sua própria necessidade*. As novas gerações das classes trabalhadoras no mundo seriam penalizadas pela dupla segregação do racismo ambiental (FONTES, 2010, p. 183, grifo da autora).

Ademais, complementa sobre a institucionalização da sustentabilidade:

Posteriormente, a institucionalização da sustentabilidade favoreceu o estabelecimento de padrões de mensuração internacional, cuja ponta mais visível é a generalização dos créditos de carbono, pelos quais os grandes

poluidores compram das regiões menos poluídas a capacidade de continuar sua devastação. Embora envolva na atualidade forte circulação de capitais fictícios, seu ponto de partida é a expropriação efetiva da capacidade humana de subsistir no planeta que se torna propriedade de alguns através de tais títulos (FONTES, 2010, p. 184).

Em síntese, a autora ainda destaca uma dinâmica que precisa ser colocada em evidência: o financiamento dessa pluralidade de movimentos sociais, em que instituições financeiras como o próprio Banco Mundial, as fundações Ford e Rockefeller, dentre outras, financiam organizações da sociedade civil como forma de “enfrentar” a pobreza e seu impacto sobre o meio ambiente. Numa breve digressão, podemos considerar que, para a economia clássica e os princípios liberais da era concorrencial, a pobreza era natural e deveria ser enfrentada com repressão (como as workhouses, dentre outras iniciativas), combinada com iniciativas caritativas. Na era dos monopólios, alguns governos (fossem de orientação keynesiana, fossem de perspectiva nacional-populista desenvolvimentista – resguardadas as devidas particularidades), a partir de um pacto entre capital e trabalho vislumbravam a intervenção do Estado na questão social, sobretudo através de políticas sociais. Na era do capital-imperialismo, em que o capital monetário reina aliado aos oligopólios, a “sociedade civil organizada” é reconhecida como o locus de enfrentamento da pobreza e não mais o Estado. Esse chamado da autora é de extrema relevância, pois incide diretamente na dinâmica da luta de classes, o que buscaremos destacar oportunamente ao abordar a luta dos movimentos camponeses no Estado do Rio de Janeiro.

2.5 Da modernização conservadora ao agronegócio

Tendo trazido à tona as relações de dependência da economia brasileira na teia das relações entre capital e trabalho, no nível internacional, em suas diferentes fases ao longo do século XX, cabe-nos ainda atualizar como a produção agrícola e a questão agrária integram a totalidade da produção global capitalista.

Adentramos o século XXI com as elites agrárias assumindo uma nova roupagem. A questão central é que o latifúndio não deixou de existir, mas se transmutou em corporativismo e agronegócio. Ou seja, não se trata mais da figura de um grande proprietário que gere seu próprio negócio, seja pela especulação da terra, seja tornando-a produtiva. Ao contrário, é preciso compreender a

modernização agrícola no bojo de um processo mais amplo de financeirização do capital.

De início, faz-se mister esclarecer que não se trata de uma integração meramente técnica, mas de um processo intenso de centralização de capitais, dirigido pelo mercado financeiro.

Nesse processo devemos destacar o papel do Estado como grande sócio do capital nacional e do mercado financeiro. Nessa direção, Fontes (2010, p. 328) ressalta que o BNDES teve uma função estratégica no processo de centralização de capitais nos governos FHC e petistas, financiando o desmantelamento de órgãos públicos. Ademais, o BNDES financiou a transnacionalização de empresas nacionais, que passaram a investir no exterior, como as do ramo da construção civil e alimentício, a exemplo da Friboi (p. 343-5).

Rompendo com a perspectiva sistêmica que tende a isolar os processos sociais, Delgado (2012) reitera a importância da categoria *agronegócio* para expressar conceitualmente a particularidade brasileira nessa entrada de século. O agronegócio se caracteriza pela *associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária, como realização de uma estratégia econômica do capital financeiro, que persegue o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado*, como veremos a seguir. Contudo, antes ainda de aprofundarmos os elementos que caracterizam nossa particularidade, sem qualquer pretensão de esgotar o debate, o autor destaca que é preciso compreender dois eixos estruturantes da agricultura no século XXI: a política de crédito rural e o mercado de terras.

Em termos técnicos, a produção agrícola se caracteriza pela intermitência, isto é, há descontinuidades no próprio ciclo agrícola (pois este sofre diretamente com as alterações ambientais, mesmo com todo investimento tecnológico) e entre as safras agrícolas. Sendo assim, durante certo período, o capital fixo fica imobilizado, não produzindo, portanto, mais capital. Como medida da economia política do capital para manter a liquidez e a valorização da produção agrícola, as commodities foram criadas para antecipar os preços através da especulação mercantil, transportando as mercadorias no tempo. Essa dinâmica da financeirização da agricultura se assenta num tripé, qual seja: monopólio, crédito e Estado. Com efeito, ocorre uma integração entre capitais, estimulada pela política de créditos garantida pelo Estado, que beneficia os grandes proprietários de terras em detrimento da agricultura familiar

camponesa, pois a política de juros inviabiliza a pequena produção. Nesse sentido, Delgado sinaliza:

É inegável que a política monetária e financeira do Estado, e particularmente no caso brasileiro, compreende um enorme poder de determinação, simultaneamente, da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento de crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhes margens de lucratividade mais estáveis e generosas (DELGADO, 2012, p. 29).

Inspirado em Hilferding, Delgado (2012) resgata que, sob a égide do capital financeiro, passa a haver uma conglomeração do capital industrial com o bancário, com o objetivo de concentrar e dar mobilidade ao capital, transformando-o permanentemente em ativos financeiros. Ou seja, o interesse deixa de estar focado na taxa de lucro de uma empresa determinada, passando para a taxa média de lucro de um conglomerado empresarial.

Além da política de crédito, a dinâmica ditada pelo capital financeiro se apoia no mercado de terras como forma de reter a renda fundiária. Os produtos agrícolas que garantem o retorno dessa renda são os que têm suas negociações no mercado internacional, sobretudo em commodities, isto é, são produtos voltados para a exportação e não para o consumo no mercado interno. Com efeito, estamos tratando de um modelo de agricultura que, em nome da busca por renda, favorece a produção monocultora em detrimento das necessidades nutricionais da população. No intuito de dar a medida dos danos sociais desse modelo, o autor supracitado recorre a pesquisas realizadas nos anos 80, com destaque para Fernando Homem de Mello. Comparando os índices de produção por habitante entre 1977 e 1983, percebe-se a redução da produção de alimentos (arroz, feijão, milho, mandioca e batata) e o aumento de exportáveis (algodão, amendoim, fumo, laranja e soja), bem como da cana-de-açúcar. Buscando traduzir os dados apurados em palavras, Delgado (2012, p. 66) afirma:

Se apenas a produção de “exportáveis” e de cana-de-açúcar permite, pelos seus preços relativos que os retornos do capital paguem a renda fundiária compatível, essa produção tornar-se-á prioritária do ponto de vista capitalista. Isto ocorre mesmo que se elevem as carências nutricionais das populações mais pobres.

Em síntese, a forma como a agricultura é integrada estruturalmente ao capitalismo financeiro (tanto através da política de créditos, que beneficia os grandes proprietários, quanto através do mercado de terras, que favorece a monopolização da terra para a produção monocultora de exportação) denota uma grande instabilidade econômica e social, a exemplo da fuga de capitais nos momentos de crise e dos riscos permanentes para a soberania alimentar. Nesse contexto, *a análise da dinâmica capitalista contemporânea em sua totalidade, mais uma vez, derruba qualquer tese sobre a questão do monopólio da terra ser um impedimento para o desenvolvimento capitalista, e redimensiona a pauta da reforma agrária.*¹³⁶

No bojo da atual fase da acumulação capitalista, o debate do acesso à terra e a direitos para as populações rurais é insuficiente para uma reforma agrária popular. Ampliando essa pauta, o autor propõe um conjunto de medidas de reformas progressistas, dentre as quais destacamos o controle social sobre os movimentos do capital. Em outros termos, a reestruturação da política fundiária não tem qualquer sentido isoladamente, devendo estar integrada a políticas macroeconômicas de geração de emprego, de contenção da especulação financeira, de reestruturação do financiamento rural, de investimento em políticas para a soberania alimentar.

Ademais, é extremamente temerário para a estabilidade econômica esse tipo de integração da agricultura, em que os saldos dos ativos agrícolas são considerados salvo conduto para resguardar a economia brasileira do endividamento, como o governo Lula lançou mão a partir de 2003. Na perspectiva de demonstrar a fragilidade da reprimarização da economia, Delgado (2012) recupera a análise da política de Delfim Neto para lidar com a recessão em 1982 e seus efeitos. À época, apostou-se na primarização da economia, com expansão das terras do centro-oeste, para que os saldos das exportações agrícolas compensassem o déficit na balança comercial. Ora, devemos ter em mente que, quando se aborda a economia capitalista à brasileira, falamos de uma economia dependente, como já vimos fundamentalmente com Florestan (2005), Oliveira (2011), Ianni (2004), Marini (2012)

¹³⁶ Não será nosso objeto de estudo nessa pesquisa, mas deve-se destacar a importância de estudos que revelam as dimensões econômica e política das frações da burguesia agrária nessa conjuntura de financeirização da agricultura, para apoiar as lutas sociais em bases materiais. Nesse sentido, destacamos: MENDONÇA, S. R. de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009; BRUNO, R. et al. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009; CASTILHO, A.L. **Partido da terra** – como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012; dentre outros.

e Fontes (2010). Ou seja, parte significativa desses saldos é drenada para o exterior, tornando extremamente frágil a estabilidade econômica. Nos termos do autor:

Mas como esses saldos comerciais são remetidos ao exterior por exigência das condições contratuais de remuneração do capital estrangeiro, a política de saldos comerciais a qualquer custo não é compatível com o crescimento da demanda interna, que em última instância afetaria negativamente esses saldos. Por isso, não pode haver recuperação sustentável no conjunto da economia, mas tão somente de alguns setores envolvidos nesse arranjo macroeconômico – que inclui o setor primário da economia (DELGADO, 2012, p. 81).

Essa política econômica foi resgatada no governo Lula na entrada do século XXI. Nesse interstício, com a adoção da orientação política neoliberal com FHC, se transitou para uma fase ultraliberal pautada pela plena abertura ao comércio exterior para atrair investimentos estrangeiros. O resultado foi a desvalorização das rendas fundiária e agrícola. Ocorre que, entre 1994 e 1999, essa política também se mostrou débil, com aumento do déficit que não seria mais compensado pelo superávit primário, mas pelo endividamento externo. Até que em 1999, diante de mais uma crise no cenário internacional, os capitais migraram jogando o país mais uma vez na busca por uma saída para a estabilidade econômica. As medidas adotadas doravante vieram a caracterizar o agronegócio brasileiro com os ingredientes já mencionados, ou seja, o capital financeiro interferindo diretamente no modelo produtivo, assentado numa política de créditos e num mercado de terras que favorece o monopólio e a centralização de capitais.

No segundo mandato do governo FHC a política se voltou para investimentos em infraestrutura territorial; investimento em pesquisa (Embrapa) em sincronia com as empresas multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial; reativação do crédito rural nos planos de safra. O cenário internacional acenava para uma intensa recepção, mas para meia dúzia de commodities em expansão. Os efeitos do recrudescimento do desequilíbrio externo desse projeto apareceram no segundo governo Lula, via reprimarização da economia, cuja política recuperou o investimento nas exportações como forma de se livrar do déficit em conta corrente.

De fato, no período de 2003 a 2007 os saldos comerciais superaram o déficit da “conta corrente”, tornando-a superavitária. O governo apostou no boom das commodities investindo no aumento da produção das mesmas. Destaca-se que, quando ocorre o aumento da demanda por commodities, o preço da terra e dos

arrendamentos é impactado, propiciando incorporação de novas terras e melhor utilização das existentes. Assim, eleva-se a renda fundiária macroeconômica e o preço das terras rurais em geral.

Além do boom das commodities e das políticas agrícola, comercial e financeira, para aumentar a renda da terra, alterou-se o Código Florestal, já no governo petista da presidenta Dilma, para aumentar áreas de plantio sem indenização por ocupação de áreas anteriormente consideradas como de proteção ambiental. Outra ameaça é a ocupação de terras indígenas, uma questão absolutamente candente no atual governo (que transita do segundo mandato de Dilma Roussef para o governo interino de Michel Temer), tendo em vista os projetos de desenvolvimento em curso que avançam sobre as áreas de populações tradicionais, a exemplo de Belo Monte. Na síntese de Delgado (2012, p. 109):

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio.

Não por acaso, o complexo sucroalcooleiro, da soja e de carnes teve um incremento importante entre os anos 2000 e 2008. Segundo o próprio Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), esses produtos responderam por 70% das exportações do agronegócio em 2008. Tal cenário mudou a partir da crise econômica no cenário internacional nesse mesmo ano, demonstrando a fragilidade da reprimarização como solução para o desequilíbrio externo. Agrega-se a esse contexto que houve perda de competitividade na exportação de manufaturados. Portanto, segundo Delgado (2012, p. 97):

A via primária das exportações não resolve o desequilíbrio externo, mas é conjunturalmente uma fonte precária à solvência do Balanço de Pagamento. Mas é absolutamente inviável como solução estrutural ao desequilíbrio externo, até mesmo porque a persistência do “déficit” no quadriênio 2008-2011 evidencia um custo de remuneração ao capital estrangeiro que não pode ser compensado por saldos comerciais, gerados pelas “vantagens comparativas” das exportações primárias.

O cerne da questão é que tanto na conjuntura de alta liquidez internacional (com a valorização das commodities e da renda fundiária), como na conjuntura de baixa liquidez internacional (com a desvalorização das commodities, levando à fuga de capitais, estagnação econômica e crise cambial), a dependência do capital estrangeiro é notória.

Nesse sentido, Delgado (2012) recupera em Marini sua contribuição sobre a teoria da dependência que se caracteriza pela subordinação ao capital internacional a partir da superexploração da força de trabalho. Com efeito, o que se observa é que a repartição interna do excedente econômico na fase expansiva das commodities no mercado externo se caracteriza pelo modelo de “rendas de monopólio” resultando em: ultraconcentração da terra, localização e qualidade das terras, acesso a fundos públicos subvencionados e patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico. Nesse cenário, o aumento da produtividade passa a estar atrelado não apenas à pressão sobre o aumento das áreas para produção, mas a sua aliança com pacotes tecnológicos, a exemplo da biotecnologia, como debateremos mais adiante.

Por outro lado, o aumento da produtividade do agronegócio não é acompanhado do aumento de salários e empregos não qualificados, associados à produção. Nesse sentido, Delgado (2012, p. 116) afirma:

Em outros termos, a taxa de salário, o emprego e a massa salarial geradas no processo de produção e exportação de bens primários não crescem, ou até decrescem, enquanto que a produção e a exportação das principais cadeias agroindustriais se expandem a elevadas taxas de 8 a 10%.

Sem embargo, o que se opera é uma superexploração tanto da força de trabalho quanto da degradação do meio ambiente. A superexploração da força de trabalho se dá através não somente de extenuantes jornadas de trabalho, mas da exposição dos trabalhadores a insumos químicos altamente tóxicos. Já os recursos naturais são finitos, mas são tratados de forma predatória e insustentável. Os riscos desse modelo de desenvolvimento para a saúde humana e ambiental são reais e concretos, como algumas pesquisas já demonstram (cf. CARNEIRO et al., 2015). Entretanto, tais riscos não são contabilizados econômica e ecologicamente, nem tão pouco evitados. Assim sendo, as reformas no âmbito da política agrária, que não enfrentam a estrutura do agronegócio, acabam por retroalimentá-lo. Esse tem sido o caso das políticas de desenvolvimento territorial sustentável e de combate à pobreza rural, o que torna ainda mais vitais as lutas articuladas em torno de um projeto de desenvolvimento agrícola que expresse a construção de um novo modo de produção e de uma nova sociabilidade, como busca esboçar a organização internacional Via Campesina.

2.5.1 Desenvolvimento rural no ordenamento atual do capital e suas contradições

Nosso intuito é aprofundar a compreensão sobre as contradições do desenvolvimento agrícola e rural na fase atual da acumulação de capital, destacando as medidas políticas governamentais para a agricultura familiar e o combate à pobreza, que integram o circuito do agronegócio.

Não nos dedicaremos a aprofundar a história do desenvolvimento rural brasileiro, pois temos disponível uma farta literatura que aborda a temática.¹³⁷ Não obstante, trataremos de destacar os elementos mais marcantes, considerando que, para cada ciclo de desenvolvimento rural dirigido pelo Estado, houve um processo de luta correspondente. Tomaremos, portanto, como referência a classificação de Gómez (2008) para as políticas de desenvolvimento rural na América Latina, que indica os seguintes ciclos: Revolução Verde nos anos 50 e 60; desenvolvimento rural integrado nos anos 70 e 80; desenvolvimento rural com base local nos anos 90; e desenvolvimento territorial rural [sustentável] a partir dos anos 2000.¹³⁸

Grosso modo, na particularidade brasileira, a “modernização conservadora” no campo, engendrada no período da autocracia civil-militar burguesa de 64 a 85, através fundamentalmente da Revolução Verde, herdou um cenário de lutas rurais que tomou corpo a partir dos anos 50 com as Ligas Camponesas.¹³⁹ As Ligas expressaram a reação do trabalhador rural às precárias condições de vida no mundo agrícola, por iniciativa dos trabalhadores do engenho da Galileia (Santo Antão), que fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) em 1955, para lutar por direitos assistenciais, a exemplo da arrecadação de recursos para enterro dos mortos, que antecipou a organização da Liga em 58. Em 1960, num movimento de expulsão de posseiros no Rio Grande do Sul, fundou-

¹³⁷ Para aprofundamento do debate, consultar uma recente publicação que sintetiza brilhantemente as políticas agrárias da ditadura civil-militar ao governo Dilma e seu enfrentamento pelos movimentos camponeses: PEREIRA, J.M.M. e ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**, v.18, 1º semestre de 2014, p. 77-111.

¹³⁸ Para ampliação do debate, conferir: SEVILLA GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M de; ASSIS, R. L (editores técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

¹³⁹ “Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e o banditismo e com outras formas de luta e de resistência” (MARTINS, 1983, p. 67).

se o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master, apoiado pelo PTB, de Leonel Brizola, que realizou uma reforma agrária, revertida com o golpe de 64. Ao mesmo tempo, iniciava-se o processo de sindicalização rural, buscando incidir igualmente sobre camponeses e assalariados. No período da autocracia civil-militar burguesa, enquanto as Ligas Camponesas foram duramente reprimidas, o sindicalismo rural, mesmo com toda a repressão, continuou como uma referência de organização para os trabalhadores rurais, dada a sua legalidade e vinculação ao Estado.

O processo de modernização, através da mecanização e utilização de pacotes tecnológicos pela via do crédito público, teve como condição a ampliação da mercantilização da terra e como contraface o desemprego no meio rural, aumentando as mazelas sociais, não só no campo, mas nas cidades. Na medida do avanço de suas contradições, a exemplo da violência no campo, as lutas se intensificaram ao ponto de se criar uma organização de âmbito nacional a partir do Congresso Nacional dos Camponeses, em Belo Horizonte, realizado em 1961. Tal congresso fomentou a criação de uma confederação nacional que veio a ser reconhecida pelo Ministério do Trabalho, em 1964. Destarte, pautando uma reforma agrária radical, a sociedade brasileira passa a se debruçar sobre essa temática¹⁴⁰. Devemos destacar ainda que em resposta ao endurecimento do regime autocrático, os movimentos também se radicalizaram, enfrentando as forças militares através de guerrilhas, a exemplo da experiência de Caparaó e Araguaia, dentre outras.

No âmbito das relações de trabalho, a “modernização conservadora” herdou o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que, inspirado nos direitos para os trabalhadores urbanos, reconheceu e regulou as múltiplas formas de processos de trabalho no meio rural. Dessa forma, formalizou-se a exploração do trabalhador rural. Já no âmbito da propriedade da terra, herdou o Estatuto da Terra de 1964, que reforçou as dificuldades para qualquer projeto de reforma agrária que atendesse às necessidades das massas camponesas, com a desapropriação por títulos da dívida agrária, além de não avançar com uma legislação criteriosa na garantia da função social da propriedade da terra.

Apesar de um conjunto de instituições da burocracia tecnocrata estatal ter sido criado para tratar do desenvolvimento rural – como o Instituto Brasileiro de

¹⁴⁰ Não cabe aqui a recuperação da influência das teses do PCB na ocasião junto aos movimentos camponeses e de trabalhadores rurais, já tematizada anteriormente.

Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em 1964; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970 –, a Revolução Verde avançou com a superexploração da mão de obra rural, bem como avançou sobre as terras de camponeses e indígenas, com a colonização da região amazônica.

Nos anos 70 e 80 tivemos uma política de desenvolvimento rural integrado.¹⁴¹ A intensificação da modernização agrícola aprofundou a Revolução Verde, consolidando nossa dependência da economia externa, privilegiando a produção agrícola (para o mercado externo) e energética, tendo como expressão máxima o Proálcool, criado em 1973, logo após a crise internacional do petróleo. Assim, além das ações radicais de organizações clandestinas, a luta sindical persistiu, mesmo com toda a perseguição política, bem como surgiu a Comissão da Pastoral da Terra, em 1975, em apoio à luta sindical. Na redemocratização, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em 1984, alterando os rumos das lutas rurais, ao colocar novamente na pauta o debate sobre a reforma agrária nas prévias do movimento constituinte. O I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, expressou o debate da época, o que envolveu igualmente a organização das elites agrárias.¹⁴² No governo Sarney, surgiram assentamentos rurais como forma de amenização dos conflitos sociais. Não obstante, o MST assumiu um discurso anticapitalista, apoiado na unidade campo/cidade/indígenas, preservando sua autonomia política. Na ocasião, juntamente com o surgimento do Partido dos Trabalhadores e da Central

¹⁴¹ No cenário internacional, o Desenvolvimento Rural Integrado “consiste essencialmente em apresentar esquemas de desenvolvimento no âmbito rural que tem como objetivo a melhoria no nível de vida da população da área envolvida e não o crescimento indiscriminado de um país. Para isso, se estimula o estabelecimento de esquemas de atividade econômica com base territorial, descentralizados e com forte componente de decisão local, que mobiliza a população no sentido de alcançar seu bem-estar mediante a máxima utilização de seus próprios recursos, humano e materiais. Se considera este método o mais adequado para atingir o objetivo que a utilização de seus próprios recursos, humanos e materiais. Se considera esse método o mais adequado para atingir o objetivo que a utilização de tecnologia e recursos provenientes do exterior, para os quais se propõe uma forte adaptação às situações e necessidades locais. Pretende-se uma integração dos aspectos materiais, sociais e pessoais da comunidade local, que estimule uma maior participação social e a realização da dignidade de seus habitantes, bem como a articulação dessas comunidades com a sociedade em geral, de uma maneira mais harmônica e equitativa” (ETXEZARRETA apud SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 119-120). No Brasil, esse caráter será assumido pelas políticas de governo a partir dos anos 90, focando na pluriatividade como mola propulsora do desenvolvimento local, como forma de enfrentamento do desemprego e combate à miséria.

¹⁴² Cf. MENDONÇA, S. R. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. In STÉDILE, JP (org). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Nesse estudo, a autora aborda as origens e as disputas entre elites agrárias, polarizadas pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e pela Sociedade Ruralista Brasileira (SRB), bem como sua expressão na política parlamentar, pela via da União Democrática Ruralista.

Única dos Trabalhadores, buscava-se construir um projeto democrático e popular no país, como caminho para uma transição socialista. No âmbito da política agrícola, as crises econômicas demonstraram a fragilidade da política de primarização da economia, como a de 1982 e abriram caminho para as mudanças que viriam na década seguinte.

Nos anos 90 tivemos uma política de desenvolvimento rural com base local. A adoção da orientação neoliberal, na condução dos rumos econômicos do país, traduziu-se no campo através de medidas para integração ao mercado dos agricultores familiares, com políticas de crédito que fomentam a indústria dos pacotes tecnológicos (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), bem como através da reforma agrária de mercado.¹⁴³ Assim, para as políticas de desenvolvimento agrário do governo FHC, os agricultores familiares constituiriam uma nova classe no setor do agrobusiness,¹⁴⁴ enfraquecendo a luta camponesa pela construção de uma nova sociabilidade. Essa seria a saída para um quadro de queda do emprego na agricultura, fruto da própria modernização que jogou contingentes populacionais no desemprego, na miséria, na fome. Pela via do crédito, que via de regra significa endividamento, um segmento de pequenos agricultores acessaria recursos financeiros por meio de empréstimo bancário, estando este associado aos pacotes tecnológicos atrelados às indústrias de insumos químicos, de sementes e maquinarias.

A abordagem teórica que prevaleceu foi a da conformação de um novo mundo rural, a chamado rurano, em que a reforma agrária não teria mais sentido para a economia brasileira. Na acepção de Lustosa (2012), trata-se de transitar do modelo produtivista para o paradigma redistributivista, ou seja, migra-se do investimento em produção para o investimento no consumo. Assim, diante de uma parcela de produtores fora do alcance da integração ao mercado e do crescimento de atividades não agrícolas no meio rural, se defende a pluriatividade como estratégia de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para a

¹⁴³ Há uma literatura disponível que aborda criticamente a reforma de mercado. Nela podemos destacar a publicação: MEDEIROS, L. S de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ; UNRISD, 2002.

¹⁴⁴ “Agrobusiness’ é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica” (DELGADO, 2012, p. 89).

sobrevivência familiar como meio de fomentar a economia local.¹⁴⁵ Com efeito, diante do desemprego estrutural, trata-se da criação de empregos baratos, sem encargos trabalhistas para proprietários rurais.

No âmbito das lutas sociais, evidenciando não somente que as políticas em curso deixavam uma parcela significativa de fora, mas, igualmente, apontando outra direção para a produção agrícola, surge o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em 1997. Outrossim, em 1991 já havia surgido o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como reação ao processo de apropriação de terras de populações ribeirinhas (cujo trabalho se baseia na atividade agrícola) para a construção de barragens como modelo para produção de energia elétrica. Ambos os movimentos, assim como o MST, se integraram à organização internacional Via Campesina, que surge em 1993, como veremos oportunamente.

A partir dos anos 2000, a política transita para o desenvolvimento territorial rural sustentável. Nesse cenário, o Estado permanece conduzindo uma política em que se desobriga cada vez mais do trato da “questão social” pela via do investimento em políticas sociais, apelando para as organizações da sociedade civil participarem da oferta de serviços. Trata-se da combinação entre o livre mercado do agronegócio internacionalizado e as políticas compensatórias para combater a pobreza rural. *No caso brasileiro, o neoliberalismo “puro” daria lugar ao neodesenvolvimentismo com a tarefa supramencionada. Deliberadamente se obscurece que a pobreza é a contraface do mercado e as políticas são tratadas isoladamente.*

Nota-se que na fase contemporânea da acumulação capitalista, dirigida pelo mercado financeiro, as políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável surgem como forma de criação de empregos baratos e de combate à pobreza rural, integrando a cadeia do agronegócio. Com efeito, tratadas isoladamente, como se não houvesse uma relação intrínseca, são políticas que buscam minimizar os efeitos negativos do agronegócio e não combatê-los.

¹⁴⁵ Já tivemos oportunidade de problematizar, ainda que de forma insuficiente, a pluriatividade no meio rural, em nossa dissertação de mestrado, intitulada: **Questão agrária como questão social: a particularidade da agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty/RJ** (2003. Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003) e no artigo “O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar” (In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 110. São Paulo: Cortez, 2012). Uma obra recente, de referência no Serviço Social, no debate sobre desenvolvimento agrário, que submete à crítica o fenômeno da pluriatividade no meio rural é: LUSTOSA, M.G.O. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

As políticas de desenvolvimento territorial rural surgiram nos anos 90, sendo propostas por organismos internacionais, a exemplo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Recorrendo a uma pesquisa sobre a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção do Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (Rismip), Schejtman e Berdegué (apud GÓMEZ, 2008, p. 251) destacam que o desenvolvimento territorial rural se define como:

[...] un proceso de transformación productiva e institucional de un espacio rural determinado cuyo fin es reducir la pobreza rural. [...] La transformación productiva tiene el propósito de articular competitiva y sustentablemente a la economía del territorio con mercados dinámicos, lo que supone cambios en los patrones de empleo y producción de un espacio rural determinado. El desarrollo institucional tiene como objetivo estimular la concertación de los actores locales entre sí y entre ellos y los agentes externos relevantes, así como modificar las reglas formales e informales que reproducen la exclusión de los pobres en los procesos y los beneficios de la transformación productiva.

Outrossim, Gómez (2008) recupera a proposta de Sepúlveda, Rodríguez e Echeverri (2003), a partir do estudo sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), segundo a qual o *desenvolvimento territorial rural* se traduziria em: transição da economia agrícola para territorial; resgate da economia territorial e local para o desenvolvimento; transição da competitividade privada para a territorial; gestão ambiental e desenvolvimento de serviços ambientais; ordenamento territorial complementando a descentralização; cooperação e responsabilidade compartilhados através da participação; coordenação entre as políticas macro, setorial e local; superação das políticas compensatórias e articulação de políticas setoriais no território rural; combate à pobreza rural; gestão do conhecimento e inovação. *Em outros termos, deslocam-se os conflitos entre classes sociais para um território neutro em que há necessidade de um colaboracionismo entre classes para superar a pobreza, enquanto o mercado continua a comandar e dominar as relações sociais.*

Nesse cenário, o aprofundamento das políticas rurais passa a pautar o crescimento de atividades não agrícolas e pluriativas, o desenvolvimento de mercados financeiros rurais, a gestão sustentável de recursos naturais, a melhora da educação, etc. Essa agenda se ampara num conjunto de instituições internacionais, que propagam ideologicamente essa saída, sendo que algumas delas dispõem de aportes financeiros para os países ditos em desenvolvimento implementarem tais

políticas. Nesse rol, além das já mencionadas IICA e Rimsip, encontramos a Cepal, o BID, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o GTZ (Agência Alemã de Cooperação técnica), o Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e Desenvolvimento Rural na América Latina (Fodepal), o BM e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Agrega-se que a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) criou o Grupo Interinstitucional para o Desenvolvimento Rural na América Latina, entre 2000 e 2002. Essa fórmula, já conhecida entre nós, mas agregando novos ingredientes, resulta na manutenção de uma economia dependente.

O Brasil, desde 2003, com o início do governo petista, implementa o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT),¹⁴⁶ de forma próxima às ideias do Rimsip e IICA. Ou seja, o programa se assenta no tripé pobreza, participação, território, em que o Estado deve apelar para a participação social e para os recursos e potencialidades do território para combater a pobreza¹⁴⁷. A participação é fomentada pela criação das Comissões de Implantação de Ações territoriais (Ciats), para construírem planos de desenvolvimento, e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Nessa medida, a sociedade civil organizada é chamada para definir e decidir sobre a utilização do fundo público e cancelar a oferta de serviços por ONGs e serviços de voluntariados. Esse tem sido um processo bastante contraditório, que denota claramente os limites da participação democrática na ordem do capital. Ao mesmo tempo em que as conferências são uma importante arena para indicar ao poder público os anseios da sociedade, os conselhos, como instrumentos de controle social, acabam reféns da lógica neoliberal, com uma maioria ratificando e legitimando, em muitos casos, os interesses de uma minoria hegemônica.

¹⁴⁶ O II PNRA recupera a perspectiva democrática presente no I PNRA e avança na ampliação do escopo da reforma agrária articulando-a com medidas de “combate” à pobreza. Num contexto de desemprego nos meios rural e urbano, o Plano Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, expresso no II PNRA, toma como eixo para a reforma agrária o **desenvolvimento territorial sustentável**. Para conhecer mais, cf. MDA/INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra/file/482-ii-pnra>>. Acesso em: 20/07/2016.

¹⁴⁷ O Programa vem na trilha do que indica o próprio relatório do Banco Mundial de 2001 que reconheceu que o padrão de vida de 9,8 milhões de pessoas que residem no meio rural brasileiro estava abaixo da linha da pobreza.

A contraface das políticas neoliberais a partir do (des)ajuste proposto pelo “Consenso de Washington” foi o aumento da desigualdade e da pobreza, ao ponto de o próprio Banco Mundial criticar a rigidez do ajuste e propor as medidas já mencionadas, com destaque para o desenvolvimento territorial sustentável que, notoriamente, amenizam a pobreza de um lado e de outra a retroalimenta. Grosso modo, a pobreza se tornou mais um negócio para o império dos mercados. Adensando o debate, *Lustosa (2012) destaca em sua análise que se trata da transição para o “Pós-Consenso de Washington”, em que as agências multilaterais do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) financiam o desenvolvimento, alterando as relações entre Estado, mercado e sociedade.*

O governo Lula seria um laboratório privilegiado que se propôs a combinar os compromissos macroeconômicos com a urgência social. Assim, o “setor social” ganhou status de igualdade junto à economia e à política. O discurso era de investimento no “social”, mas destacando de forma recorrente a restrição de recursos públicos. No âmbito do desenvolvimento rural, permaneceu a política do estímulo ao crescimento do setor rural não agrícola, priorizando o deslocamento da produção para as esferas da circulação e do consumo para suprir os interesses do capital. Assim, a “reforma agrária” institucional abandonou por completo qualquer enfrentamento à grande propriedade privada e focou no crescimento do setor de serviços e de processamento de alimentos, bem como em políticas compensatórias e paliativas, como o Bolsa Família. Trata-se, portanto, fundamentalmente de uma política de “inclusão social” pela via do consumo. Com efeito, a saída do atraso rural, caracterizado pela pobreza e pela miséria, se daria pelo consumo. Não obstante, *Lustosa (2012, p. 227-8) observa que é o âmbito produtivo que financia as próprias políticas sociais, tornando questionável esse deslocamento de investimento:*

Mas, é preciso esclarecer que a redução do emprego numa economia de mercado tem reflexos no sistema de seguridade social, alterando a oferta e os níveis de serviços e as oportunidades, diferente dos moldes que fora o sistema de bem-estar social. Isso inevitavelmente terá reflexos nos programas de proteção social e nas políticas sociais, colocando em questão a capacidade de redução das desigualdades previstas pelo governo a partir das políticas assistencialistas, no caso, o Bolsa Família.

Portanto, a ideia que prevalece é de um “crescimento equitativo” a partir do “*revisionismo*” do neoliberalismo. Ou seja, *mantêm-se como seu núcleo duro as privatizações, as descentralizações e a focalização, mas combinando a macroeconomia com políticas que combatam seus efeitos sociais.* Num país como o

Brasil, cujos índices de pobreza rural são alarmantes, este tipo de política (que propõe como resolução dos conflitos sociais não o combate à lógica do mercado e sua permanente expansão, mas a integração da pobreza ao circuito do mercado), encontra terreno fértil.

Em síntese, o que se assiste na atual fase de acumulação do capital é a reestruturação do trabalho em todos os âmbitos, inclusive no meio rural e a reconfiguração do Estado para responder às necessidades do mercado. Nesse cenário, os aportes analíticos, de cunho desenvolvimentista, que se propõem a interpretar a realidade rural perdem substância e se atrelam a saídas reformistas, que não abalam as estruturas do sistema, como a ênfase no “território”, no desenvolvimento “local” ou “regional”, ou ainda na “participação”.

Destarte, as políticas de desenvolvimento rural assentadas na participação e no território apenas renovam uma tendência histórica dos ciclos de desenvolvimento na América Latina, que implicam num círculo vicioso: “pobreza rural -> implementación de políticas de desarrollo de base mercantil -> aumento de la competencia -> aumento de las desigualdades -> más pobreza rural” (GÓMEZ, 2008, p. 262).

Em outros termos, as políticas de desenvolvimento rural integram uma política mais ampla que reforça a dependência externa e nos mantém reféns da ordem do capital. Nessa medida, Gómez (2008) recorre a Celso Furtado quando este indica que este tipo de desenvolvimento econômico se traduz em um mito:

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria. Os custos em termos de depredação do mundo físico, deste estilo de vida é de tal forma elevado que qualquer tentativa de generalizá-lo conduziria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, colocando em risco a sobrevivência da espécie humana [...] o desenvolvimento econômico – a ideia que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma inegável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no mesmo sentido das economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Sem dúvida, como levar em conta que esta ideia tenha sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio ambiente, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é simplesmente um mito. (FURTADO, 1974 apud GÓMEZ, 2008, p. 269).

Em nossa avaliação, trata-se de submeter a economia às necessidades sociais em escala internacional, rompendo com a lógica de domínio do mercado,

que favorece a grupos e corporações. Com efeito, não se trata de negar o desenvolvimento econômico, mas de superar sua apropriação capitalista, como tivemos oportunidade de desenvolver no Capítulo 1 desta tese. Em outros termos, trata-se de uma tarefa extremamente desafiadora para a classe trabalhadora na atualidade. Nessa direção, o autor contextualiza que a luta de classes vem se dando com ampla desigualdade, posto que tem se restringido ao âmbito do jogo democrático burguês. Ocorre que a formalização dos espaços de participação social busca dar uma cara de igualdade ao que é desigual, apelando ao consenso para dirimir os conflitos insuperáveis nesta ordem. As lutas sociais, portanto, não podem se restringir à participação nas amarras do controle social instituído, devendo buscar construir um poder popular, que cobre do Estado os investimentos necessários para a sociedade, mas aposte igualmente na sua organização autônoma e independente como caminho para a construção de uma nova sociabilidade.

Nesse cenário dos anos 2000 devemos, então, destacar a permanência da reestruturação do trabalho e da transição da política de desenvolvimento rural, juntamente com o boom de ONGs convocadas a participarem das resoluções dos conflitos sociais como respostas do capital, cuja crítica feita por Fontes (2010) é fundamental nesse debate. Igualmente surgem novos movimentos e organizações sociais que buscam afirmar pautas relegadas pelo movimento sindical e outros movimentos e partidos políticos, buscando sua organização autônoma e dar voz às suas pautas. Esse é o caso da Marcha das Margaridas, que reúne mulheres de vários movimentos sociais camponeses em torno da pauta de igualdade de gênero, e dos Fóruns de Comunidades Tradicionais, que surgem no país buscando dar voz e visibilidade às comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras.

Devemos notar ainda uma contradição posta no âmbito do debate sobre desenvolvimento, pois a sustentabilidade passa a ser progressivamente institucionalizada ao mesmo tempo em que movimentos sociais, partidos políticos – outrora de esquerda – e perspectivas teórico-políticas no âmbito acadêmico igualmente reivindicam um “desenvolvimento sustentável”. Por ora, destacamos que, se nos anos 80, o MST e o PT reivindicavam uma reforma agrária como sinônimo de democratização do acesso à terra, com redistribuição de renda, poder e direitos, a partir dos anos 90, o MST passa a reivindicar não somente a redistribuição massiva de terras, mas o combate ao modelo agrícola vigente, indicando, dentre vários elementos, a importância da produção orgânica e agroecológica.

O programa do PT, de 2002, para o meio rural (Vida Digna no Campo) postulava o desenvolvimento rural sustentável e solidário, pautado pelo desenvolvimento regional, pela criação de zoneamento econômico e agroecológico, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela criação de empregos não agrícolas no meio rural, dentre outras pautas – o que tomou forma com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003. Agrega-se nesse cenário a Carta da Terra, do mesmo ano, que congregou diversos movimentos camponeses que reivindicavam políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário.¹⁴⁸ Ou seja, tanto alguns dos movimentos sociais que se reivindicam anticapitalistas defendem um desenvolvimento sustentável, com suas variantes (sendo que posteriormente há um deslocamento para a defesa da agroecologia como contraponto à sustentabilidade institucionalizada), quanto o Estado dirige políticas de desenvolvimento sustentável, como uma roupagem renovada do desenvolvimento do capitalismo de forma ampliada. Traremos esse debate à tona ao tratarmos dos movimentos camponeses no Estado do Rio de Janeiro, buscando compreender se há diferenças de perspectivas e quais seriam elas.

2.6 AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO CAPITAL?

O campo da agroecologia, enquanto epistemologia e experiência prática, vem se desenvolvendo desde os anos 70, como um contraponto à agricultura convencional, isto é, à agricultura industrializada e financeirizada.¹⁴⁹ No Brasil, a partir dos anos 90 são vários os movimentos sociais camponeses que, congregados pela Via Campesina, apostam na agroecologia como uma alternativa à produção agrícola capitalista, investindo na formação de agricultores nessa perspectiva. Ademais, organizações sociais, como a Associação Brasileira de Agroecologia

¹⁴⁸ Para aprofundamento dos programas agrários de partidos políticos e movimentos sociais, consultar Stédile e Estevan (2005).

¹⁴⁹ Antes ainda da conformação conceitual que ganha conteúdo e forma a partir dos anos 70, o termo agroecologia foi empregado no final dos anos 20 por um agrônomo russo, conforme o Dossiê da Abrasco nos recorda: “Segundo Wezel e Soldat (2009), a primeira publicação a mencionar a palavra foi um livro produzido pelo agrônomo russo Bensin, em 1928. Como relatado por Gliessman (2013), em 1930 esse mesmo autor, escrevendo em uma publicação do Instituto Internacional de Agricultura em Roma – instituição precursora da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) –, criticava as campanhas realizadas pelas grandes companhias fabricantes de tratores, fertilizantes e sementes, que buscavam convencer os agricultores a utilizar esses insumos ‘universais’, sem saber se eram de fato apropriados para as condições locais e as necessidades dos agricultores” (CARNEIRO, 2015, p. 507)

(ABA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), dentre outras, bem como institutos de pesquisa, como a Embrapa e outros, vinculados a universidades, de forma diferenciada, também vêm se dedicando ao aprofundamento dos princípios teórico-metodológicos da agroecologia. Não por acaso, a agroecologia e a produção orgânica vêm se tornando, a partir dos governos petistas, objeto de política pública no Brasil. Nesse bojo, registra-se que a defesa da agroecologia como um caminho para uma agricultura camponesa sustentável é algo que incide sobre os movimentos camponeses no Estado do Rio de Janeiro, o que justifica a necessidade de balizar tal debate, ainda que de forma inconclusa, posto que no capítulo 4 analisaremos tais movimentos em pleno processo de luta.

Sevilla Guzmán (2005) indica que a busca por uma agricultura alternativa à convencional, leia-se industrial, não é algo novo na história. Desde o início do século XX se somam formulações que buscam saídas tecnológicas, nem sempre declaradas anticapitalistas.¹⁵⁰ Nas últimas décadas se constituiu o campo da agroecologia que associa a dimensão técnica à política e social, na defesa de um desenvolvimento rural sustentável. Nessa perspectiva, a questão agrária é apenas o ponto de partida para evidenciar a questão socioambiental que transversaliza as relações sociais. Em outros termos, a forma atual de monopolização da terra “esconde” a natureza e as novas formas de expropriação e exploração da força de trabalho, bem como de esgotamento dos recursos e bens naturais.

Por outro lado, como já tivemos oportunidade de aprofundar, a sustentabilidade vem sendo institucionalizada de forma a escamotear o processo supramencionado. O autor nos oferece uma boa síntese em que se evidencia uma inversão que desloca a origem da ameaça socioambiental das relações sociais capitalistas (nas quais há o predomínio dos interesses do mercado) para a abundância de pobres no mundo, recuperando o ideário malthusiano. Em seus termos:

Basta dizer que o desenvolvimento sustentável corresponde ao falso discurso ecologista esboçado pelos organismos internacionais, por meio de uma construção ecotecnocrática, que transmite a mensagem pela qual o planeta está em perigo, não porque os países ricos tenham desenvolvido uma forma de produção e consumo dilapidadora de energia e recursos, contaminante e destruidora dos equilíbrios naturais. Ao contrário, o

¹⁵⁰ Sevilla Guzmán (2005, p. 126) propôs uma classificação sobre desenvolvimento rural a partir do pensamento alternativo que reúne quatro grandes perspectivas teóricas: neonarodnismo e marxismo heterodoxo, teorias da dependência, estudos camponeses e agroecologia.

argumento utilizado é o de que os países pobres têm um grande crescimento de população e deterioram a natureza devido a sua pobreza e degradante apropriação dos recursos naturais, mediante a derrubada das matas e uma agricultura esgotadora da terra (cientificamente marginalizada) (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 122).

Sem embargo, a estratégia do capital é separar a dimensão técnico-operacional das dimensões política e social, ou seja, separar a economia da sociedade, para continuar seu processo de acumulação, dando a ele uma roupagem moralmente aceitável, sob o selo “sustentável”. Mesmo considerando essa captura do termo “sustentabilidade”, alguns teóricos (SEVILLA GUZMÁN, 2005; ALTIERI, 2012) afirmam que se trata de defender a agroecologia como uma “revolução agrária” (ALTIERI, 2012). Ainda que, deve-se esclarecer, a revolução agrária, sem revolucionar o conjunto das relações sociais pautadas pela lógica do mercado, esteja fadada ao fracasso, tendo em vista que o modo de produção capitalista deve ser revolucionado em sua totalidade. Nessa perspectiva, com base na ciência, na metodologia e na técnica, em diálogo com os saberes tradicionais, é possível construir uma transição agroecológica que promova a autonomia dos agricultores dos pacotes tecnológicos do agronegócio e do seu crédito associado; que resgate a biodiversidade e que garanta a soberania alimentar dos povos. Grosso modo, o desenvolvimento rural do pós-II Guerra Mundial ao agronegócio tem sido associado à “modernização”, o que é sinônimo de dependência de máquinas, insumos químicos, transgenia, aumento de pragas, que alimentam um círculo vicioso. Em outros termos, trata-se da intensificação e expansão da ruptura com o saber e culturas tradicionais. Não se trata de negar ou desprezar o desenvolvimento tecnológico. Decerto, ele deve atender às necessidades sociais. Por outro lado, não se deve cair na armadilha de considerar tal desenvolvimento como neutro, quando na verdade atende a interesses econômicos distintos.

Destarte, na contramão do agronegócio, o desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia supõe:

- A ruptura com as formas de dependência que põem em perigo os mecanismos de reprodução, sejam estas de natureza ecológica, socioeconômica ou política.
- A utilização dos recursos que permitem que os ciclos de materiais e de energia existentes no agroecossistema sejam os mais fechados possíveis.
- A utilização dos impactos benéficos que derivam dos ambientes ecológico, econômico, social e político existentes nos diferentes níveis, desde o da propriedade parcelar até o da sociedade maior.

- A inalteração substantiva do ambiente quando tais mudanças, por meio da trama da vida, conduzam a transformações significativas nos fluxos de materiais e energia que permitem o funcionamento do ecossistema; o que significa a tolerância ou a aceitação de condições biofísicas em muitos casos adversas.
- O estabelecimento dos mecanismos bióticos de regeneração dos materiais deteriorados, para permitir a manutenção, a longo prazo, das capacidades produtivas dos agroecossistemas.
- A valorização, regeneração ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem o nível de vida da população definida a partir de sua própria identidade local.
- O estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, que permitam uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma expressiva expansão espacial, segundo os acordos participativos alcançado por sua forma de ação social.
- A valorização da biodiversidade, tanto biológica como sociocultural (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 127-128).

Devemos ainda destacar que a produção e o circuito de consumo local não significam isolamento social, mas a recuperação da capacidade criadora e criativa dos sujeitos sociais, organizados coletivamente, para enfrentar a problemática socioambiental a partir das possibilidades e recursos comunitários. Ainda assim, para não cair na armadilha do isolamento, deve-se articular essa luta a um projeto societário que altere de fato a estrutura das relações sociais, implicando num planejamento da produção em nível mundial. Nesse sentido, não se reivindica qualquer retorno a um comunismo primitivo, mas a recuperação do protagonismo dos próprios produtores, numa teia social ampliada. Esse processo envolve a coevolução com o ambiente, na construção dos saberes e práticas, apropriando-se do conhecimento científico acumulado socialmente – o que a lógica do mercado insiste em privatizar e comercializar, favorecendo pequenos grupos corporativos no cenário internacional. Trata-se, portanto, não somente de resistência, mas de enfrentamento à expansão das relações sociais capitalistas, cujos efeitos vimos discutindo ao longo dessa pesquisa.

Não obstante, há uma questão latente que o mercado insiste em levantar, mas que seguramente não é ele que tem dado uma resposta satisfatória ao nível do suprimento das necessidades básicas e da emancipação humana: como alimentar a população mundial com base na agroecologia? O desafio está na transição agroecológica que supõe a resolução dos problemas socioambientais sem comprometer a produtividade, ao mesmo tempo em que não se aprisiona às demandas por reformas que apenas reiteram a acumulação de capital.

Recorrendo a Gliessman, Caporal (2013) indica que a transição agroecológica implica: em uma escolha ético-política que incida não apenas no consumo, mas na produção e na organização social em sua totalidade; na eficiência de práticas agrícolas convencionais, buscando a redução de danos ao meio ambiente; na substituição gradual das práticas convencionais por práticas pautadas no equilíbrio ambiental; e, ainda, num redesenho dos agroecossistemas, que reúna um conjunto de processos ecológicos complexos.¹⁵¹ Em outros termos, não se trata de uma mera mudança técnico-operacional, mas de uma escolha ética e política que envolve processos socioculturais, econômicos e ecológicos, submetendo a ciência às necessidades sociais.

2.6.1 Produção orgânica de alimentos: quando o conteúdo está para além da forma

Devemos destacar que o campo da agroecologia não vem se desenvolvendo sem tensões. Ao contrário, para além dos que defendem esse campo como um caminho para o desenvolvimento rural sustentável para além do capital, há os que enxergam nele uma mera reforma do sistema capitalista. Nessa direção, tomaremos como referência um artigo bastante provocativo de João Bernardo (2013), que trata de forma indiferenciada a agroecologia e a produção orgânica, estando este setor em ampliação e sendo altamente lucrativo para o mercado.

O autor chama atenção para esse debate, pois considera que o MST capitulou diante da ofensiva neoliberal do governo FHC, quando este implementou a política de crédito para a agricultura familiar, nos anos 90. Doravante, o movimento alterou sua estratégia, secundarizando a organização coletiva pela via cooperativa, transitando para a defesa da agricultura familiar, individualizada com base na agroecologia. Na linha argumentativa de Bernardo (2013), a agroecologia se resume a uma ideologia que busca integrar a produção orgânica ao circuito do capital, fidelizando consumidores, eliminando a concorrência, garantindo excelentes lucros para o comércio e mantendo a superexploração do trabalhador rural. Em seus termos:

¹⁵¹ Cf. CAPORAL (2013). Nesse artigo, o autor apresenta suas sugestões para o Plano Nacional de Transição Agroecológica no Brasil, considerando que o país é signatário, juntamente com mais 57 países, da Avaliação Internacional do Papel do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Agrícola (IAASTD), que conclama as ciências agroecológicas para resolver as questões ambientais, mantendo sua responsabilidade com a produtividade.

Ora, a agroecologia, ao mesmo tempo que é um ramo de negócios, apresenta-se também como uma ideologia, com seus propagandistas, militantes e profetas. Comprar alimentos orgânicos, não é só uma opção econômica, mas é fundamentalmente uma opção ideológica e até, para muita gente, um modo de vida. Nesta situação, atinge-se uma fidelização máxima do consumidor, com os efeitos descritos. A venda de produtos orgânicos é, para os comerciantes, uma fonte de lucros suplementar (BERNARDO, 2013, p. 2).

Da sua provocação, destacamos uma interessante abordagem sobre a história da produção orgânica de alimentos, cujo marco fundamental estaria ligado à antroposofia, fundada por Rudolf Steiner. Walther Darré, filiado ao partido nazista alemão, dirigiu o Ministério de Agricultura Orgânica do Terceiro Reich, implementando políticas para a produção de alimentos saudáveis, sem uso de inseticidas e fertilizantes artificiais. A perspectiva era de manter autonomia frente à indústria dos alimentos. Ademais, a agricultura familiar passou a ser a base da produção rural, tendo ainda que conviver com o controle da mobilidade da mão de obra para o trabalho industrial. Dessa forma, o trabalho familiar na agricultura se caracterizou pelo mais-valor absoluto ou sobre-trabalho.

Destaca-se que se constituiu uma política sobejamente subsidiada pelo Estado, de forma insustentável em longo prazo, como forma de ideologizar o nacionalismo alemão. Ou seja, os de “raça pura” eram os camponeses que tinham uma ligação com a terra e garantiriam o desenvolvimento nacional. Essa perspectiva conservadora, de recusa da modernização do meio rural alemão, tensionava com o projeto de modernização urbano, que foi galgando espaço na política do Terceiro Reich. A partir dessa digressão histórica, o autor convoca os atuais defensores da produção orgânica à reflexão:

Em conclusão, a *técnica da agricultura orgânica* foi um dos principais temas de propaganda do Ministério da Agricultura nazi e o quadro social da agricultura familiar foi fomentado ao longo do regime nazi. Seria bom que aqueles que hoje nos apresentam a agricultura orgânica familiar como a última novidade anticapitalista meditassem sobre essa gênese histórica (BERNARDO, 2013, p. 4, grifo nosso).

O autor tem razão quando recupera o uso técnico-instrumental da agricultura familiar e da produção orgânica, analisando a perspectiva conservadora na experiência histórica supracitada, que relegou aos camponeses o aprisionamento ao mais-valor absoluto do trabalho. Não obstante, se a história só se repete como farsa, ou como tragédia, é preciso evitar os riscos de uma análise maniqueísta que opõe o bem e o mal, buscando explorar as contradições em cada tempo histórico, de forma a avaliar a relação entre forma e conteúdo, entre economia e política. Registra-se

que, antes ainda de dialogarmos com essa perspectiva, traremos à tona a contribuição de Costa Neto (2008) em sua problematização sobre a relação entre agronegócio e agroecologia no desenvolvimento rural brasileiro, abordando ainda as diferenças entre agroecologia e produção orgânica.

No sentido de estabelecer uma diferença entre agroecologia e produção orgânica,¹⁵² o autor indica que enquanto esta se reduz a uma técnica que dispensa ou reduz os agrotóxicos na produção agrícola, voltada para um nicho de mercado, a agroecologia é uma concepção de ciência produzida a partir de diversos campos de conhecimento, que visa uma agricultura ecologicamente sustentável. Em síntese:

[...] a agricultura orgânica, por si só, não estaria contribuindo efetivamente para a transição agroecológica, na busca por uma agricultura ecológica que superasse os limites da agricultura convencional, não apenas em termos da “revolução tecnológica” mas, fundamentalmente, no plano sociocultural (COSTA NETO; COUTINHO, 2003 apud COSTA NETO, 2008, p. 73).

Para se ter uma noção do nível de integração da produção orgânica ao agronegócio, o autor esclarece que, em 2002, foi criada a Associação do Agronegócio Certificado Orgânico, que reúne segmentos da cadeia comercial de orgânicos entre RJ e SP. Isto significa dizer que os produtos estão sujeitos às leis do mercado de alimentos, ditados por regras estabelecidas pelos organismos internacionais de certificação. Ou seja, há um interesse internacional por controlar essa produção nos países em desenvolvimento, onde a mão de obra é mais barata para nichos do mercado internacional, como no caso de alguns países europeus. Canuto (cf. COSTA NETO, 2008) denomina esse processo de absorção da produção orgânica pela lógica do mercado de Agricultura Ecológica de Mercado (AEM). Em síntese:

[...] o agronegócio de produtos orgânicos, baseado na agricultura ecológica de mercado, possui como base de sustentação e legitimação a rede de empresas certificadores que avalia e ajuda a precificar sua produção (COSTA NETO, 2008, p. 76)

Na contramão desse modelo de produção orgânica que integra o agronegócio, a agroecologia submete a técnica e a produção à preservação do saber e da cultura tradicionais e o consumo à soberania alimentar. Trata-se, portanto, do desafio de

¹⁵² Tal debate continua com a polêmica em aberto, como demonstra um artigo recente de um produtor orgânico reconhecido no cenário nacional que contesta a tese de que a produção orgânica se resume a uma técnica voltada para produzir para um nicho de mercado. Ademais, entrando na disputa da paternidade da produção orgânica, Romeu Leite a credita ao britânico Albert Howard a partir do lançamento do livro “Um testamento agrícola” em 1940. Tal artigo está disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Especial/Especial-Agroecologia/Agricultura-Organica-para-alem-do-nicho-de-mercado/216/36072>>. Acesso em: 10 maio 2016.

agregar conteúdo à forma. Queremos dizer que nenhuma técnica isoladamente é em si conservadora ou progressista, reacionária ou revolucionária. As próprias experiências da esquerda são reveladoras nesse sentido. As organizações sindicais e os partidos políticos de esquerda não conseguiram superar a forma nem o conteúdo das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, reduzir o cooperativismo à estratégia socialista, a agricultura familiar ao agronegócio e o campesinato ao conservadorismo, não colabora para a construção do que se coloca como o cerne da questão: a construção de uma consciência de classes que unifique as lutas anticapitalistas, agregando as experiências acumuladas no próprio campo da esquerda.

Não são poucos os desafios para este campo. A perspectiva da revolução armada, ainda que não deva ser desprezada, lida com a realidade do monopólio das indústrias armamentícias que lucram, por sua vez, com as guerras civis, como a própria história do século XX nos mostrou e a do século XXI continua a nos mostrar. Não por acaso, os governos, numa conjuntura diferente da I e II Guerras Mundiais, continuam a fomentar guerras onde têm interesses econômicos estratégicos, como no Oriente Médio.

Na direção, então, da retomada da construção de uma perspectiva socialista, as experiências agroecológicas do campesinato não podem ser desprezadas, assim como não podem ser subestimados seus limites nessa ordem (assim como dos sindicatos e dos partidos políticos). É preciso romper com o dique da democracia liberal, mas igualmente com a lógica binária da esquerda, construindo o extravasamento das lutas sociais para além dos limites das relações sociais capitalistas. É preciso recuperar a dialética, reconhecendo que a história funde contradições e abre brechas para a construção do socialismo.

Nesse sentido, a interrogação provocada no anúncio dessa seção não terá resposta dada por nenhuma teoria, ou pesquisador(a), mas pela própria história construída por sujeitos sociais coletivos através de suas lutas. Cabe a essas lutas incorporar a questão socioambiental no projeto socialista, construindo um programa de desenvolvimento rural em acordo com as necessidades rurais e urbanas em âmbito mundial.

2.7 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM TEMPOS DE FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA¹⁵³

Desde o último ciclo da crise do capital, cuja bolha da especulação financeira eclodiu nos EUA em 2008, até a atualidade, vêm-se tornando evidentes os efeitos danosos dos avanços do capital na agricultura através da financeirização de produtos agrícolas no mercado de commodities. Tais danos não estão restritos ao meio rural e seus trabalhadores; ao contrário, são vivenciados pelo conjunto da sociedade.

Com efeito, em 2008, a estagnação industrial, a crise da liquidez do mercado financeiro e o aumento do preço dos produtos agrícolas fez com que contingentes populacionais fossem atirados à situação de pobreza, de miserabilidade, de fome. Entretanto, a lógica do império dos mercados exige que, em situações de crise, os trabalhadores e as contas do Estado se sacrifiquem em nome de salvar a economia, ao mesmo tempo em que o capital se torna ainda mais centralizado. Ou seja, quem paga a crise são os trabalhadores, enquanto o capital se rearranja em escala internacional, via mercado financeiro. Em *Destruição em massa – geopolítica da fome*, Ziegler (2013, p. 322) torna pública essa radiografia:

O colapso dos mercados financeiros em 2007-2008, destruiu a existência de dezenas de milhões de famílias na Europa, na América do Norte e no Japão. Então, segundo o Banco Mundial, mais de 69 milhões de pessoas foram lançadas no abismo da fome. Em todas as partes dos países do Sul, novos túmulos se multiplicaram.

Pois bem: em 2010, passados três anos, o patrimônio dos muito ricos superou o nível alcançado antes do colapso dos mercados financeiros.

Na verdade, a crise econômica aprofundou o poder das grandes produtoras mundiais de alimentos sobre os Estados nacionais, estando a base tecnológica dessa produção associada ao uso permanente de agrotóxicos e transgênicos. Assim, toda a cadeia alimentícia passa a ser submetida à lógica do lucro, fomentada pelas reformas políticas ditadas pelos organismos financeiros internacionais, rompendo com o direito a uma necessidade básica, isto é, alimentar-se. Nesse contexto, veremos que a fome se tornou um grande negócio, ou seja, ela não é mais fruto da escassez, mas da própria abundância produtiva.

Em sua obra reveladora e inspirada no compromisso de Josué de Castro em pesquisar as origens da fome para superá-la, Ziegler (2013) denuncia o papel

¹⁵³ Esse subitem integra um artigo cuja publicação do livro está no prelo e contou com a generosa e afetuosa revisão de Mione Hugon.

central desses organismos financeiros.¹⁵⁴ Assim, trata a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial como os três cavaleiros do apocalipse da fome. Em sua análise, os dois primeiros organismos são explicitamente dirigidos pela lógica liberal de supremacia do mercado, que, segundo tal ideologia, teria imparcialidade suficiente e competência para resolver as desigualdades próprias dos ciclos do mercado, em detrimento do direito à alimentação. Ademais, o FMI e o Banco Mundial foram criados na cidade de Breton Woods, em 1944, estando ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Já a OMC é autônoma, reunindo cerca de 150 Estados, tendo sido criada em 1995 em substituição aos Acordos Gerais sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), cujos tratados internacionais subjagam sistematicamente os países com menor poder de influência econômica e política, como os do Hemisfério Sul. Entretanto, salienta-se que a economia de vários países do Sul está assentada na produção de alimentos e na extração de matérias-primas para exportação. Destarte, Ziegler (2013) revela que a lógica do mercado domina os tratados internacionais de comércio, naturalizando a fome em plena era de produção alimentícia em abundância:

É que as ideias de Thomas Malthus têm vida longa. E o que dizer dos senhores dos trustes agroalimentares, dos ilustres dirigentes da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos diplomatas ocidentais, dos “tubarões-tigre” da especulação e dos abutres do “ouro verde” que pretendem que a fome, que consideram um fenômeno natural, só pode ser derrotada pela natureza mesma – um mercado mundial de algum modo autorregulado? Este criaria, como que por necessidade, riquezas de que se beneficiariam muito naturalmente as centenas de milhões de famélicos[...] (ZIEGLER, 2013, p. 26).

A construção dessa hegemonia vem sendo preparada de longa data pelas reformas neoliberais. As moratórias e/ou refinanciamento da dívida dos países com o FMI tiveram como contrapartida, numa primeira fase, a implementação da redução de gastos com políticas sociais, como saúde, educação, eliminação de subsídios aos alimentos de base, entre outras. Em seguida, “a segunda tarefa do FMI é abrir os mercados do Sul às sociedades transcontinentais privadas da alimentação” (ZIEGLER, 2013, p. 174).

¹⁵⁴ Sua análise se dá a partir de um lugar estratégico, tendo em vista que na apresentação do livro de Ziegler (2013), José Paulo Netto informa que o autor foi Relator Especial sobre o Direito à Alimentação da ONU (de 2000 a 2008) e membro do Comitê Executivo do Conselho de Direitos Humanos do mesmo órgão (2008 a 2012).

Na divisão internacional do trabalho, o Brasil voltou a ter um lugar de destaque na produção de matérias-primas e alimentos para equilibrar sua balança comercial. Produção esta, diretamente ligada ao mercado financeiro, que fixa o preço dos produtos em commodities numa tentativa de evitar as flutuações típicas de um mercado cuja produção, por mais que haja investimento em tecnologia de ponta e redução de mão de obra, permanece inexoravelmente suscetível aos determinantes naturais. Com efeito, as variações climáticas têm resultado em extensão dos períodos de secas e inundações, cada vez mais intensas diante do aquecimento global. Em outras palavras, as commodities agrícolas dizem respeito à antecipação de preços futuros para escapar das variações das safras. O resultado é, de um lado, a especulação para beneficiar os grandes grupos do setor alimentício e, de outro, a ocupação progressiva de terras de camponeses, de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, tendo em vista que é um tipo de produção baseada na monocultura e, conseqüentemente, em grandes extensões de terras. Dessa forma, a obtenção de terras nos países do Sul, com financiamento do Banco Mundial, também passa a ser um grande negócio para os países ricos economicamente, mas pobres em terras, tanto para evitar as flutuações de mercado quanto para garantir o suprimento para a demanda interna de seus mercados. Como o preço da terra nos países em desenvolvimento é trinta vezes mais baixo do que nos países do Norte: “a terra tornou-se um valor seguro, um valor-refúgio, frequentemente mais rentável que o ouro” (ZIEGLER, 2013, p. 301).

No caso brasileiro, além da produção das commodities de soja, milho e algodão, a questão energética passa a determinar a política agrícola de investimento nos agrocombustíveis, travestidos ideologicamente de energia limpa. Sob o véu do ecologicamente sustentável, o “ouro verde” esconde a verdadeira face desse processo. Além de não contribuir para a redução da emissão de dióxido de carbono, há uma brutal utilização de água na produção do bioetanol, sendo que o acesso à água própria para consumo humano já é um grave problema em diversas regiões do planeta.¹⁵⁵ Para se ter uma dimensão do problema, o autor cita o pronunciamento do representante de uma grande empresa do ramo alimentício:

¹⁵⁵ Para aprofundamento sobre a centralidade da água na produção agrícola mundial e da guerra em curso pela sua apropriação, consultar o capítulo 7 da parte V da obra PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

De fato, são necessários 4.000 litros de água para produzir um só litro de bioetanol – e quem o diz não é Eva Joly, Noël Mamère ou qualquer outro ecologista tido como “doutrinário”, mas Peter Brabeck-Lemathe, presidente do maior truste alimentar do mundo: Nestlé (ZIEGLER, 2013, p. 247).

Portanto, além de não contribuir efetivamente para uma transição energética, a produção dos agrocombustíveis implica em redução da área para cultivo de alimentação básica e, nesse sentido, joga água no moinho da produção da subalimentação e da fome. Para termos uma medida mais clara do que está em jogo, enquanto 358 quilos de milho produzem 50 litros de bioetanol, a mesma quantidade de milho pode alimentar uma criança por um ano no México ou no Zâmbia, países em que o milho constitui a base da alimentação (ZIEGLER, 2013). Em outros termos, trata-se de uma escolha política: produzir alimentos saudáveis numa escala que alimente a todos e não apenas a nichos de mercados (como a produção orgânica); ou alimentar a indústria do automóvel e continuar contribuindo para o aquecimento global e seus danos socioambientais, especialmente para os mais pobres, ainda que sob a máscara do “desenvolvimento sustentável”.

No Brasil, a meta é aumentar a produção de bioetanol, o que significa ameaça real aos pequenos camponeses que, ao perderem suas terras, têm sua segurança alimentar gravemente comprometida. Contraditoriamente, é exatamente o segmento social que produz, de fato, comida para o mercado interno. Particularmente na região amazônica, áreas vêm sendo incorporadas nessa produção, o que reatualiza a tragédia da cana-de-açúcar no Brasil, além de promover a desertificação. No regime escravocrata, a cana enriqueceu donos de terras e a coroa portuguesa à custa do trabalho escravo; hoje enriquece donos de terras, especuladores da bolsa de valores, oligopólios do ramo de combustíveis, à custa dos pequenos produtores e da cultura dos povos tradicionais.

Com efeito, ao articularmos o significado do mercado de alimentos e de agrocombustíveis à engrenagem da sua produção e circulação sob o domínio do jogo financeiro, constatamos a hegemonia de um determinado modelo de desenvolvimento agrícola e a relação entre a produção da fome como fonte de lucros, a exemplo da crise alimentícia de 2008. Ziegler (2013, p.282) destaca os reais fatores dessa crise:

Vários fatores estão na origem do aumento dos preços dos produtos alimentícios de base em 2008: o aumento da demanda global de agrocarburentes; a seca e as conseqüentes más colheitas em algumas regiões; o nível mais baixo dos estoques mundiais de cereais dos últimos

trinta anos; o aumento da demanda de carne (e, pois, de cereais) dos países emergentes; o alto preço do petróleo – e, sobretudo, a especulação.

Ademais, os donos do processo de produção e circulação dos alimentos controlam não apenas preços e mercados, mas sementes, adubos, pesticidas, estocagem, transporte, dentre outros elementos desse circuito. Esse controle sobre toda a cadeia alimentar, passando da produção pela transformação, pela distribuição varejista e comercialização dos produtos, rende lucros que ultrapassam os recursos financeiros dos governos da maior parte dos países onde atuam, limitando fortemente as escolhas tanto de pequenos produtores quanto de consumidores, transformando todos nós em reféns de seus negócios. Para termos uma melhor noção do que está em jogo:

Apenas dez sociedades – entre as quais a Aventis, a Monsanto, a Pioneer e a Syngenta – controlam um terço do mercado mundial de sementes, cujo volume é estimado em 23 bilhões de dólares por ano, e 80% do mercado mundial de pesticidas, estimado em 28 bilhões de dólares. Dez outras sociedades, entre as quais a Cargill, controlam 57% das vendas dos maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das 100 maiores sociedades fabricantes de produtos alimentícios e de bebidas. E seis empresas controlam 77% do mercado de adubos: Bayer, Syngenta, BASF, Cargill, DuPont e Monsanto (ZIEGLER, 2013, p. 152).

Apesar de a agricultura mundial ter a possibilidade de alimentar 12 bilhões de pessoas, ou seja, o dobro da população mundial, ainda há crianças morrendo de fome na atualidade, configurando uma catástrofe social. Nesse sentido, o autor reitera:

Pois bem: segundo as estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, o número de pessoas grave e permanentemente subalimentadas no planeta chegava, em 2010, a 925 milhões, frente aos 1.023 milhões em 2009. Assim, quase um bilhão de seres humanos, dentre os 6,7 bilhões que vivem no planeta, padecem de fome permanentemente (ZIEGLER, 2013, p. 31-32).

Diante desse contexto, a própria Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), criada em 1945 como um órgão da ONU, reconhece que a fome não é um problema de produção alimentícia, mas, em função da progressiva perda de terras por parte dos pequenos produtores, trata-se de renda insuficiente para acesso a um direito básico, o da alimentação. Não por acaso os mais famélicos são os camponeses do mundo. Nota-se que para perceber tal realidade é preciso romper com o olhar condicionado que enxerga o mundo pela ótica do Ocidente, mais especificamente, dos países do centro do capitalismo (onde de fato houve uma

redução brutal da população rural), para reconhecer que pouco menos da metade dos habitantes desse planeta vive no campo. Ademais, dos 1,5 bilhão que vivem abaixo da linha da miséria, ou seja, com menos de 1,25 dólar/dia, segundo critérios do Banco Mundial, 75% estão no meio rural (ZIEGLER, 2013).

Neste cenário, o compromisso da FAO para o ano de 2015 era reduzir pela metade o número de famélicos no mundo.¹⁵⁶ Entretanto, o órgão se rendeu aos apelos dos gigantes do ramo que prometeram resolver a fome no mundo através de altos investimentos tecnológicos para aumentar a produtividade, através da transgenia e da nanotecnologia. Ou seja, mais uma vez a “saída” para a fome ficou retida nas mãos dos oligopólios, contando com amplos incentivos financeiros que orientam as políticas agrícolas e agrárias de diversos países que convivem cotidianamente com a fome, em benefício desse projeto de desenvolvimento.

Com efeito, no jogo global das relações capitalistas, as diferentes nações restringem suas ações aos (des)ajustes propostos pelos organismos financeiros internacionais. Seguindo essa orientação política, temos a reforma agrária de mercado, financiada pelo Banco Mundial, e altos incentivos dos próprios governos à produção de agrocombustíveis, grãos transgênicos, etc., alimentando a cadeia do agronegócio. Ademais, no cenário internacional, as questões estruturais da fome permanecem intocadas. A atuação política da FAO é emblemática nesse sentido, posto que um organismo dessa magnitude se apequena diante da força dos imperadores do ramo alimentício, limitando seu escopo ao âmbito das denúncias e de ações focalizadas que não abalam as estruturas que alimentam a máquina da fome.

2.7.1 Quem ganha e quem perde com o agronegócio?

A contradição está posta na nossa mesa: ora com sabor de subnutrição, pois apesar do país ocupar o sétimo lugar no ranking mundial do PIB, as desigualdades

¹⁵⁶ No ano 2000, 191 nações, dentre elas o Brasil, assumiram compromisso com oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cuja meta proposta pela ONU era de acabar com a fome no mundo até 2015, além de melhorar o conjunto dos indicadores sociais e econômicos. Os objetivos propostos são: acabar com a fome e a miséria; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, a malária e outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (Cf. BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <www.odmbrasil.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2016). O apelo aqui, como já tivemos oportunidade de debater, se apoia na participação social, desde que não ultrapasse as fronteiras das regras do jogo do capital.

regionais persistem, a exemplo da crescente ocupação de áreas de comunidades tradicionais por grandes empreendimentos e pelo agronegócio, empurrando-as para subalimentação e para a fome; ora com sabor de sobrepeso, em função da má qualidade dos alimentos industrializados e mesmo dos frescos, que atinge todas as classes sociais, mas tem um gosto especialmente amargo para os segmentos de baixa renda que, ao conseguirem aumento de renda através de programas de assistência social, têm acesso a uma alimentação com baixo valor nutricional e repleta de ingredientes que envolvem riscos para a saúde; ora com sabor de veneno e transgenia, dado o uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas na produção alimentícia e de agrocombustíveis, incorrendo em graves riscos para a saúde humana e ambiental; ora ainda com sabor de alimentos agroecológicos, produzidos, em geral, por pequenos produtores, cuja base do trabalho é familiar, camponesa, e cujas políticas públicas de incentivo são ínfimas, quando comparadas ao agronegócio.

Em síntese, a situação alimentícia, não só no Brasil, mas em escala global, é dramática, pois a permanência da fome e da subnutrição expressam a contraface do crescimento de um desenvolvimento calcado na produção de monoculturas com uso abusivo de insumos químicos e da transgenia, aprofundando uma estrutura agrária desigual e contribuindo para a perda escandalosa do valor nutricional dos alimentos. Ou seja, mesmo quem tem renda suficiente para adquirir comida no mercado, não significa que tenha acesso a uma boa alimentação. Além das altas doses de venenos que provocam males à saúde humana e ambiental, algumas pesquisas, realizadas a partir de 1997 no Canadá, EUA e Reino Unido, revelam a perda gradativa do valor nutricional dos alimentos frescos. O que significa que a mudança radical do modelo agrícola pós-Segunda Guerra Mundial provocou a perda de minerais e vitaminas dos alimentos, gerando a necessidade de nos alimentarmos mais para nos nutrirmos menos,¹⁵⁷ fabricando ao mesmo tempo uma sociedade de obesos mal nutridos e famélicos.

Superar este estado de coisas não está restrito ao âmbito de uma escolha individual. Tais escolhas se encontram amarradas a um determinado modelo econômico que se tornou politicamente hegemônico nas últimas décadas,

¹⁵⁷ Cf. Rousseaux (2016); Disponível em: <<http://www.terraeco.net/Pourquoi-une-pomme-des-annees-1950,58246>>. Acesso em: 26 jan. 2015. Nessas reportagens encontramos exemplos extraídos de artigos científicos que mostram que um pêssego de 1950 equivale a 26 de hoje, ou que a carne de hoje tem duas vezes menos ferro do que 50 anos atrás.

retomando com força o ideário liberal em que o mercado se sobrepõe aos interesses nacionais, quebrando direitos trabalhistas, sociais e humanos, restringindo cada vez mais nossa liberdade de escolha. Assim, nossas escolhas precisam estar em aliança e sintonia com organizações e movimentos sociais que tomem para si a tarefa de enfrentar o modelo de desenvolvimento vigente.

No Brasil, o neoliberalismo foi introduzido nos anos 90 seguindo os ajustes exigidos pelo “Consenso de Washington”. Entretanto, particularmente nos governos petistas, assumiu a aparência de um neodesenvolvimentismo, buscando conciliar o inconciliável, ou seja, manter o poder e privilégios das classes dominantes, associados aos investimentos internacionais, seguindo políticas ditadas pelo mercado financeiro e, ao mesmo tempo, promover justiça social, através, sobretudo, de programas sociais compensatórios (cf. CASTELO, 2012).

No meio rural, o neodesenvolvimentismo é capitaneado pelo agronegócio. Trata-se de um modelo de desenvolvimento agrícola que, em nome de produzir alimentos baratos para os segmentos populacionais mais empobrecidos,¹⁵⁸ omite sua verdadeira face. O seu crescimento, estimulado por políticas de governo, é proporcional ao crescimento dos conflitos agrários e riscos ambientais. Sua retórica é a de superar os avanços da Revolução Verde, modernizando ainda mais a agricultura. Tal processo se ancora no investimento em tecnologia para aumento da produtividade, associando o uso de agrotóxicos às sementes transgênicas. Mais recentemente, também se passou a investir em nanotecnologia, que se caracteriza pela manipulação de átomos e moléculas com fins científicos e industriais. Entretanto, as informações sobre experiências nessa área são restritas, comprometendo a criação de políticas de regulamentação.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Na TV Senado é possível assistir às inúmeras defesas do agronegócio protagonizadas pela ex-senadora Kátia Abreu (ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ex-ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, empossada em janeiro de 2015 no governo da presidente Dilma). No link a seguir a senadora elogia a justiça brasileira por liberar o agrotóxico 2.4D, exaltando a importância do seu uso para o aumento da produtividade, barateamento e consequente acesso da população pobre: TV SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?txt_titulo_menu=Resultado%20da%20pesquisa&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=&COD_PROGRAMA=9999&COD_VIDEO=339007&ORDEM=0&QUERY=Katia+Abreu&pagina=1>. Acesso em: 21 nov. 2014.

Neste vídeo disponível na Internet, a ex-senadora e ex-ministra critica a atuação da ANVISA e defende o uso de agrotóxicos para baratear a produção agrícola: TV SENADO. Sen. Kátia Abreu diz que agrotóxicos baixam os preços e propõe que Ministro da Saúde seja convocado, 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=QXqMKBniNSk>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

¹⁵⁹ “Enildo Iglesias, da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação Agrícolas, de Hotéis, Restaurantes, Tabaco e Afins (UITA), um dos primeiros ramos de sindicatos a pautar a questão,

O uso de agrotóxicos em nossa agricultura não é um fato novo. O desenvolvimento agrícola mundial mudou radicalmente após a Segunda Guerra Mundial, baseando-se na monocultura de certos cultivos e no aumento do consumo de carne. Particularmente no Brasil, a Revolução Verde chegou via política de governo. Segundo Lia Giraldo (2011), em 1976 foi promulgada a lei do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas que condicionava o acesso ao crédito agrícola à compra do pacote tecnológico baseado nos insumos químicos. Assim criou-se um modelo agrícola dependente de grandes extensões de terras e de tecnologias de “modernização” da produção. O resultado social é amplamente conhecido, gerando uma forte migração populacional em direção às cidades, aprofundando as desigualdades regionais e as tensões sociais nos grandes centros urbanos. Segundo a pesquisadora, o Brasil chega, em 2008, à posição de campeão no uso de agrotóxicos, pois passou a ser não apenas consumidor, mas produtor de insumos químicos, garantindo seu lugar de exportador de commodities de alimentos na divisão internacional do capital. Não por acaso, “as cinco maiores produtoras de agrotóxicos têm fábricas no Brasil – Basf, Bayer, Syngenta, DuPont e Monsanto” (GIRALDO, 2011).

Além dos efeitos sociais, o resultado ambiental, à exceção das catástrofes, nem sempre é tão evidente, pois a grande mídia não noticia o enorme gasto e desperdício de água na produção agrícola (PORTO-GONÇALVES, 2008); o envenenamento não somente das culturas, mas também dos lençóis freáticos, dos rios, do ar e, conseqüentemente, de toda a fauna, que inclusive participa da cadeia agrícola, como as abelhas; a desertificação em função da derrubada das florestas para a monocultura e produção de gado. Esses são elementos diretamente ligados ao aquecimento global, que atinge toda a sociedade indistintamente, com efeitos ainda mais dramáticos para as populações mais pobres, especialmente se não houver organizações que deem voz a essa destruição, que a mídia insiste em silenciar. Quando muito, a mídia corporativa atribui às iniciativas individuais, restritas ao âmbito de mudanças de hábitos, a responsabilidade por reverter esse processo de destruição. Entretanto, corremos o risco de apenas aliviarmos nossas consciências de doses de culpa que não alteram estruturalmente o modelo de desenvolvimento em que estamos assentados.

relata que transnacionais como a Monsanto já usam ‘nanocápsulas’ do herbicida glifosato como forma de recuperar a patente perdida” (CARRANO, 2013, p. 4).

A partir dos anos 90, o modelo agrícola internacional passa a contar não apenas com os agrotóxicos, mas com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) aplicados na agricultura através de sementes e plantas transgênicas. Mais precisamente em 1994, a Organização Mundial do comércio estabeleceu diversos acordos, dentre os quais o direito de propriedade intelectual, assegurando às empresas do ramo alimentício a patente dos organismos vivos (SANTOS, 2014). Tais empresas, cinicamente, afirmam que fazem simplesmente o melhoramento de sementes, dando continuidade ao que os camponeses já faziam há milênios. Mas a manipulação genética das plantas nada tem a ver com a seleção das sementes e plantas mais adaptadas ao meio ambiente. Na verdade, visa substituir esse saber que preserva a biodiversidade. Ademais, apesar de os países do Sul serem grandes produtores agrícolas, como vimos, eles não influenciaram esses acordos que tiveram forte peso político dos EUA e da União Europeia.

O protocolo de Cartagena, assinado em 2000, recupera o princípio da precaução, suscitado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, para orientar as políticas de regulamentação do uso científico, transporte e comercialização dos transgênicos. Entretanto, trata-se de uma luta hercúlea lidar com o poder de grandes empresas que monopolizam e comercializam as sementes transgênicas e as associam aos agrotóxicos que as mesmas empresas produzem. Com efeito, é emblemático o caso da soja da Monsanto, que contém um gene herbicida resistente ao glifosato, e o milho, que contém um inseticida que combate pragas. Um dos problemas dessas tecnologias é o aumento da resistência das pragas que implica no investimento permanente em agrotóxicos e em transgenia e, mais recentemente, em nanotecnologia.

O Brasil participa da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) desde a Conferência de 1992, no Rio. A CDB é um fórum internacional que debate e define o marco legal sobre a biodiversidade no mundo.¹⁶⁰ A partir de então, aprovou, em 1995, a primeira Lei de Biossegurança (nº 8.974) e instaurou a Comissão Técnica

¹⁶⁰ Em 20/05/2015, a presidente Dilma Rousseff sancionou o novo marco legal da biodiversidade (13.123/2015) que irá regular o acesso e a exploração econômica de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais ligados à biodiversidade e agrobiodiversidade. É importante destacar que havia um forte lobby das indústrias pela sua aprovação na íntegra que, sob a alegação da liberdade de pesquisa, não incluiu devidamente as comunidades tradicionais nesse debate. A presidente vetou os artigos mais deletérios para as populações tradicionais, mas ainda assim organizações ligadas à temática socioambiental denunciam o desequilíbrio da nova lei que beneficia as grandes empresas, como a indústria farmacêutica e de cosméticos (cf. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2015).

Nacional de Biossegurança (CTNBio), em 1996. Se considerarmos que o país tem 20% da biodiversidade do planeta e o setor agropecuário contribui com 30% do PIB brasileiro (PAVARINO, 2011), podemos dimensionar os riscos socioambientais da modernização agrícola em curso. Entretanto, ainda cabe a indagação sobre se a política de regulamentação dos agrotóxicos, transgênicos e nanotecnologia seriam suficientes para coibir danos socioambientais diante do poder das grandes empresas do ramo ou se o caminho é alterar o modelo de desenvolvimento. Em verdade, as lutas devem caminhar em concomitância, isto é, é preciso submeter ao controle social o que diz respeito ao bem-estar da humanidade e ao mesmo tempo construir novas formas de desenvolvimento que respeitem os ciclos da natureza em atendimento às necessidades humanas e sociais.

A própria entrada dos transgênicos no Brasil e a forma como a CTNBio tem lidado com a questão desde então é preocupante. Em meados dos anos 90, a Soja Round Up Ready (RR) foi difundida clandestinamente na fronteira entre a Argentina e o Rio Grande do Sul, aproveitando-se da falta de fiscalização do Ministério da Agricultura. Com o fato consumado, a Justiça brasileira autorizou a comercialização dessa soja em 1998. Em 2003, o plantio comercial foi liberado e, em 2005, aprovou-se uma nova lei de Biossegurança (a Lei 11.105), que estabeleceu os órgãos responsáveis por criar normas de segurança e mecanismos de fiscalização para transporte, armazenamento, cultivo, produção, comercialização, importação, exportação, pesquisa, liberação dos organismos geneticamente modificados, baseados no princípio da precaução, para a proteção do meio ambiente. Zaroni et al. (2011, p. 247) apresentam a institucionalidade da biossegurança no país:

No centro do tripé, a CTNBio define as normas a serem seguidas pelas Comissões Internas de Biossegurança (comissões formadas no interior de cada instituição ou empresa), avalia os documentos por elas encaminhados como sustentação a seus pedidos para pesquisar e comercializar OGMs e seus derivados, no Brasil, e emite parecer que será avaliado pelo CNBS.¹⁶¹

A CTNBio é composta por 12 representantes da comunidade científica de diferentes áreas, nove representantes do Poder Executivo e, a partir de 2005, de seis da sociedade civil. Não por acaso, o quórum de votação para aprovação de matérias deixou de ser estabelecida por 2/3 e passou a ser por maioria simples, restringindo a influência política da sociedade civil organizada. A fina e apurada

¹⁶¹ O Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) é composto por representante da Casa Civil da Presidência da República e representantes de Ministérios ligados ao tema.

análise dos autores, inclusive com matérias veiculadas na imprensa denunciando a relação de especialistas membros da CTNBio com empresas que comercializam OGMs, indica os biorriscos para a sociedade brasileira, tendo em vista que a comissão é alvo de forte lobby dos grupos do ramo, atropelando o princípio da precaução em muitas de suas decisões. O conflito de interesses é evidente no seio da comissão, a qual precisa ser radicalmente democratizada. Em síntese, o que se assiste após 2005 é a liberação permanente da transgenia, não apenas da soja, mas do algodão, do milho, do feijão, de várias outras culturas e até de mosquito, ainda que dentro da própria CTNBio haja resistência de representantes de alguns ministérios e seus órgãos, os quais apelam para o aprofundamento de pesquisas, antes das liberações, bem como tenha assento e pressão da sociedade civil.

Em outros termos, nesse breve histórico sobre o desenvolvimento agrícola via políticas de regulamentação e controle dos agrotóxicos, da transgenia, da nossa biodiversidade, verificamos que as grandes corporações do agronegócio envidam esforços não apenas econômicos, mas políticos, através do lobby no Congresso brasileiro, para garantir a continuidade lucrativa dos seus negócios. A sociedade brasileira vem pouco a pouco resistindo a essa avalanche através de organizações e movimentos sociais na cidade e no campo, articuladas com a academia, na defesa do acesso aos bens comuns e a uma vida digna. Trata-se de um jogo em aberto, porém marcado por uma ampla vantagem para as corporações, no qual o conjunto da sociedade precisa se apropriar e se posicionar claramente num cenário de grandes desigualdades no acesso às informações. Vejamos, então, de forma mais aproximada o papel da mídia nessa seara.

2.7.2 Mídia, Direito à informação, Transparência do Tema e Liberdade de escolha

O crescimento desse mercado no Brasil deveria ser acompanhado do crescimento de informações públicas sobre o tema para a tomada de posições políticas transparentes. A mídia deveria ter um papel educativo e democrático nesse sentido. Entretanto, alguns pesquisadores demonstraram que a grande mídia acaba favorecendo os interesses dos grandes conglomerados econômicos. Revelaram também que as notícias foram mais recorrentes apenas em momentos que envolveram aprovação de leis que beneficiam os referidos grupos. Segundo Allain et

al. (2009, p. 29), que avaliaram as notícias sobre transgênicos entre 2000 e 2005 nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo:

[...] a construção do discurso social sobre os transgênicos e, pode-se dizer que mesmo em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, contemplou inicialmente uma pequena discussão sobre os seus possíveis riscos, mas foi sendo constituído em direção dos benefícios econômicos que tal desenvolvimento pode trazer.

Ademais, Rothberg e Berbel (2010) analisaram os mesmos jornais, mas no período de 2005 a 2007. Curiosamente, por caminhos metodológicos diferentes, chegaram à mesma conclusão, afirmando:

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo construíram enquadramentos e agendas favoráveis aos transgênicos. Enquadramento é a construção simbólica que seleciona certos aspectos do fato ou acontecimento enfocado, enfatiza parte deles e exclui outros. A agenda é formada pelo conjunto de enquadramentos apresentados nas matérias, em certo período de tempo, que relacionam informações com a mesma temática (ROTHBERG; BERBEL, 2010, p. 467).

Mesmo no âmbito da pesquisa sanitária, que tem o dever de alertar a sociedade sobre os riscos desse tipo de aplicação da tecnologia, são vários os pesquisadores da área da saúde que alertam para o fato de terem dificuldades em relacionar os agravos da saúde humana e do meio ambiente com a modernização agrícola. Isto se dá em função dos limites de rastreamento do uso dos agrotóxicos e produtos transgênicos em toda a cadeia de produção, comercialização e consumo. Ainda assim, duas importantes instituições da área da saúde, com reconhecimento internacional no âmbito da pesquisa, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA), aderiram à Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida e vêm assumindo posicionamentos importantes para o conjunto da sociedade brasileira.¹⁶²

No âmbito do consumo, há projetos de lei no Congresso Nacional que querem derrubar a obrigatoriedade de etiquetagem dos produtos transgênicos, a exemplo de um PL da ex-senadora Katia Abreu, que tramita desde 2007. Em 2001, o decreto

¹⁶² Cf. Carneiro (2015). Mesmo com as dificuldades de pesquisa em função das subnotificações de casos e do rastreamento de toda a cadeia produtiva até chegar ao consumidor, os dados e as análises reunidos no Dossiê ABRASCO são alarmantes e a sociedade brasileira precisa acessar esse conhecimento para se somar nessa luta contra os agrotóxicos e pela vida.

Cf. Posicionamento do Instituto Nacional do Câncer (INCA) acerca dos agrotóxicos: BRASIL. Ministério da Saúde. INCA. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

3.871 determinava a etiquetagem de produtos que continham acima de 4% de ingredientes transgênicos. Em 2003 houve um avanço significativo quando o decreto 4.680 determinou que todo produto transgênico ou contendo ingrediente transgênico acima de 1%, seja para consumo humano, seja para animal, e mesmo de consumo indireto, ou seja, alimentos contendo animais alimentados com transgênicos, deve ser etiquetado (SALAZAR, 2011). Essa conquista está seriamente ameaçada no cenário atual, pois, diante da avalanche de projetos de leis que atentam contra os direitos desde o início de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou o PL.4148/2008 que atinge centralmente o direito do consumidor em ter informações claras sobre os produtos industrializados que contêm ingredientes transgênicos.¹⁶³

Destacamos ainda que se trata de um problema mundial. Mesmo na Europa, desde 2004, exige-se a etiquetagem de produtos transgênicos acima de 0,9%. Não obstante, um pesquisador alerta:

Mas essa obrigação de rotulagem não atinge as carnes, os galináceos, os laticínios, os ovos, os peixes criados à base de alimentos com OGM. *A alimentação animal é hoje a principal finalidade dos cultivos de organismos geneticamente modificados* (GRIOT, 2011, p. 311, grifo nosso).¹⁶⁴

Com efeito, tratando da particularidade brasileira, que abastece parte significativa do mundo com a carne bovina, o favorecimento do agronegócio reitera uma estrutura fundiária desigual que acirra as desigualdades e o conflito de classes no meio rural. Mas, apesar de suficientemente grave, essa luta não se restringe ao meio rural, pois tal modelo consome energia não renovável (como o petróleo, que é a base de insumos químicos e do transporte de alimentos), contribuindo para o aquecimento global que atinge a todos, e sua intensividade contamina não apenas trabalhadores e consumidores, mas a terra, a água, o ar e, portanto, outros seres vivos, como peixes, pássaros, abelhas, dentre outros, fundamentais para o meio ambiente equilibrado ecologicamente e uma cadeia alimentar saudável.

¹⁶³ O PL aprovado no congresso seguiu para o Senado, que abriu uma enquete pública sobre a matéria. O IDEC reuniu mais de 60 organizações numa carta endereçada ao Senado, levantando os seguintes apontamentos: o projeto "(1) não torna obrigatória a informação sobre a presença de transgênico no rótulo se não for possível sua detecção pelos métodos laboratoriais, o que exclui a maioria dos alimentos (como papinhas de bebês, óleos, bolachas, margarinas); (2) não especifica a quem compete fazer a detecção nem a fiscalização da presença de ingredientes transgênicos; (3) não obriga a rotulagem dos alimentos de origem animal alimentados com ração transgênica; (4) exclui o símbolo T que hoje permite a fácil identificação da origem transgênica do alimento (como tem se observado nos óleos de soja) ; e (5) deixa de lado a necessidade do consumidor ser informado sobre a espécie doadora do gene no local reservado para a identificação dos ingredientes" (IDEC, 2015).

¹⁶⁴ Existem petições em curso sobre essa matéria na França. Cf. CONSOMMATEURS PAS CCOBAYES, 2012.

Na tentativa de buscar responder à provocação de quem ganha e quem perde com esse sistema, nos sustentamos na chamada de Altieri (2012, p. 97-8), ao analisar o papel dos agrocombustíveis, ampliando-a para uma análise desse modelo em sua totalidade:

Tudo isso resultará em mais pobreza rural, destruição ambiental e fome. Os maiores beneficiários da revolução dos agrocombustíveis serão os gigantes que comercializam grãos, incluindo Cargill, ADM e Bunge; as companhias petrolíferas, como BP, Shell, Chevron, Neste Oil, Repsol e Total; as empresas automotivas, como General Motors, Volkswagen, FMC Ford França, PSA Peugeot-Citroën e Renault; e gigantes da biotecnologia, como Monsanto, DuPont e Syngenta. Já entre os perdedores figuram os pequenos e médios agricultores, os consumidores e o meio ambiente.

Diante de um cenário econômico e político que nos leva a uma catástrofe social e ecológica, a mídia deveria cumprir um papel educativo de tornar público o debate sobre a relação entre a produção alimentícia e os riscos à saúde humana e ambiental. Tratamos aqui do direito à informação para que a sociedade acompanhe conscientemente o debate, exercendo controle social sobre as escolhas institucionais no sentido de garantir o bem-estar da população e não o lucro dos donos desse ramo produtivo. Entretanto, a mídia corporativa tem relações de negócio com os imperadores do mercado de commodities de produtos agrícolas e dos agrocombustíveis, fazendo uma escolha política que contribui para que a sociedade se aliene da gravidade da situação em que está imersa. Em outros termos, a posição política conservadora dos meios de comunicação brasileiros reforça a necessidade de engrossar as fileiras da luta pela democratização da mídia e apoiar as alternativas de comunicação comprometidas com a verdade e com um processo de transformação sociocultural e econômico-político.

2.7.3 Última chamada – é hora de unidade, é hora de lutar, é hora de unidade na luta

Diante desse tenebroso cenário para o meio ambiente e para a humanidade, numa relação indissociável desde que os humanos debutaram na Terra, sustentamos que o antídoto para eliminar os efeitos de tamanho envenenamento é a luta. Mais do que isso, a unidade na luta, entre movimentos do campo e da cidade, entre partidos políticos, sindicatos, movimentos e organizações sociais e movimentos de massa nas ruas.

A modernização da agricultura, tanto sua industrialização quanto sua financeirização, chegou a tal nível de mercantilização da vida, empurrando-nos todos para um abismo, que tornou possível enxergar com mais clareza o que está por trás do uso indiscriminado de agrotóxicos, da apropriação intelectual de sementes e sua modificação genética. Outrossim, o apelo para o combate ao uso intensivo do agrotóxico associado à transgenia na agricultura vai além dessa luta particular. Significa principalmente o combate a um modelo produtivo, na particularidade da agricultura denominado agronegócio, que é sinônimo de monopólio e domínio de toda a cadeia produtiva, comercialização,¹⁶⁵ estoques, estabelecimento de preços, entre outros, resultando em monoculturas para produção de commodities agrícolas e agrocombustíveis. Decerto, este modelo coloca em xeque a produção de alimentos saudáveis para toda a humanidade, ancorando-se numa ciência dita neutra, que vem apoiando a eliminação da nossa biodiversidade.

Em países ditos em desenvolvimento, ou emergentes, como o nosso, a questão do acesso à terra se agrava, pois tal modelo é baseado no uso intensivo de enormes extensões de terra, expropriando camponeses e outras comunidades tradicionais, bem como na baixa incorporação de mão de obra, dado o investimento tecnológico, comprometendo a vida das famílias rurais. Assim, o que chega à nossa mesa tem todos esses dissabores.

Ao considerarmos o argumento dos grandes produtores, que alegam que a modernização da agricultura significa comida mais barata na nossa mesa, nos indagamos se existe alternativa a esse modelo, que encontra eco na grande mídia. O nível de complexidade que as relações humanas alcançaram não nos permite afirmar que exista uma resposta ou um caminho a ser percorrido, retomando uma ideia já superada de desenvolvimento em etapas definidas fora dos países do hemisfério Sul, cabendo-nos apenas sua incorporação tácita. Mas, segundo diz o poeta Antonio Machado: “caminhante, não existe caminho, se faz o caminho ao caminhar” (disponível em <https://cdeassis.wordpress.com/2009/08/13/os-caminhos-de-antonio-machado/>, acesso em 18/09/2016). Ademais, existem experiências ocorrendo em escala internacional que merecem não somente nossa atenção, mas nossa aposta. Nessa direção, a corrente ecossocialista vem se esforçando em

¹⁶⁵ “Apesar de os agricultores familiares e os pequenos camponeses serem responsáveis por 70% da produção alimentícia brasileira, o processo de comercialização da produção é controlado por grandes redes varejistas: Carrefour, Wal-Mart e Pão de Açúcar controlam 80% da circulação de alimentos; são elas que definem os preços dos produtos” (KRAUSER, 2013).

agregar movimentos sociais e partidos políticos para atrelar a luta ecológica e feminista à perspectiva socialista (cf. LÖWY, 2005; 2011).

A partir da análise crítica é possível desmistificar a tese de que o agronegócio alimenta a população do Brasil, pois, a partir do censo agropecuário de 2006, alguns pesquisadores constataram que mais de 70% do que consumimos vêm da agricultura familiar (GLASS, 2011). Na verdade, parte significativa da produção do agronegócio é para exportação, pautada por uma política econômica baseada na reprimarização para equilíbrio da balança comercial. Tal produção serve para alimentar animais que entrarão na cadeia alimentícia.

Agrega-se que a agricultura industrial e financeirizada resulta numa simplificação extrema da natureza, substituindo as florestas tropicais por monoculturas ou gado, desertificando áreas em nome do aumento da produtividade, comprometendo severamente nossa biodiversidade. Destarte, ignora-se a vulnerabilidade dos sistemas ecológicos, pois se aumenta a disseminação de pragas, dificultando seu controle. Altieri (2012, p.24) nos ajuda a compreender tal processo de homogeneização e monopolização vigentes:

De fato, as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies ocupam aproximadamente 1,44 bilhão de hectares de terras hoje cultivadas no mundo. Essa paisagem é bastante contrastante com a diversidade de espécies de plantas encontradas em apenas um hectare de floresta tropical, que geralmente apresenta mais de 100 espécies de árvores. *Das sete mil espécies utilizadas na agricultura, hoje, somente 120 são importantes para a alimentação humana* [grifo nosso].

Ademais, a manutenção de monoculturas implica em uso crescente de agrotóxicos e fertilizantes que têm estabilizado algumas produções, resultando em declínio de rendimentos. Nesse bojo, a engenharia genética ganha destaque propondo a reprojeção de culturas via manipulação genética de sementes e plantas. Para Altieri (2012), trata-se de um sistema dispendioso, o que denotaria seu esgotamento e insustentabilidade. Outro aspecto envolto em névoa, dado sua invisibilidade, relaciona-se aos custos indiretos, como o custo ambiental pelo impacto sobre a fauna, os polinizadores, os inimigos naturais, a pesca, a água e pelo desenvolvimento de resistência dos insetos e ervas aos insumos químicos, bem como os custos sociais em função dos envenenamentos e adoecimentos humanos. Segundo Pimentel (1980 apud ALTIERI, 2012), tais custos chegam a US\$ 8 bilhões por ano. Entretanto, desde então, o uso de agrotóxicos não só não cessou como

aumentou e os lucros das grandes empresas do ramo não param de crescer. Portanto: “Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica” (ALTIERI, 2012, p. 35).

Na contracorrente desse modelo está a agroecologia, que significa baixo risco para os pequenos produtores, fuga dos endividamentos em função dos pacotes tecnológicos, produção de alimentos saudáveis, segurança e soberania alimentar, autonomia produtiva, respeito à vida e à sua biodiversidade. Assim,

O objetivo final do modelo agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes. Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir a conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal, etc.), enfatizando o desenvolvimento de metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas (ALTIERI, 2012, p. 114-115).

Não por acaso a agroecologia tem sido central nas lutas desenvolvidas nas últimas décadas por diversos movimentos camponeses, vários deles reunidos no movimento internacional Via Campesina. Trata-se de um movimento internacional, nascido em 1993, que congrega 164 movimentos de 73 países e que vem pautando e adensando o debate em torno da agroecologia, como um princípio que viabiliza a agrobiodiversidade. Além desse princípio, a Via vem defendendo um conjunto de direitos dos camponeses:

A Declaração dos direitos das Camponesas e Camponeses apresenta, entre os direitos fundamentais do camponês: o direito à vida e a um nível de vida digna; a terra e água e a um território; a saber e a praticar a agricultura tradicional; aos meios de produção agrícola; incluindo-se as sementes das variedades tradicionais; ao reconhecimento e proteção da sua cultura e dos valores da agricultura local; a desenvolver e preservar o conhecimento agrícola local, bem como rechaçar as intervenções que podem destruir o seu modo de fazer agricultura; à informação, bem como à liberdade para determinar o preço e o mercado para comercialização e ao acesso à justiça (LA VÍA CAMPESINA, 2009 apud SILVA, 2011, p. 438)

A pauta da soberania alimentar, como uma necessidade histórica que pode ser viabilizada pelos camponeses através da agroecologia, vem congregando múltiplas forças sociais. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) integram a Vía Campesina, somando-se a essa luta. A AS-PTA – Agricultura

Familiar e Agroecologia é uma organização sem fins lucrativos que, desde 1983, dedica-se à construção, inicialmente, de uma agricultura alternativa e que hoje também trabalha com a agroecologia como princípio e ferramenta. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) surgiu no final de 2002 como uma rede que congrega movimentos e organizações promotoras da agroecologia e, desde então, tem raízes em diversas regiões e Estados do país. O Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) é uma associação civil, fundada em 1987, que vem apoiando o direito do consumidor em saber o que consome. No caso da alimentação, tal instituto organizou uma cartilha, em 2010, sobre alimentos transgênicos e vem organizando uma campanha contra a tentativa de parlamentares derrubarem a rotulagem dos produtos transgênicos (IDEC, s/d).

Destacaria ainda, além da aliança entre movimentos de trabalhadores e consumidores da cidade e do campo, bem como de associações civis, sindicatos e partidos políticos, o papel da mídia alternativa na construção de uma contra-hegemonia. Os próprios movimentos sociais têm investido sistematicamente em criar, manter, divulgar sua própria imprensa para buscar dialogar com a sociedade, contrapondo-se ao compromisso da grande mídia com os benefícios econômicos ligados ao agronegócio. Além da mídia impressa, como os exemplos do jornal Brasil de Fato e da revista Carta Capital, outro meio de comunicação indispensável na atualidade é a mídia eletrônica, através de seus blogs, páginas nas redes sociais, dentre outros. Ademais, os movimentos e organizações supracitadas possuem sua própria mídia, impressa e eletrônica. Outra rede de informações importante é o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), que atua também na formação para a democratização da mídia.

Como um resultado interessante dessas alianças, contribuindo ainda mais para a publicização do debate, temos a sétima arte se juntando a essa causa. Nessa direção, o cineasta Silvio Tendler, em associação com movimentos sociais e sindicais, realizou os documentários “O Veneno está na mesa”, volumes 1 e 2. Na esteira da sétima arte, o professor e pesquisador José Roberto Novaes (IE/UFRJ) há anos vem se dedicando à temática rural e coordena um projeto de Educação através das Imagens, tendo como resultado diversos documentários sobre o universo rural.¹⁶⁶

¹⁶⁶ Seu último documentário trata do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura brasileira e a relação com a saúde: NUVENS de veneno. Produção de José Roberto Novaes. Cuiabá [?]: Secretaria de

A Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida,¹⁶⁷ iniciada em 2011, também tem tido uma contribuição importante para as lutas da sociedade brasileira. Ela congrega uma série de movimentos sociais, entidades de classe, associações de consumidores, escolas e universidades, movimento estudantil, etc., na luta por algumas bandeiras, como o fim da pulverização aérea e da isenção de impostos aos agrotóxicos e uma água livre de transgênicos.

Mal começou o segundo mandato do governo federal sob o comando de Dilma Rousseff e o agito político em torno do comando dos ministérios entrou na ordem do dia. A nomeação da senadora Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) é uma demonstração de força do agronegócio e de continuidade de seu domínio. Em 2016, com o processo de impedimento da presidente Dilma e a posse do presidente interino Michel Temer, a situação se agrava com o “enxugamento” dos ministérios. Seguindo a linha do desenvolvimento rural sustentável que combina políticas de crédito com o Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi fundido com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Blairo Maggi assumiu o MAPA, anunciando num breve tempo maiores retrocessos para os trabalhadores brasileiros. Contudo, se virarmos a seta à esquerda para construir um outro modelo de agricultura, cabe-nos a aposta e engajamento nas lutas camponesas.

Destaca-se ainda que as pautas da soberania alimentar e da agroecologia não podem ser defendidas no abstrato, pois elas devem incorporar os ganhos científicos produzidos coletivamente e articulá-los em prol de uma transição socialista que se assente numa base material rumo a uma nova sociabilidade. Afinal, comer é cada vez mais não apenas um ato material, mas político, posto que alimenta não apenas nosso estômago, mas também fortalece um determinado projeto de sociedade em detrimento de outro. Destarte, comer deve alimentar igualmente nossos corpos, nossos espíritos, nossos sonhos, nossas lutas. É o primeiro passo para podermos fazer nossa própria história e encher nossos pratos de alegria, saúde, liberdade e emancipação.

Saúde de Mato Grosso, Terra Firme, VideoSaúde, 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-2DYNvg64a4>>. Acesso em: 17/11/2014.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

PARTE II

O PAPEL DO CAMPESINATO NA LUTA DE CLASSES E SUA PARTICULARIDADE NO ERJ

3 O PROJETO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA E O PAPEL DO CAMPESINATO NA LUTA DE CLASSES

Com frequência, a discussão sobre a relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho à política e é melhor que assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista (MARTINS, 1983, p. 12)

No presente capítulo propomos aos leitores uma breve incursão teórica sobre os sentidos da emancipação humana propostos pelo campo marxista, o que inclui além de Marx, os que se reivindicam seus legatários. Na sequência, buscaremos compreender o papel do campesinato nas revoluções burguesas clássicas e seu processo de metamorfose da revolução industrial até a contemporaneidade¹⁶⁸. Por fim, nos dedicaremos ao debate teórico em torno do surgimento do campesinato na particularidade brasileira, na intenção de analisar a permanência desse segmento de classe social e seus desafios contemporâneos, mediante a força devastadora do capitalismo financeiro e um Estado que se restringe à administração da crise mitigando os efeitos colaterais do projeto de desenvolvimento para os mais pobres.

3.1 Emancipação humana na perspectiva marxista

A questão da emancipação humana acompanha a história da humanidade com registros que datam da Grécia Antiga. Desde então, em cada tempo histórico, a partir de determinações econômicas, da divisão sócio-técnica do trabalho e suas expressões sociais e culturais, as sociedades estruturadas em classes distintas vêm produzindo experiências e teorias políticas sobre a relação público/privado. Relações estas transversalizadas por disputas pelo poder econômico e político.

Malgrado o período da Antiguidade constituir-se enquanto um ponto de partida para esse debate, nosso interesse particular no presente trabalho é de

¹⁶⁸ Em função dos limites da pesquisa, não haverá condições de incorporar o debate acumulado sobre o importante protagonismo dos camponeses nas revoluções latino-americanas, a exemplo da mexicana, cubana, colombiana, dentre outras.

compreender já nos marcos da sociabilidade burguesa, sobretudo no campo do marxismo, os caminhos de interpretação sobre o processo de emancipação política ou de “democratização”, no sentido que Lukács lhe atribui. Com efeito, pretendemos reter a substância desse debate desde o século XIX até a atualidade, buscando compreender suas tendências no tempo presente.

Nota-se que não temos a pretensão de apostar numa conclusão que indique a forma precisa para a conquista da emancipação humana, posto que esse movimento implica na conjugação de determinações subjetivas e objetivas, o que o próprio movimento de trabalhadores vem tematizando e vivenciando desde meados do século XIX. Sendo assim, nossa tarefa reside em estabelecer uma aproximação teórico-conceitual com o que o marxismo vem produzindo a partir das experiências capitalistas e socialistas sobre a relação entre sociedade civil e Estado. Nesse processo, consideramos que as diferentes abordagens expressam suas concepções sobre indivíduo, sociedade, propriedade privada, liberdade, direitos, cidadania e, enfim, democracia ou, na acepção lukacsiana, “democratização”.

Trata-se, portanto, não de encerrar, mas de abrir uma série de indagações na perspectiva de compreender o papel de um determinado segmento social, o campesinato para alguns autores, pequenos produtores familiares autônomos para outros, no processo de conquista da emancipação política e, fundamentalmente, humana na atualidade.

Nesse sentido, o presente trabalho toma como ponto de partida as considerações de Marx em seus escritos de 1843, 1844 e 1875, respectivamente A questão judaica, Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel e Crítica ao programa de Gotha. Destaca-se que os textos são fruto de um tempo histórico, entre meados e o fim do século XIX, em que a classe operária estava num processo vigoroso de constituir-se enquanto classe para si, buscando nas crises do ciclo burguês as brechas para a superação dessa sociabilidade.

Entretanto, doravante, a dinâmica da realidade impôs um caloroso debate em torno de quais seriam os caminhos para essa superação rumo ao alcance da emancipação humana. A busca pelo reino da liberdade, no marco das relações sociais capitalistas, se inicia em meados do século XIX, mas permanece nos séculos seguintes tendo em vista que o domínio burguês foi vitorioso e que as experiências socialistas se esgotaram ou foram isoladas. Refletindo sobre as experiências revolucionárias dos séculos XIX e XX na Europa ocidental, suscitamos a seguinte

questão sobre os dilemas da luta de classes no século XXI: o movimento de trabalhadores (rurais e urbanos) deve apostar na tomada de poder pela via democrática, através das instituições políticas próprias da sociedade burguesa, como expressa a luta da socialdemocracia na transição entre séculos XIX e XX, pelo sufrágio universal; ou deve apostar numa ofensiva de tomada armada do poder do Estado e preparar a transição para o comunismo, tal como a experiência da Comuna de Paris expressou, em 1871, quando o “céu foi tomado de assalto”, ou ainda a Revolução Russa de 1917; ou, existiriam ainda mais alternativas?

Aproximando-nos da temática, tomaremos as reflexões de Marx nos textos supracitados. Em seguida, traremos aspectos elementares da socialdemocracia. Por fim, atualizaremos a necessidade da retomada da “ofensiva socialista” (MÉSZÁROS, 2002), recolocando a emancipação humana para além dos marcos do capitalismo.

3.1.1 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA NA ABORDAGEM MARXIANA

Antes ainda de entrarmos nas polêmicas após Marx, tomaremos como ponto de partida alguns de seus textos que versam sobre a temática da emancipação política e humana e os caminhos para a sua conquista.

Num franco debate com Bruno Bauer, em A questão judaica, texto de 1843, Marx colocou no centro do debate os limites para a emancipação humana na sociabilidade burguesa. Na sua acepção, Bauer se equivoca no foco da crítica, pois a restringe ao Estado cristão e não ao Estado como instância política da sociedade burguesa. Em seus termos:

[...] observamos o equívoco de Bauer no fato de só submeter à crítica o “Estado cristão”, e não o “Estado como tal”, de não examinar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, portanto, de colocar condições que só se explicam pela confusão a crítica da emancipação política e da emancipação humana universal (MARX, 2001a, p. 17).

Assim, a partir do debate sobre emancipação política e religiosa, Marx trouxe à tona e revelou que se trata, na verdade, da relação entre o particular e o universal, em outros termos, entre o privado e o público. Nessa direção, o autor considera que o Estado Moderno “resolve” a contradição do plano real da sociedade em termos políticos, ou seja, de forma parcial, abstrata, mas dando-lhe um caráter universal. Dessa forma, o Estado constitui-se enquanto um novo mediador entre o homem e a

liberdade humana, em substituição à religião. Nessa linha argumentativa, o autor analisa:

Esta oposição secular a que se reduz a questão judaica – a relação entre o Estado político e os seus pressupostos, que estes sejam elementos materiais como a propriedade privada, que sejam elementos espirituais como a cultura ou a religião, o conflito entre o interesse geral e o interesse privado, a cisão entre o Estado político e a sociedade civil –, Bauer deixa essas contradições intactas, ao dirigir a polémica contra a sua expressão religiosa (MARX, 2001a, p. 23).

Destaca-se na análise de *Marx* que a universalidade que se alcança por meio do Estado moderno (direito de cidadania) não expressa a real desigualdade, concreta e material, presente na sociedade civil (sob o domínio burguês). Nesse sentido, apesar de reconhecer o avanço da emancipação política, como já propunha Rousseau, também reconhece seus claros limites para a emancipação de todos os homens. Destarte, *revela que o Estado acaba por tornar-se um instrumento de manutenção do poder político de determinados segmentos economicamente dominantes, sob o disfarce de representar interesses universais*. Nas palavras de Marx (2001a, p.23-24):

Certamente, a emancipação política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente [grifo nosso].

Com efeito, o principal limite é o da garantia da propriedade privada, que continua inabalado. Tal garantia foi salvaguardada por um conjunto de leis a partir de constituições promulgadas desde o século XVIII, sobretudo com os cercamentos parlamentares na Inglaterra. Doravante, o mundo ocidental, sob a orientação doutrinária do liberalismo, ergueu uma série de direitos para preservar a liberdade individual, a igualdade formal e a segurança de uma determinada classe.

No bojo das transformações societárias que levaram ao fim do feudalismo e à ascensão do capitalismo, as revoluções políticas na Europa ocidental, protagonizadas pelas respectivas burguesias, eliminaram a sociedade feudal. Por conseguinte, cindiu-se o público do privado, o Estado da sociedade civil, o ser comunitário do indivíduo privado/egoísta, conferindo aos homens liberdade e igualdade no plano político, sem alterar a desigualdade presente e constituinte do modo de produção capitalista no plano real, portanto, na sociedade civil, cujo fundamento é a propriedade privada. Assim, nos termos do autor, a emancipação política capitalista se reduz à liberdade individual:

Concluimos que o homem não se emancipou da religião, mas sim recebeu a liberdade religiosa. Não ficou livre da propriedade; recebeu a liberdade de propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio (MARX, 2001a, p. 36).

Em Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel, texto de 1844, Marx indica que o ponto de partida para a emancipação é a crítica à religião, pois ela expressa uma forma de alienação humana, ocultando que a história é fruto da ação humana. Por outro lado, o autor afirma que o Estado moderno assumiu esse lugar em que os homens delegam a um ser externo o poder de decidir e guiar a vida da coletividade. Em oposição a esse Estado ideal que expressa o espírito universal da sociedade, Marx reivindica que a filosofia alemã rompa com esse idealismo, endossado por Hegel, e se ponha à serviço da superação da alienação, transformando a crítica à religião em crítica ao direito, a crítica à teologia em crítica à política.

Nessa perspectiva, Marx reteve a dialética de Hegel, mas inverteu o método, criando o materialismo histórico-dialético para analisar as contradições presentes na realidade da sociedade burguesa. Tal método implica, de um lado, no rompimento com a alienação, com o idealismo e, por outro, na busca pela autonomia e protagonismo político daqueles que na sociedade civil se encontram em plena condição de desigualdade. Com efeito, o autor indica um caminho a percorrer:

Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. Os seus objetivos e interesses devem verdadeiramente ser os objetivos e os interesses da própria sociedade da qual se torna de fato o cérebro e o coração social. Para alcançar essa posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tende a concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral (MARX, 2001b, p. 56).

Trata-se, portanto, do processo de superação da supremacia do interesse particular enraizado na propriedade privada. Tal processo deve ser protagonizado pelos que não detêm os meios de produção, ou seja, o proletariado que, ao se libertar, liberta a sociedade de todas as classes, alçando-a à dimensão de liberdade universal. Atualizando os termos propostos por Marx no século XIX, trata-se do protagonismo do conjunto de trabalhadores, urbanos e rurais, nessa construção. Destaca-se ainda que o processo revolucionário tem a finalidade de universalização

da liberdade deve ter uma sólida base filosófica no sentido de compreender as contradições próprias do modo de produção e da sociabilidade sob o domínio burguês.

Parece-nos então que a ideia central de Marx é que não haja dicotomia entre cidadão (citoyen) e homem (bourgeois), entre Estado e sociedade civil, entre emancipação política e humana. Nesse sentido, faz-se necessário romper com a lógica burguesa que reproduz uma igualdade no plano político que não só não expressa a desigualdade presente na sociedade civil, mas fundamentalmente não a altera, tendo em vista que o cerne da mola propulsora da sociedade burguesa está preservado juridicamente, qual seja, a propriedade privada.

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser **genérico**; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2001b, p.37, grifo original).

As mudanças, portanto, têm de ser operadas no plano real, da produção e reprodução da vida social. Não obstante, cabe registrar que no final do século XIX não havia consenso no seio do movimento operário quanto à concepção de luta de classes, Estado e revolução. Esse debate está devidamente expresso na Crítica ao Programa de Gotha, quando Marx redige uma carta às lideranças do congresso de Gotha, que data de 1875.

Sobre a base econômica do capitalismo, indica que a questão central é o monopólio dos meios de produção, que constituem as fontes para suprir as necessidades da vida. A partir dessa premissa, o trabalho se torna fonte não apenas de valor de uso, mas de riqueza para os detentores dos meios de produção. No congresso de Gotha, sob influência de Lassale, prevaleceu a ideia de que o socialismo se traduz numa melhor distribuição dos “frutos do trabalho”. Para Marx, essa é uma questão liquidada, pois não deve haver dicotomia entre produção e distribuição, como já havia indicado no Grundrisse (1857). O cerne do problema é que deve haver produção, ou seja, trabalho necessário, para atendimento a todas as necessidades individuais e coletivas.

Nessa direção, os meios de trabalho devem ser socializados, as habilidades e capacidades devem ser empregadas no trabalho para distribuir seus resultados atendendo a tais necessidades. Não obstante, no processo produtivo industrial, a

medida do tempo de trabalho médio do operário considera como único determinante sua condição física, reproduzindo assim as desigualdades. O direito de ser explorado igualmente aqui é o direito burguês em que as desigualdades, as diferenças, as individualidades, as diferentes necessidades desaparecem no processo produtivo. Assim, se as habilidades, capacidades e necessidades são diferentes, elas deveriam ser consideradas tanto no âmbito produtivo quanto da distribuição. Portanto, a noção de direito e sua expressão jurídica não deve se sobrepor à estrutura econômica que deve estar subjugada ao interesse geral da sociedade e não de grupos corporativos. Nessa perspectiva teórico-política, Marx afirma sobre a transição para outra ordem social, isto é, a comunista:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: *De cada qual, segundo sua capacidade, a cada qual, segundo suas necessidades* (MARX, s/d, p.215, grifo nosso).

Outra forte polêmica que expressa divergências sobre a compreensão de luta de classes, em que pesa o papel do Estado e da revolução, está presente no debate sobre a necessidade de criação de cooperativas de produção com a ajuda do Estado, sob o controle democrático do povo trabalhador como indica o programa de Gotha. Em contraponto, Marx suscita a questão: seria então o Estado quem promoveria a transformação e não o próprio processo revolucionário presente na sociedade?¹⁶⁹

Decididamente Marx defende que o comunismo é o reino da liberdade a serviço das necessidades elementares e para além delas, sem o homem cindido, sem divisão do trabalho baseada nas habilidades manuais e intelectuais, sem uma instância externa, isto é, uma superestrutura autônoma com relação à esfera econômica, sem Estado, portanto. Assim, o autor conclui:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não

¹⁶⁹ Esse debate é extremamente atual num cenário de políticas estatais de empreendedorismo como forma de precarizar o trabalho, diminuir direitos e alavancar a acumulação de capital. Já tivemos oportunidade, no primeiro capítulo, de tecer um diálogo crítico com as políticas de economia solidária, tomando o devido cuidado de não reduzir o conjunto de práticas autogestionárias e cooperativas ao seu uso instrumental pelas políticas neoliberais.

pode ser outro senão a *ditadura revolucionária do proletariado* (MARX, s/d, p. 221, grifo do autor).

Dando continuidade ao debate, apoiando-nos em Coutinho (2011), sobre a abordagem marxiana da emancipação humana, devemos reter que não deve haver uma oposição entre a mesma e a emancipação política. Ao contrário, a própria emancipação política é fruto da luta dos trabalhadores e, nesse sentido, é um acúmulo histórico inexorável, mas insuficiente para proporcionar a emancipação humana, ou em outros termos, a instauração de uma sociedade comunista. Ao resgatar a contribuição de Marx em A Questão Judaica, o autor destaca:

Observando que, no quadro da emancipação puramente política, “o cidadão é então declarado servidor do homem egoísta”, Marx nos fala – ainda sob a influência do humanismo de Feuerbach – em “emancipação humana”, uma expressão que, pouco depois, será substituída por “comunismo”. Caberia registrar, de passagem, contra algumas leituras apressadas, que, ao propor a “emancipação humana” ou o comunismo, Marx não está se opondo aos chamados “direitos do homem” ou à emancipação política, mas sugerindo que eles devem ser dialeticamente conservados-superados através de uma forma de emancipação (ou de cidadania) ainda mais radical. Em outras palavras: Marx não critica o modelo democrático de Rousseau por este ser democrático, mas sim por ser utópico, ou seja, por não contemplar as condições materiais que tornam possível a realização de uma ordem efetivamente democrática (COUTINHO, 2011, p. 62, grifo do autor).

Tal debate não ficou imune às transformações societárias advindas no século XX, que alteraram substantivamente a relação entre sociedade civil, mercado e Estado. Já tivemos oportunidade de debater, no primeiro capítulo, sobre a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e deste para o financeiro. Devemos frisar que as formas precedentes não foram eliminadas, mas incorporadas por novas hegemonias e suas modalidades de Estado correspondentes. Com efeito, tanto as forças liberais quanto as anticapitalistas empreenderam esforços teórico-práticos importantes na condução de diferentes nações, servindo de acúmulo histórico. Grosso modo, a acumulação de capital vem renovando seu fôlego, ampliando as contradições entre as classes sociais, mesmo com as organizações nacionais e internacionais dos trabalhadores. No campo da esquerda, destacamos as notórias mudanças na socialdemocracia e o esgotamento das experiências do “socialismo realmente existente”, como indicadores dos desafios postos para a luta de classes na atualidade. Destarte, resgataremos alguns dos autores que tomaram para si a tarefa de analisar a democratização em meio a esse conjunto de transformações.

3.1.2 A perspectiva socialdemocrata – afastamento progressivo do socialismo

O avanço do processo de constituição da classe operária em classe para si, no século XIX, seja através do sindicalismo, seja através de partido político, seja através da relação orgânica entre essas forças políticas, deu-se em concomitância com o avanço da industrialização dos países europeus e de sua superestrutura política. Nesse bojo, a questão da escolha dos caminhos para a superação do capitalismo estava presente, fosse pela via da ação “política” ou da ação “direta” (PRZEWORSKI, 1989). Em seus termos:

O projeto dos primeiros socialistas, adeptos do comunismo, era construir uma sociedade dentro da sociedade, uma comunidade de produtores imediatos associados em oficinas e fábricas, cooperando como consumidores e administrando suas próprias atividades. A intenção era edificar essa sociedade de produtores associados em completa independência com relação ao mundo burguês; ela deveria simplesmente desviar-se da emergente ordem capitalista e, em grande medida, industrial. *Todavia, assim que a nova sociedade burguesa desenvolveu suas instituições políticas – primeiro a burocracia e o exército permanente e a seguir o parlamento popularmente eleito – não mais pôde ser mantida uma postura de distanciamento e independência.* Já não era possível asseverar, como fizera Proudhon, que a reforma social não podia resultar da mudança política (PRZEWORSKI, 1989, p. 19-20, grifo nosso).

A II Internacional, que abrange o período do final do século XIX até às vésperas da primeira guerra mundial, foi marcada hegemonicamente pela ideia de que as reformas são cumulativas e passam a constituir uma etapa para se alcançar o socialismo. Os partidos socialdemocratas partiram da assertiva de que a vitória era uma questão de tempo, considerando que o aumento progressivo do proletariado, que acompanhava o crescimento da industrialização, significaria o crescimento do partido, já que este representaria seus interesses.¹⁷⁰ Esse tipo de análise denota

¹⁷⁰ Sobre o crescimento do Partido Socialdemocrata Alemão, em concomitância com o crescimento do modo de produção industrial, Engels (2008, p. 50) observa: “Graças ao discernimento com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal introduzido em 1866, o crescimento assombroso do partido surge abertamente aos olhos de todo o mundo em números indiscutíveis. Em 1871, 102 mil; em 1874, 352 mil; em 1877, 493 mil votos socialdemocratas. Seguindo-se o reconhecimento deste progresso por parte das altas esferas do poder na forma da lei anti-socialista. Como consequência, o partido ficou momentaneamente fragmentado e o número de votos baixou em 1881 para 312 mil. Todavia, isso depressa foi superado. Assim, sob pressão da lei de exceção, sem imprensa, sem organização exterior, sem direito de associação e de reunião, começou um período de rápida expansão: em 1884, 550 mil, em 1887, 763 mil; em 1890, 1,427 milhão. E aí ficou paralisada a mão do Estado. A lei anti-socialista desapareceu, o número de votos socialistas aumentou para 1,787 milhão, mais de um quarto do total de votos expressos. O governo e as classes dominantes tinham esgotado todos os seus meios – sem proveito, sem finalidade, sem êxito. As provas palpáveis da sua impotência, que as autoridades, desde os vigilantes noturnos até o chanceler do Reich [império, nação – alemão], tiveram que engolir – e isto da parte dos operários desprezados! -, essas provas

uma leitura mecanicista da realidade, em que a construção ampliada da consciência de classe é secundarizada.

Przeworski (1989) avalia que as lutas do movimento operário em torno de mudanças econômicas foram duramente reprimidas, enquanto a luta pelo sufrágio universal conseguiu avanços, o que foi decisivo para a mudança tática apostando-se na vitória eleitoral:

A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento da repressão – foi essa a lição aprendida pelos líderes socialistas. Já em 1891, Kautsky admitia: 'a luta econômica requer direitos políticos, e estes não caem do céu'" (PRZEWORSKI, 1989, p. 25)

Entretanto, o resultado das disputas eleitorais entre o final do século XIX e início do XX revelaram que não necessariamente trabalhador vota em trabalhador, ou seja, se reconhece enquanto classe e reconhece na organização partidária a representação de seus interesses. Devemos considerar, ainda, que a “resolução” do problema tático apostando na via eleitoral abriu outros dilemas: como ganhar as eleições sem fazer concessões e alianças com outras classes ou segmentos de classes; como candidaturas compostas exclusivamente por socialistas promoverão reformas econômicas trilhando a transição para o comunismo? Przeworski (1989) responde a essa questão nos seguintes termos:

O sistema democrático pregou uma peça perversa às intenções dos socialistas: a emancipação da classe operária não poderia ser tarefa dos próprios operários se tivesse de ser alcançada por intermédio de eleições. Restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao socialismo procurando apoio eleitoral fora do operariado (p. 39)

Ademais, a própria história mostrou que o caminho eleitoral implicou na necessidade de alianças com a pequena burguesia, com o campesinato e outros setores e em rever no seu programa a pauta da socialização dos meios de produção. A ideia, então, passou a ser de representar a grande maioria da população, o que extrapola o proletariado. Portanto, abandonou-se a perspectiva classista e adotou-se a transclassista, reproduzindo a lógica burguesa de que no âmbito do Estado é possível representar o interesse geral, dirimindo os conflitos econômicos e sociais. Assim, interesses econômicos de classe, inconciliáveis entre capital e trabalho, tornam-se politicamente conciliáveis na relação indivíduo-nação, na relação cidadão-Estado. Desse trágico dilema Przeworski (1989, p.44) extrai uma amarga conclusão:

contavam-se aos milhões. O Estado gastara todo o seu latim, os trabalhadores começavam a fazer ouvir o seu”.

Os socialdemocratas não conseguiram fazer das eleições um instrumento de transformação socialista. Para serem eficazes nas eleições, têm de buscar aliados dispostos a juntar-se aos operários *sob a bandeira socialista* [grifo nosso]. Entretanto, ao mesmo tempo, solapam exatamente a ideologia que constitui a fonte de sua força entre o operariado. Não podem permanecer um partido unicamente de operários, mas também jamais poderão deixar de ser um partido do operariado.

Destarte, o programa socialista perdeu a sua centralidade diante da tática que apostava na vitória eleitoral. Em seu lugar, assumiram as reformas dentro do próprio sistema capitalista. Mediante os limites econômicos e políticos, adiou-se a socialização dos meios de produção e investiu-se em melhorar as condições de vida dos trabalhadores, em melhorar a distribuição da riqueza socialmente produzida, através, por exemplo, de políticas de combate ao desemprego e pensão para idosos.

Doravante, os programas dos partidos políticos socialdemocratas passaram a pegar carona nos ventos que pudessem levar ao poder, mas ainda faltava uma proposta econômica que favorecesse a classe trabalhadora. Nesse sentido, a socialdemocracia buscou o keynesianismo como a base teórica para justificar o alcance de direitos sociais via democracia burguesa, ou seja, via sufrágio universal, desde que não se alterasse a estrutura da organização produtiva capitalista. Na síntese do autor:

O fato é que os socialdemocratas logo descobriram nas ideias de Keynes, especialmente após a publicação de sua Teoria Geral, algo de que necessitavam com urgência: uma política econômica precisa para a gestão de economias capitalistas. A revolução keynesiana – e foi verdadeiramente uma revolução – forneceu aos socialdemocratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1989, p. 52-53, grifo nosso).

Dessa forma, num breve tempo e espaço (pois tais experiências são historicamente localizáveis em algumas poucas nações e vigoraram até o aprofundamento da crise do capital a partir do final dos anos 1960), trocou-se a nacionalização dos meios de produção pela nacionalização dos bens de consumo, via ampla mercantilização da vida social, com intervenção do Estado na regulação da economia e no combate aos efeitos deletérios do mercado sobre a classe trabalhadora. Ou seja, a socialdemocracia, esvaziada de conteúdo socialista, colocou-se a serviço da permanência da supremacia do mercado, da propriedade privada, ainda que mediada pela regulação do Estado e pela redistribuição da riqueza, socialmente produzida, através de políticas sociais. De forma decisiva, o autor revela que:

A essência da socialdemocracia contemporânea reside na convicção de que o mercado pode ser dirigido para as alocações de qualquer bem, público ou privado, que sejam preferidas pelos cidadãos, e de que pela racionalização gradual da economia o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada.

[...] Assim sendo, a política social da socialdemocracia consiste, em grande parte, em abrandar os efeitos distributivos de alocações de recursos baseadas em critérios de eficiência. *Tal política não visa à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento* (PRZEWORSKI, 1989, p. 57-58, grifo nosso).

Nota-se que a socialdemocracia ingressou nas disputas eleitorais acreditando que a promoção de reformas seria uma etapa para se alcançar o socialismo. Não obstante, o próprio processo histórico revelou que os partidos socialdemocratas se afastaram progressivamente do programa socialista, conduzindo a classe trabalhadora, quando muito, à condição de gestora da própria crise do capital na perspectiva de melhorá-lo, torná-lo menos selvagem e, por consequência, mais “humano”.

Entretanto, essa pactuação entre classes também se mostrou esgotada. Na crise mais recente do capital, que vem dando seus sinais desde o final dos anos 60, mostrou que sua permanência através de transformações econômicas e políticas implica em perdas sociais progressivas para os trabalhadores e aumento da miséria em escala planetária. A falta de uma alternativa ao capital é reforçada pelo naufrágio das experiências socialistas da antiga URSS, do leste europeu e pelo isolamento de Cuba. Nesse contexto, a saída neoliberal vem ganhando hegemonia na era do “capital-imperialismo” (FONTES, 2010), aprofundando ainda mais as contradições entre classes sociais, avançando sobre os direitos históricos da classe trabalhadora.

Diante da prova histórica cabal de que a emancipação política nos marcos do capitalismo mantém distante o horizonte da emancipação humana, faz-se mister recuperar a necessidade de atualização do socialismo.

3.1.3 A retomada da centralidade da emancipação humana: quais os caminhos?

A retomada da emancipação humana como necessidade social a ser alcançada nos remete a um balanço crítico da socialdemocracia, do “socialismo realmente existente” e do capitalismo liberal, ou sua versão neoliberal, buscando na realidade histórica não apenas os descaminhos que nos afastaram desse horizonte,

mas também possíveis caminhos para essa conquista. Nesse sentido, apresentaremos apontamentos de um conjunto de autores do campo marxista que nos convocam a refletir criticamente sobre a temática.

Iasi (2011) sustenta a tese marxiana de que a superação da alienação e, portanto, a conquista da emancipação humana está condicionada pela superação da produção de mercadoria, do capital e do Estado. Trata-se de uma tarefa a ser empreendida pela ação prática humana. Esta não é fruto nem de um determinismo, nem de um voluntarismo, como acusa o pós-modernismo, mas de uma teoria social crítica que vislumbre um processo de ruptura com o capitalismo. Segundo o autor, para os pós-modernos Marx oscila entre dois extremos, num movimento de negação do método dialético:

Ora é o determinista que abole o papel do indivíduo, transformando os seres humanos em meros espantalhos determinados por condições materiais inexoráveis, ora o voluntarista, que espera que a essência humana rompa todas as barreiras e revele o que em germe já estava presente desde a origem (IASI, 2011, p. 69).

Para superar esse dualismo em busca da emancipação humana, é preciso recuperar o método crítico dialético enraizado nos pilares da historicidade e da totalidade para submeter a realidade à crítica, compreendendo tanto suas contradições na sociabilidade burguesa quanto suas brechas. Na acepção marxista de história, o processo histórico é constituído de continuidades e rupturas, fruto de um tempo determinado pela ação humana em todas as dimensões da vida social. Nele, a dimensão econômica tem centralidade, tendo em vista que é onde há um predomínio da produção da vida por meio do trabalho. Não obstante, na sociabilidade burguesa, o trabalho se tornou sinônimo de alienação, de aprisionamento à produção do valor de troca, de extremada limitação à emancipação humana.

Ao se recuperar o método dialético para a análise histórica, observa-se, inevitavelmente, que a emancipação humana é uma necessidade e não uma mera abstração utópica. Ou seja, tal necessidade é constatável na realidade da sociabilidade burguesa, por força da própria luta de classes empreendida pela organização da classe trabalhadora em torno de suas necessidades coletivas. Dito de outra forma, a classe trabalhadora organizada tem demonstrado que a pobreza e a miséria são a contraface do império dos mercados, desde, ao menos, o século XIX. Como alternativa à sociabilidade burguesa, faz-se mister transformar o mundo da

produção material, recolocando a centralidade da produção no valor de uso, e não no valor de troca. Esse parece ser o caminho para superar o mercado determinado pela acumulação de capital e sua forma política, o Estado, o que “pressupõe a sociedade, na bela fórmula de Marx, como livre associação dos produtores” (IASI, 2011, p. 74). Assim, alimentar a ideia de manutenção do Estado nessa sociedade significa apostar na acomodação ao capitalismo e não na sua transformação.

Daí a imagem famosa de Marx sobre o Estado se diluir de volta na sociedade. Por isso, é absurdo o moderno culto ao Estado. Não se trata, nessa perspectiva, de democratizar o Estado em nome da liberdade, pois essa “liberdade” – melhor seria dizermos emancipação – só é verdadeiramente possível superando o Estado (IASI, 2011, p. 74).

Recuperando então a perspectiva marxiana de manter como horizonte a emancipação humana, permanece a questão de como a classe trabalhadora constrói a acumulação de forças para uma transição socialista. Inspirado nas análises de Gramsci sobre o processo de modernização da Itália e o lugar da política, Coutinho (2000) parte da premissa que num primeiro momento, de hegemonia do liberalismo, a democracia era de fato muito restrita, ao que o intelectual italiano denominava de “Estado restrito”. Entretanto, o século XIX foi travejado pelo surgimento de associações, de novos sujeitos coletivos (não só da classe operária, mas do campesinato e setores das camadas médias da sociedade, em luta pela socialização da política), tornando o Estado arena para a luta de classes, especialmente a partir do século XX.

A II Internacional, fruto do processo de transformação da classe em si em classe para si, escolheu o caminho da ocupação do Estado para realizar as reformas socialistas, como vimos anteriormente. Destaca-se que, ao submeter a história a um balanço crítico, Coutinho (2000) indica os limites de ordem econômica e política para a realização do reformismo socialdemocrata.

No âmbito econômico, considera que o crescimento progressivo dos direitos sociais em longo prazo é inconciliável com a acumulação capitalista. É o que denota a imersão do capital na sua própria crise contemporânea, inaugurada em fins dos anos 60, que eclode em escala mais global a partir de 2008. Não por acaso, através da política de orientação neoliberal, diferentes nações promovem reformas, ou contrarreformas nos termos de Behring (2003), para a garantia de um patamar mínimo de direitos sociais impedindo as reformas socialdemocratas: “Renunciar às reformas e adotar paradigmas neoliberais tem sido, infelizmente, a alternativa da

maioria dos partidos socialdemocratas, sobretudo dos que estão no governo” (COUTINHO, 2000, p. 45).

A alternativa seria a radicalização das reformas, buscando consenso em torno de transformações econômicas com base no entendimento de que a propriedade também constitui um direito social. Assim, caberia à sociedade o controle público da economia, o que nos parece estar muito distante da pauta do capital como os tempos de crise evidenciam.¹⁷¹ Ao contrário, nesses momentos o capital se torna ainda mais concentrado e centralizado, compartilhando apenas as contas da crise com a classe trabalhadora.

No âmbito político, a socialdemocracia se acomodou pela burocratização do Estado, sendo bastante instrumental à manutenção dos interesses do capital no sentido de evitar reformas efetivamente progressistas. Para que estas sejam conquistadas, necessita-se, portanto, da desburocratização do Estado e conseqüentemente do seu controle popular. Numa análise polêmica, posto que incorre no risco do politicismo, Coutinho (2000, p. 47) afirma:

Não há reformas radicais na ordem econômica e social sem uma concomitante reforma radical da máquina do Estado [grifo do autor]. Em outras palavras: só uma democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para a “sociedade civil” e seus atores, é possível fazer com que uma política conseqüente de reformas de estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo.

Por outro lado, Saes (2003) acerta em sua análise sobre o controle social da sociedade sobre as decisões políticas, sobretudo nos tempos de crise, quando afirma que: “a burocracia estatal tenderá sempre a encarar toda e qualquer forma de controle popular contínuo, sistemático e institucionalizado da ação administrativa estatal como ‘subversão da ordem social’” (p. 28).

Dessa forma, os limites de ordem política, se analisados numa perspectiva de totalidade, remetem-nos a uma compreensão de que as reformas no âmbito do Estado devem ser cumulativas para a superação do próprio Estado. Entretanto, a democratização da política não deve caminhar dissociada da democratização da economia. As lutas sociais, que contêm como devir a emancipação humana, devem romper com a dicotomia entre política e economia. Com efeito, ao eliminar essa contradição e a alienação social, elimina-se a possibilidade de classes minoritárias exercerem seu domínio econômico e político em nome dos interesses universais.

¹⁷¹ No caso brasileiro, por exemplo, não há controle social sobre o Conselho Nacional de Política Fazendária, que trata da política fiscal do país.

Outra polêmica suscitada por Coutinho (2000) merece nossa reflexão. O estudioso questiona o uso do termo “democracia burguesa”, pois considera que o direito ao sufrágio universal e à organização política foi conquista da luta dos trabalhadores. Ou seja, a democracia não nasceu em concomitância com a burguesia. Ao contrário, quando esta assume o poder político, trata de alijar os trabalhadores da emancipação política, sendo esta arrancada pela via da luta de classes. Por outro lado, a burguesia se apropriou da democracia institucional como um poderoso instrumento da manutenção do seu poder político e econômico. Em outros termos, subentende-se como regra do jogo democrático burguês a contenção da luta de classes nas amarras da institucionalidade, previamente estabelecida juridicamente. *É preciso romper esse dique, pois as necessidades sociais não cabem dentro dessa barreira (a forma Estado), pois a extravasam, transbordam-na, ultrapassam-na. Ou seja, a solidariedade de classe e suas lutas não podem esperar pelo tempo e pelos limites impostos pela ordem societária vigente.*

Ademais, fica ainda como questão que as conquistas no âmbito da política não transformam substancialmente a realidade social e não são irreversíveis, como supôs Marshall. Assim, em momentos de crise do capital não se toleram mais os direitos sociais, empreendendo-se políticas para sua eliminação, ou restrição, já que se chocam com a lógica da acumulação de capital:

Por tudo isso, não hesitaria em dizer que a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que atravessa a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital (COUTINHO, 2000, p. 66).

O autor supracitado conclui (contrapondo-se à ideia de uma identidade entre modernidade e capitalismo) que as promessas de democratização da modernidade não se realizaram no capitalismo. Portanto, cabe ao socialismo a realização da democratização, pois “só uma sociedade sem classes – uma sociedade socialista – pode realizar o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular e, como tal, da democracia” (COUTINHO, 2000, p. 67-68).

Na linha do debate crítico, ao dialogar com o tema da cidadania, Saes (2003) resgata em Marshall que sem direitos civis não há direitos políticos, mas discorda que os direitos de cidadania sejam evolutivos e irreversíveis, pois eles esbarram nos limites da sociabilidade burguesa. Assim, o autor avalia que, em certa medida, a legitimação do capitalismo se deu pela ampliação dos direitos civis e pela aparência universalizante do Estado.

No confronto entre as classes, a luta dos trabalhadores pela satisfação de seus interesses materiais resultou na instauração dos direitos políticos. Assim, criou-se a ilusão de que, independentemente da classe social, a classe trabalhadora participa do poder político.

Quanto aos direitos sociais, que refletem a reprodução social dos trabalhadores, talvez mais do que os demais direitos, estão diretamente suscetíveis ao desaparecimento, sobretudo se a conjuntura estiver desfavorável ao processo de acumulação de capital. Na disputa política pelos direitos de cidadania, ao analisar a correlação de forças entre as classes antagônicas, Coutinho (2000, p. 64-65) pondera:

[...] em determinadas conjunturas, a depender da correlação de forças, a burguesia usa as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora, para tentar cooptá-la, etc. Assim como no caso do sufrágio universal (que não garante automaticamente a vitória dos trabalhadores), também nesse terreno das políticas sociais nada está decidido a priori: embora tanto os direitos políticos como os direitos sociais sejam importantes conquistas dos trabalhadores, pode ocorrer que – em determinadas conjunturas e em função de correlação de força específicas – eles não explicitem plenamente o seu potencial emancipatório.

Submetendo então a democracia burguesa¹⁷² à crítica, no sentido de avaliar se é possível que o governo da maioria, por meio da participação política, alcance o socialismo e a democracia plena, Saes (2003, p. 46), inspirado em Pateman, conclui que “a igualdade econômica seria a condição geral para a efetiva participação igual de todos na política”. Sem embargo, avançando para além das indicações de Coutinho, Saes (2003, p. 46-47) complementa:

Ora, qualquer variante de ‘democracia econômica’ é insuscetível de se concretizar numa sociedade capitalista que evolui sempre na direção de uma crescente concentração e centralização do capital. Isso significa que a instauração da condição geral indispensável à concretização da participação política da maioria social implica superação do modelo capitalista de sociedade. Noutras palavras: *uma cidadania plena e ilimitada, conforme com as exigências ideológicas subjacentes ao conceito apresentado por Marshall, situa-se além do horizonte da sociedade capitalista e das suas instituições políticas* [grifo nosso].

3.1.3.1 A questão democrática entre a necessidade e a liberdade

A partir das premissas indicadas por Coutinho (2000) e Saes (2003) buscaremos dar continuidade ao debate sobre emancipação humana dialogando

¹⁷² Não na acepção de que foi criada pela burguesia, mas de ter se tornado instrumental para a manutenção do poder da mesma.

com a matriz filosófica inaugurada na Antiguidade, que coloca em destaque a democracia, transitando da Idade Média para o seio da modernidade, buscando atualizá-la diante de suas contradições e dilemas contemporâneos. Nessa perspectiva, Wood (2003) suscita um conjunto relevante de reflexões sobre a democracia moderna. A partir do método materialista histórico-dialético para compreender a realidade social, num movimento de continuidades e rupturas, a autora questiona veementemente o sistema burocrático institucional da sociabilidade burguesa, tomando como referência a experiência ateniense no período da Antiguidade. Ainda que a democracia não fosse universal (pois se excetuavam os escravos, os estrangeiros e as mulheres da cidadania), não havia separação entre produtores (camponeses) e poder político, o que, comparado à modernidade, avalia como um grande avanço.

Já no período da Idade Média, grosso modo, o camponês era apartado do poder político e subjugado pelo poder extraeconômico, político e militar do senhorio feudal. Mais recentemente, na Idade Moderna, que coincide com o domínio da sociabilidade capitalista, o poder não é mais do senhorio, mas do proprietário dos meios de produção, que fora se constituindo dentro do próprio sistema feudal ao longo de alguns séculos, através dos cercamentos de terras. Como forma de manutenção do poder político das classes hegemônicas economicamente, o liberalismo, como doutrina ideológica do capital, instituiu uma separação entre esses poderes, isto é, o político e o econômico.¹⁷³

Nesse sistema, o domínio econômico não é de quem trabalha diretamente na terra, mas de quem é seu proprietário, e o critério do melhoramento (investimento para aumento da produção ampliada de excedentes) passa a ser um determinante jurídico fundamental para decidir sobre quem tem direito à propriedade. Assim, a posse da terra como valor de uso vai perdendo progressivamente terreno para a noção capitalista de propriedade, em que a produção se volta para o mercado. De forma elucidativa, Wood (2003, p. 182) sustenta que:

Por fim, à medida que as relações feudais se rendiam ao capitalismo, especificamente na Inglaterra, perdeu-se até mesmo a mediação da comunidade aldeã que se havia colocado entre camponês e senhor. O indivíduo e sua propriedade foram separados da comunidade à medida que a produção fugia cada vez mais ao controle comunitário, fosse por meio dos tribunais senhoriais ou das comunidades aldeãs (o exemplo mais evidente

¹⁷³ Não nos dedicaremos aqui aos fundamentos da tradição liberal, atendo-nos apenas à indicação da importância da visita teórica ao contratualismo, oriundo das formulações de Hobbes, Locke, Rousseau, para a compreensão dessa cisão moderna entre Estado e sociedade civil.

desse processo é a substituição do sistema inglês de campo aberto pelo cercamento); direitos de posse reconhecidos por costume se transformaram em arrendamentos econômicos regulados pelas pressões competitivas impessoais do mercado; pequenos proprietários perderam os direitos costumeiros de uso da terra comum; foram expulsos em ritmo crescente, quer pelo despejo por coação, quer pelas pressões econômicas da competição. A posse da terra passou a se concentrar, o campesinato cedeu espaço para, de um lado, os grandes proprietários, de outro, os trabalhadores sem propriedade. Ao final completou-se a “libertação” do indivíduo, à medida que o capitalismo, com sua indiferença característica pelas identidades “extraeconômicas” da multidão trabalhadora, dissipou os atributos normativos e as diferenças “extraeconômicas” no solvente do mercado de trabalho, em que indivíduos se transformaram em unidades intercambiáveis de trabalho abstraídas de qualquer identidade social ou pessoal específica.

Nessa nova sociabilidade, marcada pelo domínio do mercado capitalista que captura o trabalho e determina as relações sociais, estabelece-se uma nova relação entre as esferas econômica e política. Há um esvaziamento do conteúdo social da política, da cidadania, para a garantia do poder econômico dos proprietários. Destarte, a autora considera que “a desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é um atributo essencial da democracia moderna” (WOOD, 2003, p. 183).

As grandes expressões do liberalismo que limitaram o poder popular, contrapondo-se nesse sentido à democracia, foram o parlamentarismo na Inglaterra (século XVII) e o constitucionalismo federalista dos EUA (século XVIII). O federalismo se baseia na democracia representativa como forma de alienação do poder. O “povo” não é mais uma comunidade, mas “uma coleção desagregada de cidadãos privados cujo aspecto público era representado por um Estado central distante” (WOOD, 2003, p. 189).

O cerne da questão é que, para que a desigualdade econômica entre as classes fosse “resolvida”, criou-se a igualdade política. Assim, o federalismo, apartando o Estado da sociedade civil, evitou o poder da maioria através do sistema de representação política e manteve os interesses privados. Nesse sentido, a experiência republicana dos EUA aprimorou a experiência Inglesa. Na Inglaterra, um grande marco do liberalismo foi a Revolução Gloriosa, que substituiu a elite no poder através do parlamentarismo, no século XVII. Assim, a revolução derrubou a monarquia absoluta e instituiu a parlamentarista, sem democratizar o poder. Destarte, a tomada do poder pela burguesia se deu para proteger os interesses dos proprietários do “assalto da multidão”. Na ocasião, já não se tratava de um domínio

extraeconômico, mas propriamente baseado em relações sociais capitalistas em que a democracia liberal imputou ao Estado o papel de zelar pelos direitos dos proprietários.

Coube então ao liberalismo, como doutrina econômica da burguesia, evitar que o Estado fosse tomado de assalto, sendo, portanto, liquidado:

A tarefa que o liberalismo estabelece para si mesmo é, e continuará a ser indispensável. Enquanto houver Estados, haverá a necessidade de controlar seu poder e proteger os poderes e as organizações independentes que existem fora do Estado (WOOD, 2003, p. 203).

Considerando que a sobrevivência do capital se dá pela via da separação entre Estado e Sociedade civil, a autora retoma a ideia de Gramsci de que a sociedade civil é arena política de enfrentamento do capitalismo seja em seu aspecto econômico, seja na dimensão cultural e ideológica da vida cotidiana. Não obstante, é preciso ter clareza do uso instrumental da sociedade civil no capitalismo que, ao se apartar do Estado, cria não somente uma determinada concepção de liberdade, mas novas formas de coerção e dominação através da democratização do Estado. Portanto, a sociedade civil em que predomina o mercado não é apenas o terreno econômico, mas também político em que o capitalismo avança. Nessa direção, a autora esclarece:

Uma das maneiras de se caracterizar a especificidade da 'sociedade civil' como uma forma social particular única no mundo moderno – as condições históricas particulares que tornaram possível a distinção moderna entre Estado e sociedade civil – é dizer que ela constituiu uma nova forma de poder social, em que muitas funções coercitivas que pertenceram antes ao Estado foram deslocadas para a esfera "privada", a propriedade privada, a exploração de classe e os imperativos do mercado. Em certo sentido, trata-se da privatização do poder público que criou o mundo historicamente novo da "sociedade civil" (WOOD, 2003, p. 217).

No que diz respeito à contribuição de Gramsci, Fontes (2010) destaca que (se Marx e Engels haviam conseguido superar a visão contratualista do liberalismo e idealista de Hegel, que reiterava a noção fantasiosa do Estado como representante dos interesses universais, indicando que a universalidade só seria alcançada com o fim do Estado) o autor refunda o conceito de sociedade civil, diante das transformações societárias no início do século XX. Lênin havia antecipado que, com o domínio do imperialismo, expresso pela prevalência do capital bancário sobre o industrial, haveria uma organização contraditória da própria burguesia, aumentando seu espectro no âmbito internacional. Nesse novo cenário, que combina a intensificação da exploração em escala global com a democratização política, via

sufrágio universal, Gramsci busca superar a abordagem liberal de sociedade civil, identificando nela interesses não apenas do mercado, da propriedade, mas também coletivos, expressos pela própria dinâmica da luta de classes.

Em outros termos, não há uma oposição entre Estado e sociedade civil. Em ambas as dimensões há tensões expressas através dos aparelhos privados de hegemonia que podem reforçar o domínio burguês, mas igualmente criar uma contra-hegemonia. Assim, o mundo da produção e o conjunto da vida social e política são atravessados por visões de mundo, por formas de consciência, por interesses coletivos, por organizações que dão forma e conteúdo a tais interesses, intensificando o processo de lutas.

Essa chave é de extrema relevância, pois – diferente de um Estado apenas coercitivo, que impõe sua vontade por meio da força ou por meio de acordos pelo alto (revolução passiva) – a tática passa a ser de combinar essa face com uma face democrática em que a dominação é consentida. Nessa direção, Fontes (2010, p. 137) apresenta a seguinte síntese: “a dominação de classes se robustece com a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações existentes como necessárias e legítimas”.

Esse reconhecimento traz à tona o enorme desafio para as forças socialistas na construção do processo de consciência de classe ao longo do século XX e na virada para o século XXI. Destaca-se que no contexto de crise do capital, de ascenso de perspectivas irracionalistas, sobretudo a partir do final dos anos 60, com a posterior hegemonia da orientação política neoliberal, a própria sociedade civil passa a ser convocada a enfrentar as desigualdades sociais pela via da participação democrática, pela oferta de serviços para a resolução de conflitos sociais, por meio de ONGs, obscurecendo a gênese das desigualdades e apelando para uma perspectiva transclassista ou mesmo aclassista.

Nesse bojo, surge outra característica elementar da sociedade civil no capitalismo que é o surgimento de um novo pluralismo que substitui a luta de classes.¹⁷⁴ Nesse contexto pós-moderno, em que o universal cede centralidade aos fragmentos, surge um conjunto de lutas pelos direitos de grupos que se identificam pela diferença e não colocam como perspectiva a superação da dominação econômica: “Em vez das aspirações universalistas do socialismo e da política

¹⁷⁴ Veremos no capítulo 4, item 4.5, a contribuição de Fontes (2010) sobre o significado sociopolítico do boom das ONGs no Brasil a partir dos anos 80.

integradora da luta contra a exploração de classe, temos uma pluralidade de lutas particulares isoladas que terminam na submissão ao capitalismo” (WOOD, 2003, p. 223).

Corroborando essa perspectiva analítica, Zizek (2011) nos chama a atenção para os riscos do “tribalismo”, referindo-se ao movimento “aldeia global”, imerso em plena globalização que reivindica uma “modernidade alternativa”. Ancorado no balanço de Jameson sobre o pós-modernismo, o filósofo esloveno indica que passa a haver uma substituição da universalidade por uma ideia apaziguadora da existência de diversas modernidades de cunho cultural. Dessa forma, o conjunto da problemática da desigualdade é reduzido e aliviado por poderes partidos. Tal perspectiva incorre no obscurecimento dos efeitos do capitalismo mundial e nos lança novamente no medo do outro que me é diferente, o que é alimentado na atualidade pela xenofobia expressa por grupos racistas e neofascistas, sobretudo na Europa ocidental. Com efeito, evita-se a centralidade da questão que reside no antagonismo da noção universal de modernidade, perdendo-se o foco do que origina as desigualdades sociais. Nessa linha argumentativa, retomamos o problema, posto por Wood e outros autores e autoras marxistas, de que não basta poder político se a base material da produção da pobreza e da miséria continuam inabaláveis. Em outros termos, não é a democracia em sua dimensão estritamente política, sobretudo apostando em lutas isoladas, que superará uma ordem societária que produz desigualdade.

As provocações do autor (ZIZEK, 2011) nos faz ressuscitar algumas questões que acompanham o movimento dialético da luta de classes: quais seriam as questões universais da atualidade, capazes de produzir unidade na luta, e quem seriam os protagonistas da pauta da emancipação humana?

O próprio filósofo sugere que os antagonismos universais do tempo presente são: *a iminência de uma catástrofe ecológica, as novas expressões da propriedade privada (apropriação intelectual), as implicações socioéticas dos novos desenvolvimentos tecnocientíficos (sobretudo da biogenética) e as novas formas de apartheid expressos por muros e favelas*. Diante dessa magnitude faz-se necessária uma política emancipatória que radicalize um comunismo antes circunscrito ao protagonismo do proletariado (como Lukács sustentou em *História e Consciência de Classe*). O horizonte deve permanecer a partilha do que é comum (natureza,

biogenética, cultura, territórios), mas o desafio é superar a ideia de um proletariado vazio de conteúdo substantivo que expresse verdadeiramente a universalidade:

Por essa razão, a nova política emancipatória não será mais o ato de um agente social particular, mas uma explosiva combinação de diferentes agentes. O que nos une é que, em contraste com a clássica imagem dos proletários que não tem “nada a perder senão seus grilhões”, corremos o perigo de perder **tudo**: a ameaça é que sejamos reduzidos a um sujeito cartesiano abstratamente vazio, desprovido de todos os conteúdos substanciais, desapropriado de substância simbólica e com a base genética manipulada, condenado a vegetar num meio ambiente inabitável. Essa tripla ameaça à totalidade de nosso ser torna todos, de certo modo, proletários, reduzidos à “subjetividade sem substância”, como Marx afirma nos *Grundrisse*. O desafio ético-político é nos reconhecermos nessa figura – de certa forma, todos nós somos excluídos, tanto da natureza como de nossa própria substância simbólica. Hoje, somos todos um *homo sacer* [homem sagrado, num sentido pejorativo] em potencial, e a única forma de evitar que nos tornemos um é atuando preventivamente (ZIZEK, 2011, p.60-61, grifos do autor).

Faz-se mister esclarecer que o socialismo reconhece a importância da pluralidade, da diversidade, mas construindo unidade em torno de um projeto de emancipação humana que tem como condição a eliminação de uma relação social que, em sua totalidade, reproduz a dominação de classe e um conjunto de outras opressões, como de etnia, de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras. É preciso, portanto, construir uma força social política que congregue a diversidade humana em torno de um projeto unitário que tenha como horizonte o bem-estar universal.

Destaca-se, ainda, que se a sociedade civil não é apenas esfera de domínio e disputa econômica, mas política; e o contrário também é verdadeiro, ou seja, a democracia deve ser pensada não apenas como categoria política, mas econômica, estando a serviço da regulação da economia a partir das necessidades sociais e não de grupos proprietários corporativos. Nesse sentido, Wood (2003, p. 248) recupera em Marx a chave que ele indica como ponto de partida para a emancipação, isto é, a associação livre de produtores diretos: “A liberdade de livre associação implica não somente a organização democrática, mas também a emancipação de coações ‘econômicas’ desse tipo”.

A partir dessa análise crítica, que destrincha a economia política do capital, Wood (2003, p. 250) conclui que o colapso do comunismo, e também a crise do capital e sua face desumana, levanta uma reflexão para o socialismo:

A lição que talvez sejamos forçados a aprender de nossas atuais condições econômicas e políticas é que *um capitalismo humano, “social” e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo* [grifo nosso].

Nesse cenário, a resposta sugerida por Zizek (2011, p. 61) para a altura alcançada pela barbárie do capital é:

Soyons realistes, demandons l'impossible [sejamos realistas, peçamos o impossível]. A verdadeira utopia hoje é a de que seremos capazes de resolver nossos problemas com transformações modestas no sistema existente. A única opção realista é fazer o que parece impossível nesse sistema.

Em outros termos, o autor defende, contribuindo significativamente para as reflexões atuais sobre a luta de classes, que superemos a superficialidade que toma conta da mídia contemporânea internacional que localiza o problema não na crise do capital, que nos empurra para uma crise civilizatória, mas nos indivíduos e governantes corruptos, muitas vezes jogando trabalhador contra trabalhador na disputa por direitos partidos. A luta, ao contrário, deve ser canalizada contra a ordem global, seu poder instituído e a ideologia que a subjaz, a partir da unidade na luta. Queremos dizer com isso que, na atualidade, a força política do conjunto de trabalhadores reside no reconhecimento da diversidade que a potência humana porta, ao mesmo tempo em que, sem unidade na luta, não haverá liberdade para todos. Ou seja, é preciso mediar dialeticamente as diferentes necessidades e anseios no interior da classe trabalhadora, que extrapolam o âmbito exclusivamente produtivo, com a liberdade universal, atribuindo substância subjetiva e objetiva à noção abstrata de classe social, sem, com isso, se restringir às abordagens culturalistas, como Thompson (cf. ALVES e ARAÚJO, 2013) nos chama a atenção.

Em síntese, para escapar das armadilhas pós-modernas (das quais o culturalismo é uma expressão) que tendem a isolar os fenômenos sob a roupagem de uma “pseudoultraesquerda” bem estrondosa, que promete transformar o mundo, faz-se necessário uma revisão do próprio campo humanista marxista no sentido de superar o maniqueísmo entre o economicismo e o politicismo, entre ênfase na estrutura ou no seu polo oposto, o sujeito. Nessa direção, são vários os autores e autoras da tradição marxista que vêm envidando esforços desde o início do século XX, combatendo o estruturalismo (que dominou a própria II Internacional), e ulteriormente, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo. Nossa intenção aqui não é de matizar esse debate, mas de reter mediações que iluminem os caminhos da

transição socialista na unidade entre necessidade e liberdade, entre causalidade e teleologia.

Nessa direção, recuperamos ainda os subsídios analíticos de Alves e Araújo (2013), que construíram uma argumentação instigante ao ressaltar as contribuições de Thompson e Lukács para o debate sobre a relação dialética entre sujeito e estrutura. Para os autores, não se justifica a análise de que Thompson teria se rendido a uma visão exclusivamente antropológica, expressa pelo culturalismo. Ao contrário, defendem que ele enriqueceu o marxismo ao compreender a cultura e os costumes como integrantes de um processo de reprodução social contraditório. Com efeito, a crítica à Thompson não pode ser compreendida fora dos marcos do debate sobre a relação entre estrutura e sujeito, que passa a habitar o campo da produção de conhecimento a partir da crise do capital nos anos 60. Nesse bojo, as fortes amarras teóricas do estruturalismo cederam lugar ao vigor ideológico do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, em que o sujeito histórico coletivo, tendo como mediação a práxis política, desaparece e é substituído por sujeitos pulverizados.

Imerso nesse enfrentamento teórico e ideológico, Thompson propôs o conceito de “experiência” para compreender os processos culturais como integrantes da totalidade da práxis social. Ou seja, rompendo com as conotações tanto empiricistas quanto culturalistas, ele vincula o conceito à ontologia do ser social. Segundo os autores:

É a perspectiva ontológica pressuposta na reflexão de E.P. Thompson sobre o conceito de experiência histórica que evita reduzi-la a um culturalismo frouxo ou a um idealismo plausível, tanto quanto considerar a estrutura material apartada do condicionante humano. Quando analisada pela concepção estruturalista, as ações coletivas empreendidas pelos sujeitos sociais perdem-se em meio a dados estéreis. Por outro lado, pensar as ações sociais apenas pelo viés cultural é dissolver o sujeito humano no contexto enquanto categoria explicativa. Desse modo, a explicitação dos fundamentos ontológicos da experiência histórica de Thompson contribui para afastá-la não apenas da miséria do estruturalismo, mas dos vieses culturalistas, pós-estruturalistas e pós-modernistas (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 56).

A riqueza do conceito de “experiência” atribui substância aos sujeitos, às suas individualidades, de homens e mulheres, em sua diversidade, ancorados em sua base material. Segundo Thompson, por meio da experiência se daria a relação entre reprodução e produção, entre consciência (“experiência percebida”) e ser (“experiência vivida”). Dessa forma, o sujeito da experiência é produtor não apenas de riquezas, mas de narrativas que expressam necessidades materiais históricas.

Dito de outra forma, a “experiência” seria uma mediação da consciência que permite ao homem se reconhecer enquanto sujeito histórico capaz de alterar os rumos da história, não apenas limitado, mas, sobretudo, em relação às causalidades. Nessa perspectiva, Thompson afirmou: “É possível para as pessoas fazer de si mesmas algo diferente do que aquilo que a história fez delas” (apud ALVES e ARAÚJO, 2013, p. 10).

Já em Lukács, igualmente em combate ao estruturalismo e suas derivações, essa mediação é proporcionada pela práxis social, tendo como fundamento o trabalho, que particulariza a existência do homem enquanto ser social que supera as barreiras naturais. Ou seja, por meio do trabalho, o homem produz um “salto” que promove uma ruptura com a mera adaptação passiva ao meio ambiente. Ao contrário desse aprisionamento aos limites naturais, o homem passa a se interrogar e a buscar e produzir respostas aos seus carecimentos, por meio da consciência.

Eis o elo entre Thompson e Lukács: o trabalho. Enquanto para o primeiro a mediação entre liberdade e necessidade, entre teleologia e causalidade é dada pela experiência, para o segundo é determinada pela práxis social. A partir dessa base ontológica a sociedade se desenvolve, pois o trabalho vai sendo aperfeiçoado, diversificado, tornando as determinações da realidade reconhecíveis por meio do conhecimento e da práxis. Ou seja, há aí uma relação dialética em que “a experiência da produção implica a produção de experiência como trabalho/posição teleológica (os momentos da ideologia, política e relações jurídicas)” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 69).

A essência dessas contribuições para compreensão da relação dialética entre liberdade e necessidade reside não apenas na base material da sociedade, mas no entendimento do conjunto dos processos que derivam dessa base, em suas múltiplas dimensões, em relação à totalidade histórica. Assim, a cultura, uma dimensão própria da humanidade, se não deve ser isolada como as correntes pós-modernas propõem, também não pode ser desprezada, e sim inserida na totalidade contraditória das relações vigentes, pelas forças da razão crítica que têm como horizonte a emancipação humana. Na mesma linha argumentativa, a forma política não pode ser reduzida ao Estado e à democracia controlada pelas amarras da institucionalidade jurídico-formal burguesa, como veremos em seguida com Lukács e sua noção de democratização. Tal argumento nos remete novamente ao debate sobre a política como uma mola propulsora da emancipação humana, como bem

insistiu Gramsci com sua noção sobre “bloco histórico” que representa a totalidade entre estrutura e sujeito, entre base e superestrutura, alterando os próprios rumos da economia.

Destarte, as reflexões aqui presentes corroboram a ideia de que a questão democrática, ou seja, da participação independente de qualquer recorte socioeconômico, está para além do capitalismo, transversalizando os reinos da necessidade e da liberdade, portanto, da economia e da política, o que só será possível numa sociedade não partida por classes sociais. A partir do instante em que os interesses econômicos e políticos deixarem de privilegiar determinados grupos, rompendo com a reprodução do outro como estrangeiro desse mundo (o fora do universal), seja pela classe, pela cor, pelo gênero, etc., a questão democrática (do direito), possivelmente, não terá mais centralidade. Isto em razão de que todos seremos livres produtores, tendo como fundamento uma ética que considere a pluralidade de necessidades que orientará, a partir do poder popular, a produção de valores de uso. Dessa forma, o trabalho retomará sua centralidade no sentido de dar vida e expressão à potência criadora e criativa que habita em todo ser humano, o que passa necessariamente pelo rompimento com seu aprisionamento pelas relações sociais capitalistas que o subjugam e o restringem à lógica da produção de riquezas para acúmulo de capital para determinados grupos/corporações.

Em síntese, a saída para seguir nos trilhos da construção da emancipação política e humana deve ter como ponto de partida o resgate da racionalidade crítica para a compreensão das contradições da sociabilidade burguesa, alimentando as lutas sociais pela liberdade universal. Dessa forma, escapar-se-á do desvio das propostas irracionalistas em voga, que isolam as lutas e contribuem para colocar em oposição trabalhador contra trabalhador, perdendo a noção do que origina as desigualdades sociais, o que renova consigo o conjunto de contradições e opressões que beneficia a manutenção do próprio sistema capitalista.

3.1.3.2 A perspectiva da democratização em Lukács

No esforço de reter os elementos essenciais da crítica aos limites da emancipação humana no capitalismo e a retomada do projeto de emancipação humana, torna-se obrigatória a referência à obra de Lukács, intitulada O processo de

democratização. Nesse texto de 1968 o autor traçou um balanço crítico tanto da experiência russa quanto do capitalismo.

Lukács (2011) indica como ponto de partida para o debate sobre a democracia, a necessidade metodológica de compreendê-la enquanto constituinte de uma totalidade das formações econômicas historicamente determinadas. Apelando para o seu sentido ontológico, abdica de tratar a democracia como algo estático e a coloca no movimento histórico, assumindo o sentido de processo, de democratização, portanto.

O autor recupera em Marx sua análise sobre a democracia da polis, em que uma comunidade de produtores diretos, livres e iguais, decide sobre os rumos da própria comunidade, caminho trilhado igualmente por Wood (2003). Nela, não havia cisão entre economia e política porque parte de sua base econômica, amparada na divisão do trabalho, era escrava e esse segmento não tinha direito à participação política, assim como mulheres e estrangeiros.

Lukács retém dessa análise que o fundamento da democracia é, portanto, sua base econômica. Posto que:

As lutas democráticas desenvolvem-se sempre e tão somente no interior de uma minoria privilegiada; as grandes massas propriamente produtivas são, por princípio, excluídas de tais lutas, bem como de qualquer participação ativa na vida social (LUKÁCS, 2011, p.87).

Como vimos precedentemente com Wood (2003), na Idade Média, através da relação de senhorio determinada por relações extraeconômicas, os elementos da vida civil sofriam controle do Estado através de seu aparato político, administrativo e militar. Com a Revolução Francesa houve uma separação entre o homem e o cidadão, como resultado da vitória da democracia burguesa. Ou seja, os indivíduos, independentemente de seu pertencimento econômico de classe, se igualam enquanto sujeitos de direito. Não por acaso, o crescimento dos regimes parlamentaristas republicanos acompanharam o amadurecimento do capitalismo, criando a ideia de que o Estado representa a vontade geral, quando, na realidade, afirma os “interesses egoístas de grupos capitalistas” (LUKÁCS, 2011, p.93), não alterando, mas justificando e legitimando a desigualdade econômica.

O homem livre, proprietário, camponês, da polis não é o mesmo homem livre para a realização do valor de troca através da produção de mercadorias. Tratam-se, portanto, de relações econômicas e políticas distintas. No capitalismo se põe um

dilema histórico: ao mesmo tempo em que há uma ampla socialização da produção, da vida social, pela via do mercado, as condições econômicas para essa socialização, ao invés de promover a genericidade do ser social, impõem-lhe limites para o gozo de uma classe reduzida.

Tal legitimidade política está associada a uma concepção de liberdade liberal, em que a liberdade de mercado se expressa ideologicamente na ideia de que o homem se vê livre para escolher o que irá adquirir no mercado. Nesse sentido, quando as classes trabalhadoras se organizam num esforço de ruptura com esse limite para a emancipação humana, esse Estado democrático não se acanha em utilizar seu aparato repressivo, conjugado com um investimento na criação/manutenção de consenso, transformando a cultura em uma mercadoria para prestar tal serviço.

A partir dessa análise, Lukács (2011) sustenta em definitivo que, diante da crise do socialismo, essa democracia não se constitui como alternativa para o avanço da emancipação humana. Longe de recuperar todas as mediações necessárias que Lukács estabelece para a compreensão da experiência russa, experiência esta que se torna um paradigma para a esquerda no século XX, reteremos aqui apenas alguns elementos que consideramos centrais para avaliar sua relação com a construção da democracia socialista.

Contrariando a projeção de Marx, a revolução socialista se deu num país que não reunia os ingredientes indicados para essa conquista, ou seja, a combinação do desenvolvimento econômico com a organização política do operariado. Entretanto, destaca-se que a Rússia czarista vivia um momento de insurreições camponesas na luta contra os restos feudais. Nesse sentido, Lukács (2011, p. 110):

Outubro de 1917 revelava uma situação revolucionária no sentido mais amplo do termo (tal como esta situação é definida por Lênin): as classes dominantes não podiam mais governar à velha maneira e as massas oprimidas e exploradas não queriam mais viver ao velho modo. A decisão de 1917, portanto, não pode de nenhum modo ser discutida fora deste contexto social.

Destarte, defende que o movimento socialista russo tinha sua legitimidade política, mas com enormes problemas a enfrentar em função do atraso econômico. Portanto, revelava-se a necessidade de uma combinação entre revolução política e econômica. Vejamos as considerações importantes de Lênin e Marx a esse respeito.

Num texto em que tece um balanço crítico sobre a Segunda Internacional, Lênin (cf. LUKÁCS, 2011) sistematizou didaticamente quais seriam os indicadores de uma situação revolucionária: a crise da política da classe dominante e a organização dos trabalhadores, o agravamento da miséria e o desespero das classes oprimidas e a acentuação das atividades de massas que, diante da crise, impõem uma ação histórica independente. Não obstante, tais elementos objetivos não são suficientes para a materialização da revolução. Isto porque faltava o sujeito histórico que conduziria o processo revolucionário de forma a derrubar o governo.

Recuperando tais elementos e avançando no diálogo interior ao campo da esquerda, Lukács, no seu célebre texto *História e consciência de classe*, de 1922, ocupa-se em argumentar que, diante da decadência ideológica da burguesia, competia ao proletariado, a partir da consciência de classe, dirigir o processo revolucionário. Não cabe aqui recuperar sua densa argumentação, mas reter dela, ao considerar que é o proletariado¹⁷⁵ quem produz o capital, que ele precisaria superar a sociedade de classes como forma de emancipação não apenas política, mas material. Em seus termos:

O desenvolvimento econômico objetivo foi capaz de criar a posição do proletariado no processo de produção. Tal posição determinou seu ponto de vista. Mas o desenvolvimento objetivo só conseguiu colocar ao alcance do proletariado a possibilidade e a necessidade de transformar a sociedade. No entanto, essa transformação só pode ser o ato – livre – do próprio proletariado. (LUKÁCS, 2012, p. 411)

Não obstante, as transformações econômicas e societárias operadas ao longo do século XX demonstraram que, apesar de o trabalhador continuar sendo a base da exploração para a produção de capital, ele não está mais circunscrito apenas ao ambiente da fábrica. Até então, era mais evidente a destruição da perspectiva da totalidade, cedendo lugar à alienação, mediante a divisão do trabalho no interior da fábrica.¹⁷⁶ Nessa circunstância, cabia ao movimento de trabalhadores a refundação

¹⁷⁵ São inúmeras as passagens em que Lukács indica o protagonismo do proletariado na luta de classes em *História e consciência de classe*. Em uma delas afirma: “Mas, se a substancialidade do capital é dissolvida no processo ininterrupto de sua produção e reprodução, pode-se então, desse ponto de vista, tomar consciência de que o proletariado – mesmo que acorrentado e ainda inconsciente – é o verdadeiro *sujeito* desse processo” (LUKÁCS, 2012, p. 362, grifo do autor).

¹⁷⁶ Postone insiste na crítica ao trabalho industrial como sendo o âmago de uma alienação que precisa ser superada. Em suas palavras: “Em geral, a verdadeira forma de produção mecânica tem consequências extremamente negativas: o trabalho se torna ainda mais fragmentado, mulheres e crianças são empregadas em funções repetitivas e mal remuneradas, cai o nível intelectual do trabalho e ou há ampliação da jornada ou aumento da intensidade do trabalho. Além disso, os efeitos negativos não se restringem ao local da produção imediata: esse modo de produção prejudica a segurança dos trabalhadores e acarreta a criação de uma população trabalhadora descartável, deixada como reserva para as necessidades da exploração capitalista. Ela afeta negativamente a

da totalidade histórica. Entretanto, sobretudo desde a crise do capital que se arrasta desde o final dos anos 60, foi operado um conjunto de contrarreformas econômicas e políticas que alteraram significativamente o processo de trabalho e o campo dos direitos. Assim, essa refundação exige novos esforços das organizações políticas na conformação da consciência de classe diante dos dilemas oriundos da diluição do processo produtivo para fora da fábrica e de forma precarizada, rompendo com o pacto keynesiano-fordista que conquistou direitos trabalhistas e sociais nos marcos do chamado Welfare State, nos anos gloriosos no pós-II Guerra Mundial.

Tal debate vem sendo tematizado no interior do próprio campo marxista com a renovação da reificação capitalista, sobretudo a partir das transformações no mundo do trabalho aliadas às ofensivas contra os direitos dos trabalhadores. O grande desafio permanece sendo a aliança da economia e da política, da combinação entre necessidade e liberdade, para a formação da consciência crítica. Neste debate, as contribuições de Lukács e Gramsci são referências inescapáveis.¹⁷⁷ Considerando que cabe ao proletariado a ruptura com a reificação, Lukács afirma:

A reificação é, portanto, a realidade imediata e necessária para todo homem que vive no capitalismo, e só pode ser superada por *um esforço constante e sempre renovado para romper na prática a estrutura reificada da existência, mediante uma referência concreta às contradições que se manifestam concretamente no desenvolvimento global, e com a conscientização do sentido imanente dessas contradições para a totalidade do desenvolvimento* (LUKÁCS, 2012, p. 391, grifos originais)

saúde, o nível geral das capacidades intelectuais e sensibilidades morais e a vida familiar da população trabalhadora” (POSTONE, 2014, p. 394).

¹⁷⁷ Apesar de não ser nossa preocupação o aprofundamento sobre as possíveis interlocuções entre Gramsci e Lukács, registamos que Carlos Nelson Coutinho fez esse esforço destacando a contribuição de ambos os autores no combate ao positivismo e determinismo que dominaram a II Internacional e que a III Internacional herdou. Ademais, os autores marxistas convergiram na acepção da ideologia não como falsa consciência, mas como consciência social. Por outro lado, apresentam diferenças substantivas no que diz respeito à teoria do conhecimento. Enquanto Gramsci enfatiza o histórico, ou seja, que a objetividade é situada no tempo dos homens, Lukács enfatiza o materialismo como uma objetividade exterior à consciência do sujeito na relação investigativa da realidade. Mas superando os seus escritos da juventude, Lukács avançou no reconhecimento da diversidade do ser social caracterizado pelo trabalho (relação direta com a natureza), mas também pela práxis (interação com outros homens). Assim, no terreno da ontologia do ser social, Lukács considera que o trabalho é fundante do ser social, mas a práxis é igualmente uma dimensão do ser social, doravante se torna possível estabelecer uma relação dialética entre objetividade e subjetividade, entre causalidade e teleologia, enfim, entre necessidade e liberdade. Por fim, mesmo envidando esforços para destacar não apenas as diferenças, mas também as convergências entre os autores, Coutinho avalia que Lukács não deu o devido destaque à política e, portanto, não formulou teoricamente sobre o tema, como o fez Gramsci, que chegou a formular uma nova teoria de Estado e da revolução. Cf. COUTINHO, C.N. Lukács e Gramsci: apontamentos preliminares para uma análise comparativa. In: _____. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Já Marx, na Crítica ao Programa de Gotha, insiste no enfrentamento dos aspectos econômicos da sociabilidade capitalista, considerando que: o homem necessita se libertar da dominação do trabalho e da cisão entre trabalho manual e intelectual; o trabalho deve ser alçado à condição de primeira necessidade vital, e não apenas meio de vida; o desenvolvimento pleno do indivíduo deve ser acompanhado do desenvolvimento das forças produtivas e da produção da riqueza coletiva. Destarte, seria possível postular como bandeira “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (op. cit., p. 215). Ou seja, para se alcançar o reino da liberdade, não há como prescindir do reino da necessidade.

Nessa perspectiva, a experiência russa tratou de implementar um planejamento econômico centralizado pelo Estado, nacionalizando os meios de produção. Entretanto, nota-se que Lênin tinha claro que a necessidade da manutenção do Estado se fazia presente para esse período de transição para recompor as bases econômicas de um governo socialista, o que também supôs uma aliança entre operários e camponeses.

Lukács (2011) recupera da obra de Lênin, Estado e revolução, a afirmação de que numa sociedade efetivamente livre não há necessidade do aparelho especial de coação, isto é, do Estado. No socialismo a democracia perde o sentido que tem no capitalismo. Em seus termos:

a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens (LUKÁCS, 2011, p. 117)

A sociabilidade socialista, enquanto uma transição para a comunista, seria o terreno para a construção de um presente materializado, através do que Lênin chama de hábito, a exemplo dos sábados comunistas, no âmbito produtivo, e dos soviets (conselhos populares inaugurados na Comuna de Paris, retomados em 1905 e 1917 na Rússia), quando a participação política se enraíza na vida social em sua totalidade. Lukács (2011) avalia que Lênin não propõe a criação de algo novo ao defender a cooperação humana, mas a universalização de costumes que sempre existiram como exceção. Trata-se, portanto, da compreensão da história como um movimento de continuidades e rupturas.

Sobre a bela experiência dos soviets, uma herança inexorável para a construção do poder popular na atualidade, vale o registro:

A enorme força dos soviets decorre do fato de que, antes de mais nada, eles envolvem os homens em sua concreta vida cotidiana, em seu local de trabalho, em suas casas etc., organizando-os em função de atividades imediatas, para em seguida – gradual ou subitamente, com um salto – conduzi-los a adotar uma postura revolucionária em face de todas as questões decisivas para a sociedade (LUKÁCS, 2011, p. 144-145).

Não obstante, o governo de Stálin na sucessão de Lênin, lamentavelmente, acabou por provocar uma ruptura com a democracia socialista, iniciada em 1917, e, nesse sentido, com o próprio marxismo. Doravante, operou um conjunto de táticas para a permanência de um governo totalitário, a exemplo da eliminação dos soviets, conjugadas com o desenvolvimento econômico. Com isso, revelou-se um dilema histórico, pois a socialização dos meios de produção para o desenvolvimento econômico libertou o homem da exploração/alienação, mas esse processo não foi necessariamente acompanhado de condições para a construção do homem livre, para além do trabalhador livre.

Ao fazer esse balanço crítico, Lukács (2011) conclui que, ao recuperar o método marxista, assim como Lênin o fez, torna-se possível se libertar da falsa ideia de que a democracia é algo fechado em si, já que faz parte de uma totalidade historicamente determinada. Ela, na verdade, reflete a relação entre as classes sociais e a socialização do poder econômico e político ou sua privatização, ainda que se revista de universalidade através do Estado, para a garantia de interesses minoritários e corporativos.

Nesse sentido, afirma que a democracia socialista pode oferecer as condições, desde que socialmente construídas, para a superação da exploração e da alienação, socializando efetivamente os meios de produção, a riqueza socialmente produzida, construindo espaços coletivos de debate e decisão em diversas esferas da vida social. Tal processo deve ser conduzido por sujeitos coletivos, como sindicatos, partidos políticos e pela própria iniciativa direta das massas.

Mészáros (2002), um discípulo de Lukács, ao fazer um balanço crítico do capitalismo e de sua crise não apenas econômica, mas política, e da “terceira Via” da socialdemocracia, ilusoriamente como seu contraponto, a exemplo do novo trabalhismo inglês, conclui que a necessidade da ofensiva socialista se coloca na pauta histórica contemporânea. Considera que o keynesianismo demonstrou ser um fenômeno conjuntural e de curta duração, pois diante da instalação da crise do

capital, o neoliberalismo assume seu lugar, dirigido por governos tanto de direita quanto de esquerda.

O autor supracitado faz duras críticas ao movimento operário, especialmente em sua face socialdemocrata, pois avalia que se constituiu como parcial e defensivo tendo como origem o movimento sindical e, depois, partidos políticos. Essas formas clássicas de representação da classe trabalhadora apostaram numa superação política do capital, aceitando que a luta de classes se desse no terreno da democracia formal da sociabilidade burguesa, reiterando assim a cisão entre política e economia. Nessa direção, estamos de acordo com Mészáros (2002, p. 30) quando afirma que “a reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico”.

3.1.4 A necessidade da retomada da ofensiva socialista

Indubitavelmente, a necessidade de se construir e avançar rumo a uma cultura democrática deve permanecer como tarefa histórica, como um necessário caminho para uma travessia que nos leve para além do capital. Não obstante, a escolha da via eleitoral, restringindo-se às fronteiras do capitalismo ao longo dos últimos séculos por parte dos socialistas, evidenciou-se uma aposta limitada e insuficiente para a superação da ordem vigente. Há que se avançar na emancipação política atrelada à emancipação humana, o que implica em reformas que extrapolem o âmbito da política institucional, balançando e provocando fissuras na estrutura econômica que produz e reproduz uma vida social plena de desigualdades.

Ademais, deve-se considerar que os direitos políticos e sociais expressam a luta de classes em que os trabalhadores pautam suas demandas e o Estado as responde em atendimento às necessidades do mercado em cada conjuntura particular. Sem embargo, há que se reconhecer a relevância de algumas conquistas no nível do imediato para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora pelo jogo democrático burguês. Por outro lado, as crises do próprio capital, sobretudo a contemporânea, tornam translúcido que tais melhorias estão muito longe de atingir a universalidade, rumo a mudanças econômicas que promovam a emancipação humana. Não à toa que, na curva de declínio da acumulação capitalista, a classe trabalhadora é aviltantemente impelida a pagar essa conta, não apenas com o desemprego, o subemprego e a exploração do trabalho escravo

combinado com empregos de superespecialização, mas, igualmente, através da perda de direitos sociais.

Tal como assistimos na fase da hegemonia financeira do capital, indissociada do capital produtivo, a resposta tem sido o ataque permanente aos direitos sociais, migrando bens e serviços públicos à iniciativa privada, aliado a fortes doses de coerção, via criminalização dos movimentos sociais. Por certo, tratamos aqui dos que se colocam claramente em oposição às medidas econômicas, políticas e sociais dos governos de orientação neoliberal, pois há também um amplo segmento de sindicatos e movimentos sociais que se aliam aos governos neoliberais para obterem ganhos particulares. Nesse cenário, combina-se o domínio da desregulação dos mercados, de sua desterritorialização, da criação de uma ambiência antiestatal com intervenções autoritárias do Estado ancoradas no endurecimento das leis e seus aparelhos institucionais. Com efeito, na contramão da ideia de “Estado mínimo”, isto é, do desaparecimento do mesmo, Zizek (2011, p. 58) considera que “o Estado está se fortalecendo”.

Nessa conjuntura de crise, parece ser tarefa do movimento de trabalhadores, como Mézáros (2002) nos acena, resgatar a ofensiva socialista, ficando os pés na realidade, pois atravessar para além do capital nos remete a perda da ilusão de que reformas progressistas pela via eleitoral necessária e automaticamente nos levarão ao socialismo. Outrossim, o resgate do método dialético é fundamental, pois nos remete a uma apreensão crítica da totalidade da vida social e suas contradições historicamente determinadas. Auxilia-nos, portanto, a nos libertar de ilusões e limites de interpretação corroborando uma transformação ampla da sociedade. Nessa direção, é preciso compreender a história como um processo de continuidade e rupturas, mas em sua totalidade. Ou seja, devemos zelar pelas conquistas históricas da humanidade, mas compreender seus limites históricos para então avançar rumo à plena liberdade.

Essa é uma conquista do porvir que nenhuma organização, movimento social ou classe social foi capaz de realizar até o momento. Mesmo quando Wood (2003) reivindica a experiência ateniense como uma referência de unidade entre economia e política, não podemos ignorar que a base econômica dessa organização era de escravos, que não participavam da vida política. Da mesma forma, não devemos ignorar que, nos marcos da sociabilidade capitalista, o processo de democratização

foi uma conquista da luta dos trabalhadores, mas insuficiente para alterar a produção e reprodução da vida social em seu conjunto.

No que diz respeito à socialdemocracia, faz-se mister reter dessa experiência que, mesmo com os avanços da conquista do sufrágio universal, não avançamos rumo ao socialismo. Ao contrário, a crise contemporânea do capital mostra que a socialdemocracia vem se reduzindo ao papel de gestora da crise, participando ativamente da barbarização da vida social. Ademais, a ampliação da democracia instrumental do capitalismo, através da criação de espaços de “controle social”, não se mostrou suficiente para a criação de uma cultura democrática, menos ainda para uma transição socialista.

Há que se combinar a ampliação de espaços coletivos atrelados à vida cotidiana da sociedade com formação política popular que ofereça subsídios teórico-metodológicos para submeter a realidade à crítica a partir da inserção social a que se pertence, numa perspectiva de construir uma contra-hegemonia à ideia de “fim da história”. Nesse sentido, devemos nos inspirar não somente nas experiências históricas de poder popular da Comuna de Paris (século XIX) e dos soviets da ex-URSS (século XX), como também no conjunto de experiências que existem hoje no mundo, mas que não encontram eco mesmo no campo da esquerda, pois não são protagonizadas majoritariamente por partidos políticos.

Adentramos o século XXI num contexto de ampliação da barbarização da vida social expressa através da ampliação, em escala global, da violência, em suas múltiplas modalidades (do Estado contra a sociedade organizada para contestar a ordem vigente, de homens contra mulheres, de hetero contra gays, de brancos contra negros, de disputas por poder religioso, dentre tantas outras). Nesse contexto, tornam-se necessários e urgentes o reconhecimento e o fomento de experiências de poder popular. Ou seja, é necessário que movimentos sociais transcendam a luta pela institucionalidade ou pela anti-institucionalidade, apenas negando o Estado, criem territórios e organizem formas concretas de poder em que as pessoas possam participar e decidir sobre os rumos da produção e reprodução social. Para que haja esse avanço, um dos grandes desafios postos reside no enfrentamento do uso escancarado da mídia em favor do capital, cumprindo o leviano serviço de disseminar a ideologia reacionária que coloca trabalhador contra trabalhador. A este enfrentamento se soma a necessidade de vencer o predomínio do individualismo sobre o coletivo, da estética sobre a ética, da aparência sobre a essência. É preciso

inverter esse jogo e tais desafios se impõem tanto aos sindicatos, aos partidos políticos de esquerda, como para o conjunto de movimentos sociais anticapitalistas que se colocam como sujeitos coletivos na construção de uma nova sociabilidade socialista. O cenário mais recente de crise do capital nos últimos anos nos coloca essa prova.

Por fim, fica como tarefa para a continuidade e o aprofundamento desse estudo o papel do camponês no processo de construção da emancipação humana. Tarefa investigativa que deve considerar como chave a necessária articulação entre economia e política. Parece-nos interessante perceber que o processo produtivo do camponês tem grandes possibilidades de ruptura com a alienação política e econômica, tendo em vista que se trata de um segmento que tem maior domínio sobre seu processo produtivo, pois possui, ainda que parcialmente, seus meios de produção, malgrado a captura da sua renda pelo setor comercial. Não obstante, não podemos simplificar o debate, retirando e isolando o campesinato do conjunto das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, fica como questão se a consciência sobre o processo produtivo do campesinato e seu modo de vida constitui-se enquanto uma potência para a consciência política que busque a emancipação humana.

3.2 O CAMPESINATO NAS REVOLUÇÕES BURGUESAS E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A presente pesquisa pretende compreender o papel do campesinato no processo da revolução burguesa brasileira com a perspectiva de buscar no movimento dialético da realidade o sentido histórico da sua participação na luta de classes, em suas dimensões econômica, político-ideológica, socioambiental e cultural.

A investigação não pretende esgotar a temática, mas envidar esforços para articular as dimensões teórica e política acerca da categoria campesinato. A temática não é nova no pensamento social brasileiro. Entretanto, neste início de século XXI, especialmente a partir de meados da primeira década deste século, há um processo de retomada e repolitização dessa categoria, num cenário de contestação das políticas sociais que visavam integrar parte desse segmento ao mercado brasileiro, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, no governo FHC. Compreendemos,

portanto, que se trata de uma categoria cujo vigor teórico-político é bastante atual e convoca a área de conhecimento do Serviço Social a adentrar nessa arena. Nesse sentido, compartilhamos com o(a) leitor(a) as duas seguintes questões fundamentais que apenas abrem o debate: *é possível falar em campesinato com a consolidação do modo de produção capitalista? Qual seu papel histórico-político na luta de classes?*

Na tentativa de buscar responder essas questões, escolhemos como chave para abrir o percurso teórico-político o conceito de classe social em Marx e Engels, na obra Manifesto Comunista. Ademais, avançaremos na contribuição marxista para a compreensão sobre as revoluções burguesas nos países de capitalismo avançado, como Inglaterra, França e Alemanha, para então tratar da particularidade brasileira.

3.2.1 O campesinato e a luta de classes no século XIX

3.2.1.1 O conceito de classes sociais

No Manifesto Comunista, obra que data de 1848, os autores (partindo da história escrita, portanto excetuando-se as sociedades primitivas), compreendem a história da humanidade como a “história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1997, p. 9). Os distintos modos de produção em distintas épocas (da Antiguidade à Modernidade) se caracterizaram por classes sociais com determinadas funções econômicas e políticas, cujos interesses se antagonizam em função da relação de domínio, opressão, exploração, construída em cada particularidade histórica.

Esse texto, em verdade um panfleto para mobilizar os trabalhadores para a Liga dos Comunistas (intermezzo entre a Liga dos Justos e a Associação Internacional dos Trabalhadores), reflete as tensões de uma conjuntura política marcada por revoluções proletárias no enfrentamento à burguesia recém-chegada ao poder na Europa ocidental. Nesse sentido, intencionava convocar os trabalhadores ao protagonismo de um processo revolucionário de transformação social, cujo horizonte fosse a extinção da propriedade privada, das mercadorias, das classes sociais e, conseqüentemente, do Estado, por meio da sua organização político-partidária aliada às lutas sociais.

A burguesia surge como classe na sociedade medieval e – no decorrer de um longo processo de transformações econômicas, que se caracteriza pela

concentração da propriedade privada, pela ruptura do elo entre trabalhadores e meios de produção e pela produção de excedentes voltada diretamente para o mercado – assume o poder político, inaugurando a sociedade burguesa moderna. Nesta, a tendência seria uma simplificação da luta de classes antagonizada pela burguesia e pelo proletariado. Nesse sentido, outras classes sociais e/ou frações de classes seriam engolidas por essas grandes classes que compõem a grande indústria e se enfrentam vis-à-vis no processo econômico e político de consolidação do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, o proletariado constituiu o segmento dos sem propriedade e, portanto, dos que nada teriam a perder nessa luta. Já as classes médias tiveram um papel conservador, e mesmo reacionário, diante do processo revolucionário.

A classe média baixa, o pequeno fabricante, o artesão, o *camponês*, todos estes lutam contra a burguesia para salvar da extinção suas existências como frações da classe média. Eles não são, portanto, revolucionários, mas são conservadores. E, ainda, são reacionários, pois tentam voltar a roda da História. Se, por acaso são revolucionários, eles o são só por terem em vista sua transferência iminente para o proletariado. Deste modo, defendem não os interesses do presente, mas os do futuro. Deserdam seu ponto de vista em prol daquele do proletariado (MARX; ENGELS, 1997, p. 8-9, grifo nosso).

Em síntese, tal análise deve ser considerada no contexto histórico em que foi produzida, remetendo-nos à necessidade de resgatar algumas ilustrações que levaram os autores a essa afirmativa. No que diz respeito ao campesinato, grosso modo, destaca-se que, a primeira parte da citação acima expressa a sua resistência às lutas proletárias do século XIX, pois nega o modo de produção e o poder burguês, mas em geral, também não adensa a luta dos trabalhadores urbanos contra a burguesia. Por outro lado, o próprio processo histórico demonstrou cabalmente o papel do campesinato na Revolução Russa no início do século XX. Não por acaso, no final da sua vida e da sua produção crítica sobre a realidade social, Marx dialoga com movimentos russos que apostavam no papel do campesinato na revolução, como veremos adiante.

Postone (2014) pondera que em Marx as classes condensam não apenas consciência, mas ação social, devendo ser compreendidas no conjunto das relações sociais, ou seja, em relação à totalidade da vida social. Em seus termos:

À luz da minha discussão, a descrição que Marx faz *dos camponeses* como sendo apenas parcialmente uma classe (diferentemente dos operários, por exemplo) não deve ser entendida apenas em termos físicos e/ou espaciais – por exemplo, que os camponeses trabalham separados em seus

pequenos lotes de terra, enquanto os operários estão concentrados em fábricas, uma situação que propicia uma consciência das semelhanças, a troca de ideias, a formação de consciência política, o empreendimento de ações coletivas etc. Embora o conceito de classe em Marx não inclua esse nível, outro nível lógico abstrato é crucial: as classes propriamente ditas, são estruturadas pela mediação totalizadora e, por sua vez, agem sobre ela. *Esse processo de totalização não pode ser apreendido adequadamente em termos de proximidade física: as classes são elementos da dinâmica totalizadora da sociedade capitalista* (POSTONE, 2014, p. 372, grifo nosso).

Nossa intenção, no presente estudo, é compreender o campesinato como um segmento social em disputa política por setores revolucionários e conservadores ao longo da história do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, o que depende dos ingredientes históricos que favoreceram ou impediram seu processo de autonomia política para a formação de sua consciência de classe. Referenciamo-nos na tradição marxista, que compreende a consciência de classe como um movimento que conjuga as condições subjetiva e objetiva para a sua formação, rompendo com os maniqueísmos em que pesa o superdimensionamento de um desses polos.¹⁷⁸

Destarte, é no próprio legado marxiano que se pretende compreender o movimento camponês em diferentes conjunturas, rompendo com a falsa ideia de que se trata de uma classe estática e de natureza conservadora. Assim, partimos do seguinte pressuposto, que Marx (1974, p. 17) afirmou numa clássica passagem do 18 de Brumário de Luis Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

No século XIX, a questão da terra ainda era central nas relações econômicas, políticas e sociais. Como a base do sistema produtivo estava no campo, era lá que se concentrava a vida da maior parte da população.¹⁷⁹ Não por acaso Hobsbawm (2011, p. 240) afirma: “O que acontecia à terra determinava a vida e a morte da

¹⁷⁸ O movimento anarquista do século XIX supervalorizava a dimensão subjetiva na luta de classes, a despeito das condições objetivas da classe trabalhadora. Já os partidos socialdemocratas do século XIX acreditavam que, pelo fato objetivo de os operários urbanos constituírem uma classe em vigorosa ascensão numérica, o sufrágio universal garantiria a vitória do proletariado, via reformas políticas. Nesta interpretação, a dimensão subjetiva da formação da consciência de classe ficou ausente.

¹⁷⁹ Até meados do século XVIII, mesmo a Inglaterra já tendo protagonizado transformações nas relações de propriedade no campo, a maior parte da população ainda era rural: “O fato demográfico sozinho explica muito. Entre 1500 e 1700, a Inglaterra teve um crescimento substancial de população – como outros países europeus. Mas o crescimento da população na Inglaterra foi diferente num aspecto essencial: a porcentagem da população urbana mais que dobrou nesse período (alguns historiadores consideram que era de um pouco menos de 25% já no final do século XVII). O contraste com a França é flagrante: lá, a população rural permaneceu estável, em torno de 85 a 90 % no tempo da Revolução, em 1789, e depois. Por volta de 1850, quando a população urbana na Inglaterra e do País de Gales era de mais ou menos 40,8%, a da França era ainda de 14,4% (e da Alemanha 10,8%)” (WOOD, 2000, p.25).

maioria dos seres humanos entre 1789 e 1848”. Assim, a transformação das relações econômicas e políticas passavam necessariamente pela terra, alterando a relação jurídica com a mesma, para que a produção de excedentes se voltasse para o mercado e alimentasse o sistema industrial em expansão sob o domínio burguês.¹⁸⁰

3.2.2 As revoluções burguesas e as revoltas operárias e camponesas na Europa ocidental

Já tivemos oportunidade de tratar da transição do feudalismo para o capitalismo a partir, sobretudo, das transformações ocorridas no meio rural inglês. Não obstante, aqui retomaremos a experiência inglesa e avançaremos na apresentação das experiências francesa e alemã no sentido de colocar em destaque o papel do campesinato nos respectivos processos.

3.2.2.1 A revolução burguesa na Inglaterra

No processo de declínio do feudalismo e ascensão do modo de produção capitalista foi necessária uma alteração importante nas relações sociais que vigoravam no campo. A acumulação primitiva do capital foi um processo que gerou a concentração da propriedade privada da terra para que seu uso fosse voltado não mais para a autossuficiência dos camponeses, que deviam trabalho (através de serviços e produtos), impostos e dízimos ao sistema feudal, mas para uma produção diretamente voltada para o mercado. Nesse contexto, temos a classe dos proprietários de terras (que vivem da renda da terra), dos arrendatários (os bem sucedidos se transformam nos capitalistas da agricultura que tornam a terra produtiva e lucrativa) e os assalariados. A Inglaterra foi pioneira na inauguração dessa forma de produzir, transformando a terra em mercadoria, liberando uma grande parte da mão de obra do campo para assalariamento, seja nos grandes estabelecimentos rurais, seja para o processo de industrialização nas cidades.

Ao tratar da acumulação primitiva do capital, Marx (1984, p. 262) sintetiza:

A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.

¹⁸⁰ Já tivemos oportunidade de aprofundar, no segundo capítulo, o papel da agricultura no desenvolvimento capitalista desde a sua gênese até a fase atual.

[...] Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a *história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo* [grifo nosso].

A Revolução Gloriosa de 1688 consolidou politicamente as transformações econômicas que vinham se operando há longos anos na Inglaterra. Marx (1984) compreende esse processo como um golpe de Estado que estabeleceu uma monarquia constitucional, fruto da aliança entre a aristocracia agrária e a burguesia. Assim, abriu-se caminho para liberar a terra dos obstáculos para o florescimento dos interesses da burguesia. No século XVIII, o parlamento tornou legal o cercamento como uma forma particular da propriedade privada da terra.

A propriedade comunal – [...] – era uma antiga instituição germânica, que continuou a viver sob a cobertura do feudalismo. Viu-se como a violenta usurpação da mesma, em geral acompanhada pela transformação da terra de lavoura em pastagem, começa no final do século XV e prossegue no século XVI. Mas então o processo efetivava-se como ato individual de violência, contra a qual a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das Bills for Inclosures of Commons (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada dos grandes proprietários fundiários, que tomaram o lugar dos feudais, ao pedir ele mesmo ‘uma lei parlamentar geral para o cercamento das terras comunais’, admitindo, portanto, que é necessário um golpe de Estado parlamentar para sua transformação em propriedade privada, porém, por outro lado, solicitando da legislatura, uma ‘indenização’ para os pobres expropriados (MARX, 1984, p. 268-269).

Assim, a revolução burguesa na Inglaterra tornou oficial a usurpação das terras da igreja, da propriedade comunal, liberando os camponeses das relações de servidão e também da terra como meio de produção, tornando-os livres para o assalariamento. Não obstante, como a manufatura não os absorvia na proporção massiva em que eram liberados, parte do segmento dos camponeses acabava por engrossar as fileiras do lumpemproletariado.

Destarte, a acumulação primitiva¹⁸¹ se caracterizou pela liberação de mão de obra do campo e, conseqüentemente, pela formação de um mercado consumidor,

¹⁸¹ No capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, d’O Capital, Marx (1984, p. 285-6) analisa esse processo como uma síntese de diferentes momentos: “Na Inglaterra, em fins do século XVII, são

estabelecendo as bases para a conformação da grande indústria.¹⁸² Nesse contexto, destaca-se que as transformações societárias protagonizadas pela burguesia se nutriram da ideologia iluminista, tendo em vista que para derrubar séculos de feudalismo fazia-se necessário ofertar uma nova sociabilidade que superasse o irracionalismo católico e se ancorasse numa racionalidade que propunha uma sociedade livre. Entretanto, as revoluções burguesas revelaram o uso instrumental que a burguesia fez do Iluminismo para hegemonizar não apenas a economia, mas a política, tornando a racionalidade moderna dominada pelos interesses da burguesia. Não obstante, em seguida trataram de livrar-se das classes que mantiveram acesa a chama dos princípios do Iluminismo em prol de um projeto de transição socialista.

As revoluções burguesas inauguraram uma nova fase da luta de classes com novos sujeitos políticos, cujas disputas tiveram contornos particulares em cada formação sócio-histórica. Quanto à participação do campesinato nesses processos, enquanto a Inglaterra tratou de reduzir drasticamente esse segmento, na França e na Alemanha, para tomar dois exemplos históricos emblemáticos, a sua existência se tornou fruto de disputa entre setores conservadores, oriundos do antigo regime, e setores progressistas da burguesia e do proletariado.

3.2.2.2 A experiência francesa – da Revolução Francesa de 1789 à Comuna de Paris de 1871

A Revolução Francesa, datada de 1789, inspirada no ideário Iluminista, tornou-se um marco internacional pela radicalidade com que aboliu o feudalismo. Entretanto, abriu-se uma década de disputas políticas entre grupos revolucionários e conservadores. Nesse processo a burguesia abdicou de seu potencial revolucionário e se tornou um segmento conservador, assumindo seu projeto de transformar o Estado na agência executiva de seus interesses.

resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

¹⁸² Já vimos que esse processo de acumulação primitiva, ou seja, de liberação de contingentes populacionais para formação de nova classe, é permanente, como tivemos oportunidade de acompanhar com Wood (2001), Oliveira (2011), Ianni (2004) e Fontes (2010).

A questão agrária foi resolvida através de uma reforma, conduzida no período napoleônico (1799-1815) conhecido como 18 Brumário (calendário da revolução), que transformou servos em pequenos proprietários. Não obstante, a posse formal da terra na conjuntura do domínio burguês significava novas relações produtivas e sociais no campo. Em outros termos, tais proprietários tiveram que enfrentar o mercado de terras, a competição produtiva e o endividamento. Assim, a ideia de que a propriedade da terra estaria a serviço da autossuficiência da família do camponês revelou-se em pouco tempo ilusória.

Em 1848, diante de uma crise econômica,¹⁸³ a revolta popular derrubou o reinado de Luis Felipe e instituiu em fevereiro um governo provisório, fruto de uma aliança entre “a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores socialdemocratas” (MARX, 1974, p.23). Ao perceber que as reformas propostas pela Assembleia Constituinte não incluíam as suas demandas e não enfrentavam a aristocracia financeira, apelando para uma unidade transclassista de cunho nacionalista, os trabalhadores se insurgiram em junho de 1848. Entretanto, isolados, sem apoio de nenhuma outra classe social, o proletariado foi derrotado pela república burguesa. Esta, por sua vez, vigorou até dezembro de 1848. Ademais, apesar de o proletariado francês ter sido derrotado, a sua organização e o seu protagonismo fizeram espalhar pelo continente europeu o espírito revolucionário.

Ao longo desse breve período do governo provisório republicano, o Estado se viu às voltas com o seu financiamento. Diante da dificuldade de obtenção de crédito bancário e comercial, o Estado taxou não os banqueiros, os rentistas ou os industriais, mas, sobretudo, os pequenos proprietários, isto é, os camponeses. Em consequência, estes se colocaram contra a república e contra o proletariado urbano, que havia apoiado a mesma república em fevereiro. Nos termos de Marx (2008, p. 83):

¹⁸³ O desenvolvimento econômico industrial, acompanhado do desenvolvimento técnico e científico, já demonstrava que estava a serviço da acumulação de capital, tendo em vista as dramáticas condições de vida dos trabalhadores. Mas não era apenas o drama dos trabalhadores da indústria. Analisando a Europa nesse período, Hobsbawm (2011, p.480) considera: “Como as outras crises na política da classe governante europeia, coincidiu com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas – e em especial a safra de batatas – fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flanders, morriam de fome. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. A situação variava de um país para outro e dentro de cada um deles [...]”.

Os camponeses tiveram de pagar as custas da revolução de fevereiro, neles a contra-revolução ganhou o seu material mais importante. O imposto de 45 centavos era uma questão de vida ou de morte para o camponês francês e este fez dele uma questão de vida ou de morte para a república. A partir desse momento, para o camponês, a república era o imposto dos 45 centavos; e no proletariado de Paris ele via o perdulário que vivia regalado à sua custa.

E complementa:

Enquanto a revolução de 1789 começou por sacudir dos camponeses os fardos do feudalismo, a revolução de 1848, para não pôr o capital em perigo e manter em funcionamento a sua máquina de Estado, anunciou-se com um novo imposto sobre a população camponesa (MARX, 2008, p. 83).

Nesse contexto revolucionário, temerosos em perder a propriedade de suas terras, a massa camponesa francesa elegeu o segundo Bonaparte (sobrinho do primeiro) como Presidente da República, em 10 de dezembro de 1848. Segundo Marx (2008, p. 109-110):

*O 10 de dezembro de 1848 foi o dia da insurreição dos camponeses [grifo nosso]. Só a partir desse dia, fevereiro constituía uma data para os camponeses franceses. O símbolo que exprimia a sua entrada no movimento revolucionário, desajeitado e manhoso, velhaco e ingênuo, grosseiro e sublime, uma superstição calculada, um burlesco patético, um anacronismo genial e pueril, uma travessura histórico-universal, uns hieróglifos indecifráveis para a compreensão dos civilizados – esse símbolo apresentava a fisionomia inconfundível da classe que representa a barbárie no seio da civilização [grifo nosso]. A república anunciara-se perante ela com o executor de impostos; ela anunciava-se perante a república com o imperador. Napoleão era o único homem que representara, exaustivamente, os interesses e a fantasia da classe camponesa recém criada em 1789. Ao inscrever o nome dele no frontispício da república, ela declarava guerra para o exterior e no interior fazia valer os seus interesses de classe. Para os camponeses, Napoleão não era uma pessoa, mas um programa. Com bandeiras, ao som de música, dirigiam-se às assembleias de voto gritando: *plus d'impôts, à bas les riches, à bas la république, vive l'empereur*. Fora com os impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o Imperador. Por detrás do imperador escondia-se a guerra dos camponeses. A república que eles derrubavam com os votos era a república dos ricos.*

Doravante abriu-se uma guerra política entre o Presidente e o Parlamento. Nesse contexto, surgiu o Partido da Ordem, a partir de uma coligação entre grandes proprietários, a grande burguesia e a aristocracia financeira, que teve como tarefa a desmoralização e eliminação dos republicanos puros no Parlamento e a derrota da classe proletária, considerada anarquista, socialista, comunista.

Em 1851, Bonaparte venceu a batalha e através de um golpe restaurou o Império. Não por acaso, Marx toma o segundo Bonaparte ironicamente pelo primeiro. Destarte, sintetiza o golpe de 1851, de forma jocosa, batizando-o de O 18 Brumário de Luis Bonaparte, que ocorrera na verdade com Napoleão Bonaparte em 1799. Ou

seja, foi o segundo golpe de Estado contra a república.¹⁸⁴ Resguardadas as particularidades históricas, com diferenças na configuração da luta de classes, ambos usaram o apelo popular para alcançar o poder, em seguida liquidando com qualquer possibilidade de uma revolução popular em nome dos interesses dos trabalhadores. Grosso modo, se o primeiro Bonaparte aperfeiçoou a máquina estatal e a preparou para o domínio da classe burguesa, em seguida, a hegemonia da república parlamentar foi disputada por diferentes frações da burguesia e, por fim, o segundo Bonaparte a transformou num Estado autônomo perante a sociedade civil, com amplos poderes do Executivo.

O poder do segundo Bonaparte se apoiou no conservadorismo do campesinato e se ancorou na ação política do lumpemproletariado, revelando o temor desses segmentos com relação ao presente e ao futuro. O campesinato se caracterizava por um aglomerado de sistemas produtivos familiares autônomos, que não tinham uma organização nacional, e não tinha uma identidade de classe. O objetivo dos pequenos camponeses era a utilização da terra para a sua autossuficiência e a conformação de um mercado local para troca de excedentes. Destarte, Marx (1974) ironiza o posicionamento político da maior parte dos pequenos camponeses,¹⁸⁵ comparando-os a um saco de batatas na sua célebre passagem:

Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. *A grande massa da nação francesa é,*

¹⁸⁴ As emblemáticas convulsões revolucionárias do proletariado francês ao longo do século XIX e os sucessivos golpes da burguesia inspiraram Marx em sua célebre análise sobre o processo histórico: “Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: ‘a primeira como tragédia e a outra como farsa’. Caussidère por Danton, Louis Blanc por Robespierre, a Montagne de 1848 a 1851 pela Montagne de 1793 a 1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura nas circunstâncias em que apareceu a segunda edição do 18 brumário! *Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo [...]*” (MARX, 2008, p. 207).

¹⁸⁵ Não obstante, Marx (1974, p. 116-7) reconhece que há disputas políticas entre os próprios camponeses: “É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império”.

assim, formada pela simples adição de grandezas homogêneas, da mesma maneira porque batatas em um saco constituem um saco de batatas (MARX, 1974, p. 115, grifo nosso).

Num cenário em que o campesinato não tinha autonomia política e, portanto, era disputado politicamente, a própria burguesia o jogava contra ela, com medidas que submetiam o campesinato à lógica burguesa, acirrando as contradições sociais. Não obstante, as condições materiais dos camponeses não favoreciam a sua constituição enquanto classe, como o autor destaca nesta passagem:

Os três anos de rigoroso domínio da república parlamentar haviam libertado uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleônica, revolucionando-os ainda que apenas superficialmente; mas os burgueses reprimiam-nos violentamente, cada vez que se punham em movimento. Sob a república parlamentar a consciência moderna e a consciência tradicional do camponês francês disputaram a supremacia... Finalmente, durante o período da república parlamentar, os camponeses de diversas localidades levantaram-se contra sua própria obra, o exército. A burguesia castigou-os com estados de sítio e expedições punitivas. E essa mesma burguesia clama agora contra a estupidez das massas, contra a vile multitude (multidão vil), que a traiu em favor de Bonaparte. Ela própria forçou a consolidação das simpatias do campesinato pelo Império e manteve as condições que originam essa religião camponesa. *A burguesia, é bem verdade, deve forçosamente temer a estupidez das massas enquanto essas se mantêm conservadoras, assim como a sua clarividência, tão logo se tornam revolucionárias*" (MARX, 1974, p. 117-118, grifo nosso).

Em outros termos, as condições reais e objetivas do campesinato o colocavam numa situação de isolamento, pois rejeitavam tanto a servidão do antigo regime quanto a perda da posse da terra e de outros meios de produção e, conseqüentemente, o assalariamento, que advinha do liberalismo burguês. Por outro lado, negava-se a compreender que a reforma agrária promovida pelo primeiro Bonaparte tinha um significado para além da posse da terra para o pequeno camponês, o que se revelaria poucos anos depois. Com efeito, junto à propriedade da terra vinha uma outra lógica produtiva que rompia com a produção para o autossustento, implicando em competição produtiva para o abastecimento do mercado. Assim, a manutenção de uma propriedade produtiva poderia custar a própria ruína do campesinato, via endividamento, empurrando-o para o proletariado urbano, tal qual Marx observou, em O 18 Brumário de Luís Bonaparte:

Depois que a primeira revolução transformara os camponeses de seu estado de semi-servidão em proprietários livres, Napoleão confirmou e regulamentou as condições sob as quais podiam dedicar-se à exploração do solo francês que acabava de lhes ser distribuído e saciar sua ânsia juvenil de propriedade. Mas o que, agora, provoca a ruína do camponês francês é precisamente a própria pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França; justamente as

condições materiais que transformaram o camponês feudal em camponês proprietário, e Napoleão em imperador. Duas gerações bastaram para produzir o resultado inevitável: o arruinamento progressivo da agricultura, o endividamento progressivo do agricultor. A forma 'napoleônica' de propriedade, que no princípio do século dezenove constituía a condição para a libertação e o enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei do seu escravizamento e pauperização (MARX, 1974, p. 118).

Ao analisar as lutas de classes na França entre 1849 e 1850, Marx elabora uma boa síntese do significado da reforma agrária capitalista:

E, desse modo, sob a forma de juros pelas hipotecas sobre a terra, sob a forma de juros pelos adiantamentos não hipotecados do usurário, o camponês da França cede aos capitalistas não só uma renda da terra, não só o lucro industrial, numa palavra, não só todo o ganho líquido, mas também uma parte do salário; isto é, desceu ao nível do rendeiro irlandês e tudo isso com o pretexto de ser proprietário privado (MARX, 2008, p. 163).

Entretanto, a contradição vivida pelo campesinato francês em função das medidas políticas de Napoleão guardava em si a potencialidade do adensamento da luta de classes em oposição ao próprio conservadorismo burguês, lançando-se numa franca aliança entre campesinato e proletariado. Ao longo do século XIX, a luta revolucionária, sob o protagonismo do proletariado, expressou-se em duros ensaios, buscando a sua própria autonomia política diante da burguesia, mantendo viva a ideologia da modernidade. Desse processo foi possível apreender que a emancipação política passou a ser controlada pela burguesia para atender aos interesses de suas frações. Na perspectiva de manter o poder político, a burguesia jogava trabalhador contra trabalhador, o lumpenproletariado e os camponeses contra os assalariados. Nessas experiências, a aliança com o campesinato se mostrou uma necessidade para o fortalecimento da luta de classes.¹⁸⁶ Entretanto, mesmo diante do governo proletário da experiência ímpar da Comuna de Paris, de 1871, as condições materiais e subjetivas vividas pelo campesinato fizeram com que sua aliança com o proletariado fosse adiada.

As contradições do império do segundo Bonaparte se acirraram. Externamente, envolveu-se em disputas com a Prússia, dirigida por Bismark, sendo

¹⁸⁶ A esse respeito, Engels (2008, p. 57, grifo nosso) faz uma boa síntese sobre as lutas empreendidas pelo movimento operário ao longo do século XIX: "Na França, onde há mais de 100 anos o terreno está minado por revolução atrás de revolução, onde não existe um único partido que não tenha no seu ativo conspirações, insurreições e todas as outras ações revolucionárias; na França, onde, em consequência disso, o exército de modo algum é seguro para o governo e onde as condições para um golpe de mão insurrecional são muito mais favoráveis do que na Alemanha, mesmo na França os socialistas percebem cada vez melhor que não lhes é possível uma vitória duradoura a não ser que antecipadamente ganhem para si a grande massa do povo, isto é, neste caso os camponeses".

aprisionado em 1870 e, internamente, com o retorno da República, os trabalhadores urbanos desejavam não apenas defender a França da ocupação prussiana, mas destituir o poder republicano e instaurar um governo popular. Em outros termos, com o imperador Napoleão III preso, a República é restaurada, mas precisava da classe operária para resistir aos ataques da Prússia. Ao mesmo tempo, a classe operária queria uma luta para além do nacionalismo, ou seja, uma luta verdadeiramente revolucionária. Nessa direção, anarquistas e comunistas se aliaram na defesa de Paris contra a aliança entre o governo republicano, dirigido por Thiers, e a Prússia, para uma desocupação da capital. Em consequência, iniciava-se a emblemática guerra civil na França com a tomada do poder pelos proletários em 18 de março de 1871.

Em seu breve tempo de existência, a Comuna de Paris, deu seu recado: não bastava a superação do feudalismo pela via da dominação política da burguesia, consolidando o Estado Moderno a serviço do controle do trabalho em benefício do acúmulo de capital; era preciso destruir essa forma política e instaurar um poder popular que controlasse a produção e a distribuição da riqueza socialmente produzida. Foi assim que, ao longo de pouco mais de dois meses, o governo centralizado foi substituído pelo autogoverno dos produtores, que intencionava se espriar para as comunas rurais de todos os distritos, tendo como base instituições verdadeiramente democráticas.

Em síntese, a Comuna vivenciou a unidade entre economia e política, atribuindo poder político a quem verdadeiramente produz. Nos termos de Marx:

Este era o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a *emancipação econômica do trabalho* (MARX, 2008, p. 406, grifo nosso).

O intuito era abolir a propriedade privada em que as relações capitalistas se ancoravam, fugindo do imbróglio das cooperativas amarradas ao mesmo sistema, como se limitava a defesa dos socialistas utópicos. Nessa direção, o autor complementa:

Se não coube à produção cooperativa permanecer uma fraude e uma armadilha; se lhe cabe suplantando o sistema capitalista; se cabe às sociedades cooperativas unidas regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob o seu próprio controle e pondo termo à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista – que seria isso, senhores, senão comunismo, comunismo “possível”? (MARX, 2008, p. 407-408).

Outra tarefa tática teria sido a aliança com os camponeses, mostrando-lhes que a vitória operária também era a libertação deles dos “rurais”¹⁸⁷ e das relações capitalistas, na medida em que se veriam livres das hipotecas, da renda da terra, do endividamento, do sobre-esforço no trabalho:

A Comuna teria libertado o camponês do imposto de sangue – ter-lhe-ia dado um governo barato -, teria transformado as suas atuais sanguessugas, o notário, o advogado, o oficial de diligências e outros vampiros judiciais, em agentes comunais assalariados, eleitos por ele e perante ele responsáveis. Tê-lo-ia livrado da tirania do garde champêtre [guarda rural, em francês], do gendarme e do prefeito; teria posto o esclarecimento pelo mestre-escola no lugar da estultificação do padre [...] (MARX, 2008, p. 410-411).

Não obstante, lamentavelmente, as forças políticas da Comuna foram aniquiladas, suas barricadas foram dizimadas, seus protagonistas (homens e mulheres) foram encurralados para paredões de fuzilamento, foram aprisionados e torturados, não dando oportunidade para que esse espírito revolucionário crescesse no interior da França, realizando o que se já tinha consciência: a necessidade da aliança operário-camponesa.

3.2.2.3 A experiência alemã

Ao resgatar de forma panorâmica as primeiras nações que dirigiram uma transição para o capitalismo industrial, observamos que, na Inglaterra, a burguesia já havia conquistado o domínio político no século XVII, através da Revolução Gloriosa, em 1688; na França, esse processo ocorreu de forma emblemática no século XVIII, tendo como marco fundante a Revolução de 1789; na Alemanha,¹⁸⁸ a luta pelo domínio burguês no século XIX se encontrava num contexto em que competia com a luta proletária.

¹⁸⁷ Interessante notar que, nesse texto, Marx distingue os camponeses dos rurais. Os primeiros seriam os reais trabalhadores do campo, enquanto que os últimos seriam os grandes proprietários fundiários, que buscavam representar os interesses “gerais” do campo, como se neste território não se expressassem as desigualdades e, portanto, a luta de classes.

¹⁸⁸ Cabe uma nota de esclarecimento: “Apesar de ser utilizado o termo Alemanha, não havia ainda se formado o Estado nacional alemão, o que ocorreria apenas em 1870-1871. Na época ainda sob a forma do Império Prussiano, tratava-se muito mais de uma referência à cultura germânica, que buscava se afirmar como parte do movimento que levaria, duas décadas depois, à formação da Alemanha” (IASI, 2010, p. 16).

Até então, a Alemanha se caracterizava pelo atraso econômico, pela convivência de uma nobreza feudal, e a conservação de seus privilégios, com uma burguesia ainda incipiente buscando centralização econômica e política. Esta não reunia, portanto, condições objetivas de protagonizar sua revolução. Assim, segundo Engels (2010, p.167), a nova classe média não tinha peso político para dirigir a transição entre os regimes feudal e burguês:

As causas desse atraso das manufaturas alemãs eram múltiplas, mas duas são suficientes para dar conta dele: a situação geográfica desfavorável do país, longe do Atlântico, que se tinha tornado a grande via para o comércio mundial; e as contínuas guerras em que a Alemanha esteve envolvida, desde o século 16 até os dias de hoje [refere-se ao século XIX], e que eram travadas no seu solo. Foi essa carência de número e, particularmente, de algo como um número concentrado, que impediu as classes médias alemãs de atingir aquela supremacia política de que o burguês inglês gozava desde 1688 e que o francês conquistou em 1789.

No que diz respeito à configuração das classes sociais, nota-se que a maior parte da população era composta, nas cidades, pela classe dos pequenos comerciantes e lojistas e pela classe dos operários; no campo, pelo campesinato. No processo da revolução burguesa, a classe média oscilava politicamente e o proletariado só adquiriu autonomia política quando, sob o domínio burguês, tornou-se uma classe que cresceu quantitativamente e passou a reunir condições materiais e subjetivas para o crescimento da oposição política à burguesia. Entre os camponeses, havia os lavradores ricos, grandes proprietários de terras, os pequenos camponeses reféns das hipotecas das terras, os rendeiros feudais (que deviam renda ou serviços aos senhores do feudo) e os trabalhadores agrícolas que viviam em condições de exploração do patronato. Os três últimos segmentos do campesinato não reuniam condições para sua autonomia política.

O processo de conquista do domínio burguês, na primeira metade do século XIX, contava com o apoio dos intelectuais alemães. A filosofia alemã considerava a monarquia constitucional como a forma acabada de governo (tendo como obra de referência a Filosofia do Direito, de Hegel) apoiando uma constituição que representava os interesses da burguesia. Em oposição ao poder feudal, a burguesia buscava adesão da classe operária e do campesinato, num cenário de florescimento das ideias socialistas e comunistas vindas da França. Em se tratando da Prússia, considerando que nesse período ainda não havia o Estado alemão, Engels (2010, p. 187) sintetiza a luta de classes da seguinte forma:

Enquanto a alta nobreza e os velhos funcionários civis e militares eram os únicos apoios seguros do sistema existente; enquanto a baixa nobreza, as classes médias dos negócios, as universidades, os professores de todos os graus de ensino e mesmo uma parte das fileiras inferiores da burocracia e dos oficiais do Exército, estavam todos coligados contra o governo; enquanto, por detrás destes, estavam as massas descontentes do campesinato e do proletariado das grandes cidades, apoiando, por enquanto, a oposição liberal, mas murmurando já palavras estranhas acerca de tomar as coisas nas suas próprias mãos; enquanto a burguesia estava pronta para derrubar o governo e os proletários se preparavam para derrubar, por sua vez, a burguesia; esse governo seguia obstinadamente um rumo que tinha de produzir uma colisão.

Em meio a essa tensão social, em 1848, tanto na Prússia quanto na Áustria os camponeses se insurgiram contra o sistema feudal.¹⁸⁹ Não obstante, a burguesia que primeiramente os apoiava, na sequência os traiu em nome da defesa da propriedade privada, buscando aliança com os interesses feudais. A Assembleia Nacional Alemã se tornou o palco dessa revolução burguesa, já revelando o caráter contrarrevolucionário dessa classe.

Na França, a classe do pequeno comércio e a fração republicana da burguesia coligaram-se com a burguesia monárquica contra os proletários; na Alemanha e na Itália, a burguesia vitoriosa solicitou avidamente o apoio da nobreza feudal, da burocracia oficial e do Exército contra a massa do povo e os pequenos negociantes. Os partidos conservadores e contrarrevolucionários, unidos, não tardaram em recuperar seu poder. Na Inglaterra, uma manifestação popular intempestiva e mal preparada (em 10 de abril) transformou-se numa completa e decisiva derrota do partido do movimento¹⁹⁰ (ENGELS, 2010, p. 233).

Em 1849, alguns estados alemães se opuseram à Assembleia Nacional na defesa de seus interesses e privilégios regionais. Nesse cenário, as forças populares a defenderam como um instrumento para superar o feudalismo, insurgindo-se contra os poderes locais, isto é, contra a velha ordem. A massa dos insurgentes era de trabalhadores da cidade e, nesse contexto, trabalhadores agrícolas e pequenos

¹⁸⁹ As revoltas camponesas não eram uma novidade na Alemanha. No século XVI, os camponeses alemães, exauridos pela exploração do sistema feudal através de impostos, serviços e pagamento de dízimos, protagonizaram uma série de revoltas. Num contexto em que o poder econômico, político, social e cultural se justificava pela ideologia cristã sob hegemonia da Igreja Católica, o protestantismo (Reforma Burguesa) surge como força opositora ao regime feudal. Münzer, líder protestante, imprime radicalidade às lutas camponesas exigindo o fim da exploração e dos privilégios feudais. Entretanto, as lutas eram regionais e fragmentadas e acabaram por manter a Alemanha dividida. Contraditoriamente às intenções das lutas camponesas, os príncipes foram os que se beneficiaram da secularização dos bens eclesiásticos. Em 1525, Münzer participou de uma luta que resultou na destituição do príncipe da cidade de Mülhausen e na sua nomeação para a presidência do conselho. Entretanto, Engels (2010, p.142) avalia: “O pior que pode acontecer ao chefe de um partido extremista é ser forçado a encarregar-se do governo num momento em que o movimento ainda não amadureceu suficientemente para que a classe que representa possa assumir o comando e para que se possam aplicar as medidas necessárias para o domínio dessa classe”. Ou seja, nesse contexto, havia condições subjetivas para a revolução camponesa, mas as objetivas estavam ausentes.

¹⁹⁰ Refere-se ao cartismo, movimento operário inglês que lutava pela democracia política.

agricultores se somaram à luta que foi dirigida pela classe de pequenos negociantes. A composição dessa aliança política expressou a crônica de uma morte anunciada, pois o processo histórico já revelava que, quando a classe burguesa se aproxima do poder, ela rompe com os aliados populares e luta em causa própria, a exemplo da própria experiência alemã, no século XVI,¹⁹¹ e da França, no século XIX. Destarte, mais uma vez, a burguesia traiu os aliados que se opuseram ao regime feudal para, em seguida, ver o Parlamento dissolvido e a restauração conservadora reinar com a vitória do império prussiano. Nos termos de Engels (2010, p. 297):

Assim desapareceu o Parlamento alemão e, com ele, a primeira e a última criação da revolução. A sua convocação tinha sido a primeira evidência de que tinha havido efetivamente uma revolução em janeiro, na Alemanha. Eleito sob a influência da classe capitalista por uma população rural desmembrada e dispersa, na maioria, mal acordando do silêncio feudal, esse Parlamento serviu para trazer para a arena política, num só órgão, todos os grandes nomes populares de 1820-1848 e depois arruiná-los totalmente.

Sem embargo, as revoluções burguesas nos países que inauguraram a acumulação primitiva e a industrialização mostraram que as fortalezas do feudalismo não foram suficientes para deter o crescimento econômico das manufaturas, da agricultura industrial, da grande indústria, enfim, do modo de produção capitalista. Entretanto, o processo de disputa pelo domínio político para consolidar esse modelo econômico envolveu diferentes classes sociais, em cada uma delas pesando as diferenças entre forças conservadoras e revolucionárias. Nas lutas do século XIX, na transição entre o Estado feudal e o Estado moderno, apesar de algumas exceções, o campesinato manteve uma postura de defesa intransigente da sua posse da terra (ou propriedade da terra, nos casos de reforma agrária), muitas vezes a dissociando do tipo de governo. Mais do que temer ao governo (sua forma e conteúdo), temia a perda de suas condições materiais de existência. Com efeito, ainda que vivendo em condição de pobreza, o trabalho na sua própria terra lhe possibilitava a sobrevivência. Por outro lado, a fragmentação das unidades produtoras desfavorecia à sua constituição enquanto classe para si que, de forma autônoma, pudesse se somar não só quantitativamente, mas qualitativamente à luta revolucionária não somente contra o feudalismo, mas, na sequência, contra o domínio burguês.

Destarte, os camponeses se encontravam num limbo, pois não desejavam a exploração do sistema feudal, mas também não desejavam a perda de suas terras

¹⁹¹ Não por acaso, Engels (2010) teve a preocupação de estudar as revoluções camponesas no século XVI.

nem a proletarização, ofertadas pelo sistema burguês. A esse respeito Hobsbawm (2011, p. 255-6) faz uma interessante síntese do posicionamento do campesinato no século XIX:

O fato de os camponeses europeus não se insurgirem junto com os jacobinos e os liberais, quer dizer, com os advogados, os lojistas, os administradores de fazendas, os funcionários civis e os proprietários de terras, condenou ao fracasso as revoluções de 1848 nos países em que a Revolução Francesa não lhes tinha dado a terra; e onde ela lhes dera, seu medo conservador de perdê-la ou o seu contentamento mantiveram-nos igualmente inativos.

[...] Onde o campesinato tinha terras e era livre, como no Tirol, em Navarra, ou (com a ausência de um rei) nos cantões católicos da Suíça original, ou seja, na terra de Guilherme Tell; seu tradicionalismo foi uma defesa da sua relativa liberdade contra a usurpação do liberalismo. *Onde ele não tinha terras, era mais revolucionário* [grifo nosso].

Consideramos, portanto, que as condições objetivas do campesinato, circunscritas por determinadas conjunturas políticas já sob a dominação burguesa, fazia-o oscilar entre o conservadorismo e o movimento revolucionário. Nessa direção, Hobsbawm (2011, p. 256) complementa:

Mas a passagem política da rebelião camponesa da direita para a esquerda mal começara antes de 1848, pois o grande impacto da economia burguesa sobre a terra, que transformaria a endêmica rebeldia camponesa em uma rebeldia epidêmica, realmente só começou a se fazer sentir após a metade do século, e especialmente durante e depois da grande depressão agrária de 1880.

Em síntese, as convulsões revolucionárias do século XIX refletiram a rebeldia, a inconformidade com o estado das condições materiais de existência dos trabalhadores da cidade e do campo, resguardadas as devidas particularidades assinaladas acima. Elas revelaram se tratar de um ensaio nada idílico do protagonismo proletário e popular, através seja da organização sindical e de organizações político-partidárias, seja através de barricadas nas ruas. A luta e a militância tornaram-se, portanto, uma necessidade histórica diante da carência social que não era suprida nem pelo modo de produção, nem pelas formas de governo modernas, mas, ao contrário, estas a alimentavam.

3.2.3 As metamorfoses do conceito de campesinato – breve incursão do século XVIII à atualidade

Tratamos até o momento de contextualizar a luta de classes nas transições do feudalismo para o capitalismo industrial nos países pioneiros nessa condução.

Com efeito, as transformações operadas dizem respeito tanto à dimensão econômica, isto é, da produção, quanto da reprodução social. No sentido de superar as novas contradições advindas dessa sociabilidade é preciso compreendê-la em sua totalidade dialética. Dessa forma, compreende-se que as transformações ocorridas no campo constituíram a gênese da acumulação capitalista submetendo a terra e a produção agropecuária à lógica da mercantilização da produção e, portanto, da mercantilização das relações sociais. Nesse caminho metodológico, tomamos como referência esta síntese de um autor marxista: “[...] não se deve focalizar a agricultura como entidade isolada e desligada do mecanismo integral da produção social” (KAUTSKY, 1986, p.15).

No sentido de fundamentar teoricamente a necessidade de transformação social para a constituição de uma sociedade que possibilite não apenas a emancipação política, mas essencialmente a humana, Marx (1984) se dedicou a compreender o *capital como uma relação social*. Em sua obra clássica, O Capital, o autor expôs o resultado de sua investigação em volumes que tratam do processo de produção do capital, do seu processo de circulação e do seu processo global da produção capitalista. No volume III do terceiro livro, revelou como a renda fundiária integra estruturalmente a relação capitalista. Com efeito, o fato de o proprietário dispor do monopólio da terra lhe garante uma renda fundiária, fruto do processo global de valorização do capital. Em outros termos, o proprietário retém uma fração do mais-valor produzido socialmente. Na perspectiva de aprofundarmos tal debate, propomo-nos a uma incursão sobre o pensamento agrário a partir do século XIX.

Segundo Sevilla Guzmán e Molina (2005), o pensamento social agrário desenvolvido, sobretudo, a partir do século XIX herda do século XVIII o pensamento evolucionista sobre o campesinato e o direito consuetudinário camponês. Assim, autores como George Ludwin von Maurer, Lewis H. Morgan, Henry Summer Maine, August von Haxthusem e Makxim Makximovich Kovalevski influenciaram as obras de Marx, Engels e de intelectuais do movimento populista russo.

Este movimento, pressionado pela realidade russa, debruçou-se intensamente sobre o papel do campesinato numa sociedade em transição, em pleno século XIX, inaugurando um campo teórico político que ainda hoje deixa um legado. Sevilla Guzmán e Molina (2005, p. 22-23) sintetizam que:

O narodnismo russo pode ser definido como uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia de luta contra o capitalismo caracterizada pelos seguintes traços: 1. os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem forma de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante falsas fórmulas de participação democrática; 2. os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico e moral da maior parte dos indivíduos; 3. nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo; 4. era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade; 5. os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral.

Não obstante, tal debate não fluiu sem divergências, fomentando diferentes correntes no narodnismo. Aqui, destacaremos a corrente anarquista, dirigida por Bakunin e Kropotkin; a do grupo Emancipação do Trabalho, que chegou a se corresponder com Karl Marx, e a do marxismo ortodoxo, herdado por Lênin e Kautsky.

3.2.3.1 O anarquismo agrário

Grosso modo, os pilares do anarquismo se erguem sobre a rejeição da participação política nas instituições burguesas e a defesa de organização social autogestionada. Bakunin via na miséria camponesa da Rússia czarista as condições objetivas para desencadear uma revolução social protagonizada por camponeses. Ou seja, contestava a ideia de que o atraso russo, que se expressava na miséria camponesa, traduzir-se-ia em vantagem ao se apropriar dos progressos técnico-econômicos ocidentais para encurtar etapas entre o capitalismo e o socialismo. Ao contrário, a situação concreta subsidiaria uma transição direta para o socialismo, cabendo ao campesinato fazer sua escolha política.

Tais condições históricas foram determinantes para a defesa anarquista de que o proletariado não encarnava a universalidade e que o movimento internacional dos trabalhadores não deveria apostar nas instâncias democráticas do Estado. Com efeito, acreditava-se que havia um risco de que, uma vez no poder, o operariado abdicaria de um governo para as massas e conduziria a máquina burocrática em proveito próprio. Já na Europa ocidental, havia um processo volumoso de organizações operárias que empreenderam uma série de lutas em prol da socialização dos meios de produção e da superação do Estado; lutas que, em

muitas situações, tinham o campesinato como oposição, como vimos acima. Não por acaso, os debates em torno da Associação Internacional dos Trabalhadores no final do século XIX foram marcados por diferentes concepções sobre a construção do socialismo, tendo como polos tensores os anarquistas e os comunistas.

O ápice dessa oposição entre anarquistas e comunistas foi em 1872, com a expulsão dos anarquistas da AIT, tendo em vista que, além de rejeitarem a disputa parlamentarista, continuavam defendendo um processo revolucionário protagonizado pelas massas e não pelo operariado exclusivamente, como expressa essa passagem declarada pelo próprio Bakunin (apud SAMIS, 2009, p. 22):

Existe nesse programa uma outra expressão que nos é profundamente antipática, a nós, anarquistas revolucionários, que desejamos francamente a completa emancipação popular: é o proletariado, o mundo dos trabalhadores que é apresentado como classe e não como massa. Sabeis o que isso significa? Nem mais nem menos que uma nova aristocracia, a dos operários das fábricas e das cidades, à exclusão dos milhões que constituem o *proletariado dos campos* e que, nas previsões dos Senhores social-democratas da Alemanha, tornar-se-ão propriamente súditos em seu grande Estado pretensamente popular. Classe, Poder, Estado são três termos inseparáveis, cada um deles supondo necessariamente os dois outros, e todos juntos se resumem definitivamente por essas palavras: subjugação política e exploração econômica das massas [grifo do autor].

Destarte, a liberdade, isto é, a emancipação de todos deveria ser construída por uma unidade entre trabalhadores do campo e da cidade. Nessa perspectiva, mesmo expulsos da AIT, os anarquistas continuaram a agregar militantes dispostos a lutar por essa construção, como Malatesta e Kropotkin.¹⁹²

Kropotkin, seguindo a trilha aberta por Bakunin, preocupou-se em combater o darwinismo social (expresso, por exemplo, na obra *A luta pela sobrevivência na sociedade humana*, de T. Huxley, publicado em 1888) que alimentava o liberalismo econômico. Ao contrário da ideia do predomínio da luta cruel pelos meios de subsistência, Kropotkin enfatizou a ajuda mútua mergulhando em estudos sobre o tema em diferentes formações socioeconômicas. Não foi difícil reconhecer a ajuda mútua como um dos elementos constituintes da comuna russa. Ademais, o autor russo demarcava que a drástica redução do campesinato europeu não foi um processo nada natural. Em seus termos:

[...] as teorias correntes dos economistas burgueses e de alguns socialistas afirmam que a comuna morreu na Europa Ocidental de morte natural, já que se encontrou que a posse comunal da terra era incompatível com as exigências contemporâneas do cultivo da terra. *Mas a verdade é que em*

¹⁹² Cf. Malatesta (2009). O brilhante texto narra uma conversa entre camponeses, suscitando a questão da propriedade privada, da autogestão de produtores e consumidores, da unidade entre trabalhadores no protagonismo de uma revolução social.

nenhuma parte desapareceu a comuna aldeana por própria vontade, ao invés, em todas as partes, as classes dirigentes precisam de vários séculos de medidas estatais persistentes para desarraigá-la e confiscar terras comunais. [...] para abreviar, o que se dizia a respeito da morte natural das comunas aldeanas, em virtude das leis econômicas, constitui uma brincadeira tão pesada como se falássemos da morte natural dos soldados caídos no campo de batalha (KROPOTKIN apud SOUZA, 2012, p. 148-149 grifo nosso).

Na direção contrária da condenação do campesinato à morte, a perspectiva de permanência da comuna, mas agora de forma emancipada, liberada das amarras do czarismo, só seria possível pela via de uma revolução social. Segundo os autores, as contribuições de Bakunin e Kropotkin podem ser sintetizadas na constituição teórico-política do anarquismo agrário. Em seus termos:

*Assim se pode falar, portanto, de um populismo anarquista ou anarquismo agrário que, num esforço de síntese, poderia se definir como uma teoria da revolução na qual o campesinato é uma classe revolucionária em potencial, já que: 1. o apoio mútuo constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potencializar frente a elementos inibidores; 2. a estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui, certamente, um atraso que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao reter este a energia da natureza popular; 3. a condição subordinada a que se vê submetida sua forma de produzir, dentro de uma dinâmica de exploração crescente em que “trabalhar com as mãos lhe condiciona moralmente”, fazendo-os odiar os exploradores do trabalho, de forma tal que: 4. *só determinados aspectos tradicionais, atuantes como preconceitos, lhes separam, realmente, dos comuns interesses dos trabalhadores urbanos, pelo que, rompidos tais preconceitos pela comunidade de interesses da classe trabalhadora, é possível desatar a autêntica rebeldia natural existente na estrutura social do campesinato* (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.35-36, grifo nosso).*

Eis uma contribuição indispensável para pensar o papel revolucionário do campesinato. Apesar de sobressair uma abordagem um tanto quanto exagerada em termos da ênfase nas escolhas políticas em condições materiais ainda não plenamente amadurecidas, incorrendo no politicismo, o anarquismo agrário contribuiu para o combate à tese da naturalização do desaparecimento do campesinato. Devemos registrar que a abordagem do liberalismo, e mesmo de parte do socialismo, via o desaparecimento do campesinato como uma evolução do desenvolvimento tecnológico e humano, naturalizando, portanto, a morte do campesinato. Em contraposição, os anarquistas indicaram que nenhuma comunidade rural desapareceu por vontade própria, mas pela força de medidas estatais durante séculos para desenraizar a comuna e tornar a terra e os homens livres para a mercantilização. Como vimos, a alternativa proposta seria a revolução social protagonizada por trabalhadores rurais e urbanos.

3.2.3.2 Movimento Emancipação do Trabalho

Novamente buscaremos dar destaque a um debate caro sobre o papel do campesinato no processo revolucionário em um país atrasado industrialmente. Nesse sentido, traremos à tona a troca de cartas entre Karl Marx e Vera Ivanovna Zasulitch, em 1881.¹⁹³ A militante russa integrava o grupo Partilha Negra, que era uma dissidência do movimento populista (narodnik) e gérmen da ala menchevique do Partido Operário Socialdemocrata Russo, que defendia um programa radical de reforma agrária (LÖWY, 2013). Esse grupo tornou explícito seu rompimento com os populistas em 1883, fundando o grupo Emancipação do Trabalho, cuja tarefa era disseminar o marxismo, a investigação crítica acerca da realidade, bem como a crítica ao populismo, cuja ideologia expressava os interesses dos camponeses e lutava contra o regime de servidão, mas igualmente contra o desenvolvimento do capitalismo na Rússia.¹⁹⁴

Nota-se que a partir do conjunto de sua obra até então publicada, em Marx prevalecia uma leitura sobre o processo revolucionário impulsionado pelas forças operárias organizadas nos países de capitalismo industrial avançado. Certamente, tal leitura baseou-se nos exemplos históricos que o movimento operário europeu protagonizou no século XIX, rompendo com a burguesia, buscando um projeto próprio de modernidade. Ao perceber que o desenvolvimento industrial desenvolvia ao mesmo tempo a sua contraface, ou seja, o acirramento de suas contradições acompanhado da organização consciente da classe operária, Marx apostou, dadas

¹⁹³ Devemos destacar que José de Souza Martins já havia feito essa sinalização de troca de correspondência entre Marx e uma populista em *Os camponeses e a política no Brasil* (2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983).

¹⁹⁴ Ulteriormente, seguindo a linha da crítica marxista ao populismo, Lênin acrescenta: “Por populismo entendemos um sistema de concepções, que compreende os três traços seguintes: 1) ‘Considerar o capitalismo na Rússia como uma decadência, uma regressão’. Daí a tendência e o desejo de ‘deter’, de ‘paralisar’, de ‘cessar a destruição’ dos pilares pelo capitalismo e outros lamentos reacionários semelhantes. 2) ‘Considerar original o regime econômico russo em geral e o camponês, com a sua comunidade, artel [um tipo de cooperativa], etc., em particular’. Não se considera necessário aplicar às relações econômicas russas os conceitos elaborados pela ciência moderna sobre as diferentes classes sociais e os seus conflitos. O campesinato da comunidade é considerado como algo superior e melhor em comparação com o capitalismo; é a idealização dos ‘pilares’. Negam e dissimulam as contradições que existem entre os camponeses, que são inerentes a qualquer economia mercantil e capitalista, negam a relação dessas contradições com a sua forma mais desenvolvida na indústria e na agricultura capitalistas. 3) ‘Ignorar as relações entre a ‘intelectualidade’ e as instituições jurídico-políticas do país, por um lado, e os interesses de determinadas classes sociais, por outro’. A negação dessas relações, a ausência de uma interpretação materialista desses fatores sociais, obriga a ver neles uma força capaz de ‘empurrar a história por outra via’..., ‘desviar do caminho’...etc.” (LÊNIN apud NETTO, 1982, p. XIII-XIV).

as convulsões a que não apenas assistiu, mas colaborou ativamente com a organização política internacional, que do berço europeu nasceria a primeira experiência revolucionária que se espalharia pelo mundo.

Não obstante, a organização anticzarista russa supramencionada trocou correspondência com Marx em 1881, através de Vera Zazulitch, sendo esta publicada apenas em 1924. Na carta, Zazulitch interroga Marx sobre os dois caminhos que vislumbra: ou a comuna rural transitará do aprisionamento das amarras do fisco e do pagamento da terra ao proprietário para uma produção e distribuição sobre bases coletivistas; ou a comuna rural desaparecerá e em seu lugar sucederá a burguesia como proprietária de terras, para a Rússia chegar ao desenvolvimento do capitalismo, como na Europa Ocidental, dentro de algumas centenas de anos. A socialista explicita sua preocupação com o entendimento do socialismo científico sobre o destino da comuna rural. Em seus termos:

Nos últimos tempos, ouvimos dizer com frequência que a comuna rural é uma forma arcaica, condenada à morte, como se fosse a coisa mais indiscutível, pelo socialismo científico. As pessoas que apregoam isso se dizem vossos discípulos por excelência: “marxistas” (ZAZULITCH, 2013, p. 79).

Em sua resposta, Marx (cf. ZAZULITCH, 2013) adverte que o risco da comuna agrícola é o seu isolamento dado pelo parcelamento da terra comum para a exploração por conta própria. Se por um lado, a propriedade é comum, por outro se permite o desenvolvimento de individualidades, diferentemente das comunidades primitivas em que a produção era coletiva e o produto repartido. No isolamento individual reside a decomposição da comunidade, pois a partir dele se acumula patrimônio de forma diferenciada, produz-se de forma diferenciada, o que passa a gerar conflitos de interesses ao ponto de caminhar para a propriedade privada não apenas da terra arável, mas igualmente das florestas, pastagens, terras ociosas, etc.

Não obstante, na sequência, o autor afirma que não se trata sustentar que toda “comuna agrícola”¹⁹⁵ seguirá esse destino. Nessa perspectiva, pondera:

¹⁹⁵ No terceiro esboço da carta de resposta à Vera Zazulitch, Marx explicita o que compreende por “comunidade agrícola”. Diferentemente das comunidades mais arcaicas, ela se caracteriza por: agrupamento de homens livres, liberados, portanto, de laços de consanguinidade; direito à casa e seu complemento de forma particular; a terra comum cultivável é dividida periodicamente entre os membros da comuna para produção e usufruto dos produtos. O risco, como indicado anteriormente, é que a apropriação privada ceda lugar à acumulação de bens móveis, a exemplo de animais, dinheiro, ou mesmo escravos ou servos, interferindo em toda a economia rural. Não por acaso, surgem como derivação da comuna agrícola sociedades baseadas na escravidão e na servidão.

Mas isso quer dizer que, em todas as circunstâncias, o desenvolvimento da “comuna agrícola” deve seguir esse mesmo curso? De modo algum. Sua forma constitutiva admite a seguinte alternativa: ou o elemento da propriedade privada implicado nela prevalecerá sobre o elemento coletivo ou este último prevalecerá sobre o primeiro. Essas duas soluções são a priori possíveis, mas para que ocorra uma ou outra é preciso, evidentemente, que haja ambientes históricos completamente díspares. Tudo depende do ambiente histórico em que a comuna se encontra localizada (MARX, 2013, p. 93).

Diferentemente da Índia, partida por conquistadores estrangeiros, na Rússia, a “comunidade agrícola” permaneceu em escala nacional e o país integrou o comércio mundial. Em consequência, a propriedade comum da terra, como existia na Rússia, pôde transitar da agricultura parceleira e individualista para a agricultura coletiva. Ademais, essa transição pôde ser facilitada pela incorporação do desenvolvimento tecnológico no âmbito produtivo, com o uso de máquinas em áreas não parceladas, mas extensivas. Por outro lado, em substituição ao isolamento e ao poder despótico, foram criadas assembleias de camponeses eleitos pelas próprias comunas que decidiam sobre a produção e sobre a administração da vida comunitária.

Com efeito, no âmbito teórico é perfeitamente possível a manutenção da “comuna rural”, eliminando-se a propriedade privada ou transformando-a para atender às necessidades coletivas. Não obstante, em termos práticos, já houve na Rússia um Estado Imperialista pronto para facilitar a exploração do agricultor favorecendo a destruição da comuna rural. A exploração intensiva já demonstrava seus próprios limites, revelando que os proprietários de terras indicavam a conversão de camponeses em empreendedores produtivos de classe média ou em assalariados:

A miséria do agricultor já infectou a terra, tornando-a estéril. As boas colheitas são neutralizadas por período de fome. A média dos últimos dez anos mostra que a produção agrícola não só estagnou como está recuando. Enfim, pela primeira vez a Rússia deverá importar cereais em vez de exportá-los. Não há mais tempo a perder. É preciso acabar com isso. É preciso constituir como classe média rural a minoria mais ou menos bem situada dos camponeses e converter sem floreios a maioria em proletários (MARX, 2013, p. 97).

Como alternativa, as condições para a revolução russa estão indicadas. Ambas estão em pleno processo: reconhecimento de que a base econômica precisa ser transformada; reunião de condições materiais para empreender tal transformação. Em síntese, “para salvar a comuna russa é preciso que haja uma

revolução russa” (MARX, 2013, p. 102), pois a propriedade comum com base no trabalho cooperativo e combinado pode se traduzir em superioridade econômica.

Essa troca de correspondência, historicamente datada, revela algumas chaves importantes para pensar o campesinato na atualidade: primeiramente, é preciso estar atento ao movimento da realidade e suas forças sociais propulsoras, liberando-se de modelos pré-estabelecidos ligados a outros contextos particulares da construção da luta de classes; ademais, a resposta de Marx deixa escapar que mais do que a preocupação quanto a propriedade ser privada (não no sentido capitalista, mas de resultado do trabalho pessoal) ou coletiva, o essencial é que o trabalho seja coletivo, sendo planejado por quem produz, isto é, pelos trabalhadores. Esse movimento transformaria a posse comum, presente na Rússia, em propriedade propriamente comunista. Essa é uma pista relevante, pois os camponeses podem deter a propriedade da terra, mas serem explorados por outras frações da burguesia, como a comercial e financeira, como ocorre no próprio sistema capitalista.

Por fim, tanto no Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista em 1882, escrito por Marx e Engels, quanto no Posfácio a “questões sociais da Rússia” de 1894, escrito pelo último, a revolução russa com forte base no campesinato é compreendida como ponto de partida para uma evolução comunista, impulsionando e complementando a revolução proletária no ocidente. Essa tendência da aliança camponês-operária, percebida pelos autores no final do século XIX, continua posta na atualidade, mediante novos dilemas e desafios, sobretudo a partir da ampliação da heterogeneidade dessas classes com a evolução do desenvolvimento das relações capitalistas, como já tivemos a oportunidade de abordar.

3.2.3.3 O “marxismo ortodoxo”

Kaustky (tendo como obra de referência *A Questão Agrária*, de 1899) e Lênin (*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899), tendo como ponto de partida as reflexões de Marx, analisaram o desenvolvimento do capitalismo e da questão agrária na Alemanha e na Rússia, respectivamente (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1982). Os autores compartilham da compreensão que sobressai nas obras de Marx, até então publicadas, de que o desenvolvimento do capitalismo tende a eliminar o modo de produção camponês. Em ambas as análises há um domínio do

materialismo em detrimento da dialética, ao que alguns autores denominam de “marxismo ortodoxo” (POSTONE, 2014; SOUZA, 2012; SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Lênin (1982), num debate com os populistas russos, defendia que a ruína do campesinato não impediria a formação do mercado interno. Ao contrário, trata-se de um processo indissociável do desenvolvimento da indústria. A análise leniniana tem uma contribuição importante até os tempos atuais por perceber a heterogeneidade do mundo rural, cuja tendência era a separação entre proletariado e burguesia no interior do campesinato.

Kautsky (1986), na linha de argumentação da drástica redução do campesinato, considera que, com o desenvolvimento do capitalismo, o pequeno agricultor não teria condições de concorrer com os grandes estabelecimentos rurais, o que os empurraria para a proletarização ou para o desaparecimento. Segundo Kautsky (1986), esse processo se expressa pela miséria camponesa, pelo maior esforço no trabalho para permanecer na terra, já que o atraso tecnológico impera no meio camponês. O que o autor deixa escapar é que essas são as condições do campesinato no processo de expansão do capitalismo e que poderiam ser, portanto, capturadas e transformadas pelo processo revolucionário de superação das contradições inerentes à sociabilidade burguesa.

Suas análises são fruto de seu tempo histórico e, apesar de se mostrarem insuficientes para tratar da questão agrária na atualidade, têm uma contribuição fulcral para a compreensão da questão agrária integrada e submetida à lógica do capital, reconfigurando a luta de classes.

Assim, nas sociedades em que o modo de produção capitalista se consolidou não é mais possível falar em modos de produção concomitantes, pois sua lógica, se não eliminou, acabou por submeter e integrar as unidades produtivas “autônomas” e suas formas não assalariadas de produção. Nesse sentido, tratar da questão agrária nos remete à inserção do campesinato no modo de produção capitalista, compreendendo-a como relação social entre classes sociais distintas, investigando no movimento do real suas particularidades históricas.

Não obstante, apesar da contribuição desses autores, sua abordagem acabou limitada a uma perspectiva determinista da história que não superou a visão liberal do desenvolvimento do capital, em que o campesinato estaria fadado inexoravelmente ao desaparecimento. Inclusive, Kautsky (1986) recupera essa tese

para justificar a liderança do proletariado no processo revolucionário, impulsionado por uma vanguarda que contribui ativamente com reflexões que direcionam a prática política do operariado. Por outro lado, enquanto Kautsky considerava o campesinato irrelevante para a revolução, Lênin apostou na aliança operário-camponesa como base da Revolução Russa. Lamentavelmente, a riqueza das análises materialistas de Lênin, que lhe permitiriam inclusive uma revisão teórica, cedeu lugar a um marxismo engessado, que se traduziu no socialismo burocrático de Estado de Stalin.

Assim, o que Sevilla Guzmán e Molina (2005) chamam de “marxismo ortodoxo” passa a se caracterizar pela ideologização da práxis política e mesmo da ciência e da arte, tendo como princípios teóricos: a generalização de determinações próprias da luta de classes na Europa Ocidental; a ignorância quanto aos escritos tardios de Marx sobre o campesinato (o que passa pelo diálogo com militantes oriundos do populismo russo, como já tivemos a oportunidade de apresentar); pela compreensão do processo histórico como unilinear, que segue etapas evolutivas; por fim, a compreensão de que a agricultura teria se tornado um ramo da industrialização, acabando por desprezar o papel do campesinato no processo revolucionário. Devemos destacar, ainda, que Lukács recupera em Marx a ortodoxia do método para combater o próprio estruturalismo que se fez presente no campo marxista, tanto na II quanto na III Internacional.

Em síntese, esse conjunto teórico do “marxismo ortodoxo” levou à universalização da luta de classes na Europa Ocidental como um modelo a ser seguido, desprezando alguns elementos caros ao próprio adensamento da luta de classes: como o protagonismo do campesinato no processo revolucionário e a apropriação da autogestão comunitária pelo socialismo. Sobre essa abordagem restrita d’O Capital, ou, se preferirem, estritamente positivista, Sevilla Guzmán e Molina (2005, p. 52) afirmam:

É essa uma interpretação que, ao contrário da intenção do próprio Marx ao escrever tal trabalho, eleva o processo histórico europeu à teoria geral. Não seria, portanto, o apoio mútuo, como defendiam os anarquistas, o elemento-chave na evolução do processo histórico, mas, sim, os avanços tecnológicos materiais, o desenvolvimento das forças produtivas, e o enfrentamento social que este provocaria, quer dizer, a luta de classes. O proletariado seria o agente propulsor da mudança ao reagir de forma revolucionária contra a exploração a que se encontrava submetido pela burguesia.

Nesses termos, o campesinato se apequena diante do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas proporcionado pela industrialização. Com efeito, o

proletariado deveria pegar carona nesse desenvolvimento capitalista que o alçaria a um patamar superior de sociabilidade a partir da socialização dos meios de produção em determinadas condições. Assim, o desenvolvimento tecnológico é interpretado como um processo neutro que será capturado, reapropriado e socializado para o bem-estar geral. Sem embargo, ignoravam-se os efeitos desastrosos não só em termos da exploração do trabalho, mas do próprio meio ambiente, colocando assim em risco o próprio destino da humanidade. Com efeito, Kautsky reconhecia o desgaste do trabalhador, mas compreendia a terra como um recurso ilimitado, como expresso na seguinte passagem:

[...] os meios de produção que são criados pelo trabalho humano, eles se desgastam (física e moralmente, sendo que esta última forma de desgaste se deve às novas invenções), deixando de existir mais cedo ou mais tarde; isso exige que sejam renovados constantemente. A terra, pelo contrário, é indestrutível e eterna – ao menos sob o ponto de vista da sociedade humana (KAUTSKY, 1986, p. 78).

Em síntese, o autor ignora que a terra, como um elemento da natureza, é de fato permanente; entretanto, submetida às relações sociais capitalistas, que intensifica seu consumo ao extremo, coloca em risco a própria humanidade pela perda de fertilidade, envenenamento, etc.

3.2.3.4 A herança de Chayanov para pensar a atualidade do conceito do campesinato

Indo além dos estudos clássicos sobre o campesinato, após a II Guerra Mundial se desenvolvem novos estudos retomando o tema. Teodor Shanin foi um grande impulsionador desse novo levante no pensamento social, resgatando Chayanov, Lênin e Kaustky na construção de uma interpretação que considerasse os diferentes caminhos para o desenvolvimento dos países periféricos. Sobre a contribuição de Chayanov, Shanin destacou a racionalidade no aproveitamento dos recursos naturais mesmo em sociedades capitalistas. Em seus termos:

Para Chayanov, a economia familiar não é simplesmente a sobrevivência dos débeis por meio do seu empobrecimento, que serve a benefícios muito superiores (superbenefícios) em outros lugares, mas também a utilização de algumas das características da agricultura e da vida social rural que, em ocasiões, podem proporcionar vantagens às economias não capitalistas sobre as formas de produção capitalistas num mundo capitalista (SHANIN apud SEVILLA GÚZMAN; MOLINA, 2005, p. 67).

Desde o resgate realizado por Shanin, uma série de estudos de perspectiva ecológica reconhece não apenas a resistência camponesa à expansão ilimitada do

capital, como enxerga o campesinato como uma classe, ou fração de classe, que contribui efetivamente para a construção de uma nova sociabilidade, pautando-se, dentre outros elementos, por uma relação mais equilibrada com a natureza, centrada na produção de valores de uso.¹⁹⁶

Como já tivemos a oportunidade de apresentar uma parte significativa dessas correntes, por ora, nos deteremos sobre contribuições de Chayanov. O economista russo acompanhou o processo de modernização agrícola, empreendido no início do século XX, pelo governo czarista, que visava transformar camponeses ou numa classe média rural proprietária ou em proletários. A partir, então, de 1911, dedica-se a compreender a racionalidade camponesa russa, tendo em vista que cerca de 80% da população vivia no campo. Em seus estudos (que não tinham uma preocupação de alcance universal, mas tão somente de caracterizar o campesinato russo), constatou que a economia camponesa visava a subsistência da família e não o lucro, o que tornava inviável o cálculo monetário do valor do trabalho da família. Na contramão da perspectiva capitalista, Chayanov intencionava contribuir para a construção de uma nova sociabilidade que não renegasse a herança camponesa. Nessa direção, recuperou Marx e outros autores, mas ponderou:

Infelizmente, na sua crítica da sociedade capitalista, Marx e os mais importantes dos seus discípulos não desenvolveram em parte nenhuma, de uma maneira completa, os fundamentos positivos da estrutura de organização de uma economia socialista. Temos, portanto, de tentar nós próprios construir a teoria de tal estrutura, tomando como ponto de partida certas observações de Marx na Miséria da Filosofia, alguns estudos de N. Bukárin e E. Varga e, sobretudo, as ideias que inspiraram as tentativas concretas de criação de uma sociedade comunista em diversos Estados europeus durante o período de 1918 a 1920.

Segundo essas tentativas, o comunismo é um sistema econômico no qual todos os fundamentos econômicos da sociedade capitalista – capital, juro, salário, renda – são totalmente eliminados, ao mesmo tempo em que o aparelho tecnológico da economia moderna é preservado e mesmo melhorado (CHAYANOV, 2014, p. 130-131).

Com efeito, sua preocupação residia, dadas as circunstâncias do desenvolvimento russo, em tratar teoricamente de algo extremamente vivo no país, mas que era considerado sem importância ou em vias de desaparecimento, isto é, uma economia não centrada no assalariamento e na maximização dos lucros. O

¹⁹⁶ No Capítulo 1, tivemos a oportunidade de matizar o debate sobre desenvolvimento, apresentando diversas correntes teórico-políticas que apresentam o eixo da sustentabilidade, sendo que algumas delas ressaltam o papel do campesinato. Não cabe aqui recuperar, mas nos detivemos não apenas nas convergências do campo da ecologia política, mas igualmente tecemos uma crítica que indica as diferentes perspectivas de projeto político que podem levar a equívocos práticos.

vigor ideológico do fim do campesinato como uma condição para o desenvolvimento econômico global era tamanho que o autor afirmou:

Temos que aceitar tal tese, dada a indiscutível dominação exercida pelo capital financeiro e comercial nas trocas mundiais, assim como o papel incontestável que desempenha na organização atual da economia mundial, mas não devemos de modo algum estender tal tese a todos os fenômenos da nossa vida econômica. Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um setor muito vasto da vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados (CHAYANOV, 2014, p. 99-100).

Em síntese, o pesquisador sustentava a tese de que o campesinato se caracteriza pelo equilíbrio na relação entre o consumo familiar e a exploração do trabalho. Já Marx ponderava que, apesar de o campesinato se caracterizar pela apropriação integral do produto da terra, restringindo-se à economia mercantil simples (com o que Chayanov estava de acordo), as necessidades dos camponeses tendem a se complexificar na medida em que sua relação com o mercado se intensifica. Por outro lado, Chayanov identificava que as famílias restringiam suas necessidades pelos limites da *autoexploração*.¹⁹⁷ Nesse sentido, quando havia excedentes, o esforço no trabalho diminuía na safra seguinte. Em seus termos:

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente importante – pelo grau de autoexploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano. Minuciosos estudos empíricos relativos às explorações camponesas da Rússia e de outros países nos permitiram verificar a seguinte tese: *o grau de autoexploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho* (CHAYANOV, 2014, p. 106, grifo nosso).

Diferentemente de Marx, que apresentava uma abordagem a partir do sistema econômico, Chayanov preocupava-se com os aspectos micros da exploração camponesa, a qual escapava das relações de assalariamento (ARCHETTI, 2014), bem como ultrapassava a lógica da renda baseada no tráfico de escravos e o pagamento da renda em trabalho ou em produtos, típico do sistema da servidão feudal. Sem embargo, Chayanov reconhecia que os camponeses se integravam à economia pela via do crédito e da circulação de mercadorias, mas, no que diz respeito à produção, a exploração continuava doméstica, sem acumulação de capital.

¹⁹⁷ Destaca-se que o termo *autoexploração* tem perdido cada vez mais significado, tendo-se em vista o processo progressivo de apropriação da renda agrícola que se dá não pela via da propriedade da terra, mas pela via da circulação e do crédito.

Com efeito, a análise da economia camponesa e sua integração vertical ao mercado nos leva à apreensão de que é possível a sua permanência no interior de modos de produção distintos, o que nos parece relevante para atualizar o debate sobre o campesinato e sua contribuição para o socialismo, ainda que consideremos os limites de Chayanov. Não por acaso, o autor defendia a coletivização através das cooperativas, além da incorporação do progresso técnico, como forma de organização da produção agrícola, combinadas com as formas de propriedades autônomas.

Das formulações de Chayanov no início do século XX até os tempos atuais, o sistema global da acumulação de capital avançou sobremaneira, concentrando e centralizando capitais sob a égide do capital financeiro. Nesse processo, reelaborou suas estratégias de permanência diante das sucessivas crises, buscando incessantemente a integração vertical da pequena produção camponesa – o que se denominou de modernização agrícola, dado que a industrialização da agricultura supõe a necessidade de baixa mão de obra assalariada. Em consequência, a tendência posta é que o pequeno proprietário, e não a grande indústria agrícola, assuma os riscos das perdas e falência diante das crises. Em concomitância, as estratégias do campesinato também se alteraram no sentido de buscar combinar a integração ao mercado, com formas de resistência ao mesmo. A esse respeito Maria Nazareth Baudel Wanderley (2014), recupera Chayanov para alertar para a dialética desse processo de integração, cujas análises tendem a reforçar exclusivamente o caráter de dominação do capital, em detrimento da vitalidade da organização camponesa. Em seus termos:

Essas tendências se explicitam em duas direções: ora a produção familiar é percebida como um mero apêndice, passivo, dos ditames do capital, e o trabalhador familiar é comparado a um trabalhador a domicílio, portanto, sem nenhuma autonomia; ora ela é definida como a expressão do pequeno capital, que, embora pequeno, guarda a natureza do capital [ao que hoje no Brasil é representado pelo “agronegocinho”]; o caráter familiar do trabalho é entendido apenas como resposta adaptativa a certos condicionamentos técnicos. Num caso como no outro, a especificidade da produção familiar é minimizada, e a referência a esferas internas, onde se gesta a autonomia familiar, perde qualquer interesse explicativo (WANDERLEY, 2014, p. 154).

E complementa:

A meu ver, nenhuma das duas explicações permite compreender o produtor familiar moderno em sua totalidade. A este respeito, é possível formular duas hipóteses complementares. Em primeiro lugar, a questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade na medida em que continuam a existir nas sociedades modernas unidades de produção cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família

proprietária. E isto mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade. Em segundo lugar, o reconhecimento de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao “movimento do capital” não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha.

Em termos mais gerais, é possível afirmar que, ao longo desse período em que a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, a produção familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, inclusive em países de capitalismo avançado (p.154-5).

Grosso modo, as reformas agrárias burguesas foram condicionantes para o avanço da industrialização, na medida em que colaboraram com a criação dos mercados internos, cada vez mais dirigidas pelo sistema financeiro; as políticas agrícolas favoreceram os grandes estabelecimentos e o crédito agrícola, atrelado à maquinaria e aos pacotes tecnológicos, patenteados por grandes corporações, levando os pequenos proprietários, em geral, ao endividamento (levando-nos a problematizar o conceito de *autoexploração* em Chayanov), à busca por rendas não agrícolas (pluriatividade), ao pauperismo tanto no campo quanto na cidade. Ainda assim, o campesinato continua diverso e plural em suas formas de resistência e enfrentamento ao avanço do capital, ao mesmo tempo em que busca unidade nesse processo de luta. Dessa forma, ainda que as contribuições de Chayanov sejam limitadas, não deixam de demonstrar seu vigor para se pensar o campesinato em bases materiais atuais, atribuindo a este segmento de classe uma potência para a construção de uma sociedade emancipada, com acesso de todos a alimentos diversificados e saudáveis, o que implica em produtividade agrícola sobre novas bases.

3.2.4 O surgimento do campesinato na particularidade brasileira

Vimos no Capítulo 2 desta tese o processo da revolução burguesa no Brasil, buscando apresentar uma análise mais ampliada das contradições internas no projeto de modernização do país, destacando as escolhas políticas que colocaram o país refém da dinâmica capitalista internacional, alijando as classes sociais populares dos processos decisórios. Não obstante, aqui recuperaremos alguns dos seus aspectos, colocando em relevo o papel do campesinato.

A controvérsia a respeito do uso da categoria campesinato, para explicar a atividade agrícola realizada por segmentos descapitalizados no meio rural brasileiro, está indissociada do debate sobre a nossa formação econômica e sócio-histórica, bem como sobre a constituição da questão agrária nessa formação. As primeiras formulações a este respeito foram travadas no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por seus intelectuais. Destaca-se que, sob a influência da III Internacional Comunista, a revolução socialista passou a ser compreendida como a superação de etapas. Nessa linha de interpretação, era necessário superar primeiramente o feudalismo para, então, superar o capitalismo. Essa transição seria levada a cabo pelas revoluções burguesas em aliança com a classe trabalhadora. Tal perspectiva acabou por influenciar as análises sobre a questão social brasileira, em especial a questão agrária, e sobre a luta de classes.

A temática do campesinato enquanto segmento social que se faz presente na economia brasileira, cujo sentido político traz no seu bojo contornos sócio-históricos particulares, não é algo novo no pensamento social brasileiro. Desde meados do século passado, quando o movimento camponês superou os limites da localidade e se articulou em nível nacional, tendo como marco as Ligas Camponesas, nossos pensadores foram provocados a compreenderem a participação desse segmento na nossa formação socioeconômica e, portanto, na luta de classes.

Alguns estudos sociológicos e historiográficos, preocupados com o desvelamento da formação da nação brasileira, compreendem a existência do campesinato desde o período colonial, integrando o capitalismo mercantil no âmbito internacional e sua permanência no período do capitalismo industrial.¹⁹⁸ Não obstante, há polêmicas quanto ao seu papel econômico e político na sociedade brasileira.

¹⁹⁸ Cabe esclarecer que os estudos marxistas conseguiram avançar no sentido de romper com a influência positivista, presente na incorporação acrítica da III Internacional, que via no etapismo um caminho estruturado para se chegar ao comunismo como um modelo universal a ser seguido, a despeito das formações sócio-históricas particulares. Nesse sentido, reconhecemos a contribuição de autores como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, apesar de discordarmos da ideia de que a fase pré-capitalista no Brasil se caracterizou por rela oes tipicamente feudais, ou semif feudais. Faz-se mister reconhecer que tal tese se ancora na leitura de que, se os períodos colonial e imperial brasileiros fossem capitalistas (com propriedade privada tipicamente capitalista, domínio burguês e prevalência do trabalho assalariado), não haveria necessidade da revolu ao burguesa como uma etapa necessária para o enfrentamento de classes, cuja transi ao socialista levasse ao comunismo. Conforme vimos, no mesmo período, o feudalismo já ru a na Europa num movimento irreversível. No próprio Marx (1984), em *O Capital*, encontramos a tese de que a coloniza ao foi um dos elementos estruturantes da acumula ao primitiva que possibilitou a transi ao para o capitalismo industrial.

Compartilhamos da análise que se tornou hegemônica, de que o período colonial se caracterizou pelo sistema plantation, ancorado no cultivo de monoculturas em grandes áreas para produção agrícola voltada para abastecimento do mercado externo, utilizando-se de mão de obra escrava. Há autores que identificam, desde esse período, a existência de atividade camponesa voltada para a subsistência. Cardoso (2009), inspirado em Lepkowski, considera que havia uma brecha camponesa no sistema escravista, considerando que o escravo tinha uma parcela de terra e tempo concedidos pelos fazendeiros para o cultivo de subsistência. Entretanto, o próprio autor admite: “A ‘brecha camponesa’ nuança, mas não põe em dúvida o sistema escravista dominante” (CARDOSO, 2009, p. 114).

Linhares (2009) segue a mesma pista teórica, mas a amplia. Além da possibilidade de o escravo exercer atividade camponesa, especialmente a partir do século XVIII, com a expansão da fronteira interna, houve dispersão demográfica e povoamento de regiões distantes do litoral brasileiro. Assim, o sertão e o agreste foram ocupados por posseiros, cuja produção se articulava com o centro agroaçucareiro, através da remessa de excedentes para feiras ou pela participação em comboios de gado, fornecendo produtos para abastecer os centros urbanos. Para estes autores, portanto, o campesinato já tinha um papel na economia brasileira antes do século XIX, antes, portanto, da vinda dos imigrantes europeus. Nos termos de Linhares (2009, p. 128):

Se é verdade que o mecanismo de doação de terras do Estado português nunca favoreceu a formação de um campesinato nas terras coloniais, também é verdade que inexistia qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva de terras virgens. Nas regiões de maior adensamento das fazendas de cana e demais produtos de exportação tornava-se impossível o surgimento de um campesinato livre em face da grande pressão exercida pelos “homens bons” sobre os mecanismos de distribuição de terras. Nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo de rios ou caminhos, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral.

Palacios (2009), ao tratar do período colonial e imperial no Nordeste, também reconhece a importância do campesinato na economia. Não apenas para abastecimento do mercado interno, mas também do mercado externo. Entretanto, observa que, diante da crise do sistema plantation, no século XVIII, nessa região houve uma reorientação do fluxo de escravos para a exploração de mineração. Com efeito, a partir dessa crise teria surgido o campesinato no Nordeste oriental.

O autor supracitado identifica que os trabalhadores pobres livres foram duramente reprimidos, pois ao Estado interessava sua rendição ao sistema plantation, para que não produzissem diretamente para o mercado externo. Nessa direção, observa que:

Essa expropriação dos cultivadores não escravistas que marca o deslanchar do seu processo de subordinação aos interesses da plantation marca também, e conseqüentemente, o início do período áureo desta última forma de organizar a produção. Assim, uma vez varridos e expulsos da região, pela força do Estado, os cultivadores pobres livres, a plantation escravista adquiriu finalmente condições para consolidar-se como o centro do sistema dominante de produção na agricultura brasileira (PALACIOS, 2009, p. 157).

No século XIX, especialmente a partir da Independência do Brasil, em 1822, a tensão entre o trabalho escravo e livre já estava posta nacionalmente. Em 1850, temos dois marcos regulatórios importantes como signatários desse processo: a Lei Euzébio de Queiroz, que proíbe o tráfico negreiro, e a Lei de Terras, que decreta a compra como o meio de adquirir terras devolutas, num contexto de transição para o trabalho livre, em que um contingente significativo da população não disporia de recursos para adquirir terra nem para trabalho, nem para moradia. Não por acaso, em 1852, em Pernambuco, trabalhadores pobres livres se rebelaram contra políticas de controle do Estado, na perspectiva de identificação dos futuros trabalhadores oficialmente livres, o que veio a ocorrer com a promulgação do fim da escravidão em 1888. Sobre esse evento apagado da memória brasileira, o autor avalia:

A revolta, ao que tudo indica, foi uma furiosa e fulminante reação de numerosos grupos de camponeses, pequenos arrendatários e foreiros, moradores de engenhos e fazendas, jornaleiros rurais e vendedores ambulantes, artesãos, pequenos empregados e subempregados das vilas do interior, requerentes da caridade pública, vadios, mendigos e outras categorias e subcategorias dos porões da sociedade livre brasileira – dentre as quais predominavam, nitidamente, os cultivadores pobres autônomos – contra a promulgação de duas leis que afetavam direta e intimamente seu modo de vida: a que estabelecia o Registro de Nascimentos e Óbitos e a que determinava a elaboração periódica e sistemática de levantamentos censitários modernos (a “Lei do Censo”), ambas regulamentadas pelo Império em 18 de junho de 1851.

[...] O Estado nacional brasileiro, na impossibilidade de sustentar por mais tempo a reprodução da força de trabalho escrava, voltava-se para os despossuídos e começava a contá-los e a registrá-los com o intuito de submetê-los à infamante disciplina do trabalho nas plantations e nas fazendas escravistas. A transição para os cultivadores pobres livres do Norte e do Nordeste iniciava-se assim (PALACIOS, 2009, p. 145-146).

Não obstante, as revoltas locais e regionais, que acabavam se opondo ao crescimento do capitalismo como forma de defesa da posse e uso da terra, foram sendo domadas pelo poder Estatal, pela igreja e pelo coronelismo.

Stédile (2005) sintetiza o surgimento do campesinato no Brasil condensando dois fenômenos importantes: os mestiços pobres, que não eram escravos e também não estavam submetidos à lógica da acumulação de capital, que se disseminaram no país ao longo dos 400 anos de colonização, e o movimento de imigrantes europeus a partir do final do século XIX e início do XX, em substituição à mão de obra escrava, ao se instituir o regime de trabalho livre no país num contexto de crise da economia agroexportadora.

Faz-se importante esclarecer que a reação camponesa do século XIX tinha um cunho local e sua rebeldia consistia na manutenção da posse e uso da terra para subsistência e integração com o mercado. Nesse período, não estavam dadas as bases materiais para uma revolução burguesa no país (as quais se encontravam em gestação). Nesse sentido, apesar de reconhecer as revoltas camponesas no período, por certo que não tratamos aqui do campesinato como uma classe social, ou seja, como um segmento que tenha um projeto político de poder.

A retomada dos estudos sobre a formação econômica e sócio-histórica brasileira, considerando a diversidade territorial, possibilitou o reconhecimento do campesinato como um segmento existente desde o período colonial para além dos escravos,¹⁹⁹ dos representantes do poder administrativo, das forças armadas da Coroa e do Império e dos fazendeiros.²⁰⁰ Nesse sentido, buscamos evidenciar a importância das pesquisas que revelam o processo de surgimento do país e seus segmentos de classes e estamentos, constituintes do período colonial e imperial. Não obstante, nosso interesse é compreender o papel do campesinato brasileiro e seu sentido político a partir da fase do capitalismo monopolista no Brasil. Ou seja, a partir do século XX, quando numa conjuntura de alianças políticas a burguesia alcançou o poder político e consolidou transformações significativas no campo e na cidade, para integrar a nação brasileira no cenário internacional da economia

¹⁹⁹ Inclusive com teses polêmicas que avaliam os escravos como protocamponeses, posto que podiam cultivar para si, como vimos com Cardoso (2009) e Linhares (2009). Em nossa avaliação, o fato de os escravos terem um pedaço de terra e tempo para plantar para si só denota a perversidade do sistema escravagista, em que o escravo trabalha para o fazendeiro e para a sua própria reprodução.

²⁰⁰ Devemos registrar que nos estudos do pensamento social brasileiro predomina uma noção de campesinato ligado à posse e propriedade de pequenos produtores autônomos com base no trabalho familiar, já que as grandes propriedades monocultoras foram, durante o período colonial e imperial, até 1850, sobretudo, concessões da Coroa Portuguesa. Como vimos anteriormente, Marx, Lênin e Kautsky, ao analisarem a realidade europeia na transição do feudalismo para o capitalismo, identificam no interior do campesinato os ricos e pobres, cuja tendência seria a capitalização do primeiro e o desaparecimento do segundo.

capitalista industrial. Por certo, a compreensão desse período histórico passa por resgatar esse passado colonial e seu legado, que deixa marcas até os tempos atuais com a permanência da força política da oligarquia rural, ainda que com novas configurações e roupagens.

3.2.5 O campesinato no cenário da dominação burguesa no Brasil

As reflexões do pensamento social brasileiro acerca da revolução burguesa no Brasil²⁰¹ são fundamentais para compreendermos a questão agrária. Vimos que a nossa condição de capitalismo dependente fez com que a burguesia escolhesse o caminho de uma modernização conservadora. Ou seja, houve uma modernização na economia brasileira sem modernização política. Inclusive parte da oligarquia rural se tornou uma fração da burguesia, constituindo a burguesia agrária atrelada aos interesses econômicos internacionais, sem que houvesse a democratização das relações sociais e políticas no país. Portanto, aqui, a modernização promovida pela burguesia rompeu com o compromisso histórico com as reformas progressistas, que a burguesia da Europa ocidental prometia, nas quais se inclui a reforma agrária. Ou seja, diferentemente das experiências de revolução na Europa ocidental, em que se ensaiou a democratização política para legitimar o desenvolvimento capitalista, por aqui, ao contrário, as massas foram alijadas ou cooptadas, ou ainda duramente reprimidas pelos governos ditatoriais, como caminho para a modernização econômica. Nesse sentido, o binômio industrialização/urbanização deixou um legado até os tempos atuais de um desenvolvimento econômico combinado com a reprodução ampliada das desigualdades sociais. Estas se expressam nas diferenças do desenvolvimento regional e nas desigualdades de gênero, étnicas e raciais, cujo cerne continua sendo a desigualdade de classes sociais, revertidas em benefício do capital.

Nesse cenário, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem dívidas históricas com as classes trabalhadoras e subalternas. Nossa burguesia, além de não protagonizar a democratização da sociedade através de reformas sociais progressistas, valeu-se da combinação do paternalismo com cooptação e repressão

²⁰¹ No Capítulo 2, tivemos a oportunidade de aprofundar esse debate recorrendo a outros autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini. O intuito aqui é de destacar a composição das classes no meio rural e a constituição da burguesia brasileira. Nesse sentido, escolhemos Velho (2009) e Ianni (2009), sem nenhum demérito dos demais, que representam uma contribuição fulcral nesse debate.

para manter um desenvolvimento sustentado pela alta concentração de terras e pela alta exploração do trabalho assalariado, contando com a massa de trabalhadores rurais e camponeses para achatamento de salários, configurando o que Ruy Mauro Marini (2012) denominou de superexploração do trabalho que tomamos como superexploração da força de trabalho.

No que diz respeito aos trabalhadores do meio rural, esse modelo de desenvolvimento conviveu com uma massa não apenas de trabalhadores rurais empregados nas grandes fazendas latifundiárias, mas igualmente de pequenos posseiros camponeses (bem como meeiros, parceiros, foreiros). Este segmento se caracterizava basicamente pela produção voltada para o autoconsumo e para mercados locais e vem organizando sua luta em nível nacional desde os anos de 1950. Entretanto, mais recentemente, sobretudo a partir dos governos neoliberais, políticas sociais vêm sendo implementadas sob a lógica do mercado hegemônico pelo hoje chamado agronegócio, integrando a pequena produção em sua cadeia, inserindo novos dilemas à luta dos trabalhadores.

Mesmo diante dessa complexificação da inserção do campesinato na lógica do mercado, devemos destacar que a própria história revela que não há antagonismos expressivos entre segmentos dos trabalhadores rurais, mas heterogeneidade, marcada, por exemplo, pela transição inconclusa para atividades urbanas, além dos diferentes níveis de inserção no mercado de trabalho agrícola. Essa configuração heterogênea dos trabalhadores do meio rural e sua mobilidade recorrente entre o trabalho urbano e rural não os coloca em oposição na luta de classes. Ao contrário, revela um desafio de construção de unidade política no enfrentamento do domínio burguês, já que a origem da exploração é a mesma, ainda que tenha expressões diferenciadas. Nessa linha de raciocínio, é temerária a oposição entre campesinato e agricultura familiar. Parece-me pertinente que os trabalhadores não caiam nas armadilhas econômicas e ideológicas do capital que opõe um segmento de classe ao outro.

Nesse sentido, avaliamos como pertinente a pista teórica que Velho (2009) nos indica, pois em vez de restringir sua análise à oposição entre camponeses e proletários rurais, prefere destacar o “continuum”. Ou seja, enfatiza a transição permanente a que os trabalhadores rurais estão submetidos, pela lógica da economia de mercado capitalista:

Até a integração no sistema nacional, como já indicou Celso Furtado, vai depender da conjuntura econômica, ou seja, de elementos exteriores ao modelo, fazendo que o indivíduo ora esteja mais próximo de uma economia de mercado, ora recue para uma economia de subsistência, o que traria modificações na configuração geral do sistema e, conseqüentemente, em sua posição em face do continuum camponês-proletário (VELHO, 2009, p. 95-96).

Adensando o debate, Ianni (2009) traz valorosas contribuições em sua reflexão sobre o campesinato, pois compreende que o sentido da insistência de sua existência no capitalismo está para além de seu papel econômico, já que envolve cultura, religião, língua ou dialeto, etnia ou raça que influenciam suas lutas, pois "... a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual" (p. 142). Ademais, nos indica que na América Latina e Caribe as revoluções burguesas não resolveram a questão agrária de forma satisfatória, incidindo sobre a preservação ou recriação de um campesinato descontente.²⁰² Resguardadas as devidas particularidades, o desenvolvimento do capitalismo envolveu transformações estruturais que implicaram em mudanças nas relações produtivas no campo – como vimos anteriormente, ao tratar das experiências dos países que se industrializaram precocemente. Em seus termos:

As revoluções burguesas seriam mal explicadas se não se levasse em conta a maior ou menor presença do campesinato. Isso é verdade para a Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Rússia, China, México, Brasil e outros países, compreendendo revoluções prematuras, tardias ou maduras. *Toda revolução burguesa, na medida em que expressa também o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, implica a revolução agrária.* A acumulação originária, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, a monopolização da propriedade e exploração da terra, o desenvolvimento desigual e combinado, esses são processos estruturais ocorrendo simultaneamente com a revolução. São a expressão e o produto da marcha da revolução, vista sob a perspectiva da sociedade nacional. Esse é o contexto mais amplo no qual emerge o movimento social camponês (IANNI, 2009, p. 137, grifo nosso).

Seguindo a pista de Ianni (2009), consideramos que, diante das transformações operadas no campo pelo capitalismo, o campesinato reage à perda da posse e do uso da terra e não se conforma com as promessas de reformas. Em consequência, ainda que a consolidação da sociabilidade burguesa traga em seu bojo a redução da população rural em detrimento do crescimento da população

²⁰² Em função dos limites da pesquisa, não avançamos na participação do campesinato nas revoluções da América Latina, o que será devidamente equalizado no processo continuado e permanente de investigação.

urbana, os camponeses guardam um potencial revolucionário.²⁰³ É inegável o salto histórico de organização dos movimentos camponeses no Brasil e no mundo, sobretudo no pós-II Guerra Mundial, avançando numa articulação internacional mais recente num contexto de hegemonia do neoliberalismo. Na nossa particularidade, são vários os movimentos camponeses que não apenas resistem, mas enfrentam o avanço do capitalismo, adensando as lutas anticapitalistas mais gerais. Ou seja, tais lutas populares vêm agregando força na construção de um projeto de construção de uma nova sociabilidade. Com efeito, o autor reivindica o potencial revolucionário do campesinato:

Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo; na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a produção de valor, sobre o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário (IANNI, 2009, p. 139, grifo nosso).

Em tempos de revigoração do debate internacional sobre a preservação e conservação do meio ambiente associadas à preservação da humanidade (e não como uma mera estratégia de agregar valor às mercadorias em tempos de globalização financeira do capital), essa reflexão me parece essencial. Por certo, tal perspectiva coloca em xeque o modelo de desenvolvimento capitalista em sua essência e na sua roupagem contemporânea, denominada de “economia verde” ou “capitalismo verde”. Nesse sentido, parece-nos fundamental o reconhecimento de reservas indígenas, reservas extrativistas, comunidades ribeirinhas, comunidades quilombolas e outras modalidades de organização comunitária do trabalho e da vida social, como em algumas comunidades camponesas, como uma forma de obstaculizar a voracidade daninha da acumulação capitalista que, em sua gana pela exploração dos homens e pelo consumo predatório da natureza para aumento de lucros, envenena o solo, as águas, colocando em risco a própria humanidade. Tais enfrentamentos, ainda que de forma limitada, sobretudo nos casos de lutas isoladas,

²⁰³ Martins (1983, p. 12) já nos lembrava de que, enquanto a academia hegemonicamente desenvolvimentista se voltava para estudar o papel do operariado na luta de classes, o campesinato já enfrentava o exército desde a Proclamação da República. Em seus termos: “Com frequência, a discussão sobre a relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho à política e é melhor que assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista”.

colocam freio no processo de liberação de populações tradicionais para integrar a classe dos trabalhadores “livres” – o que Harvey denomina de acumulação por espoliação e Fontes de acumulação por despossessão (FONTES, 2010).

Faz-se importante esclarecer que nossa defesa aqui não é de uma “utopia camponesa” (IANNI, 2009) no sentido de um retrocesso histórico que recrie as comunidades primitivas, fechadas em si mesmas, que negue a importância do desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento social e humano.²⁰⁴ Ao contrário, trata-se de reconhecer nessas lutas a valorização do trabalho coletivo e sua construção social através de relações transparentes, democráticas, o que passa pela superação da propriedade privada tipicamente capitalista e do conjunto de transformações econômicas, políticas, culturais e socioambientais vigentes. Nessa direção, o autor complementa:

A comunidade camponesa pode ser uma utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro. *Para a maioria dos que são inconformados com o presente, que não concordam com a ordem burguesa, a utopia da comunidade é uma das possibilidades do futuro. Dentre as utopias criadas pela crítica da sociedade burguesa, coloca-se a da comunidade, uma ordem social transparente. Esse é, provavelmente, o significado maior do protesto desesperado e trágico do movimento social camponês* (IANNI, 2009, p. 144-5, grifo nosso).

3.3 O VIGOR POLÍTICO DO CONCEITO DE CAMPESINATO NO SÉCULO XXI

Consideramos que as reflexões da tradição marxista sobre a questão agrária e a luta de classes, imersas no oceano do domínio econômico e ideopolítico da burguesia, auxiliam-nos a compreender a necessidade da retomada e repolitização da categoria camponesinato na atualidade.

Enquanto Marx e autores do “marxismo ortodoxo” viam na transição do feudalismo para o capitalismo a eliminação ou redução drástica dos camponeses pobres, de um lado, e um pequeno segmento de camponesinato rico que se tornaria capitalista, de outro, parece-me que a insistência da existência do camponesinato pobre, mesmo na fase consolidada e madura do capitalismo, leva-nos à

²⁰⁴ Uma importante pesquisadora da área do Serviço Social brasileiro, em seus estudos sobre as origens da profissão, já nos chamava a atenção para os riscos da incorporação acrítica de uma noção conservadora de “comunidade”. A sociologia moderna tratou de recuperar o termo para adequá-lo à sociedade moderna no sentido de legitimar as relações sociais, apelando aos laços familiares como âncora de uma “boa sociedade” (cf. IAMAMOTO, 1995).

necessidade de retomada dessa categoria. Já vimos que o campo marxista se dividiu entre os que viam os camponeses como um empecilho ao desenvolvimento (a exemplo de Kautsky) e outros que os compreendiam como potencialmente revolucionários (populistas russos, grupo Emancipação do Trabalho que rompeu com os populistas e dialogou com o próprio Marx, Chayanov e o próprio Lênin que reviu sua posição).²⁰⁵

Com efeito, precisamos compreender os múltiplos significados do campesinato no tempo presente, isto é, inserido no modo de produção capitalista em sua fase contemporânea, em que a barbárie impera como uma resposta desesperada e irracional aos efeitos da ampla mercantilização da vida. Nesse contexto, o capital continua avançando em sua acumulação sustentada pela flexibilização das relações de trabalho, sendo dirigida pelos interesses do financismo. Nesse cenário, a reestruturação produtiva e as contrarreformas de Estado, em resposta às múltiplas expressões da “questão social”, negam ou desconstróem direitos sociais e, conseqüentemente, acirram a luta de classes. É nesse movimento da realidade, portanto, que devemos compreender o papel do campesinato na atualidade.

Trata-se de superar, portanto, a invasão estruturalista no marxismo que não deixou imune nem mesmo um grande pensador do século XX como Lukács. Ao mesmo tempo em que o autor, sabiamente, atenta-nos para as disputas ideológicas que circundavam o campesinato entre os séculos XIX e XX, o mesmo acaba por reforçar a sentença sobre o conservadorismo desses trabalhadores. Lukács retoma em Marx a ideia do isolamento dos camponeses como um elemento determinante para a ausência da sua constituição enquanto classe social:

Na medida em que existe entre os pequenos proprietários camponeses um elo apenas local, em que a identidade dos seus interesses não engendra uma comunidade, nem uma ligação no plano nacional ou uma organização política, eles não formam uma classe (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 158).

Em seus próprios termos, Lukács (2012, p. 158-9) complementa:

Por isso, abalos *externos*, como guerras, revoluções na cidade, etc., são necessários para que o movimento dessas massas possa se unificar, e mesmo assim não estarão em condições de organizar esse movimento com palavras de ordem próprias e lhe dar uma direção positiva conforme seus próprios interesses. Dependerá da situação das outras classes em luta, do nível de consciência dos partidos que os dirigem para que esses movimentos tomem um sentido progressista (Revolução Francesa de 1789, Revolução Russa de 1917) ou reacionário (império napoleônico). Por isso

²⁰⁵ Para apreciação de uma boa síntese sobre esse debate, consultar Souza (2012).

também a “consciência de classe” dos camponeses reveste uma forma *ideológica* mais mutante no conteúdo do que a de outras classes; com efeito, é sempre uma forma emprestada. Sendo assim, os partidos que se fundam parcial ou inteiramente sobre essa “consciência de classe” nunca podem receber um apoio firme e seguro (os socialistas revolucionários russos em 1917-18). Por isso, é possível que as lutas camponesas sejam conduzidas sob bandeiras ideológicas opostas. É muito característico, por exemplo, tanto para o anarquismo como teoria quanto para a “consciência de classe” dos camponeses, que alguns dos levantes contra-revolucionários dos ricos e médios camponeses na Rússia tenham encontrado o elo ideológico com essa concepção de sociedade que eles têm como fim. Desse modo, não se pode falar propriamente de consciência de classe em relação a estas classes (se é que se pode chamá-las de classe no sentido marxista rigoroso): uma plena consciência de sua situação lhes revelaria a ausência de perspectivas de suas tentativas particularistas diante da necessidade da evolução. Consciência e interesse se encontram, portanto, numa relação recíproca de *oposição contraditória*. E uma vez que a consciência de classe foi definida como um problema de imputabilidade que se refere aos interesses de classe, isso também torna filosoficamente compreensível a impossibilidade de sua evolução na realidade histórica imediatamente dada [grifos do autor].

Por certo, o campesinato que compõe a classe dos trabalhadores não é mais esse conglomerado pulverizado de famílias camponesas do feudalismo que, justamente, não conformavam uma classe. No contexto da transição entre o feudalismo e o capitalismo, o campesinato oscilou entre o desejo de permanência na terra com autonomia, ora como uma reação ao próprio feudalismo, ora como reação ao assalariamento, pegando emprestado, como Lukács nos indica, a ideologia de outras classes sociais.

Não obstante, o movimento camponês nos marcos do capitalismo maduro, já tendo ensaiado lutas e rebeliões populares ao longo do século XX, avançando num processo de constituição da consciência de classe, afirma a dimensão econômica da autossuficiência e da produção para o mercado interno e vai além, confrontando o modo de produção capitalista e a voracidade com que compromete a relação homem/natureza, reivindicando, para além da dimensão econômica, formas de trabalho e sociabilidade que se comprometam com o desenvolvimento técnico e social voltado para os interesses coletivos. Destarte, alguns dos movimentos de trabalhadores rurais, que surgiram especialmente a partir da redemocratização do país, que se autorreivindicam camponeses, consideram como fundamental um projeto de desenvolvimento que preserve e conserve a natureza, portanto, a base da própria humanidade, radicalizando as lutas contra a mercantilização da vida.

No cenário atual, ainda que pese a força do conservadorismo na sociedade brasileira e que não haja consenso entre os trabalhadores rurais sobre o foco de

suas lutas, há movimentos camponeses que lutam mais do que pela emancipação política, mas pela emancipação humana. Tais movimentos reconhecem, portanto, a necessidade de superação da ordem societária burguesa, o que passa pela aliança com outros segmentos de trabalhadores (tanto rurais quanto urbanos), com outros movimentos sociais e populares, sindicatos e partidos políticos de esquerda. Assim, a luta pela reforma agrária, para além da democratização do acesso à terra e do acesso a um conjunto de políticas sociais, seria uma estratégia de fortalecimento da luta de classes contra a lógica de manutenção da acumulação capitalista que reinventa permanentemente formas de apropriação da renda do camponado.

Ao retomarmos as provocações iniciais, quando interrogamos se é possível falar em camponado com a consolidação do modo de produção capitalista e qual seria seu papel político na luta de classes, penso que esse ensaio indica que é preciso estar atento ao movimento dialético da realidade. Nessa investigação inicial, pretendemos dar visibilidade ao que esses sujeitos históricos do meio rural brasileiro vêm construindo. Nesse sentido, a constituição de movimentos camponeses na atualidade revela a força da sua existência não apenas no âmbito socioeconômico, mas ideopolítico e cultural.

Por fim, a sua constituição enquanto fração de classe social, para alguns autores, ou mesmo como classe social, para outros, passa pelos desafios de atualização permanente do enfrentamento entre as classes em tempos de hegemonia da globalização financeira do capital e de sua crise. Os seus efeitos desta crise se expressam através do desemprego estrutural, da perda de direitos, mas igualmente, através do seu contraditório, ou seja, da organização de movimentos contestatórios da redução/regressão de direitos trabalhistas, sociais e humanos, mantendo o princípio metodológico de compreensão da relação capitalista em sua totalidade, tanto na cidade quanto no campo. Em outros termos, trata-se da unidade das frações da classe dos trabalhadores no enfrentamento das frações da classe burguesa (comercial, industrial, financeira, agrária), superando a dimensão, instaurada pela modernidade, do Estado enquanto mediador político, posto que a própria história da sociabilidade do capital e sua luta de classes correspondente evidencia que a emancipação política não é suficiente para uma travessia rumo à emancipação humana.

Com efeito, cabe ainda destacar as notáveis observações José de Souza Martins (1983), que em seus estudos, desde os anos 70, evidencia a importância do

campesinato brasileiro como classe social. Ao comparar o campesinato da Europa feudal com o do Brasil, o autor nos lembra:

Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lenin, *um campesinato estamental* [grifo do autor] baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era *um campesinato que não queria sair da terra* [grifo do autor], que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. *Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento* [grifo nosso]. *É um campesinato que quer entrar na terra* [grifo do autor], que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1983, p. 15-16).

Portanto, trata-se de uma luta desigual em que os posseiros são tratados com extrema violência, pois a sua existência é o símbolo do não pagamento da renda da terra. Ao menos diretamente, pois o próprio autor assinala que o capital não é apenas produção. Dessa forma, mesmo os que detêm um pedaço de terra e acessam o crédito agrícola, acabam por ter parte de sua renda retida pela burguesia financeira, o que reforça a necessidade de uma reforma agrária não pautada exclusivamente na distribuição de terras, mas pela luta anticapitalista. Ademais, o assalariamento não foi a forma privilegiada para o desenvolvimento do capital no campo latino-americano. Por aqui, o capital conseguiu se valorizar e ainda consegue cada vez mais, pela via da integração vertical e pelo sistema de crédito. Foi assim com a superexploração do colonato no fim da escravidão e, desde então, por variadas formas não capitalistas de trabalho no campo, que caracterizam a heterogeneidade do campesinato.

O reconhecimento de tais desafios está para além da compreensão da dimensão econômica do campesinato com base na produção familiar autônoma, através da autogestão da produção. Há que considerar sua diversidade, recuperando um elemento teórico importante em Lênin, quando o revolucionário russo indicava a importância das formas de viver, isto é, a dimensão cultural no processo de transição. Nesse sentido, tomamos como referência para a continuidade dos nossos estudos a síntese produzida sobre o conceito de campesinato na atualidade pela coleção História social do campesinato brasileiro:

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de

coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH et al., 2009, p. 11).

A partir dessa revisão conceitual, situada historicamente, pretendemos recolher subsídios teórico-metodológicos para avaliar a particularidade das lutas empreendidas por movimentos camponeses no Estado do RJ. Nossa intenção é investigar o nível do enfrentamento protagonizado por tais movimentos ao projeto de desenvolvimento em curso e às políticas de desenvolvimento rural, implementados pelos governos de orientação neoliberal da atualidade.

4 AS LUTAS CAMPONESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO VIS-À-VIS OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares por onde a Justiça não guarda e o Estado se perde. Perde-se o Brasil, senhor, [...] porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens[...]

Esse tomar o alheio é a origem da doença: toma nessa terra o ministro da Justiça? Sim [...] Toma o ministro da Fazenda? [...] toma. Toma o ministro da República? Sim, toma. Toma o ministro da Milícia? Sim [...] Toma o ministro do Estado? Sim, toma [...]

Muitos transe destes tens [...], desgraçado Brasil, muitos te desfizeram para se fazerem, muitos edificam palácios com os pedaços de tuas ruínas, muitos comem o seu pão [...] com o suor do teu rosto; eles ricos, tu pobre; eles salvos, tu em perigo.
(Padre Antônio Vieira)²⁰⁶

O Estado do Rio de Janeiro vem passando por transformações econômicas importantes ao longo da sua história. Contudo, buscaremos situar os projetos de desenvolvimento para nosso estado nos marcos da política neoliberal, sobretudo a partir do início do século XXI, com ênfase nos governos capitaneados pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), em nível estadual, e pelo Partido dos Trabalhadores (PT),²⁰⁷ em nível nacional, bem como avaliar o papel das lutas camponesas imersas nesse processo contraditório, o que será devidamente contextualizado. Tais transformações têm alterado inevitável e sistematicamente os rumos da produção e da vida da população fluminense, tanto na cidade como no campo. Nesse contexto, nosso interesse particular na presente pesquisa é desvendar os mitos sobre a vida no campo no Rio de Janeiro através das lutas empreendidas por movimentos sociais camponeses, contribuindo para dar visibilidade à produção e reprodução social, destacando os enfrentamentos políticos mais recentes, protagonizados por esse segmento de trabalhadores.

²⁰⁶ Apesar de parecer uma descrição das relações sociais da atualidade, no Brasil e no ERJ, como se sabe, o Padre Antônio Vieira viveu no país no século XVII em plena colonização.

²⁰⁷ De forma ininterrupta, o PMDB vem conduzindo o governo do Estado do Rio de Janeiro desde 2004, quando a então governadora Rosinha Garotinho migra do PSB para o partido em questão. Em seguida, Sérgio Cabral Filho governou o ERJ por dois mandatos consecutivos, entre 2007 e 2014. Na sequência, em 2015, assumiu Luiz Fernando Pezão e, após seu afastamento por licença médica, em 2016, Francisco Dornelles (PP) assumiu como governador interino. Nota-se que no âmbito federal, desde 2003, temos a condução do governo federal pelo PT, numa ampla coligação partidária, que inclui o PMDB. Registra-se ainda que, no transcurso da finalização dessa tese, o PMDB rompe com o governo federal, articulando o impedimento da presidente Dilma Rousseff, instaurando uma crise política que anuncia graves riscos para o conjunto da classe trabalhadora em termos de manutenção de direitos trabalhistas, sociais e humanos, tendo-se em vista o forte teor conservador e reacionário no Congresso Nacional.

4.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ASPECTOS TÉCNICO-INSTRUMENTAIS NA PESQUISA DE CAMPO

Nossa perspectiva teórico-metodológica tem como objetivo compreender a dinâmica econômica, política, cultural e socioambiental do Estado do Rio de Janeiro, inserida na roda viva do capitalismo globalizado. Para tanto, orientamo-nos pelos princípios metodológicos do materialismo histórico-dialético, que busca compreender a realidade a partir de suas contradições, decompondo-a, abstraindo dela suas múltiplas determinações, para então retornar a ela enriquecida de sentidos oriundos da própria materialidade submetida à reflexão crítica. Este nos parece um método apropriado para desvendar a realidade social, abrindo as possibilidades e as brechas históricas para a sua transformação.

Com efeito, pretendemos nos distanciar das análises que buscam mergulhar e se ancorar nas especificidades dos fenômenos sociais, isolando-os da totalidade. Ao contrário, nossa intenção é buscar na singularidade da luta de classes no ERJ os ingredientes universais do modo de produção capitalista e suas expressões particulares, dando destaque ao protagonismo de uma fração de classe historicamente negligenciada no país, sobretudo num Estado com um alto grau de urbanização como o nosso, qual seja: o campesinato, em toda a sua diversidade (como previamente apresentado no debate sobre o campesinato, no capítulo 3 desta tese).

Com esta tarefa em mente, lançamo-nos, no primeiro capítulo, na revisão bibliográfica sobre a crítica da economia e da ecologia política, na perspectiva de compreender o desenvolvimento em sua forma capitalista contemporânea, na qual o capital hegemônico pelo financismo lucra com o chamado “desenvolvimento sustentável”, seja pelas medidas mitigatórias, que defendem a “sustentabilidade”, seja pela transformação acelerada de recursos naturais em fonte de lucro, pela via da “economia verde”. No segundo capítulo, apresentamos o papel da agricultura nesse contexto econômico, político e socioambiental mais amplo, destacando a história universal da agricultura na transição do feudalismo para o capitalismo, bem como a particularidade brasileira nos marcos do desenvolvimento capitalista em sua fase tardia. Já no terceiro capítulo, abordamos o papel do campesinato na luta de classes em prol da emancipação humana. Por fim, no presente capítulo,

buscaremos, a partir dos debates teóricos apresentados dos capítulos precedentes, propor algumas sínteses sobre a particularidade do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. Acreditamos que os subsídios teórico-políticos retidos nessa investigação nos auxiliam a analisar o material coletado na pesquisa de campo.

No que diz respeito ao trabalho de campo, escolhemos trabalhar com entrevistas semiestruturadas, tanto no estudo exploratório quanto na abordagem às lideranças estaduais dos movimentos camponeses, do movimento sindical e demais organizações populares estaduais que militam no campo da agroecologia, bem como com a observação participante.²⁰⁸

Além das entrevistas às lideranças de alguns movimentos camponeses, do movimento sindical e demais organizações populares do campo agroecológico, tomamos como referência para análise documentos de fonte primária e secundária, produzidos pelos próprios movimentos, organizações e associações profissionais, bem como documentos oficiais dos governos,²⁰⁹ em suas diferentes instâncias, que

²⁰⁸ Os roteiros encontram-se em anexo. Na fase exploratória da investigação de campo, realizamos entrevistas semiestruturadas junto aos pesquisadores: Magda Zanoni, em 2013 (bióloga formada na UFRGS, exilada política no final dos anos 60 na França, que desenvolveu seus estudos na área da Sociologia do Desenvolvimento e Meio Ambiente; foi assistente de Josué de Castro; desenvolveu uma sólida carreira de pesquisadora na França, mantendo sempre relação com o Brasil, sendo colaboradora do NEAD/MDA nos governos petistas; aposentou-se como Maître de Conférence de Paris VII e era pesquisadora do Laboratório de Dinâmicas Sociais e Recomposição de Espaços – LADYS, na Paris Ouest Nanterre La Defense, tendo nos deixado precocemente em 2015); Afrânio Garcia Jr., em 2014 (economista formado na França e no Brasil, doutorou-se em antropologia pelo Museu Nacional, fez pós-doutorado na EHESS, foi assessor político da FETAG-RJ entre o final dos anos 70 e início dos anos 80; é Maître de Conférence da EHESS); Michael Löwy, em 2014 (sociólogo formado pela USP, radicou-se na França desde 1961, professor emérito do Centre National de la Recherche Scientifique/EHESS, desenvolve pesquisa na área da religião, marxismo e ecossocialismo); e Leonilde Servolo de Medeiros, em 2015, no CPDA/UFRJ (graduada e pós-graduada em Ciências Sociais e Política, pesquisando sobre questão agrária, reforma agrária, movimentos sociais do campo, tendo participado recentemente da pesquisa demandada pela Comissão da Verdade sobre os mortos e desaparecidos no campo no período da ditadura civil-militar). Entrevistamos, igualmente com roteiros semi-estruturados, os movimentos sociais camponeses que aceitaram participar dessa pesquisa (MPA, MST, MAB), o movimento sindical (FETAG-RJ) e organizações populares (CPT, AARJ, Rede Carioca de Agricultura o grupo de consumo de produtos agroecológicos Rede Ecológica). As entrevistas com o MST e MPA foram realizadas em 2013 e retomadas em 2015 para complementação após o estágio doutoral na EHESS/Paris. Destacamos que a Fetraf-Rj e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba foram convidados a participar da pesquisa, mas não obtivemos êxito no retorno. Registramos ainda que todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, com exceção da complementação do MST, em 2015, e as da Rede Carioca de Agricultura Urbana e da Rede Ecológica, que enviaram suas respostas por mensagem eletrônica. Ademais, no ano de 2015, participamos como convidada do Congresso Estadual do MST, do Congresso Estadual da FETAG-RJ e do I Congresso Nacional do MPA. Registramos ainda que, no período do estágio doutoral, realizamos entrevista semiestruturada junto à Confédération Paysanne (organização sindical dos camponeses franceses que integra a Via Campesina), da qual não teremos tempo hábil de tratar nesta tese, ficando para uma análise futura.

²⁰⁹ Esclareço que buscamos informações diretamente na sede da EMATER-RJ, no início de 2015, na perspectiva de marcar uma entrevista e conseguir material impresso. Contudo, o funcionário que nos

expressam os projetos de desenvolvimento em curso, por entendermos que revelam os interesses econômico-políticos em jogo.²¹⁰

De início, advertimos os leitores de que nossa pesquisa apresenta alguns limites, previamente determinados pela escolha metodológica: está circunscrita ao discurso das lideranças estaduais dos movimentos sociais camponeses, do movimento sindical e de organizações do campo agroecológico, estando fora do nosso escopo avaliar a dinâmica da política nacional desses movimentos e organizações, que certamente são atravessadas por tensões e disputas internas; bem como foge do nosso alcance avaliar a relação entre as coordenações regionais e a base dos movimentos, pois isto nos exigiria fôlego e financiamento (para uma pesquisa interinstitucional) que ultrapassariam em demasiado os limites de uma pesquisa de doutorado. A presente investigação se restringe, portanto, à dimensão da intencionalidade política em pleno movimento de enfrentamento aos projetos de desenvolvimento em curso no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, estaremos tão somente contribuindo para uma série de estudos que precisam ter continuidade no sentido de aprofundar a relação entre os princípios políticos – que seguramente partem de uma materialidade travejada de contradições – e a práxis cotidiana, dimensão em que se dá a produção real da vida. Dito de outra forma, somamo-nos às pesquisas que buscam investigar criticamente a relação dialética entre o reino da liberdade e o reino da necessidade. Nesse sentido, indicamos a importância da permanência de estudos sobre as mediações entre política e economia.

Acreditamos no potencial das universidades públicas para desvendar mitos propagados pela ideologia burguesa decadente e dar visibilidade aos processos econômicos e sociopolíticos que habitam a vastidão desse planeta, através de suas pesquisas, integrando pesquisadores de diferentes regiões e países. Nessa

atendeu indicou que todas as informações sobre o órgão estavam disponíveis na página eletrônica da empresa.

²¹⁰ Referimo-nos aos dados consultados junto à Fundação CEPERJ, CIDE, aos Planos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro de 2007-2010, 2012, 2013, aos Relatórios de Atividades da EMATER-RJ dos anos 2013, 2014 e 2015, ao Relatório da Comissão Estadual da Verdade, além de documentos dos órgãos nacionais que tratam da política agrária e agrícola, a exemplo do MAPA, MDA, INCRA. Das associações profissionais, utilizamos o II Caderno de Textos do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação de Geógrafos Brasileiros – RJ. Sobre os documentos produzidos pelos movimentos sociais, destacamos: Conflitos no Campo (CPT), Propostas para um projeto energético popular (Plataforma Operária e Camponesa da Energia, 2014), o Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais (coordenado pela AGB-Rio em parceria com movimentos sociais, organizações populares e universidades), Impactos Sociais da Barragem do Guapiaçu (MAB), Resoluções e compromissos do I Congresso do MPA (2015), dentre outros.

perspectiva esperamos, ainda que convivendo com os limites próprios de uma pesquisa doutoral, contribuir singela e parcialmente com a expressão desses processos no que se refere, sobretudo, à luta dos movimentos camponeses em seu enfrentamento aos projetos de desenvolvimento econômico em curso no Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

4.2 DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ALIANÇA PERNICIOSA ENTRE EMPREENDIMENTOS DO CAPITAL E O ESTADO

4.2.1 A herança do desenvolvimento socioeconômico do ERJ

Como já visto anteriormente, de forma mais aprofundada no capítulo 2, o Brasil foi inserido na organização econômica internacional em sua fase mercantil, através do processo de colonização, no período dos grandes empreendimentos marítimos europeus. Portugal se destacou nesse cenário colonizando uma parte significativa do hemisfério sul do continente americano, para a extração das riquezas naturais e produção agrícola, voltada para o mercado externo, baseada no sistema plantation, com mão de obra escrava, o que passou a orientar a ocupação territorial da colônia.²¹¹ A partir, então, do século XVI, o território fluminense integra a lógica de atendimento aos interesses externos, adequando-se às particularidades ambientais da época, com suas bacias hidrográficas e relevo acidentado, tendo como funções estratégicas: exportar e defender (MARAFON et al., 2011).

Deste modo, no período da colonização, a ocupação do território fluminense acompanhou os caminhos e trilhas dos ciclos econômicos para a exportação, sendo acompanhada da expulsão das tribos indígenas para o interior, ou sua escravização ou, ainda, seu extermínio. Nessa direção, um grupo de geógrafos, que realizou uma pesquisa sobre o passado do ERJ para compreender seus desafios contemporâneos, indica-nos que:

As economias de exportação também tiveram papel relevante no processo de ocupação e povoamento do território fluminense, seja de forma direta, por meio das áreas produtoras em tal território, como foi com a cana-de-açúcar, o gado e o café; seja de forma indireta, servindo como entreposto para outras áreas produtoras, como ocorreu durante o período da mineração em Minas Gerais. *A rede de circulação estabelecida para dar*

²¹¹ Dentre tantas obras importantes que abordam os ciclos econômicos no período colonial, destacamos: PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

suporte à circulação da produção, dentro da lógica de atender aos interesses da coroa portuguesa, resultando em uma organização espacial caracterizada pelo grande papel desempenhado pelos portos, foi responsável pelo estabelecimento de novos caminhos para o Rio de Janeiro (MARAFON et al., 2011, p.30, grifo nosso).

Nesse processo a produção de cana-de-açúcar teve um peso econômico de extrema relevância para a província, pois se faz presente desde o século XVI até a atualidade, sendo complementada pela criação de gado para transporte, alimentação e moagem da cana. A monocultura da cana foi se espraiando para as demais regiões, sobretudo a partir do século XVII, com destaque para a região norte, como atestam os autores:

Se a cana-de-açúcar espraiou-se por diversas partes do território fluminense, foi na região de Campos dos Goytacazes que essa cultura se consolidou a partir das usinas instaladas na região. Um dos indícios dessa consolidação pode ser visto a partir da fundação, em Quissamã, do primeiro “engenho central” (1877), nome então dado às usinas. Já em 1885, funcionavam na baixada goitacá dezessete usinas, mais seis grandes engenhos. No entanto, em contrapartida a esse progresso técnico observado na baixada, os “empresários” campistas se caracterizavam como grandes detentores de mão de obra escrava (MARAFON et al., 2011, p. 34)

Além da expressiva produção açucareira, a mineração agiu como um fator que provocou mudanças substanciais na ocupação territorial fluminense, tendo-se em vista que a província do RJ era rota de passagem para o escoamento do ouro, vindo de Minas Gerais, nos seus portos.²¹² Dessa forma, revelando o crescimento das funções econômicas e sua centralidade no controle da exportação do minério, a capital da colônia foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763.

No mesmo período, teve início a produção de café nas encostas da cidade do Rio de Janeiro, que se expandiu para além das suas fronteiras até encontrar seu ápice produtivo no Vale do Paraíba. Não por acaso, a província, já na fase do Império, tornou-se a maior produtora de café do Brasil, mantendo o posto até próximo do fim do século XIX, contando com uma malha ferroviária, implantada no mesmo século, que ligava os cafezais aos portos. Com efeito, o crescimento desse modelo produtivo deixou como rastro o esgotamento do solo e a substituição da floresta tropical da Mata Atlântica pela agricultura extensiva. Além do esgotamento do solo nas terras fluminenses, o aumento da produtividade dos cafezais paulistas, em função do progresso técnico e melhor qualidade do solo, contribuiu

²¹² Ironicamente, veremos mais adiante, que o ERJ tem sua função estratégica de escoamento de minério renovada no século XXI, com a construção do mineroduto que liga MG ao RJ.

sobremaneira para a falência do setor cafeeiro fluminense, que não conseguiu se recuperar da descapitalização com o fim da escravidão, isto é, quando seu estoque de escravos não possuía mais valor de mercado.

Devemos reter que, ao longo do século XIX, alguns marcos legais indicaram a tendência do destino da questão agrária, o que inclui a população de ex-escravos e camponeses. Em 1822, com o fim das doações das sesmarias, abriu-se um interstício em que a posse havia se tornado o meio de adquirir terras. Contudo, a lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, inaugura uma nova concepção de propriedade em que é necessário dispor de capital para comprar a terra como mercadoria. No mesmo ano, proibiu-se o tráfico negreiro e, em 1888, foi proclamada a abolição da escravatura. Ao fim e ao cabo, a Lei de Terras tornou esse bem comum inacessível para pequenos posseiros e ex-escravos, agora livres dos meios de produção para sua subsistência e para vender sua força de trabalho no mercado. Doravante estavam postas as bases jurídicas e materiais para a formação de uma nova classe trabalhadora, podendo ser, em potencial, recrutada pelo processo de industrialização no século seguinte. Entretanto, na prática, como tal processo não incorporou essa massa de origem rural na proporção de sua liberação dos meios de produção, o que se verificou foi o crescimento da pobreza, não apenas rural, mas urbana. Assim, no período da falência da cafeicultura fluminense, em função das determinações aqui apresentadas, houve um esvaziamento econômico e populacional do interior do ERJ.

Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro não perdeu sua importância político-administrativa no país, pois permaneceu centralizando tais funções, mesmo com o declínio de sua força econômica, desde o ingresso no período republicano até 1960, quando a sede do distrito federal fora deslocada para Brasília.²¹³ Não nos cabe aqui recuperá-las, mas são vastas as pesquisas que revelam que o Estado varguista representou uma inflexão nos rumos econômicos, políticos e socioculturais do país, a partir dos anos 30 do século XX. Grosso modo, se num primeiro momento

²¹³ No sentido de melhor compreender o presente, faz-se importante conhecer nosso passado histórico. Nessa perspectiva Cruz (2013, p. 49) afirma: “O Rio foi ‘capital’ da colônia, a partir de 1763; sede de todo o império português, a partir de 1808; sede do império brasileiro, a partir de 1822; capital da República, de 1889 a 1960; município-estado, até 1975, e capital de Estado até o presente. Para além do status, essa trajetória político-administrativa de exatos 250 anos – como centro do poder na colônia, no império e na república; como cidade-estado e capital estadual, além de sede da região metropolitana – construiu um complexo de relações e práticas sociais, políticas, econômicas e culturais – com o correspondente arcabouço simbólico de autorrepresentação e de imagem ‘para fora’ – decisivo para a compreensão da configuração espacial da economia do atual ERJ”.

da República, mesmo com o fim da escravidão, prevaleceu o domínio de uma economia assentada nos interesses das aristocracias rurais, paulistas e mineiras, voltada para o abastecimento do mercado externo, a partir de 1930, o controverso governo de Vargas alterou significativamente a política econômica brasileira. Liderando o projeto nacional-desenvolvimentista, conduzindo uma aliança que buscava conciliar interesses políticos de classes econômicas distintas, Vargas implementou uma política de modernização da economia, assentada no binômio industrialização/urbanização, ainda que a conciliando com a economia agroexportadora.

A crise internacional do capital na virada do século XIX para o XX, cujo ápice é emblematicamente representado pela queda de bolsa de Nova York em 1929, contribuiu sobremaneira para a crise do modelo agroexportador brasileiro, que tinha como grande produto o café. Dessa forma, a economia fluminense, no contexto da modernização conduzida por Vargas, deixa progressivamente como registro do passado o poder da sua aristocracia rural decadente, migrando seus recursos para investimentos no processo de industrialização.

No contexto da transição para a fase monopólica da acumulação capitalista no cenário internacional, os países com atraso industrial recorreram a processos de revolução burguesa que se distanciaram do modelo clássico europeu, ignorando a democracia política. No caso brasileiro, ao longo dos anos 30, desenhou-se uma oposição polarizada, na disputa pelos rumos da modernização, entre integralistas (nacionalistas de cunho fascista) e comunistas (internacionalistas referenciados pela experiência soviética, que reconheciam a necessidade do nacional-desenvolvimentismo para alavancar a industrialização, abandonar o atraso rural e formar a classe proletária revolucionária). Nesse contexto, houve um endurecimento político do governo na condução do projeto de modernização, através da adoção da modernização conservadora pelo Estado Novo. Nos termos de Fausto (2006, p. 195-196):

A corrente autoritária assumiu, com toda a consequência, a perspectiva do que se denomina modernização conservadora; ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. Nesse percurso, o Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão, que só serviam para enfraquecer o país.

Com efeito, a direção da industrialização do país foi assumida pelo Estado, que se tornou seu principal indutor e financiador, através da política de substituição de importações e da criação de uma indústria de base, no período entreguerras e pós-II Guerra Mundial. Nesse contexto, o território fluminense reassume um lugar de destaque na economia nacional, sobretudo a partir da criação dos alicerces para a formação de uma indústria de base, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, em Volta Redonda, com capital estadunidense e brasileiro, e da empresa estatal Petrobrás, em outubro de 1953, saindo vitorioso frente aos oligopólios internacionais de produção de petróleo.

Grosso modo, o desenvolvimentismo à brasileira, com breves intervalos de democracia, posto que em 64 se retoma a autocracia de cunho civil-militar, caracterizou-se por uma integração internacional desigual e combinada, nos termos de Oliveira (2011) e Ianni (2004), ou subdesenvolvida e dependente, nos termos de Marini (2012). Destacamos que os autores em questão romperam com uma abordagem estruturalista que opunha o modelo agroexportador como arcaico à industrialização como moderna. Ao contrário, viam a dinâmica da industrialização como dialética e que, no caso brasileiro, teve como parteira os recursos advindos da própria economia mercantil e agroexportadora. Ademais, no contexto do desenvolvimento industrial monopólico internacional, se conformou o que Marini (2012) analisou como sendo a superexploração do trabalho, que compreendemos como a superexploração da força de trabalho. Ou seja, para compensar a drenagem do mais-valor latino-americano para as economias centrais, pela via da política internacional de preços e do sistema financeiro internacional, aumentava-se a exploração da força de trabalho de trabalhadores ligados às atividades primárias (agricultura e mineração), posto que nestes setores predominaram relações não assalariadas e pagava-se os operários urbanos no limite do tempo necessário de trabalho.

Já tivemos oportunidade de matizar esse debate no capítulo 2, destacando o papel da agricultura no conjunto do desenvolvimento econômico brasileiro, o tratamento dado à questão agrária e a respectiva luta de classes em sua particularidade no meio rural, envolvendo a organização dos trabalhadores, com toda a diversidade de processos de trabalho, bem como a organização do patronato. Por ora, nosso interesse é destacar uma herança socioeconômica marcada pela migração no interior do próprio ERJ, além da atração que incidiu sobre outros

Estados brasileiros.²¹⁴ Trata-se de um processo caracterizado pela busca por vagas no mercado de trabalho nos setores da indústria e de serviços, sendo estes marcados pela informalidade e precarização, motivada pelas dificuldades de permanência no trabalho na agricultura.

Segundo Alentejano (2005), nas primeiras décadas do século XX, inicia-se um processo de “desruralização”²¹⁵ e metropolização do ERJ, sendo esta caracterizada pela centralidade da dinâmica econômica ditada pela cidade do Rio de Janeiro.²¹⁶ A região que mais sofreu esvaziamento foi a do Vale do Paraíba, mediante a falência dos cafezais, enquanto a da Baixada da Guanabara se tornou um polo do capital comercial e industrial. Desde então, a economia regional se interiorizava pelas vias da circulação terrestre, sendo acompanhada pela valorização imobiliária. A região de fronteira, que se estendia do litoral sul ao noroeste do ERJ, fragmentou-se: o noroeste desenvolveu produção cafeeira; a região serrana, caracterizada pela ocupação de pequenos produtores, passa a produzir alimentos para o ERJ, ficando refém do capital comercial dominante, e passa também a

²¹⁴ Segundo o relatório da Comissão Estadual da Verdade: “O território fluminense recebeu, ao longo do século XX, em especial a partir dos anos 1930, migrantes de diferentes pontos do país (principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba). Também se verificou uma intensa mobilidade interna de sua população (em especial trabalhadores rurais vindos de áreas onde a cafeicultura estava em plena decadência) em busca de terras em projetos de colonização criados pelo governo federal em diversos pontos da Baixada Fluminense ou de empregos urbanos, numa fase de expansão” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 77-78).

²¹⁵ O debate sobre as diferenças e as complementaridades entre os espaços rural e urbano vem se avolumando no Brasil, sobretudo a partir da virada do século XX para o XXI, refletindo a busca por captar a dialética presente no movimento da realidade. Nota-se que as transformações econômicas decorrentes da crise internacional do capital vêm reconfigurando os espaços, rompendo com a ideia de associar o espaço urbano exclusivamente à produção industrial e o rural, à produção agrícola. Grosso modo, significa dizer que a organização do capital/trabalho nesses espaços é mais complexa, sendo a migração do capital a tônica de sua fase hegemônica pela burguesia financeira, que busca lucros na realização da produção em localidades com grande oferta de mão de obra, com baixo potencial de organização dos trabalhadores e infraestrutura previamente garantida pelo Estado. Os eixos de tais transformações são a reestruturação produtiva aliada às políticas neoliberais. Ademais, os valores de uso dos espaços rurais têm se tornado cada vez mais fonte de valor de troca, sendo incorporados à lógica da acumulação capitalista. Creio que essa compreensão levou o autor em questão a descrever o processo do desenvolvimento no ERJ como *desagriculturalização*, e não mais como desruralização, em seus textos mais recentes. Dessa forma, quando tratarmos do período histórico mais recente utilizaremos o termo *desagriculturalização*, ou ainda *descamponização*.

²¹⁶ Optamos por apresentar de forma mais panorâmica a história do desenvolvimento econômico e socioespacial do ERJ na perspectiva de captar seus elementos centrais. Nesse sentido, incorporamos as contribuições do autor em questão, pois ele aborda de forma crítica os dados estatísticos, ressaltando os conflitos agrários oriundos desse processo de desenvolvimento. Contudo, para um aprofundamento de dados sobre o processo de ocupação e a dinâmica territorial, bem como as principais transformações socioespaciais de cada uma das oito regiões de governo do ERJ (Baixadas Litorâneas, Centro-Sul, Costa Verde, Médio Vale do Paraíba, Metropolitana, Noroeste, Norte e Serrana) e a produção agrícola correspondente, recomendamos consultar: MARAFON, G. J. et al. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro** – da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

participar da circulação de mercadorias e pessoas, sendo atravessada por ligações rodoviárias; já o litoral sul manteve características de fronteira. Em concomitância, a região das Baixadas Leste e Norte foi hegemonizada pela produção canavieira.

Contudo, devemos destacar que, no bojo de uma modernização econômica combinada com autoritarismo político e formalização de direitos para os trabalhadores urbanos, na região de Campos, houve uma experiência de organização dos trabalhadores rurais nos anos 30. Tal experiência se torna ainda mais emblemática ao considerarmos que a organização sindical desse segmento de trabalhadores só se tornou um direito apenas em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Um estudioso da temática nos recorda:

Ainda durante o governo Vargas, além de vários sindicatos urbanos, chegou a ser fundado, em 1937, o Sindicato de Trabalhadores na Lavoura de Campos, região de plantação de cana no Norte do Estado. Foi o primeiro sindicato de lavradores de todo o Brasil, agrupando, sobretudo, *os colonos* de usinas de açúcar e das fazendas de cana. Vargas experimentou, na agroindústria canavieira do Rio de Janeiro, estender os direitos trabalhistas ao campo, mas, diante da reação dos patrões, recuou na sua intenção de implantá-los em todo o Brasil (GARCIA JR., 2002, p. 19-20, grifo do autor).

O período subsequente, de 40 a 60, foi marcado pelo aprofundamento do processo de “desruralização” e metropolização do ERJ, com o avanço progressivo da perda da influência do capital agrário. A intervenção estatal na Baixada da Guanabara, com obras de drenagem para, a princípio, favorecer os pequenos produtores agrícolas da região, foi rapidamente capturada para o atendimento dos interesses da especulação imobiliária, pois diante da falência das atividades agrárias extensivas, a região do entorno da cidade do Rio de Janeiro passou a ser um atrativo para moradia, pela proximidade com o mercado de trabalho na capital. Esse processo não fluiu harmonicamente. Ao contrário, houve resistência por parte dos trabalhadores rurais, que se lançaram num processo de luta pela terra. Nesse momento, segundo Garcia Jr. (2002), surgiram associações de lavradores em Magé, Nova Iguaçu, Caxias e Itaguaí, em defesa dos direitos dos posseiros num contexto de crescimento da especulação imobiliária no ERJ.

Na ocasião, a criação da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), em 1959, expressava a organização sindical camponesa no ERJ, adensando a luta política no cenário nacional, tendo em vista que o PCB investia na mobilização dos camponeses, na perspectiva de superar o “atraso”, apostando na industrialização do país. A leitura política do partido na época indicava a

necessidade de aliança com a burguesia nacional como uma etapa necessária para conformar uma classe operária que, esta sim, empreenderia o protagonismo revolucionário. Conforme apresentado no relatório da CEV:

No plano nacional, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), em evento realizado em São Paulo, convocado pelo PCB. Como desdobramento, ocorreram vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos camponeses, termo que começava a circular e ganhar significado político. Como parte desse esforço, foi criada a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, entre 28 e 30 de agosto de 1959 (RIO DE JANEIRO, 2015, p.79).

Na região do Vale do Paraíba, a criação da CSN alterou significativamente a economia e a ocupação territorial da região, transformando-a num importante polo da indústria de base. A região serrana vai transitando paulatinamente para se tornar um polo turístico, tendo em vista o clima ameno, alguma preservação da Mata Atlântica e os acessos por rodovias que a ligam com outras regiões do país. Nesse processo, os pequenos produtores vão perdendo suas áreas para as casas de veraneio da burguesia metropolitana do ERJ. A região Noroeste sofreu com a crise da cafeicultura fluminense e migrou sua atividade para a pecuária extensiva. As regiões do Litoral Sul e das Baixadas Leste e Norte começaram, de forma bastante embrionária, a exploração turística, sem alterar significativamente a dinâmica de ocupação territorial dessas regiões.

No que diz respeito à luta política dos lavradores, destaca-se que, se de um lado, a FALERJ sofria a influência do PCB, as Ligas Camponesas, que se autonomizaram do partido, ao contrário do partido em questão, recusavam alianças com a burguesia nacional e também apoiaram processos de luta nos municípios de Barra Mansa, Itaguaí, Nova Iguaçu, Campos e Cachoeiras de Macacu.

Como resposta à politização dos lavradores pela militância das organizações supracitadas, o governo estadual, na gestão de Roberto da Silveira (PTB – 1959/1962), pela primeira vez na história republicana do Brasil, lançou o Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, conhecido como Plano Agrário. Conforme Cruz (2003, p. 135) nos indica:

Cabia ao plano, que seria executado pela Secretaria do Trabalho e Serviço Social, tomar as propriedades particulares mediante a verificação de títulos e registros, promover a colonização, organizar núcleos agrícolas, delimitar áreas de litígios cultivadas por posseiros e proteger os pequenos agricultores localizados em terras públicas ou particulares. No entanto, no

mesmo período ocorreu expropriação de pequenos produtores de áreas como Cabo Frio, Araruama e Paraty.

Não obstante, de meados dos anos 60 aos anos 80, o país foi dirigido pela autocracia civil-militar burguesa, implementando uma nova etapa da modernização conservadora. No cenário nacional, as lutas camponesas demandaram da sociedade o debate e o posicionamento político sobre a reforma agrária.²¹⁷ Como vimos, em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador e, em 1964, o Estatuto da Terra – este já no período da ditadura. No período precedente à autocracia, em 62, o governo federal criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que promoveu o maior número de desapropriações no ERJ. Já em 1964, o órgão foi extinto, sendo criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), estando subordinado diretamente à presidência da República. Em 1971, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que deu prioridade aos projetos de colonização das áreas de fronteira.

No que diz respeito ao desenvolvimento agrícola, adotou-se uma política de beneficiamento da produção agrícola em larga escala – através, sobretudo, de créditos para insumos químicos e maquinaria para os grandes proprietários, implementando a chamada Revolução Verde.²¹⁸ Esta deu um impulso ao processo de industrialização da agricultura, dando início à mecanização e ao envenenamento da produção agrícola, como forma de aumentar a produtividade e, ao fim e ao cabo, a lucratividade. Ademais, com a internacionalização das terras da Amazônia, o crescimento e beneficiamento dos latifúndios e uma reforma agrária restrita às áreas de colonização de fronteiras, intensificaram-se os conflitos agrários, tendo destaque o papel da militância sindical. Em contrapartida, o governo civil-militar perseguiu, prendeu, torturou e desapareceu com lideranças camponesas,²¹⁹ bem como empurrou para os sindicatos rurais, a partir de 1972, a assistência médica e dentária

²¹⁷ Uma boa síntese sobre as propostas de reforma agrária no Brasil entre os anos 40 e 2000 pode ser consultada em Stédile (2005).

²¹⁸ No pós-II Guerra Mundial, em oposição à Revolução Vermelha (que propunha uma transformação social radical, alterando a estrutura do sistema produtivo que gera relações sociais com profundas desigualdades, como expressam a miséria e a fome), criou-se a Revolução Verde como uma alternativa técnica para aumentar a produtividade e solucionar o problema do abastecimento de alimentos no mundo (CARNEIRO, 2015). Ironicamente, chegamos ao século XXI com 1 bilhão de famintos, como a própria ONU, através da FAO, reconhece.

²¹⁹ Para aprofundamento, conferir o relatório da Comissão Estadual da Verdade, lançado em 2015, sobretudo o capítulo 5.

e também o encaminhamento para aposentadorias e pensões, burocratizando e despolitizando suas lutas.

Esse foi um período de transformações significativas no ERJ, que contribuiu para o esvaziamento econômico e político do Estado. Dentre os fatores que determinaram esse processo, destacamos a transferência da capital do país para Brasília, em 1960, no governo de Juscelino Kubistchek, e a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975. Nesse contexto, aumentou o êxodo rural no interior do Estado em direção à capital e sua região metropolitana. Nota-se que, se até 1960, os conflitos agrários se concentravam na Baixada Fluminense, a partir dos anos 70, os conflitos se expandem para o Litoral Sul, em função da ocupação do solo por empresas e grupos turísticos.

No cenário mais amplo da modernização conservadora, o ERJ passou por uma intensificação do processo de “desruralização”, tendo como eixos:

[...] as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela da especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, o que eliminou uma das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização (ALENTEJANO, 2005, p. 58).

A abertura da rodovia BR-101 promoveu mudanças significativas no Litoral Sul e na Baixada Litorânea, facilitando sobremaneira o acesso para o turismo em áreas caracterizadas por belezas naturais. Nesse processo, a população caiçara e de posseiros perdeu espaço para a concentração fundiária e para a especulação imobiliária.²²⁰

Já a Baixada Campista sofreu um novo impulso à produção canavieira a partir da criação do Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira e do Programa Nacional do Alcool (PRÓ-ÁLCOOL), nos marcos da Revolução Verde. Entretanto, a modernização agrícola operada provocou alterações substantivas em duas dimensões: nas relações de trabalho, com a expulsão dos trabalhadores dos engenhos, transformando-os em boias-frias residentes nas periferias de Campos, que passam a vender sua força de trabalho nos períodos de interesse para as usinas, e na concentração e centralização de capitais por meio da transição dos antigos engenhos para as modernas usinas, com a atração de capital de outras

²²⁰ O município de Paraty é palco de disputas territoriais entre populações caiçaras e empreendimentos imobiliários desde os anos 70. Contudo, a região continua sendo objeto de disputa com larga desvantagem para as populações tradicionais como revela reportagem recentemente publicada no jornal O Dia, em que um jovem é assassinado pela própria polícia local (cf. ESTADÃO, 2016).

áreas. Segundo Alentejano (2005, p. 61): “nesse sentido, podemos dizer que esta é a área do Rio de Janeiro onde ocorre a articulação entre agricultura-indústria e a fusão dos capitais agrário e urbano-industrial”. Já nas demais áreas houve continuidade dos processos iniciados nas décadas anteriores com o esvaziamento do Vale do Paraíba e sua industrialização, o esvaziamento populacional do Noroeste, o crescimento da especulação imobiliária na região da Baixada da Guanabara e o crescimento do turismo e da produção de hortigranjeiros na região Serrana.

No que diz respeito à luta política no ERJ, como visto precedentemente, as associações de lavradores se agrupavam na FALERJ. Contudo, a partir de 1963, muda-se o nome da união sindical para Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), que integra o movimento nacional através da filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Destaca-se que esse processo se deu às vésperas do período da ditadura civil-militar, que trouxe novos dilemas para a luta pela reforma agrária, tendo-se em vista a Revolução Verde, ao aumentar a expulsão da população rural. Ademais, a reforma agrária permaneceu limitada aos interesses do latifúndio e do capital nacional e internacional. Destaca-se que com o Estatuto da Terra (1964) as desapropriações deixaram de ser pagas em dinheiro e passaram a ser pagas com títulos da dívida agrária. Não obstante, no ERJ, elas ocorreram em situações muito específicas, “como no caso das fazendas Conceição de Suruí e América Fabril, próximas ao assentamento Cachoeira Grande, em Magé” (GARCIA JR., 2002, p. 22).

Em concomitância, mesmo com o processo de burocratização sindical imposto pelo regime civil-militar, a FETAG-RJ teve uma contribuição importante na defesa dos posseiros e parceiros, abrindo processos judiciais, evitando expulsões de trabalhadores e obtendo indenizações. A partir de 1975, houve um reforço da luta sindical camponesa com a criação da Comissão Pastoral da Terra, num contexto de muita violência por parte do Estado ditatorial com todo o apoio dos grandes proprietários. Segundo Garcia Jr. (2002, p. 25-26):

No Estado do Rio, nos municípios de Paraty e Angra dos Reis, os advogados da CPT conseguiram até mesmo ações de usucapião, permitindo deter a ganância dos especuladores imobiliários. Nova Iguaçu foi outro local importante onde o trabalho conjunto da FETAG-RJ e da CPT permitiu manter as famílias na terra e organizar a refundação do sindicato. Em Cachoeiras de Macacu, a CPT apoiou a ocupação da fazenda São José da Boa Morte. Em Trajano de Moraes, ajudou os trabalhadores a se organizarem para ficar na terra e tirar o sindicato das mãos de dirigentes que faziam acordos com os patrões.

Na década seguinte, num quadro de recessão econômica, os conflitos agrários na região metropolitana se deslocam da luta contra a especulação imobiliária, como ocorreu entre os anos 50 e 60, para a luta pela sobrevivência através da permanência na terra, ao menos como moradia, diante do aumento galopante do desemprego. Assim, no início dos anos 80, o governo de Leonel Brizola, de oposição ao regime militar, realizou algumas desapropriações por utilidade pública para evitar a expulsão de famílias de lavradores e abrandar os conflitos pela terra. Em 1983, o governo estadual criou a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria de Justiça, para tratar dos conflitos fundiários. Em 1986, a CAF foi incorporada à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, que se ocupava não apenas da regularização fundiária, mas da promoção da comercialização. Entretanto, tais ações eram limitadas perante a legislação federal, pois o Estado poderia desapropriar por motivo de “utilidade pública” mediante indenização em moeda corrente. Ademais, avalia-se que as ações governamentais não visavam à politização da questão agrária. Nos termos de Novicki, extraído de Cruz (2003, p.141):

No governo Brizola, dadas as características dos movimentos de luta pela terra, o perfil e objetivos das famílias, os tipos de liderança que emergiram, a não-vinculação orgânica com seus mediadores e representantes e a forma de atuação do pessoal do Estado, a relação governo-luta pela terra não se deu de maneira institucionalizada, mas diretamente com as famílias envolvidas e suas “lideranças”. Isso reforçou a “despolitização” de espaços estruturais (Secretaria Estadual do MST e Fetag) já realizada pelos movimentos, levando à manipulação do sistema de representação de interesses.

Nesse contexto, o Congresso Nacional discutia em sua Assembleia Constituinte, em 1985, uma proposta de reforma agrária, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), construída pelos trabalhadores (apresentada no 4º Congresso da CONTAG). Todavia, sem força política suficiente para enfrentar a bancada ruralista que representava os interesses do latifúndio no Brasil, a Constituição de 88 acabou por consagrar o direito incondicional à propriedade privada da terra, bem como a necessidade de indenização prévia para as desapropriações, dentre outras limitações. Ao fim e ao cabo, o projeto de reforma agrária ampla e massiva, pelo qual os movimentos dos trabalhadores rurais lutaram, saiu derrotado.

Tais embates reconfiguraram a luta de classes no campo brasileiro, com o surgimento do MST, em 1984, o qual adotou a tática de ocupações de terras

improdutivas para dar nova voz à luta pela reforma agrária no país. Tal movimento buscava escapar das restrições políticas do movimento sindical, retomar e ampliar o debate sobre reforma agrária, indicando como um dos seus princípios a superação do capitalismo. Contudo, com as derrotas sofridas na Constituinte, as desapropriações federais nos anos 80 tiveram o sentido de amenização de conflitos em áreas mais tensas e arrefeceram a força da luta camponesa. No caso do ERJ, tivemos a criação dos assentamentos São Roque (Paraty) e Santo Inácio (Trajano de Moraes), por força e ação dos sindicatos rurais, sob a influência da CPT, além de outros na Baixada Fluminense. Já o MST, iniciou sua militância nos anos 80, entretanto, tendo encontrado dificuldades em lidar com as particularidades regionais, reinvestiu no trabalho de militância no ERJ a partir dos anos 90. Com efeito, a luta empreendida pelo MST nos anos 90 resultou no assentamento Capelinha (Conceição de Macabu) e Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes), dentre outros.

Na sequência do mandato de Leonel Brizola, o governo de Moreira Franco (gestão de 1987 a 1990, do PMDB) criou em 1988 a Secretaria do Estado de Assuntos Fundiários e, em 1990, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), para tratar da política fundiária urbana e rural. Entretanto, o programa de regularização fundiária não alcançou suas metas e, portanto, não reverteu a inviabilidade econômica da pequena produção e, conseqüentemente, o esvaziamento do meio rural fluminense.

Em termos de transformações econômicas, a região Norte sofreu impacto com a criação do que veio a se tornar a maior bacia de exploração de Petróleo do país, a bacia de Campos. Desde então, a indústria do Petróleo e os serviços correspondentes à sua reprodução impactam a economia na região Norte, liberando-a de sua dependência exclusiva da produção canavieira. Nesse processo, a cidade de Macaé se constituiu enquanto uma base fundamental para a Petrobrás na região, colaborando para a dinamização regional, para além da cidade de Campos. Outrossim, abriu-se um processo de municipalização na região, sobretudo após a abertura da exploração do petróleo ao capital internacional, para a arrecadação dos royalties que “são instrumentos estabelecidos por lei para compensar a sociedade pela exploração dos recursos escassos e não renováveis, como é o caso do petróleo e do gás natural” (MARAFON et al., 2011, p. 37).

A herança desse conjunto de transformações operadas no ERJ se expressa numa drástica redução do número, do tamanho (área) e da produção dos estabelecimentos agrícolas, dos empregos no setor e, conseqüentemente, da população rural, conforme demonstram as tabelas abaixo.²²¹

Tabela 1 – Dados estruturais dos Censos Agropecuários de 1970/2006 do ERJ

Dados estruturais	Censos Agropecuários					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	77 428	76 235	77 671	91 280	53 680	58 887
Área ocupada (ha)	3 316 063	3 446 176	3 181 385	3 264 149	2 416 305	2 629 365
Pessoal Ocupado	245 649	278 564	301 688	321 912	174 274	157 492

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970-2006.²²²

Tabela 2 – População Residente por Local de Domicílio e Taxa de Urbanização – Rio de Janeiro – 1940/2010

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
1940	3 611 998	2 212 211	1 399 787	61,20%
1950	4 674 645	3 392 591	1 282 054	72,6%
1960	6 649 646	5 252 631	1 397 015	79%
1970	8 994 802	7 906 146	1 088 656	87,90%
1980	11 291 520	10 368 191	923 329	91,80%
1991	12 807 706	12 199 641	608 065	95,30%
1996	13 406 379	12 806 488	599 891	95,50%
2000	14 367 083	13 798 096	568 897	96%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

²²¹ Não cabe, neste estudo, pormenorizar esse controverso debate sobre o grau de urbanização/ruralização do país. Contudo, indicaremos algumas nuances dessa conversa. José Eli da Veiga questiona os critérios para a distinção entre o urbano e o rural do IBGE em sua obra: **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula (São Paulo: Autores Associados, 2002). Mais recentemente Rua (2006, p. 93) declarou: “Aspecto mais importante ainda é o risco que se corre ao distinguir estatisticamente urbano e rural, como se faz no Brasil, desde 1938, com a definição oficial do que é urbano. Rural é tudo o que não é urbano. As prefeituras, em busca de mais tributos arrecadados, têm todo o interesse em criar ‘espaços urbanos’. Ao IBGE cabe acatar tais definições, mesmo que, de há muito, tente formular outras demarcações. Ao enfatizar-se as definições estatísticas corre-se o risco de obscurecer o movimento contraditório que marca as interações espaciais na atual de unificação diferenciadora do espaço do capital. Reconhecemos, entretanto, que é necessário buscar formas de analisar o real e, para isso, utilizar os instrumentos disponíveis, mas com muito cuidado”. Por outro lado, rompendo com a dicotomia dos intelectuais que defendem a urbanização do rural ou a ruralização do urbano, Oliveira (2013, p.105-106) aposta numa abordagem mais dialética afirmando: “Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que ‘a estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem’, como disse um dia o genial economista Josué Juliano de Carvalho Filho, da FEA-USP, nas reuniões de elaboração do II Plano Nacional da Reforma Agrária no Governo Lula [...] Assim, o Brasil rural virou urbano, ou, então, o Brasil urbano virou rural [...] É muito provável que nem um nem outro tenha razão [...] É possível que tenha faltado a necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados”.

²²² Para detalhamento das informações dos Censos, consultar Alentejano (2006).

Nesse contexto, o desenvolvimento agrícola e a questão fundiária nacional trouxeram novos dilemas para as lutas camponesas. Num estudo de 2003, Cruz (2003, p. 134) recupera uma síntese sobre o processo da luta camponesa no ERJ:

Novicki (1994), ao considerar a luta pela terra no período entre 1950 e 1982, identificou três diferentes conjunturas: no pré-64, de politização da questão agrária, com iniciativas do campesinato, principalmente na baixada fluminense (ação das Ligas Camponesas); no período de 64 a 78, de despolitização autoritária em que os trabalhadores rurais desenvolveram uma resistência atomizada; e no pós-79, de repolitização com o aparecimento de novos movimentos de trabalhadores rurais (com o surgimento de mediadores como a CPT/RJ, o Núcleo Agrícola Fluminense, o MST/RJ, além das ações já existentes da FETAG) e ocupações de terras. Estendendo essa análise à época mais recente, Alentejano (1997) acrescenta os períodos de 88 a 94, com o refluxo dos movimentos e sua desmobilização e o pós-94 com a retomada das lutas, a rearticulação das entidades e o reinício de ocupações.

Cabe-nos ainda atualizar esse debate a partir do ingresso no século XXI, que se caracteriza pela retomada da reprimarização da economia assentada no agronegócio. Nota-se que, se diante da crise econômica dos anos 80 cortaram-se os fortes subsídios públicos, via crédito, para as produções em larga escala, a partir dos anos 90 esse quadro se altera, chegando a incluir como política de crédito a agricultura familiar através do PRONAF, ainda que de forma desproporcional em comparação à agroexportação. Na entrada dos anos 2000, sobretudo com a política econômica dos governos petistas, a partir de 2003, o agronegócio passa a ocupar um lugar estratégico de sustentação econômica com sérios efeitos socioambientais. Doravante, a produção agrícola nacional volta a se assentar na política pública de crédito que beneficia, com volumosos recursos, a produção de commodities²²³ sob a justificativa de garantir a balança comercial, em detrimento da pequena produção. Com efeito, essa dinâmica se integra ao plano internacional em que a produção mundial é ditada pela hegemonia do capital financeiro ameaçando severamente a

²²³ Conforme acompanhamos no capítulo 2, a partir das considerações de Delgado (2012), na particularidade agrícola as commodities expressam a financeirização da produção, ou seja, foram criadas para antecipar os preços através da especulação mercantil, transportando as mercadorias no tempo. Essa dinâmica se caracteriza pela integração de capitais com participação direta do Estado por meio da política de créditos que beneficia os grandes proprietários de terras. Em síntese, ela se assenta no tripé: monopólio da terra, crédito e Estado. Nota-se que o valor dessa produção não é determinado pelo custo real de produção, mas pelas negociações internacionais, o que vulnerabiliza a economia nacional, conforme nos indica Stédile (2013, p. 23): “Os preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional já não têm mais relação com o custo médio de produção e o valor real medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Eles são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas”.

segurança alimentar e, portanto, a soberania dos povos, conforme nos indica Oliveira (2013, p. 131-132):

Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial, o país exportou produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados); carnes (bovina, suína e aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações. Mas quis a ironia que em 2003 o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além, evidentemente do trigo. *Assim, o mesmo Brasil moderno que exporta tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e tem que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país [grifo nosso].*²²⁴

Nesse contexto, buscaremos identificar como o desenvolvimento agrícola se expressa atualmente na realidade fluminense e quais os dilemas enfrentados pela militância camponesa diante de um Estado com alto grau de urbanização e que adota uma política que se alinha com a política nacional neoliberal, sob a roupagem neodesenvolvimentista, que busca conciliar a acumulação de capital de setores da burguesia com programas sociais compensatórios, para remediar os efeitos sociais do desenvolvimento em curso.

4.2.2 Neoliberalismo, agronegócio e conflitos no campo

Antes ainda de aprofundarmos o estudo sobre a particularidade regional, destacamos que a resposta dos governos federais de orientação neoliberal ao quadro mais amplo da questão agrária nacional e do desenvolvimento agrícola, em síntese, tem sido: de promoção de políticas de acesso à terra via mercados; de créditos voltados para a integração vertical dos produtores considerados eficientes; de fomento aos pacotes tecnológicos que associam o uso de sementes transgênicas com o uso de defensivos que causam danos agudos e crônicos aos trabalhadores rurais, danos ambientais através do envenenamento do solo, água, ar e dos próprios alimentos que chegam à mesa dos consumidores; de reprimarização da economia por meio da prevalência do latifúndio, associado ao capital internacional para a produção de commodities, e da exploração predatória de minérios; da combinação

²²⁴ Para aprofundamento sobre o primeiro governo Lula e a integração do Brasil à economia mundializada, consultar OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, J. P. (org). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Em 2016, no Brasil, onde sobra soja, falta feijão, demandando políticas para facilitar a importação do grão que integra a cesta básica do trabalhador (cf. URIBE; CUCOLO, 2016, CUCOLO, 2016).

de alta tecnologia empregada no agronegócio com trabalho análogo ao escravo; de estrangeirização de terras²²⁵ e crescimento de ocupação de territórios indígenas e de populações tradicionais, em nome do desenvolvimento; de projetos de desenvolvimento territoriais sustentáveis combinados com políticas sociais compensatórias que não alteram a estrutura da produção agrícola; dentre outras expressões. O resultado desse modelo de desenvolvimento tem sido a intensificação da concentração de terras, mesmo nos governos petistas, tendo em vista que as metas do II PNRA não foram alcançadas, aprofundando as mazelas sociais, pois segundo Stédile (2013, p. 28-29):

O índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do INCRA, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por elas passou de 182 milhões de ha para 265 milhões ha em apenas 8 anos.

De forma complementar, o estudo de Teixeira (2013), igualmente baseado no cadastro do INCRA, que se baseia na Lei Agrária de 1993, para definir as áreas de minifúndio, pequena, média e grande propriedade e propriedade improdutiva, revela que entre 2003 e 2010 a área total de minifúndios diminuiu de 9,40% para 8,20%; a da pequena propriedade passou de 17,80% para 15,60% e a da média propriedade foi reduzida de 21,20% para 20%. No mesmo período, a área da grande propriedade passou de 51,60% para 56,10%, sendo que no interior dessas grandes propriedades se constatou um crescimento da área improdutiva de 62,3% em 2003 para a ordem de 71,7% em 2010.²²⁶ Destaca-se ainda que o crescimento da grande propriedade não se traduz em ampliação do emprego rural e sua melhora salarial, corroborando a análise de Delgado (2012), apresentada no capítulo 2. Ao contrário, ao submeter à análise os dados apurados pelo Censo Agropecuário de 1995-1996, do IBGE, nota-se que o

[...] número de pessoas ocupadas no campo indica que *as pequenas unidades de produção geraram mais de 14,4 milhões de emprego, ou*

²²⁵ Segundo Stédile (2013, p. 29): “estima-se que as empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de ha de terras no Brasil”.

²²⁶ Teixeira (2013) apresenta igualmente dados das diferentes regiões do país. Não trata especificamente da realidade do ERJ, mas no que diz respeito ao sudeste recupera dados que indicam que: “a) quando se coteja a participação das áreas de cada categoria nas áreas totais dos imóveis rurais nos anos correspondentes [refere-se a 2003 e 2010], tem-se que a pequena se manteve estável (25%); a média cresceu de 28% para 30%; os minifúndios, de 10,7% para 11,4%; e as grandes tiveram redução de 35,6% para 32,6%; b) o número de grandes improdutivas teve incremento de 14,3%, sendo que a área desses imóveis improdutivos foi ampliada em 1.768.547 ha” (TEIXEIRA, 2013, p. 101).

86,6% do total. Enquanto isso, as grandes unidades foram responsáveis por apenas 2,5% dos empregos, ou pouco mais de 420 mil postos de trabalho (OLIVEIRA, 2013, p. 149, grifo nosso).

Ademais, analisando esse mesmo Censo, o autor supracitado indica que em termos de volume da produção e geração de renda, as pequenas unidades superaram as médias e grandes, o que evidencia que a reforma agrária não é uma pauta do passado, mas uma necessidade concreta para o presente e o futuro do país.

Não por acaso, esse processo é acompanhado pelo protagonismo dos movimentos sociais brasileiros, sobretudo dos que compõem a Via Campesina, na luta pela terra, contra esse modelo que extrai de maneira predatória os recursos naturais e superexplora a força de trabalho e continua tendo como resposta do Estado a criminalização, como confirmam os dados da CPT sobre o aumento dos conflitos no campo no período do boom do agronegócio,²²⁷ como veremos na sequência.

No âmbito nacional, o último relatório da CPT sobre Conflitos no Campo revela que entre os anos de 2005 e 2014 houve o aumento do número de conflitos por terra, que passou de 777 para 793 em 2014, chegando ao ápice de 816 em 2012. Nota-se que no mesmo período (2005-2014) houve redução: do número de ocupações, que passou de 437 para 205; da incidência de acampamentos de 90 para 20; do número de mortes, de 38 para 26; de número de pessoas envolvidas, de 803.850 para 600.240; de hectares envolvidos, de 11.487.072 em 2005 para 8.134.241. Outrossim, houve redução de conflitos trabalhistas, passando de 454 para 141. Contudo, o número de conflitos por água teve um aumento expressivo, passando da ordem de 71 para 127 e envolvendo de 162.315 pessoas em 2005 a 214.075 em 2014. No balanço geral, somente em 2014 ocorreram 1286 conflitos, envolvendo 817.102 pessoas, ainda sobressaindo a incidência de conflitos por terra, apesar do significativo crescimento dos conflitos por água nos últimos nove anos, conforme a tabela abaixo:

²²⁷ Segundo dados reunidos pela CPT no documento Conflitos no Campo – Brasil 2013 e 2014, no período de 2004 a 2014 houve redução do número de ocupações e acampamentos. Entretanto, aumentou o número de conflitos pela terra e de conflitos pela água. Cf. nos referidos documentos a tabela “Comparação dos conflitos no campo (2004-2014)”.

Tabela 3 – Nº Conflitos no Campo e pessoas envolvidas no Brasil por motivo - 2014

BRASIL		
	CONFLITOS	PESSOAS
TERRA	1.018	600.240
TRABALHO	141	2.787
ÁGUA	127	214.075
SECA		
TOTAL	1.286	817.102

Fonte: CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2014

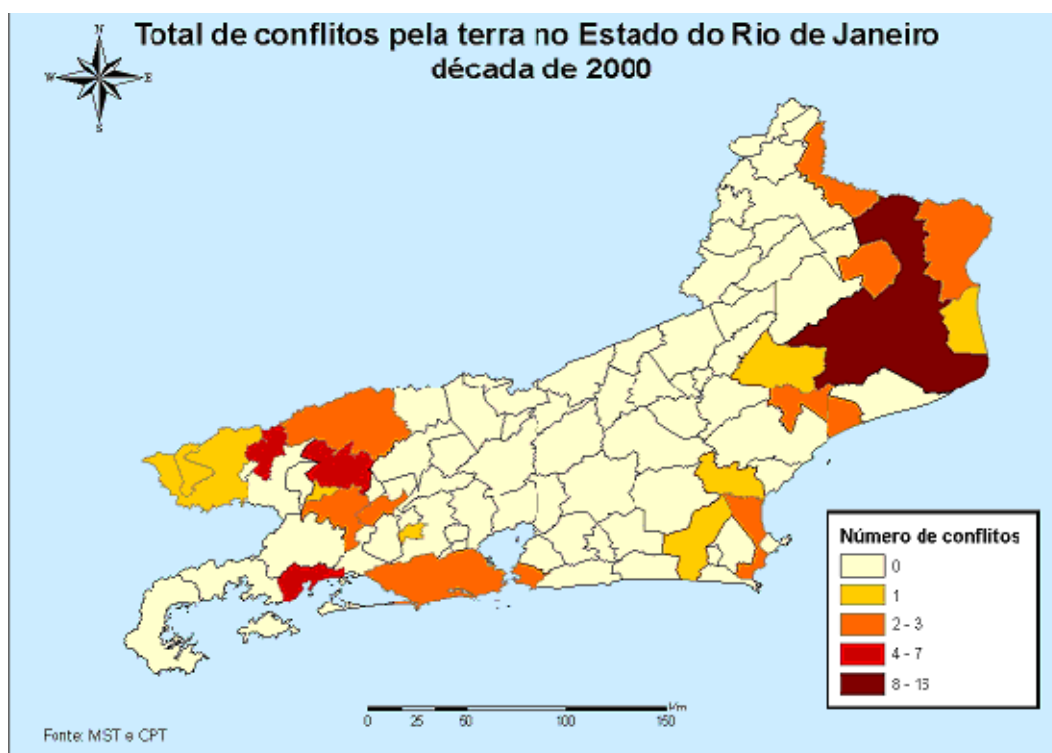
Submetendo à análise crítica esses dados da CPT sobre conflitos no campo, em 2014, Medeiros (2014) observa que a tendência de redução do número de acampamentos tem sido acompanhada do aumento de despejos, alcançando a soma de 12.188 famílias que vivenciaram essa situação no referido ano, denotando que o próprio Estado tem sido agente direto dessas ações por meio do Poder Judiciário. De forma complementar, a autora infere que as ações dos acampamentos vêm reduzindo, mediante sua perda de eficácia como instrumento de pressão para alavancar a reforma agrária. Ademais, no mesmo período, essa população foi alvo de políticas compensatórias como o Bolsa Família. Nesse sentido, o Estado brasileiro vem combinando a criminalização dos movimentos sociais camponeses com políticas públicas que despolitizam a questão agrária e arrefecem as lutas sociais, traduzindo-se num perverso e velho conhecido binômio de coerção e consenso.

No que diz respeito à particularidade do nosso estado, se o ERJ tem a “vantagem” de não ser alvo privilegiado de intensificação do agronegócio, em comparação com outras regiões do país, veremos que ele sofre as refrações da integração a essa dinâmica, sobretudo com a produção de cana-de-açúcar na região Norte e com o projeto do governo do ERJ para a silvicultura. Atestando o interesse diferenciado do agronegócio no país, Stédile (2013, p. 29-30) assinala que:

O agronegócio possui prioridades regionais para a sua expansão. A soja é prioridade para todas as regiões. A cana, na região centro-sudeste. A celulose, no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Já a madeira para produção de carvão ganha dimensão no Norte do país e em Minas Gerais, sobretudo onde se instalaram a indústria siderúrgica. No seminário nordestino, as frutas irrigadas. E, no litoral do Nordeste, o camarão cultivado. E a pecuária extensiva vai ficando nas regiões mais degradadas e na fronteira agrícola, reservando a terra para o avanço paulatino do capital. Quanto à pecuária leiteira, esta vem sendo empurrada para região Sul do Brasil, na medida em que a cana vai ocupando pastagens do Sudeste. Outro produto importante é o algodão, que cresce nas grades fazendas do Centro-Oeste.

Num relevante estudo sobre os conflitos rurais no ERJ desde os anos 1950 até a primeira década do século XXI, Alves et al (2010) demonstram o crescimento da sua ocorrência. Se nos anos 1950 os conflitos se concentravam na região metropolitana, a partir dos anos 60 se espriam pelo interior do estado, seja em função de resistência para permanência na terra ou em função da sua ocupação por sem terras. A seguir, apresentamos o mapa dos conflitos rurais nos anos 2000 localizando sua incidência territorial.

Figura 1 - MAPA do total de conflitos pela terra no ERJ na década de 2000



FONTE: MST E CPT (extraído de ALVES et al, 2010, p.6)²²⁸

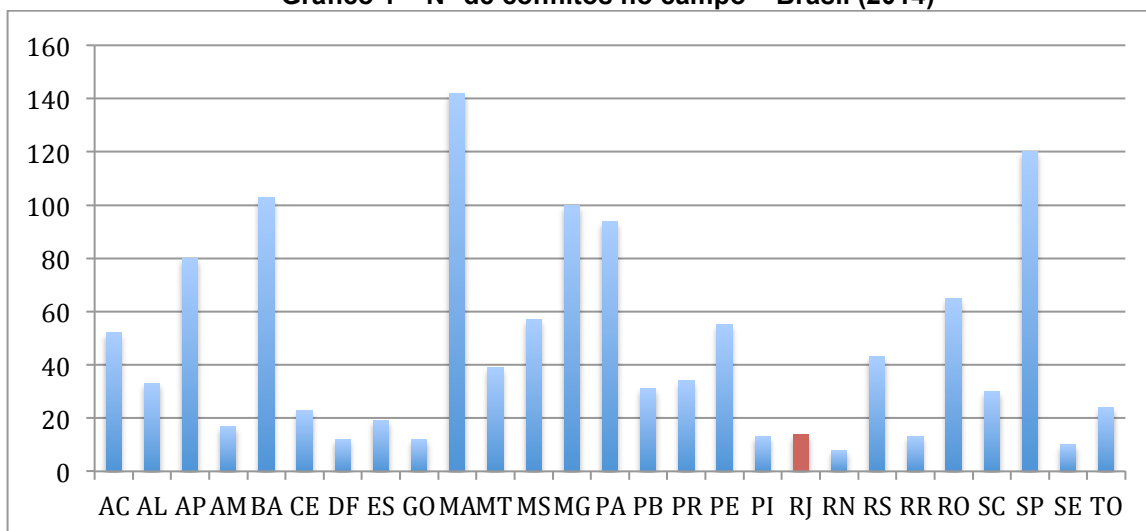
Ou seja, ainda que o ERJ não tenha participação expressiva no agronegócio de *commodities* agrícolas, não significa que esteja imune à violência, tanto da iniciativa privada quanto do poder público, em função da luta pela permanência na terra. Porto-Gonçalves e Cuin (2013) indicam que, em 2013, o grau de famílias envolvidas em conflitos foi considerado altíssimo no nosso Estado, bem como a intensidade da violência por parte do poder privado. No caso da violência por parte do poder público, foi considerado de altíssimo grau em função de prisões e ações de

²²⁸ Cf. ALVES et al. Atlas dos conflitos fundiários rurais do Estado do Rio de Janeiro. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre: Anais ABG, 2010.

despejo atreladas aos empreendimentos de desenvolvimento em curso na atualidade, muitos dos quais custeados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).²²⁹

Debruçando-nos sobre a particularidade do ERJ em 2014, vemos que houve apenas 14 conflitos, mas com o envolvimento de 53.324 pessoas, confirmando a tendência já indicada por Porto-Gonçalves e Cuin no relatório de 2013 de altíssimo grau de pessoas envolvidas em conflito no campo fluminense. Intriga-nos o fato de um Estado com alto grau de urbanização como o nosso ter um número tão expressivo de pessoas envolvidas em conflitos no campo, o que merece uma investigação aprofundada, mas que buscaremos tratar aqui de forma parcial, a partir das entrevistas às lideranças estaduais dos movimentos camponeses e de documentos produzidos pelos próprios movimentos, associações profissionais, fundações de direitos humanos, em função dos limites desta pesquisa. Nos gráficos seguintes, buscamos enfatizar a particularidade regional diante do quadro nacional, a partir dos dados fornecidos pela CPT.

Gráfico 1 – N° de conflitos no campo – Brasil (2014)

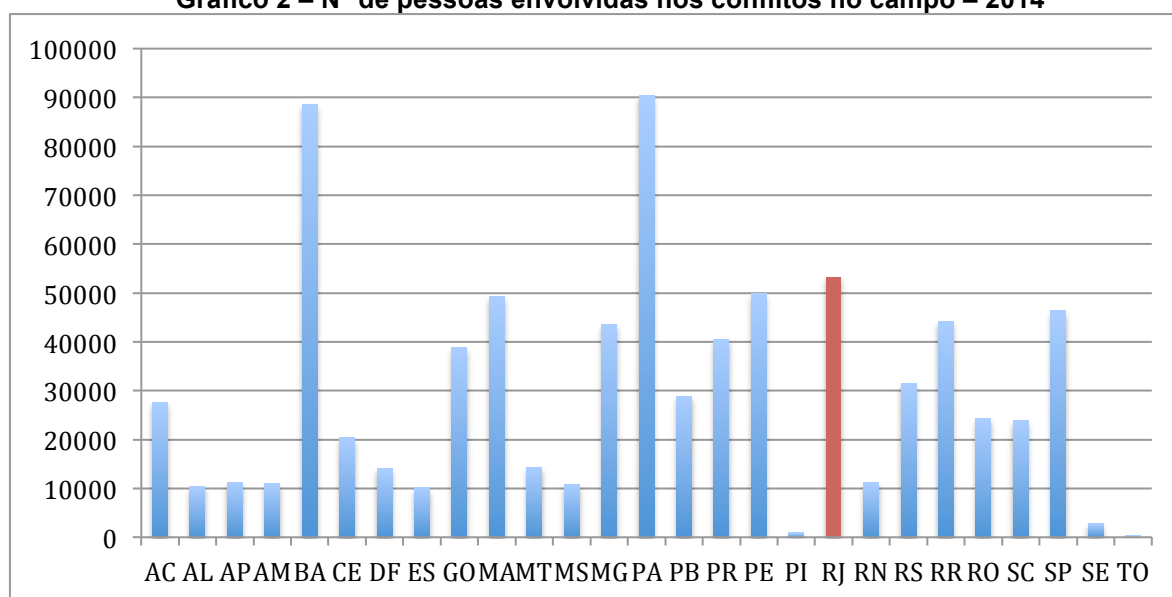


Fonte: CPT. Conflitos no Campo 2014 (organizado pela autora)

²²⁹ O PAC é um programa de retomada do desenvolvimento a partir do crescimento econômico, que se tornou uma marca dos governos petistas: “Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável... Em 2015, se destaca como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. Essa é a essência de um programa sequenciado de obras que gera desenvolvimento e oferece melhor qualidade de vida aos brasileiros. Continuar apostando na conclusão dos projetos e obras de infraestrutura em todos os setores nos próximos anos é o grande desafio do PAC, só assim será possível entregar a cada cidadão um país melhor para se viver” (BRASIL, s/d).

Em nosso Estado, no ano de 2014, destaca-se que 7 conflitos oriundos da problemática da água afetaram 9.806 famílias, enquanto 6 conflitos pela terra afetaram 858 famílias e 1 conflito por questão trabalhista envolveu 4 trabalhadores. Dessa forma, totalizamos 14 conflitos com o envolvimento de 53.324 pessoas, apresentando um forte descompasso em comparação ao cenário nacional, pois se apresentou um dos menores índices de incidência de conflitos, no que diz respeito ao número de pessoas envolvidas ocupou o 3º lugar no ranking nacional, ficando atrás somente do Pará e da Bahia. Aprofundaremos os dados apresentados pela CPT mais adiante, quando problematizaremos as análises dos movimentos camponeses, sindical e organizações populares sobre os conflitos oriundos dos efeitos socioambientais dos projetos de desenvolvimento em curso.

Gráfico 2 – N° de pessoas envolvidas nos conflitos no campo – 2014



Fonte: CPT. Conflitos no Campo 2014 (organizado pela autora)

Mediante o trato dado pelo governo federal ao desenvolvimento agrícola brasileiro, com fortes efeitos sobre a questão agrária, cabe-nos ainda mensurar as políticas estaduais de desenvolvimento e suas parcerias com o governo federal, governos municipais e agências financeiras internacionais, bem como seu enfrentamento por parte dos movimentos sociais camponeses, na perspectiva de avaliar se têm tido êxito para a população camponesa, diminuindo a violência no campo. Dessa forma, buscaremos analisar os efeitos socioambientais dos projetos

de desenvolvimento econômico em curso no ERJ, os chamados grandes empreendimentos, que aprofundam a desterritorialização e desagregação, bem como as políticas de “desenvolvimento rural sustentável” como “resposta” às demandas sociais do meio rural fluminense.

4.2.3 Desenvolvimento do ERJ nos marcos do neoliberalismo

Frente ao quadro agrário nacional, as ações governamentais da década de 90 não alteraram significativamente a estrutura agrária do estado do Rio de Janeiro. O segundo governo de Brizola (1991-1994) criou a Secretaria de Estado de Urbanização, Habitação e Assentamentos Humanos, em 1991, à qual se vinculou o ITERJ e a Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, perante o crescimento dos conflitos urbanos após a reabertura política. O governo de Marcelo Alencar (PSDB, 1995-1998) elaborou o primeiro plano plurianual do ITERJ, que voltou a se vincular à Secretaria de Estado de Justiça e Interior. A maior parte dos assentamentos se deu na região metropolitana. No governo Antony Garotinho (PSB/PT, 1999-2002), o ITERJ foi vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior (SEAAPI), no ano 2000. Na ocasião o instituto contabilizava 40 assentamentos rurais, que beneficiaram 4.505 famílias, e 162 comunidades urbanas, que beneficiaram 99.720 famílias (CRUZ, 2003). Por pressão dos movimentos sociais, contando com as ocupações de terra pelo MST nos anos 90, o INCRA realizou algumas desapropriações no período.

Considerando que o ITERJ, ao longo de sua história, vem priorizando os conflitos urbanos e que a regularização de assentamentos rurais é prerrogativa do governo federal, dedicar-nos-emos a compreender a dinâmica econômica do ERJ e seus efeitos para os movimentos sociais camponeses, o que extrapola em demasiado as ações do referido instituto.

A partir de meados dos anos 90, nos marcos da orientação política neoliberal, o ERJ retoma o estímulo às atividades econômicas em setores diversos, sobretudo no naval, têxtil e serviços, ligados ao turismo e à atividade petrolífera. Ademais, como nos indicam Marafon et al. (2011), houve investimento na malha rodoviária, permitindo uma mobilidade mais rápida entre a Região Metropolitana e o interior do Estado. Contudo, destaca-se que os investimentos em direção ao interior renovam desigualdades, pois privilegiam determinadas regiões em detrimento de outras, no

sentido de favorecer os interesses dos empreendimentos capitalistas e não as necessidades sociais.

Na mesma direção, Cruz (2013) indica a importância de estudos que deem visibilidade aos efeitos socioeconômicos do desenvolvimento econômico em curso, que vem interiorizando sua dinâmica, saindo do eixo da Região Metropolitana. A retomada da participação do ERJ na economia nacional, a partir de meados dos anos 90, apresenta como eixos para os anos seguintes:

[...] investimentos industriais, de logística e infraestrutura que atrelam os usos e funções do território à estratégia internacional da economia brasileira, apropriando-se, e em determinadas situações, sequestrando os recursos construídos ao longo da sua história (CRUZ, 2013, p. 59).

De forma complementar, Alentejano (2005) considera que, na entrada do século XXI, desenvolve-se um processo de reindustrialização do ERJ, deslocado da região metropolitana. Nesse cenário, os eixos de urbanização/industrialização se ampliam para outras regiões, sendo acompanhadas de uma revalorização do espaço rural. Dito de outra forma, o rural passa a ser visto não mais exclusivamente como produção agropecuária, mas como lugar de moradia, lazer, turismo e de uma agricultura alternativa, experimentada tanto por herdeiros da agricultura tradicional em transição para tecnologias mais sustentáveis quanto pelos chamados neorrurais, que migram da cidade para o campo em busca de uma vida mais próxima da natureza e de uma alimentação mais saudável. Nos termos de Alentejano (2005, p. 66-67):

Esta revalorização do rural se expressa no avanço do ecoturismo, na expansão de atividades de lazer em áreas rurais, como pesque-pagues e hotéis-fazenda, e na conversão de antigas áreas agrícolas em área de veraneio e segunda moradia para as classes média e alta da Região Metropolitana. Expressa-se também no desenvolvimento de formas de produção agrícolas alternativas que incorporam crescentemente a dimensão ambiental, respeitando a diversidade dos ecossistemas, em oposição ao modelo homogeneizador da revolução verde.

Na região Serrana, observa-se o crescimento de atividades pluriativas (combinação da renda advinda de atividades agrícolas e não agrícolas)²³⁰ diante da

²³⁰ Nossa hipótese é a de que o conceito de pluriatividade se limita a descrever a precarização do trabalho do pequeno agricultor, não avançando na explicação de suas determinações fundamentais. Ademais, conforme vimos com Lustosa (2012), a pluriatividade pode expressar a reestruturação produtiva no campo, aliviando a produção agropecuária de encargos trabalhistas. Acrescentamos que o mesmo pode ocorrer para a inserção precarizada no mercado de trabalho urbano. No limite, apesar de ampliar os horizontes das atividades no campo para além da produção estritamente agrícola, como no caso do agroecoturismo, a pluriatividade revela as estratégias individuais de sobrevivência das famílias camponesas.

pressão que os pequenos agricultores sofrem pelo o aumento do valor das terras, que acompanha a expansão turística na região. Na região Noroeste, apesar de diferenciações internas, no conjunto, permanece o esvaziamento. Já na região Norte, abre-se uma disputa política pela questão fundiária com a crise do setor canavieiro. Ou seja, enquanto nas demais regiões os processos de desenvolvimento em curso acabam por não encontrar resistências e enfrentamentos expressivos, na região Norte, ao contrário, o MST lidera um processo de oposição à lógica de desenvolvimento vigente, promovendo ocupações de terras que tiveram como resultado alguns projetos de assentamentos rurais. Veremos oportunamente, a partir das entrevistas aos movimentos camponeses no ERJ, uma atualização desses conflitos, tendo em vista que são sistematicamente silenciados pela grande mídia e mesmo pela produção de conhecimentos, que relega tais lutas a um plano secundário.

4.2.3.1 O projeto de desenvolvimento do PMDB para o ERJ

Os últimos governos estaduais do RJ vêm se caracterizando por recuperarem e explicitarem o caráter de indução e de financiamento do desenvolvimento econômico por parte do Estado, privilegiando grupos corporativos. Trata-se de um fenômeno que merece investigação, tendo-se em vista que os recursos públicos deveriam privilegiar o atendimento às necessidades dos trabalhadores que sustentam essa economia, direta ou indiretamente, e que o Estado do Rio de Janeiro vem se destacando novamente no cenário econômico nacional, expressando a implementação de um determinado modelo de política econômica.

Segundo dados da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), o Estado do RJ respondeu em média, considerando-se o período de 1995 a 2010, por 11,3% do PIB nacional, ocupando a segunda colocação nessa contribuição. No mesmo período, São Paulo respondeu por 33,5% e Minas Gerais por 8,9% (CEPERJ, s/d). Se destacarmos apenas o ano de 2010, verificamos que o estado do RJ respondeu por 10,8% do PIB do país, São Paulo, por 33,1% e Minas Gerais por 9,3% (CEPERJ, 2012b). Destacamos que se trata de um dos menores estados do país, mas o terceiro mais populoso, o que dá a dimensão da complexidade de se avaliar os efeitos dos projetos de desenvolvimento em curso para a população fluminense.

Ressalta-se, ainda, que a desigualdade econômica em nível nacional se expressa internamente no estado do Rio de Janeiro, pois ao considerarmos todos os municípios do estado, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, é perceptível a desigualdade entre as diferentes regiões e dentro das mesmas.

Em relação ao desempenho municipal em 2010, cinco municípios destacaram-se na liderança das participações no PIB do Estado, mantiveram suas posições no ranking e concentram 64,9% da economia fluminense, contra 66,3% em 2009: Rio de Janeiro (48,2% em 2009 e 46,7% em 2010); Duque de Caxias (6,9% e 6,5%); Campos dos Goytacazes (5,7% e 6,2%); Macaé (2,7% e 2,8%) e Niterói (2,8% e 2,7%) (CEPERJ, 2012a, p. 2).

Destaca-se que as regiões do Norte fluminense e das baixadas litorâneas se caracterizam pelo forte desempenho na atividade de extração de petróleo e gás. A cidade de Macaé figura entre os cinco principais municípios que contribuem para o PIB do Estado. A atividade da agropecuária foi alavancada, em 2010, pelos municípios de Campos dos Goytacazes (7,8%), Teresópolis (6,2%), São Francisco de Itabapoana (4,9%), Nova Friburgo (4,3%) e Rio de Janeiro (4,1%). As especializações ficam em torno da produção de cana-de-açúcar, hortaliças e pesca. No setor industrial, os municípios que se destacaram foram: Rio de Janeiro (23,2%), Campos dos Goytacazes (18,8%), Duque de Caxias (8,8%), Macaé (4,5%) e Rio das Ostras (4,4%), com destaque para a indústria da cadeia do petróleo. Já o setor de serviços²³¹ tem maior contribuição dos municípios: Rio de Janeiro (50,8%), Duque de Caxias (6,1%), São Gonçalo (3,3%), Niterói (3,2%) e Nova Iguaçu (3,0%).

Outro dado relevante diz respeito à participação de cada atividade econômica no valor adicionado bruto estadual, bem como internamente, nos diferentes municípios. Em 2010, a agropecuária respondeu por 0,42%, a indústria por 28,05% e o setor de serviços por 71,53%. Mesmo apresentando uma ligeira queda com relação a 2009 (73,16%), o setor de serviços continua sendo o mais importante no ERJ. Em 2010, o município do RJ permaneceu dando o tom dessa tendência econômica, com a agropecuária figurando com 0,04%, a indústria, 15,21% e o setor de serviços por 84,75% do valor adicionado no município. Entretanto, ao se analisar os dados das regiões de governo, percebe-se que cada município prioriza e investe

²³¹ O CEPERJ compreende que o setor de serviços abrange: comércio e serviços de reparação e manutenção; alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correios; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; serviços prestados às famílias e associativas e serviços domésticos; serviços prestados às empresas; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; saúde e educação mercantis; serviços domésticos; e outros serviços.

em determinado setor econômico, cumprindo um determinado papel na economia estadual. No balanço da economia estadual, devemos destacar o protagonismo da indústria do petróleo na dinamização inclusive do setor de serviços, posto que o ERJ possui a maior bacia de petróleo do país e responde por 80% da sua produção. Dessa forma, credita-se a esse setor uma alavanca importante para a saída do período recessivo dos anos 80 e 90 do ERJ.

No âmbito estadual, o Plano Estratégico do governo do Estado para o período de 2007 a 2010 denota uma política alinhada à política nacional, com o Estado assumindo um papel importante, investindo recursos públicos no desenvolvimento econômico. O documento revela explicitamente que a melhoria do ERJ, em diversos âmbitos, passa pela reestruturação do Estado, profissionalizando a gestão pública. Paradoxalmente a esse discurso, o que se assiste é uma relação de poder com a permanência de apoios políticos entre prefeituras e governo do Estado, baseados em interesses econômicos e religiosos – o que mereceria aprofundamento, mas escapa do escopo da presente pesquisa.

O referido Plano prevê uma agenda ampla de ações que envolvem: uma política de incentivos fiscais, investimentos em segurança pública,²³² saúde e educação, em infraestrutura (Arco Metropolitano, duplicação da BR-101, despoluição das baías de Sepetiba e Guanabara, investimentos em transporte público) e a implementação do PAC (urbanização de favelas, saneamento básico na região metropolitana, etc.). Apesar dos níveis de violência, pobreza e desigualdade, o Plano aposta no desenvolvimento a partir dos seguintes atrativos: dinâmica da indústria do petróleo; capital humano, tendo-se em vista a congregação de diversas universidades no ERJ; posição geográfica favorável, situando-se numa região de importância econômica, dividindo seu destaque com o parque industrial paulista, o complexo metalúrgico mineiro e o setor petrolífero capixaba, além de dispor de um complexo portuário; preservação ambiental; beleza natural e cultural.

Como horizonte para 2010, o Plano previa:

[...] articular objetivos e atrair investimentos através do diálogo e de uma estratégia proativa de promoção, visando ao aproveitamento de todas as oportunidades que se apresentem para a promoção de investimentos públicos – em todas as esferas – e privados, e internalizar o desenvolvimento econômico e social.

²³² Ironicamente, o Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro compreende que a violência é um empecilho que inibe investimentos no Estado, e não uma expressão do desenvolvimento econômico profundamente desigual, que marca a história do país e do ERJ, o qual alcança os maiores índices de homicídios do país.

Atenção especial deverá ser dada à internalização e maximização dos benefícios dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento localizados no Rio de Janeiro, assim como dos grandes investimentos estruturadores privados (RIO DE JANEIRO, [2007?], p. 46, grifo do autor).

Segundo o Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Rio, o plano retoma a ideia de um investimento que aproveite as “vocações regionais”, conforme podemos constatar no próprio Plano:

De maneira complementar, o Rio de Janeiro deve aproveitar o momento muito favorável que vive, em termos de *investimentos públicos e privados, para alavancar e internalizar o desenvolvimento econômico*. Isso deve se dar de maneira distribuída em todo o território, principalmente no sentido das vocações regionais, como, por exemplo, as áreas de celulose e etanol no Norte e Noroeste fluminense. (RIO DE JANEIRO, [2007?], p. 5, grifo do autor).

De início, destacamos que o uso da terminologia “vocação” tem a clara intenção de obscurecer o processo histórico, naturalizando uma dinâmica econômica orientada pela busca do lucro que tem como contraface o crescimento da desigualdade social. Nesse sentido, relegar a explicação econômica para uma justificativa “vocacional”, naturaliza, por exemplo, a escravidão, a colonização pela qual passamos, bem como a sua fase contemporânea, a que alguns autores denominam de neocolonialismo, por entender que continuamos com a função primordial na divisão internacional do trabalho de alimentar o mundo capitalista de matérias-primas, mesmo gozando de liberdades democrático-republicanas. Na direção contrária, é preciso revelar que por trás das “vocações regionais” há um conjunto de interesses de grupos privados que, através da direção do Estado, vão reproduzir um desenvolvimento desigual no Estado do Rio de Janeiro. Numa abordagem crítica ao Plano Estratégico em questão, a AGB-Rio (2012, p. 6) afirma:

Percebe-se que o foco dessa proposta de desenvolvimento é a articulação do poder público com grandes investidores nacionais e internacionais, com o apoio de bancos públicos federais, forjando um ‘projeto estratégico’ apresentado no Plano, pautado em interesses muitas das vezes externos à realidade fluminense.

A equipe da AGB-Rio envolvida no balanço crítico desse Plano identificou que a agricultura familiar aparece de forma incipiente. Dentre os mais de 40 projetos, ela aparece de forma direta em apenas um, que conta com financiamento do Banco Mundial para agricultores familiares de bacias hidrográficas das regiões norte e noroeste fluminense investirem em manejo sustentável da região, como uma forma

compensatória pela ampliação da plantação de eucaliptos que vem se estendendo no estado do RJ.

Destaca-se que, no Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o período de 2012-2031, indicando um ambicioso projeto de manutenção do poder político do PMDB, coloca-se em evidência a projeção internacional da cidade em função de megaeventos internacionais (reforçando a parceria com o governo federal), como os Jogos Militares em 2011, a Copa do Mundo de Futebol em 2013, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, além da Rio+20 em 2012 (Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável) e a visita do Papa em 2013. T tamanha visibilidade se traduziu em rápida recuperação diante da crise internacional de 2008. Tal afirmativa do Plano evidencia que o governo almeja uma situação de destaque econômico para o ERJ na economia globalizada, renovando suas expectativas na dinâmica promovida pela indústria do petróleo, apesar da instabilidade do seu mercado no cenário internacional. Nos termos do próprio Plano, vale nos alongarmos na explicitação do projeto de desenvolvimento do governo do PMDB:

O setor de petróleo e gás, impulsionado por fatores geopolíticos, pela demanda internacional e pelo crescimento acelerado da economia doméstica, ganhou impulso na década passada e, malgrado a instabilidade dos mercados externos, irá consolidar-se com a definitiva expansão da exploração das reservas do pré-sal.

Grandes investimentos no setor siderúrgico farão do Rio, nos próximos anos, o maior produtor brasileiro de aço. A exportação de ferro, por sua vez, é uma das responsáveis pela formação de novos polos de logística, a serviço do transporte de cargas e do comércio exterior fluminense. A expansão e a produção de estaleiros prosseguem após o renascimento da indústria naval. O movimento de capitais já tem consequências nítidas no interior do estado, onde se notabilizam também as inversões privadas na indústria automobilística, que hoje atrai fornecedores de autopeças.

Até 2020, a área de desenvolvimento econômico do Governo Estadual estima que serão investidos mais de R\$ 210 bilhões em seu território. A previsão é que sejam aplicados R\$ 83 bilhões na exploração e produção de petróleo, R\$ 41 bilhões em logística, R\$ 20,9 bilhões em infraestrutura urbana, R\$ 20,1 bilhões em siderurgia, R\$ 14,8 bilhões em energia, R\$ 14,6 bilhões em petroquímica, R\$ 9,5 bilhões na indústria naval e náutica e R\$ 7,9 bilhões na indústria de transformação. Estima-se que os projetos gerem ao menos 104 mil novos postos de trabalho nas diferentes regiões fluminenses.

Entre os projetos acompanhados pela área de desenvolvimento econômico do Governo, destacam-se os valores estimados para a construção do COMPERJ (R\$ 14,6 bilhões), do Complexo do Porto do Açu (R\$ 8,3 bilhões), da Usina de Angra 3 (R\$ 4 bi), a reurbanização da área portuária da capital fluminense (R\$ 3,5 bi), a implantação do Arco Metropolitano (R\$ 1,2 bi) e a reforma do Maracanã (R\$ 700 milhões) (SEDEIS, 2011). A área da logística alavancada pela exportação de minério e pelo início da exploração das reservas de óleo do pré-sal, gera empregos e consolida as bases do futuro dinamismo de outros setores produtivos. Juntamente com o setor imobiliário, ela impulsiona ainda a construção civil, a renda e o

consumo das famílias, fonte de mais receitas para o Estado (Rio de Janeiro 2012, p. 25-26, grifo nosso).

As expectativas do governo do ERJ para com a dinamização da economia pela indústria do petróleo não são aleatórias. Ao contrário, a Emenda Constitucional nº 9, de 1995, quebrou o monopólio nacional na exploração do petróleo, abrindo o mercado brasileiro para empresas nacionais e internacionais, sob a alegação de que o país ainda importava petróleo. Em 1997, regulamentou-se a quebra do monopólio através da Lei 9.478 que, “além de regular o fim do monopólio por parte da Petrobrás, criou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)” (SALVINI; MARTINS, 2014, p. 84).

A partir de tais alterações legais, em 2006, o país conquistou a autossuficiência da produção de petróleo, o que se refletiu em transformações na pauta das exportações do ERJ.²³³ Enquanto houve uma redução na exportação de ferro, ferro fundido e aço, cresceu a exportação de combustíveis minerais, óleos minerais e betuminosas. Tal crescimento levou tais produtos a assumirem a liderança das exportações em 2013, deixando para trás, além do ferro e do aço, os seguintes setores: reatores nucleares, máquinas, instrumentos mecânicos; transações especiais; produtos químicos orgânicos; embarcações e estruturas flutuantes; borracha e derivados; veículos automóveis e outros veículos terrestres. No cenário nacional, a exportação fluminense dos combustíveis e óleos minerais ocupa o quinto lugar na pauta exportadora nacional. Tais dados expressam a contribuição do ERJ na reprimarização da economia, baseando sua exportação em commodities minerais. Já tivemos oportunidade de problematizar uma economia baseada em atividades primárias em detrimento do desenvolvimento de produtos manufaturados e de alta tecnologia. Nessa linha argumentativa:

Mattos e Carcanholo (2012) realçam as dificuldades estruturais que o Brasil enfrenta para gerar diferenciais de produtividade no cenário econômico, que fazem com que sua inserção no comércio internacional não se dê da forma desejada. Os avanços na produtividade que alguns setores apresentam têm por base a redução do emprego e/ou ganhos marginais em termos de redução de custos salariais, viabilizados por um mercado de trabalho exageradamente flexível a favor do capital. Todavia não tem acontecido de melhorias relevantes serem alcançadas através de investimentos em ciência e tecnologia (SALVINI; MARTINS, 2014, p. 85-86).

²³³ Salvini e Martins (2014), ao analisarem as exportações fluminenses entre os anos de 1990 e 2013, identificaram que entre 2000 e 2010 houve um crescimento da ordem de 1000%. Entretanto, ressaltam que tais exportações se caracterizam pela concentração em poucos produtos e com baixa densidade tecnológica.

Contudo, ao se avaliarem os projetos de desenvolvimento previstos nos planos estratégicos do ERJ, nota-se um esforço de convencimento ideológico em torno de um modelo de crescimento econômico cuja fórmula liberal equivale à compreensão de que o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento humano e social, pois com o crescimento da indústria e dos serviços, geram-se mais empregos, aumenta-se a renda das famílias, o Estado arrecada mais, o que possibilitaria um retorno para a população em termos de direitos básicos constitucionais, como saúde e educação públicas. Não obstante, o ERJ se tornou palco de contradições desses projetos de desenvolvimento, aos quais os trabalhadores/moradores vêm respondendo com luta social, a exemplo das manifestações de rua denunciando os vultosos recursos para a reforma do Maracanã, passando-o para a gestão privada, consolidando o futebol como mais um negócio lucrativo, quando no seu entorno existe população sem acesso a emprego e direitos básicos; dos moradores da Vila Autódromo que resistem aos despejos promovidos pela prefeitura do Rio de Janeiro com finalidade de valorização da área para especulação imobiliária; dos trabalhadores terceirizados do COMPERJ que fecharam a ponte Rio-Niterói, no início de 2015, denunciando os atrasos no pagamento dos salários e demissões em massa; a luta de pescadores da Baía da Guanabara e do entorno da empresa de siderurgia TK-CSA em Santa Cruz; dentre tantas outras.

Ademais, os projetos de desenvolvimento contidos no referido Plano expressam a realidade da dinâmica econômica internacional que, desde os anos 70, vem institucionalizando o debate sobre a necessidade de uma produção equilibrada com o meio ambiente. Entretanto, as ações e medidas políticas e econômicas caminham na direção oposta através de permanente privatização dos recursos naturais, tornando sua exploração lucrativa, combinada com superexploração dos trabalhadores. Apesar de o Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro reiterar que se alinha ao “desenvolvimento sustentável”, suas medidas concretas apontam para a dinamização de indústrias altamente poluentes, que contribuem para o aquecimento global e provocam danos socioambientais, o que ganhou novo fôlego com a descoberta do pré-sal em 2007. Ou seja, o referido Plano não esconde que se soma ao ideário da “economia verde”, consagrada na Rio+20. Aliás, a categoria “economia verde” é utilizada de forma reiterada no documento em questão.

Integrando os projetos de desenvolvimento do ERJ, a proposta para a agricultura fluminense é absolutamente incipiente, reiterando a problemática de um desenvolvimento que não absorverá grandes contingentes de trabalhadores, mas o fará de forma provisória e precarizada. Dessa forma, recoloca-se a necessidade de refletir e propor políticas para o desenvolvimento rural com toda a complexidade da particularidade fluminense. Ao fim e ao cabo, essa tarefa tem sido protagonizada pelos movimentos sociais camponeses, já que para o Governo do ERJ a desagregação é tomada como um fato consumado, desconsiderando a importância da geração de renda no campo, bem como a segurança alimentar e nutricional dos trabalhadores fluminenses. Contraditoriamente, a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC) vislumbra como desafio até 2031 fomentar a produção e o consumo de alimentos de qualidade; por outro lado, o próprio Plano prevê investimento em infraestrutura apenas para espaços urbanos.

Agregando contradição à política da SEAPEC, dando a entender que está atenta à dinâmica internacional dos consumidores preocupados com alimentos saudáveis, a Secretaria vê no mercado internacional uma possibilidade de estímulo à produção agrícola sustentável no Rio de Janeiro. Em outros termos, vislumbra na atividade agrícola, através da produção de orgânicos, uma oportunidade de negócio alinhado à economia verde, com financiamento do Banco Mundial. Mas para tanto utiliza o discurso do desenvolvimento agrícola integrado ao desenvolvimento regional, melhorando a qualidade de vida territorial e evitando ocupações desordenadas na região metropolitana. Nos termos do Plano:

Na produção intensiva em técnicas de cultivo livres de insumos industriais nocivos à saúde, a agricultura alinha-se ao “desenvolvimento sustentável” e eleva-se à condição de aliada privilegiada da economia verde [...]

Em parceria com o Banco Mundial, a SEAPEC, hoje, promove ações destinadas a organizar comunidades de agricultores familiares para a adoção de boas práticas, tendo em vista a transferência de tecnologias e a sustentabilidade no uso dos recursos. Figuram também, na programação setorial de curto prazo, ações específicas para manter e modernizar laboratórios e centros de pesquisa e desenvolver, para as distintas regiões fluminenses, sistemas de cultivo de produtos orgânicos (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 64-65, grifo nosso).

Na área da gestão ambiental, o governo, através da Secretaria de Ambiente (SEA), indica como política aumentar significativamente o saneamento básico no ERJ, o acesso aos recursos hídricos e a proteção e conservação das florestas. Não obstante, o próprio licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, como o

COMPERJ e o Porto do Açú, tem exigido medidas compensatórias que, por outro lado, tem gerado novos danos socioambientais, como veremos adiante.

Para além do discurso, as políticas se realizam com recursos financeiros e, nesse quesito, os dados oficiais do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 são bastante reveladores: no rol da alocação de recursos para as 22 secretarias do Estado, a SEA ocupa o 5º lugar (R\$ 5.411,69 milhões) enquanto a SEAPEC o 17º (R\$ 490,84 mil). Se considerarmos o montante de recursos destinados para projetos por função de governo, a Secretaria de Obras fica em 1º lugar (R\$ 11.641, 81 milhões), a de Transporte em 2º (R\$ 4.989,68 milhões), a de Ambiente em 3º (R\$ 4.759,77 milhões) e a SEAPEC em 13º lugar (R\$ 398,97 mil). Sendo assim, a política agrícola no ERJ, no que se refere à escala de financiamento, é agregada ao quesito “outros”, que totaliza apenas 13% do investimento financeiro previsto no Plano Plurianual 2012-2015.

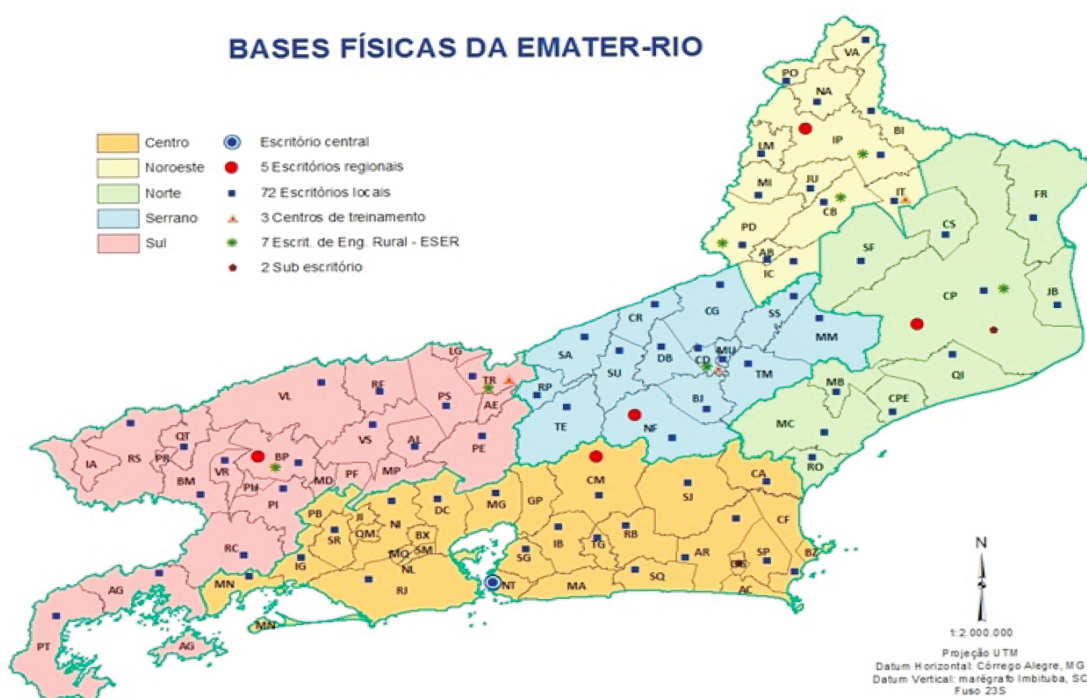
Tal Plano Estratégico continua em vigência, pois o governo do PMDB foi reconduzido por reeleição, indicando a permanência de sérios riscos socioambientais pelos empreendimentos previstos, o que inclui riscos à atividade agrícola de base campezina que caminhe na direção da produção de alimentos saudáveis. Os censos agropecuários das décadas de 80 e 90 já demonstravam que o Estado do Rio de Janeiro vem reduzindo o número de estabelecimentos agrícolas e de suas respectivas áreas, bem como do número de pessoal ocupado, conforme previamente apresentado na tabela 1. O cenário atual tende a intensificar essa redução.

Para termos uma dimensão da política agropecuária no ERJ, faz-se mister conhecer as ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Rio (EMATER-Rio). Contudo, se tomarmos seus relatórios isoladamente, teremos um retrato bastante distorcido da realidade agropecuária no ERJ. Vejamos.

4.2.3.2 Ações da EMATER-Rio – um balanço crítico

Segundo o relatório de 2013, essa empresa atua no ERJ desde 1958, possuindo 72 escritórios, compostos por equipes multidisciplinares, para atender 92 municípios fluminenses.²³⁴ Em 2015, houve redução para 71 escritórios, sem indicação do motivo. Na perspectiva de dimensionar a atuação da EMATER-Rio frente à extensão do território fluminense, apresentamos o mapa abaixo.

Figura 2 – Mapa da base da EMATER-RIO



Fonte: Relatório da EMATER-Rio – 2014

As ações extensionistas do órgão se orientam pela perspectiva do “desenvolvimento rural sustentável”, contando com financiamento do próprio governo do Estado através do Programa Estadual de Fomento Agropecuário e Tecnológico (PEFATE), do governo federal através do Ministério do

²³⁴ De início destacamos que, após uma visita institucional, em janeiro de 2015, à EMATER-Rio, na perspectiva de coletar material impresso e agendar uma entrevista, foi-nos informado que todas as informações do órgão estavam disponíveis na internet. Após essa resposta burocrática e formal, lançamo-nos na pesquisa no endereço virtual do órgão e, além da descrição dos programas em curso, localizamos os relatórios das ações desenvolvidas entre 2011 e 2015. Como se trata de um período que compreende o mandato do mesmo partido no governo, no caso, o PMDB sob o comando de Sérgio Cabral e, na sequência, de Luiz Fernando Pezão, optamos por trabalhar com os três últimos relatórios por apresentarem informações mais detalhadas. Ademais, mesmo mudando o comando da gestão do governo estadual, a presidência da EMATER-Rio continuou sendo exercida por Stella Alves Branco Romano.

Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Banco Mundial, desde 2006. Por iniciativa da SEAPEC firmou-se um convênio com a Caixa Econômica Federal de crédito rural para médios e grandes produtores. O próprio órgão reconhece que, de forma direta e indireta, as ações extensionistas em 2013 atenderam a 36.411 unidades de produtores familiares e não familiares. Segundo tabela do relatório, desse total, 26.859 eram agricultores familiares, 6.949 agricultores não familiares, constando ainda 2.603 como outras categorias. Em 2014, o atendimento subiu para 40.841 unidades produtivas familiares e não familiares. Já em 2015, foram 42.688 produtores atendidos, sendo 31.270 familiares e 11.418 não familiares, conforme podemos constatar na tabela abaixo:

Tabela 4 – Nº de produtores atendidos pela EMATER-Rio – 2013/2015

ANO	NA AGRICULTURA FAMILIAR	NA AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	TOTAL DE PRODUTORES
2013	26.859	9.552	36.411
2014	29.877	10.964	40.841
2015	31.270	11.418	42.688

Fonte: Relatório de atividades da EMATER-Rio 2015 (p. 6)

Os dados da EMATER-Rio nos auxiliam na desconstrução da tese de que, em função do alto grau de urbanização do ERJ, não haveria espaço para a produção agropecuária. Em seus próprios termos:

Em 2015, aproximadamente 73 % do público assistido pela EMATER-RIO foi constituído de agricultores familiares, representando 71% do total de 44.145 agricultores familiares existentes no estado do Rio de Janeiro, segundo o censo agropecuário de 2006.

Considerando que o documento que oficializa e reconhece a condição de agricultor familiar é a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, e que o habilita ao acesso às políticas públicas diferenciadas para esta categoria, a EMATER-RIO, principal instituição responsável pela emissão deste documento, contribuiu de forma significativa para que hoje existam no Estado do Rio de Janeiro 19.136 DAP's ativas, o que representa 43% do total de agricultores familiares, conforme informado no último censo agropecuário (EMATER-Rio, 2015, p. 83).

No que diz respeito à infraestrutura, o órgão contava com um quadro de 622 funcionários em 2013, 615 em 2014, e sem descrição em 2015, com formações acadêmicas e técnicas diversas, dentre as quais, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícolas, zootecnistas, sociólogos, assistentes sociais,

pedagogos, jornalistas, economistas domésticos, contadores, advogados, engenheiros florestais, técnicos de planejamento, além da equipe de funcionários administrativos. Em 2013, a Empresa contava com uma frota de 313 veículos, sendo 70% com menos de quatro anos de uso. Em 2014, a frota era de 315 veículos.

A metodologia da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se orienta pela participação e diálogo com os produtores rurais, suas entidades, sindicatos e cooperativas, contando com parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

Em relação às parcerias com o governo federal, destacam-se os convênios firmados com o MDA em 2007 e 2008, concluídos em 2013, que favoreceram a assistência técnica e extensão rural com investimentos em infraestrutura e logística, em processos de capacitação técnica para agricultores familiares e público envolvidos na transição para sistemas produtivos agroecológicos a partir da ATER. A partir dessa parceria, a EMATER-Rio adquiriu um veículo multimídia para todo o estado para apoio de feiras, exposições agropecuárias, campanha para aquisição da DAP, dentre outras atividades.

Ademais, a EMATER-Rio atua na elaboração de projetos para financiamento do PRONAF. Em 2013, o referido Programa beneficiou 26.859 agricultores familiares em sua diversidade, isto é, agricultor familiar, pescador artesanal, mulher pescadora artesanal, mulher rural, agricultor assentado da Reforma Agrária, jovem rural, agricultor empreendedor de crédito fundiário, mulher assentada da reforma agrária, agricultor indígena e agricultor quilombola. Esse público representou 74% do atendimento do órgão no referido ano, possibilitando o acesso dos mais de 26 mil agricultores ao montante de R\$ 106 milhões de crédito rural. Em 2014, o PRONAF beneficiou 29.177 agricultores familiares. No referido ano, foram emitidas DAPs para viabilizarem o custeio de R\$42 milhões de crédito rural para 1.787 agricultores familiares. Os relatórios não contextualizam que, inicialmente, a partir da sua criação em 1996, o PRONAF atendia a um público restrito e a partir da luta de diversas organizações camponesas, ampliou-se a abrangência de acesso ao crédito rural. Ademais, apesar de afirmar a diversidade de segmentos que compõe o campo da agricultura familiar, os dados não discriminam o atendimento para cada tipo de segmento, o que impede a real apreensão dessa diversidade.

Os programas federais, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), aumentaram a demanda por DAP.

A EMATER-Rio atua igualmente na seleção e avaliação de imóveis rurais para o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que se alinha à reforma agrária de mercado inaugurada no governo FHC, como já tivemos oportunidade de indicar. Ou seja, trata-se de crédito para financiamento da compra de imóveis rurais. Após a aquisição dos imóveis pelo público alvo da política de crédito fundiário (quatro no ano de 2013), a EMATER-Rio prestou assistência técnica aos mesmos, bem como aos beneficiários do Banco da Terra. Em 2014, foram liberados mais de R\$300.000,00 em crédito rural para beneficiários do PNHR e assentados da reforma agrária no âmbito do PRONAF A (estruturação das propriedades).

Além das parcerias com o governo federal, os aportes de recursos advindos das prefeituras são uma fonte importante para a realização da assistência técnica e extensão rural. Em 2013, foram firmados convênios com 35 municípios; em 2014, o número de convênios subiu para 55 prefeituras.

O Programa mais relevante, representando a principal política pública da SEAPEC, pois transversaliza os demais Programas/Projetos da Secretaria, é o Rio Rural, implementado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável desde 2005, cujos recursos são oriundos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) atrelado ao Bando Mundial. Cabe à EMATER a execução do Programa através da estratégia da criação das microbacias hidrográficas como locus de planejamento e intervenção num determinado espaço geográfico. Tendo iniciado em 2005 com 50 microbacias em 24 municípios, em 2013, o trabalho foi ampliado para 217 microbacias hidrográficas, consolidando 164 Diagnósticos Rurais Participativos (DRP) e 164 Planos Executivos das Microbacias Hidrográficas (PEM). Em 2014, foram 247 microbacias, abrangendo 72 municípios e 29.546 beneficiários diretos. Em 2015, o Programa atingiu 309 microbacias, totalizando 268 PEMs, ao se contabilizar desde o início do programa, sendo 73 criadas em 2015; 283 DRPs desde o início do programa, sendo 78 em 2015 e consolidação de 282 COGEMs, abrangendo 72 municípios. Dos R\$ 527.510,73 de recursos da SEAPEC aplicados na EMATER-Rio, para atuação nas microbacias hidrográficas, foram investidos R\$ 75.000,00 no Rio Rural, que conta ainda com recursos dos respectivos municípios em que o Programa se realiza.

O processo, que vai do planejamento à execução dos Planos Executivos das Microbacias Hidrográficas, é monitorado pelos Comitês Gestores das Microbacias Hidrográficas (COGEMs), que contam com a representação de diferentes grupos,

destacando-se a participação dos próprios agricultores. Com os PEMs aprovados, a EMATER-Rio segue com os Planos Individuais de Desenvolvimento (PIDs) das unidades produtivas para o incentivo das práticas produtivas sustentáveis. Em 2013, foram 1.969 PIDs que contaram com R\$ 9.683.105,73 de recursos financeiros. Em 2014, foram 205 DRPs, 195 PEMs e redução para 1.584 PIDs, contando com o montante de recursos da ordem de R\$ 7.840.671,20. Em 2015, foram 5.333 PIDs, contando com R\$ 27.148.984,63. Destaca-se que o critério para a inserção dos agricultores se dá por sorteio para utilização dos recursos não reembolsáveis, isto é, investidos a fundo perdido, com o compromisso de utilização de práticas sustentáveis.

O Programa Rio Rural atendeu 59 municípios, num universo de 48.335 pessoas referentes a 217 microbacias hidrográficas. O relatório de 2013 ainda ressalta o papel do órgão na promoção da cidadania, pois é responsável pela emissão da DAP, do boletim de produção, do atestado de produtor rural e da carteira de produtor rural, documentação indispensável para acesso às políticas de desenvolvimento rural sustentável. Foram produzidas 3.421 DAP, sendo 1.040 na região Noroeste, 1.026 na região Serrana, 599 na região Norte, 423 na região Sul e 333 no Centro. Em 2014, foram emitidas 3.305 DAPs, sendo 1.039 para a região Serrana, 849 para a região Noroeste, 610 para a região Norte, 421 para o Centro e 386 para a região Sul. Os relatórios não indicam se esses números representam um acréscimo ao ano anterior ou uma extensão dos mesmos.

Tendo-se em vista o problema mundial de acesso à água potável, num contexto de aquecimento global em função das mudanças climáticas, as práticas de manejo sustentável têm sido incentivadas pelos organismos internacionais como a ONU. O Programa Rio Rural tem constado em publicações de nível nacional e internacional como uma referência na preservação e recuperação de mananciais e boas práticas agrícolas, sem problematizar as contradições desse processo.

Sobre a questão da infraestrutura e meio ambiente, a EMATER-Rio estabeleceu um contrato em 2014 com Furnas,²³⁵ para prestar assistência técnica às 26 famílias atingidas por projetos da empresa entre os municípios de Carmo, Sapucaia e Três Rios em função de reassentamento.

²³⁵ Trata-se de “uma empresa de economia mista, subsidiária da Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dedicada à geração e transmissão de energia elétrica” (FURNAS – Empresa Eletrobras. A empresa: quem somos. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/frmEMQuemSomos.aspx>>. Acesso em: 30 mar. 2016).

Outros programas de destaque no incentivo à produção familiar são os programas sociais voltados para a segurança alimentar e nutricional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PNAE, através da Lei n. 11.497/2009, institui que ao menos 30% da alimentação escolar devam ser adquiridos junto aos produtores familiares. Tal programa implica em parcerias com a Secretaria Estadual e municipais de Educação. O PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a EMATER-Rio presta assistência aos agricultores, favorecendo o planejamento da produção e a organização documental das organizações dos agricultores. Em 2013, apenas menos de 3% do orçamento do Fundo da Educação foram aplicados na aquisição de gêneros alimentícios. Contudo, em 2015 houve um salto para 52% nessa aquisição. Em 2014, a empresa promoveu 113 feiras de agricultura familiar na perspectiva de fomentar a segurança alimentar e nutricional. Apesar do convênio com o MDA ter findado em 2013, ficou o legado do material adquirido e da criação do “Espaço do Agricultor Familiar”, espaço eletrônico (cf. www.espacodoagricultor.rj.gov.br) que se dedica ao atendimento de dúvidas dos agricultores, acesso aos preços dos produtos no CEASA, às informações sobre eventos, etc. O relatório da EMATER-Rio, contudo, desconsidera que não há uma política pública que proporcione acesso à internet em todo o ERJ, sendo um serviço fornecido, sobretudo, por empresas privadas e, portanto, de difícil acesso para os agricultores familiares.

Os Programas Rio Genética e Rio Leite, com apoio do Rio Rural, atuam na perspectiva do agronegócio na cadeia de produção e distribuição de leite e derivados, dada a relevância da produção leiteira no ERJ. Segundo termos do relatório de 2013:

O setor leiteiro exerce papel determinante no fortalecimento da economia no interior do estado, facilmente constatado por sua organização através de 26 cooperativas, 99 laticínios, 654 mini-usinas e associações. A sua importância não se limita ao criador, ultrapassa os limites das porteiras por incluir necessariamente o comércio de insumos, a prestação de serviços, o transporte, o beneficiamento das indústrias, a estocagem a distribuição final do produto.

A cadeia de produção de leite se enquadra entre as de maior importância no agronegócio no estado do Rio de Janeiro. Agrega um universo de quase 21 mil produtores de leite, sendo 82% da agricultura familiar, com uma produção abaixo de 100l./dia (EMATER-Rio, 2013, p. 44).

O Rio Rural tem como objetivo promover um manejo sustentável dessa produção, enquanto o Rio Genética disponibiliza, para pequenos e médios

produtores, tecnologia para melhorar a qualidade do rebanho em parceria com a PESAGRO-Rio e EMBRAPA Gado de Leite. Apesar de todas as regiões do ERJ participarem dessa produção, destaca-se a região Noroeste. O relatório indica que tais programas, bem como exonerações fiscais aprovadas pela ALERJ, fizeram grandes indústrias lácteas retornarem com suas atividades para o nosso Estado, a exemplo da Nestlé. Com efeito, tais informações revelam a integração da pequena produção ao agronegócio, que lucra através da superexploração de quem de fato produz.

Em 2014, no âmbito do PEFATE foram aplicados R\$10 milhões para ações de tecnologia em agropecuária, sendo que apenas o Rio Genética absorveu 82% desses recursos. Por outro lado, o Cultivar Orgânico foi o programa que teve menor aporte de recursos, com um número bastante reduzido de municípios e produtores. Em 2015, foram aplicados R\$ 6 milhões no Cultivar Orgânico, beneficiando 216 produtores. Entretanto, 68% dos recursos do PEFATE foram destinados para o Rio Genética, com o Cultivar Orgânico se mantendo na última posição.

Além do Rio Genética, com menor relevância ainda integram o Programa Rio Carne, os projetos bovinocultura de corte, ovinocultura de leite e de corte, criação de aves e caprinocultura de leite. No que diz respeito à bovinocultura de corte, segundo dados do IBGE de 2006, o ERJ possui dois milhões de cabeças de gado, respondendo por 1% do rebanho brasileiro. Juntamente com a produção leiteira, a bovinocultura ocupa uma área de 5.159.448 Km².

O Programa Rio Horti tem como destaque o Projeto Olericultura, que envolve de três a seis empregos diretos e de três a seis empregos indiretos em cada estabelecimento. Destaca-se que a olericultura é praticada, em geral, por pequenos agricultores familiares, o que é confirmado pela própria CONAB que reconhece que 77% dos produtores das regiões Sul e Sudeste que comercializam através dos CEASAs são proprietários de até 10 ha; dentre eles, 10% têm menos de 3 ha. No ERJ os destaques nessa produção ficam com os municípios do Rio de Janeiro e São Gonçalo na comercialização para o CEASA. Esse dado é importante pois no plano diretor da cidade do Rio Janeiro não consta a existência de área rural, o que camufla sua produção agrícola e impede o acesso às políticas de desenvolvimento rural no referido município.

Em 2015, constatou-se uma área de 34.070 ha com faturamento de R\$ 1,05 bilhão com o envolvimento de 150 mil postos de trabalho no campo, concentrada na

região Serrana, responsável por cerca de 90% da produção agrícola. Ademais, estima-se que 62% do que é adquirido pelo PNAE venha da olericultura e uma fatia expressiva do PAA também venha dessa produção.

Ainda sobre a produção de olericultura, o relatório de 2015 da EMATER-Rio indica que a particularidade desse setor do agronegócio se expressa por espécies temporárias e cultivadas de forma intensiva, promovendo alta produção e rendimento por área cultivada/ano e envolvendo grande mão de obra, desde a semeadura até a comercialização. A EMATER-Rio, conforme seus relatórios indicam, atuaria no estímulo à produção através do manejo ecológico do solo e utilização de insumos alternativos.

No que diz respeito ao Programa Rio Café, indica-se que o alto custo da produção e o baixo preço do produto vêm empurrando essa produção para o abandono, tendo como resultado a migração para o reflorestamento com plantio de eucalipto, o que é preocupante diante das pesquisas que associam tal produção à desertificação. Em 2014, houve uma redução ainda maior da produção de café no ERJ.

No Programa Cereais e Outras Culturas destaca-se a produção de milho e feijão. A de milho é voltada para a subsistência, alimentação animal e o excedente é voltado para o mercado local. O Projeto Cultivo de Cana-de-açúcar revela que a maior parte da produção é voltada para as usinas com o envolvimento de 109.750 ha cultivados para esse fim.

Com menor expressão, há a produção de cana para forragem, caldo e cachaça. Através do Programa Rio Rural se firmou um termo de cooperação técnica com a Alemanha, para a execução do Projeto Integração de Ecotecnologias e Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável – Intecral, com o objetivo de desenvolver um equipamento que substitua a necessidade da queimada da cana, atendendo à Lei nº 11.241/2002, chamada Lei da Queima da Cana, que prevê a eliminação dessa prática até 2021.

A produção da mandioca é voltada para a produção de farinha. Em 2014, o município de São Francisco de Itabapoana respondeu por 97% da produção, perfazendo 33.500 toneladas, produzidas por 180 produtores numa área de 1.747 ha. Em Paraty vem se investindo na prática agroflorestal nas comunidades indígenas, com inserção do plantio da mandioca.

Em 2014, houve redução da produção de arroz, milho e feijão. O relatório de 2014 da EMATER-Rio menciona o Projeto do Feijão no município de Rio das Ostras, que foi implementado em 2003 pela prefeitura. Entretanto, desde a drástica redução da arrecadação dos royalties do petróleo, a prefeitura reduziu o financiamento do projeto até que o interrompeu em 2015, tendo como efeito uma importante redução da produção do município (dado que o relatório não aponta).

O Programa Frutificar foi implementado em 2000 e desde então vem crescendo no ERJ, tendo-se em vista que há grande consumo de frutas no próprio Estado, que ainda importa de outros devido ao seu grande mercado consumidor, sendo o segundo maior do país. Numa área de 47.900 ha, o ERJ vem produzindo 586.000 toneladas de frutas, ocupando o 15º lugar no ranking nacional. Em 2015, a produção ocupou 33.000 há, gerando 515.000 toneladas e um faturamento de R\$ 550.000.000,00, contado com apoio creditício da ordem de R\$ 1.600.000,00, por meio do Crédito Rural para 73 produtores. Já considerando os recursos próprios do Frutificar, R\$ 758.988,00 foram financiados para 25 produtores. A queda de produção se deve à forte estiagem de 2014. Destaca-se que a EMBRAPA vem fomentando a produção alternativa de orgânicos em função de um mercado consumidor importante no ERJ. Outro elemento relevante é que, segundo relatório da EMATER-RJ, por meio dos programas PNAE e PAA, os produtores conseguiram preços superiores em 30% em relação ao mercado convencional.

Há ainda programas com menor expressão como o Multiplicar, que investe na produção de ricultura e piscicultura; o Outras Criações, como o de apicultura, minhocultura, cotornicultura, suinocultura e cunicultura; e o Rio Peixe, de pesca artesanal. No que diz respeito a esta última atividade, o relatório simplesmente ignora as dificuldades para essa prática em função da movimentação dos portos da Baía de Guanabara e de Sepetiba,²³⁶ além dos efeitos socioambientais das atividades industriais (como o caso da Petrobrás, na região de Macaé e entorno), da expansão turística, da expulsão da população caiçara, etc. Sem mencionar as contradições do desenvolvimento agropecuário no Estado, o relatório de 2014 indica que o Rio Rural atua na educação ambiental dos pescadores, sobretudo nas regiões

²³⁶ Recentemente, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) publicou uma carta manifesto, exigindo justiça para os moradores e pescadores de Santa Cruz e Baía de Sepetiba, que pode ser acessada no seguinte endereço: <<http://www.pacs.org.br/2016/01/28/justica-para-os-moradores-e-pescadores-de-santa-cruz-e-da-baia-de-sepetiba/>> (Acesso em: 01 mar. 2016).

Noroeste e Centro, atendendo 767 pescadores artesanais no referido ano com a garantia de acesso a crédito rural.

O Programa Prosperar foi lançado em 2002, em parceria com o MDA, com o objetivo de incentivar a agroindústria, o artesanato e o turismo rural. Em 2013, investiu-se nas feiras de agricultura familiar com grandes expectativas em função de eventos internacionais como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Em 2013, o programa capacitou 80 produtores em agroindústria, artesanato e turismo rural, 80 técnicos em fabricação/processamento, promoveu rodadas de negócios com produtos agroindustriais para estímulo a empreendedores, a exemplo do Rio Gastronomia, Feira da Providência, Brasil Orgânico Sustentável, feiras de agricultura familiar em alguns municípios e comercialização com grandes redes de supermercados, como o Walmart, e redes de restaurantes, como Spoleto, etc. Desde a sua criação, o programa financiou R\$ 6.600.000,00, favorecendo 250 agroindústrias no ERJ. Apenas em 2015, R\$ 465.900,00 financiaram nove projetos de agroindústria.

Os relatórios desconsideram que as grandes redes comerciais têm interesse em aumentar a sua lucratividade, o que implica em produção em larga escala (aumento da produtividade) e superexploração da força de trabalho, ao menos para os pequenos proprietários familiares, para os assentados da reforma agrária, que apresentam uma realidade diferente dos “neorrurais”, além de eliminar o comércio local. Ademais, a EMBRAPA objetiva adequar as propriedades rurais para o turismo rural e ecológico, associando o turismo à venda de produtos, agregando igualmente as manifestações culturais e festas das diferentes regiões do Estado.

O Programa Rio Floresta tem como objetivo prestar assistência técnica e extensão rural em silvicultura econômica, legislação ambiental, licenciamento ambiental em projetos de pequena e média escala e regularização ambiental de propriedades rurais. Dessa forma, as alterações no Código Florestal (Lei 12.651) e a aprovação do Cadastro Ambiental Rural (Decreto 7.830), em 2012, trouxeram novas demandas para os agricultores do ERJ.

Neste programa, destacam-se duas frentes de atividades produtivas: a restauração ambiental, que acompanha a regularização ambiental das propriedades rurais para a produção de mudas nativas e recomposição florestal; e, as florestas plantadas de base comercial, sobretudo para a produção de madeira com prevalência da plantação de eucaliptos. Em 2014, o programa atuou junto a 43

municípios, contribuindo para implantar 510 ha de silvicultura econômica. Ainda foram atendidos 183 beneficiários em eucalipto, 63 em recomposição da Mata Atlântica, 72 em palmito, além de investimento em sistemas agroflorestais em Paraty. Em 2015, detectaram-se 913 ha de silvicultura econômica, beneficiando 52 produtores.

O Programa Florescer foi inaugurado em 2005 para apoiar pequenos e médios produtores de flores. São 1.020 produtores explorando 840 ha, cuja produção foi responsável por 10% do faturamento nacional, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. O setor se destaca pelo alto valor agregado na cadeia do agronegócio, com produção ininterrupta ao longo do ano. Para se ter uma noção aproximada, o cultivo de flores fatura cerca de R\$ 6 bilhões/ano. A EMATER-Rio vem atuando de forma a minimizar os efeitos ambientais tendo em vista que o cultivo envolve grande quantidade de insumos químicos.

O Programa ATER, comum a todos os programas do ERJ, conta com um sistema informatizado, chamado PCT Agrogeo, que indica metas específicas para cada projeto e metas transversais para o conjunto de programas relacionados à cidadania, organização rural, mercado e comercialização. A novidade em 2013 foi a inserção da meta “Ações de Base Agroecológica”. Ademais, indica que no ano de 2013 a EMATER-Rio emitiu 2.158 atestados de produtores (que possibilitam igualmente redução nas contas de luz, descontos para a aquisição de veículos utilitários e comprovação de tempo para aposentadoria), bem como 395 boletins de produção (documento importante para cadastro de comercialização junto ao CEASA), além de 3.810 DAPs para acesso a crédito rural pelo PRONAF, ao Programa Minha Casa Minha Vida, PNAE, PAA. Em 2015, constatou-se que a assistência técnica com base na agroecologia abarcou 343 ha, 107 produtores, sendo que desse universo 72 são agricultores familiares. O relatório destaca a importância da promoção de documentação referente à produção rural para acesso às políticas sociais.

A empresa vem trabalhando na perspectiva de maior autonomia das mulheres, tendo como objetivo que esse segmento constitua 30% do seu público, mas até o momento não ultrapassa 18%. Outra frente de trabalho importante é o fomento à organização associativa dos produtores familiares através da criação de cooperativas.

Por meio da participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, a EMATER-Rio objetiva melhorar as condições das atividades agropecuárias no ERJ e, por meio da participação nos Conselho Municipais em Defesa do Meio Ambiente, busca recursos por meio do ICMS Verde para um retorno que seja investido em recomposição florestal, educação ambiental, etc. A empresa também buscou parcerias com empresas como Odebrecht e Furnas para apoio das atividades extensionistas.

O relatório de 2013 ainda indica o crescimento das práticas agroecológicas em função dos seus efeitos sobre barateamento dos custos da produção e de um mercado consumidor preocupado com a qualidade dos alimentos. A aprovação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), em 2013, reforçou a necessidade de ampliação das práticas agroecológicas, sendo estas multiplicadas em diversos municípios. Ademais, a EMATER-Rio participa da Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro (AARJ) e, em parceria com a CPT, organiza o curso da “Escolinha de Agroecologia” em Nova Iguaçu, desde 2006.

O Programa Estradas da Produção, vinculado à Engenharia Rural, inaugurado em 2010, deve recuperar, adequar e perenizar as vias vicinais fluminenses para melhorar a qualidade de vida no interior do ERJ. Contudo, as precipitações pluviométricas têm trazido muitas situações emergenciais que escapam do planejamento do órgão, a exemplo da tragédia na região Serrana em 2011. Em verdade, o programa atua mais numa perspectiva emergencial do que estrutural, pois a questão das fortes precipitações de chuva é uma realidade que se repete a cada ano no ERJ, impactando diretamente a circulação de pessoas e mercadorias.

Por fim, no rol dos programas estaduais ingressa o Cultivar Orgânico, que objetiva o uso responsável do solo, água, ar e demais recursos naturais no processo produtivo. Como tais iniciativas são ainda incipientes no ERJ, o governo criou, em 2013, o Programa Moeda Verde – Cultivar Orgânico para financiamento de produtores orgânicos, individuais ou coletivos. Entretanto, o próprio relatório reconhece que tais iniciativas estão circunscritas aos chamados “neorrurais”, ou seja, pessoas de origem urbana que dispõem de capital para investimento nesse ramo produtivo com vistas a atender a um nicho de mercado. Em seus termos:

O perfil do produtor orgânico no Estado do Rio de Janeiro é predominantemente caracterizado como “neoprodutores”, ou seja, pessoas oriundas de atividades urbanas, que vêm investindo recursos próprios

nessa atividade. Em 2013, constavam cadastrados na Coordenação de Agricultura Orgânica do Ministério da Agricultura e Pecuária, 113 produtores no sistema participativo de garantia (SPG) e 20 por certificação por auditoria (EMATER-Rio, 2013, p. 105).

Em 2014, o número de produtores orgânicos cadastrados subiu para 344, distribuídos em 47 municípios, concentrados nas regiões Serrana, Metropolitana e Noroeste. Em 2015, o número subiu para 474 produtores, agregando ainda a região Sul. Atualmente, há 15 feiras no ERJ que se dedicam à comercialização de produtos orgânicos. A EMATER-Rio estimula as feiras de “circuito curto” em diferentes municípios, aumentando a renda dos produtores e, ao mesmo tempo, beneficiando consumidores com preços mais acessíveis.

Não podemos deixar de notar que os relatórios expressam uma visão tecnicista da atuação do órgão, deixando de fora do cômputo quantitativo uma análise qualitativa profunda sobre as contradições da questão agrária no ERJ, que impactam diretamente seu desenvolvimento agropecuário. Ademais, como os programas se transversalizam, muitos dos dados de ações apresentados como pertinentes a um programa ou projeto, na verdade, dizem respeito a vários programas desenvolvidos pela EMATER-Rio. Dessa forma, permanece invisível se tais ações seriam suficientes para responder às necessidades e demandas dos produtores familiares e suas respectivas organizações políticas – o que teremos a oportunidade de avaliar parcialmente por meio das entrevistas realizadas com as lideranças dos movimentos.

No que diz respeito à perspectiva teórico-metodológica, reivindicando a promoção do “desenvolvimento rural sustentável”, chama-nos a atenção o fato de os relatórios tratarem de forma indiferenciada alguns conceitos caros para os movimentos camponeses, quais sejam: agronegócio, produção orgânica e agroecologia, como se os dois últimos fossem técnicas a serviço do primeiro; produtores familiares, desconsiderando a importância de destacar os diferentes níveis de inserção no mercado entre pequenos, médios e grandes produtores, e nesse bojo os “neorrurais”, abdicando-se de problematizar as particularidades das comunidades tradicionais, como as caiçaras, quilombolas e indígenas; além de incorporarem de forma declarada a construção da reforma agrária de mercado, abstraindo que, apesar do alto nível de urbanização, o Estado possui um alto índice de pessoas envolvidas em conflitos rurais (como tivemos oportunidade de verificar por meio dos cadernos sobre Conflitos no Campo da CPT).

Ademais, os relatórios indicam que a empresa faz um uso meramente instrumental da categoria “desenvolvimento rural sustentável”, atribuindo-lhe o mesmo sentido político que os organismos internacionais vêm cunhando nas últimas décadas, qual seja: reformas que visam mascarar os efeitos socioambientais da expansão da lógica capitalista sobre a produção agrícola. Não por acaso o principal programa, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, conhecido como Rio Rural, é financiado pelo BIRD-Banco Mundial. Com efeito, a agroecologia se reduz a um arcabouço de práticas que se descolam de projeto político transformador do desenvolvimento agrícola e humano, tal como os movimentos camponeses vêm defendendo ao longo da última década, e se deslocam para a integração ao agronegócio no ERJ.

Um importante instrumento de apoio à crítica ao desenvolvimento agropecuário no ERJ é o material produzido pela AGB-Rio, reunido no II Caderno de Textos do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários, que data de 2012, em que nos referenciamos para analisar criticamente os planos estratégicos do governo do ERJ. Avaliando o planejamento estratégico do governo para o período de 2007-2010, com previsão de grandes obras como o Porto do Açú, o COMPERJ, Complexo Logístico e Industrial Farol Barra do Furado, hidrelétricas Simplício/Anta, o Arco Metropolitano, que liga o Porto de Sepetiba ao polo petroquímico de Itaboraí, a reforma do Galeão, a duplicação da Rio-Santos, a reativação de ferrovias que ligam os portos à malha ferroviária, o projeto de construção do trem bala que objetiva ligar o RJ à SP, etc., o documento da AGB Rio afirma: “A população fluminense vem sendo afetada por essa política que favorece os Grandes Projetos, a qual beneficia uma parca minoria e o grande capital nacional e transnacional” (AGB Rio, 2012, p. 8).

No que diz respeito à pecuária, o documento produzido pela AGB-Rio indica que a pecuarização em curso não tem um expressivo aumento do efetivo animal para a produção de leite e carne. Por outro lado, expressa o caráter especulativo da terra, mascarando sua improdutividade, tendo em vista que há 1,25 bovinos por hectare.

Sobre a produção agrícola, permanece um quadro de desagregualização do ERJ. As principais culturas, cana-de-açúcar e tomate, têm tido aumento da produção, mas com redução da área ocupada. Já produtos essenciais da cesta básica como o arroz, o feijão e a mandioca, têm tido sua produção reduzida. Entre 1990 e 2009, a área plantada de arroz caiu 10 vezes e a produção diminuiu seis. No

mesmo período houve redução de 66,8% da área plantada de feijão e 42,8% da produção; do plantio da mandioca houve uma redução de 22,6% da área plantada e 33,2% da produção. Destaca-se que a produção já era insuficiente e vem decaindo, comprometendo em demasiado a segurança alimentar no ERJ. Dessa forma, o documento declara:

O que esses dados sobre a produção agrícola no Rio revelam é a insegurança alimentar crescente da população fluminense, cada vez mais dependente da importação dos alimentos básicos de outros estados ou países, o que é resultado de um modelo agrário concentrado no latifúndio improdutivo e de um modelo de urbanização concentrador de gente e miséria nas periferias urbanas, não só da RMRJ, mas hoje também das médias cidades do interior fluminense (AGB Rio, 2012, p. 13, grifo nosso).

O documento traz ainda uma análise aprofundada sobre o crescimento da silvicultura industrial no nosso Estado, auxiliando-nos a superar os relatórios técnicos da EMATER-Rio, que ficam circunscritos a dados numéricos, ressaltando o “mérito” do Programa Rio Floresta. A cultura silvícola vem sendo apoiada pelo Governo do Estado em parceria com municípios das regiões do Médio Paraíba, Norte e Noroeste fluminense há mais de 10 anos, intensificando a problemática agrária em prol de uma parceria público-privada, que aposta na expansão do agronegócio “florestal”.

A resistência popular ao crescimento do plantio de eucalipto, nos estados de ES, SP e MG desde os anos 80, já denotaria a importância de uma revisão dessa expansão para o ERJ. Contudo, como efeito contrário, exatamente em função dessa resistência, nosso Estado se tornou alvo preferencial para tal projeto expansionista, ignorando o posicionamento e a mobilização proporcionada por organizações socioambientais, como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro, movimentos sociais do campo, entidades acadêmicas, associações e partidos políticos.

O marco inicial se deu em 2001, através da assinatura de um protocolo entre o governo de Anthony Garotinho e o Grupo Aracruz Celulose, com a intenção de integrar produtores familiares das regiões Norte e Noroeste no cultivo de eucalipto. Ou seja, a intenção deixava de ser a incorporação de grandes latifúndios, transitando para as pequenas propriedades. Por trás da descentralização do plantio dessa cultura, com o argumento de promover o desenvolvimento regional baseado na integração dos pequenos produtores, escondia-se o interesse em mão de obra

barata e no uso de pequenas propriedades para a promoção da agroexportação de produtos commoditizados.

De forma a enfrentar esse monocultivo houve reação da sociedade civil, através de movimentos sociais organizados, e produção acadêmica, indicando a importância de um controle social e regulação dessa atividade. Como resultado, foram criados fóruns de discussão, teses acadêmicas e leis de Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE). No município de Campos dos Goytacazes foi aprovada a lei n. 7.282/2002, que atrela a ocupação da silvicultura à realização do ZEE, e a Lei n. 4.063/2003, que condicionava a silvicultura ao licenciamento ambiental.

Mesmo com a tensão política posta, o governo estadual insistiu nessa política após 2007. Neste ano, foi aprovada a Lei Estadual 5.067/2007, instituindo um ZEE que incorporava a silvicultura como estratégia de governo. Adotando a política de reprimarização da economia rural fluminense, a lei determinou a ausência de Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) nas áreas de plantio de eucalipto em até 400 ha nas regiões do Baixo Paraíba e Itabapoana, além de diminuir o percentual de 30% para 20% da obrigatoriedade de plantio de espécies nativas. Em síntese, a flexibilização tem o intuito de:

[...] apoiar os setores industriais de celulose e papel, ampliar as cadeias produtivas verticalizadas, mudar as condicionantes ambientais para pequenos plantios e integrar regiões à dinâmica de exportação da macroagenda econômica brasileira (AGB Rio, 2012, p. 21).

Outra análise relevante diz respeito à expansão da industrialização rumo ao interior do Estado, associada à silvicultura. O caso emblemático tem sido a região do Médio Paraíba, que vem se transformando num polo industrial nas cidades de Barra Mansa, Resende e Piraí, através da indústria siderúrgica, montadoras de automóveis, fábricas químicas e de laticínios. Tal dinâmica vem atraindo a silvicultura através do investimento de capital em ativos fundiários, aquisição de terras e estímulo ao plantio independente:

[...] tudo indica que a silvicultura vem progressivamente se anexando ao domínio da pecuária, sobretudo a leiteira, basicamente pela possibilidade de desenvolvimento do plantio de eucalipto sem sistema agropastoral, ou seja, combinando área de pastagem (AGB Rio, 2012, p. 22).

Tal processo conta com parceria público-privada através da criação de programas de fomento a pequenas plantações, linhas de financiamento, etc., tendo

apoio da Firjan, Banco do Brasil, Sebrae e Universidades.²³⁷ Como resultado da expansão do agronegócio com o objetivo de integração regional-global, foi elaborado em 2011 o Plano Básico da Silvicultura Sustentável do Norte-Noroeste Fluminense, considerado o maior do ERJ e um dos maiores do país. A respeito desse Plano, o documento afirma:

A divulgação do Plano, muito restrita diante do suposto público beneficiário destas regiões destaca: a projeção de 1,5 milhões de hectares disponíveis para projetos florestais com fins econômicos (Agência Brasil, 2011). Estímulo a grandes cadeias produtivas, como a de papel e celulose. Investimentos estrangeiros e vinculação internacional na carteira de investimentos. Fomento às relações de integração com a indústria. Articulação com os grandes projetos logísticos, como o Porto do Açú e Barra do Furado. Desenvolvimento de plataforma de exportação florestal, com escala compatível aos mercados regionais-globais. Modelo regulatório baseado em contratos verticalizados. Estratégia de regulação regional do estoque de madeira. Inserção da agricultura familiar como nova categoria de clientes. Desburocratização dos procedimentos do licenciamento ambiental. Agilidade na formalização dos plantios e especialização da produção (AGB Rio, 2012, p. 23).

Chama-nos atenção no referido Plano o volume de terras destinado à silvicultura no ERJ, superando MG e SP. Ademais, a própria Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do RJ constatou que 1,5 milhão de ha nas regiões Norte e Noroeste são de terras subutilizadas, não utilizadas ou devolutas. Intriga-nos o porquê de essas terras não serem destinadas à reforma agrária, justamente na região Norte, onde há fortes conflitos por terra de trabalho.

O documento destaca ainda que o objetivo é atrair investimentos nacionais e internacionais (que já iniciaram em 2011), integrando inclusive assentamentos da reforma agrária, além de médios e grandes proprietários rurais. Esse processo é extremamente preocupante, pois a integração vertical se caracteriza pela superexploração dos pequenos agricultores, com intensificação do trabalho e ausência de direitos trabalhistas. Nesse sentido, o documento revela que no ES vem ocorrendo processos de terceirização e subcontratação do trabalho, sobretudo na colheita e no transporte da madeira. Os contratos estabelecidos pesam sobre os trabalhadores, aliviando as empresas dos encargos trabalhistas:

²³⁷ Como expressão da parceria público-privada em torno do projeto da Silvicultura no ERJ, vale conferir um documento produzido pela Firjan em parceria com o SEBRAE, que apresenta um estudo realizado pelo Departamento de Silvicultura do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que teve como objetivo estimar a produção e o consumo de madeira no ERJ: FIRJAN. Silvicultura Econômica no Estado do Rio de Janeiro. In: **Estudos de Desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 5, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/silvicultura-economica-no-estado-do-rio.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

Nos termos regulatórios os contratos preveem inclusive a cláusula do penhor agrícola, que mantém todo o “objeto contratual” sob o regime de uso e direito exclusivo da contratante. O agricultor passa a ser assim, apenas o fiel depositário do bem empenhado, não podendo vender, transferir ou alienar a posse do título da terra (AGB Rio, 2012, p, 24).

Destaca-se ainda que as mulheres estão excluídas desse processo de trabalho, ao menos diretamente, pois é penoso, resulta em desvio de coluna, ferimentos, rupturas de ligamento, cansaço, lesões corporais, intoxicação química, tornando-se um drama para a juventude rural.

Em síntese, a grande estratégia da silvicultura industrial é integrar os pequenos produtores à produção, o que é extremamente sedutor diante de dificuldades para sobrevivência a partir da produção agrícola e da inserção no mercado de trabalho urbano. Ademais, há um forte apelo à sustentabilidade diante da política mundial de plantio de “florestas” como medida de mitigação do aquecimento global. Entretanto, trata-se de uma monocultura com o agravante de absorver grande quantidade de água. Para dimensionar os riscos dos seus efeitos socioambientais, a primeira etapa envolve cerca de 90.000 ha, o que representa 63% de toda a área destinada para a reforma agrária no ERJ (126.532 ha), em 75 projetos de assentamento com mais de 5.000 famílias assentadas. Dessa forma, estamos diante de enormes desafios para as forças populares rurais e urbanas.

Por fim, destacamos ainda que a “crise” financeira que o ERJ vem passando, que se tornou pública em 2015, sendo intensificada em 2016, não aparece no último relatório da EMATER-Rio. Se tomarmos os Planos Estratégicos do governo do PMDB para o período de 2007-2031, vimos que os projetos de desenvolvimento previstos não passavam de uma propaganda enganosa, cuja aliança entre poder público e corporações privadas levou ao endividamento do Estado, levando as políticas públicas e a vida dos servidores estaduais à penúria. Enquanto as iniciativas privadas, a exemplo da SuperVia, continuam lucrando através das concessões públicas e anuência do Governo do Estado, o conjunto das políticas sociais vem sofrendo grandes retrocessos com cortes no orçamento, inviabilizando, por exemplo, a saúde e a educação públicas.²³⁸ Nesse sentido, os trabalhadores fluminenses, urbanos e rurais, vêm pagando a conta dessa “crise”. Um grande

²³⁸ Os profissionais da educação do ERJ estão em greve há cerca de quatro meses, desde março de 2016. Em junho, o governo estadual decretou estado de calamidade pública em função da crise fiscal e da ausência de recursos para finalização das obras para os Jogos Olímpicos.

emblema tem sido os próprios servidores públicos, com atrasos salariais que não poupam nem mesmo os aposentados.

4.3 MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES, MOVIMENTO SINDICAL, ORGANIZAÇÕES POPULARES E SEUS ENFRENTAMENTOS AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM CURSO NO SÉCULO XXI NO ERJ

4.3.1 As perspectivas dos movimentos sociais camponeses e do movimento sindical no ERJ no enfrentamento aos projetos de desenvolvimento

Partimos do suposto que o desenvolvimento humano na sociabilidade capitalista é condicionado, limitado e aprisionado pelo desenvolvimento econômico, isto é, por uma forma e conteúdo particulares de organização dos processos de trabalho que determinam centralmente as relações sociais. Nesse sentido, diante dos projetos de desenvolvimento em curso no ERJ, vistos acima, buscaremos suscitar como alguns dos movimentos camponeses do ERJ compreendem o “desenvolvimento”, tanto em sua vertente (neo)liberal quanto no sentido anticapitalista, e qual seria sua particularidade no nosso Estado.

Tal trabalho se deu por meio de entrevistas com suas lideranças estaduais. O processo de realização das entrevistas começou em 2013, foi interrompido em função de estágio doutoral fora do país e recuperado em 2015. Dentre os movimentos sociais e sindical camponeses no ERJ, conseguimos entrevistar o MST, o MPA, o MAB e a FETAG-RJ.²³⁹

Partimos do pressuposto de que o campesinato tem um papel fundamental no protagonismo da luta de classes no século XXI, somado às lutas urbanas. Na particularidade do ERJ, observa-se um território considerado altamente urbanizado, com uma retomada do processo de industrialização, sobretudo pela dinâmica da indústria do petróleo, como expressam os grandes empreendimentos em curso. Contudo, os próprios dados da EMATER-Rio revelam um atendimento anual a cerca de 45 mil agricultores. Cabe-nos, então, dar voz aos movimentos camponeses que vêm sentindo os efeitos socioambientais desses projetos e o que vêm propondo como alternativa.

²³⁹ Registra-se que estabelecemos contato com um representante da FETRAF, que vem buscando criar uma base no ERJ, sobretudo na região Serrana, mas este não deu retorno sobre a participação na presente pesquisa.

A apresentação dos depoimentos se dará em três eixos: história do movimento/organização no ERJ; avaliação sobre os projetos de desenvolvimento em curso; concepção sobre desenvolvimento. Como critério aleatório, escolhemos apresentar os movimentos por ordem de antiguidade na atuação no ERJ.

4.3.1.1 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ)²⁴⁰

Como já tivemos oportunidade de apresentar, a FETAG é herdeira da antiga Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), que sofria influência do PCB nos anos 50, sendo reconhecida como entidade sindical em 1963, e uma das fundadoras da CONTAG, o que expressa a importante participação dos trabalhadores rurais fluminenses na época da criação do movimento sindical não somente em nível regional, mas nacional.

Sua história é extremamente rica, posto que acompanhou diferentes projetos de desenvolvimento rural no ERJ e no país, desde, sobretudo, a modernização agrícola, que reiterava a noção de atraso no campo com a aposta na modernização, via produção de monocultivos em latifúndios com base tecnológica em insumos químicos e maquinaria desenvolvida em outros países, contando com generosos subsídios de recursos públicos, via política de créditos, até a era do agronegócio em que o latifúndio é integrado ao capital financeiro, bancário e industrial. Contudo, não será nosso objeto de estudo recuperar essa densa história de luta, que, no Rio de Janeiro,²⁴¹ pautava-se mais pela defesa de posseiros e dos assalariados rurais²⁴² e que, ao longo de sua história (apesar do processo de burocratização, que tornou a federação responsável pela assistência médica aos trabalhadores rurais, a partir dos anos 70), foi incorporando a luta pela desapropriação de terras (a exemplo das lutas

²⁴⁰ A entrevista foi realizada em 08 de julho de 2015, na Casa de Abel, um hotel em Araruama, por ocasião do Congresso Estadual da FETAG/RJ. Participaram dela membros da atual diretoria e um antigo dirigente do sindicato: Otto dos Santos (atual presidente), Katia Regina da Costa Motta, Elicia Ramos da Cruz Santos, Manoel Jotta Barboza (presidente da gestão anterior).

²⁴¹ Na fase de estudo exploratório, realizamos entrevistas com os pesquisadores Afrânio Garcia Jr, economista e antropólogo brasileiro, radicado na França (professor da EHESS), que foi assessor técnico da FETAG/RJ entre os anos 70 e 80, e com a socióloga Leonilde Sérvo de Medeiros (UFRRJ/CDPA), que coordenou uma pesquisa sobre a violência no campo no ERJ no período da ditadura civil-militar burguesa, que integra o relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Nossa intenção é transformar esse rico registro audiovisual em material didático para projetos de ensino e extensão.

²⁴² A luta pela terra para os posseiros era forte na região da Baixada Fluminense e na Região dos Lagos e a luta pelos direitos dos assalariados era forte no município de Campos, região de produção de cana-de-açúcar.

da Região dos Lagos e Sul Fluminense), até priorizar a defesa de políticas públicas para a agricultura familiar, a partir dos anos 90. Malgrado a riqueza histórica desse sindicato, deter-nos-emos sobre a fase mais recente de “desenvolvimento rural sustentável”, que visa dar sustentação ao modelo do agronegócio em detrimento da produção agrícola de pequenos produtores, em suas diversas modalidades de acesso à terra e de processos de trabalho distintos.

Atualmente, são 47 sindicatos rurais filiados à FETAG-RJ, mas estes abrangem cerca de 60 municípios, tendo-se em vista que alguns sindicatos têm extensão de base. As lideranças avaliam que esse crescimento é fruto das políticas voltadas para o meio rural, especificamente a partir da criação do PRONAF, nos anos 90, o que alterou o motivo da busca pela sindicalização, que antes era mais voltada ao interesse em obtenção de assistência médica e previdenciária. Ainda assim, mesmo na atualidade, a FETAG-RJ indica que mesmo com as mudanças legais que beneficiam as mulheres trabalhadoras rurais, estas ainda encontram muitas dificuldades na obtenção de seus direitos previdenciários, o que é uma luta bastante atual. Nesse sentido, relatam um exemplo:

Eu tive uma grande discussão com o promotor lá de Itaperuna, que ele ameaçou até me prender, porque ele dizia que no Brasil não tinha mulher que ia para o curral tirar leite. Eu cheguei para ele e falei: “Olha, o senhor está completamente enganado. Eu te levo agora lá no assentamento, na casa de uma companheira que é só ela e ele. Ele está doente e ela tira lá trinta, quarenta litros de leite por dia e bota na cooperativa”. E o promotor dizendo que isso não existe, que isso não é trabalho de mulher. O promotor, que era para estar orientando a gente, era mais ignorante do que o companheiro que tirava leite (informação verbal).²⁴³

A situação da juventude rural é ainda mais dramática, pois há um forte êxodo em função do desestímulo para a permanência na atividade rural e pelas dificuldades de acesso à educação:

E esse êxodo rural da juventude acaba obrigando também os pais a sair da área rural e ir para a cidade, porque, às vezes, os pais só têm duas filhas ou três filhos; os filhos saem para a cidade, para se formar, e eles, para não deixar os filhos irem sozinhos, eles saem da área rural e vão para a cidade, para estar junto com os filhos. Tem a questão cultural também, nisso tudo, porque a formação das crianças, no ensino fundamental, não tem nada que estimule a permanência da juventude na área rural (informação verbal).²⁴⁴

Com relação à participação da produção agropecuária no PIB estadual, que segundo dados oficiais fica em torno de 0,4%, a Federação avalia que há uma

²⁴³ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

²⁴⁴ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

subnotificação, pois boa parte dos agricultores não emite nota fiscal. Ademais, nos casos de produção associativa, é contabilizado o/a responsável legal pela associação. Esse conjunto de fatores tem também implicações previdenciárias, pois dificulta a comprovação da atividade agropecuária. Não obstante, pelos dados da FETAG-RJ são cerca de 140 mil agricultores familiares (entre pequenos proprietários, assentados, acampados, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros) e 35 mil trabalhadores assalariados. A Federação avalia que esses dados poderiam ser ainda maiores, contudo, antigas áreas rurais foram profundamente alteradas pela dinâmica do turismo e da produção de petróleo no ERJ, empurrando os agricultores para a pluriatividade. Nessa perspectiva, os entrevistados citam o caso da Região dos Lagos:

Tem uma informação interessante também aqui, pelo menos na nossa Região dos Lagos, onde a gente vive. Esses cinco municípios que a gente tem aqui, todos os municípios têm área rural, mas a juventude e as mulheres não estão no campo, estão na cidade, estão nas pousadas, nos hotéis, na praia, porque é só turismo nessa região. Então, as pessoas acham que trabalhar lá é melhor do que trabalhar, produzir alimento. Então, isso é uma das coisas também que... Aí, o que acontece? *A área rural vira dormitório.* As pessoas vão trabalhar fora e quem fica no campo trabalhando é a terceira idade.

É uma coisa que eu fico observando de alguns anos para cá, porque essa região nossa, onde a gente mora (e eu já vou falar um pouquinho ali de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, porque eu nasci em São Pedro da Aldeia e moro em Cabo Frio hoje), *a gente observa que com a entrada do royalty, com a questão da Petrobras, essa região que a gente mora, essa região que a gente vive – Rio das Ostras, Cabo Frio – era uma região que produzia muito, muito.* Aí, em Botafogo, que é um bairro próximo à fazenda Campos Novos, aquela região da fazenda Campos Novos tinha muita produção. Eu estou dizendo isso porque eu sou daquelas famílias dali, sou nascida e criada ali e é onde eu moro hoje é no bairro Botafogo, que é Cabo Frio, é um distrito, mas divisa com São Pedro da Aldeia, e fui nascida e criada em São Pedro da Aldeia e as famílias são tudo uma família só. *E naquele tempo e alguns anos passados, antes de começar a questão do royalty, tinha muita produção. Saía caminhões de produção...*

Tinha muita fatura e, com a chegada da Petrobras, isso foi diminuindo, diminuindo, *as pessoas começaram a vender as terras (muita gente vendeu as terras), começaram a se desinteressar pela agricultura e começaram a trabalhar na Petrobras. Ali, naquela região, tem muitos jovens de 18, 20, 25, 30 anos que entraram na Petrobras trabalhando em Macaé, trabalhando em Campos.*

E especulação imobiliária. Isso acontece com muita força nessa região. Eu acredito que não é mais forte porque por conta do movimento sindical, viu, Otto? Se não existisse o movimento sindical nesta região, os dois municípios que tem mais atuantes, que são Araruama e Cabo Frio – não me deixa mentir –, eu acho que essa coisa estaria bem mais avançada. Porque o objetivo das pessoas hoje... E tem mais: aparecem aquelas pessoas do dinheiro para te convencer a vender a sua propriedade para... (informação verbal, grifos nossos).²⁴⁵

²⁴⁵ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

Na atuação voltada para os agricultores, a Federação destaca a demanda por DAP na região Serrana, que é muito emitida pelo sindicato de Teresópolis e Sumidouro. Já a questão do trabalho escravo diminuiu, mas não desapareceu. É muito difícil ter acesso às fazendas e os trabalhadores têm medo de fazer denúncia; já nas usinas é mais fácil, porque os sindicatos fazem visitas semanais.

No que diz respeito às políticas estaduais voltadas para o “desenvolvimento rural”, a Federação avalia que elas são voltadas para a agricultura patronal, por meio da influência da Federação de Agricultura Patronal (FAERJ),²⁴⁶ em detrimento da agricultura familiar, para a qual sobram as políticas compensatórias “que dão voto a eles” (informação verbal).²⁴⁷ Os entrevistados ainda consideram que “o recurso para o agronegócio aqui no estado do Rio é bastante bom. A política da Secretaria Estadual de Agricultura aqui do Rio é toda voltada para o agronegócio” (informação verbal).²⁴⁸ Contudo, avaliam que para o Norte Fluminense, o Rio Genética²⁴⁹ é um bom programa, pois, desde que se tenha a DAP, “a gente tem conseguido comprar vacas de boa qualidade por um preço que poderia ser menor, mas é razoável” (informação verbal).²⁵⁰ Mas ponderam que as feiras de gado deveriam ser locais e não regionais, para baratear o valor dos animais, pois há a despesa do transporte, da emissão de guias, etc. Ademais, já houve necessidade de renegociação de prorrogação de prazo para pagamento de parcelas, em função da seca, que foi muito forte na região Noroeste:

Lá no assentamento mesmo, onde eu vivo, teve companheiro lá que teve que comprar 15 mil reais de cana senão perdia o gado todo. Então, o dinheiro que teria para pagar a prestação, teve que investir na cana. Mas lá nós também não criamos dificuldade na prorrogação do prazo (informação verbal).²⁵¹

Sobre o programa Rio Rural, a Federação considera que:

Tem algumas vantagens, mas também tem suas desvantagens. Isso depende muito do escritório local e regional da EMATER, que administra esse programa, mas que tem trazido resultado, porque é fundo perdido e tem-se crédito até 10 mil reais. Depende muito do projeto que a pessoa quer. Tem a contrapartida que, geralmente, é na questão ambiental. Na questão da comercialização, apesar de o PNAE, como está na lei, que os

²⁴⁶ Segundo a FETAG-RJ, a FAERJ é composta por agricultores patronais, sobretudo, das regiões Sul, Norte e Noroeste.

²⁴⁷ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Como tivemos oportunidade de apresentar, o Rio Genética financia os agricultores para a aquisição de gado de melhor qualidade e é um dos programas com maior financiamento estadual.

²⁵⁰ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

²⁵¹ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

municípios têm que comprar no mínimo 30%, mas nem todos os municípios estão seguindo essa regra (informação verbal).²⁵²

Sobre o Programa Rio Floresta e seus projetos de Silvicultura, a FETAG indica que há todo um discurso de recuperação de área degradada, mas com implantação de floresta de eucalipto, com o agravante de ter acesso a crédito: “Essa silvicultura eu vejo como ameaça para a agricultura familiar. A lei passou, mas nós conseguimos barrar, lá no Noroeste Fluminense, a monocultura do eucalipto” (informação verbal).²⁵³

O Programa Nacional de Crédito Fundiário para a aquisição da terra é um programa federal, mas que não anda no ERJ porque implica em assessoria técnica por parte do governo do Estado e a Federação avalia que a EMATER-Rio está sucateada.

Sobre outros programas federais, o PAA implica em uma organização forte local e uma associação cooperativa voltada para a agroecologia, o que tem ocorrido em diversos municípios. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma política que a Federação deve buscar influenciar. Há um recurso do Governo Federal para que o Governo Estadual faça o cadastro, entretanto o INEA não tem quadro de funcionários para realizá-lo nos 92 municípios fluminenses. Dessa forma, o cadastro já foi prorrogado e provavelmente será prorrogado novamente, dadas as dificuldades:

Eu participei de uma entrevista do técnico do CAR com um agricultor familiar. Você falou em duas horas aqui, não é? Levou de quatro horas para lá, que é tanta coisa – é mapa, é uma porção de coisa – e são poucos técnicos para fazer, dar conta. Tem muitas propriedades que não têm mapa e, aí, o técnico tem que ir lá na propriedade e fazer o georreferenciamento. Isso tudo está no bojo da gratuidade e, por conta disso, se tem pouco técnico do INEA, está sobrando propriedade aí (informação verbal).²⁵⁴

Além disso, há técnicos autônomos cobrando de mil a dois mil reais para fazer o cadastro, o que fica fora da realidade orçamentária dos agricultores familiares. Malgrado as dificuldades, a Federação avalia que o CAR favorecerá os agricultores, pois garantirá a regularidade da propriedade ajustada à legislação ambiental, correndo menor risco de ter sua área invadida e sofrer pressão da “polícia”, que persegue o pequeno produtor, o sitiante, para comprar terras para

²⁵² Idem.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

serem destinadas à construção de condomínios. A Federação deve se envolver na implementação do CAR, pois, passado o prazo estabelecido, as propriedades não cadastradas não terão acesso a crédito, nem poderão ser transferidas.

O quadro histórico de ausência sistemática de políticas de desenvolvimento rural no ERJ foi agravado substancialmente nos últimos mandatos de governos de Estado, quando a partir da parceria público-privada se implementaram projetos de grandes empreendimentos, como previamente apresentado por meio dos Planos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 2007. Nesse sentido, a Federação afirma suas críticas no que diz respeito ao Complexo Industrial Porto do Açú, ao COMPERJ e seu impacto com a proposta da Barragem de Guapiaçu, às ações da empresa TK CSA, que impactam a Fazenda Nacional, que tem uma disputa pela desapropriação. Nos termos dos diretores e ex-diretores da Federação:

O Porto do Açú desalojou dezenas de famílias e a gente, até a CPT, o pessoal lá de Campos tem um estudo...

A questão da salinidade que está chegando nas áreas dos assentamentos, destruindo tudo. Até o COMPERJ eu acho que para a agricultura foi bastante negativo.

Para mim, na minha visão, todos esses megaempreendimentos são negativos para a agricultura familiar. Para mim, o pior foi o Porto do Açú.

Que começou junto com a CODIN a desalojar aquelas famílias. A questão ambiental, para você ter uma ideia – não sei se o Davi falou ontem com você [refere-se a um membro da CPT] –, a salinidade já está chegando lá no assentamento onde ele é assentado, no Che Guevara...

Lá morreu gente de desgosto porque foi tirada a terra da noite para o dia e teve muitas pessoas que eram posseiros, mas não eram organizados. Por não serem organizados, foram despejados da noite para o dia. Essas coisas acontecem e isso nos leva – nós, que somos do movimento sindical e que lutamos pelo direito do trabalhador – isso nos estimula a continuar a luta. É uma luta permanente...

Nós fizemos a nossa Conferência de Assistência Técnica no Estado do Rio lá em São João da Barra, no SESC Mineiro. Nós tiramos uma moção de repúdio e enviamos para tudo quanto é lugar, até para a nossa Presidenta, que até hoje não deu em nada...

Mas a semana passada mesmo a gente fez uma discussão lá na FETAG, o sindicato de Cachoeiras de Macacu e os beneficiários do antigo Banco da Terra da Serra Queimada. O Estado fez um documento, praticamente, expulsando os trabalhadores de lá, assinado pelo Malfatti.

O argumento de que vai fazer esse empreendimento, essa barragem. E pagando 5 mil reais o hectare.

É parte dessa represa do Guapiaçu. O rio passa e é uma região, onde os lotes estão regularizados, de uma grande produção (informação verbal).²⁵⁵

Diante desse cenário de efeitos socioambientais, promovidos pelos projetos de desenvolvimento, ao tratar do que compreende por “desenvolvimento”, a FETAG-

²⁵⁵ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

RJ não consegue avançar em termos de uma luta que caminhe no sentido de um movimento anticapitalista, restringindo-se a pontuar suas propostas no nível mais imediato dos enfrentamentos em jogo, estando imersa na disputa política com a FETRAF, bem como reconhece os limites da atuação sindical.

No que diz respeito à produção afirma:

A FETAG sempre enxergou a importância do associativismo, do cooperativismo, porque, na nossa avaliação, só o movimento sindical não responde todas as demandas porque cada um tem o seu papel. A associação, mais na política interna do assentamento ou da comunidade rural; as cooperativas têm essa diferenciação, na comercialização, produção, crédito; e o papel do sindicato é mais um papel de organização, de defesa, de representação. As associações são locais; as cooperativas ou são locais ou regionais, naquele município; e o sindicato é no município todo. Então, a gente sempre viu e sempre estimulou a constituição das associações, das cooperativas. Muitas vezes teve caso de a gente criar associação e, depois, algumas pessoas daquela comunidade sentiram que poderiam andar com as próprias pernas, que já não precisavam mais do movimento sindical, acabam se desligando do movimento sindical. Mas tem muito município em que essa articulação, essa convivência é muito boa. Você, às vezes, não consegue diferenciar quem é da associação, quem é do sindicato, quem é da cooperativa, porque é uma articulação só...

Eu acho que um dos pontos em que a gente tem começado a fazer essa discussão é na própria escola da CONTAG de formação que tem pautado muito essa discussão da questão da agricultura, do resgate da cultura local, da comercialização. A semana que vem mesmo a gente já vai começar o outro módulo aqui, regional, da produção sustentável e a gente, como orientador...

E a gente tem um orientador que enfoca muito isso aí, a questão da agricultura e agro-negócio, que é a agri-cultura, a cultura local, e agro-negócio, que é negar o ócio[...] A escola pauta muito essa questão da valorização local.

E a FETAG também, aqui no estado, estimulou a fundação da UNICAFE, que é a União Nacional das Cooperativas Solidárias, fugindo do sistema da OCB. A nível nacional tem a UNICAFE nacional e a maioria dos estados tem as estaduais. Nós fomentamos a criação aqui no estado do Rio. Hoje o presidente da UNICAFE, no estado do Rio, é assentado de reforma agrária, lá de Carapebus e nasceu nessa lógica. A UNICAFE não se compõe só com as cooperativas da área rural, mas também da área urbana, que tem esse novo pensamento, na questão solidária, mercado justo... (informação verbal).²⁵⁶

Sobre a participação das mulheres nessa proposta de desenvolvimento:

Através da ENFOC Nacional (Escola Nacional de Formação da CONTAG, criada em 2003), que também acontece nos estados, inclusive aqui no Rio de Janeiro, também nos ajudou muito na questão de qualificação política, não só para os homens, mas para as mulheres.

Tem muita participação das mulheres nessa ENFOC e essa escola dá uma formação política para as pessoas. Você sai da escola um pouquinho mais qualificada politicamente e o objetivo das mulheres, nesse projeto, é um objetivo de paridade, de igualdade, de estar lado a lado com os companheiros na luta em defesa do trabalhador e da trabalhadora rural. O objetivo é esse: a gente estar junto...

²⁵⁶ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

Eu queria também acrescentar que, nessa questão das mulheres, no começo, com a integração das mulheres, elas tiveram uma séria dificuldade para estar se integrando dentro do movimento sindical. Isso a nível nacional e também não foi diferente no Rio de Janeiro. Mas felizmente a gente está tendo mais compreensão por parte dos homens, mais parceria, tanto é que nas marchas das margaridas que têm acontecido, a nível nacional e também no Rio de Janeiro (nunca é aqui no Rio, mas é lá em Brasília), mas as mulheres estão conseguindo mais espaços e estamos sendo mais respeitadas pelos companheiros. O machismo a gente observa que está diminuindo entre os trabalhadores rurais, entre os homens rurais, porque antigamente era bem... Hoje a gente observa que essa coisa está mais dobrada e a guerra continua, mas uma guerra – como é que se diz? – sem bala, não é, Otto? [risos]

Sem bala, sem nada, não é? E o nosso objetivo é esse: é a gente estar junto, a gente trabalhar de ombro a ombro; tanto é que, com toda a dificuldade que a gente tem aqui no Rio de Janeiro, nós já temos quantos sindicatos cuja presidente é mulher?

Sete sindicatos cuja presidente é mulher e todas das direções de sindicato do Estado do Rio de Janeiro têm mulher lá dentro, na direção do sindicato. Isso é um avanço para a gente e a gente observa que todas as atividades que o movimento sindical faz, que seja em Brasília, que seja no estado, tem bastante participação de mulheres [...] Então, a gente tem bastante participação das mulheres e a igualdade está se construindo, está acontecendo (informação verbal).²⁵⁷

Sobre a disputa com a FETRAF,²⁵⁸ a CONTAG²⁵⁹ está indicando a criação de um sindicato para representação exclusiva dos agricultores familiares. O argumento é de que saiu uma minuta do Ministério do Trabalho que questiona a dupla sindicalização, tendo em vista que parte da agricultura familiar contrata trabalho assalariado. Sob essa alegação jurídica, a FETAG-Rio foi a primeira federação a aprovar no seu congresso, realizado em julho de 2015, a criação de novo sindicato para representação dos agricultores familiares, como afirma a fala de um dirigente:

Mas por causa dessa questão jurídica, que o Judiciário tem esse olhar diferenciado e o Ministério do Trabalho vindo em cima também, com as portarias que faz, a gente está sendo obrigado a fazer essa dissociação.

O que a CONTAG tem orientado às federações? A CONTAG vai se transformar em Confederação da Agricultura Familiar, mas também, por dentro da estrutura, caminhando lado a lado, vai criar a Confederação de Assalariados também.

Vai ser outra confederação, mas funcionando no mesmo espaço, entendeu? Por quê? Até o Dr. Ricardo²⁶⁰ estava falando ontem que quando a CONTAG [foi fundada] – como o Manuel fez o resgate da fundação – a CONTAG representava as duas, tanto assalariado quanto assalariado como agricultor familiar...

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Não obtivemos retorno de um representante de um sindicato filiado à FETRAF para avaliar a posição desta Federação. Destaca-se que é um antigo dirigente da FETAG-RJ.

²⁵⁹ Segundo a FETAG/RJ, a CONTAG não está filiada a nenhuma central sindical e a diretoria está dividida entre dirigentes ligados à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e à CUT.

²⁶⁰ Advogado da CONTAG que esteve presente nas discussões do Congresso da FETAG-RJ, influenciando o processo decisório sobre a criação do novo sindicato.

[Sobre a FETRAF no RJ] Não está regularizada, não é reconhecida ainda. Ela começou a organização no sul, não é? Eu acho que ela está registrada em três estados (informação verbal).²⁶¹

Tais disputas são ainda relativamente recentes e com baixa incidência no ERJ. Contudo, num cenário de tamanho aviltamento aos direitos dos trabalhadores, parece-nos temerária a ampliação das cisões político-sindicais, acirrando as disputas internas, perdendo-se o foco sobre os reais inimigos dos agricultores familiares e de suas organizações políticas.

No que diz respeito ao enfrentamento ao governo do ERJ e sua política de “desenvolvimento rural sustentável”, a *Federação afirma que estão solicitando uma audiência para cobrar concurso para a EMATER, a criação da subsecretaria da agricultura familiar (que é uma demanda posta desde 2008/2009) e a questão do crédito fundiário*. Sobre a questão do crédito fundiário, a Federação não apresenta uma avaliação crítica do domínio do sistema bancário e financeiro sobre as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, o que acaba por enfraquecer a luta pela Reforma Agrária Popular, como o MST vem defendendo.

A FETAG-RJ tem apresentado limitações para construir uma unidade da luta no ERJ. Nessa direção, indica que o Fórum Estadual pela Reforma Agrária sofreu desarticulação há cerca de 4 anos. Ademais, não participa ativamente da AARJ, que congrega movimentos que se dedicam aos princípios e à prática agroecológica; não possui articulação com o movimento de pescadores; avalia que o movimento quilombola tem uma articulação mais municipal, mas já teve maior articulação, posto que muitas lutas pela regularização de terras quilombolas se davam por intervenção política dos sindicatos rurais.

Sobre o apoio político partidário, os entrevistados afirmam que há, por parte do PT, PCdoB e PSB, e em determinados casos isolados, busca-se a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, presidida por Marcelo Freixo (PSOL/RJ).

A atuação política da FETAG-RJ volta-se mais para a cobrança do Governo Federal, mas avaliam que é preciso pressionar igualmente o governo do ERJ e os governos municipais:

Eu vou falar uma opinião mais própria, minha, pode ser que não reflita... Eu acho, na minha avaliação, nós, do movimento sindical, nós esquecemos muito do município, muito do Estado e cobramos muito do [Otto: Nacional] Governo Federal. A gente esquece do que está aqui do nosso lado [Elicia: É isso mesmo.] da cobrança do nosso vizinho, do Estado e cobramos [Otto:

²⁶¹ Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

Nacional] a questão nacional de políticas públicas nacionais. Acho que a gente tem que reverter esse processo. Nós já vimos com você que nós temos poucas articulações com o Legislativo, tanto do município, na Câmara de Vereadores, como do Estado ou com as bancadas federais. Acho que a gente tem que melhorar essa situação, essa relação (informação verbal).²⁶²

Sobre a participação nos conselhos de direitos, a Federação avalia que é um espaço limitado e também há um processo de despolitização no movimento sindical rural, que associa a política institucional à política partidária, à corrupção, expressando a necessidade de formação política dos seus quadros, sobretudo numa perspectiva de renovação dos mesmos. Sobre os limites dos conselhos, afirmam:

Que por si só, só a nossa participação nos conselhos, não mostra muito as nossas cobranças, porque a maioria dos conselhos já é Secretário de Agricultura; no caso do Desenvolvimento Rural, é o Presidente do Conselho, aí já leva lá a pauta, a gente não mexe muito na pauta, ou quando a gente leva assunto nosso é aquela questão de ser bombeiro daquela dificuldade que a gente está passando naquele momento. Quando a gente ficou uns 3 ou 4 anos direto com o Sérgio Cabral cobrando a criação da Secretaria da Agricultura Familiar, ficamos, ficamos, ficamos, só conseguimos quando nós estávamos na vigília do INCRA, que saíram mais de duzentas pessoas em passeata. Fomos lá e ele não atendeu a gente, mas mandou o Secretário de Agricultura, mandou outro secretário atender a gente e, logo em seguida, ele não criou, mas criou a Subsecretaria. Mas isso porque nós paramos de só telefonar ou mandar... (informação verbal).²⁶³

Com efeito, esse processo se reflete no peso político do agronegócio no Congresso Nacional, em detrimento das organizações dos agricultores familiares. Nesse contexto, a Federação reconhece que falta formação política, sobretudo num contexto de envelhecimento dos trabalhadores do campo, para que haja formação de novos quadros que assumam a luta do sindicalismo rural brasileiro e no caso do ERJ não é diferente.

4.3.1.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁶⁴

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é um movimento social de base nacional fundado em 1984. Ele se soma aos demais movimentos de luta pela reabertura democrática, conjuntura em que surgiram vários movimentos sociais e

²⁶² Informação fornecida pela diretoria da FETAG/RJ, em 08 de julho de 2015, em Araruama, RJ.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ A entrevista com o MST foi realizada com duas jovens mulheres que participam da coordenação estadual: Amanda Matheus, do setor de formação, em entrevista concedida presencialmente no escritório do MST, no centro do RJ, em 17 de julho de 2013, e Irenilde Oliveira, do setor de produção, por mensagem eletrônica, em março de 2015.

sindicais, organizações não governamentais e o Partido dos Trabalhadores. Sua origem está marcada pela recuperação do legado de luta pela terra no país, recolocando na pauta política o debate sobre a reforma agrária, reivindicando terras das multinacionais, dos latifúndios extensivos, do Estado; terras mal aproveitadas, que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores.

Num encontro nacional em Cascavel (PR), líderes sem-terra, agentes pastorais, sindicalistas, assessores e entidades de classe de 14 estados aprovaram os princípios do movimento, dentre os quais destacamos: a luta pela reforma agrária, por uma sociedade justa, superando o capitalismo; a unidade entre trabalhadores rurais com diferentes vínculos de trabalho; a preservação da autonomia política; a busca da expansão nacional do movimento, fortalecendo as lutas nos níveis estadual e nacional; a sensibilização da opinião pública para os direitos dos trabalhadores rurais; a união da luta do campo, da cidade e dos irmãos indígenas; a busca de apoio de entidades, sindicatos, igrejas; o combate às diretorias pelegas dos sindicatos; o combate ao crédito rural e medidas de mercantilização da terra; a defesa da terra para trabalho e não para negócio; a construção de alternativas de posse e cultivo da terra; a luta contra a colonização do Norte (região amazônica) e reassentamento dos sem-terra nos estados de origem (STÉDILE, 2005).

A liderança Amanda Matheus estadual do MST contextualiza a história de luta pela terra no país desde o período da colonização, mas destaca que o período republicano de modernização da agricultura, dirigido pela autocracia burguesa por meio dos governos militares instaurados em 1964, caracterizou-se pela forte expulsão dos trabalhadores do campo, que foram em busca de emprego nos centros urbano-industriais. Contudo, o desemprego se tornou uma realidade para parte significativa da população, o que contribuiu para o surgimento do movimento, numa conjuntura em que os sindicatos e pastorais da igreja católica tiveram um forte protagonismo social. Assim, estariam dados os elementos sociais e políticos que antecederam a constituição do MST. Em suas palavras:

[...] um grande número de trabalhadores que foram expulsos do campo, foram para a cidade, mas, depois, na cidade, surge, então a necessidade de voltar para o campo novamente. Então, acho que esse também é um dos fatores do surgimento do MST. Também em relação ao surgimento do MST, tem aí nesse período, no campo, alguns sindicatos, algumas organizações pastorais, que estavam fazendo um trabalho de organização dos trabalhadores – nesse contexto nós podemos citar, por exemplo, a CPT, que trabalha muito essa questão da Teologia da Libertação, que tinha um trabalho de organizar os trabalhadores em relação a essa questão da terra. Então, foi através desse trabalho, com as pastorais, com os sindicatos, que

possibilitou, a partir dessas ocupações de terra, ir-se consolidando e fundando o MST. O MST foi fundado no ano de 84 (informação verbal).²⁶⁵

Destaca-se que o debate sobre a reforma agrária mudou no país nesses 30 anos de existência do movimento, pois o latifúndio mudou. Hoje, ele está nas mãos das grandes transnacionais, em função da fusão dos capitais industrial, bancário e financeiro. Nos termos do MST-RJ:

Então, teve uma mudança de atuação do capital no campo, inclusive uma mudança do latifúndio. Hoje, na atualidade, o que o MST vem trabalhando em relação à questão agrária é que existe um modelo de atuação no campo brasileiro, inclusive um modelo que é chamado de agronegócio, que é a atuação do latifúndio, a atuação principalmente das empresas transnacionais no campo brasileiro, que é tanto o capital financeiro, o capital industrial, o capital bancário. Então há uma junção de todos os capitais e é uma atuação, principalmente, das transnacionais. Então, hoje, quem controla o campo brasileiro, principalmente, são essas transnacionais. Você pode ter hoje um latifúndio, que vai ser de um latifundiário, ele também vai pertencer a uma empresa transnacional. Então, é essa dominação que está no campo brasileiro hoje (informação verbal).²⁶⁶

Dessa forma, no início do movimento, centralizava-se a luta na distribuição de terras, mas “hoje, falar em reforma agrária, a gente tem que falar de uma mudança estrutural” (informação verbal),²⁶⁷ o que supõe a construção de uma unidade anticapitalista, pois a transformação da sociedade é um dos objetivos do movimento. Dessa forma, a reforma agrária seria uma das estratégias que compõem uma transição socialista, que supõe uma aliança política ampla, no sentido de extrapolar o meio rural. Nessa direção, o MST-RJ complementa:

Desde o início, o MST trabalha muito essa questão de que o MST não é sozinho. É necessário que o MST esteja inserido em todo um contexto de lutas no campo e na cidade, para que haja uma transformação social. Então, a luta pela reforma agrária, não é só uma luta do campo. É uma luta de toda a sociedade brasileira. *Essa concepção de que a reforma agrária não vai acontecer se não acontecer um conjunto de transformações no Brasil; principalmente, uma mudança na estrutura fundiária do país, mas é necessário um conjunto de mudanças estruturais no país para a gente poder avançar em relação à reforma agrária no país* (informação verbal, grifo nosso).²⁶⁸

Destarte, o conceito de reforma agrária na nova conjuntura, marcada pelo domínio do campo pelo capital financeiro na determinação sobre a produção agropecuária, combina as lutas que datam da gênese do movimento com novos conteúdos, resultando na defesa de um projeto de reforma agrária popular. Tal

²⁶⁵ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

projeto pauta não apenas a democratização da terra, mas a matriz produtiva, de base agroecológica, a importância da educação voltada para a realidade do campo, conforme nos indica uma liderança estadual do MST:

[...] questão da democratização da terra; a questão da organização da produção agrícola; a questão, por exemplo, da água; essa questão da industrialização; política agrícola, do campo; essa questão de pensar uma nova matriz produtiva, uma nova forma de organizar a agricultura, que não seja este mesmo modelo que está aí, baseado principalmente na indústria de agrotóxico, uma produção mais voltada para a agroecologia; então, é ter um outro modelo de organização da produção. Essa própria questão da organização social, da educação do campo... (informação verbal).²⁶⁹

Nesse projeto de reforma agrária ampliada e popular, a tática de ocupação de terras continua em vigência. Contudo, trata-se de um ponto de partida para um longo processo em que a forma como se dará a organização produtiva tem uma centralidade. Nesse processo se defende uma produção agroecológica e uma educação voltada para as necessidades do campo. Sobre a atualidade da ocupação de terras, mesmo numa conjuntura de governos petistas em que houve uma desaceleração expressiva dos projetos de assentamentos rurais, o MST-RJ defende que não se trata apenas de democratização da terra, mas de um enfrentamento direto ao avanço do capital no meio rural brasileiro. Nesse sentido, declara:

A ocupação de terra continua sendo uma tática de luta, porque, na verdade, a ocupação de terra não é uma ocupação somente de um latifúndio pertencente a um certo latifundiário. *A gente fala no MST, hoje, que, hoje, a luta pela terra é uma luta contra o capital, porque, como quem controla hoje o campo brasileiro são as empresas transnacionais, é uma luta contra o capital.* Na medida em que você está ocupando hoje uma terra, você está lutando contra uma empresa transnacional, seja monocultura de eucalipto, seja produtora de gado; são empresas ligadas à produção de soja – então, é uma empresa transnacional que produz soja, mas, ao mesmo tempo, é uma empresa do ramo dos agrotóxicos. Então, tem esses elementos a serem considerados. Então, é uma luta contra o capital (informação verbal, grifo nosso).²⁷⁰

No que diz respeito à particularidade do Estado do Rio de Janeiro, o MST iniciou sua militância na Baixada Fluminense, nos anos 80, com muitas dificuldades tendo-se em vista se tratar de uma realidade distinta das regiões de colonato do sul do país. Nessa região, o perfil era de trabalhadores urbanos que lutavam por uma terra para moradia e agricultura de subsistência, num contexto de forte especulação imobiliária. O MST retorna à militância no ERJ nos anos 90, tendo como marco o

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

ano de 97, quando o movimento ocupou a usina São João, dando origem ao assentamento Zumbi dos Palmares. Nos termos do MST-RJ:

Antes disso já teve várias ocupações de terra, no Rio de Janeiro, mas como início do MST mesmo, o MST utiliza a data de 96/97, que é principalmente a partir da ocupação da Usina São João, que hoje é o assentamento Zumbi dos Palmares. Mas, antes disso, tiveram inclusive pessoas que tentaram organizar o MST no Rio de Janeiro, mas – por vários elementos – não conseguiu avançar e, daí, o MST retoma em 96/97 esse período. Então, por isso que o movimento coloca essa data como referência. Tem um grupo de militantes que vem para o Rio de Janeiro e aqui também já tinha um grupo que fazia a luta pela terra. Aí, o marco é a ocupação do Zumbi dos Palmares, que vai ser no ano de 97 e, a partir da ocupação Zumbi dos Palmares, terão várias outras ocupações de terra: no norte-fluminense, depois – mais para frente – vai ter ocupação de terra no sul fluminense, mas aqui no Rio de Janeiro tem assentamentos, por exemplo, do ano de 84. A gente tem aqui na Baixada Fluminense, tem na região norte, áreas que são ocupações desde os anos 80 (informação verbal).²⁷¹

Sobre a atualidade da questão fundiária no ERJ, mediante os projetos de desenvolvimento em curso capitaneados pelo governo do Estado, o movimento apresenta uma apreensão crítica que indica muitos desafios no presente e num futuro próximo, posto que os mesmos reforçam a concentração de terras no Estado, considerando as particularidades regionais. Em sua leitura:

O Rio de Janeiro é um Estado que tem muito latifúndio, apesar de que tem muita gente que tem essa concepção de que o Rio de Janeiro é um estado totalmente urbanizado, mas nós temos hoje, ainda, uma grande concentração de terra no estado do Rio de Janeiro, mas não existe, hoje, no Rio de Janeiro... A proposta hoje de desenvolvimento para o Rio de Janeiro é uma proposta baseada no que a gente chama de grandes projetos. Isso, tanto para a cidade como para o campo... Então, na verdade, é o que está sendo projetado para o Rio de Janeiro, para o campo no Rio de Janeiro, na atualidade, é esse projeto, o projeto dos megaempreendimentos. Então, isso a gente vai ter – esses megaempreendimentos – em vários municípios do Rio de Janeiro e isso também tem uma atuação grande no campo. Tem uma atuação principalmente aqui na Baixada Fluminense, na região norte, e também tem, ainda, principalmente na região norte-fluminense, uma presença forte, grande, dos latifundiários ligados à cana. Então, nós temos no norte-fluminense várias usinas de cana, vários latifundiários ligados à cana. Teve um período em que essas usinas tiveram um pouco de falência, mas não totalmente. Então, continua predominando, por exemplo, no norte-fluminense o latifúndio da cana. Apesar de ter também, que eu citei antes, o complexo portuário do Açú, que está provocando grandes expulsões de trabalhadores do campo e várias outras questões, tanto do ponto de vista ambiental, mas também predomina ainda essa questão do latifúndio da cana lá. E é onde se concentra hoje a maior parte dos latifúndios do Rio de Janeiro; onde se concentra a maior parte dos conflitos de luta pela terra no Rio de Janeiro é no norte-fluminense, por conta desses grandes latifúndios, essas usinas de cana. Tem em outras regiões do Estado do Rio de Janeiro também, mas a questão agrária mesmo, os conflitos de luta pela terra estão concentrados no norte-fluminense (informação verbal).²⁷²

²⁷¹ Idem.

²⁷² Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

Segundo dados disponibilizados pelo MST-RJ, o movimento atua em diversas regiões do ERJ, organizando 18 assentamentos rurais, sendo oito no município de Campos dos Goytacazes, região de fortes conflitos fundiários, três em Cardoso Moreira, um em Casimiro de Abreu, um em Macaé, um em Quatis, dois em Pirai, um em Barra do Pirai e um em Nova Iguaçu/Duque de Caxias, conforme tabela abaixo fornecida em fevereiro de 2015. Nota-se que os assentamentos mais recentes ainda não têm um número definido de famílias.

Tabela 5 – Assentamentos rurais base do MST-RJ

Nº	Nome Assentamento	Órgão	Município	Nº famílias (aproximado)
01	Che Guevara	INCRA	Campos dos Goytacazes	74
02	Dandara dos Palmares			21
03	Ilha Grande			58
04	Josué de Castro			35
05	Oziel Alves			35
06	Terra Conquistadas			11
07	Zumbi dos Palmares			506
08	Antonio de Farias	INTERJ/INCRA	Campos dos Goytacazes	74
09	Francisco Julião	INCRA	Cardoso Moreira	47
10	Chico Mendes			30
11	Paz na Terra			74
12	Sebastião Lan		Casimiro de Abreu	60
13	Osvaldo de Oliveira		Macaé	?
14	Irmã Dorothy		Quatis	?
15	Roseli Nunes		Pirai	39
16	Terra da Paz			38
17	Vida Nova		Barra do Parai	25
18	Terra Prometida		INCRA/ITERJ	Nova Iguaçu/Duque de Caxias

Fonte: MST/RJ, fev. 2015.

Destaca-se que após um longo período sem projetos de assentamento, posto que o último datava de 2007, em 2014, após 9 anos de acampamento, saiu a emissão de posse para o assentamento Irmã Dorothy, em Quatis; após quatro anos de acampamento, saiu o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, em Macaé; ocupado desde os anos 90, saiu o projeto de assentamento Sebastião Lan II.²⁷³ Os dois últimos são pioneiros no ERJ em projetos de

²⁷³ Segundo informações disponíveis no próprio site do INCRA (2014): “A área onde se localiza o PDS Sebastião Lan II é remanescente de uma desapropriação realizada pelo Incra em 1975 para atender ao ‘relevante interesse social de reforma agrária e criar um santuário para proteção do mico-leão-dourado dourado e a preguiça-de-coleira’, segundo cita trecho de documento da época. / Na ocasião, foram criados os assentamentos, hoje consolidados, PIC Aldeia Velha e PIC Capivari, além

desenvolvimento sustentável.²⁷⁴ Com efeito, destaca-se que no ERJ há uma morosidade na desapropriação da terra: “[...] aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, nós temos famílias que estão acampadas há 10 anos. Nós temos famílias que estão acampadas há sete anos, cinco anos. Então, há uma demora” (informação verbal).²⁷⁵

Apesar de ser o INCRA que seleciona os assentados em função de critérios legais, o MST faz acordos coletivos ao longo do processo de acampamento, o que faz parte da formação política que acompanha o próprio processo de luta. Uma particularidade dos assentamentos no ERJ diz respeito ao perfil urbano, pois muitas famílias não possuem experiência no trabalho agrícola. Dessa forma, há todo um trabalho de formação, promovido pelo setor de produção do movimento, denominado Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, que inclui a produção agroecológica, a produção sem venenos, a preservação de sementes, além da luta para que os assentamentos tenham assistência técnica de qualidade. No caso do RJ, em geral, é uma cooperativa chamada COOPERAR que presta esse serviço.

Um elemento essencial para a produção diz respeito à qualidade do solo, além dos instrumentos técnicos apropriados para as diferentes realidades e do trabalho cooperativo. É comum que os projetos de assentamento se instaurem em áreas degradadas, o que traz um obstáculo a mais. Nesse sentido, a liderança estadual compartilha uma experiência própria da área onde está assentada:

Por exemplo, no Roselino Nunes, que é o assentamento onde eu vou morar, ali tem que fazer todo um processo de reflorestamento, recuperação do solo, toda uma questão ambiental, inclusive, para você ter um número grande de produção. Outro elemento, por exemplo, é que dificilmente uma família consegue produzir num lote, vamos dizer, de 10 hectares somente com enxada. Então, muitas vezes, a falta também de equipamentos agrícolas nos assentamentos... as famílias não têm acesso e têm que tocar o lote só

da própria Reserva Biológica Poço das Antas. A área de Sebastião Lan II, embora pertencendo ao Incra, não recebeu destinação na época, por ser considerada de difícil exploração agrícola nos moldes da reforma agrária. No entanto, na década de 1990, o local foi ocupado por trabalhadores rurais sem terra, que realizam agricultura familiar de subsistência desde então, com destaque para produção de feijão, mandioca, laranja e banana”.

²⁷⁴ Segundo informações do INCRA (s/d), os PDS são “Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.)”, sendo de responsabilidade da União: “Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União”.

²⁷⁵ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

com uma enxada. Tem todo um processo de melhorar a terra... Então, são realidades e realidades. Os assentamentos não são todos iguais, principalmente se for assentamento que pegar uma área totalmente degradada. Se você pega uma área totalmente degradada de eucalipto, até você recuperar o solo para poder ter uma boa produção, demora um tempo (informação verbal).²⁷⁶

Por outro lado, há também no ERJ experiências exitosas na implementação de práticas agroecológicas, ainda que não se deem no assentamento como um todo, mas por iniciativas de alguns assentados:

A gente está com algumas experiências de alguns assentamentos na região norte, que o pessoal tem conseguido avançar nessa parte da organização da produção. São assentamentos que hoje têm muita produção agrícola e o pessoal está conseguindo comercializar, fazer feira... No norte-fluminense, por exemplo, a gente tem assentado que, hoje – vou citar um exemplo do assentamento Zumbi dos Palmares, que é um assentamento bastante complexo, que é um assentamento de 506 famílias; ali é um assentamento bastante complexo, mas você tem ali, dentro do Zumbi dos Palmares, famílias que... O próprio Cícero, que foi assassinado,²⁷⁷ o lote dele é totalmente agroecológico. Então, a família dele tem hoje um lote com muita produção. O lote da família produz muita fruta, totalmente agroecológico, e ele era um dos assentados, por exemplo, que fazia feira dentro da UENF – Universidade Federal do Norte Fluminense. Então, a gente vai ter no Rio de Janeiro vários assentados ali, no Zumbi dos Palmares, não todos, mas vários assentados que conseguiram avançar, inclusive na produção agroecológica, que têm; dentro do assentamento, lotes com muita produção e produção agroecológica. No assentamento Dandara dos Palmares, as famílias estão conseguindo avançar na produção. Então, a gente vai ter uma experiência de produção e de avanço na comercialização em alguns assentamentos do norte-fluminense. Aqui, na Baixada Fluminense, tem um grupo que agora, recentemente, criou uma cooperativa. Então, estão conseguindo, através dessa cooperativa, organizar a produção, inclusive um assentamento que... Essa cooperativa é um grupo de militantes que se organizou para avançar mesmo na produção. Então, eles têm uma produção coletiva, estão tentando... (informação verbal).²⁷⁸

Sobre o trabalho cooperativo, apesar de todo o individualismo que penetrou na sociedade, sobretudo em tempos de políticas neoliberais que reforçam essa perspectiva, embebidas no caldo cultural da pós-modernidade que tende a isolar os fenômenos sociais e enfraquecer as lutas políticas, o MST-RJ considera que tem tido um avanço:

O MST considera como forma de cooperação os mutirões de trabalho, cooperativas, associações, trabalhos comunitários, de grupos; então há várias formas de se cooperar... O MST avançou muito nessa proposta de organização e cooperação, mas o MST também tem dificuldade de, em

²⁷⁶ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

²⁷⁷ Cícero Guedes era uma liderança do MST e estava no Zumbi dos Palmares desde 2002, tendo sido assassinado em janeiro de 2013, o que demonstra que a violência no campo é uma realidade bastante atual no ERJ. Em sua homenagem, a feira estadual do MST foi batizada com seu nome. Outras mortes foram registradas na mesma época como informa o site do MST (THUSWOHL, 2014).

²⁷⁸ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

muitas áreas, trabalhar essa concepção de organização e de cooperação, porque os assentamentos, apesar do avanço, os assentamentos têm muita influência dessa sociedade atual, ou seja, os assentamentos fazem parte dessa sociedade. Para você ir trabalhando isso, é um processo longo, de muitos anos de formação, de organização (informação verbal).²⁷⁹

No que diz respeito à comercialização, há o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, mas o movimento trabalha com várias formas: “incentivando a questão das feiras, mas é um desafio muito grande essa questão da comercialização ainda nos assentamentos, ou seja, é um dos pontos que ainda têm que avançar, que têm muitas dificuldades ainda em relação à comercialização” (informação verbal).²⁸⁰ Contudo, o que se vivencia nos assentamentos no ERJ, de uma forma geral, é uma ausência de investimento do Governo Federal, bem como dos municípios, tendo-se em vista que políticas básicas de educação e saúde são de responsabilidade do município. Na particularidade do ERJ, existe um processo bastante burocrático para acessar as políticas PNAE e PAA e custoso para as famílias. Nesse contexto, é comum o recurso à obtenção de renda fora dos lotes, o que caracteriza a pluriatividade. Nos termos do movimento:

Então, essa parte dos assentamentos é o que? É a luta por crédito, tanto agrícola como o crédito habitação; é a luta por infraestrutura básica, que é energia, água potável, estrada, pontes, um monte de coisa em relação à infraestrutura básica de um assentamento; questão de escola, posto de saúde; que parte é função do Governo Federal, parte também é função dos municípios e muitas vezes os municípios não abraçam os assentamentos. Tem assentamento que está em município que não contribui em nada com o assentamento, as prefeituras são totalmente isentas em relação aos assentamentos, não têm política nenhuma para os assentamentos que se encontram nos municípios. Então, a gente tem essa grande dificuldade nos assentamentos. Então, existe uma demora entre o que a gente chama de (depois da emissão de posse) parcelamento da terra, do parcelamento até a concretização da infraestrutura básica, até a concretização das famílias terem acesso a crédito, tanto crédito de produção como crédito habitação... Então, existe uma dificuldade dentro dos assentamentos. Por isso que, muitas vezes, sobreviver só da agricultura é um desafio muito grande. Então, a gente tem assentamentos com experiências que têm muito êxito nessa área da produção, que as famílias têm uma produção grande; têm assentamentos que já avançaram muito nessa parte da comercialização, assentamentos que têm associações, cooperativas, mas a gente vai ter também assentamentos bastante precários, tanto do ponto de vista da produção como do ponto de vista da infraestrutura. Então, esses assentados, que estão nesses assentamentos precários, têm dificuldades de viver só da renda da produção agrícola. Por isso, muitas vezes, ele vai procurar um “bico”, o que a gente chama de “bico” para fazer, para poder complementar a renda do assentamento. Mas são realidades e realidades. Você pode encontrar um assentamento totalmente precarizado, em que as famílias estão ali, assentadas, mas ainda não têm uma casa para morar, e você vai encontrar hoje, em nível de Brasil, assentamentos em que as

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Idem.

famílias estão vendendo arroz orgânico, por exemplo, os assentamentos do sul do país, onde as famílias estão vendendo arroz orgânico (informação verbal).²⁸¹

Apesar da crítica aos governos Federal e municipais, penso que faltou a crítica ao governo estadual, a quem também compete a execução de políticas de saúde e educação, sobretudo num contexto perverso de fechamento de escolas no campo.

Ainda no que diz respeito à proposta de “desenvolvimento rural sustentável” do governo do ERJ, o movimento apresenta sua crítica:

Em relação as atuações estaduais nos assentamentos, praticamente não existe, EMATER geralmente por relações com um ou outro assentados, alegam ser de autarquia do INCRA responsável por contratação de serviços. E alguns programas não tiveram grandes impactos nos nossos assentamentos, mais na região de Campos, sim, como o Frutificar, Prosperar (lembro que Paulo Alentejano elaborou um artigo na época em que esses programas estavam decaindo e deixando muitos agricultores envidados e as Agroindústrias que iam receber as frutas faliram antes de iniciar, foi uma falência de ambas partes, muitos agricultores não conseguiram manter a produção por diversos problemas, desde de mudas de frutas doentes e azares climáticos e como não tinha seguro, ficam-se as dívidas...)

Não é em todas as áreas que os programas chegam, alguns agricultores acessam. Atualmente o Rio Rural tem iniciado novas projeções devido a registro de novas microbacias, pois funcionam bem próximos. O Rio Rural bancado pelo Banco Mundial, constituído por técnicos da EMATER e contratados, ... (informação verbal).²⁸²

Sua análise tece, ainda, uma diferença essencial entre o projeto de desenvolvimento sustentável de base institucional, que se perfila à economia verde, e o que o movimento entende como desenvolvimento agroecológico:

Tanto a categoria sustentável e hoje economia verde surgem na perspectiva do capitalismo se manter em crescimento, em desenvolvimento, no entanto agora com uma lógica diferenciada em relação a Biodiversidade, o planeta precisa conseguir sustentar esse modelo do desenvolvimento.

O próprio PDS, dando sustentação à relação no Acre, onde foi criado, expressa a relação de extrativismo e manutenção da diversidade. Entretanto, para a região Sudeste não consegue atender às mesmas demandas preservacionistas e nem conservacionistas que traz no âmbito da sua constituição.

Para o MST no RJ e em outros estados que adotaram esse processo diferenciado de assentamento, busca-se ter condições de reestabelecer a relação homem e natureza, de pensar a agroecologia de forma mais consistente para o desenvolvimento produtivo das famílias ali assentadas (informação verbal).²⁸³

²⁸¹ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

²⁸² Informação fornecida por Irenilde Oliveira, em março de 2015.

²⁸³ Informação fornecida por Irenilde Oliveira, em março de 2015.

Sobre os grandes empreendimentos em curso, complementa da seguinte forma:

Os impactos do “desenvolvimento” que vem sendo promovidos pelo governo federal e do Estado, com as grande obras, têm causado impactos diretos a pequenos agricultores como ocorreu no Porto do Açú, e que sua ampliação poderá ocasionar impactos diretos a assentamentos Ilha Grande e Che Guevara. A região do entorno dessas construções são altamente poluídas, a população intensifica, muda características de pequenas cidades que passam a viver a serviço dos empreendimentos. A área da TKCSA está atualmente onde seria o assentamento Terra Prometida, que o Estado então os assentou em fazendas adquiridas dos acordos realizados, provocando descaraterização na estrutura organizativa das famílias, pois os assentaram em três fazendas diferentes, sendo que uma delas fica há cerca de 10 km uma da outra. E atualmente algumas poucas famílias foram impactadas pelo Arco Metropolitano (informação verbal).²⁸⁴

Outra informação relevante diz respeito à luta política nos espaços institucionais de controle social das políticas públicas, como nos conselhos municipais. Contudo, a posição do movimento é a de que o foco dessa luta deve se dar por meio da mobilização social. Em seus termos:

Hoje, a forma de pressão e cobrança que o MST faz está muito mais no campo das lutas, mobilizações, manifestações, do que no campo institucional. Então, hoje, para cobrar educação e saúde pública de qualidade, a nossa concepção não é tanto fazer parte de um conselho, mas de cobrar do poder municipal ou estadual essa questão... uma escola pública de qualidade dentro dos assentamentos, transporte – porque tem assentamento que depende de transporte para as crianças estudarem (informação verbal).²⁸⁵

Além da construção dos assentamentos rurais que são base do MST, o movimento articula sua luta com os movimentos urbanos, como os de luta por moradia, as centrais sindicais e outros movimentos rurais, como os de pescadores e quilombolas, na perspectiva de compor um núcleo da Via Campesina no ERJ. Essa questão tem diretamente a ver com o financiamento do movimento e sua autonomia política. Apesar de o movimento ter como princípio o autofinanciamento, no sentido de preservar sua autonomia política, as condições materiais concretas dos acampados/assentados nem sempre são favoráveis à contribuição financeira. Diante desse quadro, o movimento busca contribuições voluntárias de outros movimentos nacionais, como de sindicatos urbanos, e internacionais, como a liderança estadual nos indica:

[...] aqui no Rio de Janeiro a gente vai ter muito sindicato que contribui voluntariamente com o MST, mas a gente parte do princípio da autonomia financeira do MST, porque o MST tem que se autossustentar através da

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

base do MST, ou seja, através da produção dos assentamentos. Porque, se a gente tem assentamentos, a gente tem que ter produção, mas o assentamento precisa produzir alimentos. Então, que essa produção de alimentos também seja voltada para sustentar o movimento. Então, um pouco esse é o princípio que a gente tem trabalhado. É um trabalho de conscientização, que é um trabalho de formação política e que a gente consiga que a base do MST, ao ser acampada e assentada, de fato, consiga se sentir parte dessa organização e contribua com o crescimento dessa organização (informação verbal).²⁸⁶

De forma complementar, o movimento destaca a participação em editais públicos:

Tem uns assentamentos, associações, cooperativas que participam de editais, de projetos... Então, vai ter. Isso são as cooperativas e associações que vão participar, nos municípios, que estão voltados para os editais dos próprios municípios. Então, as cooperativas e associações buscam também essas formas de se sustentar através de recursos públicos, seja do município ou do governo federal. Agora, por exemplo, a gente tem negociado com o governo federal um programa nacional de agroindústria, que é necessário para o desenvolvimento dos assentamentos, os assentamentos terem hoje agroindústria é uma forma de beneficiar e comercializar os alimentos, a produção dos assentamentos. Então, inclusive uma das nossas pautas para o governo federal é essa questão da agroindústria nos assentamentos (informação verbal).²⁸⁷

No que diz respeito ao avanço de uma proposta de desenvolvimento diferenciada, baseada na agroecologia, o movimento destaca a aliança com as universidades públicas, tanto na formação política do MST – através, sobretudo, da Escola Nacional Florestan Fernandes, fundada em 2005 – quanto na formação acadêmica dos assentados, por meio do PRONERA:

Um dos avanços que o MST teve nesse último período é essa relação do movimento social com as universidades. Então, tivemos muitos avanços mesmo. Hoje, então, através da Escola Florestan Fernandes, a gente consegue estabelecer várias parcerias com as universidades públicas, universidades estaduais e federais, e tem conseguido hoje desenvolver, principalmente, muitos cursos de graduação. Então, hoje, a gente tem várias parcerias de cursos de graduação em várias áreas: Pedagogia, Agronomia, Direito, História, Geografia, que são cursos voltados para filhos de assentados. Também têm alguns que são voltados para os movimentos sociais do campo: indígenas, quilombolas, pescadores, que não são somente dos assentamentos de reforma agrária. Depende muito do curso. Aqui, no Rio de Janeiro, por exemplo, nós temos um curso de licenciatura em Educação do Campo que é para os movimentos sociais do campo. Está em andamento já, o curso está quase acabando já. Eles se formam esse ano (informação verbal).²⁸⁸

Quanto à construção política de um desenvolvimento anticapitalista, o MST reconhece toda a polêmica teórico-conceitual e seus efeitos práticos sobre o uso do

²⁸⁶ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

conceito campesinato. Nesse sentido, vem trabalhando com a noção de classes sociais no campo, buscando pautar:

[...] quem são as classes dominantes e quem é a classe trabalhadora no campo brasileiro hoje. A classe dominante: latifundiário, agronegócio; e a classe então que daí vai entrar os proletariados, os sem-terra, os pequenos agricultores... Inclusive, vai aparecer em muitos textos de análise de questão agrária do MST já esse debate sobre as classes sociais hoje (informação verbal).²⁸⁹

No sentido de construir uma unidade de luta camponesa no ERJ, o MST, junto com o MPA, o MAB, intenciona construir a Via Campesina no Estado, agregando nessa luta os movimentos de pescadores, quilombolas e indígenas. Ademais, o movimento já integrou o grupo executivo da AARJ, que é um espaço de mediação de movimentos agroecológicos no ERJ.

Sobre a relação com partidos políticos de esquerda, há alguns partidos no RJ que apoiam a luta da reforma agrária: “o MST tem relação com PCB, com PSOL, com o próprio PT, com militantes do PT. Aqui, no Rio de Janeiro, o MST tem essa relação com a militância partidária – com a militância partidária de esquerda” (informação verbal).²⁹⁰ Há ainda uma relação com o mandato do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), que vem pautando uma audiência pública sobre violência no campo, e com o mandato do vereador Marcel Silvano (PT), de Macaé, que apoia o assentamento Osvaldo de Oliveira.

Além disso, a análise do movimento é de que há um forte investimento do governo brasileiro no agronegócio em detrimento da reforma agrária. Nesse sentido:

[...] o MST não tem ficado somente na luta pela terra ou pela reforma agrária. O MST entende que, hoje, todo um contexto da luta de classes, o MST tem que se envolver em lutas no campo e na cidade – lutas políticas que, hoje, são bandeiras de lutas do MST. Então, hoje, o movimento tem participado de muitos temas, como a questão da educação, a questão da saúde, a própria questão do petróleo; então são temas fundamentais da sociedade brasileira em que o MST também está envolvido, participando de lutas, porque entende que a reforma agrária só vai avançar nesse contexto de avanço de outros temas de mudança da sociedade (informação verbal).²⁹¹

Com efeito, a projeção é a de que os enfrentamentos permaneçam na conjuntura que se aproxima, pois ao longo dos governos petistas houve um

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

aprofundamento do domínio do Capital no meio rural brasileiro, mesmo com a aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que não cumpriu suas metas:

Na verdade, em relação a essa questão do campo, acho que o governo Lula e o governo Dilma deram continuidade às políticas que começaram a se desenvolver no Fernando Henrique Cardoso, ou seja, esse modelo do agronegócio começa nos anos 90 e vai avançar muito agora, no governo Dilma. Essa questão do desenvolvimento do capitalismo no campo vai começar nos anos 90, mas, principalmente em 2000, 2005, 2010 ainda vai ter o boom no campo desse modelo. Então, em relação ao campo brasileiro, só aprofundou essa atuação do Capital no campo (informação verbal).²⁹²

Considerando que há todo um bloqueio no ERJ quanto à reforma agrária, os processos de luta terão continuidade, pois – além da pressão direcionada para o INCRA – há a particularidade de um poder judiciário contrário à reforma.²⁹³ Sobre esse contexto, o movimento volta a destacar que a questão agrária não é uma questão isolada do meio rural, mas que o conjunto da sociedade deve se apropriar e construir essa luta, o que – no caso do ERJ – envolve o enfrentamento aos megaempreendimentos que têm afetado as populações pobres na cidade e no campo, a exemplo dos seus efeitos em São João da Barra, com a construção do complexo industrial do Porto do Açú:

Então, nós temos muitas áreas que estão paradas no INCRA, mas temos muitas áreas que estão paradas no poder judiciário, ou seja, muitas áreas que estão para ser emitida a posse, mas que o juiz – o juiz local, o juiz estadual ou federal – não dá a emissão de posse. Então, um pouco é essa a situação do Rio de Janeiro: áreas paradas no INCRA e áreas paradas no Judiciário. Então, essa é uma das nossas principais lutas aqui no Rio de Janeiro. Essa pressão sobre o Governo Federal, mas também tem que fazer pressão em cima do Poder Judiciário. E, bom, isso em relação à reforma agrária. Em relação a outros temas gerais, a outros movimentos, o MST continua na perspectiva de, principalmente aqui, no Rio de Janeiro, de que é necessário construir e reforçar alianças e parcerias com os movimentos urbanos. Então, tem esse entendimento de que a reforma agrária não é isolada, é necessário construir alianças com os trabalhadores da cidade, para que a gente consiga ter avanços e mudanças significativas... Nesse campo mais político do cenário do Rio de Janeiro, além dessa luta no campo, que é uma luta que o MST faz, uma luta contra o latifúndio, mas que também é uma luta contra os megas e grandes empreendimentos no campo. Por exemplo, lá no norte-fluminense, o MST apoia e, quando tem condições, participa ativamente da luta dos pequenos agricultores, que estão lá, em resistência, em relação ao Porto do Açú. Então, essa é uma das lutas que o MST tem apoiado, mas na cidade o MST tem também se somado na luta contra esse projeto que está sendo encampado aqui, no estado do Rio de Janeiro, que é essa questão dos megaprojetos, megaeventos, que transformam então, aqui, o Rio de Janeiro num palco onde só tem espaço para o Capital e muitas remoções e despejos de famílias. Então, o MST tem participado ativamente, aqui, no diálogo com os trabalhadores da cidade,

²⁹² Idem.

²⁹³ Por exemplo, o próprio PDS do INCRA, Osvaldo de Oliveira, em Macaé, está sendo objeto de ação de despejo, tendo-se em vista um questionamento do Ministério Público Federal quanto à produtividade do assentamento em questão (MST, 2015).

com as organizações que trabalham com esse tema, aqui no Rio de Janeiro, e apoiando então essas lutas em relação às comunidades que estão sendo removidas e essa luta, que tem tido aqui, contra os grandes e megaempreendimentos. A gente entende que é fundamental, nesse momento, se somar a essas lutas (informação verbal).²⁹⁴

4.3.1.3 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)²⁹⁵

Em 2010, um jovem quadro da direção nacional do MPA passa a residir na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ao retornar de uma experiência de brigada na Venezuela, pela Via Campesina, integra o coletivo de formação nacional do MPA, prestando formação política, ideológica e técnica ao movimento, além de permanecer nas articulações internacionais. Contudo, em 2011, passa a cursar a graduação em Serviço Social na ESS/UFRJ, quando tem início uma turma do PRONERA. A partir de então, começa a conhecer a realidade agrícola no ERJ e iniciar um trabalho de base, o que já vinha sendo demandado pelo MST e CPT desde 2005.

Apesar de ser bastante recente no ERJ, o MPA foi criado em 1996, num contexto de implementação de políticas neoliberais pelo governo FHC, que geraram um esvaziamento do campo e conseqüentemente uma crise no sindicalismo rural posto que parte da base camponesa não via seus interesses representados pelas entidades sindicais. Nesse período, houve um endurecimento dos governos com relação à luta do MST, a exemplo do emblemático massacre em Eldorado dos Carajás. Enquanto o governo federal criava políticas para o campo que não visavam democratizar a questão fundiária, como o Banco da Terra, e visavam integrar os pequenos produtores ao mercado, por meio do PRONAF, segmentos dos trabalhadores rurais buscaram construir um movimento que enfrentasse tal conjunto de políticas. A partir de uma articulação do Departamento Rural da CUT, das CEBs e de parte do PT, o MPA foi criado. Nos termos da liderança estadual: “na verdade, os três eram a mesma coisa. Naquele momento, quem estava nas CEBs era do sindicato e era do PT” (informação verbal).²⁹⁶

Pormenorizando o processo de criação do MPA, torna-se explícito que a decisão política deixou de ser a disputa das direções sindicais para construir um novo movimento. Em seus termos:

²⁹⁴ Informação fornecida por Amanda Matheus, em 17 de julho de 2013.

²⁹⁵ A entrevista com a liderança estadual do MPA, Humberto Ribeiro, se deu em 14/06/2013 e 06/04/2015.

²⁹⁶ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

Então, em 95, teve uma grande seca no Rio Grande do Sul. Seca no Rio Grande do Sul é de 3 a 6 meses. As famílias perderam toda a produção. Foi quando surgiram as políticas do PRONAF. Então, as famílias se endividaram. Essa era uma das fórmulas de tirar as pessoas do campo: dava-se crédito a juros altos, elas não pagavam e tomavam suas terras – como seguem fazendo hoje, mas em menor escala. Como o movimento sindical não tinha resposta para isso, a saída era as famílias perderem as terras. Muitas famílias se suicidaram, nessa época, porque foi a única forma de salvar a propriedade. Morrer, perde a dívida que não passava para a família. Era uma forma que a gente chama de continuar reproduzindo a família. Uma das estratégias de reprodução social da família camponesa. Então, houve muitos suicídios na época e esses sindicalistas que eram ligados ao Departamento Rural da CUT... *Isso, no Rio Grande do Sul e, no mesmo momento, em Rondônia e no Espírito Santo estavam nesse movimento, muito espontâneo, saindo do sindicato*; em Rondônia era o pessoal da Oposição Sindical, que é uma das correntes que ainda existe hoje, que hoje eles não são mais parte da oposição sindical. Lá, eles chegaram a tomar a Federação dos Sindicatos Rurais e viram que o problema não era de estrutura, não era tomar as estruturas, pois as estruturas já estavam tomadas por dentro. A burocracia que a ditadura acabou transferindo para o sindicato, de fazer meramente aposentadoria, assistencialismo... Então, não era um problema de tomar a estrutura do sindicato e “Agora, nós estamos no poder, vamos fazer o trabalho”. Tinha que ter alguma coisa nova. Então, essa luta espontânea estava nesses três estados: Espírito Santo, no Sul (Santa Catarina e Rio Grande) e Rondônia. Até que, no final de 95 ou 96, essas lideranças sindicais convocam um grande acampamento da seca, rompendo com os sindicatos. Convocam o acampamento da seca para, justamente, tentar negociar com o governo alguma coisa para os camponeses não perderem as terras. Na época, era um crédito emergencial para poder produzir e conseguir pagar as dívidas e permanecer. Então, o que se esperava era ter 5 mil pessoas, mais ou menos, no acampamento, que chegou a 30 mil pessoas e estendeu por um mês. Até então, não tinha nenhuma bandeira, o que era aquilo ali: se era sindicato... Aí, chegou todo mundo, mas foi meio que um rompimento com a estrutura sindical, a orientação sindical, que não era fazer luta, era tentar negociar. Então, o MPA surge... Tem até um livro bem interessante, que conta isso que estou falando. Chama A resistência dos pequenos gigantes, pela Editora Vozes, escrito pelo companheiro do MPA, o Sérgio, que conta isso com detalhes dos conflitos com o departamento da CUT, enfim. Então, aconteceu esse grande acampamento, depois a pergunta “O que fazer agora?”. Houve um movimento espontâneo de luta, teve as conquistas imediatas, ali, que estavam postas, só que o novo já estava pedindo para surgir. Aí, algumas lideranças da CPT, a nível nacional, do MST, a nível nacional também, falaram: “Já está na hora de surgir um novo movimento, uma nova ferramenta de luta que organize os camponeses com terra”, porque não tinha sentido a luta pela reforma agrária, porque *se assentava uma pessoa e saíam quatro do campo*. Então, precisava de um instrumento de luta para poder trabalhar com os... com a permanência no campo. Aí que surgiu o MPA, em 96, com a tarefa de trabalhar com os camponeses pequeno agricultores, ou seja, camponeses já com terra. Surge nesses três estados (informação verbal, grifo nosso).²⁹⁷

No início do movimento, ainda não se tinha uma crítica à concepção de agricultura familiar que subjaz à integração ao mercado capitalista e abandona a questão camponesa. Entretanto, já havia uma preocupação sobre a função do

²⁹⁷ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

alimento na luta de classes, o que fomenta uma revisão teórica do movimento a partir de 2002, que rompe então com o tema da agricultura familiar e busca forjar a luta camponesa, enfrentando o debate no interior do campo da esquerda, eivado de polêmicas. Doravante, o movimento combate a ideia de fim do campesinato:

O objetivo [das políticas de desenvolvimento rural]: era acabar com os camponeses. Isso, o Ricardo Abramovay fala: é “arcaico”, “atrasado”, “não se adapta ao mundo moderno”, então tem que “acabar” com ele; ele é o “atraso” do desenvolvimento no Brasil, então tem que “acabar” com ele. E, por incrível que pareça, vários marxistas concordam com isso e vários deles – ao longo da própria produção teórica do marxismo no Brasil – acham que os camponeses fazem nosso atraso. Então, é melhor proletarianizar e acabar com o campesinato. Então, tinha essa orientação de ficar apenas 5% da população no campo e todas as políticas públicas foram desenhadas para isso. O PRONAF foi criado para isso. O PRONAF é regido por linhas de crédito. Então, tem para os miseráveis, para os mais ou menos e para os que vão se integrar. O PRONAF é criado nesse bojo de poder fazer a chamada seleção. Num processo de luta e fazer uma seleção por alguns anos, uns 10 anos, para poder selecionar quem vai ficar no campo. Os demais vão para a cidade e vão viver de assistência (informação verbal).²⁹⁸

Tal revisão teórica partiu da materialidade, pois se percebeu que o acesso ao PRONAF não atendia ao conjunto das necessidades dos agricultores familiares, como a diversidade da produção agrícola, melhoramentos na moradia, no lote, etc. Na verdade, a intenção do PRONAF era a especialização produtiva do agricultor para ingresso no mercado. Ademais, destacamos que a questão da comercialização permaneceu intocada, mantendo os agricultores com terra, reféns do capital comercial.

Lançando-se nos estudos, Humberto Ribeiro identificou que autores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga subsidiavam teoricamente as políticas de desenvolvimento rural, a exemplo do PRONAF, enquanto Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano colaboram na perspectiva de seu enfrentamento:

A nossa base, desde então, foi uma base de alguns agricultores familiares e a maioria é base camponesa. Então, a gente trabalhava... das brigas a história foi para o crédito. Então, quando a família ia lá pegar o crédito, o crédito era poder – um exemplo – poder plantar milho. Pegar, plantar 5 hectares de milho, por exemplo. Só que o problema era muito maior do que plantar milho. Ele não queria só isso, queria plantar milho, plantar feijão, plantar abóbora, arrumar a cerca, trocar o telhado da casa... Então, era um problema estrutural o problema dele, da família. Só que o PRONAF não permitia fazer isso. Então, tinha um problema de política pública e a gente não entendia isso, por que isso? Então, essa briga é por crédito amplo, inicialmente. Depois, a gente entendeu que isso era parte do movimento. Então, nós tínhamos que começar a especializar o agricultor. Ele ia deixar de ser um policultor e se transformar num monocultor. A gente chama de “agronegocinho”. A agricultura familiar, para nós, é um “agronegocinho”.

²⁹⁸ Idem.

Então, você vai ter – em 10 hectares – ou produzindo feijão ou produzindo milho ou produzindo soja ou trilha ou criando frango para a Sadia ou fumo para a Souza Cruz. *Então, o PRONAF foi criado para isso: para especializar a produção. Isso casa com o tema da reestruturação produtiva. No caso, por exemplo, do frango: a Sadia, nesse período, acabou com seus grandes galpões de produção de frango. Eu chamo de terceirização da agricultura, de integração... Então, os integrados eram os terceirizados. No caso da fábrica de sapato, terceirizou; no caso da agricultura, a Sadia e a Souza Cruz terceirizou o trabalho, usando agricultores familiares, que vão absorver o pacote tecnológico, ou seja, máquina, semente, a ciência técnica, agrotóxicos. Esses são os modernos. Nós tivemos um choque com essa modernidade, que não condizia com o modo de vida que, historicamente, se construiu no campo. Aí, houve um problema de lidar com o tema da agricultura familiar. Até então, a gente não sabia o que seria – isso, em 2002. A gente foi entender... [O Ariovaldo ajudou muito nesse momento de...] Pegou esses autores, os teóricos da agricultura familiar, falou: “Olha, esses aqui foram financiados pelo Banco Mundial, foram estudar nos Estados Unidos” (informação verbal, grifo nosso).²⁹⁹*

O resultado dessa reflexão aparece no II Encontro Nacional do MPA, em 2003, em Rondônia, quando Bernardo Mançano assessora o debate. Desde então, começa uma pesquisa sobre o que há de produção teórica sobre campesinato. Em 2004, Horácio Martins de Carvalho lança um primeiro documento intitulado Os camponeses no Brasil, que dá novo fôlego às reflexões e práticas do MPA que já estava organizado em 17 estados, contabilizando cerca de 100 mil famílias. Na sequência, surge a ideia de se construir a coleção História social do campesinato, por meio da Via Campesina, por meio de uma parceria com vários professores universitários, que resultou em 10 volumes. O MPA lidera esse debate, pois no seio dos movimentos brasileiros que integram a Via Campesina ainda não há unidade ideológica em torno do tema.

Destaca-se que o movimento não caiu na armadilha romântica da defesa de um campesinato idílico que precisa ser preservado, como várias ONGs buscam fazer. Ao contrário, o MPA afirma que é necessário entender o campesinato como classe social fundamental,³⁰⁰ que teve papel importante nas revoluções sociais, nos países fora do eixo do capitalismo central, as quais, entretanto, tiveram problemas por ignorarem a importância da produção agrícola, supondo uma relação diferenciada com o meio ambiente:

[Se por um lado,] cada vez mais, a agricultura familiar mostra para que veio. Veio para absorver para a parte tecnológica, seja do agrotóxico ou do

²⁹⁹ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

³⁰⁰ Para uma melhor compreensão do debate do MPA sobre campesinato como classe social, consultar: SILVA, V.I. **Classe camponesa**: modo de ser, de viver e de produzir. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

orgânico, ou seja, é um “agronegocinho” subordinado ao mercado. Não que a gente ache possível sair do mercado...

[Por outro,] quando a gente fala de camponês, a gente não fala do camponês do passado. A gente quer falar do camponês do presente e do camponês do futuro, porque a gente acha que ele não vai acabar. Daí, é um debate que a gente até... na crítica à esquerda... de que não é todo mundo que vai se proletarizar e que o campo vai virar só trabalhador rural e proletários agrícolas – o que vai acontecer nos países da periferia. Aí, a gente foi entender assim: todas as revoluções do século XX, que tinham na sua estratégia a questão do socialismo, foram países de terceiro mundo que tinham grande maioria de população camponesa: Rússia, a China, o Vietnã, depois a Coreia do Norte (mas foi mais um outro processo), a própria Cuba. Então, eram países que não estavam no centro, de população camponesa e fizeram revolução. *É muita pouca formulação da parte dos camponeses nas revoluções, inclusive. Tem muito pouco, muito pouco, e os camponeses têm um papel central nas revoluções...*

Aí, tem um outro problema, que a gente está colocando na mesa e que foi problema em todas as revoluções do século XX: é a questão da produção de alimentos, relação com a natureza. Todas as revoluções do século XX tiveram problemas com alimentos. Todas tiveram. A gente acha que parte desses problemas é por ignorar o sujeito...

Nenhuma revolução se sustenta sem comida. Então, a gente quer debater o campesinato nessa perspectiva: tem que ter um sujeito que cumpra a tarefa antes, durante e depois. Porque até as revoluções do século XX cumpriam antes e durante; depois, esse sujeito foi eliminado ou foi extinguido – no caso de algumas experiências soviéticas (informação verbal, grifo nosso).³⁰¹

Sobre a particularidade brasileira, para o MPA, os posseiros, arrendatários, meeiros, pequenos agricultores, quilombolas e até alguns indígenas são camponeses: “no Nordeste tem base do MPA que é indígena” (informação verbal),³⁰² afirma Ribeiro, que complementa:

O que define os camponeses do MPA é a sua relação com a natureza. Então, é o camponês que tem terra, é o camponês que vive da pesca (o ribeirinho), é o camponês que vive do extrativismo, ou seja, são todos aqueles que têm relação com a natureza e vivem dela, têm relação de sobrevivência com a natureza (informação verbal).³⁰³

A partir dessa compreensão, a questão da Reforma Agrária reassume centralidade na pauta política do país, pois a concentração de terras continua recriando a pobreza no meio rural, com cerca de 3,8 milhões de famílias camponesas que vivem em minifúndios, dependendo de assistência social, ou migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, juntando-se aos pobres urbanos. Nessa direção, o movimento indica:

É, a questão agrária hoje é uma questão central para a própria existência do MPA. Porque existe um problema, o primeiro problema, de tamanho de propriedade. Uma família de três, quatro pessoas, a propriedade fica pequena. Então, você tem força de trabalho ali na família maior do que o

³⁰¹ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

³⁰² Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

³⁰³ Idem.

necessário [no lote]. Então, fazer uma reforma agrária, hoje, deve atingir sobretudo também, além dos camponeses sem-terra e dos que estão querendo voltar para o campo, tem que pensar nesses sujeitos, nessas três milhões de famílias (informação verbal).³⁰⁴

Ao mesmo tempo a população brasileira, em seu conjunto, necessita de alimentação de boa qualidade, o que todo esse contingente poderia estar fornecendo. Enquanto isso, o país importa alimentos da cesta básica do trabalhador:

O Brasil está importando feijão da China, da Argentina e da Nicarágua. Existe um problema alimentar no mundo hoje. Não existe produção suficiente para alimentar todo mundo, mas existe um problema do que produzir. Porque, se a gente for comer o que diz o agronegócio, a gente vai comer basicamente milho, cana, soja, galinha (galinha não, frango) e suíno (suíno a gente chama de porco). Isso que a gente ia comer. Então, essa é a nossa dieta alimentar. Aí ainda tem o problema do eucalipto. Isso é o que eles oferecem. Tem todo um debate da questão da saúde e da questão ambiental, tanto para quem produz quanto para quem consome. Os gastos que o Estado tem com o câncer, por exemplo, é muito alto. O INCA estima que nos próximos anos vai ter 1 milhão de pessoas morrendo de câncer. Morrendo de câncer proveniente da dieta alimentar. Existe um problema de produção, uma crise alimentar. Pensar a produção de alimentos, requer pensar a tecnologia para essa produção (informação verbal).³⁰⁵

Sobre a questão produtiva, o movimento defende a agroecologia³⁰⁶ como uma alternativa tecnológica ao agronegócio e com possibilidades de fomentar outros setores da economia com absorção de mão de obra, num cenário mais longo de transição. Sua noção de campesinato não está, portanto, restrita à agricultura de subsistência. Ao contrário, esta classe deve produzir para o mercado, aliando a cultura tradicional com tecnologia, mecanização, alternativas de fertilização. Nessa direção, o movimento argumenta:

[A agroecologia] Requer pensar a tecnologia de forma diferente. Não vai acabar com as máquinas; inclusive, acho que vai aumentar a produção de máquinas. Então, vai ter atividade suficiente para todo mundo, pra juventude que não está no trabalho agrícola, ir trabalhar, mas não na fábrica. Dos da fábrica pode ser lá [sic]. Ia ter um debate agora da substituição dos agrotóxicos. Existe tecnologia suficiente hoje para a gente poder acabar com os agrotóxicos, só que – como o agrotóxico está ligado à indústria petroleira – dificilmente vai ser superado...

A gente acha que a produção de alimento vai ativar outros setores da economia que vão absorver força de trabalho suficiente. Só que isso é um projeto de transição longo – transição de agricultura. Se a gente for... As nossas experiências e as cubanas³⁰⁷ são 20 anos para fazer a transição de produção. Porque o solo é vivo. Recuperá-lo demora anos. Tem

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Para melhor apropriação do debate no interior do MPA, consultar: KRAUSER, R. R. **A agroecologia e o plano camponês**. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2015.

³⁰⁷ Para aprofundamento da temática, consultar: SOSA, B.M; JAIME, A.M.R; LOZANO, D.R.A.; ROSSET, P.M. **Revolução agroecológica** – o movimento camponês a camponês da ANAP em Cuba. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

substâncias que não saem, tem substâncias que a gente vai morrer com elas no nosso corpo. Algumas se transformam em câncer. Segundo o INCA, o câncer desse próximo período é pela questão alimentar (informação verbal).³⁰⁸

Adentrando na particularidade do ERJ, sobre a questão fundiária e sobre os projetos de desenvolvimento que afetam o meio rural, o movimento apresenta a seguinte leitura:

Grosso modo, muitos políticos, donos de terras, as usinas e, agora, tem muitas empresas multinacionais comprando terra no Rio. A região noroeste, por exemplo, acho que uma empresa holandesa está comprando muita terra parece que 200 mil hectares de eucalipto no noroeste fluminense, que vai ligar com o Espírito Santo. Para muitas famílias camponesas a gente não sabe como vai ser ainda. Estamos estudando se vai ser integrado ou se vão comprar. Agora, no Norte, com a construção do porto do complexo do Açú, 1500 famílias camponesas estão sendo expulsas. Então, são mais de mil famílias que vão perder suas propriedades...

[...] o Rio é o estado que vive de forma mais acelerada o processo de desagregação. É intenso esse processo de desagregação do Rio, porque o Rio é pensado para a indústria. Não existe política agrícola para o estado do Rio de Janeiro. Acho que é um dos piores Estados em política de reforma agrária. Conheço um pessoal do MST que pode te contar mais, o Rio deve ter mais de 7 anos que não assenta ninguém?³⁰⁹ Todas essas dificuldades desse último período para a reforma agrária, no estado do Rio ainda é pior por isso: o Rio é para a indústria. Então, é complexo do Açú, é o porto de Sepetiba, é TK CSA, enfim, é...

É indústria, eucalipto para poder ter carvão para a indústria, nacional e internacional, e celulose também. Então, não há espaço para a agricultura no Rio de Janeiro. Não há espaço (informação verbal).³¹⁰

Atualizando e aprofundando as informações, o MPA indica sobre o Complexo Industrial do Porto do Açú:

Ao redor do porto [do Açú], tem indústrias. Então, a parte que atinge os agricultores, essa parte é o complexo industrial. Pela crise da ELX e, do ponto de vista do mercado, por ela não saber jogar o jogo do mercado, muitas empresas retornaram para os seus países. Várias chinesas, por exemplo, que tinham comprado terra ou alugado terras lá em São João da Barra retornaram, algumas empresas alemãs... Agora, está meio parado, só que a terra está sendo especulada. Mas o porto já começou a operar, inclusive. Não com todos os terminais, mas começou a operar. Porque o mineroduto que vem de Conceição de Mato Dentro já está operando – que traz minério de ferro de Conceição de Mato Dentro, de Minas Gerais, para São João da Barra. Então, são 658 km, me parece, de mineroduto. Os danos...sociais...

Algumas [famílias] foram realocadas para uma chamada Vila da Terra, que é um assentamento em terras sem nenhuma condição; outras perderam a terra porque foram indenizadas... como a maioria é de posseiros, tiveram só pagamento de indenização dos bens.

Mas são posseiros que estão lá há 50 anos, 300 anos, essas famílias. Tem gente que ficou doente, ficou depressivo; gente que morreu de desgosto; famílias idosas, de 70 anos, aceleraram o processo de envelhecimento e

³⁰⁸ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

³⁰⁹ Na ocasião da entrevista ainda não havia os três novos assentamentos que saíram em 2014.

³¹⁰ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em 14 de junho de 2013.

vários faleceram... o impacto é incrível, porque quebrou toda uma lógica de organização social na região; lógica de produção agrícola, que tinha uma relação com o meio ambiente de respeito, porque o pessoal sabia dos limites ambientais da região, então tinha essa relação, e o complexo do Porto do Açu quebrou isso. É uma região do estado que tem muita produção – abacaxi, jiló, quiabo – e num belo dia (31 de dezembro de 2003), a Câmara aprovou que todas as terras daquele distrito teriam utilidade pública. Então, foi um instrumento jurídico que a Prefeitura utilizou para poder avançar no processo de desapropriação.

Utilidade pública que transformou aquele distrito em área urbana. Então, isso facilitava para a indústria. Então, o mecanismo transformou aquele distrito em área industrial, com o discurso de que nunca teve agricultura naquela região (informação verbal).³¹¹

Sobre o COMPERJ:

Então, acho que – de todas as três principais obras que a gente condena no MPA: Porto do Açu, COMPERJ e Arco Metropolitano – o Porto do Açu, os efeitos socioambientais já estão visíveis, concretos. Do COMPERJ, está em marcha agora, e o MAB está se construindo no Rio através dessa luta, a construção da barragem do rio Guapiaçu, que vão ser acho que mil e poucas famílias atingidas – não sei o total – direta e indiretamente. Vão construir a barragem para poder levar água para a COMPERJ. Uma região, por exemplo – essa informação é de uma cooperativa do município de Cachoeiras de Macacu –, que 11% dos tubérculos da cidade do Rio de Janeiro vêm de lá. Isso é dado oficial do CEASA. Então, uma área imensa pode vir a ser alagada, e que produz alimento, ou seja... (informação verbal).³¹²

Sobre o Arco Metropolitano:

Aí, eu volto àquela fala de dois anos atrás: na divisão social do trabalho e do capital no Brasil, o Rio de Janeiro é indústria, é um complexo industrial do Brasil. O Arco Metropolitano, do ponto de vista direto, atingiu, houve indenização, só que, agora, por exemplo, a região de Nova Iguaçu e Caxias, que é a região que a gente conhece mais, já tem rumores que é o entorno do Arco, vão-se montar algumas indústrias. Então, haverá expulsão de famílias, de camponeses pequenos produtores e de alguns assentamentos, inclusive...

mas aqui em Caxias tem a Reduc, então tem incentivo ter uma indústria ali, próxima, e também uma silvicultura ali, porque tem muita terra, tanto de pequeno agricultor quanto de alguns médios e alguns latifúndios. Os comentários dizem também que já estão plantando eucalipto também, para atender a demanda do COMPERJ (informação verbal).³¹³

Percebe-se que, dois anos depois, a análise sobre as políticas de desenvolvimento rural no ERJ permanece, o que reforça a importância de reconhecer a resistência camponesa no Estado:

[...] nossa tese geral da resistência camponesa acha que o Rio de Janeiro é um exemplo: é um estado em que a agricultura, sobretudo camponesa,

³¹¹ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³¹² Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³¹³ Idem.

nunca foi parte do estado, nunca entrou como política de Estado (informação verbal).³¹⁴

Ademais, há uma singularidade que é a questão de que existe agricultura na cidade do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana. Não obstante, nos planos diretores de alguns municípios, como o do próprio Rio de Janeiro e de municípios da Baixada Fluminense, não consta que haja área rural. Na avaliação do movimento, trata-se de um processo de “descamponização”, que impede o acesso às políticas de crédito, de comercialização, e empurra os agricultores para a pluriatividade, o que indica um desafio para a organização camponesa no ERJ:

E o Rio de Janeiro é um dos estados que menos recebe dinheiro da União para a agricultura. Então, acabou se tornando uma cultura política não reconhecer área rural aqui no Rio de Janeiro. Tem pessoas da cidade que a gente conhece, nesse processo de trabalho, que não têm noção que você, em duas horas, estará numa região que vai ter árvores que têm 5 m de altura. Então, é uma invisibilidade ao extremo a área rural do Rio de Janeiro. Então, nesses dois anos, a gente conseguiu fazer esse mapeamento, mapear lideranças, mapear comunidades... (informação verbal).³¹⁵

Pondera-se que é um estado de forte tradição da luta camponesa, a qual, entretanto, vem sofrendo interrupções e esvaziamentos, criando uma lacuna do ponto de vista da organização política. O fato novo é que uma juventude urbana, sobretudo universitária, vem se somando a esse processo de construção do MPA no ERJ.

Outro desafio identificado está localizado na mobilização dos camponeses da região Serrana, que foram incorporados à lógica da integração ao mercado viabilizada pelas políticas de governo, sobretudo federais:

A Região Serrana tem muito “agronegocinho”. As famílias estão integradas de forma bem vertical ao modelo de produção hegemônica: semente, adubo, assistência técnica e venda já para alguma rede de supermercado, para alguma empresa. Para o MPA, para o debate que a gente faz, se caracteriza a agricultura familiar, do ponto de vista do debate teórico, o que a agricultura familiar defende e a partir de pensar as políticas públicas, é isso o “agronegocinho”: é a família ter menos autonomia do que planta, do que come, enfim. Então, isso é mais possível você ver na Região Serrana, por exemplo: a Região Serrana tem mais alimento, porque as famílias estão comprando... que foram dos movimentos sociais, mas a ideia não era essa, mas na implementação acabou sendo isso, que é para viabilizar a comercialização, abriu uma linha de crédito para se comprar veículos para escoar a produção. Só que a proposta original era que isso seria de uso coletivo, através de associações ou cooperativas. Só que na implementação, o Governo... qualquer “agricultor” – entre aspas – pode chegar no banco e financiar um carro. Aí, o carro, geralmente a pickup estraga, para viabilizar escoar a produção. Então, em algumas cidades da Região Serrana –

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

Teresópolis, Petrópolis – agricultores já tiveram acesso a isso [refere-se ao Programa Mais Alimentos do Governo Federal] (informação verbal).³¹⁶

Sobre a assessoria técnica por parte do governo estadual, o movimento avalia que há uma inoperância que acaba favorecendo a “descamponização”, tendo em vista que a assistência não é sistemática e, em geral, é voltada para os pacotes tecnológicos que acompanham as linhas de crédito:

A gente tem muito problema com DAP, aqui no estado do Rio de Janeiro, porque a EMATER não dá conta. A empresa, do ponto de vista do seu corpo técnico, é insuficiente. Não tem técnico suficiente para a gente poder fazer trabalho... Por exemplo: a gente fez um contato com uma das EMATER, porque eles não fazem assistência rural, assistência técnica, há 30 anos. Eles fazem inspeção, tem visita a cada dois, três meses na comunidade, mas não fazem assistência técnica para o agricultor há 30 anos. Só que eles implementam parte dessas políticas públicas de crédito, tanto de PRONAF... Então...

o próprio diagnóstico do técnico, às vezes, para linha de crédito, vai ser ineficiente, porque talvez a família pode pegar um valor a mais e acaba se endividando, porque falta esse trabalho de assistência técnica de fato (informação verbal).³¹⁷

A situação se agrava mediante as questões burocráticas de acesso às políticas, além dos próprios limites dos programas do governo federal que, se em princípio buscam valorizar a pequena agricultura e até mesmo a de base agroecológica, acabam, por fim, obstaculizando seu avanço, incorrendo no risco do endividamento, a exemplo do PAA quando se paga um valor do produto agrícola abaixo do preço de mercado:

Então, a implementação das políticas públicas de crédito, garantia de preço, PAA, PNAE, é muito deficiente. Por exemplo, o PAA: alguns agricultores tentaram executar o PAA e o preço que a CONAB estava pagando era menor que o preço do supermercado. Em todos os demais estados, um dos balizadores para vender via PAA é o próprio mercado. Então, como que a política pública, que é uma das melhores políticas públicas, que está no programa, na verdade, do Governo Federal, que você consegue viabilizar a comercialização, paga menos que mercado?

Do ponto de vista individual, é quase impossível acessar o PAA aqui no estado do Rio de Janeiro; de forma coletiva, alguns contatos – que a gente tem – tentaram e não conseguiram, porque inviabilizava por conta de preço mesmo. Um exemplo: o aipim no mercado você vende a 2,50 ou 2,80. Eles queriam pagar 1,50. Então, o programa não ia cumprir o seu papel...

No estado do Rio de Janeiro, inclusive no caso do PAA, voltando, você vai na CONAB, não tem técnico que entende da própria burocracia, aí começa a inventar coisas desnecessárias, dificultar o acesso; você não tem uma equipe, você não tem uma delegacia do MDA no Rio de Janeiro, com pessoas que possam, de fato, tentar intervir nisso – eles têm uma equipe reduzida (informação verbal).³¹⁸

³¹⁶ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

Seguindo a análise das políticas federais no ERJ, o movimento indica que o CAR tem uma contradição, pois, a princípio, é um instrumento importante para a política ambiental, mas pode servir de perseguição aos agricultores, apresentando uma análise diferente da FETAG-RJ. Nesse sentido, cita um exemplo da Baixada Fluminense:

Do ponto de vista para pensar a política ambiental, é um instrumento interessante, só que, por exemplo, no Rio de Janeiro tem muito isso e que a gente acha que, com o CAR, vai intensificar, que é a perseguição de agricultores. Por exemplo: tem famílias na Baixada que já tomaram multas lá no assentamento São Bernardino. Tem duas famílias lá. Tem um período do ano aqui no Rio, acho que é agosto, mais ou menos, em que você tem queimadas. Criminosas, geralmente. E lá na Baixada tem queimadas com intenção política de inviabilizar a produção agrícola. Então, por duas vezes, colocaram fogo no lote de algumas famílias e os institutos ambientais, tanto a nível estadual quanto federal, multaram as famílias a um valor que a família nunca vai ter para pagar. Então, uma das preocupações nossas é se o CAR for utilizado para poder intensificar esse processo de perseguição com um discurso de cuidar do meio ambiente – o que é uma possibilidade. Porque pela atual legislação já está acontecendo isso. No caso do CAR, como é obrigatório, o Estado estará muito mais munido para fazer esse controle (informação verbal).³¹⁹

Sobre as políticas do ERJ para o desenvolvimento rural, apesar do pouco tempo de atuação do movimento no Estado, já há uma percepção sobre os seus limites e incongruências. A respeito do Programa Rio Rural, considera:

Sobre os programas estaduais: o que a gente teve contato, em duas regiões, foi o Rio Rural, que foi a Região Serrana e a região norte-fluminense, em Campos. Grosso modo, eu vou dizer o seguinte: é política do Banco Mundial, que não consegue, de fato, resolver os problemas da agricultura. Região Serrana, por exemplo, foram enviados tratores para uma associação de assentamento. Região Serrana é morro e as máquinas foram enviadas para arar terra plana, para planície...

É, o Rio Rural, parte do recurso é do Banco Mundial. Então, quem ficou feliz nessa história toda... foi a indústria de tratores. A burocracia para a associação administrar o trator é impossível. Aqui no campo, todo mundo faz... agricultor é pedreiro, motorista, mecânico. Então, tinha que ter um profissional habilitado para mexer no trator, tinha que ter uma associação com todas as condições legais para poder assumir o trator, ou seja, era uma burocracia que... A gente viu casos na Região Serrana que as associações recebiam as máquinas e, pouco tempo depois, o Estado ia recolher porque não tinha condição de ficar lá, de acordo com a proposta do projeto...

Uma das frentes do Rio Rural é um crédito, é um investimento, na verdade, não retornável, para estruturação da propriedade. A gente viu na Região Serrana, que houve, de fato, em algumas comunidades: o dinheiro chegou, só que não chegou a assistência técnica para acompanhar a implementação (informação verbal).³²⁰

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

Sobre o Programa Rio Floresta e seu projeto de silvicultura, avalia como uma forte ameaça para o agricultor:

Especificamente sobre a silvicultura: isso é uma coisa que nos preocupa. Pelas informações que a gente tem, é para ser implementado sobretudo na região noroeste, onde se concentra boa parte dos agricultores do estado e é uma região muito pobre. Segundo o pessoal da AGB, sobretudo, que forneceu material para a gente, lá, as empresas vão adotar tanto a forma de comprar terra para plantar quanto fazer integração com camponeses. Isso a gente já acompanhou no Espírito Santo e na Bahia.

Ou seja, uma região em que o campesinato pobre, mas que produz alimento, vai produzir eucalipto para fazer carvão, para abastecer a indústria, abastecer o COMPERJ e o Complexo do Açú. Esse é o destino, parte do destino da silvicultura na região noroeste: carvão e o resto para indústria de celulose. Mas isso é uma coisa que nos preocupa... (informação verbal).³²¹

O projeto de silvicultura é emblemático na revelação do que está por trás do discurso da sustentabilidade, pois, sob o argumento de reflorestar o ambiente em função do aquecimento global, na prática, há um aviltamento e subordinação dos pequenos agricultores. Sobre tal discurso, avalia:

Sustentabilidade, do meio ambiente, do reflorestamento. Então, ficou esse discurso do sustentável, que é o discurso que, mais do nunca, está pegando, pela crise que todo mundo está sentindo nas cidades. Falta água, energia, às vezes, cai. Então, a silvicultura... O eucalipto vem com uma boa aparência de que eucalipto é floresta e... “Eucalipto não é floresta” (informação verbal).³²²

Em síntese, para o MPA: “então, o balanço é esse: não existe nenhum projeto para a agricultura no Estado do Rio de Janeiro. O único projeto para a agricultura é para a produção de cana no Norte-Fluminense, para o agronegócio” (informação verbal).³²³

Esse é outro debate fundamental que vem subsidiando as políticas públicas para o meio rural, tanto de iniciativas do governo federal, quanto estadual, que é o “desenvolvimento rural sustentável”. Já tivemos a oportunidade de matizar esse debate, apresentando seu processo de institucionalização, que passa da “sustentabilidade”, como mitigação dos danos socioambientais dos empreendimentos industriais, para a privatização, *commoditização* dos recursos naturais, como as políticas da “economia verde”. Na leitura do MPA:

A gente usou muito pouco essa palavra “zona sustentável”, porque esse discurso da sustentabilidade é um discurso que não revela as contradições, não revela, de fato, quem é o poluidor, não revela quem é o desmatador.

³²¹ Idem.

³²² Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³²³ Idem.

Então, é possível você juntar todos e fazer um desenvolvimento... Ajuntar as forças do campo, no caso; integrar, por exemplo, dentro da política agrícola sustentável, que é uma das linhas do baixo carbono. É possível tanto o Blairo Maggi, que tem não sei quantos milhões de hectares, produzir soja sustentável, quanto o agricultor que tem 0.5 hectare. As contradições, de fato, existem. O eucalipto, por exemplo, e ainda quem está por trás, quem financia essas políticas é as Nações Unidas e quem são as nações que mandam nas Nações Unidas?... É o que está mais à frente, do ponto de vista das forças produtivas, e que está em crise e precisa voltar a acumular e nada melhor do que a natureza. Então, a gente é muito crítico à categoria, a gente tem muito cuidado para usá-la. Até que a gente usa, em alguns momentos, do ponto de vista do pragmatismo político, às vezes, a gente até usa (informação verbal, grifo nosso).³²⁴

Em oposição à sustentabilidade, o movimento vem apostando firmemente na agroecologia, como um princípio que enfrenta a produção agrícola voltada para o mercado de commodities e não para alimentar a população:

[sobre a categoria sustentável] a gente prefere não usá-la, não usa muito “sustentável”; a gente usa “agroecologia”, “produção camponesa”, que pressupõe, sobretudo, que não é possível a convivência harmônica entre camponês e agronegócio. E o discurso oficial do governo e das próprias Nações Unidas não coloca essas questões, essas contradições que são fundantes do modelo (informação verbal).³²⁵

Dessa forma, a agroecologia compõe uma estratégia de desenvolvimento de cunho anticapitalista, que recoloca o debate sobre a centralidade da função social da propriedade da terra e da produção agrícola e, conseqüentemente, do campesinato:

*Uma coisa que, do ponto de vista do projeto político... como nós somos produtores de alimentos, *alimento não pode ser mercadoria. É um direito humano, então não pode. O nosso horizonte é a desmercantilização dos alimentos.* Eu acho que essa é uma primeira questão que acho que o MPA vê isso como estratégico e como vital para pensar uma unidade. Alimentação é algo que é necessário para a vida e, para você ter acesso, você ter que ter a mediação de dinheiro, e nem todos têm dinheiro nesse modelo, então a primeira luta que a gente faz é que o alimento não poderia ser mercadoria. Só que infelizmente a gente ainda vive sob a dominação da mercadoria. As relações são de venda e troca, a lógica... Então, é uma luta maior a gente conseguir dar passos no presente. Porque esse é um debate que eu acho que a esquerda, essa esquerda clássica, ela em alguns momentos pecou muito, né? porque ela não produziu experiências históricas que... A gente só vai fazer o socialismo quando a gente fazer a revolução. Então, tem coisas que a gente pode avançar... (informação verbal, grifo nosso).³²⁶*

Sobre a construção de uma transição socialista, o movimento apresenta a seguinte leitura de unidade entre a luta rural e urbana:

A gente dá passos que para alguns é construir a contra-hegemonia, para outros é avançar no poder popular, para outros é construir agora o que a

³²⁴ Idem.

³²⁵ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³²⁶ Idem.

gente quer no futuro – do ponto de vista teórico, eles podiam encaixar em cada corrente teórica dessa. O que a gente acha que é possível para ampliar a resistência contra o capital, no caso da produção, a gente está convencido que só pode fazer alguma coisa se a cidade vir junto. Não tem como fazer qualquer alteração se os trabalhadores da cidade, as organizações, não vierem junto, não assumirem a pauta camponesa. A pauta camponesa hoje só tem viabilidade política se a cidade assumi-la. Então, o nosso próximo movimento é tentar ir para a cidade, colocar o debate, sobretudo, da comida. E, por mais que o capital possa se apropriar do debate da alimentação saudável, dos orgânicos, ele tem um limite. Ele não consegue produzir ainda – eu falo ainda porque ele é astuto... Ele não consegue produzir em massa comida saudável. Porque, para ele produzir comida em massa saudável, para o povo, ele tem que mudar toda a matriz produtiva dele. Ou seja, a indústria petroquímica tem que acabar. Porque a produção de alimentos requer alterar a estrutura produtiva... Radicalmente. Então, o MPA colocou como... talvez tentar buscar aliança em alguns setores urbanos e a gente acha que o setor petrolífero é estratégico para o MPA. Porque se eles não entenderem que é necessário a gente acabar com a indústria petroquímica para a gente poder produzir comida saudável... Então, a gente está investindo muito nessa relação com a cidade, de debater a questão... quem faz aquelas máquinas enormes para o campesinato? É a indústria metalúrgica. A gente defende outro modelo de mecanização. Então, esse trabalho, a gente não quer que o pessoal fique sem emprego. Mas eles têm que dominar a técnica e a tecnologia, o conhecimento para poder fazer... (informação verbal).³²⁷

Os próprios trabalhadores urbanos têm demandado cada vez mais comida de qualidade, como aponta Ribeiro (2015):

De forma bem coincidente, um dos problemas das greves, uma das reivindicações é a comida – comida de qualidade. Então, a classe operária, que está inserida diretamente no mundo do trabalho, está na indústria, a pauta é comida. Ela quer comer comida. Há dois anos, a greve do Maracanã, uma das pautas dos operários da construção civil era comida, porque chegava comida azeda para os trabalhadores. Então, é uma pauta que, do ponto de vista para fortalecer a própria luta de setores urbanos, é uma pauta que pega. É pauta de que... Um exemplo: no contato com o sindicato dos petroleiros, eles têm falado que a pauta principal, hoje, dos petroleiros é aumentar o valor da aplicação através do cartão de crédito, nesse momento. Só que a pauta histórica deles, há dez, vinte anos, era a prioridade que tivesse restaurante. Em alguns espaços, eles estão retomando a pauta histórica, que é ter restaurante, e, aí, a pergunta: quem vai abastecer esses restaurantes? (informação verbal).³²⁸

Não é possível ignorar que parte significativa da população está nas cidades e nas suas bordas. Os dados oficiais indicam que mais de 80% da população reside nas cidades. Com efeito, é preciso trazer essa pauta para os trabalhadores urbanos, transformando o acesso à comida em um direito elementar:

Então, se a cidade assumir a pauta dos alimentos, a gente consegue fazer lutas para transformar a comida em direito. Há várias experiências, onde, por exemplo, tem intervenção estatal – Venezuela, Cuba, por exemplo,

³²⁷ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³²⁸ Idem.

sobretudo –, onde o direito à alimentação... O Estado intervém para garantir esse direito, com política de preço, com política de abastecimento, com política de distribuição e, enfim, dentro do Brasil, nós não temos política de abastecimento, por exemplo...

A pauta que a gente fala da soberania alimentar só tem viabilidade se a cidade assumir essa pauta, se a população mais vulnerável começar a gritar. Porque o agricultor está na roça e ele sobrevive, durante um período de crise. Faltou... [comida] na cidade, não tem política que garanta alimentação. As pessoas vão comer o que? Não vão se alimentar, vão comer qualquer outra coisa, menos comida. Vão comer petróleo, esses salgadinhos Fandangos da vida (informação verbal).³²⁹

Aprofundando a concepção de desenvolvimento para o MPA:

*A nossa concepção de desenvolvimento, na verdade, para a sociedade atual, é a negação. Não é o desenvolvimento que está pensado hoje, que não leva em conta o ser humano. Um exemplo de que não leva em conta o ser humano, não é no caso nosso caso, não é pros camponeses. O papel do campesinato no atual modelo de desenvolvimento é secundário. Você pode pegar todas as grandes obras do PAC, e saber quem foi atingido pelas obras do PAC, foram as populações camponesas, quilombolas, indígenas, pescadores, enfim, para a gente é o campesinato, a população do campo. E não tem nenhum plano de reassentamento, minimamente de compensação, entre aspas, para essas populações (informação verbal, grifo nosso).*³³⁰

As populações camponesas têm sido historicamente compreendidas como um obstáculo ao desenvolvimento, sendo relegadas ao atraso e, portanto, ao desaparecimento. Na contramão dessa concepção, o movimento afirma:

E a gente, na verdade, acha que, por exemplo, pensar um outro modelo de desenvolvimento é pensar essas populações. Infelizmente, na atual ordem, é impossível. Na atual ordem política e social, a tendência é só avançar mais esse modelo. Porque o limite para... Se essa crise que a gente vive, do capital, o capital está vendo a natureza como espaço para poder voltar a acumular, o empecilho... essa natureza não está natureza virgem, intocável. *Essa natureza tem homens e mulheres lá.* Então, essas populações são um empecilho para o avanço do capital, que coloca esses sujeitos em oposição direta com o modelo. Ou seja, pensar no desenvolvimento hoje é pensar em como incluir essas populações – incluir entre aspas – em um outro projeto, que leve em conta a sua forma de... a sua relação com a natureza sobretudo (informação verbal, grifo nosso).³³¹

Nesse sentido, reafirma-se uma saída pela agroecologia, que não despreza os avanços científicos, mas ao contrário, os incorpora, combatendo as leituras superficiais, que desconhecem a luta dos movimentos camponeses, endossando um “retorno” ao passado, a um campesinato isolado, primitivo, desorganizado:

Agroecologia, na verdade, é o reencontro do que o campesinato sempre fez e que a Revolução Verde veio intervir de forma violenta e alterou essa relação. Pensar a agroecologia não é voltar ao passado. A prática, até que

³²⁹ Idem.

³³⁰ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³³¹ Idem.

algumas práticas têm que se retomar, mas é pensar, por exemplo, o trabalho – e, aí, eu falo enquanto jovem: pensar a agroecologia hoje é necessário pensar o novo modelo de mecanização, para o trabalho não ser penoso.

Nenhum jovem de 18 anos, hoje, quer ficar 8 horas na enxada. Então, é mais fácil usar roundup. Do ponto de vista do trabalho, melhor usar o roundup do que enxada, porque o roundup não é danoso. A curto prazo, imediatamente, você não vai sentir o problema do roundup. Então, é pensar um novo modelo de mecanização, é pensar um processo de substituição de insumos, que possa reduzir a penosidade do trabalho agrícola, porque é penoso o trabalho agrícola de produção...

Então, pensar a agroecologia, pensar o desenvolvimento agroecológico – e esse desenvolvimento eu coloco entre aspas – é repensar tudo isso. E isso já é um processo mais longo. Então, a gente tem que alterar as relações de poder para poder começar a dar passos mais largos e mais longos, para a gente poder fazer a transição à agroecologia. A gente acha que a gente, agora, pode ensaiar. Está na hora de a gente ensaiar e experimentar fazer coisas, por exemplo, no campo da agroecologia: a gente está ensaiando fazer transição com 100 famílias, 200 famílias. E pensar agroecologia, para a gente, o principal é pensar a organização social. Então, a partir do momento que a família passa a estar inserida no processo de organização político-social, ela começou a fazer a transição agroecológica. Então, algumas vão passar pela substituição de insumos, outras vão fazer a... Umas vão fazer a transição, outras vão fazer a ruptura. E tem algumas famílias que fazem ruptura e já passam, talvez em dois ou três anos, passam a produzir de forma agroecológica. Tem algumas que passam 25 anos fazendo a transição e tem algumas culturas que nunca vão fazer transição (informação verbal).³³²

Do ponto de vista da tecnologia agroecológica, a indústria deve se voltar para a produção de insumos biocontroladores, para a recuperação do solo contaminado com agrotóxicos, para colaborar no processo de transição da matriz produtiva e, nesse sentido, Cuba tem experiências importantes:

Se você utilizar homeopatia, se você utilizar pó de rocha... você pode transformar esses cinco anos em dois anos [para recuperação do solo], em um mês, em seis meses, entendeu? Então, do ponto de vista tecnológico, tem conhecimento tecnológico para você recuperar o solo que está degradado em curto tempo (informação verbal).³³³

Sobre os sistemas agroflorestais, que combinam produção agrícola com preservação ambiental de florestas, considera:

Se a gente fosse pensar a agrofloresta enquanto modelo de desenvolvimento, a humanidade tem que mudar muito seus hábitos culturais, alimentares, porque é você conseguir produzir comida – e é possível produzir comida – na floresta. Então, algumas culturas vão desaparecer, porque nem todas as culturas conseguem entrar na floresta. Então, é uma perspectiva... (informação verbal).³³⁴

³³² Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

Apesar de já termos no Brasil várias experiências de agrofloresta, o movimento avalia: “hoje tem um limite e eu não vejo agrofloresta dentro desse modelo capitalista. Ele é de outra sociedade, uma sociedade em que o homem e a natureza se reencontram” (informação verbal).³³⁵ Por outro lado, já há projeto de agrofloresta em larga escala na fazenda da família Diniz (proprietária da Rede Pão de Açúcar), pensando no mercado de orgânicos,³³⁶ o que nos faz suscitar a hipótese da criação de um nicho do agronegócio voltado para a agrofloresta.

A respeito do papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento, considera que é preciso um avanço do campesinato que ainda preserva a cultura machista:

O MPA trabalha com um sujeito que é conservador, é patriarcal, de uma tradição familiar, na sua grande maioria, de origem judaico-cristã, cujo papel da mulher é o papel secundário. Então, há uma centralização de poder no macho. O dinheiro, todo mundo trabalha, mas quem controla é o pai, é o homem. As jovens, as mulheres jovens, sofrem muito a relação familiar, porque para ela – eu estou olhando hoje – geralmente o jovem masculino é o sucessor, nessa relação, na família ou ele vai embora, quando o conflito chega a um ponto, ele vai embora. E para as mulheres, para as jovens camponesas, é uma relação tensa porque, podendo ter uma necessidade, ela tem que ter a mãe como mediadora para com o pai. Estou falando no geral. Mas esse é o aspecto geral do campesinato no Brasil, essa relação fortemente patriarcal. O MPA, na sua perspectiva histórica, a gente defende o campesinato, mas não é esse campesinato que a gente quer. A gente quer alterar essa... Nós defendemos no modelo orgânico, a organização familiar, na estrutura comunitária a organização por famílias. Então, todo nosso trabalho de base é para alterar a estrutura familiar, essas relações de poder, o papel da mulher, quem controla a renda; para a juventude, hoje, a necessidade talvez histórica, que há 20 anos não era, e, aí, como lidar com isso; lidar de forma que o processo de organização avance, não retroceda. Então, a gente tem um coletivo de mulheres no movimento, que trabalha com a organização específica das mulheres do MPA (informação verbal).³³⁷

O debate sobre a homoafetividade também está crescendo dentro do movimento, apesar de estar mais avançado no âmbito do MST:

As relações afetivas no campo se alteraram e há presenças dentro do MPA de relações homoafetivas, ora abertas, ora fechadas, mas que vão exigir do MPA como lidar com essas situações politicamente. Até porque tem coisas que a gente vai ter que... Se a gente for esperar, pela base social, vai demorar muito tempo. Porque a base social tem uma tradição conservadora...

[...] tem essa geração de 2003 para cá, que vai discutir o movimento camponês, discutir a família e que família camponesa: é a família homem, mulher e filho ou é homem, homem e filhos ou mulher, mulher e filhos? Então, esse debate está vindo (informação verbal).³³⁸

³³⁵ Idem.

³³⁶ Cf. VIDA EM SINTROPIA. Direção de Dayana Andrade; Felipe Pasini. Produção de Agenda Gotsch. Disponível em: <<https://vimeo.com/146953911>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

³³⁷ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

³³⁸ Idem.

Sobre a relação com partidos políticos e parlamentares, o movimento tem uma posição de autonomia: “uma relação que a gente acha que deve construir ombro a ombro com os movimentos políticos” (maio/2015). O central é combinar diferentes estratégias políticas no cenário atual, mas é um debate que está previsto na formação política do movimento:

[...] do ponto de vista interno, a gente se comporta de várias formas, na prática. A gente se comporta de avançar na construção de experiências concretas de autonomia relativa, entre talvez poder popular e também a construção de contra-hegemonia local. Há também essa concepção de ocupar alguns espaços importantes em governos municipais...

Hoje, na realidade, se a gente fosse caracterizar, um debate que a gente gosta muito, mas muito mesmo, sobretudo esse debate em que a gente coloca o campesinato dentre os sujeitos sociais e políticos, é o debate da construção da contra-hegemonia. Inclusive, a gente está num debate bem interessante de como a gente vai ocupar lá nos municípios espaços de formação de... Porque é um debate meio de Gramsci: como ocupar os aparelhos municipais? Ocupar de forma direta ou indiretamente a gente ajudar a formar opinião, pensar alguém que vai cuidar da relação com as escolas, de fazer relação com as escolas, colocar o debate do MPA nos sindicatos – pensando nos territórios (informação verbal).³³⁹

Assim como o MST, o MPA tem uma leitura de que os conselhos municipais de direitos não colaboram para mudanças efetivas. Nesse sentido:

[...] não é o espaço central de construir o movimento e as políticas [...] o centrar fogo é construir o movimento social, de fazer pressão política. Isso que altera. Mas esse espaço não se pode abandonar (informação verbal).³⁴⁰

Outro elemento importante que precisa ser debatido e enfrentado é a questão do conservadorismo presente nas igrejas pentecostais, que está se proliferando muito fortemente no conjunto da sociedade brasileira, incluindo o meio rural. Ademais, destacamos que a própria esquerda nega a importância desse debate, sendo que conforme a barbárie cresce, cresce o irracionalismo, apelando-se para a moral em detrimento da organização política. Para o MPA:

Para o povo, Deus ainda existe. *Já que Deus existe, Ele tem que estar do lado dos trabalhadores.* Então, nessa que a gente está chamando de Frente de Trabalho com as Igrejas, de relação com a igreja, é muito isso: como a gente vai respeitar a religiosidade do povo, mas que essa religiosidade possa possibilitar avançar nas lutas, ou seja, que essa religiosidade não seja um espaço de retrocesso, do ponto de vista da consciência social e de adotar pautas conservadoras, preconceituosas. Então, a gente tem isso, é um debate claro. Então, do ponto de vista da atuação política, atua em várias frentes, tanto de ocupar esses espaços municipais, de construção da contra-hegemonia, o trabalho com as escolas; relação com parlamentares, governos municipais e, ao mesmo tempo, construir um movimento político

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

para além disso, num processo talvez de ruptura, não sei como, mas...
(informação verbal, grifo nosso).³⁴¹

Com efeito, o processo de construção de uma transição socialista, que rompa com a lógica da acumulação vigente, precisa ter uma clara estratégia no que diz respeito ao suprimento das necessidades básicas da população e não há um único caminho pré-definido a ser percorrido. Nesse sentido:

[...] é tentar construir dentro do movimento essas várias expressões da História. A gente não acha que a transformação tenha uma via única. Não adianta a gente organizar um movimento, tomar o poder, se a gente não sabe conduzir e distribuir comida.

É uma crítica que a gente faz às próprias revoluções – essas revoluções do século XX, sobretudo, que, entre outras, “tomaram o poder”, mas não souberam resolver os problemas cotidianos do povo, que é comer e vestir. *E sem comida não tem nenhuma revolução. Isso é uma coisa muito forte no MPA. Comida é um elemento que faz sustentar qualquer projeto. Quer acabar com uma sociedade, deixar no caos, é deixar faltar comida* (informação verbal, grifo nosso).³⁴²

No que diz respeito à análise de conjuntura, avalia que na era FHC havia uma aposta na luta institucional combinada com a luta política de pressão popular. Hoje, após a experiência do projeto democrático-popular na condução política do país, o movimento avalia que, do ponto de vista institucional, tem havido muitas derrotas para os trabalhadores e ganhos para os bancos, a exemplo do ajuste fiscal, da questão dos transgênicos, o que reforça a necessidade de mobilização popular. Em sua leitura:

A gente entende isso como parte da necessidade de o Capital seguir ganhando as mesmas taxas de lucro, não reduzir a margem de ganância do Capital. Então, todos esses anúncios, todas essas derrotas são nesse sentido. No caso da biodiversidade, os transgênicos são para poder ampliar o controle do Capital sobre a natureza (informação verbal).³⁴³

Na leitura do movimento, uma avalanche de retrocessos se anuncia, pois apesar de ministérios como o da Agricultura e do Planejamento estarem nas mãos da elite, esta continua insatisfeita. A questão central é sobre o domínio da produção do petróleo e a reorganização das empresas internacionais. Apesar de a Lei da Partilha, aprovada em 2010, no governo Lula, garantir que 60% do Pré-sal seja de produção nacional, há um projeto de lei (PLS 131/2015), proposto por José Serra (PSDB-SP), que visa derrubá-la para que as empresas multinacionais possam

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

³⁴³ Informação fornecida por Humberto Ribeiro, em maio de 2015.

participar integralmente da exploração e para que o Brasil não tenha o mínimo de 30% de participação nos consórcios. A Petrobrás tem uma centralidade na economia do país promovendo a reativação da industrialização, a exemplo da indústria naval para transporte de produtos derivados, além de minérios também explorados no ERJ. Registra-se que a produção do petróleo tem um peso significativo na economia fluminense, como o movimento reconhece:

O próprio COMPERJ em Niterói é um exemplo disso: o quanto a indústria do petróleo fez setores industriais crescerem. Então, tem uma questão de fundo, para mim, que é de disputa de quem vai controlar parte do mercado (informação verbal).³⁴⁴

O que a crise política na conjuntura nacional esconde é a intenção de privatização da Petrobrás. Mas o MPA avalia que tal crise tende a favorecer uma unidade no campo da esquerda.

4.3.1.4 Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)³⁴⁵

O MAB foi criado em nível nacional em 1991. Contudo, já existiam comissões regionais de atingidos por barragens em várias regiões do país desde 1989, as quais se congregaram no movimento nacional. O contexto ainda era de reabertura política, quando surgiram vários movimentos sociais, a CUT, o PT. As CEBs tiveram participação ativa na construção do MAB. Na época, o setor elétrico era comandado integralmente pelo Estado brasileiro. Entretanto, com a adesão aos (des)ajustes neoliberais nos anos 90, iniciou-se um processo de privatização que teve como um dos seus alvos privilegiados o setor elétrico. O Ministério de Minas e Energia passou a ser comandado por setores ligados aos interesses corporativos, dificultando o diálogo com o MAB e com as populações tradicionais. Nesse cenário, a pauta da política energética não é colocada em discussão para o conjunto da sociedade, tornando o Estado num espaço de balcão de negócios. Mesmo com a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a situação não se altera, ao ponto de chegarmos na recente “crise” hídrica,³⁴⁶ consolidando a energia como mercadoria. Nos termos na liderança estadual:

Na verdade, isso é um grande negócio no Brasil. As empresas, que são donas de qualquer um dos negócios do setor elétrico, ganham muito

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Entrevista realizada em 12 jun. 2015, com Alexania Rossato representando o MAB no ERJ.

³⁴⁶ A crise é de abastecimento das cidades, a exemplo de São Paulo, mas não dos setores privados do setor elétrico, que permanecem lucrando.

dinheiro, seja geradora, seja transmissora ou distribuidora. O Estado está acompanhando todo o aumento que está tendo nas contas de energia elétrica. Isso a gente sabe para quem vai (informação verbal).³⁴⁷

Sobre a questão do financiamento para o enfrentamento das lutas, o movimento trabalha para que os próprios militantes contribuam. Entretanto, contam com cooperações internacionais, sobretudo da Europa, e participam de editais públicos para projetos específicos, dando ênfase aos processos de formação:

É um dos principais focos, é uma das principais fontes do movimento a cooperação internacional, principalmente da Europa. Também a gente recebe, mas não é direto, via projetos com o Governo Federal, principalmente pela Eletrobras, de alfabetização, de educação, formação, de educação ambiental, várias formas e convênios que se estabelecem com a Eletrobras para desenvolvimento desses processos [de formação] (informação verbal).³⁴⁸

No âmbito da formação, há um investimento em parcerias com universidades públicas, tanto para a formação política quanto para formação acadêmica em nível de graduação. Na UFRJ, por exemplo, foi criado o Curso de Energia no IPPUR, que acontece no período das férias do verão e do inverno, que fez sua quarta turma em 2015.

No ERJ, vem atuando de forma sistemática recentemente, mais precisamente a partir de 2014, por demanda apresentada no município de Cachoeiras de Macacu, em função do projeto de criação de uma barragem. Destaca-se que há cerca de 10 anos houve uma intervenção em Itaocara, na região Norte do Estado, cujo projeto está sendo retomado. Na ocasião, a Light obteve uma concessão para construção da barragem, mas o projeto não caminhou e o prazo da concessão venceu. No início de 2015 houve um leilão, arrematado pela Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG), empresa de capital aberto. Enquanto em Itaocara o projeto é de construção de uma hidroelétrica, em Cachoeiras de Macacu se trata de uma barragem para acumulação de água.

No jogo de forças entre as empresas, os atingidos e a mediação do Estado, há uma enorme desvantagem para os atingidos, pois as empresas contabilizam apenas as pessoas inundadas, ignorando todas as transformações no entorno, decorrentes de todo o processo de construção de uma barragem. Assim, este é um

³⁴⁷ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

³⁴⁸ Idem.

ponto chave de luta do MAB, que tem pautado a ampliação do conceito de “atingido por barragens”, tendo em vista que:

No Brasil inteiro ser atingido não é a mesma coisa que ser indenizado também. No caso das barragens no Brasil, existe um dado que só 30% das famílias que são atingidas são indenizadas e por que acontece isso? Porque não tem nenhuma lei que garante às famílias atingidas o direito de receber indenização conforme deveria receber. Tem essa lei que é de 1941, que é a única lei que determina que sejam indenizados os proprietários de terra que tenham o título da terra no nome. Então, os posseiros, os arrendatários, os peões, os diaristas, todos esses, que são atingidos, não são indenizados. Então, só os que têm lá um pedaço de terra, um lote de terra e aquele lote de terra está no meu nome, registrado no meu nome, eu tenho uma lei que assegura o meu direito a ser indenizado. Todos os outros não são indenizados, quase nunca são indenizados e, quando são, é por um valor bastante irrisório. O que acontece, em situações muito recorrentes pelo Brasil afora, é que a empresa deposita o que ela bem entende que é o direito daquela família, deposita em juízo, e a família, se não aceita, vai brigar com a Justiça para receber mais. Então, a família que tem lá dois hectares de terra, que tem lá – desses dois hectares – meio hectare de laranjeiras, tem um galpão e uma casa, a empresa acha que, vamos supor, por isso, tu tens o direito de receber 20 mil reais, mas isso é muito pouco. (informação verbal).³⁴⁹

Nesse sentido, o movimento vem se contrapondo a tal perspectiva, defendendo o conceito ampliado de “atingido”, conforme afirmam no Dossiê Impactos Sociais da Barragem do Guapiaçu (MAB, 2015):

O conceito de atingido por barragens proposto pelo MAB é que atingidos são todos aqueles que se virem sujeitados aos seguintes impactos:

- I. Perda de propriedade ou da posse de imóvel;
- II. Perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel parcialmente atingido;
- III. Perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros;
- IV. Perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente;
- V. Prejuízos comprovados às atividades produtivas locais;
- VI. Inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações;
- VII. Prejuízos comprovados às atividades produtivas locais à jusante e à montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.
- VIII. “Comunidades e populações anfitriãs”: impactos negativos sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os atingidos reassentados. (MAB, 2013, p. 20-21 apud MAB, 2015)

Acrescente-se o agravante de que é a própria empresa, que recebe concessão do Estado (em geral por 30 anos) a partir de um leilão, a responsável por estabelecer o valor da indenização:

³⁴⁹ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

[A empresa é responsável] desde a implantação do canteiro de obras, desde a indenização das famílias, desde o levantamento de quem é atingido ou não. Então, o Estado brasileiro lava as mãos sobre aquilo. Ele só concede, ele só concede. O IBAMA, os órgãos ambientais emitem as licenças, muitas vezes por pressão das empresas privadas – as licenças ambientais, todo o trâmite que precisa – e é a empresa, a partir daí, que vai atuar. Ela que vai dizer quem é e que não é atingido e tal.

Na nossa leitura, no nosso entendimento, do MAB, atingidos são um número muito maior de pessoas do que só quem tem as áreas submersas (informação verbal).³⁵⁰

No caso da barragem de Guapiaçu (Cachoeiras de Macacu), a empresa estima que são cerca de 1.000 pessoas, mas se considerar o conceito ampliado,³⁵¹ como o MAB defende, estima-se que serão cerca de 3.000, conforme o movimento declara, pormenorizando o projeto da barragem em questão.³⁵²

A barragem ia ficar no pé da serra de Teresópolis. Então, têm famílias que moram bem pertinho da serra, junto à serra, e vai ficar toda uma região sem acesso à estrada, sem acesso à escola, sem... Eles não vão ser atingidos lá no final do rio, lá em cima, sabe? Eles não vão ser inundados, mas eles vão ficar totalmente isolados. Não vão ter mais vizinhos, não vai ter mais comércio, não vai ter mais igreja, não vai ter mais nada. A parte mais abaixo vai ficar toda submersa. Para nós, essas famílias que vão morar lá, mesmo que elas não estejam com as suas terras ou suas casas embaixo da água, elas são atingidas. Outra situação que a gente avalia, por exemplo: uma professora que dá aula numa escola rural, a partir do momento que aquela escola vai ser inundada, a professora também é atingida, mesmo que ela não seja daí. Se ela não tem mais uma alocação para dar aula, se ela não é remanejada pela prefeitura para dar aula, ela também é atingida. Outra situação, por exemplo: comerciantes que têm uma pequena loja na região que é inundada, para nós, também esses são atingidos. Outro caso: ali, na barragem do Guapiaçu, tem muitas pessoas que não moram ali, mas que dependem do rio para extrair areia – eles tiram areia, são os chamados areeiros. Essas famílias, essas pessoas vão ficar sem trabalho, a partir do momento for construída a barragem. Então, *para nós, o conceito de atingido é bem maior do que o conceito territorialista, patrimonialista, que as empresas adotam. Para elas é mais cômodo, é vantajoso adotar esse conceito que reduz muito o número de famílias, porque dessa forma elas não se obrigam a indenizar* (informação verbal, grifo nosso).³⁵³

Diante desse quadro, o próprio movimento está fazendo um levantamento das famílias atingidas, pois os dados do Governo do Estado indicam 281 famílias. Não obstante, o levantamento feito pelo MAB até o momento já registrou cerca de 500

³⁵⁰ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

³⁵¹ Cf. VAINER, Carlos. “Conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes”. In: OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DE BARRAGENS. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, s/d. Disponível em: http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=3ac3268ad9d620abb0b98209ecb720cf&id=18. Acesso em: 11 dez. 2015.

³⁵² Para aprofundamento, consultar: MAB (2015).

³⁵³ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

famílias. Destaca-se que na ocasião da entrevista o levantamento não tinha sido concluído.

Em função da recente atuação do MAB no ERJ, o movimento não apresentou uma análise sobre os projetos de desenvolvimento em curso. Contudo, a própria barragem do Guapiaçu é fruto da instalação do COMPERJ, pois integra um dos condicionantes de licenciamento ambiental desse complexo industrial. O Governo do Estado argumenta que a barragem seria para abastecimento humano, mas o próprio Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) indica que é para “os demais usuários existentes na bacia”, o que inclui o complexo em questão. Considerando que o próprio EIA-RIMA possui uma série de irregularidades, a luta é para interromper o projeto de Guapiaçu, contando com apoio social:

Tem uma série de questões ambientais, sociais em volta disso, em volta dessa questão, e a gente acha que se a população tiver força mesmo, organização e fazer todo um trabalho junto à sociedade também, *porque não adianta só o povo ter força e organização se ficar isolado...*

Se a gente conseguir fazer um trabalho grande no estado do Rio, junto à opinião pública e fazer esse embate lá no INEA com o Governo do Estado, a gente acha que é possível, sim, que essa barragem não venha a ser construída (informação verbal, grifo nosso).³⁵⁴

Um avanço importante foi a pressão popular que o MAB organizou na ALERJ, conseguindo que a instância realizasse uma audiência pública sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos da Barragem do Guapiaçu em 2014, tendo em vista que o município é considerado o segundo maior polo agrícola do ERJ. Após muita pressão, conseguiu, mesmo que temporariamente, a suspensão do EIA-RIMA da barragem. Em março de 2015, foi criada a CPI da crise hídrica para investigar os problemas de abastecimento de água para a população fluminense e o MAB vem reivindicando participação nesse espaço. Especificamente sobre a Barragem do Guapiaçu, a proposta do movimento é:

[...] que haja recuperação da mata ciliar e nascentes do vale do rio Guapiaçu; construção de pequenos açudes e curvas de nível; construção e/ou reforma de sistema de esgotamento sanitário em pelo menos 1.000 residências; subsídio para a produção agrícola sustentável, com investimento em infraestrutura e assistência técnica para pelo menos 500 famílias; e uma política estadual de direitos que garanta um marco legal que assegure as condições de vida das famílias atingidas na condição de deslocamento para novas áreas, caso o projeto seja concretizado (informação verbal).³⁵⁵

³⁵⁴ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

³⁵⁵ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

Sobre a concepção de desenvolvimento, o MAB se afirma enquanto um movimento que orienta sua mobilização para a luta de classes tendo como objetivo a construção do socialismo:

O que o MAB busca ou ele aponta – inclusive, é um dos debates que a gente quer aprofundar, até 2017, quando acontece o nosso próximo encontro nacional – é o debate do socialismo e o socialismo, no nosso entendimento, é o que vai se contrapor ao modelo que a gente vive hoje, ao sistema que a gente vive hoje. Não é uma coisa que acontece de uma hora para outra. Essa mudança, a gente entende toda a complexidade, mas a gente entende que na nossa ação, na nossa atuação, enquanto movimento social, a gente, de certa maneira, já vai vivendo em socialismo, já vai se construindo – enquanto militância, enquanto corpo social de movimento, um movimento nacional – princípios e valores que, ao menos internamente, a gente vai dizendo, vai construindo como sendo esse novo modelo de se tratar o mundo, de se construir o mundo. A gente até brinca, assim: Está bem, a gente vai construindo a partir de princípios, a partir de valores, a partir de novas formas de organização interna do movimento, onde a mulher tenha espaço assim como o homem na coordenação dos grupos de base, nos espaços de decisão. Está tudo bem. Até aí, não há discordância. Mas quando nós teremos que assumir o ministério de Minas e Energia e tocar o país de uma forma diferente como é, que a gente critica hoje, a gente não tem todas as bases, a gente não dá para dizer “socialismo já, agora”, porque a gente não consegue dar conta de tocar todo um complexo da economia e da política, a partir das bases reais no socialismo. Então a gente vai construindo essa orientação, essa noção, que é aprofundar até 2017 na militância, mas a gente tem que ir aos poucos. Não dá para dizer: “Não, de agora em diante, a gente vai arcar com todas as consequências do que significa isso”, porque a gente não dá conta, a gente não consegue... Por princípio do movimento, a gente sempre faz uma leitura das ações da economia, da política, a partir de uma luta muito clara e muito evidente em voga das classes sociais do país e no mundo. Para nós, a questão de classe é primordial. Ela é o que nos orienta a nossa ação e os nossos estudos, orienta a nossa prática... As nossas leituras de militância, leituras mais no nível de direção, partem muito dos textos marxistas clássicos. Então, a gente procura estudar sempre o Lênin, que é o nosso... porque a gente busca, nas teorias marxistas-leninistas, a nossa afirmação enquanto movimento social, também busca referência em autores como Mao, enfim, como outros que têm essa perspectiva muito forte, muito presente (informação verbal).³⁵⁶

Sobre as perspectivas de desenvolvimento que se postulam anticapitalistas, o movimento cita o Buen Vivir, que tivemos oportunidade de apresentar no primeiro capítulo desta tese, como uma corrente que tem entrado no país por algumas frentes da Igreja Católica. Entretanto, avalia que está circunscrito à realidade da Bolívia e do Equador, sendo temerária sua importação acrítica, sobretudo porque destoa da perspectiva classista defendida pelo movimento. Em seus termos:

Então, trazer para cá essa discussão da forma como algumas frentes da Igreja Católica tem trazido para nós, ela vem distorcida também. Ela não se enquadra a forma como hoje a gente vive no nosso país, porque ela vem de uma forma muito dura, muito puritana, muito ingênua até, e no debate que

³⁵⁶ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

nós fizemos, ela encontra fragilidades do ponto de vista que não cabe nesse momento que o país vive, com esse grau de desenvolvimento que o país vive. Não sei se eu tenho que me especificar mais, mas não dá para comparar a economia da Bolívia com a economia do Brasil e aplicar o conceito de bem viver lá com o conceito de bem viver aqui (informação verbal).³⁵⁷

Sobre o ecossocialismo, reconhece que o movimento não busca aprofundamento sobre essa perspectiva, pois a compreende fora do debate da luta de classes, conforme revela:

[...] eu vou ser bem franca contigo: a gente até tem não um preconceito totalmente negativo, a gente conhece, mas a gente tem vamos dizer que é uma impressão que essas leituras seguem um ponto de vista mais moderno que, de certa forma, oculta essa questão de classe. Posso estar equivocada, mas a gente tem um pouco de preconceito com essas leituras mais “pós-modernas” (informação verbal).³⁵⁸

Destacamos que, apesar de toda a polêmica teórico-conceitual e de práxis política que envolve o debate sobre a corrente ecossocialismo, com sua pluralidade interna, conforme matizamos no primeiro capítulo desta tese, ela se propõe justamente a costurar a luta de classes com o debate atual sobre a questão socioambiental.

No enfrentamento atual, o MAB vem construindo alianças com movimentos urbanos, questionando o domínio do capital sobre o setor elétrico, o que é de interesse nacional, e não apenas dos atingidos por barragens. Nesse sentido:

Desde 2010, o MAB e alguns sindicatos dos trabalhadores do setor de energia – aí entra petroleiros, entra eletricitários, entra engenheiros, entra inclusive também o movimento sem-terra e o MPA, na conformação do que foi sendo chamado de Plataforma Operário-Camponesa para Energia³⁵⁹, que é um debate que esse conjunto de organizações de trabalhadores vem fazendo sobre o que entende no campo da energia, a partir de unificar uma leitura do que é o inimigo principal, de como ele atua sobre a extração dos recursos naturais estratégicos, como ele atua sobre os trabalhadores em si e esse esforço também tem apontado o que então a gente propõe, o que se quer, o que se aponta nesse campo da energia (informação verbal).³⁶⁰

Dentro desse projeto mais amplo, em termos de produção energética, o MAB vem inclusive construindo uma proposta de alternativas energéticas populares, com base em placas termossolares. O projeto foi criado pelo grupo Sociedade do Sol,

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Para aprofundamento, consultar o documento produzido por diversas organizações e movimentos sociais populares, que expressa a luta para que a população organizada tenha poder de decisão sobre a política de energia do país, cf. FUP et al., 2014.

³⁶⁰ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

coordenado pelo professor Augustin Woelz, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas (IPEM).³⁶¹

Sobre o papel das mulheres nessa luta, o movimento vem avançando no debate, tendo em vista que as mulheres são profundamente afetadas pelos projetos de barragens. No caso de grandes projetos, os canteiros de obras são instalados com mão de obra masculina e juntamente se instalam bordeis, numa operação casada. Na mesma medida, cresce a prostituição onde empreendimento se instala, com aproveitamento da desigualdade social local recrutando mulheres e crianças que são constantemente assediadas. Ademais, há também o envolvimento emocional espontâneo de mulheres da localidade com os trabalhadores, gerando em alguns casos filhos que desconhecem os pais que migram junto com as grandes obras. Nesse sentido, o movimento esclarece como se dá esse processo:

Estou dizendo que é prática da indústria da barragem, quando instala um canteiro de obra numa região para construir a barragem, próximos ao canteiro de obras também se instalam bordéis. Então, a prostituição está sempre ligada ao complexo da construção de uma obra, à construção de barragens. O fato de que uma obra leva para a região muitos homens, trabalhadores na sua grande maioria homens, as famílias que moram no entorno, no canteiro de obras, que têm filhas mulheres, também começam a sofrer um forte assédio por esses trabalhadores e são inúmeros os casos das crianças filhas de barrageiros, de construtores de barragens, que não conhecem seus pais ou que são abandonadas só com as mães porque acaba a construção da obra e os pais saem da região, vão construir barragens em outro local. Então, essa é uma realidade bem cruel (informação verbal, grifo nosso).³⁶²

Há cerca de sete anos o MAB vem provocando esse debate internamente, por iniciativa das próprias mulheres, chegando a realizar, em 2011, o Encontro Nacional das Mulheres do MAB, em Brasília, no qual se debateu, além da situação da prostituição e do assédio de mulheres e crianças, a questão da indenização pelas propriedades alagadas, voltada para quem tem o título da posse, que, em geral, é o homem:

Nós estávamos numas seiscentas mulheres de todos os estados que a gente tem organização. Então, a partir desse encontro, foi superpositivo porque saiu com uma agenda de trabalho mesmo para os estados, desenvolvendo desde encontro de formação até iniciativas de geração de renda, desde a provocação... e a gente ir forçando mesmo para que a cada núcleo de base do movimento que forma as mulheres – as mulheres se formam pelos núcleos de base – seja coordenado por um homem, por uma mulher e por um jovem. Então, tem isso nas nossas orientações. As mulheres também participam em todas as instâncias de decisão dos movimentos, seja nas programações regionais, na coordenação nacional.

³⁶¹ Cf. ENERGIA DO SOL, tecnologia do povo (2015).

³⁶² Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

Então, sempre tem essa preocupação, essa particularidade. Tanto que ultimamente, também é fruto dessa discussão, desse debate, que a gente tem provocado em alguns estados, a participação das mulheres inclusive é maior que a dos homens, em número, nos espaços das instâncias, de coordenação. Tanto nos estados quanto nas regiões. Uma coisa que a gente tem avançado bem e tem debatido e tem exposto mesmo, no debate de gênero, é com relação à *violação dos direitos humanos das mulheres na construção de barragens. Porque, a partir de um relatório que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República fez e aprovou, em 2010, as mulheres são uma das principais vítimas de violação de direitos humanos na construção de barragens.* Foi todo um estudo feito em várias regiões do país pela Secretaria de Direitos Humanos e um dos resultados apontou isso. Então, a gente também tem feito esse esforço para levantar, para denunciar quais são as violações que as mulheres sofrem e sob todas as formas, desde que a mulher, no processo de indenização, nunca tem voz ativa junto à empresa, porque normalmente quem tem o título da terra na família é o homem, então a ele é relegado a tarefa de decidir sobre indenização, quando isso acontece, ou em muitos casos as mulheres são pressionadas pelo corpo de assistentes sociais³⁶³ das empresas para que a família aceite aquela indenização, porque senão não vai ganhar nada. Isto é uma série de coações e de formas de intimidação que as empresas agem e atuam sobre as mulheres da família, para receber, para aceitar aquela indenização que a empresa está oferecendo. Essas violações também passam pela questão da violação sexual de crianças, de meninas, filhas de atingidos por barragens, pelos trabalhadores das obras. Eu posso ficar aqui te contando uma série de coisas com relação a isso (informação verbal, grifo nosso).³⁶⁴

Além desse efeito, as cidades sofrem com a especulação imobiliária, há impacto para os serviços públicos da região, como transporte, saúde, educação, etc., em função do grande volume de trabalhadores que aporta nas obras – há situações em que são cerca de mais 30 mil homens nas construções das barragens, como no caso de Altamira. Diante desse quadro, o MAB vem apostando no protagonismo da juventude para enfrentar tais mazelas sociais. Não obstante, o próprio movimento não vem conseguindo fazer um trabalho nessa direção e – nesse sentido – vem fomentando, nas regiões onde atua, a organização do Levante Popular da Juventude, que se organiza nos bairros, na periferia, nas comunidades.

³⁶³ A presente pesquisa não trata da atuação profissional do Serviço Social. Contudo o depoimento expressa a necessidade de reafirmação permanente, nos âmbitos da formação e do exercício profissionais, do projeto ético-político profissional em defesa dos trabalhadores, conforme a profissão busca construir nas últimas décadas, num contexto temerário de proliferação de cursos de ensino à distância, avançando na mercantilização da educação, que compromete uma formação crítica. Adenda-se que os conselhos regionais de Serviço Social devem ser acionados nos casos de desvios éticos, tendo em vista que o órgão tem o papel de fiscalização do exercício profissional. Ademais, precisa haver um avanço no âmbito dos direitos dos trabalhadores atingidos por barragens, que se encontram desprotegidos mediante uma legislação que beneficia os donos dos empreendimentos.

³⁶⁴ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

No ERJ, seguindo a orientação da Plataforma Operário-Camponesa (cf. FUP et al. 2014), o MAB está construindo alianças com movimentos rurais e urbanos. Em seus termos:

No Rio de Janeiro nos relacionamos com movimentos sociais e sindicais, a saber: MPA, MST, Levante Popular da Juventude, Sindicato dos Petroleiros, de professores, engenheiros, etc. E estamos nos aproximando de setores da Igreja, como a CPT. A relação com cada organização está em estágios diferentes: mais longa com o MST e o sindicato dos petroleiros; e recente, com os outros sindicatos e com o MPA, por exemplo. Com todos mantemos alianças para pautas de interesse comum e pelo interesse de classe, tais como a luta em defesa da Petrobras para o povo brasileiro, como indica a Plataforma dos trabalhadores do campo e da cidade para a energia (informação verbal).³⁶⁵

Em síntese, apesar da atuação recente no ERJ, o MAB tem-se feito presente nas lutas, apoiando os trabalhadores e trabalhadoras atingidos por barragens, rompendo o isolamento de sua luta específica, costurando-a a um projeto de classe mais amplo, que incorpore o debate estratégico sobre energia popular, que é de interesse do conjunto da sociedade. Nesse sentido, apresentou um projeto de lei que estabelece uma política estadual de direitos para atingidos por barragens, considerando os municípios de Cachoeiras de Macacu e Itaocara, pois a construção da barragem e da hidrelétrica atingirão 2.500 famílias, perfazendo cerca de 10.000 pessoas (cf. MAB, 2015).

4.3.2 Organizações populares de cunho agroecológico e suas lutas no ERJ

Considerando que os movimentos apresentados acima fazem referência à ampliação da mobilização das lutas (sua respectiva articulação política em torno de um projeto social anticapitalista) e citam a CPT, a AARJ e as organizações dos povos tradicionais, apresentaremos na sequência a participação desses sujeitos coletivos na luta no ERJ.³⁶⁶

³⁶⁵ Informação fornecida por Alexania Rossato, em 12 jun. 2015.

³⁶⁶ Apesar de visitar o município de Paraty em julho de 2015 e participar do I Encontro de Turismo de Base Comunitária, na perspectiva de entrevistar as lideranças do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e ter estabelecido contatos por mensagens eletrônicas para que enviassem suas questões por escrito, não obtivemos sucesso.

4.3.2.1 Comissão da Pastoral da Terra (CPT)³⁶⁷

A CPT atua no ERJ desde os anos 70, colaborando na época, em plena ditadura civil-militar burguesa, no processo de disputa pelas direções dos sindicatos rurais, na perspectiva de defenderem os posseiros e assalariados rurais. Entre os anos 80 e 90, a CPT atuou na região da Baixada Fluminense, assim como o MST, e na região Sul, embalada pelas CEBs. Já nos anos 90, acontece um refluxo em função de dificuldades internas de financiamento de projetos, que impactaram a liberação de agentes para o trabalho pastoral. Dessa forma, os agentes procuraram colaborar a partir do seu campo de trabalho.

A partir de 1997, começa a haver uma rearticulação na região de Campos dos Goytacazes, liderada por Ines Fátima Polidoro, aspirante à vida religiosa, atuando nas sequelas do programa Pró-álcool, com o início das falências das usinas de cana-de-açúcar. Nessa época, os trabalhadores estavam sofrendo com o não recebimento de seus salários, com atrasos nos pagamentos, demissões sem indenização, trabalho análogo ao escravo, etc. Juntamente com o Sindicato dos Petroleiros e do MST, começou uma mobilização em torno da reforma agrária, tendo como resultado expressivo a criação do assentamento Zumbi dos Palmares em um dos maiores latifúndios da região, pertencente à Usina São João. Foram 506 lotes na época, mas as novas gerações foram surgindo, permanecendo nos lotes das famílias, os quais foram se subdividindo, apresentando hoje um número maior. Ou seja, as famílias multiplicaram, mas não a terra. Estima-se que hoje o assentamento tenha cerca de 700 famílias.

A partir da criação da CPT em Campos, buscou-se articulação com o grupo de Nova Iguaçu, onde o padre Geraldo e Sônia Martins desejavam dar continuidade à pastoral. Doravante, a CPT mantém os dois núcleos no ERJ, estabelecendo trocas a partir de uma rede de estudos que tem como objetivo associar a fé à política e à dignidade no campo, combinando espiritualidade e a luta por direitos. Dessa forma, a CPT se entende não como um movimento social, mas como uma organização popular que apoia movimentos sociais. Em seus termos: “a Pastoral não é um

³⁶⁷ Realizamos uma entrevista coletiva, conforme demandaram em função do envio prévio do roteiro de questões, com integrantes da CPT de Campos, em 07 de julho de 2015, com participação de Alcimaro, Manoel, Priscila, Álvaro, José, Davi, dentre outros. A CPT assim preferiu e foi um momento extremamente rico nessa pesquisa, tendo em vista que tinham representantes de assentamentos rurais, assentamento quilombola e jovens universitários.

movimento social, é uma instituição que procura apoiar os camponeses” (informação verbal).³⁶⁸ Nesse sentido, complementam:

A CPT não é movimento, porque um movimento social é constituído por intelectuais, a Pastoral são agentes pastorais – pessoas que são alimentadas também com uma fé, pessoas que têm uma questão do anúncio profético, então, disso a gente não pode abrir mão de forma alguma. Por exemplo: é importante conhecer os documentos de Medelim, Puebla, que são documentos importantes que, às vezes, os agentes da Pastoral, sobretudo o pessoal que está chegando agora, às vezes, não tem acesso. Mas a gente tem que conhecer esses documentos para a gente fomentar isso, fortalecer isso: um trabalho eclesial de inserção. Se nós não fizermos isso, nós não vamos ser Pastoral, nós vamos ser movimento social, vamos ser ONG...

E visa a questão da espiritualidade das pessoas, a questão não somente das igrejas católicas, cristãs, mas o macroecumenismo, que engloba a questão, enfim, da espiritualidade como o foco (informação verbal).³⁶⁹

Em 2008, a CPT-RJ volta a encontrar dificuldades financeiras, pois os projetos para financiamento tornam-se cada vez mais burocráticos e, no processo de reestruturação, ocorrido em 1997, ela fica vinculada à região do Espírito Santo, contando com recursos deste estado. Nesse sentido, esclarecem que:

Muitos agentes têm mais essa habilidade de estar lá com os companheiros, com os camponeses, lá na luta, e têm um pouco mais de dificuldade de utilizar essas outras ferramentas, que são, por exemplo: saber operacionalizar uma planilha de custos, saber gerenciar esse trabalho... Isso foi trazendo uma certa dificuldade na aprovação de projetos (informação verbal).³⁷⁰

Mesmo com a diminuição de recursos, a CPT continua com apoio, a partir de projetos, da Manos Unidas (instituição espanhola), MZF (instituição alemã), o Projeto Pão para o Mundo (que é a tradução de Brot für die Welt, uma instituição cristã alemã). Em geral, as instituições alegam que, com o desenvolvimento econômico do país, alcançado no primeiro governo Lula, os recursos financeiros devem priorizar países mais pobres, como no caso do continente africano. Ademais, a CPT não aceita doações de instituições privadas, como a fundação Banco Itaú e Rede Globo, na perspectiva de preservar sua autonomia política. Ainda conta com fundos sociais das igrejas que a Cáritas Reúne.

Debruçando-se sobre as políticas do Governo Federal para o desenvolvimento rural, a CPT expõe as particularidades da região Norte. O PNAE ainda não foi implementado em Campos, o que estava previsto para ocorrer em

³⁶⁸ Informação fornecida por membros da CPT de Campos dos Goytacazes, em 07 de julho de 2015.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem.

2015. Todavia, se o recurso não é gasto, é devolvido para o Governo Federal. Já em São João da Barra se consegue acessar, pois existe a Associação de Pequenos Produtores de Marreca e Babosa. Contudo, há muita demora no pagamento, tendo que haver pressão social, o que acaba desestimulando os agricultores. Outro elemento complicador para a diversificação da produção, além das dificuldades de acesso a essas políticas, é a força da cultura da cana-de-açúcar. Nesse sentido, apresentam um exemplo:

Se você fizer uma avaliação, é bem diversificada. Embora, a maior produção ainda, nos assentamentos, seja a cana. E tem uma outra razão para isso. Quando a gente vai acessar benefícios do INSS, tem um fator que você tem que comprovar três atividades econômicas na sua atividade rural e uma delas é fundamental para o INSS, que é o fornecimento de cana para usina. Se você não tiver esse, você pode morrer pedindo declaração, comprovante, que eles não vão aceitar. Então, isso acaba também empurrando a cada um a ter uma moita de cana para entregar para a usina (informação verbal).³⁷¹

O PRONAF apresenta uma inadimplência alta, de cerca de 70%, denotando a ausência de assistência técnica e especialização do cultivo nos projetos dos assentamentos apresentados para financiamento. Com efeito, na região, há uma dificuldade de acesso para os assentamentos e a política incorre no endividamento, encobrendo o fortalecimento dos bancos. Na leitura da Pastoral:

Uma avaliação do PRONAF é que ele não traz um protagonismo, realmente, do camponês...

Nunca foi acessado aqui, no estado do Rio de Janeiro, PRONAF, por exemplo, para agroecologia, que isso também é uma demanda de camponeses.

[o mesmo ocorre com o] PRONAF Jovem, PRONAF Mulher... Então, é um tipo de política fechada, para beneficiar puramente, simplesmente, os bancos. Porque você tem que dar uma garantia de que você vai pagar aquele empréstimo. E, aí, nos dados, a gente percebeu que qual é a região que mais acessa, que foi mais beneficiada com o PRONAF? A região noroeste, um pouco da região norte e a região serrana. Isso é muito sério e importante a gente avaliar, porque *nas regiões de assentamento de reforma agrária parece que há uma restrição nesse sentido*. Então, a gente deve avaliar para que foi esse PRONAF? Inclusive o companheiro, já trouxe: "Esse é o PRONAF Veneno". Porque é o PRONAF que financia, por exemplo, monoculturas... (informação verbal, grifo nosso).³⁷²

Ademais, a força da cultura da cana-de-açúcar se apresenta não apenas nas questões previdenciárias, mas para obtenção do crédito PRONAF, pois, diferente de outros municípios, os projetos devem ser preferencialmente elaborados por técnicos da EMATER-Rio e há demora em sair o resultado da análise. Contudo, há relatos de

³⁷¹ Informação fornecida por membros da CPT de Campos dos Goytacazes, em 07 de julho de 2015.

³⁷² Informação fornecida por membros da CPT de Campos dos Goytacazes, em 07 de julho de 2015.

que, no município de Italva, o próprio gerente do banco avisa o agricultor quando sai o crédito para aproveitamento da safra em tempo hábil (informação verbal).³⁷³

Um problema para o qual a CPT volta sua luta diz respeito ao fechamento das escolas no campo, o que vem acontecendo nos âmbitos nacional, estadual e municipais. Diante desse quadro subentende-se que o campo ainda é visto apenas como um espaço de produção e não de vivência, existência, de cultura. Segundo a CPT, teriam sido 16 escolas fechadas entre 2013 e 2014, o que é um número bastante expressivo. E mesmo as propostas existentes de educação no campo encontram sérias dificuldades, a exemplo do curso de Licenciatura em Educação no Campo. Em 2009, a partir do primeiro seminário sobre educação no campo, por intermédio do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), o curso foi criado. Contudo, quando passou para administração da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), o curso passa a ter uma abordagem meramente técnica, ignorando as particularidades do trabalhador no campo e negligenciando a assistência estudantil. A CPT fez uma carta de apoio a esses estudantes que vêm enfrentando uma série de dificuldades.

Sobre os projetos de desenvolvimento no ERJ, a CPT é taxativa em enfatizar a situação gerada pela criação do complexo industrial do Porto do Açú e do mineroduto que liga a cidade de Conceição de Mato Dentro (MG) a São João da Barra (RJ). Por intermédio de um intercâmbio entre as duas comunidades, foi produzido um relatório preliminar em 2013, intitulado O projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos, coordenado pela AGB-Rio e Niterói, em que se problematiza a produção e o escoamento do minério, seus efeitos sobre a questão fundiária, ambiental, e sobre os conflitos no campo. Sobre a instalação do complexo do Porto do Açú, a CPT afirma:

O Porto do Açú é o mais gritante. O Porto do Açú eu acho que é a demonstração mais clara do que o poder público é capaz de fazer: se alia ao poder privado e simplesmente passa tratorando os camponeses, no nosso caso, que é mais específica agricultura camponesa. Então, de uma forma muito arbitrária, estão desocupando as famílias. Pelos dados que a gente tem da associação daqui do distrito de São João da Barra, que é a ASPRIM, que é uma associação de produtores rurais desse município, que está fazendo um enfrentamento... Fala-se em 1.500 famílias que estão sendo expulsas, com uma série de problemas que tem lá em relação a problemas de saúde mesmo, das pessoas idosas; é questão mesmo de desrespeito em vários sentidos. Então, a nossa avaliação é que essas políticas vêm com aquela promessa de emprego; aí a gente vai ver, o emprego é para quem? São pessoas de fora, a mão de obra que vem das

³⁷³ Idem.

peças locais é por três ou quatro meses, depois ficam desempregados. Aí, uma superpopulação naquele espaço que não está estruturado para receber aquele número de pessoas... Então, tem uma série de problemas que já estão aparecendo... (informação verbal).³⁷⁴

Além da violência nos despejos, a região foi tomada pelo problema da salinização das águas doces, impactando severamente a vida das comunidades rurais do entorno, que têm encontrado dificuldades para conseguir renda da terra e da pesca. O resultado tem sido o crescimento da violência em regiões que antes se voltavam para a produção agrícola. Contudo, tem existido articulação entre os movimentos, as organizações, as universidades públicas, buscando pesquisar, sistematizar os dados concretos desses efeitos, elaborando documentos que se transformam em instrumento de luta. A CPT destaca que são muitos os projetos em andamento e seus impactos, de modo que não tem fôlego para acompanhar tamanha demanda. Em seus termos:

Claro que não tem como a gente acompanhar todos esses projetos, porque são vários. A gente não só acompanha assentamentos e nem acampamentos; a gente tenta acompanhar quilombos, a questão indígena, não aqui em Campos, diretamente, mas são várias comunidades que a gente apoia. Então, não tem como a gente... É muito grande essa questão de impactos de grandes projetos. Então, a gente, na medida do possível, tenta acompanhar alguns (informação verbal).³⁷⁵

Sobre a concepção de desenvolvimento da CPT, seus representantes sintetizam da seguinte forma:

nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos e que isso, sim, se estenda para a sociedade de uma forma geral. No nosso caso, como a gente atua na área rural... Mas tudo isso aqui se aplica. A gente pode acrescentar então que tenha saúde de qualidade... (informação verbal).³⁷⁶

A educação no campo tem um papel fundamental nessa construção, pois tem o potencial de fomentar o debate, a reflexão e as ações em outros campos, como no caso da saúde, do debate de gênero, de uma produção voltada para a agroecologia.

A alternativa, para nós, seria o que? Que essa política, por exemplo, de Educação no Campo seja implementada de fato, respeitando o tempo-comunidade, o tempo-escola, o período da produção. A produção aí, a Educação no Campo fala o que? A agroecologia. A gente entende que a agroecologia é um alimento saudável, é uma vida... Quem trabalha com agroecologia, de fato, procura ser coerente. Então, vai ter a questão do respeito em relação à questão de gênero, à questão da etnia, porque, às vezes, tem um agricultor lá que trabalha com a esposa, com a família, no

³⁷⁴ Informação fornecida por membros da CPT de Campos dos Goytacazes, em 07 de julho de 2015.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Idem.

lote, mas é autoritário, é aquela família patriarcal, que desrespeita a esposa, os filhos. Então, isso, para a gente, não é. Então, uma alternativa que a gente vê que pode ser, que a gente acredita que é viável é isso: educação para o campo de qualidade (informação verbal).³⁷⁷

Campos chegou a ter uma Escola de Agroecologia, que funcionou entre 2005 e por volta de 2011, mas hoje há uma apenas no município de Nova Iguaçu.

A questão quilombola, enquanto identidade étnica e de direitos, vem sendo trabalhada em conjunto com a Escola de Serviço Social da UFF/Campos, por intermédio da professora Isabel Cristina Lopes, através de oficinas que trabalham as temáticas afins.

Do ponto de vista da articulação política, a CPT se articula com o MST, a AARJ, o MAB, a FETAG/RJ, integra a Via Campesina e vem buscando acompanhar a situação quilombola e dos pescadores dos rios, sobretudo em função da salinização das águas. Busca, igualmente, participar de conselhos de direitos, privilegiando o CONSEA, mas ressalta que é uma tarefa baseada na fé, como a pastoral exemplifica:

[...] o que motiva a gente, hoje, a estar nessas frentes é a nossa fé – a maior motivadora. Porque, se dependermos da nossa condição econômica para superar a logística, é muito difícil. Eu estou pensando muito para estar no Conselho, entendeu? Porque, como eu não sou Governo, sou sociedade civil... O Governo chega na hora certinha, eu tenho que pegar um ônibus que agora tiraram do valor de R\$ 1,00 e não tem mais horário. Se eu perder... Se eu perder o último ônibus, que é 8 horas, eu vou ter que ir para casa a pé, de madrugada (informação verbal).³⁷⁸

Por fim, a CPT declara que sua tarefa não é protagonizar as lutas sociais no ERJ, mas apoiá-las. Seu objetivo é fazer trabalho de base, priorizando: as reflexões e a luta pela educação no campo e, nesse sentido, está construindo um dossiê sobre o fechamento das escolas num número alarmante na região; a questão da violência no campo, buscando manter o acompanhamento dos efeitos econômicos e socioambientais do complexo do Porto do Açu; além do trabalho análogo ao escravo, cujo acompanhamento, por meio de pesquisas e denúncias, a CPT desenvolve há muitas décadas.

³⁷⁷ Informação fornecida por membros da CPT de Campos dos Goytacazes, em 07 de julho de 2015.

³⁷⁸ Idem.

4.3.2.2 Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro (AARJ)³⁷⁹

A AARJ foi criada em 2005, três anos após o I Encontro Nacional de Agroecologia que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, resultando na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Havia, a princípio, um cenário político promissor para o conjunto das lutas sociais, considerando o início do mandato Lula (PT) na Presidência da República em 2003, cujo partido vinha sustentando a defesa de um projeto democrático-popular desde os anos 80. Não obstante, o debate sobre a agroecologia não é tão recente na realidade fluminense e no país, pois já nos idos dos anos 70 havia uma grande preocupação com a questão técnica da produção agrícola, formando-se um debate em torno da temática da construção de uma “agricultura alternativa” em contraposição à Revolução Verde.

Tal construção deu origem à criação da AS-PTA em 1983, sendo antecedida pelo Projeto Tecnologias Alternativas, criado no âmbito da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Não obstante, doravante houve um processo de ampliação da abordagem sobre a produção agrícola, superando sua dimensão meramente técnica. Nesse contexto, a associação sem fins lucrativos em questão passa a construir, nos diferentes espaços sociais, a perspectiva agroecológica, que incorpora as dimensões social, cultural e política, além da econômica, no desenvolvimento rural sustentável, acrescentando na sua nomenclatura a expressão “Agricultura familiar e agroecologia”.

Destarte, a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia vem contribuindo com reflexões teóricas, experiências práticas e articulações políticas em torno da agroecologia no país, nas últimas décadas, tendo colaborado com a criação da ANA, da qual integra o núcleo executivo, juntamente com a FASE, CTA-ZM, Centro Sabiá e SASOP. Desde 2002, a ANA é um espaço privilegiado de articulação entre

³⁷⁹ Entrevista concedida por Claudemar Mattos, profissional contratado pela AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e que participa do Grupo Executivo da AARJ. Não constitui nosso objetivo fazer um levantamento sobre as produções teóricas no âmbito da AARJ, que versam sobre a agroecologia no ERJ, mas registramos que, por intermédio da AARJ, foram-nos enviadas estas duas dissertações de mestrado:

PIRATELLO, M. **Interação entre o tradicional e o científico na construção do conhecimento agroecológico: o caso de agricultores de Casimiro de Abreu e Silva Jardim-RJ**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MATTOS, C. 2011. **Expressões agroecológicas a partir de percepções socioambientais da agricultura tradicional e camponesa em Paraty-RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

movimentos, redes e organizações da sociedade civil engajadas na promoção da agroecologia, buscando fortalecer a agricultura familiar, bem como construir alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural.³⁸⁰

Dessa forma, compreende-se a agroecologia como uma área ampla, abrangendo quase todas as áreas de conhecimento, superando uma visão meramente instrumental que apenas substitua os insumos químicos, pois ela também pauta uma transformação da sociedade. Nesse sentido, contrapõe-se a todas as expressões do agronegócio, pautando-se pela agricultura familiar de base camponesa, e não pela lógica de mera inserção no mercado, pela via do crédito para a especialização do cultivo, como as linhas de crédito do PRONAF. Entretanto, a agroecologia não tem forte penetração nos currículos das graduações, sendo dinamizada nas universidades por grupos de estudantes e profissionais. Assim, a AARJ declara que a oportunidade de trabalho nessa área:

[...] passa também por a gente entender que desenvolver uma agricultura com base agroecológica não é um instrumento, uma oportunidade para a Agronomia ou para as Ciências Agrárias, para a Veterinária ou para Zootecnia; quando a gente for ver as dimensões da Agroecologia e um conceito mais amplo da Agroecologia, a gente vai ver que a Agroecologia como oportunidade de trabalho se coloca para qualquer área acadêmica, seja para o assistente social, seja para o psicólogo, seja para o biólogo, seja para o engenheiro florestal. Porque a Agroecologia parte das contribuições das diversas áreas do conhecimento (informação verbal).³⁸¹

Nesse sentido, a AARJ se compreende enquanto uma rede social que atua na construção da agroecologia como uma estratégia anticapitalista:

[...] procura atuar em rede, em favor duma disputa de modelo de desenvolvimento, valorizando a experiência agroecológica dos agricultores, proporcionando esse protagonismo de agricultores e agricultoras, no sentido de influenciar e propor políticas públicas para esse público de agricultura familiar com base na agroecologia (informação verbal).³⁸²

Apesar de não ser tão claro para a base dos agricultores que a agroecologia seja um movimento anticapitalista, é nessa perspectiva que se trabalha, enfrentando o capitalismo dentro do setor rural, que é representado pelo agronegócio. Nesse sentido, a reforma agrária é uma bandeira:

Então, a reforma agrária é uma bandeira. [Nos documentos da Articulação] está pautado que a reforma agrária é uma bandeira de luta da Articulação de Agroecologia. Tanto é que a Comissão Pastoral da Terra, em Campos e

³⁸⁰ Para melhor compreensão sobre a ANA, cf: ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **O que é a ANA**. Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

³⁸¹ Informação fornecida por Claudemar Mattos, em jun. 2013.

³⁸² Idem.

Nova Iguaçu, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra compõem a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Então, a reforma agrária é pauta. Hoje, a gente tem fortalecido essa pauta da reforma agrária, esse debate, nem tanto pela reforma agrária no sentido de distribuição de terra (informação verbal).³⁸³

Com efeito, a AARJ tem participação da AS-PTA, do MST, da CPT, de grupos pelo lutam pelo consumo consciente e de cooperativas de assistência técnica que se contrapõem ao modelo governamental, como a CEDRO, sendo que alguns desses movimentos/organizações compõem seu grupo executivo.

No que diz respeito ao financiamento, assim como os movimentos sociais supramencionados, tanto a ANA quanto a AARJ contam com editais públicos e organizações internacionais para captação de recursos para a realização de seus projetos. No caso da AARJ, no seu início, por volta de 2007/2008, por meio do Departamento de Geografia da UFF, conseguiram-se recursos por um edital do CNPq e MDA, o que foi fundamental para a dinamização da articulação estadual. Na ocasião, foi feito um mapeamento e sistematização das experiências agroecológicas em curso, que teve como um dos resultados o lançamento do vídeo Caminhos do Rio: experiências em agroecologia no Rio de Janeiro. Dessa forma, com tais recursos se consegue dinamizar a AARJ, cujo trabalho se divide, atualmente, em quatro regiões no ERJ: Metropolitana, Baixada Litorânea, Norte e Costa Verde, mas também já teve atuação no Vale do Paraíba e na Serra.

A Articulação tem sido um espaço importante no Estado no sentido de dar visibilidade à agricultura, inclusive trazendo à tona que na própria cidade do Rio de Janeiro há produção agrícola:

Por incrível que pareça, que está mais no imaginário do restante do Brasil e até de alguns parlamentares, que o Rio de Janeiro não tem agricultura, mas é o contrário. Se a gente for investigar o Rio de Janeiro a fundo, a gente vai ver que a questão da agricultura é presente até na cidade do Rio de Janeiro – coisas que a gente vem enfrentando atualmente...

Bem, o município do Rio de Janeiro é um exemplo bem, porque no Rio de Janeiro tem a Rede Carioca de Agricultura Urbana, da qual faz parte a AS-PTA, algumas associações de agricultores no espaço urbano e algumas outras entidades. A Rede Carioca de Agricultura Urbana, diante dessa invisibilidade dessa agricultura que acontece no Rio de Janeiro – e eu não estou falando só da agricultura de quintal, não estou falando só da agricultura que acontece nos pequenos espaços, estou falando duma agricultura com base camponesa que acontece no Rio de Janeiro, principalmente no Maciço da Pedra Branca e no Mendanha. Pautar a discussão do Plano Diretor para a gente tem sido estratégico, porque o Plano Diretor não reconhece as áreas rurais e a produção agrícola do município do Rio de Janeiro. O fato de não reconhecer traz o seguinte: não

³⁸³ Informação fornecida por Claudemar Mattos, em jun. 2013.

tem política pública para esses atores e, pelo contrário, negligenciam eles e marginalizam eles. Recentemente, tentando fazer com que esses agricultores acessassem o PNAE, a gente se debruçou sobre um problema da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, que é um documento que tem sido exigido para o acesso da agricultura familiar às políticas públicas do PNAE, do PAA, da assistência técnica e do próprio PRONAF, entre outros. Esses agricultores não poderiam fornecer para alimentação escolar porque não tinham DAP e, aí, a gente foi tentar fazer um movimento *Por que eles não têm a DAP?* E a primeira coisa que a gente se debruçou, que foi-nos falado, é que a DAP era um documento, na sua origem, para acesso ao crédito rural. Crédito rural é para imóvel rural. Se no Rio de Janeiro não havia imóvel rural estabelecido pelo seu Plano Diretor, logo não teria agricultor com direito à DAP. Então, a gente teve que fazer todo um debate de garantir o direito desses agricultores à DAP e – em paralelo – fazer uma coisa que ainda não terminou, na realidade, a gente... Aí, é interessante notar também que o espaço de controle social que a gente pontua, que a gente tem que estar é o CONSEA Rio. É através do CONSEA da cidade do Rio de Janeiro que a gente tem pautado essa coisa do Plano Diretor. Inclusive algumas pessoas da Rede Carioca de Agricultura Urbana, que estão lá no CONSEA, têm pautado essa coisa (informação verbal, grifo nosso).³⁸⁴

Por outro lado, tanto as políticas de desenvolvimento, promovidas pelo Estado do Rio, têm afetado os agricultores fluminenses quanto a assistência técnica, promovida pela EMATER-Rio, é insuficiente:

É claro que isso ainda é pauta também [refere-se à Reforma Agrária], mas hoje o que a gente tem enfrentado mais é a *defesa dos territórios dos agricultores, sejam eles sem-terra ou sejam aqueles que têm terra, mas hoje são pressionados pelos megaempreendimentos, pelo modelo de desenvolvimento que acontece no estado do Rio de Janeiro, que tem desapropriado tanto os agricultores que têm terra quanto aqueles que não têm terra; e isso é um dos principais conflitos que a gente tem visto na atualidade, seja bem emblemática a questão do Porto do Açu, essa desterritorialização dos agricultores, seja com a construção do Arco Metropolitano, seja com a Transoeste desapropriando agricultores*. Então, além de ser uma questão de distribuir terra, hoje é uma questão também de defender o território de quem já tem terra [dos] grandes empreendimentos e [das] políticas do Estado que negligenciam a existência de agricultura familiar no Rio de Janeiro (informação verbal, grifo nosso).³⁸⁵

Sobre a EMATER-Rio, a AARJ analisa que, além da deficiência de quadro técnico, há a questão da formação:

[...] a Emater não dá conta. Até por causa da precarização desse órgão, ou seja, o quadro de funcionários não atende à demanda porque há muitos agricultores no Rio de Janeiro que precisam dum apoio tanto do ponto de vista da agricultura em si, mas também do ponto de vista de apoiar processo de transição para a agroecologia e, aí, reforçando e repetindo, entendendo que agroecologia não é só uma substituição de insumo. Não é só deixar de usar o agrotóxico, o adubo químico, trocar pelo composto, pelo esterco e pelas caldas caseiras. Não é isso. Para nós, a agroecologia ultrapassa essas dimensões tecnológicas e procura atuar também nas

³⁸⁴ Informação fornecida por Claudemar Mattos, em jun. 2013.

³⁸⁵ Idem.

dimensões social, cultural, econômica e também ambiental de uma propriedade rural (informação verbal).³⁸⁶

Com efeito, na contramão das políticas governamentais, a AARJ busca valorizar as experiências agroecológicas dos próprios agricultores, indo além da substituição dos insumos, considerando sua organização comunitária, sua experiência de luta pela terra, de acesso aos mercados, buscando se libertar do atravessador e construir um mercado justo e solidário com os consumidores. A partir dessa pauta, busca-se a articulação com associações, coletivos, prefeituras, universidades, Embrapa, alguns escritórios da EMATER-Rio, como nos casos de Nova Iguaçu, Araruama e Saquarema. Destacando que estas articulações são feitas com técnicos do órgão que se identificam com a construção da agroecologia, o que desmonta o discurso presente nos relatórios da EMATER-Rio que indicam que a empresa, em termos de filosofia de trabalho, incorpora a perspectiva agroecológica. Como vimos, quando os relatórios citam a agroecologia ou a produção orgânica é no sentido técnico da substituição de insumos e, mais, dentro da perspectiva de técnicas alternativas que favoreçam o agronegócio.

Sobre as políticas de desenvolvimento rural dos governos, a luta é para que se adequem à realidade dos agricultores. Nesse sentido, consideram que o PNAE e o PAA são importantes políticas federais de comercialização, mas os agricultores têm encontrado entraves para obtenção da DAP. A AARJ também busca contribuir com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), da qual o agronegócio vem tentando se apropriar. Não obstante, a proposta é que se construa uma agricultura camponesa biodiversa, numa relação mais equilibrada com o meio ambiente, enquanto o agronegócio aposta nos monocultivos orgânicos. No âmbito do PRONAF foi criada uma linha de crédito voltada para a agroecologia, mas tem sido pouco acessada por falta de entendimento dos agricultores e por entraves burocráticos, pois os gerentes de banco desconfiam de projetos que buscam fugir dos pacotes tecnológicos. Já sobre as políticas de desenvolvimento rural do governo do ERJ, a AARJ declara:

O pouco que o Estado do Rio de Janeiro, que a Secretaria Estadual de Agricultura do Rio de Janeiro faz é voltado mais para uma agricultura empresarial, e pouco menos pela agricultura familiar com base agroecológica. O recurso orçamentário do Estado do Rio de Janeiro é bem pouco para isso. Então, a gente pauta isso, a gente fala nos fóruns que a gente participa, mas conseguimos pouco influenciar esse orçamento e essa

³⁸⁶ Informação fornecida por Claudemar Mattos, em jun. 2013.

política agrícola do Estado do Rio de Janeiro. Está para ter agora uma conferência estadual do desenvolvimento rural sustentável. Talvez essas coisas sejam pautadas, esse sucateamento do órgão oficial de assistência técnica e do órgão oficial de pesquisa do Rio de Janeiro. Então, hoje, [devido a] essa questão do sucateamento, que a gente tem uma reflexão crítica sobre isso, algumas entidades têm atuado nesse sentido de complementar, de atender essa demanda dos agricultores por uma assessoria técnica. Só que não é na mesma perspectiva metodológica do órgão oficial de assistência técnica, é numa perspectiva horizontalizada, uma perspectiva mais verticalizada [sic] de intercâmbio de saberes (informação verbal).³⁸⁷

Nesse sentido, há uma cobrança de políticas de governo para o desenvolvimento rural que apoiem de fato os agricultores familiares em suas particularidades regionais, pois do ponto de vista macroeconômico o desenvolvimento é historicamente voltado para a indústria nas cidades, provocando um forte êxodo rural. A partir da Revolução Verde, houve uma intensificação do esvaziamento do campo, principalmente da juventude. Portanto, há necessidade de políticas de desenvolvimento rural que favoreçam a participação da mulher e da juventude.

No trabalho de campo fomentado pela AARJ, a metodologia ressaltada é de uma perspectiva de assistência técnica horizontal, em que se valorizam os intercâmbios das experiências agroecológicas, de trocas de saberes entre os próprios agricultores. Em síntese:

Quando coletivo da Articulação promove algum evento, seja um encontro nacional, seja uma festa de sementes, seja um seminário, em que estará a discussão de pautas que procuram superar os entraves para a agricultura familiar no Rio de Janeiro, nesses eventos a gente sempre põe na programação cursos e oficinas e intercâmbios de experiência, e procura sempre valorizar a experiência que o agricultor tem em determinado assunto. A gente evita, na realidade, a gente procura dar voz ao agricultor naquilo que é um entrave para outro agricultor. Não é um técnico falando para outro agricultor, é um coletivo em que, através do intercâmbio de experiências, é agricultor conversando com agricultor, com agricultora, e o técnico ali, envolvido no meio, que as questões vão sendo pautadas e vão tentando superar os entraves, tanto tecnológicos como organizativos ou econômicos. Então, resumindo, quando a Articulação Estadual de Agroecologia promove os seus encontros, na programação do encontro, além duma parte mais política, também tem cursos, mas esses cursos não são cursos unicamente a técnica pela técnica e não necessariamente é uma pessoa da academia ou um técnico que vai dar esse curso. A gente procura valorizar o saber dos agricultores também, que já passaram por determinada experiência. Eles já dominam determinado assunto (informação verbal).³⁸⁸

³⁸⁷ Informação fornecida por Claudemar Mattos, em jun. 2013.

³⁸⁸ Informação fornecida por Claudemar Mattos, em jun. 2013.

Em 2010, foi aprovada a Lei nº 12.188, que amplia a assistência técnica rural para entidades não governamentais, desde que credenciadas no MDA. Contudo, os recursos para a execução da assistência são captados, sobretudo, junto a entidades financiadoras europeias, a fundo perdido. Dessa forma, além da EMATER-Rio, há a cooperativa CEDRO que presta assessoria aos assentamentos da reforma agrária, a partir de uma parceria com o INCRA, para implementação da Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES). A AARJ compreende que o trabalho das ONGs e cooperativas não substitui o Estado, mas complementa suas ações. Por outro lado, essa análise minimiza a desresponsabilização do trato público com o desenvolvimento agrícola.

Na atualidade, a AARJ, considerando as particularidades regionais, vem pautando a questão da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, avaliando a importância da participação nos espaços de controle social, como o CONSEA; a articulação com mandatos de parlamentares que apoiem a reforma agrária, como Eliomar Coelho (PSOL), Reimont (PT) e Felipe Pinheiro (Partido Verde); e a revisão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. Ainda considerando que a agroecologia é importante para a sociedade no sentido de questionar o modelo de desenvolvimento vigente, a articulação com universidades e a busca por captação de recursos é uma demanda permanente para a continuidade do fomento das práticas agroecológicas na realidade fluminense.

4.3.2.3 A Rede Ecológica e a Rede Carioca de Agricultura Urbana³⁸⁹

A partir, sobretudo, do início do século XXI, as lutas em prol de um desenvolvimento rural que se pautem pela agroecologia ganham novos aliados urbanos, conforme alguns movimentos sociais e organizações populares indicaram em suas respectivas entrevistas. Dessa forma, agregamos nessa pesquisa uma rede de consumo de produtos agroecológicos, a Rede Ecológica, e a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que congrega agricultores da cidade do Rio de Janeiro e entidades que os apoiam.

³⁸⁹ As entrevistas foram respondidas por escrito em 2015, sendo a da Rede Ecológica respondida coletivamente, mas por intermédio de Miriam Langenbach (fundadora da Rede) e de Paulo Roberto Jansen, e a da Rede Carioca de Agricultura Urbana sendo respondida por seu representante, Francisco Caldeira de Souza.

A Rede Ecológica surge em 2001, a partir da iniciativa de cerca de 15 moradores do bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 2003, com as políticas do governo Lula para o desenvolvimento da agricultura familiar, da segurança alimentar e da economia solidária, houve um crescimento do grupo, que hoje conta com 230 famílias cadastradas, almejando chegar a 250. Ademais, a Rede intenciona fomentar a criação de outras redes em outras localidades do ERJ.³⁹⁰

A princípio, durante o governo César Maia, as feiras de produtos orgânicos e agroecológicos foram obstaculizadas. Entretanto, nos últimos sete anos, a partir de convênios da Secretaria de Economia Solidária com as prefeituras, vem sendo criado o Circuito das Feiras Orgânicas. Na cidade do RJ houve parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) nesse processo. Contudo, a Rede Ecológica reconhece que esse circuito é voltado para a classe média e se preocupa com o crescimento do mercado de orgânicos a partir da lógica do agronegócio, em que prevalece a lógica do lucro e não a qualidade de trabalho e de vida para os agricultores.

Outro fato que a Rede Ecológica destaca é que, a partir do acesso à informação, a sociedade brasileira vem se conscientizando dos riscos à saúde em função do uso abusivo de agrotóxicos e da transgenia na produção agrícola, além da questão da obesidade. Nesse sentido, destacam o trabalho do CONSEA, do IDEC, do Instituto Alana, do INCA, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, da ABRASCO. Nesse cenário, avaliam como uma vitória o lançamento, em 2014, do Guia alimentar para a população brasileira, organizado pelo Ministério da Saúde.

Destaca-se ainda que esta Rede evoluiu de um mero grupo de consumo para uma relação que se aproxima do processo de produção agrícola, estabelecendo uma relação direta com os agricultores e agricultoras. A partir dessa virada de concepção, coloca como um desafio a popularização desse consumo para que não fique restrito à classe média, o que implica em barateamento dos custos da produção e da circulação dos produtos agrícolas. Nessa perspectiva, apoia uma experiência de educação e comunicação que acontece em Vargem Grande, junto aos estudantes, para que a produção agroecológica se volte para população de baixa renda.

³⁹⁰ Nesse sentido, organizaram um curso em 2015 para a criação de novos grupos no ERJ, do qual tive a oportunidade de participar.

Em termos de organização, a Rede Ecológica tem uma comissão que acompanha o fornecimento dos produtos frescos e outra, que acompanha o fornecimento dos produtos secos. Mais recentemente foi criada uma comissão de agroturismo, cujo objetivo é fazer visitas aos agricultores, com participação em mutirões. Também atuam na educação para o consumo.

Seus membros avaliam que as políticas de desenvolvimento rural são importantes, mas limitadas, a partir da percepção de que a vida dos agricultores do ERJ é difícil, sobretudo na cidade do RJ, onde o plano diretor não reconhece a existência de áreas rurais. A tendência que se percebe é o aumento da especulação imobiliária e a retirada das terras desse segmento. Nesse sentido, desde 2006 a Rede apoia os agricultores tradicionais que produzem dentro do Parque Estadual da Pedra Branca. O Parque foi criado em 1976, numa área em que já havia uma comunidade tradicional quilombola.

No sentido de fortalecer a agricultura familiar, a Rede Ecológica participa do CONSEA, da AARJ, da Campanha contra os Agrotóxicos e da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Mas reconhece que é uma luta que implica em muitas articulações, pois tem acompanhado os efeitos dos grandes empreendimentos no processo de desterritorialização das comunidades camponesas, a exemplo da TK-CSA e o assentamento Terra Prometida. Alguns cestantes, membros da Rede Ecológica, se envolvem diretamente na militância através da AARJ e em outras frentes de luta, como no CONSEA. Uma das estratégias de ampliação da aliança entre o campo e a cidade é que, junto com a lista de demandas mensais (produtos secos) ou semanais (produtos frescos), a Rede envia um informativo sobre a questão socioambiental, as lutas que estão em curso no ERJ e no Brasil. Também se coloca como tarefa a construção de material educativo e nesse sentido já produziu dois vídeos sobre a realidade dos agricultores fluminenses e suas lutas.

Já a Rede Carioca de Agricultura Urbana existe desde 2008 para fomentar a agricultura na cidade. No início reunia 50 pessoas, entre agricultores e entidades, sobretudo na zona oeste da cidade do RJ. A grande dificuldade é o não reconhecimento oficial da agricultura urbana. Hoje são 47 grupos na Rede, cujo foco é articulação entre a agricultura urbana e a soberania alimentar.

Destaca-se que os agricultores urbanos cariocas produzem banana, caqui, taioba, folhosas, plantas medicinais, mudas diversas, dentre outros cultivos, não apenas para a subsistência, mas para feiras, para o grupo de consumidores da

Rede Ecológica, outros grupos privados e, no setor público, para o PNAE. Dessa forma, defendem que é possível sobreviver da agricultura na cidade do Rio de Janeiro.

A Rede Carioca critica as políticas de desenvolvimento agrário voltadas para a lógica do capital e contesta os grandes empreendimentos em curso do ERJ, tendo em vista que tais políticas têm tido um efeito negativo do ponto de vista ambiental e social. Na contramão, aposta na agroecologia, na agricultura camponesa, tendo as mulheres um protagonismo central. Nesse sentido, esta rede se articula com outros movimentos sociais e organizações populares no RJ, através de intercâmbios, seminários, visitas e trocas de experiências. Ademais, atua ativamente no CONSEA, tendo o presidido na última gestão (2014-2015).

Por fim, considera que os entraves só serão superados com participação popular e, no que diz respeito à agricultura urbana carioca, articula-se também com os mandatos legislativos do PSOL para rever o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro.

4.4 A RELAÇÃO ENTRE OS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO ERJ, A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL, A DESAGRICULTURALIZAÇÃO E OS CONFLITOS NO CAMPO

Como tivemos oportunidade de matizar, o ERJ tinha uma forte tradição de luta camponesa, em defesa de posseiros e assalariados, desde os anos 50, chegando a registrar, num período precedente, o primeiro sindicato de lavradores do Brasil, em 1937, no município de Campos. Contudo, o projeto de desenvolvimentismo, que migra do nacional-desenvolvimentismo varguista para um desenvolvimentismo dependente (na acepção de Ruy Mauro Marini), reservou para o Estado fluminense, na divisão territorial da exploração do trabalho, a ênfase na industrialização/urbanização, acompanhada da proliferação do setor de serviços.

Sobretudo a partir dos anos 70, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, a indústria fluminense também passa a ser dinamizada por esta produção. Registra-se, ainda, que desde 1961 já existia a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), sendo hoje responsável por 80% da produção nacional de lubrificantes, bem como pelo maior processamento de gás natural do país (PETROBRAS, s/d). Após um período de recessão econômica nos anos 80, a partir de meados dos anos 90, já num cenário em que o Estado brasileiro se orienta pela adoção de medidas

neoliberais, que se traduziram em redução de gastos públicos e privatização de empresas estatais, a reindustrialização passa a ser pauta política dos governos fluminenses e a indústria do petróleo é redinamizada pela quebra do monopólio da exploração, ocorrida em 1997, no governo de FHC (Lei 9.478).

Já no início do século XXI, passa a haver uma parceria entre os governos Federal, sob a condução do PT na Presidência da República (desde 2003), e o Estadual, comandado pelo PMDB (desde 2004). Trata-se de um pacto fisiológico, orientado por um neodesenvolvimentismo que se caracteriza pela manutenção dos lucros das frações da burguesia, combinada com políticas assistenciais com foco no combate à pobreza, à miséria e à fome, a exemplo do Programa Bolsa Família (Governo Federal), que tem forte impacto nas áreas rurais do país e na realidade fluminense,³⁹¹ e do Programa Renda Melhor (Governo Estadual).³⁹²

Nesse sentido, tivemos oportunidade de apresentar os planos estratégicos do governo do Estado do Rio de Janeiro de 2007 a 2031, focados na atração de capitais para o desenvolvimento industrial, para os grandes empreendimentos e exploração turístico-ambiental. Ademais, apresentamos a política estadual de assistência técnica rural, dirigida e implementada pela EMATER-Rio, que ignora as contradições existentes nesses projetos de desenvolvimento, seus efeitos sobre a realidade socioambiental do Estado, com destaque para os territórios rurais, tendo em vista que é o lócus de ação do órgão. Ao contrário, o órgão não reconhece a insuficiência do seu quadro técnico, seu sucateamento, e reafirma a condução de políticas que se orientam pelo “desenvolvimento rural sustentável”, as quais ignoram a questão fundiária no Estado e alimentam a cadeia do agronegócio, ainda que o órgão recupere retoricamente no seu discurso, apresentado em seus relatórios, o estímulo à produção orgânica e a práticas e ações agroecológicas.

³⁹¹ Os municípios fluminenses de Araruama, Cachoeiras de Macacu, Maricá e Silva Jardim estão sendo considerados em situação de emergência e acessarão antecipadamente o Programa Bolsa Família (cf. BRASIL, 2016).

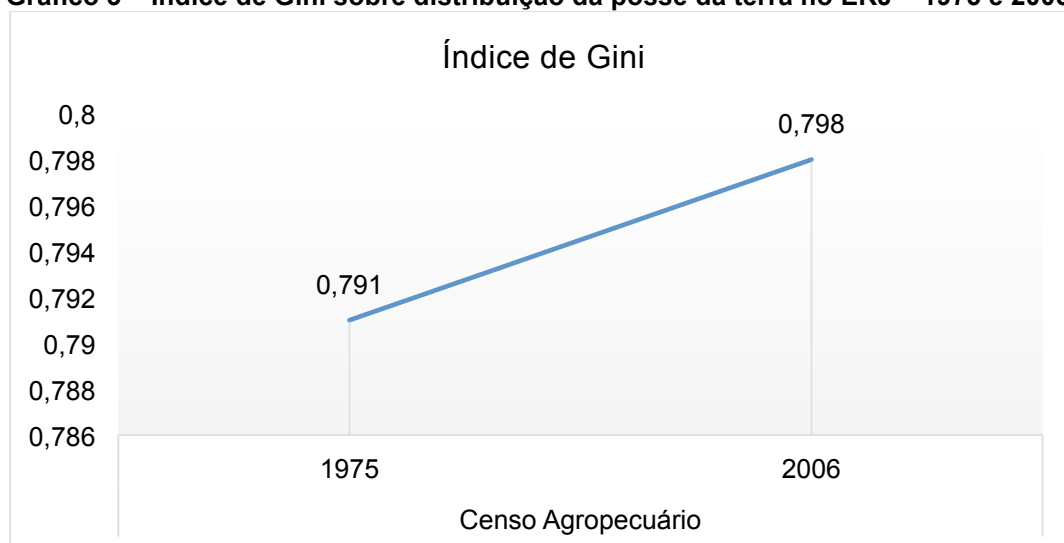
³⁹² Diante da crise fiscal do ERJ, o pagamento do benefício foi suspenso em maio de 2016 (R7 NOTÍCIAS, 2016). Não é nosso objetivo tratar, nesta tese, do Bolsa Família, contudo indicamos que mereceria um estudo aprofundado sobre a relação entre desterritorialização no campo fluminense e o acesso ao programa. Para melhor aprofundamento sobre o acesso da população fluminense ao programa, indicamos a página eletrônica que contém a relação entre o número de famílias atendidas no ERJ e o correspondente volume de recursos repassados ao Estado: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>> (Acesso em: 03 jun. 2016). Destaca-se que é possível acompanhar a relação por município e por ano, desde 2005. No âmbito do Estado, sem entrar na singularidade de cada município, houve um crescimento expressivo no número de famílias beneficiadas e de recursos repassados pelo PBF: de 196.330 famílias beneficiadas e do valor de R\$ 81.974.775,00 em 2004, houve um salto para 849.412 famílias com o valor total repassado de R\$ 1.577.744.916,00 em 2015.

Com efeito, compete-nos, enquanto universidade pública, além do compromisso com o ensino e a extensão, a contribuição na produção de conhecimento para dar visibilidade às contradições presentes na sociabilidade burguesa, visando a sua superação. Nesta tese, visamos trazer à tona as contradições nos projetos de desenvolvimento em curso no ERJ, escapando das amarras do mercado, e nos somando à construção de conhecimentos protagonizada pelos próprios movimentos sociais, construção esta forjada na sua própria luta, que os faz sair da mera imediatividade para buscar compreender os fundamentos do processo social como um instrumento a serviço da transformação da realidade.

Nesse sentido, é preciso compreender os projetos de desenvolvimento do ERJ em relação à estrutura agrária, à produção agropecuária, aos conflitos no campo, às demandas dos movimentos camponeses e organizações populares. No que diz respeito à estrutura agrária, o Estado do Rio de Janeiro acompanha a tendência nacional de manutenção da concentração de terras. No cenário nacional, o índice de Gini³⁹³ sobre a desigualdade fundiária nos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006 manteve-se em torno de 0,856, o que revela que as políticas de desenvolvimento rural (assentamentos rurais, políticas de crédito) não foram suficientes para alterar a estrutura agrária no período, mesmo com a aprovação do II PNRA apresentado na Conferência da Terra em 2003.

Para melhor caracterizar os estabelecimentos rurais e a renda agrícola, o IBGE vem utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) desde 1992, tendo em vista que o Censo Agropecuário considera a posse independentemente de fazer dela um uso produtivo, o que inclui sítios, chácaras para lazer, etc., e a PNAD considera a posse com o objetivo de obtenção de renda, seja para o empregador, seja para o “conta própria” na atividade agropecuária. Ambas as pesquisas indicam que tem havido redução do número de estabelecimentos dos não proprietários, isto é, arrendatários, parceiros, posseiros, dentre outras modalidades. Na particularidade do ERJ houve uma estabilidade do índice de Gini sobre a distribuição da posse da terra, considerando os dados dos Censos de 1975 e 2006, cujos índices passaram de 0,791 para 0,798, conforme o gráfico abaixo:

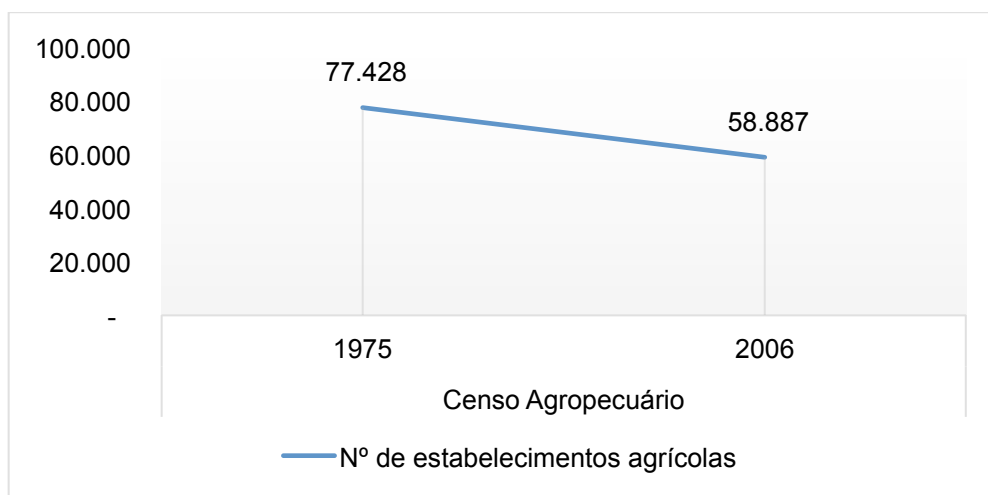
³⁹³ Medida estatística criada para medir desigualdades que varia de 0 a 1.

Gráfico 3 – Índice de Gini sobre distribuição da posse da terra no ERJ – 1975 e 2006

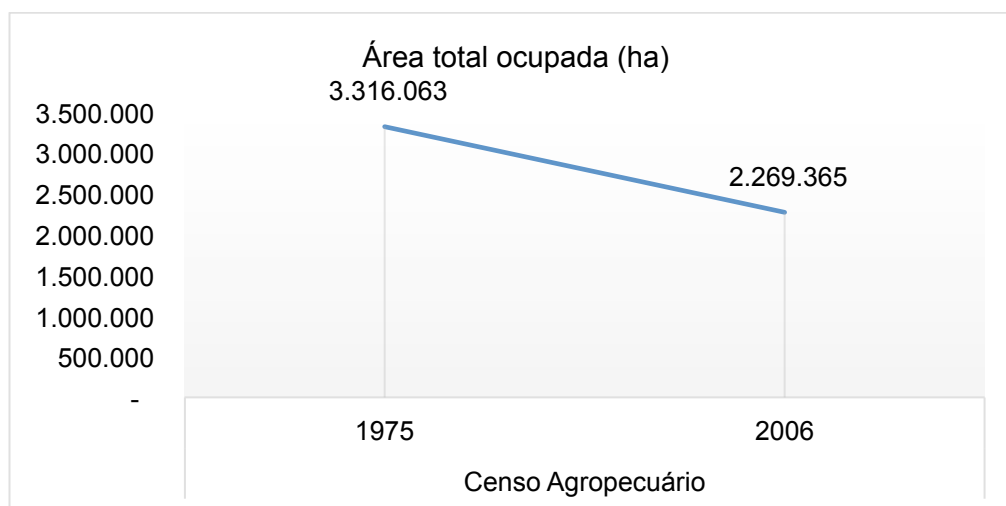
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975 e 2006.

Contrariando a tendência da região sudeste,³⁹⁴ houve uma redução no número de estabelecimentos e de suas respectivas áreas, indicando um processo de desterritorialização e desagriculturalização. Segundo dados dos Censos Agropecuários do IBGE, em 1970, havia 77.428 estabelecimentos agrícolas, sofrendo uma queda para 58.887 em 2006, bem como houve redução da área total ocupada de 3.316.063 ha para 2.269.365 no mesmo período, conforme os gráficos abaixo:

³⁹⁴ A região sudeste guarda uma particularidade quando comparada ao cenário nacional: enquanto em todas as grandes regiões brasileiras houve uma redução do número de pequenos estabelecimentos entre os censos de 1985 e 2006, no sudeste esta tendência não foi observada. Ao contrário, houve um acréscimo dos estabelecimentos com menos de 10 ha, o que levou os autores Hoffmann e Ney (2010) a levantarem a hipótese de que nas regiões mais urbanizadas se apresenta o fenômeno da compra de sítios e chácaras pela população urbana para espaço de lazer e de cultivo agrícola para o autoconsumo.

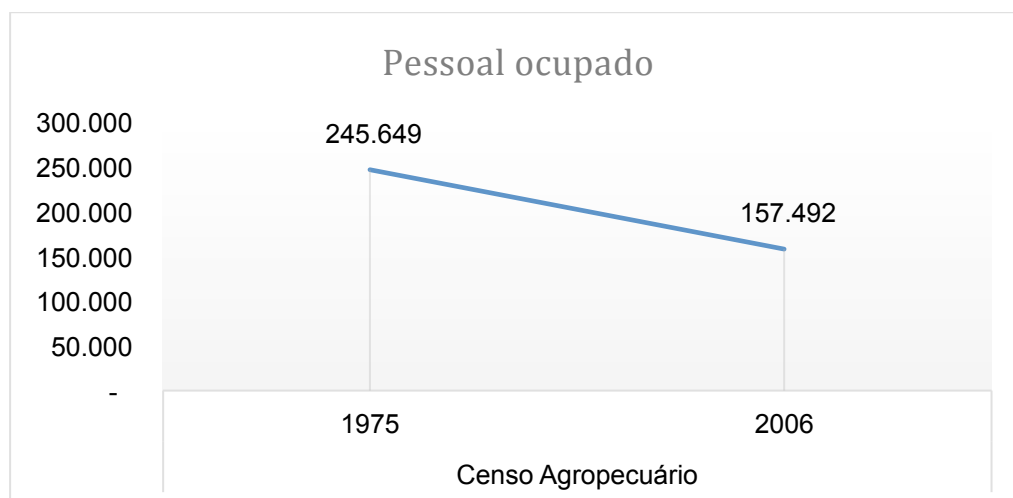
Gráfico 4 – Nº de estabelecimentos agrícolas no ERJ – 1975 e 2006

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975 e 2006.

Gráfico 5 – Área total ocupada (em ha) por estabelecimentos agrícolas no ERJ em 1975 e 2006

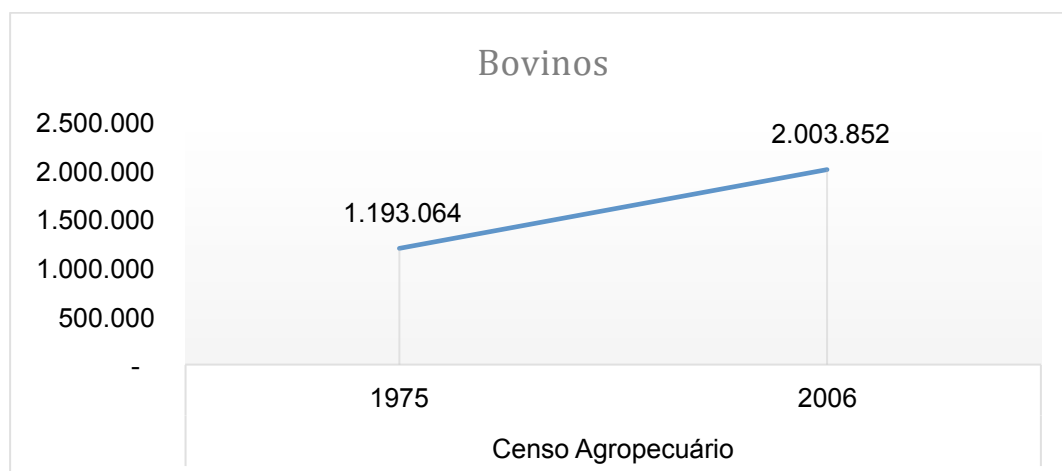
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1975 e 2006.

Sobre a utilização das terras, houve redução da área de lavoura, de pastagem, de matas e florestas e de pessoal ocupado – neste caso, de 245.649 em 1970 para 157.492 em 2006, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 6 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas no ERJ – 1975 e 2006

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1975 e 2006.

Por outro lado, houve aumento do uso de tratores nas áreas. Ademais, houve aumento do efetivo de animais, à exceção dos suínos, com destaque dos bovinos, que subiu de 1.193.064 em 1970 para 2.003.852 em 2006, conforme o gráfico abaixo. Ainda, houve aumento da produção de leite de vaca e de cabra, mas redução na produção de ovos de galinha.

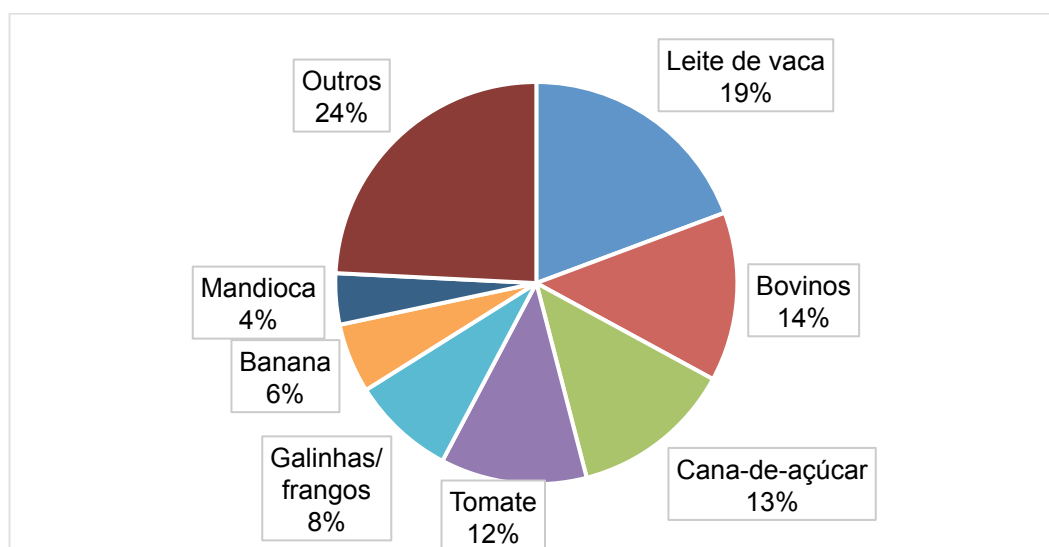
Gráfico 7 – Nº de bovinos no ERJ – 1975 e 2006

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1975 e 2006.

De acordo com informações da EMBRAPA, dos 52 produtos considerados no valor da produção agropecuária, no ERJ se destacam apenas sete produtos entre os anos de 2006 e 2008, que respondem por ao menos 75% do valor da produção agropecuária fluminense, estando apresentados por ordem decrescente de valor

gerado (R\$1.000,00): leite de vaca (247.612), bovinos (174.636), cana-de-açúcar (167.295), tomates (150.896), galinhas/frangos (107.009), banana (71.717) e mandioca (52.778), totalizando R\$ 1.282.418,00, com o percentual apresentado no gráfico abaixo. Dessa forma, se nota uma baixa produção, sobretudo de produtos considerados essenciais na cesta básica do trabalhador, conforme já indicava a análise apresentada pela ABG – Rio, no documento Os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos sobre o espaço agrário fluminense (2012).

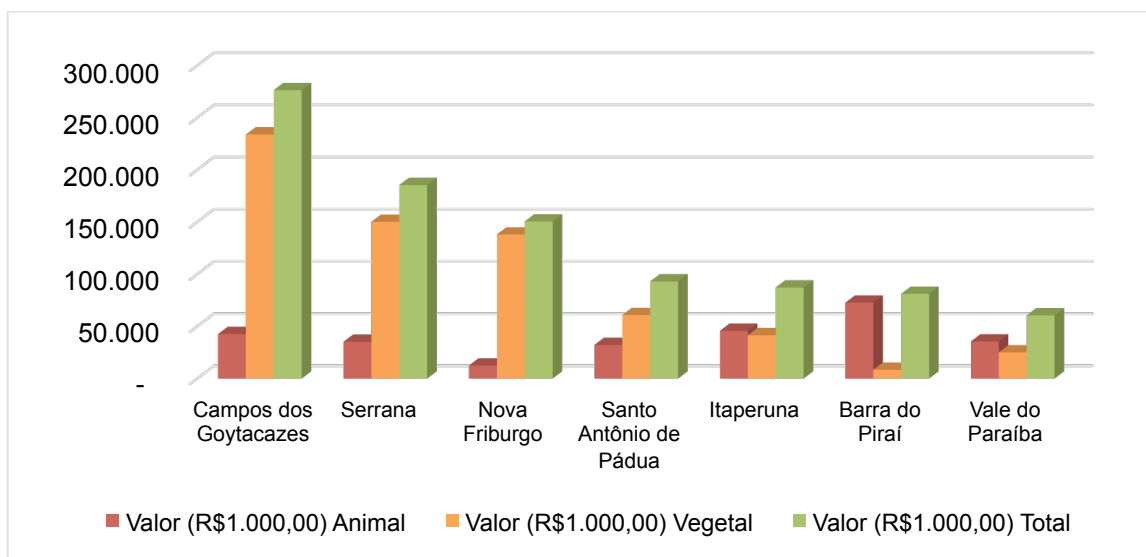
Gráfico 8 – Média percentual dos produtos agrícolas por valor da produção agropecuária fluminense entre 2006/2008



Fonte: Embrapa, 2016.

Já as microrregiões que se destacam nessa produção são em ordem decrescente de valor (R\$1.000,00): Campos dos Goytacazes (276.491), sendo 42.608 (valor animal) e 233.883 (valor vegetal); Serrana (185.444), sendo 35.204 (animal) e 150.240 (vegetal); Nova Friburgo (150.584), sendo 12.517 (animal) e 138.067 (vegetal); Santo Antônio de Pádua (93.149), sendo 32.243 (animal) e 60.906 (vegetal); Itaperuna (87.294), sendo 45.791 (animal) e 41.503 (vegetal); Barra do Piraí (81.193), sendo 72.764 (animal) e 8.429 (vegetal); e Vale do Paraíba (60.619), sendo 35.579 (animal) e 25.040 (vegetal). Grosso modo, nas microrregiões de Campos, Serrana, Nova Friburgo e Santo Antônio de Pádua, há maior produção vegetal, enquanto que em Itaperuna, Barra do Piraí e Vale do Paraíba, maior produção animal (cf. EMBRAPA, 2016), conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Valor médio da produção agropecuária fluminense por microrregião entre 2006/2008



Fonte: Embrapa, 2016.

Os projetos de desenvolvimento em curso tendem a reforçar o processo de desterritorialização e desagriculturalização do ERJ, tornando os índices acima ainda menores, ignorando o peso da produção agropecuária no PIB estadual. Contudo, não podemos desprezar alguns elementos novos, nesse ingresso no século XXI, da realidade fluminense, os quais podem servir de fato político para adensar a luta de classes: a volatilidade das commodities minerais e do petróleo no cenário internacional, a crise política no cenário nacional, as investigações sobre corrupção na Petrobras, a crise fiscal no governo do Estado do RJ e a nova configuração da luta camponesa no Estado, que se caracteriza pela aliança com movimentos urbanos.

Para entender as contradições dos projetos de desenvolvimento em curso e seus efeitos sobre a realidade socioambiental no espaço agrário fluminense, evidentemente, não é possível restringir a análise aos documentos oficiais. Dessa forma, recorreremos aos documentos produzidos pela AGB-Rio, pela Plataforma DHESCA e pelo conjunto de movimentos sociais camponeses em parceria com universidades e associações profissionais.

As falas das coordenações estaduais dos movimentos camponeses, da FETAG-RJ e das organizações populares foram unânimes em destacar os danosos

efeitos socioambientais para o espaço agrário fluminense, a partir do Complexo Industrial Porto do Açú (CIPA), um emblema estadual contemporâneo da aliança perniciosa entre Capital e Estado, em nome do desenvolvimento, baseado na cadeia produtiva mineral. A AGB-Rio produziu estudos e relatórios sobre tais efeitos, contando com a parceria das comunidades e movimentos sociais diretamente atingidos pelo megaempreendimento.

O documento Impactos socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú (AGB-Rio, 2012) se propôs a analisar tais impactos identificando as violações de direitos fundiários, ambientais e socioeconômicos para as populações atingidas pelo complexo, a partir das fragilidades e inconsistências presentes nos documentos oficiais de licenciamento do empreendimento em questão. Para tanto, tomou como base os EIA-RIMA, as informações fornecidas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e o parecer técnico do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE Ambiental) do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPE-RJ), bem como informações colhidas junto à Associação dos Proprietários de Imóveis de São João da Barra (ASPRIM) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O documento é de extrema importância, pois dá a devida dimensão para a sociedade brasileira da magnitude do Complexo Industrial Porto do Açú (CIPA), que extrapola o território fluminense, com a criação do mineroduto que liga a cidade de Conceição do Mato Dentro (MG) a São João da Barra (RJ), envolvendo ao todo 32 municípios.³⁹⁵ Destaca-se que os mais atingidos no ERJ serão os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, em função das operações industriais e portuárias. Ademais, o CIPA revela de forma inquestionável a supremacia dos interesses privados corporativos nacionais e internacionais, com forte protagonismo

³⁹⁵ Outro documento essencial para compreender os impactos socioambientais da exploração mineral é: ABG (org.). **O Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais**: olhares desde a perspectiva dos atingidos. Relatório Preliminar. Minas Gerais – Rio De Janeiro, dez. 2013. Destaca-se que o documento foi produzido no âmbito de intercâmbio das comunidades em resistência ao Projeto Minas-Rio. O documento considera que: “O Projeto Minas-Rio pode ser considerada o maior empreendimento mineiro-portuário do mundo, incluindo a construção do maior mineroduto já visto em toda a história do setor mineral, com 525 km de extensão, integrados a unidades de concentração e tratamento de minério de ferro em MG e condomínio industrial misto com infraestrutura logística e portuária no RJ. Representa a Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil com capacidade inicial de produção de 26,5 milhões de toneladas anuais de minério de ferro concentrado para abastecer o mercado externo, integrado ao terminal portuário misto do Porto do Açú, em São João da Barra, Rio de Janeiro” (p. 15).

do Estado na condução dos projetos de desenvolvimento,³⁹⁶ em detrimento dos interesses coletivos, dos direitos das populações e sua segurança alimentar, da legislação ambiental. Dessa forma, o texto afirma que, ao contrário do argumento do desenvolvimento econômico e social: “o que está em andamento, porém é o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento intensivo em capital e energia que gera poucos empregos e promove forte degradação ambiental” (AGB-Rio, 2012, p. 28).

O CIPA é um projeto do grupo EBX, tido como a “maior obra industrial portuária das Américas” (ABG-Rio, 2012, p. 28), estando incluído como obra do PAC, com previsão de investimento da ordem de U\$ 40 bilhões, de capital nacional e estrangeiro, público e privado. O complexo prevê, além do terminal portuário privativo, estrutura offshore para atracação de minério de ferro, granéis sólidos e líquidos, cargas em geral e produtos siderúrgicos, um condomínio industrial e o mineroduto acima citado, de mais de 500 km de extensão, que transportará minério produzido pela MMX/Anglo Ferrous Mineração.

Para um aprofundamento acerca das contradições presentes no processo de licenciamento, indicamos uma leitura atenta do documento, tendo em vista que o pormenoriza. Não obstante, destacamos do documento que a principal estratégia é de desmembrar os EIA-RIMAs, desconsiderando que se trata de um complexo que extrapola os limites de um único Estado e que tem peso estratégico nacional. Foram inúmeras as irregularidades constatadas nos diferentes EIA-RIMAs, que violam a própria legislação ambiental brasileira, além de ignorarem os impactos sobre o modo de vida das populações camponesas na região.

Entretanto, as instâncias estatais, numa aliança entre o executivo e o legislativo, empenharam-se de tal forma no andamento do CIPA que as contestações feitas pelos próprios ministérios públicos Estadual e Federal não foram

³⁹⁶ Segundo o documento O Projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos (2013), no ERJ o processo teve início em 1999, quando o então governador Anthony Garotinho publicou o Decreto Estadual nº 25.455, que desapropriou por utilidade pública imóveis rurais de SJB, lançando o projeto de construção de um terminal portuário no município em questão. O projeto ficou engavetado por alguns anos até que em Minas Gerais deu-se andamento à exploração mineral pelo grupo MMX/Anglo American, entre 2005 e 2006, e no ERJ, o governo de Rosinha Garotinho ofereceu o Projeto do Açú ao grupo de Eike Batista, em 2006, constituindo a “pedra fundamental” da materialidade do empreendimento. Assim, as obras começaram em 2007. Em 2008, as comunidades atingidas começaram seu processo de organização, criando em 2010 a Associação de Proprietários de Imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia (ASPRIM), com o envolvimento de 1.500 camponeses, dentre agricultores e pescadores artesanais, em função da desapropriação de 7.200 ha.

suficientes para que, ao menos, houvesse uma maior participação social na compreensão e decisão sobre a instalação do referido complexo. Nessa direção, o documento revela:

O pacto de interesses tomou tamanha proporção que nem a atuação do MPF intimidou o governo estadual no Rio de Janeiro, que continuou emitindo as licenças necessárias à viabilização das obras. Em janeiro de 2009, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto – sem a devida consulta pública – declarando “áreas de interesse públicos” imóveis e benfeitorias situadas nas faixas de terra necessárias à construção e passagem do Mineroduto Minas-Rio. A primeira audiência pública para discutir o projeto em São João da Barra foi realizada apenas em agosto de 2009, quando o projeto já estava em vias de licenciamento, sendo apresentado como dado, sem se possibilitar que a população se posicionasse diante da proposta. Os benefícios foram destacados, enquanto os riscos foram minimizados. A própria prefeita do município de SJB defendeu o projeto na audiência, extrapolando suas responsabilidades e demonstrando o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, em que os interesses privados são defendidos por agentes do Estado que utilizam o tráfico de influência para beneficiar certas famílias e grupos políticos (AGB-Rio, 2012, p. 47).

Dessa forma, o próprio processo de licenciamento revela uma série de fragilidades, como a desconsideração de que o território em questão guarda a área de restinga mais extensa do país fora de unidades de conservação (sendo assim considerada área de preservação permanente pela própria legislação brasileira), além do aviltamento aos direitos das populações da região. Ademais:

Caracteriza-se [o processo de licenciamento], assim, pela fragilidade na avaliação dos impactos em seu conjunto; invisibilidade social de grupos afetados; licenciamento por trecho construído; omissão da relação entre as etapas e obras previstas, de cada empreendimento em separado com o conjunto de obras ao qual se filia, permitindo a conclusão de sua independência; impossibilidade do direito ao não, conforme Convenção 169 da OIT³⁹⁷ do qual o Brasil é signatário; separação indevida entre o meio ambiente de suas dimensões sociais, espaciais e históricas, perdas incalculáveis para a biodiversidade costeira e marinha; além da sustentação indevida e privilegiada do aspecto econômico, fundado na relação custo/benefício do empreendimento em detrimento das dimensões sociais e ambientais (AGB-Rio, 2012, p. 42).

E complementa:

É injustificável viabilizar um complexo industrial de tamanha envergadura, sobre a mais extensa área de restinga remanescente do litoral brasileiro e sob condições socioeconômicas particularmente diferenciadas. A emissão de licenças ambientais pelo INEA, portanto está na contramão das recomendações e exigências legais e da correta publicização de informações a fim de capilarizar o controle social do empreendimento. As fragilidades ora em tela se encerram (1) por não enfatizar as vulnerabilidades e particularidades do ambiente afetado, (2) pela completa

³⁹⁷ Tal convenção foi aprovada em 1989 e trata dos direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais.

descharacterização do licenciamento ambiental como instrumento de avaliação de impactos e controle social sobre o meio ambiente e não apenas como um processo a ser superado e (3) por nitidamente deslocar o papel do órgão ambiental do desafio em conservar, proteger e recuperar o meio ambiente no estado do Rio de Janeiro, passando a exercer uma função estratégica de viabilização da agenda de desenvolvimento dos grandes projetos no estado (AGB-Rio, 2012, p. 46).

Há ainda outros elementos que merecem destaque que dizem respeito à extração de recursos naturais de forma predatória e seus efeitos socioambientais: a utilização de um enorme volume de água pelo empreendimento e as propostas mitigatórias que incluem a criação de unidades de conservação com expulsão de populações tradicionais. Com relação à utilização de recursos hídricos, no próprio RIMA não consta consulta ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, considerando que a demanda do Distrito Industrial de SJB corresponderá a aproximadamente 89% da demanda industrial já existente na bacia no trecho fluminense. Ou seja, consumirá o equivalente a 1.082 unidades industriais, considerando o consumo das 1.206 empresas industriais em 2005 na bacia hidrográfica em questão. Ademais, há um processo de salinização das águas do rio que atinge frontalmente a vida das populações camponesas.³⁹⁸ Como medida compensatória para os diversos impactos ambientais, sem qualquer consulta às famílias afetadas, o empreendimento propôs a criação de três unidades de conservação ambiental, que juntas somam 17.000 ha e deverão impactar 33 comunidades rurais e pequenos núcleos urbanos. Ao fim e ao cabo, o relatório destaca que:

A criação destas unidades trará novas regras para o uso do solo na região, critérios mais restritivos de acesso aos recursos naturais, aumento da vigilância e fiscalização ambiental, coibição de práticas tradicionais, como a pesca e a agricultura familiar entre outras (AGB-Rio, 2012, p. 49).

Com efeito, a contradição se eleva, pois tanto os empreendimentos industriais quanto as medidas mitigatórias impactam diretamente assentamentos rurais da região, ou seja, as próprias políticas públicas de reforma agrária, revelando o trato público dado à questão agrária no território fluminense, o que só é alterado através da luta política.³⁹⁹ Nesse sentido, um condomínio de classe média que seria atingido

³⁹⁸ Em 2013, a AGB-Rio publicou um relatório do Laboratório de Ciências Ambientais da UENF intitulado Salinização das águas e do solo do Açu: crime ambiental e expulsão da terra.

³⁹⁹ O conjunto de movimentos e organizações pesquisados indicaram a morosidade e a invisibilidade da questão fundiária no ERJ como um elemento estrutural da “questão social” no território fluminense. No próprio sítio eletrônico do INCRA obtemos informações sobre o número total de assentamentos

por uma obra na rodovia, o Alphaville, conseguiu a revisão do projeto e por meio da luta política, o assentamento Zumbi dos Palmares também conseguiu impedir que o contorno da BR-101 passasse pelo assentamento.

Por fim, ainda que não seja possível antecipar todos os efeitos em longo prazo de um empreendimento de tamanha dimensão, em curto prazo, já foi possível registrar não só a falta de participação da população no controle social de tal projeto, como o próprio processo de violência com o qual a população de São João da Barra tem convivido, a partir das desapropriações e ordens de despejo numa clara aliança entre o Capital e o Estado, por meio da Justiça e do seu braço coercitivo. Nessa direção, o documento ressalta:

A questão da desapropriação das inúmeras famílias, por exemplo, e as garantias previstas no “reassentamento” dos atingidos foram pautas ocultas e pouco esclarecedoras nas audiências públicas promovidas pelo INEA e CODIN. Segundo a ASPRIM a discussão sobre os preços praticados nas indenizações e a nova condição de vida e trabalho já foram apresentadas às famílias como dadas, inclusive o novo “arranjo habitacional” do tipo “condomínio rural” previsto na fazenda Palacete e o preço a ser pago pelo metro quadrado na desapropriação, menos de R\$2,00. Trata-se, neste caso de uma política de reassentamento compulsória, muito comum nas ações de “compensação” de grandes projetos de desenvolvimento, onde acredita-se que a troca de “terra por terra” atende aos critérios de sustentabilidade dos empreendimentos, se eximindo de considerar os efeitos destes deslocamentos nos modos de vida das populações e em suas relações afetivas, simbólicas, culturais (AGB – Rio, 2012, p. 55).

Além das pérfidas indenizações, das ações fraudulentas por parte da CODIN, sem o devido acompanhamento jurídico, a ASPRIM relata o assédio moral e físico, com intimidações por agentes de segurança privada, contratados pela LLX e pela própria polícia militar, com denúncias de destruição de lavouras. Todo esse processo de violação de direitos desconsidera a própria contribuição econômica dessas famílias para a produção agrícola estadual, pois apesar da acentuada redução da população rural que, segundo os censos agropecuários do IBGE, no caso de SJB, caiu de 45.894 em 1970 para 7.054 em 2010, no município há 1.627 trabalhadores ocupados em estabelecimentos agropecuários, com 6.450 ha de pastagens naturais e 3.060 de pastagens plantadas. Ademais:

(81), de famílias assentadas (5.976) e do tamanho da área (182.027,42 ha), o que representa a ausência de prioridade para a política agrária no Estado (cf. INCRA. **Dados do Incra Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/rj>>. Acesso em: 21 abr. 2016). Ademais, quando Maria Lucia Pontes assumiu a superintendência, nesse contexto desfavorável à reforma agrária no ERJ, tentando trazer avanços nessa área, foi logo exonerada do cargo, ocupando-o por apenas cinco meses, de janeiro a junho de 2016.

As lavouras temporárias somam 2.250 ha e as lavouras permanentes apenas 329 ha. A maioria dos produtores são proprietários, 682, mas há ainda 9 arrendatários, 3 parceiros e 13 ocupantes. *SJB é o 2º maior produtor de abacaxi do estado do Rio* com 200 ha plantados e uma produção anual de 4.600.000 frutos, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE de 2009. A importância de São João da Barra para a produção agrícola estadual era muito maior antes da emancipação de São Francisco de Itabapoana, que ficou com a maior parte da área agrícola do antigo município de São João da Barra e hoje destaca-se na produção de cana, abacaxi, mandioca entre outros produtos (AGB-Rio, 2012, p. 32, grifo nosso).

Já o município de Campos dos Goytacazes revela igualmente um decréscimo da população rural, de 142.724 em 1970 para 45.006 em 2010. O Censo Agropecuário de 2006 indica que são 28.355 pessoas ocupadas em estabelecimentos agrícolas. Ademais:

Campos destaca-se ainda como 3º maior produtor de mandioca, 4º de abacaxi e 6º de milho no estado. Possui também os maiores rebanhos de bovinos e ovinos, o 2º maior de suínos e o 7º de caprinos. É ainda onde mais se extrai lenha e madeira no estado do Rio de Janeiro. *Campos é o município do estado do Rio com maior número de assentamentos rurais (11), famílias assentadas (1.182) e área destinada à reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro (17.740,43 ha).* Destes 11 assentamentos, 2 seriam diretamente atingidos pelo complexo logístico do Açú, o Zumbi dos Palmares, o maior assentamento do estado com 507 famílias e 8.005,29 ha e o Oziel Alves, com 35 famílias e 410, 73 ha (AGB-Rio, 2012, p. 32, grifo nosso).

Nesse contexto de transformações econômicas, socioespaciais e sociopolíticas, é preciso ter claro quais efeitos sociais o modelo vigente impõe para o território fluminense. No caso da região Norte, ao mesmo tempo em que há o processo de desterritorialização da população camponesa, há previsão de um aumento populacional bastante significativo para os próximos anos em função do complexo industrial. Nos termos de Cruz (2013, p. 62):

As previsões para o município de Campos e São João da Barra – assumidas pela EBX, holding de várias empresas envolvidas no Complexo do Açú, citando o IBGE como fonte das projeções, e que constitui a referência com que as prefeituras e as empresas trabalham, constando no Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA-RIMA) – é de que nos próximos 15 anos a população conjunta de Campos e São João da Barra passará das atuais quinhentas mil pessoas para um milhão, sendo 750.000 em Campos e o restante em SJB, que crescerá mais, proporcionalmente [grifo nosso].

Destaca-se que os investimentos são concentrados em determinadas áreas, com prioridade para o capital fixo. Ou seja, não haverá emprego suficiente para a demanda que se apresentará, impactando a estrutura urbana da região em sua necessidade por mais serviços públicos e privados, num cenário em que o Estado se

desresponsabiliza pelo trato público da “questão social”. Destarte, a tendência que se coloca é nossa velha conhecida: o aumento da desigualdade social e da violência que, se por um lado, expressa a barbarização da vida social, por outro, contém os germens da transformação social.

Com efeito, a contraface dos grandes investimentos, a exemplo do CIPA, altera de forma significativa o território em suas múltiplas dimensões. Nessa linha argumentativa, Cruz (2013, p. 67) sustenta que o impacto exponencial no crescimento urbano já é evidente, pois:

[...] já se faz sentir pelo deslocamento “involuntário” de população de áreas econômicas produtivas; pela desestruturação de atividades tradicionais, como a pesca; pelo prejuízo em toda a cadeia produtiva, com a salinização da água do lençol freático, utilizada, entre outras finalidades, na produção agrícola; com a demanda de água do Paraíba, que afetará a capacidade de atendimento da demanda urbana regional; com a incrustação no território do Corredor Logístico – murado, com cerca de 400m de largura, compreendendo, mineroduto, ferrovia e rodovia – atravessando terras produtivas e áreas de assentamentos de reforma agrária, entre outros aspectos, que estão a motivar a apresentação de proposta de diminuição do porte do projeto, por parte da sociedade e dos movimentos sociais, articulados de forma multiescalar.

Sobre o aumento das sequelas da “questão social”, o autor complementa:

O poder de concentração e polarização tende a produzir, localmente, um excedente relativo de população e de força de trabalho, formado por migrantes e residentes antigos não incorporados ao mercado de trabalho e à cidade, bem como um rápido e acentuado adensamento urbano sem a devida contrapartida da infraestrutura e dos serviços, o que pode resultar na desordem urbana, na expansão da favelização, da pobreza e da miséria, do desemprego e do subemprego, da exclusão social e, no limite, da violência e da penetração do crime organizado. Tende a ocorrer aumento da segregação e fragmentação sociais e territoriais, agravando periferias já existentes e produzindo novas, no entorno dos municípios e microrregiões contempladas (CRUZ, 2013, p. 68).⁴⁰⁰

Com as informações supracitadas, tornam-se evidentes os efeitos socioambientais na região, o que justifica as lutas sociais camponesas no norte fluminense e sua aliança com as comunidades do Estado de MG nesse processo. Em verdade, trata-se de uma luta pertinente ao conjunto da sociedade brasileira que desconhece a fundo o projeto CIPA em curso e que, além dos impactos diretos sobre a população local, ainda viola os direitos dos trabalhadores terceirizados do próprio empreendimento, os quais chegaram a fazer uma greve em 2013. Destarte,

⁴⁰⁰ A título de exemplo a situação de Macaé e entorno é emblemática, pois com as demissões em massa no setor petrolífero, dada a volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, somado à crise política nacional, tem havido aumento da violência.

o processo de desterritorialização violenta e a desagriculturalização nos faz reforçar os questionamentos suscitados no documento:

É preciso que se diga à custa de que se promove esse desenvolvimento. Aonde vão se instalar os novos moradores destas cidades que preveem um crescimento de 5 a 10 vezes a população atual? E ainda, de onde se espera que venham os alimentos para as populações urbanas, já que a ofensiva contra a pequena agricultura e os sem-terra continua? Do agronegócio? Dificilmente, uma vez que este se concentra tradicionalmente e cada vez mais nas culturas voltadas para a exportação e agora também para os agrocombustíveis (AGB-Rio, 2012, p. 62).

Assim como o CIPA, um relatório produzido em 2013 pela plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), intitulado Relatoria do Direito Humano ao Meio ambiente, afirma que o licenciamento ambiental do COMPERJ adota a mesma estratégia da fragmentação vivenciada no CIPA, com o objetivo de burocratizar e facilitar o avanço do empreendimento, sem participação popular no seu controle social (cf. FAUSTINO; FURTADO, 2013). Além da situação já apresentada pelo MAB, no que diz respeito à construção da barragem de Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu, que foi uma condicionalidade estabelecida para a instalação do COMPERJ (cf. MAB, 2015), o relatório da DHESCA denuncia, por sua vez, os impactos socioambientais na Baía de Guanabara, afetando diversos municípios fluminenses, seus trabalhadores e moradores.

Este relatório se baseou nas denúncias feitas por organizações que representam os atingidos diretamente pelo empreendimento como a Associação de Homens e Mulheres do MAR (Ahomar), Justiça Global e Rede Brasileira de Justiça Ambiental, além outras organizações sociais, autoridades, órgãos públicos, tendo ainda realizado pesquisa em fontes secundárias. A partir desse material, destaca que o COMPERJ impacta 31 unidades de conservação que compõem o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MMACF), criado em 2006, pela Portaria nº 350 do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006), abrangendo 14 municípios fluminenses. Nesse mosaico, o ecossistema dos manguezais tem uma importância central para a qualidade ambiental, para a pesca artesanal e para a proteção da zona costeira.

A instalação do Complexo vem desrespeitando a própria legislação vigente. No que diz respeito ao licenciamento, a Lei Estadual 3.111/1998 indica que os impactos devem ser avaliados em seu conjunto, instituindo a realização de uma

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Contudo, o INEA vem fragmentando o licenciamento. O relatório destaca ainda que o IBAMA e o ICMBio deveriam ser os órgãos responsáveis pelo licenciamento, tendo em vista a função estratégica nacional do empreendimento, que integra o PAC e que gera efeitos sobre as águas (que têm regulação federal). Agrega-se que os órgãos estaduais estão mais suscetíveis às pressões corporativas. Segundo o relatório, o INEA tem de fato se portado de maneira favorável às pressões empresariais e banalizado a complexidade do empreendimento:

[...] banalizar ou mesmo institucionalizar a fragmentação do licenciamento, ao invés de aparecer como preocupação técnica para a segurança social e ambiental, surge como solução burocrática para se legitimar interesses econômicos e políticos do Estado e das empresas em nome de um suposto, e bastante contraditório, bem comum, condicionado ao sacrifício de populações, culturas, ecossistemas e biodiversidades. Retrocesso ou desvio lamentável em relação aos esforços das sociedades em enfrentar os dilemas ambientais atuais (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 6).

As populações que vivem da pesca artesanal, já em situação histórica de vulnerabilidade, têm sido fortemente impactadas pelo empreendimento, havendo registros de quatro assassinatos de lideranças pesqueiras e outras sendo ameaçadas de morte, estando incluídas no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH). Ou seja, em função da própria atuação do Estado na condução do licenciamento do empreendimento em destaque, elevam-se as expressões da questão socioambiental, que se tornam objeto de intervenção do próprio Estado. Nesse sentido, o relatório indica:

Violam-se assim, além de outros, a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que reconhecem e fortalecem os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 6).

Na defesa dos interesses coletivos, o relatório faz uma série de recomendações às instâncias estatais, dentre as quais destacamos: criação de mecanismos que garantam que as decisões sobre energia não privilegiem apenas os interesses dos setores industriais e empresariais; diálogo com a sociedade civil para que se estabeleçam áreas livres de atividades petroleiras na Baía de Guanabara, garantindo a segurança territorial às populações tradicionais e proteção ao meio ambiente; paralisação das obras até que seja realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); defesa de que o meio ambiente não deve ser

considerado isoladamente, mas em sua dinâmica socioambiental, o que supõe os direitos das populações afetadas; dentre outras recomendações relevantes.

Tais estudos indicam que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado sem estar acompanhado de indicadores sociais importantes, que digam respeito ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, no caso do ERJ, destacamos: a redução progressiva da área total plantada;⁴⁰¹ a taxa de crescimento de emprego formal foi a pior do país entre 1995 e 2005; a taxa média de desemprego em 2010 foi de 8,9%; o índice de Gini da desigualdade social foi o maior da região sudeste, entre 2005 e 2009; em 2000, o Estado apresentou a sexta pior colocação na distribuição funcional da renda; em 2009, o ERJ ocupou a segunda pior posição no Ensino Médio brasileiro; em termos de proteção à saúde, é considerado um dos três piores estados do país; por fim, apresenta um dos piores índices de violência do país (CRUZ, 2013).

4.5 BALANÇO CRÍTICO DO PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES, SINDICAL E ORGANIZAÇÕES POPULARES FLUMINENSES NO ENFRENTAMENTO AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI

Tendo agregado os estudos técnicos e trabalhos acadêmicos que reforçam a crítica dos movimentos camponeses, do movimento sindical e das organizações populares de base agroecológica no ERJ aos projetos de desenvolvimento em curso neste Estado, propomos agora traçar algumas análises sobre o discurso de suas respectivas lideranças, considerando ainda suas críticas às políticas de “desenvolvimento rural sustentável”.

No que diz respeito à concepção que fundamenta suas estratégias de luta de classes no enfrentamento à realidade agrária fluminense destacamos que: a FETAG-RJ defende a “agricultura familiar”, que se consolida na história da política brasileira como um conceito que se caracteriza pela luta dentro dos limites da institucionalidade burguesa, na defesa de políticas que têm como perspectiva a mera integração ao mercado capitalista; o MST se pauta pela identificação das classes sociais no campo, tendo reafirmado em seu 6º Congresso a Reforma Agrária Popular (2014), indo além da democratização da terra, defendendo a matriz

⁴⁰¹ Segundo Cruz (2013), entre 2006 e 2010, o ERJ foi o quarto colocado na redução da área total plantada. Considerando a região Sudeste, enquanto SP e MG tiveram sua área aumentada, RJ e ES tiveram suas áreas reduzidas.

produtiva agroecológica; o MPA vem defendendo o campesinato enquanto uma classe social que se pauta pela matriz produtiva agroecológica, postulando a produção agrícola como uma aliança entre as lutas do campo e da cidade, conforme consolidado no seu Plano Camponês e a aliança camponesa e operária por soberania alimentar; o MAB indica como horizonte a construção de uma sociedade socialista e, para tanto, defende uma Plataforma Operária e Camponesa de Energia em que se postula um Projeto Energético Popular com Soberania, distribuição da riqueza e controle popular (2014). Nessa perspectiva, de forma geral, os movimentos avaliam que a participação nos conselhos de políticas públicas é insuficiente para o tamanho dos desafios, apostando na mobilização popular de massa.

Ademais, a CPT e a AARJ, que apoiam a luta dos movimentos camponeses, bem como a Rede Carioca de Agricultura e a Rede Ecológica, consideram a agroecologia não apenas como técnica, mas como uma ciência que contribui a construção de luta anticapitalista. Grosso modo, os movimentos que compõe a Via Campesina, como o MST, o MPA, o MAB e a CPT, resguardadas as devidas particularidades, indicam claramente a necessidade de superação do modelo de desenvolvimento agrícola mundial, que se pauta pela lógica do lucro, atualmente expresso pelo agronegócio.

Isto é um sinal de que a luta de classes contemporânea está eivada de múltiplos desafios na construção de uma perspectiva anticapitalista, o que unifica em geral os movimentos e organizações entrevistados. Porém, apenas alguns deles indicam claramente como horizonte uma transição socialista, como o MST, o MPA e o MAB. Ademais, no âmbito do imediato, a defesa da agroecologia supera a pauta produtiva, apostando numa matriz que combina produção agrícola com preservação ambiental e da biodiversidade e que incorpora a pauta da igualdade de gênero e de oportunidades para a juventude rural, avançando numa produção própria de conhecimentos. A questão da igualdade de gêneros, como pauta da agroecologia, parece-nos um avanço importante, tendo-se em vista o atual cenário de barbarização da vida social em que no próprio Congresso Nacional proliferam discursos e projetos de leis misóginos.

Interrogados sobre a corrente internacionalista ecossocialista, que recupera o legado marxiano, agregando à luta de classes a pauta do meio ambiente humano, a maioria desconhece, ou no caso no MAB, assume um “preconceito” (sic), por

entendê-la fora do campo da luta de classes, reforçando uma perspectiva “pós-moderna” (sic). Não obstante, destacamos que a corrente política em questão, assim como o ecomarxismo, como tivemos oportunidade de aprofundar no primeiro capítulo desta tese, destaca-se pelo pioneirismo em recuperar, no legado de Marx, subsídios teóricos que possibilitam o reestabelecimento do sociometabolismo na relação entre homem/natureza como condição para o desenvolvimento não apenas econômico, mas humano, agregando a pauta ecológica à luta de classes contemporânea.

O presente estudo indica que o conceito de campesinato traz um novo vigor para a luta de classes no país, afirmando a terra como terra de trabalho e cultura, o que se expressa na luta camponesa no território fluminense, tendo como um desafio a chamada agricultura urbana. Penso, contudo, diferentemente do MPA, que o campesinato deve ser compreendido como um segmento da classe trabalhadora em seu conjunto, no sentido de fortalecer a unidade na construção de um processo de transformação social amplo, baseado na aliança operário-camponesa, pois, no limite, se pensarmos numa sociedade verdadeiramente emancipada, todos seremos trabalhadores, superando o trabalho como mera satisfação das necessidades básicas. Nessa perspectiva, creio que a reiteração da divisão da classe trabalhadora, entre camponeses e trabalhadores urbanos, e mesmo no campo, a divisão política entre agricultura familiar e agricultura camponesa, incorre no risco de manutenção da noção de uma classe contra a outra, facilitando o trabalho que o Capital vem ensaiando ao longo do seu império de jogar trabalhador contra trabalhador, empurrando-nos a todos para a barbárie social.

Esse parece ser um elemento importante para a construção de unidade no enfrentamento não apenas aos projetos de desenvolvimento, mas às próprias políticas de “desenvolvimento rural sustentável”, implementadas pelos governos Federal e Estadual. Estas vêm reforçando a lógica do agronegócio e, se somadas aos efeitos socioambientais dos projetos de desenvolvimento em curso no ERJ, empurram o conjunto de agricultores familiares camponeses para a desterritorialização, a desagriculturalização, ou – nos termos do MPA – “descamponização”, agravando as sequelas da “questão social” e ambiental na realidade fluminense.

Outro elemento relevante, diz respeito ao financiamento dos movimentos sociais e organizações populares. Ao mesmo tempo em que reivindicam sua

autonomia política, os movimentos encontram claros limites para o autossustento, tendo-se em vista que sua base tem baixa renda. A própria fala das lideranças estaduais indica a dependência de recursos financeiros externos, sobretudo de fundações privadas europeias. Portanto, teceremos algumas considerações elementares sobre o papel dessas fundações na atualidade.

No cenário contemporâneo, é importante destacar que as ONGs ou as fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil) ocupam um lugar estratégico no enfrentamento das desigualdades sociais, como os próprios organismos financeiros internacionais reconhecem nas últimas décadas, a exemplo do Banco Mundial. Ora, se ao longo de parte importante do século passado a luta operária era para a redistribuição da riqueza socialmente produzida, tendo o movimento dos trabalhadores pautado a ampliação de direitos por meio de políticas sociais, na atualidade da hegemonia financeira, os direitos se tornaram um obstáculo para a manutenção das taxas de lucro, sendo mais barato o financiamento de fundações privadas para a “resolução” das mazelas sociais.

Segundo Fontes (2010), tais fundações se destacam pelo disciplinamento dos trabalhadores, amenizando conflitos sociais. Num contexto de retrocessos, marcados por políticas neoliberais (em suas versões socioliberais ou neodesenvolvimentistas), por privatizações, por perda de direitos, para garantir a superexploração do trabalho, torna-se apropriado o financiamento de tais organizações sociais. Desse modo, a autora destaca que o papel político das ONGs se desloca da assessoria aos movimentos sociais na luta pela democracia nos anos 80, respeitando a sua autonomia política, para a gestão dos conflitos numa perspectiva transclassista, a partir dos anos 90. Faz-se importante resgatar que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público foram regulamentadas em 1999, quanto passam a estar habilitadas para receber recursos públicos para a prestação de serviços. Destaca-se que, além do disciplinamento dos trabalhadores “apoiados” pelas fundações, as próprias apelam para formas precarizadas de trabalho. Embevecidos pela ideologia do empreendedorismo, sob o viés do “militantismo”, seus próprios trabalhadores estão desprovidos de direitos, especializando-se em elaboração de projetos para obtenção de recursos públicos ou privados, para a execução de ações pontuais. Segundo Fontes (2010), parte significativa dessas fundações no Brasil se dedica à pauta do meio ambiente e proteção animal e ao desenvolvimento rural, sob o manto da “sustentabilidade”.

No âmbito dos movimentos sociais a mesma lógica da precarização do trabalho profissional se faz presentes, pois vimos, por meio da fala das lideranças estaduais entrevistadas, que a elaboração de projetos tem sido essencial para a captação de recursos. Destaca-se que nestes há necessidade de previsão de pagamento para os técnicos envolvidos, configurando uma forma de trabalho precária, pois, em geral, não há vínculo de trabalho formal com garantia de direitos trabalhistas.

Na mesma direção, problematizando o papel contraditório das ONGs, Porto-Gonçalves (2013) indica que, a partir de meados dos anos 90, suas ações se deslocam do apoio aos direitos das populações, para o apoio ao mercado, às corporações e organismos financeiros internacionais, apelando para resoluções não conflitivas, que têm como resultado o arrefecimento das lutas sociais, num cenário de franco açambarcamento de territórios. Em seus termos:

Por toda essa nova configuração nas relações sociais e de poder da geopolítica mundial envolvendo a problemática ambiental se vê que as organizações não governamentais estão cada vez mais implicadas nos conflitos e não necessariamente mais do mesmo lado em que se encontravam nos anos 1970 e 1980, como no caso dos huaorani demonstrou (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 393).⁴⁰²

No que diz respeito à particularidade brasileira, para além da questão do arrefecimento das lutas sociais, substituindo as lutas por “gestão de conflitos”, o autor aponta o risco de as ONGs se tornarem gestoras de unidades de conservação. Nesse sentido, afirma:

No Brasil, enquanto os movimentos camponeses, como o dos seringueiros, conseguiram inventar uma unidade de conservação em que as populações originárias, ou que construíram suas culturas em íntima relação com a natureza, detêm o controle da gestão dos recursos naturais, como a reserva extrativista, outras unidades de conservação vêm sendo propostas, flexibilizando esse princípio de defesa da natureza pelas próprias populações, com muito sangue, suor e lágrimas, conquistado pelos camponeses, indígenas e afrodescendentes.

Nas novas unidades de conservação que vêm sendo propostas, as populações originárias e locais perdem a primazia no controle e gestão dos seus próprios recursos naturais, que passam a ser feitos por empresas e ONGs em nome do “*uso racional dos recursos naturais*”, conforme as unidades recém-criadas de Floresta Nacional e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Não há como não se ver nessa expressão – uso racional dos recursos naturais – também um forte componente etnocêntrico, quer dizer, marcado pela colonialidade do saber e do poder,

⁴⁰² Refere-se aos indígenas huaorani, do Equador, que até o início dos anos 90 lutavam contra 22 companhias petrolíferas, conseguindo o cancelamento das petroleiras no território indígena. Contudo, na virada para o século XXI, “negociam” a construção de uma plataforma de petróleo em troca da empresa Agip Oil fornecer aula, curso de saúde, rádio, painel solar, 50 kg de arroz, 50 kg de açúcar, bolas de futebol, medicação, etc. (PORTO-GONÇALVES, 2013).

haja vista ser considerado como racional aquele uso que se faz com base no saber técnico-científico convencional. Resta, sempre, a ironia e ver que as regiões de maior biodiversidade, por exemplo, são aquelas que ficaram historicamente à margem de uma nacionalidade desse tipo (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 393-394, grifos do autor).

Dessa forma, ainda que os movimentos sociais utilizem tais recursos para fomentar as lutas anticapitalistas, esbarram nos limites dessa contradição posta na contemporaneidade, posto que o objetivo principal dessas fundações, no bojo das recentes transformações societárias, capitaneadas pelos organismos financeiros internacionais, é enfraquecer o Estado e, portanto, a luta por direitos universais. Em síntese, o Estado, que representa a universalidade, dá lugar às iniciativas privadas, muitas das quais empresariais, que passam a dispor de recursos públicos segmentando a pobreza, “minimizando-a” através de prestação de serviços pontuais e paliativos que não alteram a estrutura social que gera a própria situação de pobreza. Em outros termos, ao se combater a pobreza, reproduz-se a pobreza, retirando o poder das classes subalternas do interior do Estado.

Em se tratando da questão de desterritorialização e desagriculturalização no ERJ, destaca-se o papel do Estado como violador dos próprios direitos humanos e sociais, como nas situações indicadas, em que os empreendimentos em curso afetam áreas de assentamentos rurais e comunidades tradicionais, agravando as sequelas da “questão social”, que demandam respostas do próprio Estado. Destarte, a partir da análise das falas dos movimentos sociais e dos documentos produzidos pela AGB-Rio e outras organizações, tornaram-se translúcidas as determinações dos dados apresentados pela CPT, em seus cadernos sobre conflitos no campo, que indicam um alto índice de pessoas envolvidas no ERJ, apesar do número reduzido dos conflitos.

Nota-se que o discurso da “sustentabilidade” vem sendo utilizado pelos governos para avançarem no que chamam de desenvolvimento, por meio de ações mitigatórias ou até mesmo no caso do investimento em silvicultura como argumento para colaborar com a redução do aquecimento global. Por sua vez, os movimentos sociais e organizações populares reivindicam a questão socioambiental para barrar os avanços do capital sobre a apropriação da natureza e sobre a eliminação de povos, comunidades e culturas, tendo em vista que os projetos de desenvolvimento em curso reiteram a lógica de que as comunidades camponesas e a legislação ambiental são um empecilho ao desenvolvimento, constituindo um atraso que

precisa ser eliminado. Vimos que esse era um debate bastante presente no pensamento social brasileiro nos anos de 1950 e 60. Apesar de parte significativa do pensamento social da esquerda brasileira ter superado essa visão dualista, ao analisar os projetos de desenvolvimento em curso no ERJ constatamos que o Estado brasileiro continua renovando essa lógica da eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento, o que, igualmente, renova a luta de classes.

Não se trata de condenar o desenvolvimento econômico, mas sua face capitalista, em que a produção é voltada para a destruição de recursos naturais limitados, para a superexploração da força de trabalho e aviltamento de comunidades tradicionais, alterando dinâmicas urbanas e rurais. No caminho anticapitalista, o desenvolvimento econômico e tecnológico deve estar a serviço das necessidades sociais, organizando e integrando sistemas produtivos em escalas diferenciadas, desde a local até a internacional, com participação popular ativa nos processos decisórios e respeitando as diferentes formas de viver, amparadas por uma ética humanista.

Por fim, ainda que os movimentos estejam em pleno processo de luta diante de uma conjuntura econômica e política ameaçadora para os direitos humanos e sociais, em todas as esferas de governo, a luta camponesa no ERJ se mostra presente na disputa por um projeto político com a sociedade, que indique a superação da dominação da economia política capitalista.

Tal processo tem avançado no contexto atual, em que a pauta política do acesso para todos a alimentos saudáveis serve de elo entre as lutas rurais e urbanas. Nessa perspectiva, na atualidade se coloca mais claramente a contribuição do campesinato na luta de classes, a partir de uma aliança com os trabalhadores urbanos, trazendo à tona para o conjunto da sociedade pautas que não dizem respeito exclusivamente ao meio rural, como o questionamento ao modelo econômico vigente, a reforma agrária, a soberania e segurança alimentar e nutricional, a agroecologia. Agrega-se, na realidade fluminense, o crescimento da agricultura urbana e das redes de consumidores de produtos agroecológicos que, apesar de sua inspiração no socialismo utópico, representado pela economia solidária, têm avançado no apoio às lutas camponesas de corte classista. Dessa forma, tais organizações têm superado a preocupação exclusiva com o consumo individual, avançando na compreensão das pautas supracitadas.

A seguir buscaremos apresentar algumas considerações a partir do caminho metodológico trilhado nessa pesquisa, indicando algumas sínteses, mas igualmente alguns limites e lacunas, no sentido de renovar a importância da continuidade dos estudos, contribuindo para a produção de conhecimentos em prol da construção de uma nova sociabilidade.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por motivação o interesse em realizar uma investigação engajada social e politicamente que desse visibilidade ao protagonismo dos movimentos camponeses no território fluminense, nesse início de século, perante os projetos de desenvolvimento em curso. Já tendo realizado alguns estudos preliminares e entrevistas exploratórias, construiu-se um questionário semiestruturado para entrevistar as lideranças estaduais. Nestes diálogos, suscitou-se, sobretudo, a trajetória dos movimentos no ERJ, sua crítica aos projetos de desenvolvimento em curso, a concepção de desenvolvimento e a práxis política correspondente defendida pelos mesmos. A partir dessa base material, identificou-se a necessidade metodológica de recuperar subsídios teóricos que auxiliassem na compreensão de conceitos que expressam diferentes projetos societários. Nesse sentido, destacou-se o debate teórico-político acerca: a) do “desenvolvimento”, com ênfase tanto em sua perspectiva (neo)liberal – que predomina nas relações sociais vigentes, sob novas roupagens, a exemplo do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde” – quanto, na direção contrária, na perspectiva socialista, como superação desse domínio na construção de uma sociedade de mulheres e homens emancipados, libertos do trabalho em sua forma e conteúdo capitalistas; b) da função produtiva e ecológica da agricultura, tanto no desenvolvimento capitalista quanto na defesa de uma sociabilidade anticapitalista, dando destaque à realidade brasileira; c) das dimensões econômica, ideopolítica, sociocultural e ambiental do campesinato na luta de classes em prol da emancipação humana, para buscar compreender a sua expressão na particularidade fluminense.

Dessa forma, no primeiro capítulo o debate versou sobre a crítica à economia e à ecologia política, num esforço de compreender o desenvolvimento econômico capitalista, suas crises, sobretudo a partir do final dos anos 60, e a saída “sustentável”, ou ainda a avassaladora mercantilização dos recursos naturais por meio da “economia verde”, como novo fôlego contemporâneo para a acumulação de capital. Tal debate passa pela retomada da teoria valor-trabalho em Marx para desfazer o mito do “capitalismo verde” (TANURO, 2012) ou do “neoliberalismo ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2013), que afirmam que a natureza é capaz de criar valor. Martins (1983) já indicava que a terra não é capital, portanto, não cria

valor, pois não é produto do trabalho. Contudo é dominada pelo capital através da captura da renda.⁴⁰³

Vimos que se trata de um debate movediço, que merece nossa atenção e aprofundamento, tendo em vista que a institucionalização da “sustentabilidade”, da defesa do meio ambiente, pela ONU, desde os anos 70, tendo expressão nos diferentes países, capturou a crítica ao produtivismo e ao consumismo, esbarrando nos limites da sociabilidade vigente. Dessa forma, organismos financeiros internacionais, por meio de medidas neoliberais, vêm ditando reformas que não abalam a estrutura do modo de produção capitalista, o qual origina um conjunto de desigualdades socioambientais. Ao contrário, tais reformas implicam na ampliação da mercantilização da vida e na conseqüente barbarização do convívio social em face dos retrocessos no campo dos direitos, da superexploração da força de trabalho, do açambarcamento de territórios⁴⁰⁴ e do consumo predatório de recursos naturais em nome do “desenvolvimento”.

Na contramão deste desenvolvimento (que aprofunda as desigualdades sociais em escala planetária e provoca alterações ambientais notáveis, colocando em risco a própria humanidade), alguns autores e autoras do campo da teoria social crítica recuperam o legado marxista na perspectiva de enlaçar as questões social e ambiental como expressões da barbárie na fase contemporânea do desenvolvimento do capital, lançando novos desafios para as forças sociais anticapitalistas.

Nota-se que a revisão crítica do “desenvolvimento” passa pelo reconhecimento das determinações ecológicas para a própria humanidade. O geógrafo Milton Santos (2000) já indicava que a natureza é social e, portanto, tratar de ambiente é tratar de sociedade. O capitalismo acabou com a noção de natureza como algo natural, pois lhe atribui “valor”. Sendo assim, ela é puramente social. Em seus termos: “Ela [a natureza] pode ser natural na sua existência isolada, mas, no

⁴⁰³ Nos termos de Martins (1983, p. 159): “Já a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho [...] A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista”.

⁴⁰⁴ Interessante notar que, se por um lado, o Estado facilita o açambarcamento por meio da expropriação de terras de populações camponesas e tradicionais pela iniciativa privada, por outro, os movimentos sociais que ocupam terras para torná-las produtivas, a exemplo do MST, são criminalizados. Nesse cenário, a mídia corporativa contribui para que a sociedade silencie diante de tais contradições, ou mesmo condene as ações dos movimentos sociais.

processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu a valorizo em função de uma história” (SANTOS, 2000, p. 18).

Nessa perspectiva, o campo marxista se lançou nessa revisão crítica tanto do desenvolvimento capitalista quanto das experiências socialistas, que se lançaram na disputa pelo mercado internacional ao longo do século XX, apostando igualmente no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Nesse processo, buscou-se destacar a crítica ao movimento decrescimento, como uma expressão de um reformismo que não avança na crítica ao desenvolvimento capitalista, dando ênfase aos movimentos camponeses do Hemisfério Sul como protagonistas de uma revolução social que despreza o desenvolvimento. Ou seja, a crítica ao desenvolvimento capitalista cede lugar à crítica ao crescimento econômico, ignorando o desenvolvimento como propulsor da humanidade no sentido de satisfazer suas necessidades materiais e espirituais.

Na perspectiva de escapar de falsas saídas que se limitam ao campo da “miséria da ecologia” (HARRIBEY, 2013), como o “desenvolvimento sustentável”, a “economia verde”, o “decrescimento”, recuperando o legado marxiano, alguns pesquisadores e pesquisadoras constroem o campo teórico do ecomarxismo e do movimento altermundialista ecossocialista, na perspectiva de superação do desenvolvimento do capital, mas sem reproduzir as experiências produtivistas socialistas, nem se restringir ao socialismo utópico, avançando na recuperação do sociometabolismo homem/natureza como uma condição necessária para a própria sobrevivência da humanidade. A corrente política ecossocialismo, que avança na práxis política, superando o debate restrito ao âmbito teórico, apresenta uma pauta política anticapitalista, na qual se destaca a importância de um conjunto de lutas sociais que extrapolam os movimentos sindical e partidário, apostando em uma aliança das lutas urbanas e rurais em prol de reformas progressistas, que combinam a disputa no âmbito da política institucional com os movimentos de massa nas ruas. Destarte, ao nível da sua produção teórica e de suas lutas, vem incorporando as pautas ecológica e feminista ao projeto socialista.

No capítulo 2, abordamos o papel da agricultura no desenvolvimento, tendo como tarefa desfazer o mito do atraso do mundo rural-agrícola em detrimento do moderno mundo urbano-industrial. Nessa perspectiva, Polanyi (2000) e Wood (2001) nos auxiliam a compreender as relações indissociadas entre campo e cidade, entre o rural e o urbano, desde os primórdios do capitalismo, tendo o Estado um papel de

destaque na regulação dos mercados, por meio da legitimação dos cercamentos, da promoção da colonização e da proteção dos mercados internos, desfazendo o mito liberal do mercado autorregulado.

Na particularidade brasileira, foi superado o debate, presente no seio do pensamento social brasileiro nos anos de 1950 e 60, em que se destacava a compreensão de que a predominância de restos feudais no meio rural impedia o desenvolvimento econômico nacional, reiterando a tese do rural atrasado versus o urbano moderno. Tal leitura da realidade social defendia a industrialização como uma etapa necessária para a formação da classe operária, que se aliaria à burguesia nacional num projeto de revolução democrático-burguesa, em oposição ao latifúndio atrasado e ao domínio imperialista.

Alguns autores se propuseram a superar essa dualidade entre o arcaico e o moderno, identificando um processo de “integração dialética” (OLIVEIRA, 2011) num desenvolvimento desigual e combinado e de “superexploração” da força de trabalho rural e urbana, num contexto de uma economia dependente em relação à economia internacional (MARINI, 2012). Nessas linhas argumentativas, o monopólio da terra não se tornou um empecilho para o desenvolvimento capitalista. Ao contrário, tornou-se sua condição,⁴⁰⁵ tornando a luta pela reforma agrária, protagonizada pelos trabalhadores rurais superexplorados, isolada ou duramente reprimida, aumentando a violência no campo, sobretudo no período da ditadura civil-militar burguesa. Nesse contexto, a modernização no campo foi traduzida pela Revolução Verde, alavancando a produção agrícola baseada no latifúndio e na monocultura através de política de crédito aliada aos pacotes tecnológicos de insumos químicos e maquinaria. Os efeitos sociais desse processo são conhecidos pelo forte êxodo rural, com o crescimento das periferias urbanas, o achatamento dos salários dos trabalhadores urbanos, reforçando a tese da superexploração do trabalho nos meios urbano e rural. Contudo, os trabalhadores rurais continuaram seu processo de luta, buscando resistir, sobretudo, pela via sindical, à expansão da violência no campo.

Avançando para a contemporaneidade, a própria fase atual do desenvolvimento agrícola, hegemônica pelos interesses do agronegócio, com ênfase na produção de commodities, demonstra cabalmente como a política de

⁴⁰⁵ Para Martins (1983), a terra não se constitui enquanto um empecilho, mas uma contradição para o desenvolvimento do capitalismo tendo em vista a fusão do proprietário com o capitalista. Nessa perspectiva, essa contradição só será superada quando se ultrapassar o antagonismo entre produção social da riqueza e sua apropriação privada.

crédito rural e o mercado de terras favorecem o desenvolvimento capitalista capitaneado pelo mercado financeiro (DELGADO, 2012). A orientação política que prevaleceu nos governos petistas foi o beneficiamento da lucratividade de setores da burguesia, dando continuidade às medidas neoliberais, mas combinadas com políticas compensatórias para aliviar os efeitos sociais de tais medidas e arrefecer a luta de classes, configurando assim o (neo)desenvolvimentismo. Nessa perspectiva, no campo brasileiro, por um lado, deu-se continuidade às políticas de crédito por meio do PRONAF para os agricultores familiares considerados integráveis ao mercado convencional, buscando especializar sua produção e associá-la à cadeia do agronegócio. Por outro, para os sobrantes apela-se para a pluriatividade, que, ainda que amplie as atividades no meio rural, implica em desproteção e precarização do trabalho, além de serem atividades, sobretudo, ligadas ao setor de circulação de mercadorias e não ao setor produtivo (LUSTOSA, 2012). Ademais, para os “de fora” do mercado há a política de combate à miséria, centrada no Programa Bolsa Família. Em outros termos, são políticas que não alteram os rumos do desenvolvimento em curso.

Nesse cenário, as políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável ganham força com financiamento de organismos financeiros internacionais que apelam para o papel da sociedade organizada, por meio de ONGs ou associações públicas de direito privado, no combate à pobreza. Não obstante, tal apelo esconde que o pauperismo está indissociado da dinâmica de extração de mais-valor em escala internacional, capitaneada pelo “capital-imperialismo” (conceito de Virginia Fontes [2010] em substituição à globalização, mundialização e neoliberalismo). Nesse bojo, a própria “sustentabilidade”, conceito-chave para a nossa pesquisa, revela sua institucionalização pelo viés do apassivamento da classe trabalhadora. Nessa direção, Fontes (2010, p. 296) indica que:

A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “sustentabilidade”.

Registra-se que as políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável não fazem qualquer enfrentamento ao agronegócio. Nesse sentido, se a versão neoliberal do meio rural é traduzida pelo agronegócio, em contraposição aos seus efeitos socioambientais e às políticas de desenvolvimento rural reformistas e compensatórias, os movimentos camponeses passam a defender a agroecologia como uma necessária “revolução agrária” (ALTIERI, 2012). Trata-se do enfrentamento à sanha do capital no meio rural, cujo monopólio da terra, aliado à política de crédito, permanece expropriando populações camponesas, indígenas, quilombolas, aumentando a violência no campo, além de provocar insegurança alimentar, tendo em vista que a produção do agronegócio se volta para as commodities agrícolas e não para a produção de alimentos. Ademais, as barragens para construção de hidrelétricas e a exploração mineral, no novo impulso ao desenvolvimento brasileiro, permanecem açambarcando territórios de populações camponesas e tradicionais, agravando ainda mais as sequelas da “questão social” e ambiental no país.

Nesse contexto, a agroecologia tem sido construída pelos movimentos camponeses para além da sua dimensão técnica, reenxertando novos conteúdos ao projeto socialista, colaborando com a luta de classes por meio do seu protagonismo, forjando alianças com os movimentos de trabalhadores urbanos.

No terceiro capítulo buscou-se recuperar, no legado marxista, a contribuição do debate sobre processos de transição socialista que retomam a mediação entre estrutura e sujeito, entre economia e política, para superar a ideia, que se consagrou no século XX, de que a emancipação política seria suficiente para provocar um processo de transformação social em sua totalidade.

Nessa perspectiva, resgatou-se o debate teórico sobre emancipação humana e luta de classes, originário das experiências históricas das revoluções burguesas na Europa ocidental e de suas respectivas revoltas operárias e camponesas, tendo-se em vista que tais movimentos se tornaram uma referência para os trabalhadores, onde a industrialização capitalista se expandiu. Nesse bojo, buscou-se dar relevo ao papel do campesinato nas experiências das revoluções burguesas na Inglaterra, França e Alemanha, somado à rebeldia dos trabalhadores urbanos, bem como à revolução operário-camponesa da Rússia.

Malgrado a pesquisa não ter avançado na apresentação do debate latino-americano sobre o papel do campesinato em suas revoluções no século XX, reteve-

se, das experiências europeias e russa, subsídios teóricos para a compreensão da atualidade da luta camponesa. Com efeito, diferentemente da previsão do “marxismo ortodoxo” quanto ao desaparecimento dos camponeses, tal tendência não foi comprovada historicamente, apesar da redução dessa classe nos países mais industrializados. O campesinato participou ativamente de vários processos de luta contra o Capital na América Latina ao longo do século XX, sendo muitas vezes isolado e duramente reprimido. Ademais, na virada do século XX para o XXI, ganhou outra dimensão política com a organização internacional dos camponeses por meio da Via Campesina (fundada em 1993).

Trata-se de um movimento de resistência e enfrentamento à expropriação permanente de terras na fase do domínio da globalização financeira, que extrai predatoriamente recursos naturais com diversos efeitos socioambientais e aumenta a violência no campo e as sequelas da “questão social” também no espaço urbano. Ademais, a luta por uma matriz produtiva alternativa, a agroecologia, traz em seu bojo uma resposta política e econômica à superexploração da força do trabalho que remunera mal os trabalhadores assalariados ou retém parte significativa da renda agrícola nos setores comercial e bancário, mesmo no caso de pequenos proprietários.⁴⁰⁶

Nesse ponto, abriu-se uma discordância com Chayanov que, ao analisar a sociedade russa no início do século XX, considerava que a família camponesa se autoexplorava, sendo uma unidade de produção e consumo. Penso que num contexto de domínio do capital, a particularidade latino-americana revela que o que ocorre é a superexploração da força de trabalho dada a precarização do trabalho no campo, ou em boa medida pela integração da pequena produção ao mercado, dominado pela cadeia do agronegócio na contemporaneidade, como previamente assinalado. Para Marini (2012), essa é uma característica elementar das economias dependentes. Sobre a superexploração do trabalhador rural na atualidade, Stédile (2013, p. 37) afirma:

Os grandes proprietários de terra não controlam mais o processo de produção e as margens de lucro. Eles estão reféns das empresas que

⁴⁰⁶ Martins (1983) já havia anunciado que o banco extrai a renda da terra do pequeno proprietário e contribui para o lucro do capital industrial quando barateia a produção de alimentos. Nesse sentido, a reforma agrária restrita à distribuição de terras não é suficiente para alterar o domínio do capital sobre a agricultura e as respectivas relações sociais. Em seus termos: “o que acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras” (p. 176).

controlam a produção e o comércio. Por isso, a maior parte do lucro fica com as empresas na esfera do comércio. Para compensar essa divisão de sua taxa de lucro, os capitalistas do agro aumentam a exploração dos trabalhadores assalariados, impõem o trabalho sazonal, temporário, com emprego apenas alguns meses por ano. Em diversos países tem ressurgido formas de trabalho análogas ao trabalho escravo e a superexploração, nas quais os salários não são suficientes para a reprodução humana e os trabalhadores ficam sempre devendo aos “patrões”. Aumenta também a exploração do trabalho feminino e infantil, sobretudo nos períodos de colheita de produtos que exigem muita mão de obra, estimulando a migração de trabalhadores temporários, sem lhes garantir nenhum direito social.

Essa leitura da realidade social é essencial para compreendermos a atualidade da importância do campesinato na luta de classes, que não tem como objetivo o retorno a um passado de isolamento, de patriarcado, de negação do conhecimento acumulado. Ao contrário, almeja um futuro de trabalhadores e trabalhadoras livres, o que passa pelo enfrentamento à superexploração da força de trabalho e à sede insaciável do capital por recursos naturais, pelos bens comuns. Ou seja, evidencia-se que, a partir do momento em que o capital domina a agricultura, não resta outra saída para os camponeses além da luta, conforme a indicação de Martins (1983, p. 177): “Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

Por fim, no último capítulo abordou-se brevemente a trajetória da luta camponesa no território fluminense, tendo-se em vista que o histórico de alto grau de urbanização desse Estado⁴⁰⁷ foi acompanhado de enfrentamentos e resistências diante de cada conjuntura, todas marcadas por diferentes políticas de desenvolvimento. Após essa abordagem panorâmica, destacaram-se as políticas de desenvolvimento em curso no território fluminense no século XXI, por meio dos Planos Estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2007-2031), em que se privilegiam as parcerias público-privadas no fomento aos grandes empreendimentos, conforme o próprio plano anunciava:

O Rio de Janeiro deve aproveitar o momento muito favorável que vive, em termos de *investimentos públicos e privados, para alavancar e internalizar o desenvolvimento econômico*. Isso deve se dar de maneira distribuída em todo o território, principalmente no sentido das vocações regionais, como, por exemplo, as áreas de celulose e etanol no Norte e Noroeste fluminense (RIO DE JANEIRO, [2007?], p. 5, grifo do autor).

⁴⁰⁷ Segundo os censos demográficos do IBGE, desde os anos 40 a população urbana é maior do que a rural, no ERJ (cf. tabela 2).

Ademais, os planos estratégicos do governo do ERJ anunciam que o governo deve produzir serviços de excelência nas áreas de educação, saúde e segurança, em parceria com o setor privado e o terceiro setor. Contudo, no que diz respeito à violência, alegam que se trata de um fenômeno que inibe os investimentos da iniciativa privada para alavancar o desenvolvimento econômico fluminense. Dessa forma, ignoram as causas estruturais da violência, pois estas são fruto das próprias políticas de desenvolvimento capitalista, as quais tomam as populações tradicionais e as políticas ambientais como um empecilho ao desenvolvimento, naturalizando as desapropriações, as expropriações, a extração predatória de recursos naturais, como vimos nos casos do CIPA, COMPERJ, Barragem do Guapiaçu, dentre outros empreendimentos. Assim, enormes contingentes populacionais são considerados dispensáveis da integração ao “desenvolvimento”.

Marx (1984a) já nos indicava no século XIX que a “lei geral da acumulação capitalista” expressa uma relação social em que, dialeticamente, a produção de riqueza produz, ao mesmo tempo, a miséria, tendo-se em vista que a concentração de capital e o desenvolvimento tecnológico tendem a explorar uma quantidade menor de trabalhadores concomitantemente ao aumento da produção de mercadorias. Uma das pré-condições para esse processo é exatamente a expropriação dos meios de produção. Ora, se a produção da miséria material e espiritual pode se traduzir em violência, em suas diversas expressões, por outro lado, pode ser mobilizada para a luta social contra as estruturas que sustentam esse modo de produção e de vida, que domina as relações sociais. Dessa forma, o desenvolvimento capitalista contém em si mesmo os germens da sua negação, sendo tarefa histórica dos trabalhadores a superação dessa sociabilidade.

No que diz respeito à particularidade em questão, em síntese, os grandes empreendimentos no ERJ envolvem fundamentalmente recursos do governo estadual, do PAC e da iniciativa privada. De maneira bastante incipiente, as ações para o desenvolvimento rural sustentável integram os planos estratégicos por meio da SEAPEC, contando com recursos do governo estadual, federal e do BIRD/Banco Mundial. Tais ações são implementadas pela EMATER-Rio, que é a empresa pública responsável pela assessoria técnica e extensão rural. Dessa forma, apresentamos os relatórios de 2013 a 2015 da referida empresa, que expõem os programas e projetos desenvolvidos. Os documentos oficiais analisados se destacam pela propaganda da reestruturação do Estado, que deve ter como objetivo

o fomento ao desenvolvimento econômico por meio das parcerias público-privadas, no caso dos Planos Estratégicos, e pela retórica do desenvolvimento rural sustentável, associando a agroecologia e a produção orgânica ao agronegócio. Dessa forma, tais documentos não revelam as contradições presentes nas políticas de desenvolvimento em curso. No sentido de trazer à tona tais contradições, destacou-se a posição política dos movimentos sociais camponeses, do movimento sindical e de organizações populares de cunho agroecológico, além dos documentos produzidos pela AGB-Rio, pela plataforma DHESCA, bem como pelos próprios movimentos sociais.

De início, tornou-se claro que, apesar da unanimidade dos movimentos sociais camponeses, do movimento sindical e das organizações populares quanto à crítica aos grandes empreendimentos em curso, o mesmo não ocorre no que diz respeito ao balanço crítico das políticas de desenvolvimento rural sustentável. Grosso modo, enquanto os movimentos sociais e organizações que compõem a Via Campesina apresentam uma leitura mais crítica às políticas de crédito e indicam como horizonte a superação da ordem vigente, o movimento sindical não consegue avançar na crítica, amarrando suas lutas ao limite das políticas institucionais. A própria FETAG-RJ atribuiu o crescimento do número de sindicatos filiados à criação do PRONAF e, ao mesmo tempo, indica que os sindicatos têm dificuldades financeiras em função da inadimplência dos agricultores. Assim, enquanto o MST, o MPA, o MAB e a CPT combinam luta institucional com mobilização social, apostando na via camponesa, a FETAG-RJ tem restringido sua luta ao acesso às políticas voltadas para a agricultura familiar.

Não obstante, penso ser temerária a distinção política entre agricultura familiar e campesinato na atualidade, tendo em vista que, a priori, representam uma heterogeneidade no âmbito da relação com a terra como meio de subsistência e superexploração para fornecimento de produtos agropecuários ao mercado. Essa distinção foi feita no governo FHC, tendo como base a contribuição de estudiosos que questionavam a validade histórica da reforma agrária, quando então foi criado um programa de crédito que escalona os pequenos agricultores, além de uma política de distribuição fundiária via mercado, a chamada reforma agrária de mercado. Nos governos petistas, os sobrantes foram e têm sido alvo de políticas compensatórias, o que igualmente contribui para o divisionismo e a despolitização da questão agrária brasileira. Com efeito, o resultado dessa política tem sido o

divisionismo, com o movimento sindical lutando por migalhas da política agrícola, sem grandes enfrentamentos à estrutura do modelo agrícola que concentra terras e produz commodities, e não alimentos. De outro lado, movimentos que compõem a Via Campesina se lançam no esforço de manter a luta pela reforma agrária como uma necessidade histórica anticapitalista, o que supõe a unidade entre trabalhadores do campo e da cidade.

Para Fernandes (2013), em oposição à tese do fim do campesinato, alguns autores defendem uma agricultura familiar integrada ao mercado, constituindo o paradigma do capitalismo agrário, como defendido por Abramovay. Segundo Fernandes (2013), esta perspectiva ganhou força, concomitantemente, tanto na política brasileira de crédito agrícola, sobretudo a partir da criação do PRONAF e do Programa Novo Mundo Rural no governo FHC, quanto no movimento sindical dos trabalhadores rurais. Em seus termos:

Nas organizações dos movimentos camponeses, o paradigma do capitalismo agrário também teve uma influência política extraordinária; os que mais se identificaram e receberam influência deste paradigma foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul (Fetraf Sul). Esse impacto político não teve tanta repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina Brasil, constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) (FERNANDES, 2013, p. 196).

E complementa:

A facilidade com que o paradigma do capitalismo agrário se instalou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e camponeses. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e para a direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita, que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços nos periódicos de circulação nacional (FERNANDES, 2013, p. 198).

Em outros termos, o campesinato do século XXI não é o do século XIX, a que Lenin e Kautsky se referiam como sendo rico, médio ou pobre, vislumbrando o fim do campesinato.⁴⁰⁸ Ao longo do século XX, desenvolveu-se um processo veloz de

⁴⁰⁸ Em Fernandes (2013, p. 192), achamos uma interessante síntese que afirma: “São diversas as tipologias para diferenciar os camponeses desde a clássica forma de diferenciação: rico, médio, pobre, apresentada por Lenin (1985) e Kautsky (1986); ou forte, médio, fraco, apresentada por

industrialização e financeirização da agricultura, empurrando diversos segmentos sociais, que se relacionam com a terra como meio de trabalho e de vida, para a resistência e luta contra a espoliação e a exploração do capital. Ou seja, as burguesias agrária, industrial, comercial e financeira têm uma relação puramente mercantil com a terra, enquanto contingentes significativos da população mundial perdem a cada dia o direito à terra e à vida digna. Penso que para superar a despolitização da questão agrária e seus efeitos sobre a luta de classes é preciso superar a forma e alçar o conteúdo. Ou seja, não importa se é posseiro, arrendatário, meeiro, assalariado, sem-terra, ribeirinho, indígena, quilombola ou agricultor familiar; o que importa é sua relação com a terra como valor de uso, o que implica em unidade na luta contra a mercantilização da terra e do conjunto das relações sociais.

Na particularidade do ERJ, evidenciou-se o Estado como agente da violação de direitos, beneficiando as iniciativas privadas em detrimento das populações camponesas, renovando o processo de desterritorialização e desagriculturalização no território fluminense. O quadro se agrava quando as próprias políticas de desenvolvimento promovidas pelo Estado atingem assentamentos de reforma agrária, como nos casos de Campos dos Goytacazes, em função do CIPA, e de Cachoeiras de Macacu, em função do COMPERJ. Ou seja, são ações do Estado que, em nome do desenvolvimento, impactam direta e indiretamente outras ações de desenvolvimento rural do Estado. Não por acaso, o Caderno sobre Conflitos no Campo organizado pela CPT em 2014 indica que, apesar do baixo índice de conflitos (14), o ERJ ocupou o terceiro lugar em número de pessoas envolvidas (53.324), com destaque para a novidade dos conflitos oriundos da problemática da água (barragem de Guapiaçu e hidrelétrica em Itaocara).

Dessa forma, evidencia-se que os grandes empreendimentos têm tido efeitos socioambientais que atingem as populações camponesas, num quadro em que estas já não dispõem de políticas de desenvolvimento rural e agrícola que atendam às suas necessidades e demandas. No ERJ se reitera o discurso do governo federal em relação às políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável, escamoteando as contradições entre as classes sociais no campo.

Bloemer (2000, p. 105); ou camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos (Fernandes, 2003b, p. 21); ou ainda agricultura familiar consolidada, de transição e periférica (FAO/Incra, 1995, p. 4-5)”.

Nesse contexto, faz-se importante compreender que, sob a perspectiva conservadora do capital, o uso instrumental do território é no sentido de apelar para a harmonia social comunitária, descolando o território de um processo econômico, social e político mais amplo. A própria política de desenvolvimento territorial brasileira expressa tal perspectiva, conforme consta na página do MDA (BRASIL, s/d):

A abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos.

Em contraponto, os movimentos sociais vêm defendendo o território como um espaço importante da luta de classes – ou de conflituosidade, nos termos de Fernandes (2013) – que não se restringe à dimensão econômica, posto que é espaço de produção e reprodução social, onde se almeja alcançar direitos e ir além dos mesmos, colaborando na construção de uma nova sociabilidade. Nesse sentido, os ensinamentos do geógrafo Milton Santos (2000, p. 22-23) são elucidativos, pois afirmava que:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam... A globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o que podem oferecer às empresas – potencializam a globalização na forma em que está aí, privilegiando a competitividade. Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social.

Nesse cenário, o discurso de desenvolvimento territorial rural sustentável no ERJ camufla que, em verdade, há um favorecimento da agricultura patronal e a preferência de ações que visam integrar o pequeno produtor à cadeia do agronegócio. Nesse sentido, a expressão mais evidente é o Projeto de Silvicultura que, em nome de colaborar com a redução do aquecimento global, tem como um dos objetivos o fornecimento de madeira para as indústrias que compõem os complexos industriais, objeto de investimento do próprio Estado. Destaca-se que o projeto prevê o plantio de eucalipto por pequenos produtores que serão integrados ao mercado, com os mesmos assumindo os riscos trabalhistas, previdenciários e sociais dessa produção. Já o Governo Federal, na atualidade, dá continuidade ao beneficiamento do agronegócio, combinando políticas de crédito agrícola para os

agricultores considerados passíveis de integração ao mercado com políticas compensatórias para os sobrantes, como no caso do Programa Bolsa Família. A fusão dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário com o de Desenvolvimento Social, no período da gestão do presidente interino Michel Temer (PMDB), em 2016, denota o aprofundamento desse projeto em que os camponeses e populações tradicionais são vistos como empecilho ao desenvolvimento, sendo alvo de expropriações e, no limite, objeto de políticas paliativas.

Esse cenário joga os camponeses fluminenses na luta de resistência em defesa de seus territórios, como espaço de trabalho e reprodução social, enfrentando a força do Capital que tem como um mediador fundamental o próprio Estado, seja pela utilização de meios coercitivos, seja pela promoção do consenso via políticas sociais. Nesse processo, vêm defendendo a agroecologia como um contraponto ao agronegócio em que o domínio extrapola o território, monopolizando igualmente a produção e circulação de mercadorias, segundo critérios ditados pelo mercado financeiro. Na contramão, o campo da agroecologia (movimentos sociais, intelectuais) tem clareza que uma mera mudança técnica não provocará uma mudança substantiva nas relações vigentes. O Capital tem dado mostras que tem força suficiente para promover reformas que promovem consensos e pacificação, mas não a superação da ordem vigente. Assim, a crítica ao produtivismo e consumismo foi transformada em políticas de desenvolvimento sustentável, o combate à fome foi transformado em política de segurança alimentar, dentre outras ações que não alteram efetivamente o modelo de desenvolvimento vigente que provoca danos socioambientais, desigualdades sociais, miséria, fome.⁴⁰⁹

Os próprios dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2006) revelam que a pequena produção familiar produz para o mercado interno e em condições extremamente adversas, como vimos com ampla desvantagem frente ao agronegócio. Mas ainda persiste como grande questão a qualidade nutricional do que se produz e a qualidade de trabalho e de vida dos trabalhadores do campo, o que implica em acesso a direitos. Ou seja, as mudanças produtivas no campo devem estar articuladas a um processo de transformação social muito mais amplo, que supõe alianças com trabalhadores urbanos. Penso que aqui há um gancho importante para pensar a relação campo/cidade, por meio da produção de alimentos

⁴⁰⁹ Os objetivos do milênio, propagados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 2000, são emblemáticas dessa análise (cf. PNUD, s/d).

em quantidade e qualidade suficientes para o desenvolvimento humano. Nessa transição, deve-se considerar que é preciso tecnologia no campo para que os próprios camponeses tenham tempo para além do trabalho e uma educação voltada para a ampliação dos conhecimentos, bem como os trabalhadores da cidade precisam do fornecimento de alimentos para o desenvolvimento de conhecimentos múltiplos a partir das necessidades sociais. A longo termo, é preciso rever a própria organização espacial da cisão entre campo e cidade.

Nesse sentido, suas lutas não estão isoladas do conjunto de lutas sociais e, nessa direção, os movimentos camponeses vêm construindo alianças com sindicatos, partidos e movimentos sociais urbanos. Apesar de o Fórum Estadual pela Reforma Agrária ter sofrido desarticulação, no início do século XXI no ERJ surge a AARJ, a Rede Carioca de Agricultura Urbana, a Rede Ecológica, dentre outras organizações que apoiam a luta dos trabalhadores rurais, como uma luta importante para o conjunto da sociedade. Ademais, foi criada a Frente Parlamentar pela Reforma Agrária na ALERJ, em novembro de 2015, como resultado das pressões dos movimentos sociais no ERJ.⁴¹⁰

A crise fiscal em que o ERJ se encontra mergulhado, em função das escolhas políticas do PMDB na condução do Governo, anuncia tempos duros para os trabalhadores urbanos e rurais, bem como para os servidores públicos. Tal quadro se agrava em um cenário nacional de crise política, tendo como foco a corrupção na principal empresa estatal do país, a Petrobrás, ainda que seja de economia mista. Ademais, a queda do preço do petróleo no cenário internacional afeta as economias em que tal produção tem centralidade, como no caso do ERJ. Assim, se por um lado, temos políticas agrárias e agrícolas incipientes no Estado, as quais reforçam a desagregação, a insegurança alimentar e a violência no campo,⁴¹¹ por outro, o PAC vem se transformando no “Programa de Desaceleração do Crescimento”, com as obras dos grandes empreendimentos em desaceleração ou estagnação.⁴¹²

⁴¹⁰ Cf. Alves (2015). Em maio de 2016, esta Frente Parlamentar fez uma visita técnica à região prevista para a construção da barragem do Guapiaçu, conforme informação disponibilizada pela própria ALERJ (2016). Cf. também Brasil de Fato RJ (2016).

⁴¹¹ O processo violento de desapropriações em São João da Barra, os assassinatos em assentamentos rurais em Campos dos Goytacazes (a exemplo do assassinato de Cícero Guedes), a disputa judicial envolvendo o assentamento Osvaldo de Oliveira, o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável no ERJ são alguns dos exemplos de que a violência no campo tem se renovado no território fluminense.

⁴¹² Sem querer reduzir o movimento do decrescimento, poderíamos ainda sugerir “Programa de Aceleração do Decrescimento”.

Destaca-se que tal processo não é fruto das restrições da legislação ambiental ou da revisão da violação de direitos humanos e sociais, mas dessa crise na conjuntura econômica e política. Com efeito, a tendência é de agravamento das sequelas da “questão social”, o que supõe a construção de uma unidade na luta em prol da defesa dos trabalhadores urbanos e rurais, tendo como horizonte a construção de uma sociabilidade para além dos direitos.

Registra-se que a construção dessa unidade não é um fato novo na luta de classes no Brasil e mesmo no nosso Estado. O próprio relatório da Comissão Estadual da Verdade aponta o surgimento das associações de lavradores no ERJ entre os anos 50 e 60:

As associações de lavradores desde logo teceram laços com diferentes entidades com as quais tinham afinidades políticas, como o Sindicato dos Ferroviários, dos Têxteis e dos Rodoviários. Esses vínculos fortaleciam a solidariedade entre esses grupos, contribuindo para a quebra do isolamento das lutas dos camponeses. Do ponto de vista político, havia circulação cada vez mais ampliada de lideranças, de novas bandeiras de palavras de ordem, ao mesmo tempo em que se disseminavam propostas que tendiam a construir atores políticos unificados, mostrando quão falaciosas eram, já então, as rígidas separações entre rural e urbano (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 79).

Essa unidade precisa ser encarada sem romantismos. Esse registro faz-se importante, pois vimos que determinadas correntes teórico-políticas do próprio campo da esquerda vêm depositando nos movimentos camponeses a responsabilidade por protagonizar a construção de uma sociabilidade que, em nome do antiprodutivismo, anticonsumismo, anti-Estado, corre o risco de negar os avanços no campo da produção de conhecimentos, do progresso tecnológico e científico como conquistas para a própria humanidade. Ademais, além da negação do desenvolvimento tecnológico como uma herança humanista, ressalta-se como central no processo de trabalho no campo, o trabalho autogestionado, cooperativado. Não obstante, as experiências urbanas que caminham na direção da autogestão são taxadas de economia solidária, e, portanto, de antirrevolucionárias, reduzindo sua pluralidade à reprodução da perda de direitos trabalhistas e por consequência ao enfraquecimento da luta por direitos.

Nesse início do século XXI, frente à barbarização da vida social como expressão da crise do capital, penso ser temerário, mediante o acúmulo histórico de lutas sociais através da organização dos trabalhadores, reduzir todo um conjunto de experiências autônomas, populares, - sendo muitas de enfrentamento à ordem

capitalista -, à classificação de utópica, conservadora, antirrevolucionária. Ou seja, numa conjuntura de crise, se colocam as brechas para a construção de uma transição socialista, o que supõe uma unidade entre as diversas formas de organização da classe trabalhadora.

Por outro lado, não podemos nos furtar de criticar os limites da economia solidária na ordem do capital, ignorando os efeitos de sua alçada ao nível de política pública conduzida pelos governos comandados pelo PT. Em outros termos, uma política pública que desonera o Estado em seu compromisso com a promoção de direitos, num contexto retrocessos no campo dos direitos trabalhistas e sociais, em que a ausência de contratos e a lógica do empreendedorismo impera, deve ser devidamente contextualizada mediante os riscos do arrefecimento da luta de classes. Entretanto, não me aparece oportuno rebaixar e reduzir toda e qualquer iniciativa autogestionária, cooperativista, anticonsumista, no caldo do puro reformismo pequeno-burguês. Nessa linha, destaca-se que muitas dessas iniciativas, para além do seu uso político instrumental pela ordem do capital, se pautam pela aliança entre campo e cidade e avançam no apoio às lutas sociais rurais e urbanas anticapitalistas.

Nesse cenário, as populações tradicionais tem tido um protagonismo importante no enfrentamento ao comando do capital sobre a totalidade das relações sociais. Nessa direção, Fontes (2010, p. 91-92) afirma:

Muitas sociedades tradicionais ou originárias, por terem preservado formas de trabalho cooperativo e uma base igualitária, podem propulsar lutas para além da mera demanda de incorporação do trabalho ao capital, lutas que têm como base de sustentação sua própria semiproletarização, uma vez que mantêm a garantia da subsistência para além da subalternização direta ao capital. Nas condições contemporâneas, nas quais ondas ainda mais intensas, violentas e rápidas de expropriação se descortinam, essas lutas podem se traduzir em enfrentamento direto ao capital, se abalarem as formas generalizadas da sujeição do trabalho e de sua subordinação e não apenas reivindicarem sua incorporação plena enquanto assalariados para o capital, ou ainda se limitarem a demandar uma preservação pontual, distanciada das vicissitudes dos demais trabalhadores.

Dentre os desafios para a aliança entre movimentos urbanos e rurais, avaliamos que os movimentos clássicos dos trabalhadores, como sindicatos e partidos políticos, que apostam na via do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e na socialização dos meios de produção, também se encontram aprisionados à lógica dessa ordem societária, negligenciando os danos socioambientais, as desigualdades de gênero, raça e etnia e os conflitos religiosos na construção de uma nova sociabilidade. Com efeito, os dilemas atuais nos

convocam à superação dos sectarismos, à ruptura com maniqueísmos e à busca pela construção de uma unidade em prol do enfrentamento da barbárie, o que não é uma tarefa simples. Nessa direção, é preciso o mútuo reconhecimento da importância das múltiplas lutas em curso. Em outros termos, é importante reconhecer que determinados grupos indígenas, populações extrativistas, remanescentes de quilombos, camponeses, fazem um enfrentamento ao capital⁴¹³ tal qual organizações urbanas, clássicas ou não, sendo necessário a construção de uma unidade em torno de um projeto socialista. Nesse sentido, penso que o termo anticapitalista, que se tornou recorrente nas lutas sociais contemporâneas, é insuficiente para traduzir o anseio por uma transformação radical, pois o projeto socialista não foi enterrado, sendo necessária sua recuperação e reafirmação, renovadas com novos conteúdos. Nesse sentido, recorremos a Lukács para problematizar o termo em voga, pois ele nega a sociabilidade capitalista, mas não aponta, necessariamente, para a sua superação. Destarte, Lukács (2012, p. 185) nos ajuda a refletir sobre os dilemas da luta de classes na atualidade quando afirma:

De fato, quando a crítica não é capaz de ir além da simples negação de uma parte, quando não é sequer capaz de aspirar à totalidade, então ela não consegue de modo algum ultrapassar o que nega, como o demonstra, por exemplo, o caráter pequeno-burguês da maior parte dos sindicalistas.

Com efeito, faz-se necessário superar os conflitos entre os próprios trabalhadores, posto que resultam na permanência da expansão desigual das relações capitalistas, beneficiando os vários segmentos da classe burguesa e, portanto, as relações sociais capitalistas em sua totalidade. Assim, devemos estar atentos pois na era do “capital-imperialismo” (FONTES, 2010), enquanto o capital se concentra e centraliza, a classe trabalhadora se divide. Nessa direção, vale o resgate do chamado de Lênin:

O marxismo, escreveu Lenin, “distingue-se de todas as formas primitivas do socialismo porque não vincula o movimento a uma única forma determinada de luta. O marxismo admite as mais diversas formas; além disso, não as “inventa”, mas limita-se a generalizar, a organizar, a tornar conscientes as formas da luta das classes revolucionárias que aparecem por si mesmas no decurso do movimento”. E destaca: “o marxismo *aprende*, se assim se pode dizer, com a prática das massas, longe de pretender ensinar às massas as

⁴¹³ Em Os camponeses e a política no Brasil, José de Souza Martins (1983, p. 141) já afirmava: “De fato, a obstinação desses trabalhadores em permanecer autônomos representa um questionamento a uma lei econômica do capital, que é a da expropriação como requisito da reprodução do capital”. E complementa: “É uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio” (p. 145).

formas de luta inventadas por ‘sistematizadores’ de gabinete” (LÊNIN apud MARINI, 2012, p. 198-199, grifo do autor).

Nosso esforço nessa investigação foi produzir um conhecimento que seja um instrumento de contribuição para a transformação da realidade, o que passa por mediações entre o universal e o singular. Nessa perspectiva, buscamos compreender as expressões particulares das relações sociais capitalistas no território fluminense, no qual, se depender da iniciativa privada e do Estado, a agricultura familiar de base camponesa e as populações tradicionais estão fadadas ao desaparecimento – o que as tem empurrado invariavelmente para o enfrentamento do Capital. Contudo, foram muitas as janelas abertas nessa pesquisa, cujas lacunas indicam a necessidade de permanência dos estudos. Nessa direção, percebemos a necessidade de aprofundar o debate: sobre o papel do campesinato nas lutas concretas empreendidas na América Latina; sobre agricultura urbana; sobre a pluriatividade no meio rural; sobre a relação entre religião e movimentos populares; a relação entre a desterritorialização da população rural, a desagregualização e o aumento da demanda pelo Bolsa Família e programas de transferência de renda, estadual e municipais; dentre outros temas que escaparam dessa autocrítica.

Por fim, concluímos esse trabalho partilhando das interrogações do “Pequeno Príncipe” sobre a mercantilização da vida quando do seu encontro com o “empresário”. Penso que tais interrogações nos auxiliam a buscar as respostas para a construção de uma nova sociabilidade:

[Diálogo entre o pequeno príncipe e o empresário:]

Pequeno Príncipe [PP]: milhões de que?

Empresário [E]: Isso mesmo. Estrelas

PP: E que fazes com quinhentos milhões de estrelas?

E: Quinhentos e um milhões, seiscentos e vinte e duas mil, setecentos e trinta e uma. Eu sou um sujeito sério. Gosto de exatidão.

PP: E que fazes com essas estrelas?

E: Que faço com elas?

PP: Sim.

E: Nada. Eu as possuo.

PP: Tu possuis estrelas.

E: Sim.

PP: Mas eu já vi um rei que...

E: Os reis não possuem. Eles “reïnham” sobre. É muito diferente.

PP: E de que te serve possuir as estrelas?

E: Serve-me para ser rico.

PP: E para que te serve ser rico?

E: Para comprar outras estrelas, se alguém achar.

[...]

PP: Como pode a gente possuir as estrelas?

E: De quem são elas?

PP: Eu não sei. De ninguém.

E: Logo, são minhas, porque pensei nisso primeiro.

PP: Basta isso.

E: Sem dúvida. Quando achas um diamante que não é de ninguém, ele é teu. Quando achas uma ilha que não é de ninguém, ela é tua. Quando tens uma ideia antes dos outros, tu a registras: ela é tua. Portanto, eu possuo as estrelas, pois ninguém antes de mim teve a ideia de as possuir.

PP: Isso é verdade. E que fazes tu com elas?

E: Eu as administro. Eu as conto e reconto. É complicado. Mas eu sou um homem sério!

O princepezinho ainda não estava satisfeito.

PP: Eu, se possuo um lenço de seda, posso amarrá-lo em volta do pescoço e levá-lo comigo. Se possuo uma flor, posso colhê-la e levá-la comigo. Mas tu não podes levar as estrelas.

E: Não. Mas posso colocá-las no banco.

PP: Que quer dizer isso?

E: Isso quer dizer que eu escrevo num pedaço de papel o número de estrelas que possuo. Depois tranco o papel à chave numa gaveta.

PP: Só isso?

E: Isso basta.

“É divertido”, pensou o princepezinho. “É bastante poético. Mas sem muita utilidade”.

O pequeno príncipe tinha, sobre as coisas sérias, ideias muito diferentes do que pensavam as pessoas grandes.

PP: Eu possuo uma flor que rego todos os dias. Possuo três vulcões que revolvo toda semana. Porque revolvo também o que está extinto. A gente nunca sabe! É útil para os meus vulcões, é útil para a minha flor que eu os possua. Mas tu não és útil às estrelas...

O empresário abriu a boca, mas não encontrou nenhuma resposta, e o princepezinho se foi...

“As pessoas grandes são realmente extraordinárias”, repetia para si durante a viagem. (SAINT-EXUPÉRY, 2004, p. 47-48)

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. In: CARVALHO, H. M (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ACSELRAD, H; MELLO, C.C do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALENTEJANO, P.R.R. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2005.

_____. Um breve balanço da agricultura e da política agrária no Estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas. **Em pratos limpos**: porque alimentação também é política, s/d. Disponível em: <<http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2011/06/4-Um-breve-balan%C3%A7o-da-agricultura-e-da-pol%C3%ADtica-agr%C3%A1ria-no-estado-do-Rio-de-Janeiro-nas-%C3%BAltimas-d%C3%A9cadas.doc>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

ALEXANDRE, G.; PEREIRA, V. A moderna senzala capitalista: os EUA tem mais negros atrás das grades que escravos no século XIX. **Esquerda Marxista**, São Paulo, 08 nov. 13. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/blog/2013/11/08/moderna-senzala-capitalista-eua-tem-mais-negros-atras-das-grades-do-que-escravos-no>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

ALLAIN, J. M. et al. As representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 14, n.1, p. 21-30, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALVES, Diana et al. Atlas dos conflitos fundiários rurais do Estado do Rio de Janeiro. Porto Alegre: **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, 2010.

ALVES, G; ARAÚJO, R. Thompson, Lukács e o conceito de experiência – um diálogo mais que necessário. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2013v5n10p53>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ALVES, Hélcio. ALERJ instala frente parlamentar para reforma agrária e agricultura familiar. In: RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 19 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=2646312>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ARCHETTI, E.P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na Revolução Russa. In: CARVALHO, H. M (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ASSIS, R. L de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, mar-2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – Seções Rio de Janeiro e Niterói. **II Caderno de Textos do GT Agrária**. Rio de Janeiro: AGB Rio, jul. 2012.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca básica de serviço social – v. 2).

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENSAID, D. Maio de 68: uma página na história mundial de lutas. **Em Pauta**, n. 21. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Entrevista concedida à Mione Apolinário Sales em 02 de junho de 2008.

BERNARDO, J. MST S.A (3ª parte). **Passa Palavra**, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2013/04/75301#more-75301>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BETHÂNIA, M. **Cadernos de poesia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

BOCCATO-FRANCO, A. O decrescimento no Brasil. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BOSQUET, Michael (GORZ, A). Écologie et liberté. In: DEBOURDEAU, A. **Les grands textes fondateurs de l'écologie**. Flammarion, 2013a (Champs Classiques).

BRASIL DE FATO RJ. Reforma Agrária ganha reforço na Assembleia. Rio de Janeiro, 25-28 fev. 2016. Cidades, p.7. Disponível em: <<https://issuu.com/brasildefatorj/docs/157>>. Acesso em: 20 ago. 2016

BUONICORE, A. Os dilemas da Revolução Russa. **Portal Vermelho**, São Paulo, 27 nov. 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1183&id_coluna=10>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CANUTO, et al. A. **Conflitos no Campo** – Brasil 2013. Brasil: CPT Nacional, 2013.

_____. **Conflitos no Campo** – Brasil 2014. Brasil: CPT Nacional, 2014.

CAMARGO, Aspásia. História das Ligas Camponesas. In: **MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS**. s/d. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Mais de 60 entidades enviam carta contra o PL4148/2008. 8 maio 2015. Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/40-campanha/511-mais-de-60-entidade-enviam-carta-contra-o-pl4148-2008>>. Acesso em: 08 maio 2015.

CAPORAL, F.R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e o nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2^a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARDOSO, Ciro F. S. A brecha camponesa no sistema escravista (1979). In: WELCH, Clifford A et al (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

CARNEIRO, F.F.; AUGUSTO, L.G da S; RIGOTTO, R.M; FRIEDRICH, K; BÚRIGO, A.C. (orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ESPJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARRANO, P. Nanotecnologia, impacto silencioso – Sindicalistas e pesquisadores apontam que transnacionais apropriam-se da nanotecnologia e sonegam informações sobre o tema. **Brasil de Fato**, São Paulo, 12-18 set. 2013, p. 4.

CARVALHO, I. S. H.; BOCCATO-FRANCO, A. O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARVALHO, P. A. F. de. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In: CARVALHO, H. M (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CASALDAGLIA, D. Pedro. Terra Nossa, Liberdade. In: Aguiar, Flávio (org). **Com palmos medida: Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**. São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 1999.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 112, out/dez. 2012.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. Les conditions physiques de la reproduction sociales. In: LÖWY, M ; HARRIBEY, J. M. (dir.). **Capital contre nature**. Paris : Presses Universitaires de France, 2003.

CLARK, B.; FOSTER, JB. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Margem Esquerda**, n. 14. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-29.

CONCEIÇÃO, G.; ANTUNES, J. Questões acerca da chamada Dialética da Natureza. **Orientação Marxista**, 04 maio 2011. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2011/05/questoes-acerda-da-chamada-dialeticca.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CONSOMMATEURS PAS COBAYES. Campagne pétition 2 - OGM Transparence. Disponível em: <<http://bioconsommateursprovence.com/consommateurspascobayes/petition-n2-ogm-transparence.html>>. Acesso em: 28 maio 2015.

COUTINHO, C.N. **A contra corrente**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **De Rousseau a Gramsci** – ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, v. 19, n. 2, Rio de Janeiro, 2009.

CRUZ, J.L.V. da. Os desafios da construção do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro: CEPERJ, n.2, jul. 2013.

CRUZ, SS da. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: em busca da essência da atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.110, 2012.

_____. **Questão agrária como questão social: a particularidade da agricultura familiar no assentamento São Roque no município de Paraty/RJ**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CUCOLO, Eduardo. Governo zera imposto de importação do feijão por três meses. **Folha de São Paulo**, Mercado, São Paulo, 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1784858-governo-zera-imposto-de-importacao-do-feijao-por-tres-meses.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

DAL MORO, Maristela; MACHADO, Priscila. A questão agrária e a agricultura camponesa no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: CFESS, 2010.

DEL GROSSI, Mauro; GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil (1992/1997). In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (editores). **O novo mundo rural**. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente: 2000. v. 1.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DUPRÉ, G. (dir.). **Savoirs paysans et développement**. Paris: Karthala et ORSTOM, 1991. Introduction.

EINSFELD, Jordana. Serviço Social, questão agrária e movimentos sociais no campo – em foco os CBAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: CFESS, 2010.

EMBRAPA. **Produção de riqueza na agropecuária** – Rio de Janeiro. Campinas, SP, 30 maio 2016. Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/reparticao_valor_producao/conteudo/rj.html>. Acesso em: 04 jun. 2016.

ENERGIA DO SOL, tecnologia do povo. Produzido e dirigido pelo Coletivo de Comunicação do MAB, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bPRbF8kB4YQ>>. Acesso em: out. 2015.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Introdução à edição de 1895 de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: _____. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 2: Assim lutam os povos.

_____. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital Rocketedition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. **A revolução antes da revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, . v. 1, 2010 (Assim lutam os povos).

EPICURO. **Carta sobre a felicidade** (a Meneceu). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

ESTADÃO Conteúdo. Jovem é morto em disputa por terras em Trindade, no município de Paraty. **O Dia**, Rio de Janeiro, 8 jun. 2016. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-06-08/jovem-e-morto-em-disputa-por-terras-em-trindade-no-municipio-de-paraty.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Experiências internacionais de um cientista inquieto: entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 353-372, Dec. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de maio de 2015.

FAUSTINO, C; FURTADO, F. **Indústria do Petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do COMPERJ**. Rio de Janeiro: Plataforma DHESCA, 2013.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. Cap. 4, p. 185-217.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS – FUP et al. **Propostas para um projeto energético popular com soberania, distribuição da riqueza e controle popular**: compromissos com o povo brasileiro na Política Energética Nacional. Brasília: MCP Brasil, 2014. Disponível em:

<<http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/2014-12-10-17-47-50/meio-ambiente/propostas-para-um-projeto-energetico-popular-com-soberania-distribuicao-de-riqueza-e-controle-popular-plataforma-operaria-e-camponesa-da-energia-2014/Download>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FERNANDES, B.M. Questão agrária: conflituosidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, JP. **Questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FIRJAN. Silvicultura econômica no Estado do Rio de Janeiro. In: FIRJAN. **Estudos de Desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro**, n. 5, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/silvicultura-economica-no-estado-do-rio.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

FLIPO, Fabrice. Introdução à história do conceito de decrescimento na França. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. **Nature et politique** – contribution à une anthropologie de la modernité et de la globalisation. Paris: Ed. Amsterdam, 2014.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANK, A.G. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FRIEDMAN, M. (com colaboração de Rose Friedman). **Capitalismo e Liberdade**. Apresentação de Miguel Colasuonno; tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GALON, Talyse. **O resíduo se renova enquanto o catador se desgasta**: Cargas de trabalho e desgaste da saúde física e mental. 2015. Entrevista concedida por e-mail ao Instituto Humanitas UNISINOS em 13 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/qo-residuo-se-renova-enquanto-o-catador-se-desgastaq-cargas-de-trabalho-e-desgaste-da-saude-fisica-e-mental-entrevista-especial-com-tanyse-galon/542516-qo-residuo-se-renova-enquanto-o-catador-se-desgastaq-cargas-de-trabalho-e-desgaste-da-saude-fisica-e-mental-entrevista-especial-com-tanyse-galon>>. Acesso em: 13 maio 2015.

GARCIA Jr., A. Introdução. In: LINHARES, E. et al. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GEORGESCU-ROEGEN, N. La décroissance: entropie, écologie, économie. In: DEBOURDEAU, A. **Les grands textes fondateurs de l'écologie**. Flammarion, 2013 (Champs Classiques).

GERARDI, L.H.O. e SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A.V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GIRALDO, Lia. **[Como o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos]**. [Rio de Janeiro?] 2011. Entrevista concedida a Raquel Júnia publicada no jornal Brasil de Fato em 22 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5754>>. Acessado em: 18 nov. 2014.

GLASS, Verena. Agricultura em família. **Desafios do desenvolvimento** – revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, ano 8, ed. 66, 27 jul. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 19 set. 2013.

GOLLAIN, F. **André Gorz** – pour une pensée de l'écossocialisme. Le Passager Clandestin, 2014. (Collection Les précurseurs de la décroissance)

GÓMEZ, J. R. M. Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOODWIN, M; BURR, D.E. **Économix: la première histoire de l'économie en BD**. Paris: Éditions des Arènes, 2013.

GORENDER, J. A forma plantagem de organização da produção escravista (trecho de *O escravismo colonial*). In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Regime territorial no Brasil escravista (trecho de *O escravismo colonial*). In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GORZ, A. Bâtir la civilisation du temps libéré. **Le monde diplomatique**. Éditions Les Liens qui Libèrent, 2013.

_____. Leur écologie et la notre. In: GOLLAIN, F. **André Gorz** – pour une pensée de l'écossocialisme. Le Passager Clandestin, 2014. (Collection Les précurseurs de la décroissance)

GRIOT, Jean-Yves. OGM e o poder dos consumidores: os desafios da rotulagem. In: In: Zanoni, M; Ferment, G (org.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 309-317.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: Lena, P; Nascimento, E.P. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de lantifúndio. In: Stedile, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARRIBEY, Jean-Marie. **La richesse, la valeur et l'inestimable – fondements d'une critique sócio-écologique de l'économie capitaliste**. Éd. Les Liens qui Libèrent, 2013.

_____. **Le développement soutenable**. Paris: Ed. Economica, 1998.

HAYEK, F.H von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítallo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HERRERO, Y. Pistes pour un écoféminisme anti-système. Qu'est-ce que c'est l'ecoféminisme? Entrevista concedida a Juan Tortosa. Divulgado por **Groupe Écossocialiste de solidarités**, 2014. Mimeo.

HOBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. In: _____. **Pessoas extraordinárias – resistência, rebelião e jazz**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **A era das revoluções – 1789/1848**. 25. edição revisada, 3. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades de federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

HUSSON, M. Un capitalisme vert est-il possible? **Contretemps**, n. 1 (nova série), 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995. (capítulo 1).

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **V. Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. A utopia camponesa (1986). In: WELCH, Clifford A et al. (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro L. Introdução. In: ENGELS, F. **A revolução antes da revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v.1. (Assim lutam os povos).

_____. Os problemas da emancipação humana. In:_____. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Campanha: Fim da rotulagem dos alimentos transgênicos: diga não! s/d. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/mobilize-se/campanhas/fim-da-rotulagem-dos-alimentos-transgenicos-diga-no>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Governo sanciona nova Lei da Biodiversidade com cinco vetos. São Leopoldo (RS), 25 maio 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/542894-governo-sanciona-nova-lei-da-biodiversidade-com-cinco-vetos>>. Acesso em: 30 maio 2015.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. Carta manifesto: Justiça para os moradores e pescadores de Santa Cruz e da Baía de Sepetiba. Rio de Janeiro, 28 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/2016/01/28/justica-para-os-moradores-e-pescadores-de-santa-cruz-e-da-baia-de-sepetiba/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

JAPPE, A. Decrescentes, só mais um esforço...! In:_____. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.

_____. O “lado obscuro” do valor e do dom. In:_____. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova cultural, 1986. (Coleção Os economistas)

KRAUSER, R. **O Brasil na contramão da soberania alimentar**. São Leopoldo (RS), 2013. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas UNISINOS em 17 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/524742-inflacao-dos-alimentos-poe-em-risco-os-objetivos-do-milenio-entrevista-especial-com-raul-klauer>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

LA DÉCROISSANCE. Les précurseurs de la décroissance. **La décroissance**. page 9, nº 111, Juillet-août, 2014 (Collection Sagesses d’hier et d’aujourd’hui).

LATOUCHE, Serge. **Petit traité de la décroissance sereine**. Paris: Éd. Mille et une nuits, 2007.

_____. O decrescimento. Porque e como? In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. [Crítica ao capitalismo]. Bergamo, Itália, 2015. Entrevista concedida a Giuliano Balestreri, publicada no jornal La Repubblica em 10 de maio de 2015. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/542576-a-economia-fracassou-o-capitalismo-e>>

[guerra-a-globalizacao-e-violencia-entrevista-com-serge-latouche](#)>. Acesso em: 14 maio 2015.

LATOUR, B. Êtes-vous monogéiste? Ou La Terre est enfin: ronde. In: DEBOURDEAU, A. **Les grands textes fondateurs de l'écologie**. Flammarion, 2013 (Champs Classiques).

LEFEBVRE, H; GUTERMAN, N. Introdução. In: LENIN, V.I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

LEFF, Enrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Ed. UFPR, v. 27, jun/2013.

LEITE, R. M. Agricultura orgânica: para além do nicho de mercado. **Carta maior**, 05 maio 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Especial/Especial-Agroecologia/Agricultura-Organica-para-alem-do-nicho-de-mercado/216/36072>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LENIN, V.I. A situação revolucionária. In:_____. **A falência da segunda internacional**. Oeuvres, v. XXI, s/d.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: O processo de formação do Mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril cultural, 1982. (Os economistas).

_____. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Trad. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. **Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

LINHARES, Maria Y; SILVA, Francisco C. T da. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: WELCH, Clifford A et al (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V. 1. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Écosocialisme** – l'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste. Paris: Mille et Une Nuits, 2011.

_____. Introdução – Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Les luttes écosociales des indigènes. In: CHARTIER, D.; LÖWY, M. (org.) **Écologie et Politique**, n. 46. Paris: Sciences Po, 2013.

LUKÁCS, George. O processo de democratização. In: _____. **Socialismo e democratização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **História e consciência de classe** – estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LUSTOSA, M. das G.O.P. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MALATESTA, E. **Entre camponeses**. São Paulo : Hedra, 2009.

MANDEL, E. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARAFON, G.J. et al (orgs). **Geografia do Estado do Rio de Janeiro**: da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MARICATO, Ermínia. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: _____. **Brasil, cidades** – alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental e decrescimento econômico: a aliança dos dois movimentos. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. edição. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. v. 2.

_____. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas)

_____. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas)

_____. Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros. In _____. **O capital** – crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v. 3, tomo 1. (Coleção Os economistas).

_____. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001a.

_____. Contribuição à crítica do direito de Hegel. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001b.

_____. As lutas de Classes na França de 1848 a 1850. In: _____. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular. v. 2, 2008 (Assim Lutam os povos).

MARX, K.; ENGELS, F. Feurbach e história. In: _____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

MAZOYER, M; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, J. L. Postone contra ou com Lukács? Por uma reinterpretação de Marx. **Margem Esquerda** – ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, n. 16, jun. 2011.

MEDEIROS, L. S. de. Conflitos fundiários e violência no campo. In **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2014.

MENEZES, M. T.C. G. de. **Economia solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002 (p. 21-50).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Dossiê: impactos sociais da barragem do Guapiaçu**. Rio de Janeiro, jul./2015.

_____. **Política estadual de direitos para atingidos por barragens** – proposição do projeto de lei. Rio de Janeiro, jul. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Primeiro assentamento agroecológico do RJ sofre ameaça de despejo. **MST**, 9 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/12/09/primeiro-assentamento-agroecologico-do-rj-sofre-ameaca-de-despejo.html>> Acesso em: 02 jan. 2016.

MÜNSTER, A. **Utopie, Écologie, Écosocialisme: De l'utopie concrète d'Ernst Bloch à l'écologie socialiste**. Paris: L'Harmattan, 2013.

NAVARRO, V. **Neoliberalismo y Estado del bienestar**. Ed. Ariel, 1997.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I (organizador). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NODARI, R. O. A ciência precaucionária como alternativa do reducionismo científico aplicado à biologia molecular. In: ZANONI, M; FERMENT, G (org.), **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 39-62.

O'CONNOR, J. La seconde contradiction du capitalisme: causes et conséquences. In: LÓWY, M e HARRIBEY, J-M (dir.). **Capital contre nature**. Paris : Presses Universitaires de France, 2003.

OLIVEIRA, A.U. de. Barbárie e modernidade : as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, JP. (org.). **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. Douglas Estevan (assistente de pesquisa). 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista** – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 3ª reimpressão, 2011.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no nordeste oriental do Brasil: 1700-1875 (1987). In: WELCH, Clifford A et al. (orgs). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

PAVAN, Bruno. Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20-26 mar. 2014, p. 9. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/27795>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

PAVARINO, M. A. A convenção sobre diversidade biológica da ONU: o cenário internacional e as agendas internas no Brasil. In: ZANONI, M; FERMENT, G (org.), **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 345-367.

PENA-VEGA, A. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, J.M.M., ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**, v.18, p. 77-111, 1º semestre de 2014.

PETROBRAS. Refinaria Duque de Caxias (Reduc). S/d. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, CW. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: Fernandes, B.M.(org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (parte V, p. 285-447)

PORTO-GONÇALVES, C.W.; CUIN, DP. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e resistência. In: CANUTO, A. et al. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. Brasil: CPT Nacional, 2013.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Trad. Amilton Reis, Paulo César Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Pourquoi une pomme de 1950 équivaut à 100 pommes d'aujourd'hui? Disponível em: <<http://www.terraeco.net/Pourquoi-une-pomme-des-annees-1950,58246>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

PRADO Jr., C. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989 (p.19-65).

PULEO, Alicia. Écoféminisme: pour un autre monde possible. Qu'est-ce que que l'écoféminisme? Entrevista concedida a Juan Tortosa. Divulgado por Groupe Écossocialiste de solidarités, 2014. Mimeo.

R7 NOTÍCIAS. **Crise no RJ: programa que complementa Bolsa Família não pagou 211 mil famílias em maio**. Rio de Janeiro, 18 maio 2016. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/crise-no-rj-programa-que-complementa-bolsa-familia-nao-pagou-211-mil-familias-em-maio-18052016>>. Acesso em: 03 jun. 2016

ROTHBERG, D.; BERBEL, D. Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.455-470, abr./jun. 2010.

ROUSSEAU, Agnès. Faudra-t-il bientôt manger cinquante fruits et légumes par jour? **Basta!** 16 set. 2010. Disponível em: <<http://www.bastamag.net/Faudra-t-il-bientot-manger>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território**, Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAES, Décio. Capitalismo e cidadania: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Crítica Marxista**, n. 16. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O pequeno príncipe**. 48^a ed., 18^a impr. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SALAZAR, A. L. A informação sobre os alimentos transgênicos no Brasil. In: In: Zanoni, M; Ferment, G (org.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 294-308.

SALVINI, R.R.; MARTINS, R. Perfil das exportações fluminenses: uma análise da pauta exportadora no período 1990/2013. In: CEPERJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 5, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/14232>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SANTOS, J.S. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. v. 6: Introdução. (Coleção biblioteca básica de serviço social)

SANTOS, M. **Território e sociedade** – entrevista com Milton Santos. Entrevistadores Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, S. **L’agriculture mondialisée** – une approche de la réglementation des OGM en France et au Brésil. Paris, 2014. mimeo.

SEVILLA GÚZMAN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M de; ASSIS, R. L (editores técnicos). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Trad. Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, M. T. da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, M; FERMENT, G (org.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 432-447.

SILVA, M.G. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. In: ARAÚJO, N.M.S; SANTOS, J.S.; SILVA, M.G. (orgs). **Educação ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. São Cristóvão: Ed. UFS, 2012, p. 15-34.

SIMAS, A. Introdução. In : MALATESTA, E. **Entre camponeses**. São Paulo: Hedra, 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. In: Stedile, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOUZA, M.M.O.de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Élisée. Rev Geo. UEG-Goiânia**, v.1, n.1, p. 141-155, jan./jun. 2012.

STÉDILE, J.P. (org); ESTEVAN, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 1^a. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil**. História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Tendências do capital na agricultura. In:_____. **A questão agrária do Brasil: o debate da década de 2000**. 1^a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TANURO, D. **L'impossible capitalisme vert**. Paris: Éditions La Découverte, 2012.

THUSWOHL, Maurício. Série de assassinatos deixa em alerta assentamento no Rio de Janeiro. MST, 2 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/06/02/serie-de-assassinatos-deixa-em-alerta-assentamento-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 27 maio 2016.

URIBE, Gustavo; CUCOLO, Eduardo. Para baixar preço do feijão, Temer quer aumentar importação do Mercosul. **Folha de São Paulo**, Mercado, São Paulo, 22 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1784278-para-baixar-preco-do-feijao-temer-anuncia-aumento-da-importacao-de-paises-do-mercossul.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

VANHULST, J e BELIG, A. Buen vivir et développement durable: rupture ou continuité? In: CHARTIER, D.; LÖWY, M. (org.) **Écologie et politique**, Paris: Sciences Po, n. 46, 2013.

VELHO, Otávio G.A.C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford A. et al. (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

WANDERLEY, M.N.B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

WELCH, C. Et al (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros:**

leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, 2009. (Coleção História social do campesinato brasileiro, v. 1)

WELLEN, H. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOOD, E.W. **A origem do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 10, 2000.

_____. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003 (p. 177-250).

ZANONI, M et al. Os biorriscos. In: ZANONI, M; FERMENT, G (org.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 244-276.

ZAZULITCH, V. I. Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881. In: MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa** – geopolítica da fome. Trad. de José Paulo Netto. 1. ed, São Paulo: Cortez, 2013.

ZIZEK, S. A situação é catastrófica, mas não é grave. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 16, jun. 2011.

Documentos consultados

BRASIL. Ministério da Agricultura. História. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/ministerio/historia>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Acerca dos agrotóxicos. s/d. Disponível em: < Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentação>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Pagamento do Bolsa Família é antecipado em municípios do Paraná e Rio de Janeiro. Brasília, DF, 19 maio 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de->

[imprensa/noticias/2016/maio/pagamento-do-bolsa-familia-e-antecipado-em-municipios-do-parana-e-rio-de-janeiro](#)>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n. 350, de 11 de dezembro de 2006. Reconhece o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense. Brasília, DF, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas?download=828:portaria-n-350-de-11-de-dezembro-de-2006>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

_____. Ministério do Planejamento. Sobre o PAC. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CEPERJ. **Estado do Rio de Janeiro** – Um breve balanço da década, s/d. Disponível em: <http://issuu.com/marcossee/docs/ceep_balan_o_decada_ultima_versao?mode=window&backgroundColor=#222222>. Acesso em: 12 fev. 2013.

CEPERJ. **Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, segundo Regiões de Governo e municípios** – Estado do Rio de Janeiro – 2010. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

CEPERJ. **Participação, por atividade econômica, no valor adicionado bruto, segundo as regiões de Governo e municípios** – Estado do Rio de Janeiro – 2010. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios** – 2010 – Estado do Rio de Janeiro, dez. 2012b. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/PIB_municipios_RJ_2010.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. **Projeto Contas Regionais do Brasil** – Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Rio de Janeiro – 2010. Novembro de 2012a. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/PIB_Estado_Rio_de_Janeiro_2010.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. **Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per capita, segundo as regiões de governo e os municípios do Estado do Rio de Janeiro** – 2007. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib%20MUNICIPAL.xls>>. Acesso em: 22 set. 2010.

EMATER-RIO. **Relatório de atividades** – 2013. SEAPEC/Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/pdf/RELATORIOATIVIDADES2013.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **Relatório de atividades** – 2014. SEAPEC/Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/pdf/relatorioatividades2014.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **Relatório de atividades** – 2015. SEAPEC/Governo do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/pdf/relatoriodeatividades2015.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

EMBRAPA. **Produção de riqueza na agropecuária**. Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/reparticao_valor_producao/conteudo/rj.html>. Acesso em: 04 jun. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Criação de assentamentos. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. INCRA cria segundo assentamento ambientalmente diferenciado do Rio de Janeiro. Brasília, DF, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-cria-segundo-assentamento-ambientalmente-diferenciado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Quero saber sobre: Rio de Janeiro – SR 07. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/rj>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

IPEA. **Agricultura** – agricultura e família, ano 8, ed. 66, 27 jul. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 19 set. 2013.

PORTAL BRASIL. País fecha 2012 com menor taxa de desemprego desde 2002. Brasília, DF, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/01/31/pais-fecha-2012-com-menor-taxa-de-desemprego>>. Acesso em: 19 set. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão Estadual da Verdade. Capítulo 5 – Conflitos e repressão no Campo. In:_____. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. **Relatório da...** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. Frente Parlamentar fará visita técnica à área da barragem de Guapiaçu. Rio de Janeiro, 18 maio 2016. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/38423?AspxAutoDetectCookieSup.ort=1>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2007-2010**. Rio de Janeiro, [2007?]. disponível em: <download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-28567.pdf/plano_estrategico_2007_2010.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro 2012-2031**. Rio de Janeiro, 2012.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa sobre os desafios para os movimentos campesinos no Estado do Rio de Janeiro na atualidade realizada por **Suenya Santos da Cruz**. Trata-se de uma pesquisa de doutoramento na ESS/UFRJ sob orientação do professor Mauro Iasi e coorientação do professor Michael Löwy.

Sua participação, consciente, voluntária e livre, é de fundamental importância no processo de contribuição para a produção de conhecimento na área do Serviço Social.

Ao aceitar participar você será convidado (a) a fornecer informações, através de entrevista gravada por aparelho gravador de áudio ou câmera audiovisual, além de registro fotográfico, e materiais, tais como documentos e fotos, sendo o uso de tais procedimentos metodológicos condicionados a sua autorização. Cabe registrar que todo o material coletado será analisado para fins acadêmicos seguindo princípios éticos que preservem e resguardem os sujeitos da pesquisa, sendo compromisso a disponibilização do resultado da pesquisa por meio digital.

Ao aceitar participar, você deve assinar este termo de consentimento, juntamente com a entrevistadora, termo do qual você terá uma cópia.

Agradecemos pela atenção e pela colaboração e desde já agradeço pela disponibilidade para posteriores esclarecimentos e complementações a essa entrevista.

CONSENTIMENTO

Eu,, membro/representante do
(a), declaro que li/ouvi as
considerações feitas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo em fornecer as
informações, registradas através de entrevista gravada, e materiais que queira disponibilizar.

_____, ____ / ____ / ____

Entrevistado

Entrevistadora

6.1 ANEXO B – QUESTÕES SEMIESTRUTURADAS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Pedir para o militante se apresentar e dar seu testemunho de como ingressou no movimento e se tornou liderança

- **Histórico (pedir para o movimento fornecer, se possível, material impresso)**
 - 1) Como surgiu o movimento social?
 - 2) Qual é o objetivo do movimento social? (seu horizonte e suas ações táticas e estratégicas) Houve mudanças significativas ao longo de sua história?
 - 3) Quais são os intelectuais de referência para o movimento na atualidade no que se refere ao pensamento social brasileiro? São os mesmos que influenciam o movimento desde o seu início, ou houve mudanças?
 - 4) Quais são as referências históricas de movimentos de trabalhadores rurais no Brasil desde os seus primórdios, considerando sua diversidade?
 - 5) Há referências de partidos políticos no que se refere à luta pela reforma agrária e por direitos trabalhistas, sociais e humanos para trabalhadores rurais ao longo da história republicana no Brasil? Quais?
- **Concepção e atuação sobre a questão agrária**
 - 6) Qual a concepção do movimento acerca da função da questão agrária na formação sócio-econômica e política brasileira?
 - 7) Qual a concepção sobre Reforma Agrária? Está ligada a algum projeto societário?
 - 8) Qual o papel da Reforma Agrária no cenário econômico e político atual? Quais as formas de luta pela reforma agrária que o movimento defende?
 - 9) Como analisa a questão fundiária no estado do Rio de Janeiro? O movimento possui dados sobre quem são os latifundiários e/ou grandes produtores rurais no estado (famílias/empresas)? Tem informações sobre a relação dessa classe social com o Estado (seja com o governo federal, estadual ou municipal)?
 - 10) Há quanto tempo atua no estado do Rio de Janeiro? Quais as particularidades de atuação no estado?
- **Organização política**
 - 11) O movimento investe em formação política? De que forma?
 - 12) Quais as fontes de recursos que financiam o movimento?
 - 13) Como se processa a organização política para a ocupação de terras no período de preparação, de permanência do acampamento e após o beneficiamento pelos programas de assentamentos rurais?
 - 14) Como se dá a relação com as lideranças dos assentamentos e acampamentos?
 - 15) Como se dá a relação direta com os assentados e acampados?
- **Processo de trabalho e reprodução social**
 - 16) Qual a orientação para os acampamentos e assentamentos no que diz respeito à organização dos lotes de moradia e trabalho, da distribuição e comercialização de excedentes?
 - 17) Sobre o processo de trabalho qual a proposta do movimento para a relação homem/natureza? Como o movimento avalia a questão ecológica na atualidade e qual seria sua contribuição teórico-prática?
 - 18) O movimento trabalha na perspectiva ecossocialista?
 - 19) Considerando as particularidades do estado do RJ, é possível viver da renda oriunda apenas da atividade agrícola?
 - 20) Quais são as necessidades identificadas no âmbito da reprodução social (saúde, educação, lazer, transporte....)?
 - 21) Qual a orientação no que diz respeito à participação política na luta por direitos humanos e sociais nos âmbitos federal, estadual e municipais?
- **Articulação com universidade, movimentos sociais e partidos políticos**
 - 22) Como vem se construindo a relação com a universidade?
 - 23) Como vem se construindo a articulação com outros movimentos sociais, movimentos sindicais, partidos políticos no país e em escala internacional? Quem são esses sujeitos coletivos?

- 24) Como se deu a articulação através da Via campesina? Como ela se organiza no Brasil? Qual a concepção sobre a categoria camponês ou campesinato para tratar do trabalhador rural brasileiro do MST e da Via Campesina?
- 25) Quais movimentos/partidos e lideranças da França indicaria para contribuição com essa pesquisa?

- **Avaliação e perspectivas**

- 26) Qual a avaliação da questão agrária no Brasil na atualidade como avalia a penetração do movimento em nível nacional?
- 27) Pela relação historicamente construída no estado do RJ há um mapeamento sobre as principais dificuldades dos acampamentos e assentamentos? Quais são elas? E como o movimento lida com as mesmas, inclusive no sentido de articular as lutas a um projeto societário mais amplo que vá além do acesso à terra?
- 28) Como avalia a política agrária e agrícola dos governos petistas? Em que ela se difere do governo FHC? Quais as perspectivas políticas para o período que se aproxima de conclusão do governo Dilma no que se refere à reforma agrária e ao agronegócio?

6.2 ANEXO C – 2ª ENTREVISTA AO MST

A primeira entrevista data de 17/07/2013

Tivemos mobilizações sociais, eleições com acirramento da disputa entre direita e esquerda, com reeleição no plano federal e permanência do PMDB no governo estadual.

O movimento realizou seu encontro nacional no início de 2014.

Revendo a primeira entrevista avaliamos pertinente o aprofundamento de algumas questões e o detalhamento de outras.

Novo questionário MST 25/02/2015:

1. Quantos assentamentos o MST tem organizado no estado do RJ, quantas famílias assentadas? O MST dispõe de uma cartografia dos seus assentamentos no Estado, com características sobre a configuração da luta pela terra, as classes sociais em disputa, o papel do Estado, as alianças com movimentos, as dificuldades e avanços? Como se dá a relações entre as atividades agrícolas e não agrícolas na realidade estadual?
2. a. Qual a avaliação da coordenação regional sobre os projetos de desenvolvimento rural dos governos federal (acesso à terra, créditos, garantia de preços/produção, comercialização/PNAE/PAA, Cadastro Ambiental Rural), estadual (Assistência técnica, Rio Rural, Genética, Frutificar, Prosperar, Multiplicar, Florescer, silvicultura, microbacias, silvicultura), ou municipais? No caso do governo do Estado do RJ, mesmo os projetos de desenvolvimento na área industrial (construção civil, megaeventos, Porto Açu, COMPERJ, TKCSA), e de serviços tem tido algum efeito nas áreas rurais? Quais seriam?
b. O movimento tem uma carta política avaliando tais políticas e/ou cobrando políticas públicas de interesse direto dos acampados, assentados, pequenos agricultores? (Nivia comentou que Durão chegou a participar de uma reunião política com o governo do Estado no governo Sérgio Cabral após as jornadas de junho)
c. O MST dispõe de um balanço crítico dos projetos de desenvolvimento do Estado do RJ desde o início de sua atuação no Estado?
3. a. Os governos neoliberais introduziram a categoria sustentável aos projetos de desenvolvimento, a exemplo dos financiamentos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Qual a avaliação sobre as políticas de desenvolvimento sustentável, a exemplo do próprio PDS que será implementado em dois assentamentos no Estado?
b. Qual a perspectiva de desenvolvimento que o movimento defende (no que diz respeito à produção, o que pensam por exemplo das cooperativas; sobre comercialização; consumo; sobre democracia/organização política/participação popular; educação; lazer; acesso aos serviços básicos)? Existem um consenso no âmbito da Via Campesina do que seria um desenvolvimento humano emancipatório? Qual o papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento? Qual o papel da agricultura e do campesinato nesse projeto? O MST tem articulação com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)? De que forma? O movimento tem uma posição sobre o aborto?
4. Se articula com que outros movimentos no Estado do RJ (MPA, MAB, CPT, FETAG, FETRAF, Movimento de Pescadores, Rede Ecológica de Consumidores, Rede carioca de agricultura urbana, Quilombolas, Indígenas)? De que forma? Qual a situação atual do Fórum Estadual pela Reforma Agrária?
5. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas do MST nas instâncias legislativas?
6. Quais os principais enfrentamentos que o MST já teve no Estado do RJ, durante os governos neoliberais e quais avaliam que estão no horizonte diante dos governos (federal e estadual) que se iniciam, mas são continuidade, do PMDB no governo estadual e do PT no governo federal?

6.3 ANEXO D – 2ª ENTREVISTA AO MPA (2015)

1. O que mudou em termos de atuação do MPA no Estado do RJ de 2013 para cá?

A base de militância aumentou? Como tem sido o processo de aproximação com os pequenos agricultores no Estado? É possível caracterizar nossa agricultura camponesa? Como o movimento a caracteriza? Como avaliam a pluriatividade no Estado?

2. Quais são as dificuldades vivenciadas pelos agricultores no nosso Estado (RJ)? Como o MPA avalia as políticas para desenvolvimento rural nos governos neoliberais nas 3 esferas de governo, a exemplo do governos federal no que diz respeito ao acesso à terra, créditos, garantia de preços/produção, comercialização/PNAE/PAA, Cadastro Ambiental Rural; estadual no que diz respeito à Assistência técnica, Rio Rural, Genética, Frutificar, Prosperar, Multiplicar, Florescer, silvicultura, microbacias, silvicultura), ou municipais? O movimento dispõe de um carta política que avalie as políticas públicas e expresse suas demandas junto aos governantes?

3. O MPA tem alguma avaliação sobre os danos socioambientais, especialmente para o meio rural fluminense dos grandes projetos de desenvolvimento hoje em curso no Estado (TKCSA, Porto do Açu, COMPERJ, Arco Metropolitano, Barragens, etc.)? O movimento dispõe de um balanço crítico dos projetos de desenvolvimento do Estado do RJ desde o início da sua atuação no mesmo?

4. Os governos neoliberais introduziram a categoria sustentável aos projetos de desenvolvimento, a exemplo dos financiamentos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Como o movimento avalia tais políticas? Se beneficia de alguma? Qual seria o papel da agricultura no desenvolvimento capitalista?

5. Qual a perspectiva de desenvolvimento que o movimento defende (no que diz respeito ao trabalho, à produção, o que pensam por exemplo das cooperativas; sobre comercialização; consumo; sobre democracia/organização política/participação popular; acesso à água, acesso aos serviços básicos)? Existe um consenso no âmbito da Via Campesina do que seria um desenvolvimento humano emancipatório? Qual o papel da agricultura e do campesinato nesse projeto? Qual o papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento? O MPA tem articulação com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)? De que forma? O movimento tem uma posição sobre o aborto? Existe alguma aproximação com a corrente política ecossocialismo?

6. Se articula com que outros movimentos no Estado do RJ (MST, MAB, CPT, FETAG, FETRAF, Movimento de Pescadores, Rede Ecológica de Consumidores, Rede carioca de agricultura urbana, AARJ, Quilombolas, Indígenas, etc.)? De que forma? Qual a situação atual do Fórum Estadual pela Reforma Agrária?

7. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas do MPA nas instâncias legislativas?

8. Quais os principais enfrentamentos que o MPA já teve no Estado do RJ? Já possuem uma avaliação da conjuntura política que permita antecipar os próximos enfrentamentos? No cenário atual, como fortalecer o MPA?

6.4 ANEXO E – ENTREVISTA À FETAG-RJ

1. Discorra brevemente sobre as origens da FETAG/RJ.
2. A FETAG tem quantos sindicalizados (as) atualmente? Houve um crescimento ou decréscimo dos filiados (as) dos anos 90 até o presente? A que atribuem esse crescimento ou decréscimo?
Como avaliam o acesso à seguridade social brasileira (saúde, assistência, previdência) para os trabalhadores rurais no Estado? Homens e mulheres da mesma família têm conseguido se aposentar ou o trabalho feminino não aparece como trabalho agrícola? E a juventude rural tem se sentido estimulada à permanecer ou não na atividade agrícola?
3. Como avalia a importância da agricultura na economia do Estado? Quais as formas de inserção do trabalho na agricultura dos filiados (assalariamento, pequeno proprietário, assentado, meeiro, parceiro, etc.)? Qual a proporção de cada uma dessas formas de trabalho em termos de filiação sindical? É possível fazer um mapa regional, ou seja, identificar que numa determinada região há mais assalariados, em outra é pequeno produtor, etc.? E a questão da pluriatividade, aparece frequentemente? As atividades não agrícolas permitem inserção no mercado formal ou informal de trabalho? Em geral, são que tipo de atividades?
4. A federação possui uma cartografia sobre os conflitos agrários no Estado? É possível caracterizar tais conflitos por que tipos de questões (acesso à terra, à crédito, à comercialização, à assessoria técnica, às políticas de educação, saúde, transporte público, trabalho escravo, etc., etc., etc.)?
5. Quais têm sido as respostas do Estado às demandas, seja da Confederação, seja da federação estadual? Ou seja, as políticas vigentes desde meados dos anos 90 têm dado conta das reivindicações do sindicato, sobretudo nas esferas federal (Reforma Agrária, créditos, garantia de preços para estimular a produção, comercialização/PNAE, PAA, Cadastro Ambiental Rural, etc.) e estadual (assistência técnica, Rio Rural, Genética, Frutificar, Prosperar, Multiplicar, Florescer, silvicultura, microbacias, silvicultura, etc.)? Destaque os projetos que trazem transtornos para os trabalhadores e os que tem avançado para a melhoria da produção e condições de vida dos agricultores.
6. Os projetos de desenvolvimento nas áreas da indústria e serviços no Estado (a exemplo dos megaeventos, grandes obras, COMPERJ, Porto do Açu, TKCSA, arco metropolitano, etc.) têm impactado de que forma o meio rural e a agricultura (ou mesmo a agropecuária)?
7. O sindicato tem uma carta política avaliando as políticas estaduais para os trabalhadores rurais e/ou cobrando avanços (na atualidade e/ou dos anos 90 até o presente)?
8. Os governos neoliberais introduziram a categoria sustentável aos projetos de desenvolvimento, a exemplo dos financiamentos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Qual a avaliação sobre as políticas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil e particularmente no Estado do RJ?
9. Como vê o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar no Estado do RJ?
10. Qual a perspectiva de desenvolvimento que o sindicato defende (no que diz respeito à produção, o que pensam por exemplo das cooperativas; sobre comercialização; consumo; sobre democracia/organização política/participação popular; educação; lazer; acesso aos serviços básicos, etc.)? Qual o papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento? Qual o papel da agricultura e dos trabalhadores rurais nesse projeto? A FETAG tem articulação com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)? De que forma? O sindicato tem uma posição sobre o aborto? Conhece o movimento ecossocialismo? Tem uma articulação ou avaliação do mesmo?
11. O sindicato se articula com que outros movimentos sindicais e sociais no Estado do RJ (MPA, MAB, CPT, FETRAF, Movimento de Pescadores, Rede Ecológica de Consumidores, Rede carioca de agricultura urbana, Rede Ecológica, AARJ, Quilombolas, Indígenas, etc.)? De que

forma? Qual a situação atual do Fórum Estadual pela Reforma Agrária? Por que há atualmente duas federações que representam os trabalhadores/agricultores familiares no Estado do RJ?

12. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas da FETAG nas instâncias legislativas?
13. Quais os principais enfrentamentos que a FETAG já teve no Estado do RJ, durante os governos neoliberais e quais avaliam que estão no horizonte diante dos governos (federal e estadual) que se iniciam em 2015 (lembrando que são novos mandatos mas com continuidade de partidos e políticas de desenvolvimento, com o PMDB no estado e PT no federal)? Ou seja, quais as perspectivas futuras de luta? Como fortalecer a FETAG nesse contexto?

6.5 ANEXO F – ENTREVISTA AO MAB

Discorra brevemente sobre as origens do MAB no Estado do RJ.

1. Qual é a base da militância do MAB no nosso Estado?
2. Qual o papel da água nos projetos de desenvolvimento do Estado de orientação neoliberal?
3. Qual a fonte privilegiada de trabalho e sobrevivência das comunidades sob ameaça de construção de barragens? Qual o papel da água para essas comunidades? E na particularidade do Estado do RJ? No caso de serem agricultores em tempo integral, ou combinando com pluriatividades, como avaliam as políticas públicas para o desenvolvimento rural (das 3 esferas de governo, no caso do gov. federal: Reforma Agrária, créditos, garantia de preços para estimular a produção, comercialização/PNAE, PAA, Cadastro Ambiental Rural, etc. e do gov. estadual: assistência técnica, Rio Rural, Genética, Frutificar, Prosperar, Multiplicar, Florescer, silvicultura, microbacias, silvicultura)? Quais são em geral as atividades não-agrícolas?
4. (Se for pertinente à base do MAB no Estado) Os projetos de desenvolvimento nas áreas da indústria e serviços no Estado do RJ (a exemplo dos megaprojetos, grandes obras, COMPERJ, Porto do Açu, TKCSA, arco metropolitano, etc.) têm impactado de que forma o meio rural e a agricultura?
5. Diante do reconhecimento dos limites dos recursos/bens naturais e do aquecimento global fruto do padrão de desenvolvimento capitalista no século XX, por parte de movimentos ecológicos, ecossocialistas, por parte de setores da academia, como avalia o papel do MAB e de outros movimentos que combatem a privatização dos bens naturais? Qual o papel da Via Campesina nesse contexto?
6. Os governos neoliberais introduziram a categoria “sustentável” aos projetos de desenvolvimento, a exemplo dos financiamentos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Qual a avaliação sobre as políticas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil e particularmente no Estado do RJ?
7. O MAB tem uma carta política avaliando as políticas estaduais para os possíveis atingidos por barragens?
8. (Se for pertinente à base do MAB no Estado do RJ) Como vê o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar no Estado do RJ?
9. Qual a perspectiva de desenvolvimento que o MAB defende (no que diz respeito ao trabalho, à produção, o que pensam por exemplo das cooperativas, da agroecologia; à comercialização; consumo; à democracia/organização política/participação popular; educação; lazer; acesso à água e aos serviços básicos, etc.)? Qual o papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento? Qual o papel da agricultura e dos trabalhadores rurais nesse projeto? O MAB tem articulação com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)? De que forma? O MAB tem uma posição sobre o aborto? Conhece o movimento ecossocialismo? Tem relação ou avaliação sobre o mesmo?
10. O MAB se articula com que outros movimentos sindicais e sociais no Estado do RJ (MPA, CPT, FETAG, FETRAF, Movimento de Pescadores, Rede Ecológica de Consumidores, Rede carioca de agricultura urbana, Quilombolas, Indígenas, etc.)? De que forma?
11. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas do MAB nas instâncias legislativas?
12. Quais os principais enfrentamentos que o MAB já teve no Estado do RJ, durante os governos neoliberais e quais avaliam que estão no horizonte diante dos governos (federal e estadual) que se iniciam em 2015 (lembrando que são novos mandatos mas com continuidade de partidos e políticas de desenvolvimento, com o PMDB no estado e PT no federal)? Ou seja, quais as perspectivas futuras de luta?

6.6 ANEXO G – ENTREVISTA À CPT

Entrevista CPT em 2015:

1. Quando a CPT passa a atuar no Estado do RJ? Qual era o contexto econômico e político? Já atuou em que regiões no nosso Estado?
2. Como avalia os conflitos nas disputas por terras no Estado do RJ especialmente no período dos governos neoliberais? Como a CPT caracteriza a violência no meio rural? Houve aumento, manutenção ou diminuição da violência no meio rural dos anos 90 pra cá? A que a CPT atribui esse aumento, manutenção ou diminuição?
3. Quanto militantes têm na CPT/RJ? O número atual aumentou, diminuiu ou está estagnado com relação à história da CPT no RJ? A que atribui esse processo?
4. Como a CPT avalia o papel das políticas públicas das 3 esferas de governo e a relação com a violência no meio rural?
5. Qual a pauta política da CPT para combater a violência no campo? O movimento dispõe de um carta política que avalie as políticas públicas e expresse suas demandas junto aos governantes?
6. O movimento dispõe de um balanço crítico sobre os projetos de desenvolvimento em curso no Estado do RJ?
7. O que a CPT considera como desenvolvimento humano e como contribui nessa construção? Qual o papel da agricultura nesse projeto de desenvolvimento? Qual o papel das mulheres e da juventude? Já ouviu falar no movimento ecossocialismo? Tem uma relação ou avaliação sobre o mesmo?
8. Se articula com que outros movimentos no Estado do RJ (MST, MAB, FETAG, FETRAF, Movimento de Pescadores, Rede Ecológica de Consumidores, Rede carioca de agricultura urbana, Quilombolas, Indígenas)? De que forma? Qual a situação atual do Fórum Estadual pela Reforma Agrária?
9. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas da CPT nas instâncias legislativas?
10. Quais os principais enfrentamentos que a CPT já teve no Estado do RJ, durante os governos neoliberais e quais avaliam que estão no horizonte diante dos governos (federal e estadual) que se iniciam, mas são continuidade, do PMDB no governo estadual e do PT no governo federal? No cenário atual, como fortalecer a CPT e as lutas no meio rural fluminense?

6.7 ANEXO H – ENTREVISTA À AARJ

- **Histórico**

1. Como a Articulação Agroecológica se define do ponto de vista da sua organização sociopolítica? Como se processou sua criação? Quais seus objetivos, horizonte e suas ações táticas e estratégicas? (as questões supracitadas podem ser fornecidas através de material da organização)
2. Quais são as influências precedentes para a construção da organização no que se refere à agroecologia (outras organizações, movimentos sociais, intelectuais)?

- **Concepção e atuação sobre a agroecologia**

3. Explique a concepção vigente na organização sobre agroecologia.
4. Como avalia o papel da agroecologia nos sistemas produtivos presentes no trabalho agrícola no Brasil e no estado do Rio de Janeiro?
5. A política pública agrícola tem atendido às demandas desse sistema produtivo?
6. A agroecologia expressa algum tipo de desenvolvimento econômico-social? Qual?
7. A Articulação se engaja na luta teórico-prática do chamado Ecosocialismo?
8. Qual sua posição sobre a questão fundiária no Brasil, sobre as condições de trabalho dos agricultores, do seu acesso a bens e direitos sociais?
9. Como é realizado o trabalho com os trabalhadores rurais? Através de demandas individuais e/ou coletivas?
10. Da onde parte a maior demanda? (pequenos produtores proprietários, assentados, grandes produtores rurais)
11. Quais as particularidades da atuação da Articulação que identificam no estado do Rio de Janeiro?
12. Em que municípios têm maior incidência? Tem dados sobre o trabalho desenvolvido nos municípios de Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu?

- **Organização política**

13. Quais as formas de publicização da defesa da agroecologia como um sistema tecnológico viável para a agricultura brasileira? Quais as formas utilizadas pela organização para adesão à rede? Essa adesão pode ser individual ou é coletiva?
14. Como a organização se sustenta financeiramente?
15. Como se dá a articulação com as universidades, com outros movimentos sociais, sindicais, com partidos políticos? Que universidades, que movimentos, que partidos políticos?
16. Existe articulação e/ou colaboração com organizações internacionais? Quais?

- **Avaliação e perspectivas**

17. Como avalia a penetração da ANA no estado do Rio de Janeiro? Quais as dificuldades e avanços?
18. Como se dá a relação com os gestores das políticas públicas no estado do RJ sobre a pauta da agroecologia?
19. E em nível nacional, como avaliam a política nacional de desenvolvimento agrário e agrícola no BR e em que medida incorporam a pauta da agroecologia?

- **Sugestões**

20. Indica alguma organização que defenda a agroecologia na França?

6.8 ANEXO I – ENTREVISTA À REDE ECOLÓGICA

Entrevista à Rede Ecológica (2015)

1. Desde quando a Rede existe? Ela surge em que contexto político e econômico?
2. Possui quantos integrantes atualmente, e no início? A adesão ao consumo de produtos agroecológicos na cidade do RJ vem crescendo, está estagnada ou diminuindo? Quais seriam os motivos?
3. Quais são as principais dificuldades vivenciadas pela Rede? Como se dá a relação entre os consumidores e os produtores? Como avalia as políticas públicas para a agricultura e distribuição dos produtos agrícolas na cidade? Qual a pauta de reivindicações da Rede? Existe uma carta política com um balanço das políticas públicas e as demandas da Rede? Quais as instâncias políticas em que a Rede atua?
4. Quais são os principais produtos que os cariocas e moradores da região metropolitana do RJ têm acesso através da Rede?
5. A Rede tem alguma avaliação sobre os danos socioambientais, especialmente para o meio rural fluminense dos grandes projetos de desenvolvimento hoje em curso no Estado (TKCSA, Porto do Açú, COMPERJ, Arco Metropolitano, Barragens, etc.), que possam interferir na produção agrícola de base familiar e que se baseia na agroecologia? A Rede dispõe de um balanço crítico dos projetos de desenvolvimento no Estado do RJ desde o início da sua atuação no mesmo até o presente?
6. Qual a perspectiva de desenvolvimento que a Rede defende no sentido de fortalecer a produção agroecológica (no que diz respeito ao trabalho, à produção; sobre comercialização; consumo; sobre democracia/organização política/participação popular; acesso à água, acesso aos serviços básicos)? Qual o papel da agricultura, do campesinato e dos consumidores nesse projeto? Qual o papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento? A Rede tem articulação com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)? De que forma? Conhece o movimento ecossocialismo? Qual a avaliação do mesmo?
7. Se articula com que outros movimentos no Estado do RJ (à exemplo do MST, MAB, CPT, FETAG, FETRAF, Movimento de Pescadores, AARJ, Quilombolas, Indígenas)? De que forma? Participa do Fórum Estadual pela Reforma Agrária? Qual a situação atual do Fórum?
8. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas da Rede nas instâncias legislativas?
9. Quais os principais enfrentamentos que a Rede já teve na cidade do RJ, desde a sua existência e quais avaliam que estão no horizonte frente aos governantes? Como fortalecer a Rede Ecológica no cenário atual?
10. Como a Rede pode contribuir para que todos possam ter acesso a produtos saudáveis, o que inclui as populações de baixa renda?

6.9 ANEXO J – ENTREVISTA À REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA

Entrevista Rede Carioca de Agricultura Urbana (2015)

➤ **Histórico**

1. Desde quando a Rede existe? Ela surge em que contexto político e econômico? Na ocasião possuía quantos integrantes (especifique se agricultores (as) ou famílias)? De que localidades?

2. Quais as dificuldades iniciais e os enfrentamentos políticos à época?

➤ **Atualidade**

3. Possui quantos integrantes atualmente? A adesão à agricultura na cidade do RJ vem crescendo, está estagnada ou diminuindo? Quais seriam os motivos?

4. Em termos de localidade, está mais restrita, ampliou ou continua a mesma região inicial? Quais seriam os motivos?

5. Quais são as principais dificuldades vivenciadas nos últimos governos pelos agricultores na cidade do RJ? Como avalia as políticas públicas para a agricultura na cidade? Qual a pauta de reivindicações da Rede? Existe uma carta política com um balanço das políticas públicas e as demandas da Rede? Quais as instâncias políticas em que a Rede atua?

6. Quais são os principais cultivos, como se dá a produção e a comercialização? É possível viver exclusivamente da agricultura na cidade do RJ?

7. A Rede tem alguma avaliação sobre os danos socioambientais, especialmente para o meio rural carioca e fluminense dos grandes projetos de desenvolvimento hoje em curso no Estado (TKCSA, Porto do Açu, COMPERJ, Arco Metropolitano, Barragens, etc.)? A Rede dispõe de um balanço crítico dos projetos de desenvolvimento do Estado do RJ desde o início da sua existência até o presente?

8. Os governos neoliberais introduziram a categoria sustentável aos projetos de desenvolvimento, a exemplo dos financiamentos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Como a Rede avalia tais políticas? Usufruiu de algumas delas? Como avalia o papel da agricultura no desenvolvimento capitalista?

9. Qual a perspectiva de desenvolvimento que a Rede defende (no que diz respeito ao trabalho, à produção; sobre comercialização; consumo; sobre democracia/organização política/participação popular; educação; lazer; acesso à água, acesso aos serviços básicos)? Qual o papel da agricultura e do campesinato nesse projeto? Qual o papel das mulheres nesse projeto de desenvolvimento? A Rede tem articulação com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)? De que forma? Conhece o movimento ecossocialismo? Tem alguma relação ou avaliação do mesmo?

10. Se articula com que outros movimentos no Estado do RJ (MST, MAB, CPT, FETAG, FETRAF, Movimento de Pescadores, Rede Ecológica de Consumidores, Quilombolas, Indígenas, AARJ, etc.)? De que forma? Qual a situação atual do Fórum Estadual pela Reforma Agrária?

11. Quais são os partidos ou parlamentares que apoiam e pautam as demandas da Rede nas instâncias legislativas?

12. Quais os principais enfrentamentos da Rede na cidade do RJ durante os governos neoliberais e quais avaliam que estão no horizonte? Como fortalecer a Rede Carioca no cenário atual?